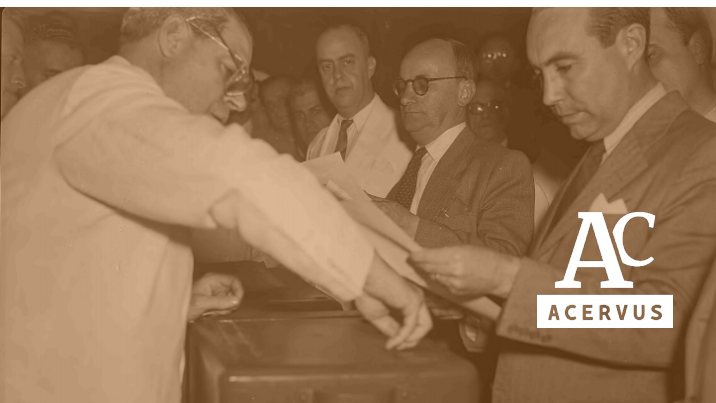
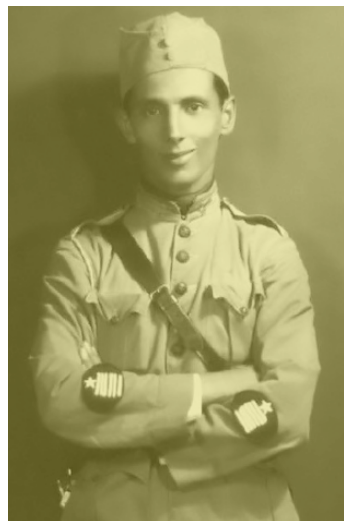




CAPÍTULOS DE HISTÓRIA POLÍTICA: *PROBLEMAS E ESTUDOS*

CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS | ALESSANDRO BATISTELLA |
DOUGLAS SOUZA ANGELI | LUIZ ALBERTO GRIJÓ | JONAS MOREIRA VARGAS |
(ORGANIZADORES)



AC
ACERVUS



CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

ALESSANDRO BATISTELLA

DOUGLAS SOUZA ANGELI

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

JONAS MOREIRA VARGAS

ORGANIZADORES

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA POLÍTICA:

PROBLEMAS E ESTUDOS



PASSO FUNDO
2020

© 2020, dos Autores

EDITORAÇÃO E CAPA

ALEX ANTÔNIO VANIN

PROJETO GRÁFICO

ACERVUS

CONSELHO EDITORIAL

ANCELMO SCHÖRNER (UNICENTRO)

EDUARDO KNACK (UFCG)

EDUARDO PITTHAN (UFES – PASSO FUNDO)

FEDERICA BERTAGNA (UNIVERSITÀ DI VERONA)

GIZELE KLEIDERMACHER (UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES)

HELION PÓVOA NETO (UFRJ)

HUMBERTO DA ROCHA (UFES – CAMPUS ERECHIM)

JOÃO VICENTE RIBAS (UPF)

ROBERTO GEORGE UEBEL (ESPM)

VINÍCIUS BORGES FORTES (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C244 Capítulos de história política [recurso eletrônico] : problemas e estudos : volume 2 / Charles Sidarta Machado Domingos ... [et al.] (Orgs.). – Passo Fundo : Acervus Editora, 2020.
12 MB ; PDF.

Demais organizadores: Alessandro Batistella, Douglas Souza Angeli, Luiz Alberto Grijó e Jonas Moreira Vargas.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-86000-26-9 (E-book).

1. História política. 2. Historiografia. 3. Disputas de poder. 4. Políticos. 5. Partidos políticos. 6. Imprensa e política.
I. Domingos, Charles Sidarta Machado, org. II. Batistella, Douglas, org. III. Angeli, Douglas Souza, org. IV. Grijó, Luiz Alberto, org. V. Vargas, Jonas Moreira, org.

CDU: 981:32

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

AS IDEIAS, IMAGENS, FIGURAS E DEMAIS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTA OBRA SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E DE SEUS ORGANIZADORES



ACERVUS EDITORA

AV. ASPIRANTE JENNER, 1274 - LUCAS ARAÚJO - 99074-360

PASSO FUNDO - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

TEL.: (54) 99676-9020

ACERVUSEDITORA@GMAIL.COM

ACERVUSEDITORA.COM.BR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
--------------	---

PARTE I – IMPRENSA:

HISTÓRIA, POSICIONAMENTOS E REPRESENTAÇÕES

	JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA:	
I	O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS E A IMPRENSA ILUSTRADA (RIO DE JANEIRO, 1888-1889) <i>Aristeu Elisandro Machado Lopes</i>	15
II	OS PEDREIROS E A MADAME DA CAJUADA: A AUTOIMAGEM DO BRASILEIRO ATRAVÉS DOS TEXTOS DE RACHEL DE QUEIROZ NA REVISTA “O CRUZEIRO” (1948-1950) <i>Gérson Wasen Fraga</i>	37
III	CONSTRUÇÃO DE FUNÇÕES PÚBLICAS A PARTIR DA RELAÇÃO QUE OS JORNAIS ESTABELECEM ENTRE IMPRENSA E POVO NOS DISCURSOS AUTORREFERENCIAIS <i>Letícia Sabina Wermeier Krilow</i>	57
IV	A IMPRENSA COMO CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA: A PRETENSÃO A UMA “FUNÇÃO INSTITUCIONAL” NO DISCURSO EDITORIAL DA FOLHA E DO ESTADÃO (1993) <i>Luis Carlos dos Passos Martins</i>	83

PARTE II – PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

	ASSOCIAÇÕES RURAIS:	
V	A EMERGENTE NECESSIDADE DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA (RIO GRANDE DO SUL, 1902-1924) <i>Alba Cristina Couto dos Santos Salatino</i>	113
VI	O INSTITUTO LIBERAL E CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS DE LIVRE MERCADO PARA O BRASIL <i>Lidiane Elizabete Friderichs</i>	139
VII	A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA NO RIO GRANDE DO SUL: MANIFESTOS DE LUTA SOCIAL E REPRESSÃO POLICIAL <i>Diorge Alceno Konrad</i>	163

	PARA LER OS DOIS ESTUDOS “CLÁSSICOS” SOBRE O PTB:	
VIII	A PROPÓSITO DE UM EXERCÍCIO DE REFLEXÃO <i>Diego Orgel Dal Bosco Almeida</i>	201
	“HERDEIROS DO CHARQUE?”:	
IX	UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS LIDERANÇAS POLÍTICAS REPUBLICANAS E MONARQUISTAS EM PELOTAS (1870-1889) <i>Jonas Moreira Vargas & Jéssica Rodrigues Peres</i>	229
	PARTE III – NOVAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA	
	OS SENHORES DA GUERRA E AS FRONTEIRAS:	
X	RIO GRANDE DO SUL, SÉCULO XIX <i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	257
	DE FEDERALISTAS A GABRIELISTAS:	
XI	AS DIVERSAS OPOSIÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL DA PRIMEIRA REPÚBLICA <i>Carina Martiny</i>	291
	VOTO, ELEIÇÕES E CONSTRUÇÃO DO ELEITOR:	
XII	FOTOGRAFIAS DA AGÊNCIA NACIONAL E O MOMENTO INAUGURAL DE UM REGIME DEMOCRÁTICO NO BRASIL (1945-1955) <i>Douglas Souza Angeli</i>	315
	A HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960:	
XIII	DO POPULISMO AO NACIONALISMO <i>Charles Sidarta Machado Domingos</i>	337
	A DITADURA MILITAR E O BIPARTIDARISMO:	
XIV	CASUÍSMOS E SIMULACRO DE DEMOCRACIA <i>Alessandro Batistella</i>	363
	PARTE IV – CONCEITOS E MÉTODOS EM DISCUSSÃO	
	RAÍZES CULTURAIS DA MODERNIDADE LATINA	
XV	<i>Carla Brandalise</i>	413
	JUSCELINO, BRIZOLA, PAULO COUTO – SÃO LEOPOLDO, PORTO ALEGRE, RIO DE JANEIRO TERÃO ALGO A VER ENTRE SI?	
XVI	<i>René E. Gertz</i>	439
	FASCISMO? QUE FASCISMO?	
XVII	<i>Luiz Alberto Grijó</i>	467
	SOBRE AS AUTORAS E AUTORES	487

APRESENTAÇÃO

A HISTÓRIA POLÍTICA TEM, AO LONGO DOS ANOS, ATRAÍDO UM NÚMERO CADA vez maior de historiadoras e historiadores e a qualidade e variedade de problemas de pesquisa na área se amplia e aprofunda, seja pela formulação de novas e até então não postas questões, seja pelas respostas alternativas a antigas questões ainda não bem resolvidas sobre as sociedades do passado e do presente. Através de suas pesquisas, esses profissionais têm produzido relevantes análises explicativas acerca das formas e processos que envolvem as disputas pelo poder travadas ao longo do tempo, dentro e fora das instituições, pelos mais diversos atores envolvidos nos diferentes contextos de suas épocas e espaços sociais.

Nestes *Capítulos de História Política*, diferentes *problemas* e *estudos* desenvolvidos através da pesquisa histórica são trazidos a um público mais amplo por suas autoras e seus autores. Diversas são as temporalidades visitadas, as abordagens variam em escala de análise e as fontes pesquisadas se encontram em acervos de distintas proporções; no entanto, os artigos trazem um enfoque comum para seus objetos de pesquisa: os olhos voltados para o político como expressão das mais variadas disputas pelo poder, seja nos meios de comunicação, na arena político-partidária, nos regimes democráticos, ditatoriais e na própria historiografia.

Por outro lado, estes *Capítulos* são a continuidade do esforço sistemático do Grupo de Trabalho em História Política (GTPol) da seção sul-riograndense da Associação Nacional de História (ANPUH/RS) em produzir e divulgar pesquisas na área. Trata-se de uma espécie de segundo volume dos *Capítulos de História Política: Fontes, Objetos e Abordagens* lançado em 2018. Ou seja, esta nova publicação que mantém no título os “capítulos” testemunha e consolida o trabalho coletivo do GTPol que vem sendo realizado há alguns anos por seus membros e coordenadores. Outros capítulos certamente virão.

As historiadoras e os historiadores reunidos aqui compõem um panorama plural sobre a História Política. Estão vinculados a 10 instituições de ensino do Rio Grande do Sul: UFPel, UFFS, PUCRS, IFRS, UFSM, UNISC, IF-Far, UFRGS, IFSul e UPF e suas contribuições são abordadas desde os quatro eixos temáticos que constituem o livro: Imprensa: História, posicionamentos e representações; Partidos e associações da sociedade civil; Novas contribuições para a História Política brasileira; e Conceitos e métodos em discussão.

A primeira delas, “Imprensa: História, posicionamentos e representações”, inicia com o artigo de Aristeu Lopes, especialista na análise dos periódicos ilustrados no Brasil oitocentista. Ele dedica o seu capítulo a examinar como a *Revista Ilustrada* e *O Mequetrefe* cobriram a gestão do Gabinete ministerial presidido por João Alfredo Correia de Oliveira (1888-1889). O autor demonstra o uso da imprensa e das caricaturas como forma de análise do contexto político da época. Destaque para a *Revista Ilustrada*, que foi gradualmente posicionando-se de forma bastante crítica ao governo, devido à falta de ação do Gabinete para resolver questões que o periódico considerava urgente, como o problema do abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro e a inércia em encontrar soluções para a epidemia de febre amarela que se alastrava pelo país. Nas conclusões, o autor nos chama a atenção para os problemas acarretados pela falta de habilidade e incompetência política dos governantes em épocas de epidemias e crises sociais.

Gérson Wasen Fraga analisa as crônicas de Rachel de Queiroz publicadas na revista *O Cruzeiro* entre 1948 e 1950, demonstrando como as crônicas da escritora contribuíram para a construção de uma autoimagem positiva do brasileiro. Para isso, Gérson Fraga avalia que Rachel de Queiroz amparou-se na vida das pessoas comuns, seja dos morros do Rio de Janeiro, seja dos sertões do Brasil.

O capítulo de Letícia Sabina Wermeier Krilow investiga as representações sobre a democracia presentes nos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Última Hora*, bem como a autoconstrução da função pública que cada um desses periódicos da capital do país desenvolveu ao longo da segunda metade da década de 1950. A autora, através de aprofundada análise crítica interna e externa das suas fontes/objetos de pesquisa, demonstra como, no tempo da experiência democrática brasileira (1945-1964), a grande imprensa carioca se modernizou, e destaca as formas pelas quais esses periódicos ampliaram sua força de intervenção pública no período.

Em um contexto temporalmente mais próximo, Luís Carlos dos Passos Martins analisa as formas como a imprensa procura se legitimar como interlocutora no debate público no Brasil. Através de pesquisa nos jornais da grande imprensa de São Paulo na década de 1990, o autor percebe como a grande imprensa procurou se representar como fiscalizadora da ação dos homens públicos e evidencia algumas das conseqüências desse projeto para a vida política do país.

Na seção “Partidos e Associações da Sociedade Civil”, o capítulo de Alba Cristina Salatino, trata das associações rurais no Rio Grande do Sul, contribuindo valiosamente para o entendimento do processo de organização de associações de proprietários, as quais visavam desde a ajuda mútua até influenciar instâncias estatais e de governo a fim de satisfazerem seus interesses. No cruzamento entre história política, social e econômica, o trabalho discute temas que estiveram um pouco à margem das pesquisas históricas mais recentes, mas que felizmente começam a ganhar um novo vigor, pois o estudo dos grupos dominantes e suas estratégias associativas é fundamental para se compreender de que modo se foram forjando as estruturas político-sociais e econômicas que ainda hoje perduram, inclusive sob a roupagem atualizada de “*agro é pop*”, por exemplo.

Lidiane Elizabete Friderichs, em “O Instituto Liberal e a construção de propostas de livre mercado para o Brasil”, realiza uma perspicaz análise sobre o *think tank* fundado por um grupo de empresários em 1983, no Rio de Janeiro, com o objetivo de divulgar o neoliberalismo na sociedade brasileira. No capítulo, a autora revela as variadas formas de atuação do Instituto Liberal, como as traduções e publicações de autores clássicos do liberalismo/

neoliberalismo, as atividades de propaganda, a organização de eventos em todo o país (como conferências e seminários, por exemplo) destinados a um público estratégico e formador de opinião, sobretudo políticos, jornalistas, empresários, militares e professores universitários.

Diorge Alceno Konrad analisa, em seu capítulo, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) no Rio Grande do Sul. Através da investigação das conexões políticas – mas também econômicas e sociais – do início dos anos 1930, decorrentes da crise do capitalismo mundial de 1929 e de um projeto com uma “consciência industrializante”, o autor percebe as condições políticas e materiais da emergência da ANL no contexto sul-rio-grandense da época. Destarte, Konrad escrutina as idéias políticas que fundamentavam a estrutura da ANL gaúcha desde o seu lançamento no Teatro São Pedro – considerada até então uma das maiores mobilizações políticas já ocorridas em Porto Alegre –, até os dias posteriores ao fechamento de seus núcleos e sede no Rio Grande do Sul.

O capítulo escrito por Diego Dal Bosco de Almeida nos oferece uma análise historiográfica a respeito do papel de Alberto Pasqualini dentro do PTB. Estudando as obras clássicas de Miguel Bodea e Lucília de Almeida Delgado, o autor considera que Pasqualini é retratado por ambos apenas como um intelectual do partido, o que explicaria os seus conflitos com Getúlio Vargas, tido como mais estrategista e pragmático. Contudo, realizando uma apreciação mais crítica a respeito das perspectivas teórico-metodológicas caras a alguns cientistas políticos dos anos 1970 e 1980, Almeida relativiza tais teses, uma vez que, analisando as trajetórias de ambos os líderes antes da criação do PTB, assim como a relação por eles mantida desde os anos 1920, surge um Pasqualini também estrategista e atuante, que não se reduzia a um ideólogo trabalhista.

O capítulo de Jonas Vargas e Jéssica Peres se volta para o estudo de uma temática já consolidada e em franco desenvolvimento em termos de novas pesquisas no Rio Grande do Sul: as relações entre elites políticas e grupos sociais e economicamente dominantes. Preocupados em analisar as características dos grupos políticos da cidade de Pelotas, o trabalho encontra, em certo nível analisado, poucas diferenças, quanto a origens sociais, formações escolares e atividades, entre as principais lideranças da região que se vincu-

lavam tanto aos partidos políticos de sustentação ao império, quanto ao contestador Partido Republicano das vésperas da mudança de regime em finais do século XIX.

A seção “Novas contribuições para a História Política Brasileira” inicia com o capítulo de Cesar Augusto Barcellos Guazzelli que revisita e reatualiza as temáticas de sua longa trajetória de pesquisas, propondo-se a analisar a atuação dos caudilhos platinos e rio-grandenses na fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Desde o período das independências na Bacia do Prata até a Guerra do Paraguai, o autor descreve como se construíram as lideranças políticas e militares dos chamados “senhores da guerra”. Guazzelli investiga os processos econômicos articulados às relações sociais de produção que colaboraram com a formação daquele espaço fronteiriço e suas lideranças. Trata-se de um amplo panorama histórico que auxilia na compreensão da própria construção dos estados nacionais a partir das suas “regiões-províncias”.

Carina Martiny analisa as diferentes oposições que confrontaram o PRR na década inicial da República. Ela considera que, apesar da importância dos federalistas enquanto principais adversários políticos dos republicanos no cenário estadual, outros grupos opositores também merecem ser melhor investigados. Para isso, Martiny realiza um estudo de caso a respeito das disputas política em Cruz Alta, quando a facção gabrielista, capitaneada pelo republicano José Gabriel da Silva Lima, opõem-se às determinações de Júlio de Castilhos – chefe principal do partido. Tais conflitos também serviam, de certa forma, para testar as capacidades de negociação política intrapartidária e de arranjos coronelísticos do governo estadual nos municípios.

O capítulo de Douglas Souza Angeli analisa as fotografias produzidas pela Agência Nacional nos primeiros dez anos da experiência democrática (1945-1955). Fazendo uma reflexão sobre as relações entre imagem e poder, o autor busca entender o papel dessas imagens no momento inaugural de um regime democrático, com foco nas fotografias sobre diversas práticas eleitorais: o alistamento, as seções eleitorais, o ato de votar, a apuração. Com isso, busca compreender a construção de um interesse pela competição político-eleitoral em um período-chave da expansão do eleitorado no Brasil.

Charles Sidarta Machado Domingos, em “A história política do Brasil nas décadas de 1950 e 1960: do populismo ao nacionalismo”, realiza uma

interessante análise sobre a conjuntura política brasileira durante os anos da experiência democrática, debatendo o conceito de populismo e propondo a utilização do conceito de nacionalismo para explicar teoricamente o período em foco. Nesse sentido, o autor sugere um recorte cronológico dividido em três partes: o nacionalismo no início da década de 1950 (1950-1955), o nacional-desenvolvimentismo (1956-1960) e o nacional-reformismo (1961-1964).

Alessandro Batistella traça, em seu capítulo, um amplo panorama sobre a ditadura militar brasileira. Ancorado nos conceitos de *ideologia de segurança nacional* e *terrorismo de Estado*, o autor analisa, detidamente, o período de 1964, desde o golpe no governo do presidente João Goulart, até 1985, com a posse de José Sarney na presidência da República. Batistella empreende minuciosa análise, ao longo de seu texto, das estruturas políticas montadas pela ditadura militar com o objetivo ideológico de simular um estado democrático: para tanto, escrutina a elaboração dos Atos Institucionais, os casuísmos presentes nesse processo, o jogo político no Congresso Nacional do bipartidarismo, as eleições indiretas, os mecanismos de repressão utilizados pela ditadura e o seu ocaso.

A última seção do livro “Conceitos e Métodos em discussão” tem início com o capítulo “Raízes culturais da modernidade latina”, no qual Carla Brandalise, faz um amplo recorrido, desde meados da Idade Média até a emergência do mundo moderno, analisando a questão das influências e dos resgates de uma latinidade que se transforma ao longo do tempo e acaba por se tornar referência para o que se poderia chamar de invenção da Europa e da própria modernidade. Percorrendo uma farta e atualizada bibliografia, o trabalho de vasta erudição convida a pensar sobre as origens do dito Ocidente e sua dívida para com, de um lado, as reapropriações dos textos dos antigos e, por outro, os povos árabes.

René Gertz, por sua vez, propõem um exercício muito interessante e importante, no qual lança algumas hipóteses a respeito das comemorações de aniversário do início da colonização alemã no sul do Brasil. Ele contrapõe-se a certa historiografia já assentada que tenderia a representar as regiões coloniais alemãs do estado como movidas por uma certa ideologia, o chamado “germanismo”, que seria revelador de suas características aparentemente dis-

tintivas: conservadorismo, autoritarismo e até mesmo um certo sentimento antibrasileiro. Solo fértil, portanto, para o florescimento do integralismo ou outras formas de ideologias antidemocráticas. O autor mostra que as coisas não eram bem assim. Analisando o caso dos festejos e sua relação com a política partidária, inclusive nacional, demonstra que não havia nenhuma preferência especial nos municípios de colonização alemã neste sentido, do apoio massivo a partidos conservadores ou autoritários, por exemplo. Pelo contrário, em muitos casos o próprio PTB, tido como de difícil penetração nesses locais, obtinha resultados eleitorais importantes.

Fechando o livro, Luiz Alberto Grijó, em “Fascismo? Que fascismo?”, realiza uma perspicaz e oportuna análise sobre a ascensão da extrema-direita no Brasil, beneficiada pelo golpe de 2016. Refletindo sobre a utilização do conceito de fascismo para designar o bolsonarismo, Grijó alerta para o esvaziamento e a ameaça que a democracia brasileira sofre nestes tempos sombrios.

No tempo presente, a negação da ciência e da democracia tem procurado se disseminar a todo custo como elementos fundamentais de uma estratégia que também é política. As autoras e o autores deste livro têm clareza sobre o que isso representa e têm um papel a cumprir nessa disputa. Para tanto, fazem uso de sua melhor arma: a busca pela verdade da pesquisa histórica.

PARTE I

IMPrensa:

*HISTÓRIA, POSICIONAMENTOS E
REPRESENTAÇÕES*

I

JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA:

*o presidente do Conselho de Ministros e a imprensa ilustrada
(Rio de Janeiro, 1888-1889)*

ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES

NO BRASIL DO SÉCULO XIX SURTIRAM OS PRIMEIROS PERIÓDICOS ILUSTRADOS destinados a sátira social e ao entretenimento relacionados, sobretudo, ao humor. Os periódicos ilustrados alcançaram notoriedade, em especial, no Rio de Janeiro, centro político do Império do Brasil. O primeiro deles, que teve uma circulação e repercussão considerável, foi a *Lanterna Mágica*, de Manoel Araújo Porto Alegre, com desenhos que “foram francamente inspirados nos originais do desenhista francês Honoré Daumier” (SALGUEIRO, 2003, p. 82). Além desse, destacaram-se a *Semana Ilustrada* (1860-1876), *A Vida Fluminense* (1868-1875), *O Mosquito* (1869-1877), *O Mequetrefe* (1875-1893) e a *Revista Ilustrada* (1876-1898).

A política sempre foi um tema presente nas páginas de tais periódicos ilustrados, constituindo parte importante da elaboração dos textos e da criação das imagens. O Imperador Dom Pedro II¹, os partidos políticos, seus representantes, as eleições e as discussões dos projetos e das leis estavam, praticamente, todas as semanas nas páginas dos jornais de ilustração. Quase sempre o tom adotado girava em torno de uma crítica leve ou uma sátira contundente, o que dependia da defesa do periódico em relação ao assunto discutido ou sobre quem estava discutindo-o. No conjunto de ilustrações e

1 Sobre os desenhos satíricos de Dom Pedro II, ver SCHWARCZ (1998).

textos de opinião, da temática política, os Presidentes de Conselho de Ministros do Império constituem parte importante. Dois dos principais jornais – *O Mequetrefe* e *Revista Illustrada* – acompanharam 11 Presidentes até a Proclamação da República, em 1889. O primeiro foi Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, e o último foi Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto.

A proposta deste capítulo é analisar como esses dois periódicos noticiaram e abordaram dos Presidentes do Conselho de Ministros do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, que teve sua passagem pelo cargo marcada pela aprovação da Lei 3.353, de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea. Não se tem a pretensão de desenvolver uma biografia do Presidente ou uma análise extensa da sua administração, o objetivo é averiguá-lo a partir dos artigos e ilustrações sobre sua presidência veiculados nos dois periódicos.

A análise da história política deve levar em consideração a articulação entre “o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”, conforme sugere Pierre Rosanvallon (1995, p. 12). Dessa forma, os periódicos ilustrados são importantes documentos para a compreensão da história política imperial brasileira. Os textos e as imagens que serão analisados na sequência do capítulo permitem averiguar como o político – o Gabinete presidido por João Alfredo e sua gestão – foram noticiados, comentados e desenhados a partir das representações construídas pelos jornalistas e caricaturistas nas páginas dos periódicos, baseados no contexto social no qual estavam envolvidos.

A REVISTA ILLUSTRADA (1876-1898)

A *Revista Illustrada* iniciou sua circulação em janeiro de 1876. O periódico se apresentou com uma referência implícita ao seu fundador: “E notem bem que não sou nenhum calouro (...) sou, pelo contrário, um veterano, já há muito calejado nas lides semanais, que, tendo se recolhido temporariamente aos bastidores, volta agora resfolgado a cena²”. O “veterano” era Angelo Agostini que, de fato, não era um novato no trabalho com periódicos

² *Revista Illustrada*, 01/01/1876, nº 01, p. 2. As citações dos periódicos foram atualizadas.

ilustrados. Nascido na Itália, em 1843, Agostini se mudou para Paris aos nove anos, permanecendo na capital francesa cerca de oito anos. Ele veio para o Brasil em 1859 e se estabeleceu em seus primeiros anos na cidade de São Paulo iniciando sua carreira de caricaturista com o lançamento de dois periódicos: *Diabo Coxo* (1864-1865) e *Cabrião* (1865-1867)³. Ao se mudar para o Rio de Janeiro em 1867 contribuiu com o periódico *Arlequim*, substituído no ano seguinte por *A Vida Fluminense*, no qual ficaria até 1871 quando então assumiu o periódico *O Mosquito*, permanecendo neste até 1875. No ano seguinte, portanto, começava a veiculação da *Revista Ilustrada*.

O periódico contou, na parte ilustrada, além de Agostini, com a colaboração de outros artistas como Bento Barbosa, Hilário Teixeira e Antonio Bernardes Pereira Netto. Este contribuiu com as ilustrações da *Revista* a partir de 1888 e, de maneira direta, após a saída de Agostini ainda no mesmo ano devido a sua mudança para Paris. Sobre a substituição, Herman Lima (1963, p. 903) destaca que Pereira Netto “se tornaria mesmo quase um duplo, pela facilidade inaudita com que substituiria o mestre italiano”. Pereira Netto permaneceu na *Revista Ilustrada* até o encerramento de suas atividades em 1898.

A *Revista Ilustrada* alcançou um sucesso que até aquele momento nenhum outro periódico havia conquistado. Monteiro Lobato nas *Ideias de Jeca Tatu*, ao comentar sobre a caricatura no Brasil, assim se referiu ao periódico: “Quadro típico de cor local era o do fazendeiro que chegava cansado da roça, apeava, entregava o cavalo a um negro, entrava, sentava-se na rede, pedia café a mulatinha e abria a *Revista*” (LOBATO, 1956, p. 16). A longa circulação do jornal lhe permitiu acompanhar momentos importantes da história política do Brasil, como a Abolição dos escravos em 1888 e a Proclamação da República em 1889. O jornal teve uma atuação destacada na campanha pelo fim da escravidão no Brasil e no período republicano adotou uma posição abertamente republicana, com uma posição favorável aos governos dos primeiros presidentes, diferenciando-se dos demais jornais, os quais, em sua maioria, eram críticos.⁴

³ Sobre a trajetória de Angelo Agostini, ver BALABAN (2009) e MARINGONI (2011).

⁴ A *Revista Ilustrada* adotou um tom simpático aos republicanos até maio de 1888 quando se tornou abertamente favorável a manutenção da Monarquia. A posição francamente republicana foi adotada somente após a Proclamação da República. Essas fases estão explicadas em LOPES (2010).

O *MEQUETREFE* (1875-1893)

O *Mequetrefe* foi fundado por Pedro Lima e Eduardo Joaquim Correa e começou sua circulação em janeiro de 1875. Eduardo Correa se tornou o único proprietário do jornal a partir do ano de 1879 permanecendo até 1891, quando faleceu. Sua viúva assumiu os negócios colocando seu cunhado, José Joaquim Correa, na direção, mas com uma série de dificuldades, como o não pagamento de assinaturas, o jornal encerrou suas atividades em janeiro de 1893.

Ao longo dos anos o periódico contou com um número variado de colaboradores, como Olavo Bilac, Artur Azevedo, Henrique Lopes de Mendonça, Lúcio de Mendonça, Raimundo Correia, Filinto de Almeida e Lins de Albuquerque. Entre os caricaturistas, passaram pelo periódico Candido de Faria, Antonio Alves do Vale, Joseph Mill, Aluisio Azevedo, que mais tarde abandonaria os desenhos para se dedicar à literatura, e Antonio Bernardes Pereira Netto (LIMA, 1963, p. 116). Netto permaneceu por dez anos ilustrando o periódico e se retirou, como informado anteriormente, para substituir Angelo Agostini na *Revista Illustrada*.

O GABINETE DE JOÃO ALFREDO NAS PÁGINAS DOS PERIÓDICOS

Entre os grupos que constituíam a elite da política brasileira do século XIX, o mais importante era aquele formado pelos ministros. Eles eram “os agentes do poder executivo, cujo titular era o Imperador, que tinha total liberdade em escolhê-los” (CARVALHO, 1996, p. 49). Os ministros compunham um Gabinete que deveria executar as funções administrativas do Império, enquanto o Imperador desempenhava o Poder Moderador, o que lhe dava plenos direitos para demitir o presidente do conselho e convocar outro para formar um novo gabinete. Após a criação do cargo do Presidente do Conselho de Ministros do Império, em 1847, o Imperador passou a escolher apenas o presidente que deveria selecionar seus auxiliares, constituindo o Gabinete formado por sete membros (CARVALHO, 1996, p. 49).

Ao longo dos 49 anos do reinado de Dom Pedro II, houve 48 gabinetes, com uma média de quase um por ano (IGLESIAS, 1992, p. 199). Contudo, vale

considerar que na presidência de alguns gabinetes nomes se repetiram, como, por exemplo, o Duque de Caxias que ocupou o cargo em três ocasiões – entre 1856 e 1857, 1861 e 1862 e 1877-1878. Ainda, as mudanças constantes no cargo de presidente do Conselho de ministros levavam a certa alternância entre os dois partidos monárquicos, o Partido Liberal e o Partido Conservador.

Desde o final dos anos 1860, com a queda do Gabinete Zacarias, os conservadores se mantiveram no poder ao longo dos anos 1870. No entanto, os liberais retornaram a ocupar o principal cargo político do Império no final dessa década e se mantiveram no poder até meados dos anos 1880, quando os conservadores retornaram e ficaram no cargo, praticamente, até o final do Império. Essa situação possibilitou a criação da expressão: “nada tão parecido com um saquarema do que um luzia no poder” (MATTO, 2004, p. 115). Essa frase, que identifica os saquaremas aos conservadores e os luzias aos liberais, foi utilizada comumente a partir de meados do século XIX. Segundo Ilmar Mattos (2004, p. 115), a frase serviu “para caracterizar, com base numa ótica negativa, os partidos políticos no Brasil, quer estejam falando dos do Segundo Reinado, que estejam se referindo aos de época mais recente”.

A posição da *Revista Ilustrada* foi, predominantemente, crítica no que se refere aos presidentes. Única exceção é feita ao tratamento dado pelo periódico a João Alfredo, devido ao fim da escravidão que era a principal bandeira de reivindicação do periódico. Contudo, tal posição amigável não perdurou e quando houve sua demissão do cargo, o periódico já o satirizava em suas páginas. Já a posição defendida em *O Mequetrefe*, igualmente foi de sátira e crítica aos presidentes, independente de seus partidos. João Alfredo, apesar do trabalho realizado pelo fim da escravidão – igualmente defendida nas páginas do jornal – não foi poupado de críticas.

João Alfredo nasceu em Itamaracá, Pernambuco, em 1835, e faleceu, no Rio de Janeiro, em 1919. Ocupou vários cargos políticos antes de chegar a Presidência do Conselho em 1888: deputado provincial, deputado geral, presidente de província e senador, todos por Pernambuco. Ocupou cargos em Gabinetes conservadores como ministro da fazenda, ministro dos negócios do interior e ministro da agricultura. Além disso, foi Presidente das províncias do Pará e de São Paulo⁵. O começo de seu mandato como Presidente

⁵ Informações extraídas das seguintes páginas: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/>

do Conselho de Ministros foi em março de 1888 e terminou em junho de 1889. Ao longo desse período, os dois jornais ilustrados veicularam textos de opinião e várias imagens do Presidente, ora sozinho, ora acompanhado pelos seus ministros. A *Revista Illustrada* assim noticiou o novo presidente:

O Sr. João Alfredo assume o governo em meio de um coro unânime de aplausos e de esperanças.

Era, há muito, o estadista lembrado e apontado, por todos, para resolver as dificuldades, que, há tempos, assoberbam os governos, assim como para restituir ao executivo a dignidade e altivez que o seu antecessor tinha sacrificado, por meio de tais arranhões, de que a história ainda há de entreter-se, por muito tempo.

Está, pois, o governo em mãos de um homem que tem tradições, já longas e honrosas, em nossa política.

Realizará ele as esperanças e aspirações do povo? Há razões para crer.

Jamais um ministério foi recebido com mais sincero regozijo do que o atual.

Oxalá que saiba corresponder a onda de aplausos e animações, que o cercam, inspirando-se no patriotismo, para fazer a felicidade do Brasil.⁶

O texto enfatiza a expectativa que o jornal deposita no novo presidente para resolver os problemas que impedem a felicidade do Brasil. É possível considerar que o jornal já apontava a questão da escravidão como um desses empecilhos para a felicidade almejada, o que seria resolvido com a colaboração de João Alfredo. Essa ponderação se torna ainda mais evidente em outro número do periódico, ainda no mês de março, quando escrevem uma crítica ao Partido Republicano, o qual, conforme o texto, estava alvoroçado com o novo presidente. A *Revista* ressaltava que o momento não era para “questões de partido”, ao contrário, havia “alguma coisa, de mais urgente, a tratar-se do que discutir e estabelecer primazias entre os diversos sistemas políticos. Há uma legião de brasileiros e de mártires a libertar!”⁷.

perfil/1777 Acesso em 02/07/2019 e https://web.archive.org/web/20130918165012/http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom_pedroll039.asp. Acesso em 02/07/2019.

⁶ *Revista Illustrada*, 10 de março de 1888, nº 488, p. 2.

⁷ *Revista Illustrada*, 31 de março de 1888, nº 491, p. 7.

A abolição dos escravos, que estava em ampla campanha naquele momento, também estava, semanalmente, nas páginas do periódico. Marcelo Balaban (2009, p. 446), ao explicar o epíteto “poeta do lápis”, dado a Agostini por José do Patrocínio, durante a comemoração do aniversário do caricaturista, em abril de 1888, explica a intensa relação entre o artista e o movimento abolicionista:

definia o artista italiano por sua atuação como desenhista e seu empenho abolicionista. Integrava, assim, o delicado jogo político da abolição e buscava ressaltar a importância do trabalho com o lápis no processo que levava à vitória que se avizinhava.

Essa vitória que se avizinhava tinha, como peça importante, a atuação de João Alfredo, conforme as expectativas apontadas nos trechos do periódico e explicitadas na legenda de uma das ilustrações da edição de 10 de março. João Alfredo foi apresentado como o político que levaria a cabo a escravidão: “O organizador do novo gabinete é o Sr. João Alfredo, de quem se espera o termo final na questão do elemento servil”⁸.

O Mequetrefe também noticiou sobre o novo presidente, entretanto, o ponto de destaque da notícia, assim como foi verificado nos números de março de 1888 da *Revista*, estava relacionado com o fim da escravidão:

O Sr. João Alfredo que é hoje o grande timoneiro da situação, está coroadado pela auréola de redentor.

Dizem que o homem tem projeto para alforriar da noite para o dia todos os pretinhos da terra;

Malvado.

E o que será dos abolicionistas, quando não houver mais escravidão? Estou vendo daqui as lamentações do Zé:

- Os meus pretinhos! Que fizeste dos meus pretinhos, ó João Alfredo!⁹

O periódico destacava a proposta do projeto para a abolição dos escravizados. Aproveitava a mudança política para satirizar os abolicionistas, os quais

⁸ *Revista Ilustrada*, 10 de março de 1888, n° 488, p. 5.

⁹ *O Mequetrefe*, março de 1888, n° 451, p.2. O periódico possui alguns números sem a informação do dia da publicação.

perderiam o propósito com o fim da escravidão, e, também, os senhores de escravos, que lamentariam ficar sem eles. A formação do novo Gabinete foi considerada, por ambos periódicos, como o caminho possível à abolição. A escolha de João Alfredo para a presidência, conforme Robert Daibert Junior (2004, p. 132), foi uma estratégia da Princesa Isabel para conseguir o apoio necessário dos conservadores para a aprovação da lei: “Chamando o conservador João Alfredo, que já havia feito parte do Gabinete que aprovara a Lei do Ventre Livre, evitaria um racha dentro deste partido. Um conservador poderia pedir o máximo aos seus sem que nenhum partido lhe negasse apoio”.

Tal estratégia da regente, assim como a sua intenção em aprovar o fim da escravidão, era de conhecimento dos jornalistas, como se evidencia nos textos dos dois periódicos ilustrados, e também entre os políticos. José Murilo de Carvalho (2006, p. 320) ressalta que, embora a ação popular fosse significativa para a aprovação da lei, em 1888, “o incentivo da Coroa nunca deixou de se fazer sentir”, o que se tornou evidente na declaração do Barão de Cotegipe, que presidiu o Gabinete anterior ao de João Alfredo: “Cotegipe expressou a reação dos que se opunham à abolição imediata ao criticar a Regente dizendo que ela se colocara escandalosamente na vanguarda dos abolicionistas”.

Os números publicados no mês de maio, dos dois jornais, festejaram a promulgação da Lei Áurea. A Princesa Isabel foi apresentada, em *O Mequetrefe*, como a portadora da carta da liberdade ofertada ao povo brasileiro¹⁰. Já na *Revista Illustrada* seu retrato foi publicado no centro das páginas 4 e 5, acompanhado por outros retratos dos membros do Gabinete e demais políticos que foram importantes para a aprovação da lei, e, apresentada como a Redentora¹¹, epíteto dado a ela, provavelmente, por José do Patrocínio (DAIBERT JUNIOR, 2004, p. 136).

João Alfredo não ficou de fora das homenagens. Na *Revista Illustrada*, contudo, ele apareceu somente na edição de 19 de maio, entre os demais homenageados. Para o periódico a Princesa Isabel foi a principal responsável, por isso recebia todas as homenagens. Em *O Mequetrefe*, embora a responsabilidade da Princesa também fosse destacada, João Alfredo e seus ministros

¹⁰ *O Mequetrefe*, março de 1888, n° 453, p. 8.

¹¹ *Revista Illustrada*, 19 de maio de 1888, n° 498, p. 4-5.

receberam maior atenção na produção das imagens. As páginas centrais da edição 465, de maio de 1888, foram ocupadas por uma narrativa em quadros, intitulada “A Lei Áurea” na qual noticiavam e satirizavam as repercussões da Abolição. Após destacarem a atuação de Rodrigo Silva, Ministro da Agricultura e responsável por entregar à Câmara o projeto, os demais quadros enfatizavam as comemorações realizadas pela Confederação Abolicionista. Primeiro, uma saudação a Joaquim Nabuco, depois um desfile, com uma saudação ao Gabinete de João Alfredo. (Figura 01).



FIGURA 1.
A Lei Áurea.

FONTE
O Mequetrefe,
maio de
1888, nº453,
p. 4-5.

ACERVO
Hemeroteca
Digital da
Biblioteca
Nacional.

A legenda destacava que a Confederação Abolicionista, depois de passar em frente à sede do jornal *O Paiz*, “vai saudar com o maior entusiasmo os membros do Glorioso Gabinete 10 de março, a sua saída da Câmara dos Deputados. Uma verdadeira Apoteose”. O desenho apresenta os ministros, mas o único entre eles que é carregado nos ombros é João Alfredo, o que demonstra, para o jornal, que ele teve papel relevante no processo e não apenas a Princesa Isabel, como foi enfatizado pela *Revista Illustrada*. Há uma distinção entre as vestimentas dos homens que estão na parte esquerda do desenho e daqueles que estão do lado direito. Aqueles do lado esquerdo são os representantes da Confederação Abolicionista, conforme o estandarte que um deles carrega, e,

é possível que entre eles também estejam alguns jornalistas, já que na frente do estandarte está uma pena, instrumento de trabalho dos jornalistas. Já os homens da parte direita do desenho usam roupas mais simples, sendo que João Alfredo é carregado por dois deles.

A legenda do desenho, que relata a passagem pela sede do jornal *O Paiz*, destacava que o povo “com o maior entusiasmo” acompanhava o desfile. Ao que tudo indica, no desenho, esse mesmo povo não apenas saudou o Gabinete, mas carregou o Presidente na saída da Câmara. O jornal, mesmo não sendo um apoiador da Monarquia, portanto também, não era um apoiador do Gabinete, ressaltou, na sua produção, que o Presidente teve um apoio popular significativo ao conduzir o processo que levou ao fim da escravidão no Brasil. *O Mequetrefe*, dessa forma, o tornava protagonista no processo, ao contrário do que foi verificado na *Revista*, que o colocava como coadjuvante.

Apesar do tom simpático dedicado a João Alfredo e seus ministros, *O Mequetrefe* iniciaria, a partir de novembro de 1888, uma série de críticas contundentes ao Gabinete, as quais se manteriam até a demissão do Presidente em julho de 1889. Em novembro de 1888 o Imperador Dom Pedro II já havia regressado de sua viagem internacional¹². A Fala do Trono, proferida no encerramento das atividades dos senadores e deputados, foi noticiada pela *Revista Illustrada*: “efetivamente tudo ocorreu como de costume, sendo notada a voz segura com que o Imperador leu toda a fala do trono. A impressão geral era bastante lisonjeira”¹³. *O Mequetrefe* optou por abordar a fala do trono em uma de suas ilustrações, destacando que, por trás do Imperador, e do texto lido por ele, estava João Alfredo. (Figura 02).

O primeiro quadro coloca o Presidente escondido atrás do Imperador, revelando quem estava por trás do discurso proferido. Já no segundo quadro, a crítica se torna mais contundente ao colocar o Imperador como um boneco de ventríloquo, manipulado por João Alfredo. Por fim, no terceiro quadro, João Alfredo era apresentado como “o verdadeiro mandarim-mor deste Chim-Chimerio Império”. A primeira sátira do desenho estava na forma como João Alfredo era apresentado, com as roupas cerimoniais e a co-

¹² Em 1887, Dom Pedro II iniciava sua terceira viagem ao exterior, tendo como destino alguns países da Europa e, em especial, para a estação de águas termais de Baden-Baden. Sobre as viagens do Imperador, ver SCHWARCZ (1998).

¹³ Revista Illustrada, 24 de novembro de 1888, nº 524, p.2.



roa do Império, tradicionalmente usadas por Dom Pedro II ao proferir a Fala do Trono, ou seja, o Presidente, acompanhado pelo seu séquito, formado por seus ministros, se considerava o próprio imperador¹⁴. A segunda sátira era uma crítica a campanha pela vinda de imigrantes chineses, para substituir os ex-trabalhadores escravizados¹⁵. A partir de tal ilustração se torna mais evidente que *O Mequetrefe* abandonava a breve simpatia pelo Gabinete demonstrada na ilustração que celebrava o fim da escravidão¹⁶. Agora ele aparecia como manipulador do Imperador e como um possível usurpador do trono, que se aproveitaria da sua posição para assumir o poder.

O Mequetrefe encerrava o ano de 1888 apresentando ao público leitor uma “Galeria dos Célebres Homens”, na qual um dos destaques era João Alfredo. (Figura 03)

A ilustração ocupava toda a página 8 e apresentava o Presidente como o “chefe da tribo dos Caborés”. Caboré, ou caburé, era uma “denominação

FIGURA 2.

A fala do Trono.

FONTE

O Mequetrefe,
novembro de
1888, nº 465,
p. 4-5.

ACERVO

Hemeroteca
Digital da
Biblioteca
Nacional.

¹⁴ A construção dessa ilustração, com o presidente do conselho como manipulador do Imperador durante a Fala do Trono, não era uma novidade. Recurso semelhante foi usado por Angelo Agostini ao satirizar a Fala do Trono de 1884 com o presidente do conselho, Lafayette Rodrigues Pereira, acompanhado de um de seus ministros, embaixo do manto de Dom Pedro II. Revista *Ilustrada*, 05 de maio de 1884, nº 379, p. 1.

¹⁵ A substituição dos trabalhadores escravizados por trabalhadores chineses já acontecia na política brasileira antes de 1888, e era discutida na imprensa ilustrada. Cf. BALABAN (2015).

¹⁶ Entre os meses de agosto e outubro de 1888 foram publicadas outras ilustrações com críticas ao Gabinete, mas a ilustração da figura 02 inaugurava um momento mais contundente na elaboração de uma oposição a João Alfredo e aos seus ministros.

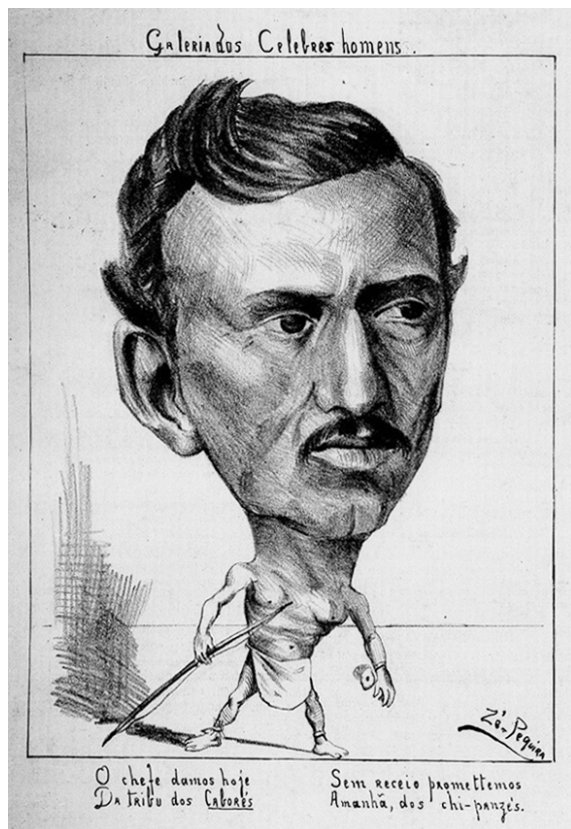


FIGURA 3.
Galeria dos
Célebres
Homens

FONTE

O Mequetrefe,
dezembro de
1888, nº 466,
p. 8.

ACERVO

Hemeroteca
Digital da
Biblioteca
Nacional.

com cabeça desproporcionalmente maior que o corpo, o torna ridículo. A caricatura, por sua vez, tem por objetivo exagerar uma parte da pessoa retratada ou um aspecto físico.

A arte do caricaturista, dessa forma, consiste em apreender as falhas e torná-las visíveis: “[...] sua arte tem algo de diabólico, levanta o demônio que o anjo havia prostrado na terra” (BERGSON, 1953, p. 28). Outras vezes, são as distorções que permitem identificar o retratado, associadas a outros critérios, como o papel desempenhado na sociedade pelo caricaturado. Se João Alfredo não tinha um aspecto físico que se destacasse, o que proporcionaria construir sua caricatura, a solução foi construí-la exagerando a sua cabeça.

dada aos quilombolas miscigenados de índios com negros” (GOMES, 2005, p. 359); em outra definição, seria um sinônimo de cafuzo, usado, sobretudo, no norte do país. A palavra também identifica uma ave de rapina, da família das corujas. Ainda é uma “expressão utilizada para designar pessoa de aparência feia ou ridícula”¹⁷. O artista, provavelmente, utilizou a palavra, para se referir a João Alfredo, sabendo dessas definições. Primeiro, vale lembrar que João Alfredo era pernambucano. Segundo, a elaboração do desenho, da caricatura, que o apresenta

¹⁷ As definições foram consultadas em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/cabor%C3%A9/>. Acesso em 08/03/2020.

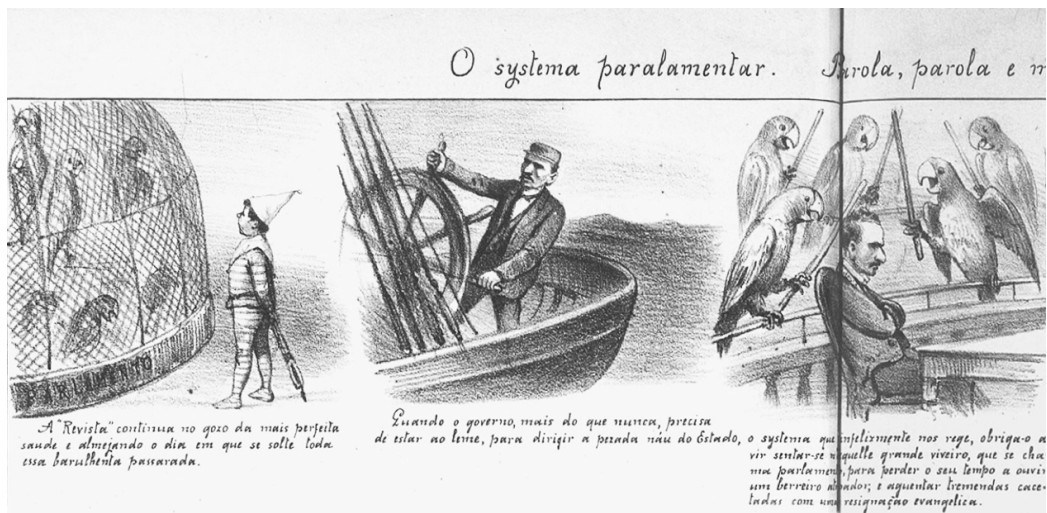


FIGURA 4.
O sistema parlamentar.

FONTE
Revista Illustrada,
4 de agosto de
1888, 508, p.
4.e 5.

ACERVO
Hemeroteca
Digital da
Biblioteca
Nacional.

Na *Revista Illustrada*, nas edições que circularam concomitantes aquelas de *O Mequetrefe*, após maio de 1888, é verificado outro João Alfredo. O periódico manteve sua posição defensora da Monarquia e, concomitante, do Presidente do Conselho. Em agosto de 1888, o periódico publicava uma narrativa gráfica intitulada “O sistema parlamentar” (Figura 04).

A sátira ao sistema parlamentar se complementava com a transformação dos parlamentares em papagaios, os quais atrapalhavam

quando o governo, mais do que nunca, precisa de estar no leme, para dirigir a pesada nau do estado o sistema que infelizmente nos rege, obriga-o a vir sentar-se naquele grande viveiro que se chama parlamento, para perder o seu tempo a ouvir um berreiro atordoador e aguentar tremendas cacetadas com uma resignação evangélica¹⁸.

Após João Alfredo aparecer na condução da nau do estado¹⁹, uma referência à condução do Império do Brasil, no quadro seguinte ele está sentado,

¹⁸ *Revista Illustrada*, 04 de agosto de 1888, n° 508, p. 4-5.

¹⁹ A nau ou navio geralmente era empregada para representar o governo ou, então, trazia seu governante no comando do leme, uma assimilação tradicional e usada inclusive em funerais de estadistas europeus (BURKE, 2004, p. 75).

ouvindo os parlamentares. A mensagem do periódico enfatizava que o Presidente do Conselho tinha questões mais relevantes para resolver do que usar o seu tempo para ouvir os deputados. João Alfredo foi desenhado respeitando seus traços físicos, ou seja, em ambos os quadros, a caricatura não está nele –

ao contrário do desenho anterior de *O Mequetrefe* – e sim nos deputados, metamorfoseados em papagaios. Em outras palavras, o periódico defendia a gestão de João Alfredo, sendo que essa opinião ficou mais evidente na edição de 15 de dezembro de 1888. Semelhante a “Galeria de Célebres Homens”, de *O Mequetrefe*, a *Revista Illustrada* veiculou, em um desenho de página inteira, um “Pantheón” (Figura 05).

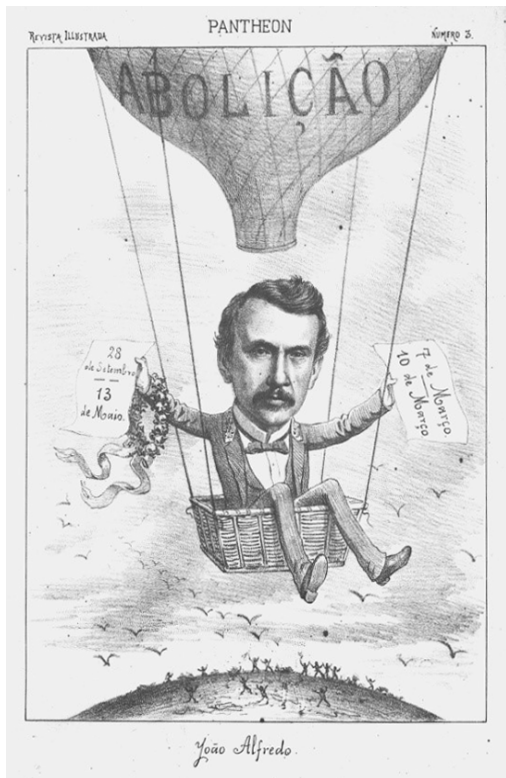


FIGURA 5. Pantheón (João Alfredo).

FONTE

Revista Illustrada, 15 de dezembro de 1888, 527, p. 8.

ACERVO

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

10 de março (data do começo do Gabinete presidido por ele, em 1888). Abaixo, pássaros voam, pessoas festejam as leis e a própria atuação de João Alfredo nesses processos.

Apesar de o desenho apresentá-lo com a cabeça maior do que o corpo, não se trata de uma sátira, ao contrário, é uma homenagem. A elaboração do desenho destaca o histórico do processo que levou à extinção da escravidão no Brasil no qual João Alfredo esteve envolvido. Em 1871, quando da aprovação da Lei do Ventre Livre, ele era Ministro dos Negócios do Império do Gabinete presidido pelo Visconde do Rio Branco. Em 1885, ele ocupava uma cadeira no Senado quando

da aprovação da Lei dos Sexagenários, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe²⁰. Já em 1888, como já verificado em outras partes deste capítulo, ele estava na presidência do Gabinete que coordenou os trabalhos que levaram a extinção total da escravidão.

A opinião sobre a gestão de João Alfredo começou a se transformar, na *Revista Ilustrada*, em março de 1889. Na primeira página da edição de 16 de março de 1889, o Presidente e seus ministros aparecem “Dormindo sob os louros da vitória...” (Figura 06). Essa ilustração retoma o uso das datas: nos louros da vitória, colocados nos galhos das árvores, estão o 13 de Maio e o 10 de Março e as palavras “liberdade” e “abolição”. Esse desenho permite, em uma primeira análise, considerar que o Gabinete presidido por João Alfredo está “dormindo”, tranquilamente, após a aprovação da lei. No entanto, ao observar com mais cuidado o desenho, é possível apontar que não é essa a mensagem colocada na imagem. Ao contrário, o Gabinete precisa “acordar” e trabalhar por outros projetos de interesse do Império. Na mesma edição, os desenhos das páginas centrais destacavam uma série de problemas enfrentados pelos habitantes da Corte, que protestavam com cartazes nos quais se lia “água”, “desinfetantes”, “socorros” e “limpeza”²¹.

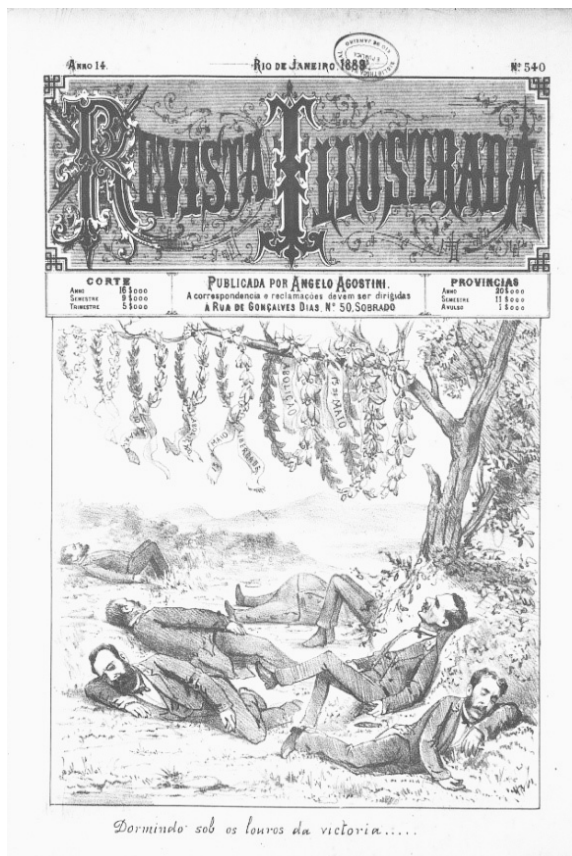


FIGURA 6.
Dormindo sob os louros da vitória...

FONTE

Revista Ilustrada, 16 de março de 1889, 540, p. 1.

ACERVO

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁰ Sobre a Lei dos Sexagenários, ver MENDONÇA (2008).

²¹ Além da falta de água, outro problema grave que o Rio de Janeiro enfrentava neste momento era uma epi-

Além disso, o periódico fazia referências aos *mettings*, sobretudo aos dos republicanos capitaneados por Lopes Trovão, os quais, mesmo proibidos, continuavam acontecendo e sendo reprimidos pela polícia. Maria Tereza Mello, assim se referiu ao tema abordado nessas ilustrações: “Em março de 1889, a *Revista* registrou a ‘enorme quantidade de povo’ que assistiu a um comício de Lopes Trovão no Largo da Lapa. Uma vez disperso pela polícia, o povo o acompanhou até a Rua do Ouvidor, onde a repressão foi ainda maior” (MELLO, 2007, p. 31). Enquanto tudo isso acontecia, o Imperador estava em Petrópolis e João Alfredo o visitava, para conferenciar com ele, conforme o último quadro dessa narrativa. Portanto, não era o momento para o Gabinete ficar “Dormindo sob os louros da vitória” avaliando que o 13 de maio havia solucionado os problemas, mas, ao contrário, havia muitos outros para resolver.

A paciência do periódico parece ter se esgotado cerca de um mês após a veiculação desse número. Em 13 de abril de 1889, um artigo de opinião selava o fim da relação amistosa com João Alfredo:

O ministério, decididamente, vai por muito mau caminho! Há nele um vício de inércia, uma costela conservadora... Em meio dos esplendores da lei de 13 de maio, supusemos que o partido e o objetivo do ministério 10 de março estavam substituídos por um espírito novo, de iniciativa e de progresso, que, como uma vacina, o tornaria indene às sugestões da pequena política. Julgamos, pois, o ministério abaixo de sua missão, sem elastério para dirigir um grande país, sem previsão de futuro, sem élan para resolver as questões e, francamente, para vegetar não estamos²².

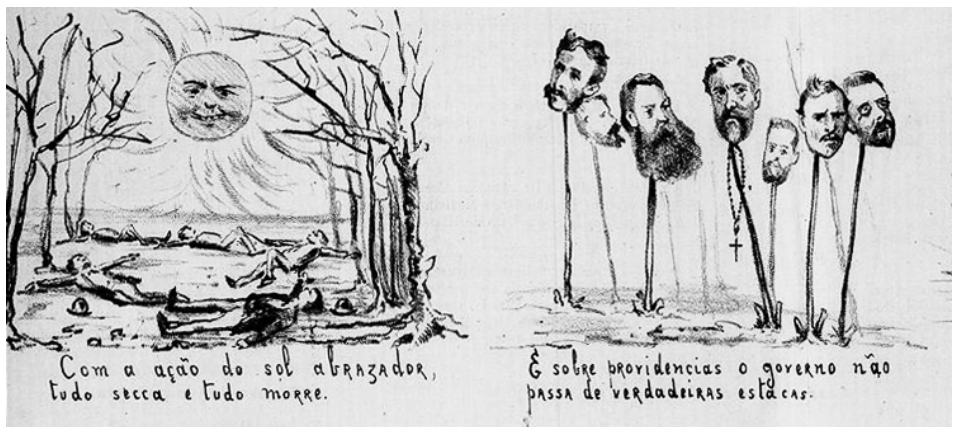
O texto retoma o assunto averiguado no desenho da capa, já que o periódico considerava que, após o 13 de maio, o ministério direcionaria seus esforços para outros projetos, mas isso não aconteceu e o gabinete não tem mais uma previsão de futuro. A partir deste instante e até o final da gestão, a *Revista* não pouparia o Presidente de críticas. Já *O Mequetrefe*, que não adotou uma posição simpática ao Gabinete, nem mesmo após o 13 de maio, em

demia de febre amarela, conforme noticiada nos periódicos.

²² *Revista Illustrada*, 13 de abril de 1889, n° 544, p. 2.

1889 tornava suas críticas mais intensas. Assim como a *Revista*, o periódico publicou um artigo criticando a inércia do governo diante dos problemas que assolavam a capital do Império:

Enquanto o Sr. João Alfredo diverte-se lá por Petrópolis, o povo sofre, subjugado pelo peso enorme da desgraça. Sua Excelência ri-se do quadro fúnebre e aterrador que apresenta a cidade do Rio de Janeiro quando devia chorar em companhia de seus colegas, cuja inaptidão para dirigir os destinos deste país já mais de uma vez tem-se manifestado²³.



O tom do texto vai ao encontro daquele defendido pela *Revista Illustrada* e, agora, ambos os jornais passavam a defender a mesma proposta: o fim do Gabinete 10 de março. As críticas em *O Mequetrefe* também foram reforçadas, no mesmo número do artigo, com ilustrações que destacavam a situação do Rio de Janeiro. (Figura 07).

Conforme a legenda do primeiro quadro, “Com a ação do sol abrasador, tudo seca e tudo morre”. Enquanto isso, os ministros não trabalhavam da forma como se esperava para resolver esses problemas, conforme afirmava a legenda do segundo quadro: “E sobre providências o governo não passa de verdadeiras estacas”. O desenho apresenta apenas as cabe-

FIGURA 7.
Sol abraçador
e verdadeiras
estacas.

FONTE
O Mequetrefe,
março de
1889, 473, p.
4 e 5.

ACERVO
Hemeroteca
Digital da
Biblioteca
Nacional.

²³ *O Mequetrefe*, março de 1889, nº 473, p. 2.

ças dos ministros, todos com semblante sério e, apesar de alinhados, não estão com suas cabeças na mesma direção, ou seja, implicitamente reforçavam a “inaptidão para dirigir os destinos deste país”, conforme afirmavam no texto.

Retornando às críticas a João Alfredo na *Revista Ilustrada*, o recurso de colocá-lo como capitão da nau do Estado,

da mesma forma como apareceu antes (Figura 04), foi aproveitado para abordar a situação de sua gestão. No entanto, no lugar da nau, ele está em uma barquinha, sem rumo e envolto em um mar bravio e em uma tempestade: “Coriscos e trovões ameaçam desarvorar a barquinha do Sr. João Alfredo” (Figura 08).

Nesse desenho, é verificado um dos elementos que se tornou corriqueiro em todas as ilustrações que satirizam João Alfredo na *Revista Ilustrada*: em todas as situações ele estava sempre com um charuto. O Gabinete presidido por João Alfredo foi dissolvido após a sua demissão, pelo Imperador Dom Pedro II, em 7 de junho de 1889. A *Revista Ilustrada* assim noticiava o fim da gestão:

Após alguns meses de vida tormentosa, o gabinete da abolição caiu, desastrosamente, sexta-feira última. Nós, que lhe fizemos franca oposição nos últimos tempos, somos insuspeitos, para noticiar a sua morte, neste momento, dizendo simplesmente que ele passou à história.

Efetivamente, no ativo desse gabinete vemos os maiores fatos que até hoje engrandeceram nossa pátria: vemos a abolição, feita com uma intrepidez e uma subliminidade que assombrou o Brasil inteiro e o mundo. (...)



FIGURA 8.
A barquinha
do Sr. João
Alfredo.

FONTE
*Revista
Ilustrada*, 04
de maio de
1889, 547,
p. 5.

ACERVO
Hemeroteca
Digital da
Biblioteca
Nacional.

Infelizmente, porém, esse ministério teve também grandes erros: assistiu de braços cruzados a devastação feita pelas epidemias, fez política com o fornecimento de água ao povo. (...) ²⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A citação acima resume a posição crítica da *Revista Illustrada* no momento final do Gabinete de João Alfredo, mas também deixa evidente que ela foi assumida somente nos “últimos tempos”. Já *O Mequetrefe* não mudou de opinião: manteve sua apreciação crítica ao Presidente ao longo do período em que ele esteve no poder. Os dois periódicos abordaram a gestão de João Alfredo com opiniões diferentes, mas ambos acreditavam que ele conduziria o processo que levaria a extinção da mão de obra escravizada, como, de fato, seu Gabinetese tornou peça importante para a aprovação da lei. A questão da Abolição é o ponto de unanimidade entre os periódicos, já que no pós 13 de maio de 1888, suas considerações sobre política tomariam caminhos diferentes. Enquanto a *Revista* se tornava defensora da Monarquia e da Princesa Isabel, *O Mequetrefe* ampliava sua defesa dos ideais republicanos. Os dois periódicos, dessa forma, são considerados como documentos importantes para averiguar a história política do Brasil, notadamente aquela sobre um dos Gabinetes imperiais, analisado a partir do humor e da sátira tão característicos da imprensa ilustrada.

Os desenhos e a parte textual permitem, portanto, averiguar a opinião dos artistas sobre esse momento da política imperial brasileira. As páginas dos periódicos permitem perceber como as ideias políticas eram transmitidas aos leitores a partir da realidade social na qual estavam inseridos. O tom favorável ao Presidente, defendido pela *Revista Illustrada* foi, aos poucos, se transformando com a falta de ação do Gabinete em resolver os problemas considerados urgentes pela *Revista* na condução do Brasil. A ineficiência em encontrar uma saída para o problema do abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro e a inércia em encontrar soluções para a epidemia de febre amarela que se alastrava pelo Brasil foram os motivos que levaram a *Revista* a defender uma mudança na condução da gestão ministerial do Império, como

²⁴ *Revista Illustrada*, 08 de junho de 1889, n° 552, p. 6.

destacava no texto que anunciou o fim do Gabinete, conforme a afirmava a *Revista* na citada acima.

Em tempos de pandemia, tanto no passado como no presente, o que se espera de qualquer governo preocupado com seu povo são atitudes enérgicas para minimizar os danos. Esperava-se, portanto, também do Gabinete comandado por João Alfredo, uma condução correta ao enfrentamento da disseminação da doença e apoio à população. Na opinião dos responsáveis pela *Revista Ilustrada*, e também por aqueles de *O Mequetrefe*, ele não conduziu esse processo de forma adequada. A ele coube simplesmente passar para a história como um presidente que não agiu. Da mesma forma que outros governos, se igualmente não agirem em épocas de epidemias e calamidades públicas, também passarão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALABAN, Marcelo. *Poeta do Lápis: Sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas: UNICAMP, 2009.

BALABAN, Marcelo. “Transição de cor”: Raça e abolição nas estampas de negros de Angelo Agostini na *Revista Ilustrada*. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, jul./dez. 2015, p. 418-441.

BERGSON, Henri. *La risa*. Ensayo sobre la significación de lo cómico. Trad. revisada por Amália Haydée Raggio. Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1953.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*. História e Imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem*. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem*. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isabel a “Redentora” dos escravos*. Bauru: EDUSC/FAPESP, 2004.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e*

comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: UNESP/Polis, 200.

IGLESIAS, Francisco. *História Política de Brasil (1500-1964)*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. 4 volumes. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LOBATO, Monteiro. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

LOPES, Aristeu. *A República e seus símbolos: a imprensa ilustrada e o ideário republicano*. Rio de Janeiro, 1868-1903. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2010.

MARINGONI, Gilberto. *Angelo Agostini. A imprensa ilustrada da Corte à Capital federal, 1864-1910*. São Paulo: Devir Editora, 2011.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida. Cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 2007.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a Mão e os Anéis. A Lei de 1885 e os caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v.15, n° 30, 1995.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *A comédia urbana: de Daumier a Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

II

OS PEDREIROS E A MADAME DA CAJUADA:

a autoimagem do brasileiro através dos textos de Rachel de Queiroz na revista “O Cruzeiro” (1948-1950)

GÉRSO WASEN FRAGA

O ESTRANGEIRO QUE CHEGASSE AO BRASIL NA EXATA METADE DO SÉCULO XX, e tivesse um olhar acurado capaz de não se limitar às belezas naturais, poderia se surpreender com as inúmeras dicotomias que marcavam o país. Nas principais metrópoles, a modernidade que se refletia na arquitetura dos prédios e no estabelecimento de um estilo de vida eminentemente urbano ganhava as páginas dos principais jornais e revistas, que divulgavam assim novos padrões de vida e consumo, em muito derivadas do chamado *American Way of Life*. O trânsito confuso dos automóveis (sempre um forte símbolo de consumo), a praia ou ruas centrais como local de exibição dos corpos e novidades da moda, o trabalho nos edifícios de escritórios ou ainda as telas dos cinemas trazendo as últimas novidades produzidas em *Hollywood* são apenas alguns dos elementos que podemos apontar como símbolos de um novo tempo que prometia as benesses da civilização moderna. Os mesmos periódicos, porém, não hesitavam em demonstrar seu estranhamento diante da vida tradicional dos brasileiros do sertão profundo, dos tangerinos e boiadeiros que viviam como nos fins do século XIX, dos indígenas quase isolados a apontar flechas para aviões, das benzedeadas aparentemente paradas no tempo e sentadas em frente a suas casas em qualquer interior do Brasil.

A própria imprensa brasileira, aliás, era um reflexo das condições do desenvolvimento daquele período, expressando um certo desejo de modernidade. Como nos lembra Nelson Werneck Sodré (1999, p. 1), “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”. Assim, em um capitalismo de desenvolvimento ainda recente e marcado pelas relações de dependência com os grandes centros, as principais empresas jornalísticas pautavam-se pela busca de padrões modernos de produção, criando sensações para um público ávido pela modernidade, muito embora as contradições do desenvolvimento interno do país lhe servissem constantemente como mote para matérias das mais diversas naturezas.

Esta dicotomia entre o moderno e o tradicional, por vezes apresentada nas páginas da grande imprensa brasileira, não era exatamente uma novidade daquele período. Antes, expressava um antagonismo que já há algum tempo era saliente na produção dos intelectuais brasileiros. Com efeito, ao menos desde o início do período republicano (1889), diversos foram os nomes que procuraram, através de hipóteses “científicas” e/ou interpretativas, explicar como se dava a formação de uma ideia de nacionalidade entre nós, bem como os motivos por que tal formação, marcada pela mestiçagem, seria capaz de imprimir em nossa alma um dístico negativo e indelével, feito marca de ferro em brasa, produzindo um povo que longe estava de ser caracterizado pela engenhosidade, pela operosidade ou pela capacidade de materializar grandes feitos. Do “Hércules-Quasímodo” de Euclýdes da Cunha (2000) ao “Povo Triste” de Paulo Prado (1962), éramos não mais do que infelizes, chumbados ao nosso destino devido à nossa História e nossa natureza.

Foi necessária a eclosão do movimento modernista entre nós para que a perspectiva negativa acerca do brasileiro recebesse algum contraponto. Mesclando elementos da até então desvalorizada cultura nacional com o que havia de consagrado no Ocidente, o modernismo propunha uma positivação da mestiçagem, em uma releitura do que até então era entendido como nossa mazela principal. Assim, abria-se espaço para a Semana de Arte Moderna, para o surgimento de Macunaíma – nosso herói sem nenhum caráter (Cf. ANDRADE, 1978) –, para as interpretações clássicas de Sérgio Buarque de Holanda (1997) e Gilberto Freyre (1984) ou mesmo, porque não, de Mário Filho (2003). Todavia, este contraponto não substituiu a autoimagem nega-

tiva que havia acerca de nossa identidade. Antes, ambas passaram a coexistir, gerando uma disputa narrativa que talvez encontre na expressão “Síndrome de Vira-Latas” cunhada por Nelson Rodrigues em 1958, seu ponto de inflexão¹. Esta disputa encontrará nas páginas da imprensa um lugar privilegiado, sendo esgrimida através das penas dos principais jornalistas e intelectuais brasileiros daquele momento.

Uma das trincheiras desta disputa por nossa autoimagem estava na última página da Revista *O Cruzeiro*. Este era o semanário de circulação nacional com a maior tiragem à época, e que trazia em suas páginas não somente os retratos de nosso desenvolvimento e de nosso atraso, mas também alguns dos principais nomes da *intelligentsia* brasileira naquele momento. A página em questão era o espaço ocupado por Rachel de Queiróz, mais conhecida por sua produção como romancista, mas que, sob a forma da crônica, se contrapunha abertamente à perspectiva de que a natureza e a miscigenação nos chumbavam ao atraso e à inoperância, ainda que sem perder de vista certa perspectiva idílica em relação aos sertões do Brasil,

Assim, o objetivo deste texto é demonstrar como as crônicas de Rachel de Queiroz publicadas na revista *O Cruzeiro* refletiam e se posicionavam neste momento de disputa entre duas perspectivas contrárias a respeito de nossa nacionalidade. Trazendo personagens de seu cotidiano e lembranças de sua infância, Rachel amparava-se na vida das pessoas comuns como argumento para demonstrar, aos próprios brasileiros, sua imagem de forma positiva, seja nos morros em torno da então capital federal onde vicejavam as favelas, seja nos sertões do Brasil, evocados muitas vezes através de cartas de leitores ou mesmo de suas lembranças. Porém, para começarmos a cumprir com nosso objetivo, miremos, ainda que de forma breve, para a autopercepção do brasileiro na exata metade do século XX.

¹ “Por ‘complexo de vira-latas’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos ‘os maiores’ é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. Na já citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem do empate. Pois bem: - e perdemos da maneira mais abjeta. Por um motivo simples: - porque Obdulio nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos”. Ver: RODRIGUES (1994). Todas as citações deste artigo procuram manter a ortografia encontrada nas obras e fontes consultadas.

VIRA-LATAS X MODERNOS

Eric Hobsbawm, em *Nações e nacionalismo desde 1780* (1998, p. 27), estabelece a premissa de que “a característica básica da nação moderna e de tudo o que a ela está ligado é sua modernidade”. Discorrendo sobre os mecanismos que, a partir da Revolução Francesa, foram utilizados para fomentar a ideia de nacionalidade, o historiador britânico nos mostra como mesmo as unidades políticas tidas como muito antigas necessitaram criar um arcabouço de referências passíveis de serem socializadas a fim de que o conjunto dos habitantes de um determinado território pudesse efetivamente se identificar como “nação”. Sem entrar na análise deste conjunto, gostaríamos de destacar dois pontos basilares para o início de nosso raciocínio: a) Embora Hobsbawm esteja se referindo aqui a novas formas de organização política – os novos Estados Nacionais –, parte significativa do conjunto por ele analisado já possuía elementos históricos capazes de configurar uma base segura para a identidade comum de seus habitantes a partir do século XIX (a França sob o absolutismo em relação à França pós-revolucionária, ou a influência do poder papal sobre o conjunto de organizações políticas que viria a conformar o Estado italiano, por exemplo). Quando tais laços se mostravam insuficientes, entrava em cena o movimento cultural conhecido como “Romantismo”, evocando passados idílicos e paisagens bucólicas a fim de justificar uma raiz comum àqueles que compartilhavam determinada nacionalidade; b) Estas novas identidades se conformavam sobre características tidas como “positivas”, capazes de levar à exaltação de uma identidade em comum.

Nada parece ser mais antagônico em relação ao Brasil do século XIX. Oficializado como Estado independente somente a partir de 1822, seguimos com a marca da escravidão até os estertores do século. Simultaneamente, dizimávamos nossos indígenas física e culturalmente, ao mesmo tempo em que instituíamos uma política de colonização europeia com o intuito de “branquear” o país. Cabe lembrar que este momento é, segundo Domênico Losurdo, o período máximo de afirmação do liberalismo político e econômico, mas também da negação absoluta da ideia de liberdade através do instrumento da escravidão, sem a qual o próprio liberalismo não teria como se afirmar como sistema hegemônico no mundo ocidental². Ao mes-

² Cf. LOSURDO (2006), em especial o capítulo 2, intitulado “Liberalismo e Escravidão Racial: um singular parto gêmeo”.

mo tempo, vicejavam as explicações pseudocientíficas da eugenia acerca da superioridade racial do homem branco que serviam como justificativa para a colonização dos territórios ocupados por indígenas e negros, tidos então como atrasados do ponto de vista evolutivo. Era necessário, pois, branquear para modernizar e inferiorizar para colonizar.

Naturalmente, diversos de nossos primeiros intelectuais cresceram e se formaram diante de tais perspectivas. Estes pensadores colocavam assim a mestiçagem como um problema estrutural de nossa formação. Vejamos o exemplo de Euclides da Cunha (2000, p. 93-94):

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso (...). E o mestiço – mulato, mamaluco ou cafuz –, menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a atitude intelectual dos ancestrais superiores. Contrastando com a fecundidade que acaso possua, ele revela casos de hibridez moral extraordinários: espíritos fulgurantes, às vezes, mas frágeis, inquietos, inconstantes, deslumbrando um momento e extinguindo-se prestes, feridos pela fatalidade das leis biológicas, chumbados ao plano inferior da raça menos favorecida.

Este conceito pejorativo acerca da miscigenação que marcava nossa formação nacional era emitido também por outros intelectuais brasileiros no começo do século. Lembremos, por exemplo, de Oliveira Lima (2000, p. 61), que considerava a mestiçagem brasileira como um problema a ser solucionado através da assimilação, desde que esta se desse sob a égide de uma cultura superior (naturalmente, branca e europeia). Nesta leitura, a escravidão brasileira era anunciada como uma instituição branda quando comparada às similares de outros países, estando permeada também por um senso de caridade visto como virtude social.

Devemos notar que as produções de intelectuais como Euclides da Cunha ou Oliveira Lima eram importantes àquela altura ao menos por três motivos. Inicialmente, tais autores, ao emitirem sua interpretação do passado, faziam-no a partir daquilo de Norberto Bobbio (1997) classificaria como

“um local de poder”, ou seja, o lugar privilegiado que ocupavam dentro da estrutura social, o que conferia a suas produções um *status* igualmente privilegiado. Tais produções, materializadas nas colunas dos jornais ou nas páginas dos livros, perpetuavam-se através do referenciamento e citação por outros intelectuais, criando assim uma cadeia de pensamento que não permitiria leituras alternativas ao que estaria então consagrado na historiografia. Em segundo lugar, aquelas eram as primeiras interpretações produzidas acerca de nossa formação nacional após a abolição da escravatura e o rompimento com a ordem monárquica. Com efeito, para os pensadores que produziam tais interpretações, as marcas da escravidão e todos os preconceitos dela decorrentes eram ainda parte do cotidiano (e quando deixaram de ser?). Isto fazia com que o romantismo à europeia, que buscava as raízes positivas da nacionalidade em um passado quase sempre idealizado fosse entre nós irrealizável, uma vez que o olhar para o passado – e portanto, para as origens da nação – vislumbraria essencialmente elementos tidos como negativos. Por fim, os intelectuais daquela geração, em grande medida, ocupavam as primeiras cadeiras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tradicional sociedade científica que, fundada conforme os modelos de suas congêneres europeias, caracterizava-se por uma leitura elitista e conservadora da História.

Esta concepção negativa do brasileiro faz-se presente na origem do famoso personagem “Jeca Tatu”, de Monteiro Lobato, que veio à luz em 1918, no livro *Urupês* (s.d.). Não por acaso, o Jeca, um típico caboclo nacional, é descrito como um indolente vivendo sob a lei do menor esforço. Quanto mais o progresso se aproxima, pondo em risco sua forma pacata de vida, mais ele adentraria os sertões, fugindo sempre da modernidade. E o símbolo do progresso para Lobato, curiosamente, possuiria uma nacionalidade específica.

[...] espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive á beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a picapau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se (LOBATO, s/d: 144).

Contudo, poucos nomes foram tão objetivos ao apontar para a miscigenação como origem de nossos males quanto o paulista Paulo Prado, autor de *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Nesta obra, lançada originalmente em 1928, Paulo Prado, ao propor sua interpretação sobre o Brasil, estabeleceu na primeira frase de seu livro algo que possuía a pretensão de uma máxima lapidar: “numa terra radiosa vive um povo triste” (PRADO, 1962, p. 3). A partir desta premissa, Prado estabelece que o mal endêmico que impede o desenvolvimento do país está relacionado a nossa formação histórica, calcada sobre o português degredado (portanto, um europeu de menor categoria), que, ao chegar a estas terras vindo de uma Europa marcada pela moralidade cristã medieval, teria miscigenado-se inicialmente ao elemento indígena, considerado como um ser desprovido de amarras morais. Posteriormente, se somaria a este quadro a sexualidade da negra africana trazida como escrava. Nas palavras do próprio autor (1962, p. 24):

À sedução da terra aliava-se no aventureiro a afoiteza da adolescência. Para homens que vinham da Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado – e toda a contínua tumescência voluptuosa da natureza virgem – eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido. O indígena, por seu turno, era um animal lascivo, vivendo sem nenhum constrangimento na satisfação de seus desejos carnis.

Outros fatores, porém, contribuiriam na visão de Paulo Prado, para a tristeza endêmica da alma brasileira. Exposto a uma sexualidade a florada, o brasileiro gastaria sua energia na fornicção ao invés da agricultura, tida por Paulo Prado como a atividade por excelência para a geração de riqueza e progresso (cabe notar que ele mesmo era filho de cafeicultores, e comandava uma empresa que trazia trabalhadores europeus para os cafezais do interior de São Paulo). Não bastasse isso, o ciclo da mineração teria gerado em nosso espírito, ainda segundo Prado, a falsa ideia da riqueza fácil através da sorte a ser alcançada na beira dos rios – o que também retiraria mão de obra da atividade agrícola. Some-se a isto uma natureza excessivamente exuberante, capaz de sufocar o homem, bem como o fato de que entre nós o romantismo

em nada lembrava o movimento europeu que buscava no passado a raiz da identidade nacional, sendo antes a busca por uma distinção social produzida por anéis de direito ou medicina e por uma retórica vazia, e estará consolidada nossa incapacidade de atingir os graus de civilização com que foram abençoados os povos europeus.

Esta perspectiva teria um contraponto a partir da década de 1920, quando temos o surgimento de um grupo de intelectuais que veria em nossa miscigenação física e cultural não mais um problema insolúvel (ou a ser solucionado em um tempo longo), mas sim algo que nos conferiria uma marca de originalidade diante das outras nações. Para este movimento, que tem na Semana de Arte Moderna um ponto de inflexão, a formação tripartite da nacionalidade brasileira seria, antes de mais nada, um fator de enriquecimento de nossa cultura e identidade. Ainda que as leituras produzidas por tal grupo não se constituam em um bloco monolítico – indo desde as críticas à falsa cordialidade e as vinculações entre o campo público e o privado estabelecidas por Sérgio Buarque de Holanda, passando pela celebração da miscigenação proposta por Gilberto Freyre, e chegando até a leitura de inclusão racial *soft* estabelecida por Mário Filho –, seria possível pensar agora no estabelecimento de uma verdadeira disputa discursiva com os velhos paradigmas que viam no brasileiro apenas a negação de potencialidades. Agora, os locais de discurso e poder passam a contar com defensores de uma perspectiva positiva de nosso povo, pintando-o como trabalhador, honesto e, sim, capaz de realizações e progresso, em que pese a presença de uma boa dose de sofrimento em seu cotidiano, em decorrência da carência econômica ou ainda da histórica negligência do Estado brasileiro em relação a sua população menos favorecida.

Foi neste contexto que a romancista cearense Rachel de Queiroz foi convidada pela direção da revista *O Cruzeiro* para ocupar o posto de cronista daquele que era, à época, o principal semanário do país.

RACHEL DE QUEIROZ NAS PÁGINAS DE *O CRUZEIRO*

Rachel de Queiroz era cearense de Fortaleza, nascida no ano de 1910. Pelo lado materno possuía certo parentesco com o escritor José de Alencar.

Pelo lado paterno, descendia de uma das mais tradicionais famílias de Quixadá, onde seu pai exercia o posto de juiz. Ainda criança, viu sua família mudar-se para o Rio de Janeiro e para Belém, fugindo da seca que assolava o sertão desde 1915. As mudanças não foram definitivas e, alguns anos mais tarde, a jovem Rachel estava novamente residindo em seu estado natal.

Aos dezessete anos, Rachel de Queiróz enviou uma carta ao jornal *O Ceará*, protestando contra um concurso de beleza organizado pelo periódico. A carta fez sucesso e Rachel virou colaboradora do jornal. Três anos mais tarde publicou seu primeiro romance, *O Quinze*, onde colocou no papel algumas das lembranças da grande seca ocorrida durante sua infância. Inicialmente recebido com reservas, o livro foi aclamado no centro do país por Mário de Andrade, o que fez com que Rachel se tornasse repentinamente uma personalidade literária. A partir de então, seu nome ficaria indissolúvelmente ligado ao universo dos romances, contos, crônicas, traduções e também do teatro. Passaria a colaborar com os periódicos *Correio da Manhã*, *O Jornal*, e *Diário da Tarde* até 1945, quando passou a escrever suas crônicas exclusivamente para a revista *O Cruzeiro*.

Cabe salientar, porém, que a trajetória de Rachel de Queiroz não foi isenta de ambiguidades e contradições. Embora tenha militado em sua juventude nas fileiras do Partido Comunista, chegando inclusive a ser presa, a cronista abraçaria mais tarde o anti-varguismo defendido pelos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand a partir da campanha para as eleições presidenciais de 1950, se mostrando então uma ferrenha opositora do getulismo. Anos mais tarde, seria defensora de primeira hora do golpe militar de 1964.

O espaço a ser ocupado por Rachel não era de pequena importância, e serve bem como ilustração do que vem a ser o “local de poder” ocupado por um intelectual. Com efeito, a revista *O Cruzeiro* não somente era o mais importante semanário ilustrado brasileiro daquele período, como era ainda editada pelos *Diários Associados*, o então maior conglomerado da mídia brasileira, comandado por Assis Chateaubriand. Na revista, os textos de Rachel ocupariam um lugar de destaque: a última página, um lugar nobre e de grande visibilidade para o leitor. A autora deu demonstrações de ter consciência da amplitude de seu público potencial já em sua primeira crônica, ao mesmo tempo em que evidenciou a valorização do regional e dos valores de “simplicidade” que marcariam sua produção naquele espaço.

Nasci longe e vivo aqui no Rio mais ou menos como num exílio. Me consolo um pouco pensando que você, sendo no mínimo cem mil, anda espalhado pelo Brasil todo e há de muitas vezes estar perto de onde estou longe; e o que para mim será saudosa lembrança, é para você o pão de cada dia. Seus olhos muitas vezes ambicionarão isto que me deprime – paisagem demais, montanha demais, panorama, panorama, panorama. Tem dias em que eu dava dez anos de vida por um pedacinho bem árido de caatinga, um riacho seco, um marmeleiral ralo, uma vereda pedregosa, sem nada de arvoredo luxuriante, nem lindos recantos de mar, nem casinhas pitorescas, sem nada dêste insolente e barato cenário tropical. Vivo aqui abafada, enjoada de esplendor, gemendo sob a eterna e humilhante sensação de que estou servindo sem querer como figurante de um filme colorido³.

Esta exaltação do estilo de vida simples do homem do interior seria uma constante nas crônicas publicadas por Rachel de Queiroz em *O Cruzeiro*. Por vezes amparada nas lembranças que trazia de seu Ceará natal, a autora não se cansava de evocar os aspectos positivos desta vida simples em contraposição ao cotidiano agitado da metrópole onde morava. Para ela, ao contrário do que preconizava o paradigma do desenvolvimento e da civilização, a vida pacata do caboclo não era sinal de atraso, mas antes uma virtude. É importante lembrar que tal perspectiva não rompia somente com um estereótipo em relação ao homem do interior, mas com uma ideologia construída sobre os descendentes de indígenas e escravos, vistos pela intelectualidade brasileira até meados do século XX como incapazes de expressar desenvolvimento e civilização.

À mão direita da casa, o roçado – só uma garra de terra com quatro pés de milho e feijão para se ter o que comer verde. O chiqueiro da criação, com a sua dúzia de cabeças, entre cabras e ovelhas. Talvez uma vaca dando leite.

E o açude pequeno e fundo, ali ao pé, tão perto que não seja um esforço apanhar uma cabaça de água ou descer de casa para mergulhar e refrescar o corpo, nas horas de sol mais forte.

Um anzol pequeno de Cará, um anzol maior para traíra, talvez

³ Crônica nº 1. *O Cruzeiro*, 1º de dezembro de 1945, p. 90.

uma espingardinha de chumbo para atirar num mergulhão ou numa marreca. O pau de matar cobra, o caco de enxada, o facão, a cuia de tirar leite.

Nada mais. Nem trabalho nem ambição. Nem algodão de colheita rica, nem pomar, nem curral cheio de gado fino. Nem baixio plantado de cana, nem engenho, nem alambique. Logo adiante do terreiro batido, o mato cresce por si, sem carecer de plantio nem limpa – Deus o fez nascer em janeiro e o próprio Deus o seca em julho.

Só a paz, o silêncio, a preguiça. O ar fino da manhã, o café ralo, a perspectiva do dia inteiro sem compromisso nem pressa. Vez por outra um conhecido que chega, conta as novidades, bebe um caneco d'água, ganha de novo a estrada⁴.

Já em seus primeiros textos, o lado modernista de Rachel de Queiroz se tornaria evidente, bem como a forte influência que a obra de Gilberto Freyre exerceria sobre seu pensamento. Ao contrário daqueles que, como Paulo Prado ou Oliveira Lima, desacreditavam da possibilidade de uma leitura positiva acerca da formação histórica e racial do homem brasileiro, calcados sobre o paradigma da modernidade ocidental como modelo de civilização, a cronista explicitava a valorização da formação tripartite em nossa cultura e formação histórica. Tomemos como exemplo a crônica publicada em cinco de janeiro de 1946, onde a autora assim expressa seu amor pela cultura lusitana: “Ó velha alma portuguesa, como te compreendo e te amo! (...) E gosto mormente dêsse ar de raça velha, amadurecida, curtida pela vida – curtida por dois milênios de vida que a nossa improvisação de mestiços nascidos ontem não compreende nem respeita”. A conclusão do texto não poderia ser mais elucidativa quanto à contraposição entre a valorização da tradição e a desconfiança em relação à modernidade: “Trocamos os vinhos ilustres pela Coca-Cola. E será que a barganha valeu a pena?”⁵.

A expressão “mestiços nascidos ontem”, tomada isoladamente, poderia levar a pensar em uma adesão, por parte de Rachel de Queiroz, às velhas interpretações a respeito da nacionalidade brasileira. Uma rápida análise do conjunto das crônicas produzidas pela autora, porém, é suficiente para des-

⁴ Um Alpendre, uma rede, um açude. *O Cruzeiro*, 23 de agosto de 1947, p. 90.

⁵ Eu nunca vi Lisboa. *O Cruzeiro*, 5 de janeiro de 1946, p. 90.

montar esta impressão. Com efeito, a nacionalidade brasileira será um tema constante em seus textos, sempre com um caráter positivo. Esta construção encontraria no povo um personagem privilegiado, mesmo que para isto fosse necessário contrapor-se àqueles que não seriam classificados na alcunha simples de “povo”. Este personagem, desta forma, legitimaria, por exemplo, a ideia de democracia racial produzida a partir da obra de Gilberto Freyre, pois seria, ele mesmo, sua expressão viva. Isto ficaria evidenciado, por exemplo, na crônica publicada em maio de 1946, intitulada “Carta para Catarina”. A crônica, como o título sugere, é produzida sob a forma de missiva, dirigida a uma refugiada judia da Segunda Guerra Mundial, e tem como objetivo apresentar o povo brasileiro para a destinatária.

Neste país a que você chegou, Catarina, como em todos os outros, grandes erros e grandes injustiças se cometem; e aqui, como em toda parte, há muito sofrimento e muita miséria. Mas, como somos na maioria pobres, na maioria mestiços, não temos preconceitos de côr nem de raça; pelo menos não os temos nós, o povo, com o qual você vai conviver. Dizem que, lá em cima, os poderosos já traçam raias de sangue e barreiras raciais. Mas disso não nos cabe culpa; você sabe o que é essa gente, igual em qualquer parte do mundo. Nós porém, brasileiros em geral, não indagamos quem é judeu nem ariano, quem é branco, mulato ou curiboca. A estrêla de Davi é para nós uma estrêla como as outras⁶.

A questão racial seria, com efeito, um elemento presente em diversos textos da cronista. Embora por vezes endossasse a tese da democracia racial de Gilberto Freyre, especialmente no que se refere ao povo mais simples, Rachel de Queiroz não deixava de apontar em seus textos para a existência da mácula do racismo entre nós. Assim, por ocasião do dia de reis de mil novecentos e quarenta e oito, a autora apresenta nova crônica sob a forma de missiva, desta vez endereçada ao Rei Mago Baltasar (o “Rei Mago Negro”). Nela, Rachel alerta ao pretenso destinatário da carta que “direito de negro, nesta terra, é só no papel”. E advertia:

⁶ Carta para Catarina. *O Cruzeiro*, 11 de maio de 1946, p. 90, 84. Era comum, na diagramação da revista, que alguns textos iniciassem em uma determinada página e terminassem em outra, ainda que anterior.

Se por exemplo houvesse chegado na noite do “reveillon” e tivesse querido entrar numa das “boites” elegantes ou mesmo num dos bares da Avenida Atlântica, pensa que podia? O gerente mandava logo um garção bem forte lhe dizer que negro não senta ali, nem que venha fantasiado de rei. Lá na sua terra, com a sua côr ou sem ela, Vossa Majestade é rei e sábio, passa a vida espiando o céu através do seu mirante de astrólogo. Mas se morasse aqui, tinha mirante é de lata, no morro, e isso mesmo enquanto a prefeitura não cismasse de botar abaixo, mal Vossa Majestade desse as costas, em procura de trabalho. Dia inteiro castigava o corpo no pesado; e de noite poderia batucar um pouco, se o ajudasse veia de malandro. A espôsa de Vossa Majestade, se espôsa tivesse, havia de lavar de sol a sol, enfrentando o tanque e o varal – e trazendo água em lata, na cabeça, desde a bica na rua, lá em baixo. E para aliviar o barraco, soltava os moleques, quero dizer os príncipes, que iam pedir tostão na porta dos cinemas. Distração tinha cachaça, tosse funda e verminose na criançada. Isto que é vida de negro no mundo de hoje em dia, e nos países democráticos. E ainda vem Vossa Majestade falar como negro! Negro não fala, negro cala a boca⁷.

É importante ainda perceber que a adesão de Rachel de Queiroz ao modernismo não significa necessariamente sua oposição aos textos da historiografia tradicional. Antes de se apresentar como crítica, Rachel estabelece uma espécie de “linha evolutiva”, onde, para chegar às leituras de Gilberto Freyre, seria necessário passar primeiramente por Euclides da Cunha, Oliveira Lima ou mesmo Paulo Prado. A escritora, desta forma, opta por fazer ouvidos moucos às críticas estabelecidas por tais autores à mestiçagem, preferindo antes ver em tais obras – especialmente em *Os Sertões* – a peça inaugural que levaria o brasileiro comum a gozar de um novo status nas ciências sociais. Tal passo teria sido essencial para que, posteriormente, intelectuais do naipe de Gilberto Freyre pudessem assentar as bases para leituras que, sob a égide modernista, pudessem estabelecer a valorização do brasileiro e das leituras referentes à nossa pretensa democracia racial.

⁷ Os três reis do Oriente. *O Cruzeiro*, 10 de janeiro de 1948, p. 90.

Aqui no Brasil, por exemplo. Precisou aparecer um Euclides da Cunha para transformar o sertanejo desprezado ou desconhecido numa figura de relêvo clássico e para dar ao drama atormentado dos sertões um eco que talvez já se possa dizer mundial.

O velho nordeste açucareiro, morto, esquecido, que dantes se afundava de todo no empobrecimento e na ruína, depois que foi escrita “Casa-Grande & Senzala”, como que brotou miraculosamente com força nova dentro das taperas dos engenhos e das casas grandes, e é hoje uma realidade presente aos olhos de todos, mais vivo, mais imortal, depois de transportado ao papel, do que no tempo em que se erguia materialmente na pedra, na madeira de lei e nas obras mecânicas⁸.

De fato, é em Gilberto Freyre que Rachel de Queiroz encontrará sua maior influência. Segundo ela, o Brasil enquanto coletividade teria uma dívida para com a obra do sociólogo pernambucano, que seria responsável pelos primeiros passos na superação da já citada “síndrome de vira-latas” expressa por Nelson Rodrigues. Nas palavras da própria autora, “não tivéssemos outras dívidas para com o grande Freyre, bastaria o fato de haver ele compreendido a nossa cura de um complexo que parecia irremediável, para nos conquistar uma gratidão perpétua”⁹.

Outra característica importante de se averiguar nos textos de Rachel de Queiroz diz respeito à retroalimentação existente entre os intelectuais e suas perspectivas. Em abril de 1947, a escritora publicaria no seu espaço em *O Cruzeiro* uma verdadeira resenha de “O Negro no Futebol Brasileiro”, há pouco lançada. Ao olhar acurado da autora – torcedora confessa do Vasco da Gama – não escapava a popularização por que passara o futebol brasileiro na primeira metade do século XX, nem mesmo sua transformação em símbolo de brasilidade. Por conta de tal percepção é que, propondo uma leitura certamente inusitada para muitos intelectuais da época, Rachel de Queiroz aceitava que o fenômeno fosse passível de ilustrar a complexidade da sociedade brasileira.

⁸ Aparência do Rio de Janeiro, *O Cruzeiro*, 17 de setembro de 1949, p. 114.

⁹ Dois Negros. *O Cruzeiro*, 4 de fevereiro de 1950, p. 114.

Agora vem Mário Filho e publica o seu “O negro no futebol brasileiro”, que não é, como talvez o pense o leitor descuidado, uma coletânea de crônicas de futebol, anteriormente publicadas em jornal, e de interesse apenas para os aficionados do esporte. É o estudo exaustivo de um fenômeno social – a democratização, ou melhor, a mulatização (pois entre nós as duas palavras querem dizer praticamente a mesma coisa), de um esporte que desembarcou aqui com máscara de esporte para grã-finos e ricos, mas pelo qual o povo se apaixonou, do qual tomou conta, adaptou-o, transformou-o, e nesse trabalho de nacionalização deu-lhe nova vitalidade, novas características e, pelo menos para nós, novo interesse¹⁰.

O futebol, curiosamente, sempre foi objeto das atenções da autora, cujo olhar perspicaz logo compreendeu como algo que ia muito além de um mero modismo ou de uma simples perda de tempo. Atenta ao real significado do que seria um símbolo nacional, Rachel de Queiroz logo percebeu que em seus meandros, a prática do futebol pela população simples mostraria o equívoco das leituras tradicionais acerca de nosso pretenso caráter indolente. De sua parte, a autora via na organização necessária para a prática do futebol exatamente os traços que os críticos da brasilidade sempre negaram ao homem brasileiro.

Fala-se muito na indolência do mestiço nacional, já se escreveram bibliotecas acerca da incapacidade da nossa raça para tudo que exija esforço físico. Mas basta a paixão brasileira pelo futebol para mostrar exatamente o contrário: no ardor com que se entregam ao “esporte das multidões” nossos patrícios em todas as idades e de todas as condições sociais, está o maior desmentido da nossa preguiça. Pois quem ousará dizer que é o futebol esporte de preguiçoso? Nele suam e se esbofam não só os vinte e dois jogadores e o juiz, como a própria “torcida”, que se escabela, urra, rola de arquibancada abaixo, invade o campo e enfrenta cavalaria. Outra das nossas celebradas incapacidades que a prática do futebol desmente é a famosa incapacidade de organização do brasileiro. Pois parece um milagre ver como nos lugares mais humildes se

¹⁰ O Negro no Futebol Brasileiro. *O Cruzeiro*, 19 de abril de 1947, p. 90.

formam *teams* – compostos na maioria de rapazes que moram mal, comem mal e dormem pessimamente, empregados em maus empregos, vivendo de biscates ou totalmente desempregados – mesmo porque a prática intensiva do esporte não dá margem para muito trabalho... Há, é verdade, os heróis que ao cabo de oito horas no pesado rebentando o corpo, ainda vão para o campo treinar, depois das quatro da tarde. Mas esses são exceções. O comum é o esporte absorver tudo, homem e profissão. Pois, como dizíamos, aqueles rapazes que comumente nada têm para si, surgem em campo de camisa e calção regulamentar, chuteira, meias, e alguns até se dão ao luxo de joelheiras¹¹.

Esta exaltação da alma nacional, de uma perspectiva positiva sobre o brasileiro comum por parte de Rachel de Queiroz, talvez encontre sua expressão mais bem acabada na crônica intitulada “O Calor e o Trabalho”, publicada no verão de 1949. Mais uma vez tomando como base os acontecimentos do cotidiano a sua volta – como convém a uma cronista –, Rachel estabelece uma contraposição fulminante entre o senso comum a respeito do brasileiro e aquilo que a realidade desnudava diante de seus olhos: trabalhadores submetidos a uma vida sofrida e a um duro cotidiano de trabalho *versus* a realidade confortável de uma elite para quem tais operários não seriam mais do que pessoas invisibilizadas.

De 38° a 40° à sombra tem sido a temperatura do Rio em muitos dias deste verão de 49. O ar dá para ser apanhado às colheradas, de tão espesso e morno. Brisas são meros sonhos, as folhas das árvores imóveis parecem feitas de papel e arame, para um cenário de filme. O mar, no fundo da baía, é uma lâmina de estanho lisa e espelhando fogo. Até os pássaros têm medo do ar e é raro avistar-se um risco de asa cortando o céu.

E nessa fornalha viva assim mesmo os homens labutam. Erguem paredes, misturam massa, soldam aço, derretem asfalto, britam pedra, varrem ruas, descarregam navios, capinam o chão e cavam a terra. Homens mal alimentados, mal agasalhados, que sofrem de doenças mal curadas, que não se sentem em segurança em relação a si próprios nem em relação aos seus. São esses os mestiços

¹¹ Futebol. *O Cruzeiro*, 29 de março de 1949, p. 106.

indolentes das anedotas e dos livros de viagens, esses os caboclos e mulatos do “prantando dá”. Quando o corpo pede apenas sombra, fresco e sesta, enquanto os chamados brancos se não sobem para Petrópolis, se refugiam nos cinemas refrigerados, se amontoam nas confeitarias tomando toneladas de sorvete, eles mourejam ao sol. A patroa num *deux-pièces* de piquê branco deita-se na rede da varanda e pede uma cajuada geladíssima; enquanto isso ao mormaço escaldante, abrigada do sol apenas por um pedaço de folha de zinco, a sua lavadeira esfrega roupa numa tina e tira água aos baldes do poço de quatro metros¹².

Se as contradições decorrentes da estratificação social brasileira não passavam despercebidas pela pena da cronista, uma breve experiência junto aos bolsões de imigração germânica no sul do Brasil seria motivo para o estabelecimento de um contraponto entre o caráter idílico por ela atribuído aos sertões nordestinos e o peso da cultura europeia (notadamente a alemã). A experiência ocorreu no verão de 1949, e foi o tema da crônica publicada em 11 de março daquele ano. Oferecendo uma realidade distante da evocada nas obras de Gilberto Freyre e familiar à Rachel, o Vale do Itajaí seria apresentado como motivo de grande estranhamento, não apenas pelos fatores culturais, mas sobretudo pelo aspecto altivo atribuído aos descendentes de alemães que habitavam na região diante dos “brasileiros”.

Quem anda pela chamada “zona alemã” dos estados do sul, e especialmente pelo vale do Itajaí, em Santa Catarina, a sensação que tem é de estar em país estrangeiro, e país inamistoso. E essa sensação nos é transmitida não só pela cor do cabelo e o dos olhos dos habitantes, não só pelos nomes que se ostentam nas placas das lojas e dos consultórios, não só pelo estilo arquitetônico; é, antes e acima de tudo, pela fala daquela gente. O brasileiro do vale do Itajaí quando fala a língua nacional, fala-a como um estrangeiro. Fala-a como falaria qualquer alemão com poucos anos de Brasil, e em certos casos nem assim a sabe falar. Fala mal, com sintaxe germânica, com uma pavorosa pronúncia germânica, e fala-a principalmente com um desinteresse, um descaso tal como devem falar os ingleses coloniais o dialeto dos cafres; pouco e péssimo,

¹² O Calor e o Trabalho. *O Cruzeiro*, 5 de fevereiro de 1949, p. 98.

apenas o suficiente para se fazerem entendidos pelos nativos nas suas transições obrigatórias.

Isto, a língua, é o obstáculo principal. Mas sente-se que existe, além da língua, um outro obstáculo mais sutil a separar brasileiros e teuto-brasileiros no vale do Itajaí. Seria forte chamar desprezo o que eles sentem pelos habitantes do resto do Brasil – mas o diabo é que não encontro outra palavra mais amena (...). O grosso deles vive naturalmente nas cidades de Joinville, Blumenau, Pomerode (que o governo tentou inutilmente crismar para Rio do Teste), Brusque. De Brusque para lá acham que fica a fronteira da sua nação: sentimento esse que foi muito bem traduzido pelo dono da principal confeitaria de Brusque, um alemão mal encarado que não sei se nasceu aqui mas que em todo caso fala um português infame, e que nos declarou textualmente: “Se os senhores querem conhecer Santa Catarina, podem ir embora daqui. O resto, Itajaí, Florianópolis, só tem sujeira”¹³.

Embora o apontamento da cronista possa ainda hoje fazer muito sentido diante do Brasil eivado de preconceitos em que vivemos, cabe apontar que aqui há uma elevação no tom de denúncia, um peso não encontrado diante das contradições sociais presenciadas pela autora no Rio de Janeiro ou em seu nordeste natal, ou mesmo diante da naturalização e idilização da pobreza do nordestino. Percebe-se aqui uma chave para entender o peso da obra de Gilberto Freyre e da ideia de democracia racial sobre o pensamento de Rachel de Queiroz.

Voltemos, por fim, à expressão das influências modernistas sobre os textos de Rachel, que, por sinal, seria outra constante de seu texto. Algum tempo depois de estabelecer uma verdadeira resenha sobre o livro de Mário Filho, a autora publicou nova crônica com o simples intuito de responder uma pergunta que lhe havia sido feita por outro periódico: “quais seus heróis e heroínas prediletos na literatura brasileira?” A autora responde de forma a não deixar dúvidas: “Responderei que em primeiro lugar venero Macunaíma, é claro. Macunaíma, herói da nossa gente, Macunaíma o das incríveis aventuras, o herói sem nenhum caráter, que não é símbolo porque não se passa para isso, fica muito acima, quilômetros, léguas”¹⁴.

¹³ Olhos Azuis. *O Cruzeiro*, 19 de março de 1949, p. 114.

¹⁴ Concurso. *O Cruzeiro*, 3 de abril de 1948, p. 90.

Desta forma, para uma das maiores romancistas brasileiras do século XX, o grande herói de nossa literatura não era outro senão o personagem que bem poderia ser a síntese da democracia racial apresentada por Gilberto Freyre: um personagem que, nascido negro e filho de índios, torna-se branco e, deixando o campo, vai morar na cidade. Um malandro, mas, ainda assim, um herói de nossa gente, posto que seria dela o reflexo.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Rachel de Queiroz, desta forma, marcava sua posição no embate discursivo existente na década de 1950 acerca do caráter brasileiro e de nossa capacidade de civilização. Verdadeira trincheira nesta disputa, suas crônicas em *O Cruzeiro* disseminavam para milhares de leitores perspectivas positivas sobre si próprios. Influenciada pelo modernismo, Rachel não hesitava em celebrar a simplicidade do caboclo e da vida no interior, seus valores simples e sua vida pacata, ainda que não propusesse uma ruptura traumática com as leituras produzidas pelos intérpretes tradicionais da nacionalidade brasileira no começo do século XX. Ao mesmo tempo, para ela, a vida na então capital federal servia como um dispositivo para perceber a distância existente entre os brasileiros comuns e a elite nacional, evidenciando a fratura de classes existente em nossa sociedade.

Encerraremos com um último trecho da autora, que a nosso ver evidenciava bem o caráter de suas crônicas. Em 13 de maio de 1950, Rachel escreveria um texto para apresentar ao mundo o álbum de fotografias de Jean Manzon, seu colega de *O Cruzeiro* e reconhecido até hoje como um dos maiores nomes da história do fotojornalismo brasileiro. Após traçar comentários sobre as imagens produzidas pelo fotógrafo, que iam dos indígenas do Amazonas aos gaúchos laçando gado, das baianas típicas de Salvador aos jangadeiros do nordeste, das onças de Goiás aos zebus do pantanal, a cronista concluiria:

E talvez agora o mundo, vendo esse nosso retrato honesto, fique nos conhecendo melhor, nos ignorando menos; talvez aqueles que nos imaginam apenas como mestiços indolentes tocadores de violão sintam agora por nós um

respeito maior, vendo como somos uma gente laborosa, resistente, humilde, destemida e cordial. Que somos realmente um povo¹⁵.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma (o herói sem nenhum caráter)*. São Paulo: Martins, 1978.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Unesp, 1997.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves ; São Paulo: Publifolha, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000.
- LOBATO, José Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, s/d.
- LOSURDO, Domênico. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- RODRIGUES FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

¹⁵ O álbum de Manzon. *O Cruzeiro*, 13 de maio de 1950, p. 130.

III

CONSTRUÇÃO DE FUNÇÕES PÚBLICAS A PARTIR DA RELAÇÃO QUE OS JORNAIS ESTABELECEM ENTRE IMPrensa E POVO NOS DISCURSOS AUTORREFERENCIAIS

LETÍCIA SABINA WERMEIER KRILOW

O PRESENTE TRABALHO COMPÕE UMA SEÇÃO ESSENCIAL DA PESQUISA QUE VENHO desenvolvendo no doutorado, onde busco analisar como parte da grande imprensa carioca¹ (*Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Última Hora*) representou, na segunda metade da década de 1950 (1955-1960), a democracia política então vigente no Brasil, assim como, construiu o seu próprio papel institucional neste período. Dessa forma, este capítulo se refere justamente as diferentes *funções públicas* que os jornais atribuíram a si quando construíram sua relação com o povo nos discursos autorreferenciais² encontrados nos textos editoriais de cada periódico³.

¹ Segundo Tânia de Luca (2011, p. 149): “De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. Assim, entende-se aqui por jornais da grande imprensa os periódicos voltados para o mercado, de circulação diária regular e que atingiam as maiores tiragens no período, isto é, acima de 50 mil exemplares dia.

² Tomando os discursos autorreferenciais como base de análise. Compreendemos o discurso autorreferencial nos jornais como narrativas jornalísticas que cobrem assuntos que dizem respeito aos jornalistas e ao jornal, ou seja, onde os jornais ou jornalistas são tomados como os personagens principais. Segundo Vanda Ferreira (2005, p. 130), os conteúdos jornalísticos auto referenciais caracterizam-se essencialmente pela abordagem de “acontecimentos, processos e/ou temáticas ligados à atividade dos meios/empresas e grupos de comunicação”, ou seja, são conteúdos que o jornal difunde “promovendo a sua visibilidade e imagem pública de forma direta ou indireta, de modo organizado e coerente”.

³ A escolha dos editoriais é decorre da perspectiva salienta por Luis Martins (2018, p. 70): “em pesquisas de

Inicialmente, importa destacar que o período da experiência democrática (1945-1964) foi ímpar para os impressos brasileiros de modo geral, em função da abertura política – processo no qual os jornais tiveram ação importante -, que, com a implantação do regime democrático gerou maior liberdade de imprensa, se comparado ao período anterior. Bem como, foi uma época marcada pelo que ficou conhecido como a modernização da imprensa carioca. A partir de 1950, especialmente houve a introdução de máquinas modernas, racionalização administrativa, assim, os jornais foram se consolidando como empresas. Ocorreu, ainda, a criação de várias folhas, implementação de um estilo de escrita mais voltado ao modelo norte americano, com a incorporação do *lead*, pirâmide invertida, *copy desc*. Por fim, alguns dos principais jornais ampliaram ou mudaram suas cedês, não é por acaso que Fernando Lattman-Weltman (1996) chama esse período de “anos dourados” da imprensa carioca⁴.

Mas tudo isso, não alijou a carga opinativa dos periódicos, muito pelo contrário, os jornais tiveram papel político ativo, tornando-se um agente de forte intervenção social (BARBOSA, 2007, p. 151). Por isso em muitas pesquisas, como por exemplo, as de viés marxista de Nelson Werneck Sodré (2011) e Juarez Bahia (1990) compreendem a imprensa como “dirigida” por “grupos econômicos estrangeiros” e “organizações locais”. Ou ainda o viés Frankfourtiano utilizado por Gisela Goldenstein (1987, p. 154) ao analisar a criação de *Última Hora* e *Notícias Populares* lava-a a considerar esses jornais essencialmente como armas de luta política. Por fim, a imprensa desse período ainda foi considerada simplesmente como subserviente aos interesses dos poderes tradicionais⁵. Nestes casos, as pesquisas concebem que o conteúdo e a forma dos textos jornalísticos seriam determinados não por critérios internos do fazer jornalístico, mas sim, predominantemente, quando não exclu-

médio e longo prazo, a análise dos editoriais permite identificar as principais ideias e conceitos políticos que circulam nas páginas de um impresso e orientam a(s) concepção(ões) sobre a realidade sustentada pela publicação”. Bem como, os editoriais são escritos pelos principais editores/articlistas de um jornal e geralmente são fruto de um debate prévio entre os chefes das principais editorias, o que torna estes textos uma produção de autoria coletiva, mas acima de tudo são “a forma como os proprietários e/ou os responsáveis por esta empresa desejam que ela seja vista no cenário público”.

⁴ Sobre a “modernização” da imprensa carioca na década de 1950, Cf. LATTMAN-WELTMAN (1996); BARBOSA (2007); RIBEIRO, A. (2007); RIBEIRO, L. (2004).

⁵ Cf. CAPELATO; PRADO (1980); RIBEIRO, A. (2002 e 2003).

sivamente, por fatores externos como as pressões econômicas e as ligações políticas.

Entretanto, no presente texto explora-se uma perspectiva distinta, que permita compreender que nesse contexto, os jornais estão preocupados em construir a sua importância para a sociedade, formando um espaço institucional próprio, onde a imprensa passa a oferecer como bens e serviços legítimos não apenas a *notícia* e a *opinião*, mas também *funções públicas* (TRAQUINA, 2005). A construção de *funções públicas* já ocorria anteriormente, mas especialmente, na década de 1950 se teve uma conjuntura macroestrutural mais favorável para a proliferação desses discursos⁶. Para tanto, a *teoria dos campos* de Pierre Bourdieu ofereceu um referencial teórico basilar⁷.

Dentro deste contexto, o vespertino⁸ *Última Hora* era o mais jovem dos quatro jornais escolhidos, fundado em 12 de junho 1951 por Samuel Wainer, seria voltado, predominantemente, mas não exclusivamente, para as classes populares. É descrito também como um dos mais importantes “reformadores” da imprensa brasileira, na década de 1950, introduzindo uma série de técnicas de comunicação de massa até então não usuais no Brasil (GOLDENSTEIN, 1987). Segundo Carlos Leal (2001b) no verbete do DHBB, *UH* teria sido criado para dar respaldo ao getulismo junto à opinião pública, entretanto, para conseguir atingir tal objetivo era necessário que se legitimasse perante os pares e ao público, algo que ocorre, especialmente, a partir dos discursos autorreferenciais. Durante o governo o período de 1955-1960, *Última Hora* iniciou uma fase de recuperação da crise gerada pela campanha da *grande imprensa* contra esse jornal.

Já periódico matutino *Jornal do Brasil* era o mais antigo, criado ainda em

⁶ Isso em decorrência de diversos fatores: a) formação de profissionais especializados, com a criação do curso superior de jornalismo, o que permitiu a formação de uma ideologia da profissão e, com isso, a incorporação do que Bourdieu denomina de *habitus secundário* (Cf. BARBOSA, 2007, p. 151; RIBEIRO, A. 2007, p. 37); b) gradual ampliação do público leitor, para isso os processos de industrialização, urbanização e ampliação da alfabetização foram fundamentais para que esse *grande público* fosse formado; c) Em 1955, a criação de uma importante instância de consagração, a saber, o Prêmio Esso de Jornalismo, a mais importante distinção conferida a profissionais de imprensa no Brasil (Cf. BARBOSA, 2007; RIBEIRO, A. 2007; RIBEIRO, L. 2004).

⁷ Cf. BOURDIEU, (1974, 1996, 2015 e 2016).

⁸ Os jornais vespertinos chegavam às bancas normalmente pelas 11h; faziam um jornalismo mais de sensação, com grandes manchetes; utilizavam uma linguagem mais leve, concisa e direta. Não circulavam no domingo. Já os periódicos matutinos: circulavam nas primeiras horas da manhã; possuíam um número maior de páginas; eram profundos e minuciosos no tratamento das informações e doutrinários em seus comentários editoriais; eram, em geral sérios e analíticos. Não circulavam na segunda (RIBEIRO, A. 2007, p. 57).

1891. A partir dos anos 1930, adotou a estratégia de ocupar as quatro primeiras páginas como anúncios e classificados. Essa estratégia possibilitou ao jornal grande autonomia financeira – bancado pelos classificados e vendas aos leitores -, sendo o único dos grandes diários, nos anos 1950, que não dependia de publicidade para se financiar. O que lhe rendeu o apelido pejorativo de “jornal das cozinheiras”, embora possuísse uma linguagem rebuscada, pouco uso de imagens, mesmo após as reformas iniciadas em 1956. Neste sentido, ao que tudo indica, era consumido pelas classes populares, que procuravam os classificados, e pelas classes média e alta, mais interessadas nos conteúdos discursivos propriamente ditos. Em sua origem, foi monarquista, entretanto, desde o início do século XX, assumiu posições políticas mais contidas, mantendo uma linha ligada ao conservadorismo católico até 1956, isto é, até antes do início de sua reformulação. Foi reconhecido como um dos mais emblemáticos jornais “reformadores” do período, em função das reformas empreendidas sob a direção da Condessa Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro com o objetivo de retomar o prestígio que havia perdido ao longo dos anos, especialmente pós 1930 (RIBEIRO, A., 2007, p. 153-155).

O *Correio da Manhã* foi também um periódico matutino antigo, fundado 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt. Construiu sua imagem como sendo um “jornal de opinião”, mas sem vinculação partidária, o que lhe gerou um grande reconhecimento, sendo considerado um dos principais órgãos da imprensa brasileira. Na década de 1950, era um dos jornais de maior prestígio em função da qualidade do texto e dos profissionais de redação. Nesse sentido, utilizava uma linguagem rebuscada, muito texto e poucas imagens. Ao que tudo indica, seu público leitor na década de 1950 estava concentrando na “alta burguesia” e “classe média alta”, entretanto seu orçamento, majoritariamente provinha das verbas publicitárias e não das vendas avulsas e/ou assinaturas (LEAL, 2001a). De todos os periódicos foi o mais contido na modernização, em 1955 promoveu mudanças gráficas com a aquisição de novas máquinas de fabricação estado-unidense (AREAS, 2012).

Por fim, o vespertino *O Globo* fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925. Na década de 1950, apresentava uma diagramação com o uso de “títulos dinâmicos” e o recurso de muitas fotografias e charges. Os textos eram carregados e rebuscados, não havendo incorporação de recursos como

o *lead*. O que pode indicar que esse vespertino não era um jornal voltado prioritariamente para as camadas populares, embora este também fosse o seu público alvo. *O Globo* investiu consideravelmente na modernização do parque gráfico, o que refletiu na constante ampliação de suas tiragens ao longo da década de 1950, assim pode-se dizer que, embora tenha incorporado apenas parcialmente algumas técnicas discursivas do jornalismo norte-americano, seguiu o movimento de modernização mais amplo, por que passavam os grandes jornais cariocas (LEAL; MONTALVÃO, 2001).

Dessa forma, percebe-se que a escolha dos jornais não ocorreu de forma aleatória, mas por dois critérios básicos, a saber, a forma como os jornais se posicionaram frente as reformas jornalísticas da década de 1950, assim, temos jornais que se posicionaram de forma bastante diferente quanto à modernização em curso, havendo tanto aquele que já foi criado no novo modelo (*Ultima Hora*), como aquele que se transformou durante o período (*Jornal do Brasil*), havendo o que parece ter revertido o processo (*O Globo*) e, por fim, o que adotou apenas graficamente o novo perfil de imprensa (*Correio da Manhã*). Bem como, o segundo critério se refere ao fato destes serem tratados na bibliografia como possuidores de características distintas, as quais podem ter interferido nas construções das *funções públicas* que atribuem a si próprios e ao restante da imprensa.

FUNÇÕES PÚBLICAS REPRESENTADAS

Quando se refere a construção de *funções públicas*, não se pode deixar de citar os trabalhos de Afonso de Albuquerque. Este pesquisador traz uma importante exploração conceitual em torno do *Quarto Poder*, ao argumentar que “o termo tem sido empregado de diferentes maneiras, e com significados distintos” (2009, p. 1). Esses distintos significados estão relacionados a basicamente três modelos: *Fourth Estate*, *Fourth Branch* e *Poder Moderador*.

Para Albuquerque o modelo de *Fourth Estate*⁹, originalmente, concebido

⁹ Na divisão da sociedade em Três Estados: “o Primeiro Estado correspondia ao Clero, o Segundo Estado à Nobreza e o Terceiro Estado aos Comuns – que se fazia representar nas duas casas do Parlamento. [...] Neste contexto, caracterizar a imprensa como um “Quarto Estado” significava caracterizá-la como representante dos interesses da sociedade como um todo, para além daqueles que se faziam representar no Parlamento” (ALBU-

pelo pensamento político inglês do século XIX, no qual, a imprensa exerceria um contra-poder, “cujo papel é promover um controle externo do governo, em nome do interesse dos cidadãos” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 2), por isso, argumenta o autor que, neste caso, o que se considera é “o papel da imprensa na publicização de temas que, de outro modo, permaneceriam confinados ao Parlamento”, dessa forma, “a imprensa permitiria ao debate político ganhar uma dimensão nacional, rompendo, assim, com o monopólio dos poderosos” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 3). Não por acaso que, a imprensa precisava se relacionar “ao ideal liberal do papel da imprensa como devendo servir de guardião dos interesses dos cidadãos contra os abusos do poder, sejam eles realizados por parte do governo ou não”, mas “para cumprir esta missão, a imprensa deveria adotar uma postura independente em relação aos grupos dominantes” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 4).

Esse papel da imprensa se desdobrou “na concepção da imprensa como um cão de guarda (*watch dog*) em defesa dos interesses dos cidadãos” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 2), legitimando a formação do jornalismo investigativo. Entretanto, tal perspectiva recebeu uma significativa contra metáfora, a do *lap dog* (cachorro submisso, lambão), nessa concepção, a imprensa seria submissa à autoridade, sem independência e seus interesses estariam ligados aos “grupos poderosos” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 5). Contudo, existe um modelo alternativo, aos citados, para qualificar o papel político da imprensa, o *guard dog*, neste caso, a imprensa seria “primariamente dependente dos poderes dominantes, o que, em circunstâncias normais, produz um alto grau de conformidade em relação à estrutura do poder” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 5), porém, argumenta Albuquerque, “este papel pode ceder lugar a uma perspectiva mais crítica quando ocorrem disputas internas no âmbito da elite ou há claras ameaças externas” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 6).

Por seu turno, o modelo de *Fourth Branch*, “sugere que a imprensa desempenha um papel no exercício do governo, ainda que não oficial”, pois faria parte de um sistema, “através do qual os três poderes interdependentes do governo – Executivo, Legislativo e Judiciário¹⁰ – se controlam recipro-

QUERQUE, 2009, p. 4).

¹⁰ Baseado no princípio da divisão de poderes apresentado por Montesquieu. “Montesquieu identifica três espécies de poder diferentes que são exercidos no âmbito do Estado – o poder de fazer leis (legislativo), o poder de administrar os negócios do Estado (executivo) e o poder de julgar e punir (judiciário) – e sustenta que

camente” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 2). Assim, além de intermediária na relação entre os diversos poderes interpenetrados do governo, os três poderes dependem da imprensa “para se comunicarem uns com os outros e com o público de um modo geral” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 7). Entretanto, para que tal sistema seja considerado legítimo é necessário “que a imprensa reivindique e seja reconhecida como um agente ‘neutro’ e politicamente desinteressado, movido apenas pela técnica e pela ética profissional que ele pode desempenhar eficientemente o papel de mediador entre os três poderes” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 7).

Por fim, “o modelo de *Poder Moderador* concebe a imprensa como devendo desempenhar uma espécie de *superpoder*, de arbitragem dos conflitos que se estabelecem entre os três poderes, e da defesa do interesse público para além deles” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 2). Advém da percepção da “necessidade de um poder ‘neutro’ como garantia de estabilidade para o sistema político” originário da época monárquica, mas que permaneceu presente durante o período republicano (ALBUQUERQUE, 2009, p. 9). Nesta concepção, especificamente a imprensa brasileira, por ter desempenhado um papel importante, no processo de redemocratização do Brasil, “passou a reivindicar um papel político ativo, como fiadora da democracia e suas instituições”, sendo que este papel que a imprensa se propôs a desempenhar “se assemelha em alguns aspectos com aquele propugnado pelo Poder Moderador” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 10). Mas, reconhece Albuquerque (2009, p. 10) “o exercício de um papel ativo na política não é, naturalmente, um traço distintivo do jornalismo brasileiro”, mas o elemento distintivo do caso brasileiro “é o fato de que, nele, o jornalismo concilia um papel político ativo com a reivindicação do exercício de um lugar transcendental em relação às forças políticas particulares, típico daquele encontrado no modelo americano do jornalismo objetivo”.

Diante dessas colocações nada mais lícito do que indagar: como parte os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Última Hora* representaram, na segunda metade da década de 1950 (1955-1960), suas respectivas *funções públicas* a partir da relação que os jornais estabelecem entre imprensa e povo

a liberdade política só pode se desenvolver plenamente na medida em que estes poderes couberem a agentes diferentes” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 6).

nos discursos autorreferenciais? E a partir dessas *funções públicas* quais relações podem se estabelecer entre esses diários e o campo político?

Mas, antes de darmos início a análise, faz-se necessário algumas considerações sobre a formação do *corpus* de pesquisa. O *corpus documental* ficou delimitado em 532 textos ao longo dos seis anos investigados¹¹, destes: 126 são do *Correio da Manhã*, 150 do *Jornal do Brasil*, 130 do *O Globo* e, 126 do *Última Hora*. Sendo que no *CM* as referências a *povo* foram encontradas em 35 dos 126 editoriais (27,7% do *corpus documental* deste jornal); no *JB* em 76 dos 150 (50,6%); no *OG* em 69 editoriais dos 130 (53%); e no *UH* foram identificados 77 textos dos 126 (61,1%). Números que correspondem a um total de 257 textos atribuição de *funções públicas* dentro do *corpus* final de pesquisa e que pode indicar um equilíbrio na utilização e difusão de *povo* pelos jornais estudados.

Dentre as diferentes *funções públicas* difundidas pelos periódicos, quando concebem sua relação com o *povo*, uma das mais recorrentes é a de *educar o povo*, essa perspectiva foi encontrada no *Correio da Manhã* quando se lê: “como a imprensa, rádio e televisão são instrumentos de educação política, agentes de vida cívica. Cerceá-los na sua liberdade é restringir ao povo o acesso às fontes de opinião”¹². Dentro dessa perspectiva, o *CM* reserva um lugar especial ao rádio, especialmente ao uso político desse meio de comunicação, pois, argumenta-se o “rádio é hoje o jornal do analfabeto ou do semianalfabeto – da grande maioria, portanto, dos que votam”¹³, ou seja, do *povo* concebido como corpo de eleitores.

¹¹ Para a formação do *corpus* de pesquisa optamos pelo critério de prospecção por amostragem, na qual analisou-se inicialmente 15% do total das edições anuais, o que corresponde a 45 edições por ano em cada periódico. A base do cálculo que resultou nessas 45 edições é de 305 edições por ano de cada jornal (o valor não é de 365 - dias do ano -, pois, no período de 1955 - 1960, os periódicos possuíam apenas 6 edições semanais e não 7, e, em alguns casos, por motivos diversos acabavam não circulando. Outra observação deve ser feita em relação a publicação de edições extras, estas não entraram na contabilização, pois pegamos a apenas o jornal referência do dia, não considerando as possíveis edições adicionais a um mesmo dia). Assim, foi feita uma regra de três simples e 15% dessas 305 edições equivalem a 45 edições anuais, o que equivale a 270 edições por jornal ao longo dos seis anos de pesquisa, totalizando um montante de 1.080 edições dos quatro jornais nos seis anos de pesquisa. Entretanto, como nem todos os editoriais destas 1.080 edições foram pertinentes ao objeto de pesquisa, e em alguns casos houve mais de um texto selecionado por edição, o *corpus documental* final ficou delimitado em 532 textos.

¹² “Momento calmo”, *Correio da Manhã*, 05 de outubro de 1957, 1°C, p. 6.

¹³ “Insônia”, *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1958, 1°C, p. 6.

Posição compartilhada pelo *Jornal do Brasil*, quando este entra na discussão sobre a liberdade do rádio e, afirma

A nossa opinião é a de que a divulgação dos debates parlamentares por emissora oficial só poderá – em última análise – contribuir para a educação política do povo e para a melhoria do nível do Congresso. Defendemos pontos-de-vista democráticos e, logicamente, acreditamos na capacidade que o povo tem de discernir e de escolher”¹⁴.

No caso de *O Globo*, este constrói a si próprio como o esclarecedor do povo quando se refere a Tenório Cavalcante como “um fruto, dos maus, da democracia”, “que existem apenas para chamar a atenção do povo para a necessidade de aperfeiçoar a vida política da Nação”. Nesse sentido, argumenta-se: “continuaremos a enfrentar todos os aventureiros que, por motivos espúrios, procurem perturbar a vida brasileira” e acrescenta que “de nada valerá ameaçar-nos, pois não nos afastaremos da nossa linha de conduta. Assim agindo servimos ao Brasil e os Brasileiros. Inclusive, contribuímos para esclarecer os eleitores, a fim de limpar dos Tenórios Cavalcantis o Congresso Nacional”¹⁵.

Nesses casos, pode-se perceber que o *CM* concebe apenas os jornais como integrantes da imprensa, e, imprensa, rádio e televisão como meios de comunicação, mas destaca que todos “são instrumentos de educação política”. Ainda mais, tanto o *CM* como no *JB*, no caso da “educação do povo” não compreendem os demais meios de comunicação, especialmente, o rádio, como concorrentes, mas sim como auxiliares, todos “agentes de vida cívica”.

Já *O Globo* se coloca em lugar particular e “fala” exclusivamente de si, como quem vai esclarecer os eleitores, especialmente, em relação a um dos “problemas” da democracia - a possibilidade de o povo eleger pessoas, consideradas pelo jornal como, nocivas ao país como seus representantes. Elemento que converge com a perspectiva defendida pelo jornal sobre a necessidade de cursos públicos para “ensinar o povo refletir sobre a gravidade do ato eleitoral”¹⁶.

¹⁴ “A liberdade do rádio”, *Jornal do Brasil*, 05 de março de 1960, 1°C, p. 3.

¹⁵ “O Globo e o Deputado Tenório”, *O Globo*, 02 de outubro de 1959, 1°C, p. 1.

¹⁶ “Porque Juarez Távora?”, *O Globo*, 22 de setembro de 1955, 1°C, p. 1.

De qualquer forma, os três periódicos se colocam na condição de auxiliar do governo, desempenhando, assim, um papel no governo, ou seja, de educador o *povo* para a vida cívica, o que se aproxima muito do modelo *Fourth Branch*, descrito por Albuquerque (2009).

Contudo, não se pode deixar de perceber que diferente dos demais no *UH* não encontramos a representação desse jornal como um possível *educador do povo*, provavelmente, em razão da sua concepção de que o *povo* não precisa ser educado para a vida cívica, pois segundo este diário, o *povo* já está constituído, ciente, atuante¹⁷ e organizado¹⁸.

Como segunda *função pública* que os jornais se atribuem quando concebem suas relações com o *povo*, pode-se citar a de *intermediadores* entre o *povo* e os governantes do Estado. Sendo que a primeira forma de intermediação se dá quando a imprensa se constrói como meio pelo qual os homens públicos falam ao *povo*.

Elemento que pode ser identificado quando em um editorial do *JB* se tecem elogios a Lucas Lopes, Ministro da Fazenda, por esse expor “suas ideias a parlamentares e jornalistas, e através dos jornalistas a todo o povo”¹⁹. Esta forma de intermediação também pode ser encontrada no *O Globo* quando este afirmar que General Teixeira Lott, “volta a conversar com o povo através da entrevista dada a ‘O Cruzeiro’”²⁰. Neste caso, nenhum juízo de valor foi emitido, entretanto, em uma clara tentativa de deslegitimação de *Última Hora*, argumenta que

um Presidente da Nação não tem o direito de comunicar-se com o povo pelas colunas de um jornal fundado com dinheiro desviado do Banco do Brasil, antiestatutariamente, inclusive sob a égide de uma pessoa jurídica que está sendo executada em juízo por aquele estabelecimento de crédito, depois de um inquérito espetacular. A mais elementar compreensão das delicadezas do cargo não lhe consentiria recorrer a tão suspeito conduto. Muito menos em descompensar-se das regras da austeridade, escrevendo, de seu

¹⁷ “Combinações de cúpula”, *Última Hora*, 02 de outubro de 1956, 1°C, p.3, Coluna “Flashes” do Momento.

¹⁸ “O sentido atual do Estado de Sítio”, *Última Hora*, 26 de novembro de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

¹⁹ “A reunião de ontem”, *Jornal do Brasil*, 24 de outubro de 1958, 1°C, p. 3.

²⁰ “A nova entrevista do Ministro da Guerra e suas contradições”, *O Globo*, 08 de maio de 1956, 1°C, p. 1.

punho, que o jornal é ‘um autêntico porta-voz das aspirações do povo’!²¹.

O final desse trecho, precisamente quando se refere a (in)possibilidade de um determinado jornal ser “porta-voz das aspirações do povo”, remete a mais uma forma de intermediação, neste segundo modo os jornais se apreçoam a condição de “falar pelo povo” aos homens públicos. Pode-se identificar essa construção no *CM*, quando este vê positivamente a convocação extraordinária do Congresso para que se reabra “o fórum necessário ao encaminhamento democrático da sucessão presidencial”. Dessa forma, utilizando-se de palavras de ordem aos congressistas, argumenta que “esta é a hora de mostrar ao povo o funcionamento do regime em toda a sua plenitude”. Ainda mais, afirma que o problema do momento “é o problema da consolidação da democracia brasileira” e, para isso “o passo à frente que devemos dar exige do Poder Legislativo imaginação bastante para despertar o ânimo popular”. Neste caso o *CM* está indicando o que os parlamentares devem fazer em relação ao *povo*²², se colocando, com isso, como uma instituição que auxilia o Estado no trato com o *povo*. Ainda mais, se o povo é o legitimador da democracia, nada mais natural que a defesa da necessidade de se “mostrar” ao *povo* todos os possíveis benefícios de tal regime, para que este o defenda incansavelmente. Entretanto, tal necessidade pode descortinar certa preocupação nos textos do *CM*, justamente, com quem seria o legitimador da democracia – o *povo* -, ao ponto de ser necessário que se “mostre” as vantagens do regime vigente. Podendo assim, se assemelhar novamente ao modelo *Fourth Branch*, no qual o jornal desempenha um papel no e para o governo.

Para o *Jornal do Brasil* a intermediação que se estabelece entre os Poderes Públicos e o *povo* através do jornal fica bem clara quando se lê: “o povo quer coisas mais positivas, quer ver como os assuntos de maior relevância são tratados pelos homens que se apresentam como aptos a resolvê-los de acordo com as necessidades e aspirações coletivas”²³. Também quando se defende, em outro texto que “o povo precisa de uma compensação, e esta jamais será encontrada na violência e no desatino que adquirem os debates e as discus-

²¹ “As contradições do presidente da República”, *O Globo*, 30 de dezembro de 1956, 1°C, p. 1.

²² “A Câmara e o mausoléu”, *Correio da Manhã*, 05 de fevereiro de 1955, 1°C, p. 6.

²³ “Candidaturas e gastos públicos”, *Jornal do Brasil*, 31 de maio de 1955, 1°C, p. 5.

sões legislativas, indo a ponto de criar uma atmosfera vulcânica irrespirável”²⁴. Por fim, outro exemplo pode ser mencionado quando se afirma que o “o povo está aguardando o cumprimento das promessas” feitas por JK durante a campanha, assim como, “espera que os coleios das injunções partidárias não o subjuguem, não o dominem, subvertendo os seus planos de governo e cobrindo a Nação de maiores decepções”²⁵. Exigindo em outro texto “menos palavras e mais ação” dos homens que integram um governo, pois “o povo espera deles menos fala, menos palavras e mais ação administrativa, cada qual debruçado sobre os casos e problemas do setor sob sua guarda e vigilância”. Conclui o texto afirmando que “o povo não quer saber se discorrem bem sobre os assuntos que lhes cabe estudar e resolver: o povo espera pelos resultados de sua capacidade orientadora aplicada ao que é urgente e indispensável”²⁶. Dentro todos os jornais, o *JB* é o que mais possui ocorrências da construção dessa *função pública*, o que pode se dar como decorrência da forma de inserção desse periódico no debate público.

O *Globo* também se coloca como *intermediador*, com a alcunha defensor dos interesses particulares frente aos poderes públicos, argumentando que “sem cedermos uma linha nos deveres da crítica nem nos desviarmos uma polegada da posição assumida, temos feito o possível para estimular o Presidente da república a cumprir seus elementares deveres para com o povo”²⁷.

Por seu turno, no *Última Hora* também foram recorrentes as representações que constroem o jornal de Wainer como defensor dos interesses populares, enquanto, “fala pelo povo”. Elemento presente, quando se afirma que “seja como for, esperamos que o Sr. Juscelino Kubitschek escute a nossa advertência amável: o povo, presidente, quer menos letras e mais ação, quer mais atos e menos palavras, quer mais realização e menos promessas!”²⁸. Evidenciando, uma verdadeira fetichização do *povo*.

Nessas passagens dos quatro jornais, percebem-se dois elementos importantes de fundo, primeiro, ao se colocarem como intermediadores entre

²⁴ “Outro é o clima necessário”, *Jornal do Brasil*, 18 de novembro de 1955, 1°C, p. 5.

²⁵ “As responsabilidades de um governo”, *Jornal do Brasil*, 22 de janeiro de 1956, 1°C, p. 5.

²⁶ “Menos palavras e mais ação”, *Jornal do Brasil*, 08 de maio de 1956, 1°C, p. 5.

²⁷ “As contradições do presidente da República”, *O Globo*, 30 de dezembro de 1956, 1°C, p. 1.

²⁸ “Manobra oratória”, *Última Hora*, 28 de março de 1956, 1°C, p. 1.

povo e Estado, acabam por se atribuir um status de defesa do *povo*, de uma instituição que trabalha em prol do *povo*, neste caso, os diários podem se colocar como a instituição que leva as demandas, os desejos, as necessidades do primeiro ao conhecimento do segundo. Sendo essa considerada uma forma recorrente de legitimação dos jornais no debate público. O segundo elemento, diz respeito às cobranças que os jornais fazem sobre o poder público, neste caso, possui-se um efeito inverso, isto é, os diários utilizam toda a autoridade que o conceito *povo* carrega para legitimar as cobranças feitas nos editoriais. Em ambos os casos pode-se efetuar uma relação com o modelo *Fourth Estate*, relacionado a perspectiva de “cão de guarda” na defesa dos interesses dos cidadãos.

Já a condição de meio pelos quais os parlamentares falam com o público encontradas no *JB* e no *OG*, também pode estar relacionado ao modelo *Fourth Estate*, mas sob o aspecto que se refere à publicização de temas debatidos no *campo político*. Entretanto, não se pode deixar de perceber que o *OG* difunde que nem todos os jornais são legítimos para essa tarefa em função de suas possíveis vinculações políticas o que os descaracteriza como instituições “neutras”, elemento necessário para o exercício dessa *função pública*. Deslegitimação, possivelmente decorrente de um conflito latente entre o *OG* e *UH* no interior do *campo jornalístico*.

Os jornais também podem se construir como *interpretes* das aspirações populares, neste caso, tomando a legalidade como sua bandeira de luta em todo o período que corresponde a pesquisa (1955-1960), o *Correio da Manhã* se coloca francamente contrário a qualquer medida extra-legal para os assuntos políticos. Assim, os debates sobre um possível golpe – de estado, militar, parlamentar etc. - são recorrentes no jornal, mas o *CM* argumenta que “abordamos sempre esse assunto, menos porque estejamos inquietos ou alarmados do que para caracterizar a vergonha que representa para a educação política deste país a insistência nesses apelos a recursos de violência e ilegalidade”. Neste editorial, acusa-se “somente a um pequeno grupo de políticos, em estado de frustração e desespero”, que estão “colocados na porta dos quartéis”, como os grandes culpados pelo “mal-estar do país”. Assim, faz um alerta: “Por mais que se agitem os golpistas, os oportunistas, os aventureiros – o povo não lhes aceita as provocações, nem ouve os seus gritos de cassandras”, concluído

o texto com outra afirmativa: “Repetimos: não há dramas, nem tragédias no ambiente brasileiro”²⁹. Neste contexto, pode-se indagar se o próprio jornal não se colocou como sendo o povo? Por isso, argumenta-se que, muitas vezes *povo* é apenas um termo utilizado para expressar as aspirações próprias dos jornais.

No *Jornal do Brasil* há essa referência dos diários como *interpretes* de forma clara ao afirmar que “através de toda a evolução, em todos os momentos decisivos da vida nacional, aí estavam figuras representativas da imprensa desempenhando a sua tarefa como interpretes dos anseios populares³⁰. Em publicações anteriores essa perspectiva já pode ser identificada, ou melhor, aqui percebe-se uma dupla função a de *interpretes* do *povo* e também de *intermediários* entre os Poderes Públicos e o *povo*, pois

muitas vezes a imprensa interpreta as vozes que não tem meios de chegar até o recinto das deliberações do Legislativo. Não é a sua opinião que se estampa nas colunas dos jornais, mas sim a do povo que os seus delegados se obstinam em desconhecer.

A imprensa não expõe o que pensa sobre determinados movimentos parlamentares, mas capta em diversas camadas os reflexos dessas iniciativas sobre a massa.

É essa sua função e é justamente por esse desempenho que ela está passando pelo crivo das críticas de alguns delegados do povo, que não cogitam de saber antes de tomar certas atitudes, o que os eleitores pensam das hipóteses que com tanto entusiasmo abraçaram e que pretendem levar avante, apesar de todos os protestos da imprensa, que nesse particular está agindo como sua legítima mandatária³¹.

O interessante dessa passagem, é que o status de *interprete* das vozes populares, possibilita que no *JB* se atribuía também a alcunha de mandatária dos eleitores, assim, esse trecho é fundamental, pois evidencia o conflito potencial de representação política que decorre da pretensão da imprensa em se colocar e disputar com o *campo político* a condição de intérprete da vontade popular.

²⁹ “Teu nome é boato”, *Correio da Manhã*, 27 de julho de 1955, 1°C, p. 6.

³⁰ “A jornada da independência”, *Jornal do Brasil*, 07 de setembro de 1956, 1°C, p. 5.

³¹ “O Congresso faz restrições à imprensa”, *Jornal do Brasil*, 15 de novembro de 1957, 1°C, p. 3.

No jornal *O Globo*, também é possível encontrar esta pretensão à condição de *interprete do povo*, quando se lê: “não adianta perder mais tempo com a Câmara de vereadores. Ela é irrecuperável, apesar de um ou outro bom elemento. A esperança do povo deve ser toda ela dirigida para a assembleia Constituinte que elegeremos a 3 de outubro” e, depois dessas afirmações conclui que “o povo já não suporta essa Câmara de Vereadores. Que venham os outros, que sejam bons e marquem a diferença. Precisamos eleger uma Assembleia sem passado e começar de novo”³². Neste caso, mais do que um interprete das aspirações e pensamentos do *povo*, parece que o jornal está expondo suas próprias posição como se fossem as do povo – como referirmos anteriormente ao *CM*.

Em *Ultima Hora* pode-se encontrar diversas passagens onde se constrói como *interprete* das aspirações e anseios do povo³³, inclusive, se coloca como falando em nome do povo, quando afirma que “o povo do Brasil quer tornar ao caminho da paz, da ordem e da tranquilidade”, ainda mais, “ele quer o respeito às leis, à prática da Constituição, porque ele ama a liberdade que só pode ser, realmente, desfrutada, sob o império da Lei”. Acrescenta ainda que

[...] “o nosso valente povo exige que o novo Governo continue a política econômico-nacionalista traçada pelo seu grande líder morto, Getúlio Vargas” e, por fim “o povo brasileiro reclama o prosseguimento da política social criada por Getúlio Vargas, agora ampliada segundo as necessidades, reformada na base da experiência” [grifo do próprio texto]³⁴.

Aspirações que no fundo são do próprio jornal, algo que fica evidente quando em outro texto foi afirmado que mesmo “Getúlio, desaparecido tão tragicamente, permanece na essência de nossas campanhas nacionalistas e populares”³⁵. Ou ainda quando se refere aos “anseios nacionalistas e populistas do Sr. Getúlio Vargas” destaca que “todos sabem que ULTIMA HORA foi o único jornal que se manteve fiel a tal programa, leal às suas ideias e aos seus

³² “Que venham outros”, *O Globo*, 18 de maio de 1960, 1°C, p. 1.

³³ “Ano velho, ano novo”, *Última Hora*, 31 de dezembro de 1956, 1°C, p. 3, Coluna “Flashes” do momento.

³⁴ “Quinze milhões de brasileiros afirmarão, nas urnas de três de outubro, seu anseio de progresso, soberania e tranquilidade: No povo é que está a força”, *Última Hora*, 30 de setembro de 1955, 1°C, p. 1, EP.

³⁵ “Homenagem do Senado à ‘ULTIMA HORA’ serve como exaltação ao nosso estilo de imprensa”, *Última Hora*, 16 de junho de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

princípios que eram, de resto, também das camadas mais diversas do povo brasileiro”³⁶.

Ainda mais no editorial citado anteriormente, foram elencados diversos pontos não apenas sobre o que o “povo deseja”, mas também sobre o que o “povo não deseja”:

Primeiro: o nosso povo já demonstrou a sua repulsa aos elementos responsáveis pelo clima de ódios e destruição que, durante mais de um ano, pesa sobre a nação. E irá dar, nas urnas, a resposta clara e categórica aos ‘assassinos morais’, de que falava Getúlio Vargas.

Segundo: o povo brasileiro não quer que se perca a lição da atual campanha política. Ela deve servir de advertência aos golpistas, paisanos ou militares, e a toda a corja de aventureiros que imaginou poder levar o país para a catástrofe da solução extralegal e para a luta de vida e morte entre irmãos.

*Terceiro: O povo não quer que os líderes políticos e militares da nação pensem que o perigo passou definitivamente. Pois não foram esmagados, mas apenas desmascarados, os agentes dos ‘trusts’, os enfermos de egoísmo, os negociistas cupidos que fazem da política ou do jornalismo, instrumentos de chantagem e de obtenção de favores ilegítimos*³⁷.

Percebe-se nestes exemplos que povo é tomado como elemento legitimador de falas e de ideias e bandeiras que são as do próprio jornal.

Nessa situação da imprensa enquanto *interprete do povo* importa destacar que, embora, em alguns casos, os jornais estejam publicizando aos anseios populares para o conhecimento dos homens públicos, a função de interprete extrapola essa intermediação conduzindo o debate para o espaço público ampliado, podendo assim, funcionar como um *Poder Moderador*, especialmente, como defensor do interesse público para além desses poderes, construindo assim, uma condição transcendental em relação às forças políticas particulares. Entretanto, como pode-se perceber na maioria dos casos ocorrem abusos de linguagem e fetichização do *povo*, colocando a discussão em outro patamar, pois o *povo* passa a validar no debate público tomadas de posições

³⁶ “A sentença contra Wainer não o afastará de ULTIMA HORA”, *Última Hora*, 25 de outubro de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

³⁷ “Quinze milhões de brasileiros afirmarão, nas urnas de três de outubro, seu anseio de progresso, soberania e tranquilidade: No povo é que está a força”, *Última Hora*, 30 de setembro de 1955, 1°C, p. 1, EP.

próprias de cada periódico, ampliando sua capacidade de intervenção na sociedade e, inclusive, no *campo político*.

Outra variante da relação jornais/imprensa e povo pode ser identificada quando os jornais concebem a *imprensa como defensora do povo* e como *vigilante do poder público*. Tais perspectivas podem ser encontradas quando o *CM* se posiciona frente a discussão sobre a Lei de Imprensa, especialmente no que se refere à liberdade de imprensa, apontando que “devemos mostrar ao povo que a maior vítima de uma imprensa censurada não são os jornais, mas o povo, que não terá mais quem lhe defenda as reivindicações, quem caustique os erros do governo”³⁸.

No *Jornal do Brasil* tal referência da imprensa vigilante dos poderes públicos é encontrada textualmente quando também se debate sobre a liberdade de imprensa, argumentando-se que “a liberdade de opinar figura como preceito central. É a forma de vigilância do povo aos delegados e representantes de sua soberania, para dela fazerem uso determinado”³⁹. Ainda mais, em outro texto, semanas anteriores, afirmou-se que “toda a máquina administrativa deve ser inspecionada, para que o bem público não seja sacrificado em benefício do bem particular, das conveniências privadas ou injunções partidárias”, pois “o povo tem direito a saber a verdade e de como os delegados que escolheu para tomar conta do patrimônio nacional se conduzem no desempenho do mandato que lhes foi outorgado”⁴⁰. Essa vigilância pode ser encontrada em diversas passagens, como quando se afirma que “o povo não quer que o Governo use os dinheiros públicos e a máquina administrativa para dar vitória ao Sr. Lott”⁴¹.

No *Última Hora*, também encontramos passagens que evidenciam essa posição de vigilante dos poderes públicos quando este jornal argumenta que passou “a batalhar para que, promovida a obtenção de recursos para grandes obras, ficasse o povo atento a que esses recursos não fossem desviados para outros fins, mas aplicados, realmente, na solução dos grandes problemas do Rio”⁴².

³⁸ “Dos pelegos ao latim”, *Correio da Manhã*, 26 de outubro de 1956, 1°C, p. 6.

³⁹ “A mensagem sobre a imprensa”, *Jornal do Brasil*, 10 de outubro de 1956, 1°C, p. 5.

⁴⁰ “A imprensa na colaboração com o governo”, *Jornal do Brasil*, 15 de setembro de 1956, 1°C, p. 5.

⁴¹ “O dever de um Marechal”, *Jornal do Brasil*, 06 de julho de 1960, 1°C, p. 3.

⁴² “Protesto e debate são prerrogativas do povo”, *Última Hora*, 10 de dezembro de 1957, 1°C, p.3, Coluna

Em *O Globo* a representação que mais ocorrências possui é a do jornal em si como defensor do *povo* – diferente do *CM* e do *JB* que constroem a imprensa no geral como defensora dos interesses do *povo*, *OG* constrói a si, em particular, com tal tarefa, como pode ser percebido quando se lê:

Este jornal, em trinta anos de vida bem vivida ao lado das aspirações do povo brasileiro, nunca deixou de tomar parte nas lutas cívicas que se travaram nestes três agitados decênios, batendo-se pelo aperfeiçoamento dos nossos costumes políticos, pelo vigor dos princípios democráticos, pelo respeito às liberdades civis e políticas, sem jamais confinar-se no quadro de qualquer partido, muito menos vincular-se à cegueira das facções, que tantos males causaram ao Brasil⁴³.

Acrescenta que sua linha de conduta segue apenas o “dever para com o povo e em atenção aos compromissos do nosso passado democrático”, por fim, enaltece “somos um jornal livre de compromissos, a não ser com o povo, com seus altos interesses e aspirações⁴⁴. Em outro texto reforça essa perspectiva ao proclamar-se “como órgão de opinião pública” e “que não tem senão o partido do Brasil, e do bem-estar do povo”⁴⁵. Por fim, em uma atitude de autopromoção argumenta que “nenhuma outra folha do Brasil pode orgulhar-se de ser mais compreendida pelo povo. Que mais alto galardão poderíamos desejar?”⁴⁶.

Por seu turno, *Ultima Hora* também se coloca como defensor dos interesses populares, sustentando, primeiramente, seus direitos políticos, como pode-se perceber na passagem onde utiliza palavra de ordens nesse intuito: “o essencial, agora, é superar a crise, a fim de que a campanha eleitoral decorra normalmente” pois, “uma marcha democrática, limpa, legal, sem quebra dos princípios de liberdade que constituem a fonte criadora das reformas sociais, nos conduzirá a objetivos acordes com a aspiração popular”. Nunca esquecendo que “as paixões e os apetites devem ser arrefecidos, a fim de evitarmos

“Flashes” do momento.

⁴³ “Enquanto falam as urnas”, *O Globo*, 08 de outubro de 1955, 1°C, p. 1.

⁴⁴ “Enquanto falam as urnas”, *O Globo*, 08 de outubro de 1955, 1°C, p. 1.

⁴⁵ “A revolução jurídica do Sr. Bernardes Filho, seus perigos e consequências”, *O Globo*, 04 de julho de 1956, 1°C, p. 1.

⁴⁶ “O 31º aniversário de ‘O Globo’”, *O Globo*, 28 de julho de 1956, 1°C, p. 1.

que, na confusão, os direitos do povo sejam escamoteados”, pois sempre que ocorrem atritos no campo da política, as liberdades, mesmo que temporariamente “são rudemente sacrificadas”⁴⁷. Bem como, em outro texto, autorreferencial, se constrói como “jornal essencialmente comprometido com os interesses mais sagrados de nosso povo”⁴⁸. Ainda mais, diante das eleições de 3 de outubro de 1955, foi afirmado que “com candidato ou sem ele, estaremos, isto sim, com o povo”⁴⁹.

Passadas as eleições o jornal volta a manifestar sua “completa independência”, agora, “em face ao novo Governo. A nossa crítica ou o nosso aplauso a seus atos jamais serão inspirados em interesses pessoais ou subalternos: serão invariavelmente, a ressonância da voz do povo”⁵⁰. Dentro desse contato estabelecido entre o *UH* e o *campo político*, se identifica a recorrente afirmação da independência política do jornal frente a partidos ou a políticos específicos. Postura retomada pelo *UH* o afirmar que “nunca olhamos pessoas e, sim, princípios!”⁵¹. Assim, argumenta em outro texto que a sua cobertura jornalística sobre as atividades dos candidatos à presidência de República é realizada com objetividade e a lisura”⁵².

Essa posição de independência é retomada no *JB* quando afirma-se como “órgão desapaixonado, independente, e que procura refletir os anseios nacionais”⁵³. Ou ainda quando se considera “imune de servilismos às paixões partidárias”⁵⁴. Elemento também encontrado no *O Globo* quando este enfatiza: “O GLOBO, que não se deixa cegar por paixões de partido, é obrigado a confessar que o povo está atualmente dominando por uma alarmante descrença nos partidos e nos líderes”⁵⁵. Em outro editorial, retoma essa perspectiva e acrescenta “somos um jornal livre de compromissos, a não ser com o povo,

⁴⁷ “A propósito da lealdade partidária”, *Última Hora*, 2 de março de 1955, 1°C, p.4. Coluna de Última Hora.

⁴⁸ “Grandeza e tragédia do ‘tenente’, Juarez!”, *Última Hora*, 23 de maio de 1955, 1°C, p. 4.

⁴⁹ “Homenagem do Senado à ‘ÚLTIMA HORA’ serve como exaltação ao nosso estilo de imprensa”, *Última Hora*, 16 de junho de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

⁵⁰ “Não devem ser traídas as promessas feitas ao povo!”, *Última Hora*, 31 de janeiro de 1956, 1°C, p. 1.

⁵¹ “Não devem ser traídas as promessas feitas ao povo!”, *Última Hora*, 31 de janeiro de 1956, 1°C, p. 1.

⁵² “Homenagem do Senado à ‘ÚLTIMA HORA’ serve como exaltação ao nosso estilo de imprensa”, *Última Hora*, 16 de junho de 1955, 1°C, p. 4. Coluna de Última Hora.

⁵³ “Contradições irritantes”, *Jornal do Brasil*, 29 de dezembro de 1955, 1°C, p. 5.

⁵⁴ “O novo governo”, *Jornal do Brasil*, 31 de janeiro de 1956, 1°C, p. 5.

⁵⁵ “Perspectivas para 3 de outubro”, *O Globo*, 06 de setembro de 1955, 1°C, p. 1.

com seus altos interesses e aspirações”⁵⁶. Ainda mais se concebe “como órgão de opinião pública, um jornal como O GLOBO, que não tem senão o partido do Brasil, e do bem-estar do povo”⁵⁷. Em diferentes momentos o CM se autorrepresenta como “jornal de opinião, mas sem vínculos partidários”.

Se tratando da função pública de *imprensa como defensora do povo* e como *vigilante do poder público* nada mais coerente do que a defesa da independência, dos jornais frente aos partidos e outros agentes políticos questão fundamental para aproximar essas construções do modelo *Fourth Estate*, especialmente em seu viés de imprensa como “cão de guarda”.

Contudo, não se pode deixar de abordar que se aceitarmos a perspectiva de que os jornais estão tentando construir o *campo jornalístico*, na década de 1950, tal representação de independência, mesmo que mais retórica do que efetiva, cumpre também papel fundamental na construção da autonomia relativa do campo.

CONCLUSÃO

Neste artigo argumentou-se que mesmo a imprensa carioca tendo passado por reformulações ao longo da década de 1950, não perdeu sua carga opinativa, ao contrário foi fundamental no desfecho de vários eventos políticos no país. O que tornou lícito analisarmos as diferentes *funções públicas* que CM, JB, OG e UH se apregoaram ao representarem sua relação com o *povo* nos editorias entre 1955-1960.

Para auxiliar nesse objetivo a *teoria dos campos* de Pierre Bourdieu ofereceu o pano de fundo das análises, assim como, as reflexões de Afonso Albuquerque sobre os diferentes usos do conceito de quarto poder – *Fourth Estate*, *Fourth Branch* e *Poder Moderador* – foram fundamentais para este capítulo.

Contudo apreende-se que a partir das representações sobre as relações entre os jornais e o *povo*, pode-se identificar a atribuição de diferentes *funções públicas* pelos jornais a si mesmos e aos distintos meios de comunicação, mas também pode-se perceber que de uma forma ou de outra há sempre uma

⁵⁶ “Enquanto falam as urnas”, *O Globo*, 08 de outubro de 1955, 1°C, p. 1.

⁵⁷ “A revolução jurídica do Sr. Bernardes Filho, seus perigos e consequências”, *O Globo*, 04 de julho de 1956, 1°C, p. 1.

relação dos jornais com o *campo político*. A relação, inicialmente, parece ser mais de cooperação do que competição em prol da manutenção do regime, mesmo que, jornais e *campo político* sejam concebidos como ocupando lugares distintos no debate público.

Essa postura de auxílio pode ser constatada mais claramente quando os diários se constroem como “educadores do povo”, assim, ofereceriam instrumentos para preparar os eleitores para a tarefa de escolha dos seus dirigentes, tarefa positivada, mas que pode ser deturpada caso não se acredite na capacidade política do *povo*, evidenciando que a forma como *povo* é representado interfere nas diferentes *funções públicas* que os jornais se apregoaram. Assim, por exemplo, no *UH* não encontramos a função de *educar o povo*. Já no *CM*, *JB* e *OG* encontra-se essa construção que, embora de modos distintos os aproxima do modelo *Fourth Branch*. Entretanto, a tarefa de educar, poderia indicar que alguns diários almejam também adquirir um status de “guias do povo”, com isso, poderiam entrar em conflito com os agentes do campo político, pois seus produtos seriam dirigidos a um mesmo público.

Quando ocorreu a construção dos periódicos enquanto *intermediários*, e, em tal *intermediação* a imprensa se construiu como meio pelo qual os homens públicos falam ao *povo*, no *CM* o modelo mais adequado foi *Fourth Branch*, no qual o jornal desempenha um papel no e para o governo. Já no *JB* e no *OG*, essa representação também pode estar relacionada ao modelo *Fourth Estate*, sob o aspecto da publicização de temas debatidos no *campo político*, porém, não se pode esquecer que os próprios diários difundem que nem todos os jornais são legítimos para essa tarefa. Deslegitimação, possivelmente decorrente de um conflito latente entre o *OG* e *UH* no interior do *campo jornalístico*.

Mas se essa *intermediação* ocorre quando os jornais se colocaram na condição de “falar pelo povo” aos homens públicos, levando os interesses dos primeiros ao conhecimento do segundo, no *CM* houve, outra vez, uma aproximação com o modelo *Fourth Branch*. Entretanto nos demais jornais quando houve a construção dessa segunda forma de *intermediação* o modelo mais adequado é *Fourth Estate*, relacionado a perspectiva de “cão de guarda” na defesa dos interesses dos cidadãos. Mas em ambos os modos de *intermediação* há uma dupla forma dos jornais buscarem sua legitimação no debate público: por um lado os diários podem se colocar como a instituição que leva as demandas, os

desejos, as necessidades do primeiro ao conhecimento do segundo; por outro, constroem a legitimidade de suas falas, a partir da utilização do conceito *povo*, isto é, como se estivesse “falando em nome do povo”.

Questão que remete a outra *função pública*, isto é, *deinterpretes do povo*, neste caso, geralmente, *povo* é tomado como elemento legitimador de falas, ideias, valores e bandeiras que são próprias de cada jornal, como é o caso da legalidade no *CM* e a defesa das ideias de ex-presidente morto Vargas, em *UH*, por exemplo. Assim, a imprensa enquanto *interprete do povo* pode funcionar como um *Poder Moderador*, especialmente, como defensora do interesse público para além dos três poderes. Porém, essa condição de *interprete* acaba conferindo um status superior aos jornais no debate público, o que pode gerar uma ampliação em sua capacidade de intervenção na sociedade, assim como, no *campo político*. Sendo possível, identificar um conflito potencial de representação política que decorre da pretensão da imprensa em se colocar e disputar com o *campo político* a condição de intérprete da vontade popular.

Por fim, em relação a *função pública* de *imprensa como defensora do povo* e como *vigilante do poder público* há uma aproximação com modelo *Fourth Estate*, especialmente em seu viés de imprensa como “cão de guarda”. Tal construção expõe a necessidade de difusão da representação de independência dos jornais frente aos partidos e outros agentes políticos elemento essencial para a legitimação da imprensa no debate público, mas que também pode demonstrar uma tentativa de construção da autonomia relativa, mesmo que mais retoricamente do que real, do *campo jornalístico* em formação.

Contudo, pode-se identificar muitas *funções públicas* que colocam os jornais em status de auxiliares do governo, entretanto, também evidencia potenciais conflitos estruturais entre os agentes de um *campo jornalístico* em construção e os agentes do campo político, bem como, disputas internas a esse *campo*, conflitos para conquistar ou melhorar sua posição no interior do campo e com isso adquirir maior capital de prestígio e volume geral de capital.

Por exemplo, em diferentes momentos, o *Correio da Manhã*, expõe que possui uma clara bandeira de luta – a legalidade. Nesse sentido, o *CM* concebe a si, e por extensão, os demais jornais enquanto uma tribuna de debate e de defesa de ideias e projetos, mas isso não é algo inerente ao jornalismo

(comercial), é uma construção, que no caso Brasileiro do período estudado possuía legitimidade e gerava ganhos simbólicos intra e extracampo. Ao ponto de todos os jornais analisados se construírem como “órgãos de opinião”. Nesse sentido, o *CM* ao lançar suas bandeiras de luta estava simplesmente reforçando sua posição dentro do *campo jornalístico*, ainda mais, acabava pautando muito dos assuntos do debate público e deslegitimando tomadas de posições avessas as suas, como é o caso de *OG*. Mas no caso da deslegitimação desse jornal há também um fator estrutural de grande relevância, ou seja, por este periódico ser vespertino e considerado sensacionalista, dois aspectos que o fazem perder prestígio entre os pares (BOURDIEU, 2015, p. 415).

No caso do *Jornal do Brasil* percebe-se algumas retiradas estratégicas em assuntos fundamentais para a manutenção ou não do regime democrático, e por outro lado a recorrente construção desse periódico como intermediário entre *povo* e Estado. Ambas as tomadas de posição podem ser compreendidas a partir de sua inserção no *campo jornalístico* em formação e consequentemente no debate público. As isenções, e/ou retiradas estratégicas, podem ser compreendidas a partir de uma estratégia antiga do jornal, manter um distanciamento seguro em relação aos debates políticos que pudessem gerar algum tipo de prejuízo ao jornal, entretanto, não pode ficar tão alheio às discussões políticas, com isso, reforça seu posicionamento de intermediário entre *povo* e Estado, em muitos casos utilizando o subterfúgio de se colocar como “falando pelo povo”, por isso, enfatiza que não é a opinião do jornal que está estampada nas colunas dos diários, “mas sim a do povo”.

Já em *UH*, suas tomadas de posição podem ser compreendidas por aquilo que Bourdieu chama de “dupla determinação”, como já argumentei em minha dissertação. Assim, por um lado, atende os compromissos externos ao seu *campo de produção*, notadamente a dependência econômica e as vinculações políticas. Mas, por outro lado, serviu na luta interna por busca de espaço e ascensão no *campo jornalístico* em formação. Dessa forma, a defesa do nacionalismo e dos interesses e causas populares também seria uma forma de auferir ganhos reais e simbólicos perante grande parte de seus leitores, beneficiados pelo aumento de empregos e de renda urbanas que o processo de industrialização acelerada ligado ao nacionalismo proporcionava (KRILOW, 2018, p. 152). Ainda mais, *UH* foi fundamental para a profissionalização dos

jornais carioca, produziu um jornalismo de qualidade, mas voltado especialmente para as classes populares, ocupando assim, um vácuo entre a imprensa elitizada dos anos de 1950 e um jornalismo voltado às camadas populares, mas com um viés editorial sensacionalista. Possivelmente em razão disso, no *CM* não foram encontradas, no corpus documental, trechos em que ocorra a deslegitimação da folha de Wainer.

Por seu turno o *OG* busca deslegitimar o *UH*, difundindo recorrentemente que sua fundação ocorreu a partir de “dinheiros públicos” e por isso não poderia ser considerado um jornal que expressa a “voz do povo”. Esse conflito ocorre em função de posicionamentos políticos distintos, evidentemente, entretanto não é a única chave de compreensão dessas disputas, pois ambos jornais estão também em concorrência pelo mesmo público.

Questões que reforçam nosso argumento que defende a importância de compreender a imprensa de modo mais dinâmico onde a forma e o conteúdo dos textos jornalísticos são compreendidos a partir de aspectos do próprio fazer jornalístico, a partir de uma lógica de luta interna ao *campo jornalístico*, que podem ser muito mais determinantes nas publicações do que fatores externos como pressões econômicas e políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Afonso. As três faces do quarto poder. In: *Anais do XVIII Encontro da Compós*. PUC-MG, Belo Horizonte, 2009.

AREAS, Daiana Maciel. Imprensa e política na década de 1950: o caso do Correio da Manhã. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*. São Gonçalo, 2012.

BAHIA, J Suarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. “Cinquenta anos em cinco”: Consolidando o mito da modernização (1950-1960). In: BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1990-2000*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Gêneses e estrutura do campo religioso. In: MICELI, Sergio (Org.) *Pierre Bourdieu: a economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. Três estados do campo. In: BOURDIEU, Pierre. *As*

regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuições para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2016;

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lúcia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia, o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

FERREIRA, Vanda. Conteúdos jornalísticos auto-referenciais: entre o jornalismo e a publicidade. In: *Caleidoscópio. Revista de Comunicação e Cultura*. n. 5/6. Lisboa, PT: Edições Universitárias Lusófonas, 2005.

GOLDENSTEIN, Gisela T. *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. *Cidades de papel: as representações sobre as favelas na imprensa carioca durante o segundo governo Vargas (1951-1954)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In.: ABREU, Alzira. A.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001a.

LEAL, Carlos Eduardo. Última Hora. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001b.

LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. O Globo. In: ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

LUCA, Tania R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania R. de (Orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto da História Conceitual do Político. In: DOMINGOS, Charles S. M; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI,

Douglas S. (Orgs.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 53-74.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? *Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense*. n. 08, 2002.

_____. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: *Estudos Históricos, Mídia*, n. 31, 2003.

_____. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, L. M. *Imprensa e espaço público: A institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo I. 2. ed.* Florianópolis: Insular, 2005.

IV

A IMPRENSA COMO CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA:

a pretensão a uma “função institucional” no discurso editorial da Folha e do Estadão (1993)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

OBJETIVO DESSE ARTIGO É OFERECER UMA REFLEXÃO AOS ESTUDOS DEDICADOS a investigar as formas históricas pelas quais a imprensa brasileira procurou e procura construir discursivamente a sua inserção institucional no debate público no Brasil ou, se preferirem, às maneiras pelas quais esta imprensa¹ tenta se instituir como interlocutor legítimo nas discussões dos assuntos socialmente relevantes para a coletividade.

Apesar da amplitude tanto cronológica, quanto temática do assunto, nesse presente artigo analisarei um objeto bastante específico, embora muito significativo: a imprensa brasileira dos anos 90. Para esta análise, tomarei como ponto de partida uma pesquisa que iniciei em meados desta mesma década, mas que ficou sem continuidade durante alguns anos e agora está sendo retomada, depois de um longo período no qual me dediquei exclusivamente ao estudo da imprensa brasileira no Segundo Governo Vargas (1951-1954). Essa retomada tem várias motivações, mas a principal delas está na tentativa de promover um diálogo entre os estudos da imprensa brasileira de ambos os períodos, na medida em que os considero como dois momentos de grande protagonismo político e considerável transformação estrutural e institucional do jornalismo no Brasil.

¹ A pesquisa aqui apresentada vai dedicar-se exclusivamente ao estudo dos jornais, embora, algumas de suas considerações possam ser estendidas a outros veículos, desde que dedicados ao jornalismo (informação, opinião e interpretação).

A pesquisa original tratava de diversos periódicos da chamada *grande imprensa*² do eixo Rio-São Paulo dos anos 90, como o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*. Todavia, neste trabalho, iremos nos deter sobre o material analisado e comparado a respeito dos jornais paulistanos *FSP* e *OESP*, na medida em que a investigação sobre estes periódicos está mais avançada. Ademais, considero que essa amostra pode servir de referência para o universo maior da *grande imprensa* do período, como tem indicado algumas pesquisas, e, assim, serve de ponto de partida para a investigação mais ampla que estou desenvolvendo sobre o tema³.

A imprensa brasileira dos anos 80 e 90 foi objeto de diversos estudos acadêmicos que se distribuem em várias áreas de conhecimento como Comunicação, Ciências Políticas e Direito. No enfoque desses trabalhos, predominam propostas que analisam a interferência dos jornais e de outros veículos de comunicação nas lutas políticas do período, notadamente na condução de processos eleitorais⁴. Algumas investigações, porém, apesar de manterem a mesma preocupação em identificar as formas de intervenção direta da mídia no jogo político, procuraram desenvolver uma abordagem mais ampla, tentando compreender os mecanismos desenvolvidos pela *mídia* para promover a sua intervenção na conjuntura da redemocratização⁵. Para tanto, introduziram na análise novos conceitos, sobretudo o de *agendamento*, e inovaram nos métodos de pesquisa, como a adoção da *análise de discurso*, o que permitiu uma revitalizada e uma maior sofisticação a esse tipo de interpretação. Todavia, ela ainda se manteve fiel a alguns princípios como a preocupação central na *manipulação* na cobertura política da *mídia* com vista à defesa de *interesses* e pontos de vista⁶, dando menor importância ou mesmo desconsiderando

² Entendem-se aqui jornais da grande imprensa os periódicos voltados para o mercado, de circulação diária regular e que atingiam as maiores tiragens no seu período de existência. No caso em questão, essa tiragem foi considerada a partir de 100 mil exemplares dia

³ Notadamente os trabalhos do professor Afonso de Albuquerque (2000) e a tese de Malena Rodrigues (2011).

⁴ A quantidade de trabalhos que fazem essa abordagem é muito grande para ser citada integralmente neste texto, só nos cabendo fazer referência a alguns deles. Dentre os artigos, podemos citar: AGUIAR (1995), FIGUEIREDO (1998), GUIMARÃES & VIEIRA (1989), JORGE, (1997), LIMA (1990), MIGUEL (1999). Temos também a coleção de trabalhos encontrados na obra coletiva RUBIM (2000) e no livro de Emiliano José (2015). Por fim, devemos destacar, igualmente, as diversas dissertações e teses como PERES (2008), SOUZA (2008) e CARVALHO (2006).

⁵ Sobre esses trabalhos, podemos mencionar AZEVEDO (2000), MIGUEL (2000), RUBIM & COLLING (2004) e, com especial atenção, WELTMAN (1994) e LIMA (2001).

⁶ Sobre isso, ver a crítica de Albuquerque (1998) sobre o paradigma da manipulação.

outro aspecto deste mesmo processo que considero de grande relevância: as transformações estruturais pelas quais a imprensa estava passando nesse período, em especial nas *funções públicas* que se autoatribuía e que teriam profundo impacto nas relações entre imprensa e política no país.

Como uma forma de aproximação a este tema, tivemos investigações sobre as reformas *modernizadoras* implementadas por alguns jornais brasileiros na virada dos anos 80 para os 90⁷. Nesses estudos, há um forte protagonismo da *Folha de S. Paulo* como objeto de pesquisa, na medida em que esse impresso é considerado o pioneiro das principais mudanças, como as novas formas de *produção da notícia*, desde a modificação dos métodos de apuração das informações, até a redação final das matérias do jornal. Conforme apontam os estudos, essas medidas, inspiradas em alguns periódicos norte-americanos, como o *US Today*, visavam aumentar o grau de profissionalismo e de independência política do jornalismo da *Folha* e, com isso, atingir maiores parcelas do mercado de leitores, não obstante todos os problemas apontados pelos investigadores, desde o empobrecimento do texto do periódico, até o tratamento a *ferro e fogo* dado aos profissionais que não se encaixaram no novo esquema⁸. Independentemente de qualquer juízo que possamos fazer sobre o processo - desde dúvidas acerca da sinceridade das intenções de seus mentores, até a real eficácia das mudanças -, o fato é que as reformas promovidas pela *Folha* impactaram o jornalismo da grande imprensa brasileira nas décadas seguintes, levando os demais jornais a adotarem muitas dessas medidas.

Associada a esta mudança nos métodos de apuração e redação das *notícias*, parte da literatura identifica outra transformação tão ou mais significativa que a primeira, a qual, contudo, recebe menos atenção ainda dos estudos especializados. Segundo relatam alguns depoimentos e defendem algumas análises⁹, a *Folha de S. Paulo* também introduziu, no final dos anos 80, uma forma de jornalismo mais agressivo contra as instituições públicas, procurando marcar uma posição diferenciada no mercado pela condição de um jornal fiscalizador dessas instituições em nome dos cidadãos-leitores. Pro-

⁷ Sobre isso, devemos considerar os seguintes trabalhos: RODRIGUES E MELO, (2018), DIAS (2019), ABREU (2002) e o próprio depoimento de um dos autores do processo (LINS DA SILVA, 1988 e 1991).

⁸ Sobre isso, ver RODRIGUES E MELO (2018) e ALBUQUERQUE (2010).

⁹ Em relação aos depoimentos, ver LINS DA SILVA (1991 e 1988). Ver, por exemplo, ALBUQUERQUE & HOLZBACH (2008) e ABREU & WELTMAN & ROCHA (2003).

curava, como isso, associar-se ao conceito de imprensa como *quarto poder* e/ou *jornalismo cão de guarda*¹⁰. Obviamente que as expressões *quarto poder* e *jornalismo cão de guarda* são anteriores ao Projeto Folha e nem se pretende aqui avaliar a sinceridade e mesmo a efetividade dessa intensão do jornal. Deseja-se, apenas, salientar a orientação que foi dada à produção jornalísticas deste impresso a partir dessa proposta e os potenciais efeitos, ao menos retóricos, que ela traria para a sua cobertura política – notadamente no que se refere à ênfase em um noticiário mais negativos contra os poderes públicos –, como muitas análises têm salientado e que não se limitaram apenas à *Folha de S. Paulo*, mas espalharam-se pela maioria dos jornais da *grande imprensa*¹¹.

Tentando aprofundar a análise desse processo de uma forma mais sofisticada, parte desses estudiosos tem se preocupado, além de compreender a aplicação desse modelo de jornalismo, em avaliar as consequências dessa postura para o papel exercido ou pretendido pela mídia na cena pública brasileira, especialmente com o avanço dos meios de comunicação ocorridos no país entre os anos de 1990 e 2000¹². Todavia, há de se considerar que a maior parte dessas reflexões ainda tem o caráter de discussão teórica ou de proposta de pesquisa. São relativamente escassos os estudos empíricos dedicados a compreender este processo, especialmente no que se refere às estratégias adotadas pela mídia para tentar convencer os seus leitores de que cumprem essa *função pública* e as consequências para a relação imprensa e política que pode resultar ou resultou dessa postura.

Sendo assim, o trabalho que segue constitui em uma pequena e introdutória contribuição para essas análises.

JORNAIS E OS EDITORIAIS:

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Tendo em vista a proposta deste artigo, a exposição que segue irá focar nas posições convergentes dos jornais pesquisados a partir do seu espaço de

¹⁰ Sobre este aspecto, conferir ABREU & WELTMAN & ROCHA (2003) e LINS DA SILVA (1988).

¹¹ Sobre isso, ver ALBUQUERQUE (2000) e RODRIGUES (2011).

¹² Sobre esses trabalhos podemos citar, ainda que a título provisório, as abordagens levadas adiante por RODRIGUES, (2011), LATTMAN-WELTMAN (2014), ALBUQUERQUE (2000), ROXO (2013), SCHWERTNER (2019) e GRIJÓ (2016).

opinião oficial, ou seja, os editoriais, durante os meses de outubro e novembro de 1993. Dessa forma, considerando todas as especificidades que acompanham esse recorte, devemos fazer algumas ponderações preliminares sobre o trabalho aqui apresentado.

Vamos começar pela escolha desse ano de 1993. A pesquisa original foi feita exatamente no momento em que as edições dos jornais eram publicadas. Todavia, embora isso não tivesse sido previamente projetado, o ano de 1993 acabou se tornando particularmente profícuo para o posicionamento político dos impressos. Com efeito, além de ainda estar sob o impacto do impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, no referido período teríamos o “estouro” do *Escândalo do Orçamento*¹³, o que nos permite caracterizá-lo como uma conjuntura de *crise política* que favorecia, não só o posicionamento político da imprensa, mas uma visão negativa do universo político-institucional. Em consequência, os resultados obtidos na investigação preliminar que aqui se apresentam não podem ser generalizados sem virem acompanhados de ressalvas e/ou da extensão de estudos capazes de verificar a pertinência das suas inferências em outras conjunturas. De qualquer maneira, frente a possíveis críticas acerca da escolha de um período de *crise* para a pesquisa empírica, vale lembrar o argumento do professor Luiz Alberto Grijó (2016), para quem os momentos de crise são muito propícios às análises políticas na medida em que neles determinadas tendências, normalmente latentes, vêm à tona, tornando-se interessantes ao historiador.

De outra parte, devemos uma palavra sobre a escolha da análise dos editoriais para este artigo ao invés do noticiário ou mesmo de outros espaços de opinião dos jornais, notoriamente mais lidos. Esta opção se justifica porque as falas institucionais são um lugar privilegiado para investigar a forma

¹³ O Escândalo do Orçamento ou Escândalo dos Anões do Orçamento teve origem nas revelações de José Carlos Alves dos Santos, ex-diretor técnico da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, que trouxe a tona um mega esquema de desvio de verbas públicas pelos congressistas que controlavam a Comissão, cujo montante ultrapassava a cifra de 100 milhões de reais, em valores da época. O esquema basicamente consistia em duas práticas: a) a aprovação de emendas ao orçamento destinando verbas para entidades controladas pelos próprios parlamentares da Comissão e que acabavam sendo desviadas para o benefício dos mesmos eu a e b) a aprovação de emendas liberando recursos para obras em benefícios de prefeituras e empreiteiras que, em troca, pagavam propinas aos parlamentares. As revelações do ex-diretor deram origem a investigações policiais e a uma Comissão Parlamentar de Inquérito - aberta em outubro de 1993 e encerrada no início de 1994 -, cujo relatório pediu a punição de 18 parlamentares, sendo que 6 foram cassados, 4 renunciaram para não perder o mandato e ficarem inelegíveis e 8 foram absolvidos.

como a imprensa estava pretendendo construir e legitimar a sua participação no debate público. Por essa razão, não estamos, ao menos agora, preocupados em discutir até que ponto a opinião editorial reflete realmente a posição do jornal acerca de determinado tema e, assim, estende-se sobre os demais espaços da sua cobertura política, pois, o que nos interessa é trabalhar a autorrepresentação que os periódicos estudados estão fazendo de si mesmos e, por isso, a sua *fala oficial* é privilegiada.

Por fim, do ponto de vista metodológico, vale duas observações: a) para essa pesquisa, optou-se por uma investigação densa, com a leitura de todos os editoriais produzidos no ano de 1993 pelos jornais em estudo, mas aqui apresentamos o material analisado entre os meses de outubro e novembro de 1993, e b) no texto que segue, iremos apresentar aquelas falas onde foram encontradas convergências entre os impressos, partindo-se do princípio de elas fornecem fortes indicativos acerca de uma possível tentativa comum de inserção na discussão pública. As posições divergentes, contudo, não foram descartadas e servem de base para um estudo já em andamento sobre a maneira particular com que cada impreso pretendeu se diferenciar nessa discussão.

FOLHA DE S. PAULO E ESTADO DE S. PAULO:

A IMPRENSA VIGILANTE

Examinando a visão convergente dos editoriais acerca da política brasileira no material reunido para essa análise, percebe-se logo de início que grande parte das tomadas de posição dos jornais se baseia em uma *concepção contratual da associação política*, cujos traços se assemelham muito ao defendido pelos contratualistas do século XVII e XVIII. Isso fica bem ilustrado por este editorial da *Folha de S. Paulo*, que procura explicar uma “onda de violência do Brasil” a partir de Hobbes:

É claro que a brutalidade acompanha o homem desde que esse decidiu andar sobre duas pernas. Houve até um filósofo inglês do século 17, Thomas Hobbes, que chegou a afirmar que o estágio natural da humanidade é o da guerra de todos contra

todos. Foi justamente para abandonar esse estágio, em tudo contraproducente, que surgiu o Estado. Os homens teriam celebrado uma espécie de contrato social, pelo qual renunciariam à sua plena liberdade (incluindo a de matar) em troca da segurança proporcionada pelo Estado que seria o único a poder exercer legitimamente o uso da força.

No Brasil de hoje, contudo, assiste-se ao que parece ser a eminência do rompimento desse hipotético contrato social. Com efeito, uma vez que o Estado não se demonstra capaz de oferecer segurança, as pessoas dão como rescindindo o acordo e se sentem compelidas a retomar a guerra de todos contra todos¹⁴.

O apelo constante a *noção contratual da associação política*, por mais que possa ser considerado simples ou até impróprio para outras esferas do conhecimento, é particularmente útil aos jornais. De um lado, a concepção da relação entre Estado e sociedade como um contrato é muito proveitosa para quem deseja assumir um papel de defensor dos interesses coletivos diante das ações dos ocupantes do poder público. De outra parte, na medida em que separa a comunidade social desse poder público e que reduz a relação entre ambos a uma forma de prestação de serviço, tal concepção é bastante adequada para uma imprensa que procura se representar como uma instância intermediária a ambos, empenhada em zelar para que os atos do segundo melhor correspondam aos interesses do primeiro.

Além do mais, devemos considerar que essa forma de compreender o mundo social, na medida em que exige a familiarização com categorias políticas adquiridas pela instrução escolar, é bastante propícia aos periódicos que procuram se distinguir como *sérios* ou de *prestígio* e que, por isso, normalmente congregam os jornalistas e os leitores com nível educacional mais elevados. Como bem salientou Bourdieu, tal capacidade de percepção está desigualmente distribuída na sociedade e direciona o seu *olhar político* não apenas para questões claramente institucionais, mas também aspectos da vida como a sexualidade, as relações familiares, a hierarquia interna das corporações, como escolas e empresas. É dessa forma que devemos entender, por

¹⁴ Editorial Principal, *Folha de S. Paulo*, 14 de outubro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 2. No período em questão, a *Folha de S. Paulo* publicava três editoriais a cada edição. Optou-se por nominá-los como Editorial Principal, para o de maior destaque, e Editorial Secundário, para os dois textos menores, publicados abaixo do Principal.

exemplo, este editorial também da *Folha*, no qual se procura vincular o problema do “lixo” jogado em parques de São Paulo durante um feriado a uma “carência de cidadania” da população brasileira.

[A]s pessoas não costumam sujar suas casas espalhando toda a sorte de dejetos. Contudo, não hesitam em poluir os **parques**, como que esquecendo de que (sic) **são espaços públicos** e que, nestas condições, **lhes pertencem**. A questão vai mais longe. A **limpeza de áreas públicas se dá com dinheiro público**, ou seja, sai do **bolso do contribuinte**, outro **conceito que, no Brasil, parece ser visto como abstração**, quando de fato é pesadamente real. [...]

Enfim, **a luta para que prevaleça a noção de cidadania** - sem a qual este país, infelizmente continuará sempre o mesmo - **se dá em vários campos, da atenta vigilância sobre os destinos dos fundos públicos ao simples cuidado de não emborrallar o que pertence a todos** e portanto a cada um individualmente. Não suje a sua casa¹⁵.

Apesar de parecer “óbvia” aos olhos das camadas mais intelectualizadas, essas relações entre aspectos da vida cotidiana e conceitos políticos como *cidadania* e *espaço público* estão longe de ser “evidentes por si mesmas” e muito menos universalmente distribuídas. Ao contrário, como lembra Bourdieu (1979, p. 520-521), elas exigem alto grau de abstração e de elevação do “espírito” frente à realidade observada.

Como a arte ‘difícil’ ou o erotismo por oposição à ‘pornografia’, os jornais ditos de qualidade demandam uma relação ao objeto implicando a afirmação de uma distância frente ao objeto que é a afirmação de um poder sobre o objeto ao mesmo tempo que da dignidade do sujeito que se afirma nesse poder. **Eles dão ao leitor bem mais que opiniões ‘pessoais’ das quais ele tem necessidade; eles lhe reconhecem a dignidade de sujeito político**, capaz de ser senão o sujeito da história, ao menos o sujeito de um discurso sobre a história (tradução e grifos nossos).

¹⁵ Editorial Secundário, *Folha de S. Paulo*, 15 de outubro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 2. Todos os grifos em negrito são do autor dessa pesquisa, salvo indicação em contrário.

Exatamente o oposto ocorre com os jornais ditos *populares*, que tende a colocar os *temas políticos* e institucionais em segundo plano – quando não no “silêncio” –, em favor daquilo que é chamado de *faits divers* (crimes, histórias de vida, etc.) e/ou dos temas mais próximos à vida cotidiana de seus leitores¹⁶. Todavia, aqui vale um parêntese: devemos ter cuidado em não cristalizar e julgar as possíveis relações dos leitores com “seus jornais”, interpretando o *jornalismo popular*, por exemplo, de forma descontextualizada. Com efeito, para além da mera diversão, esta forma de imprensa também se volta aos problemas imediatos das populações mais carentes - como abastecimento básico, preço dos alimentos, desemprego, transporte público, violência urbana etc.; – mesmo que não os construam a partir de categorias políticas refinadas. No caso do Brasil, como têm demonstrado alguns estudos, essa relação, porém, assume novas dimensões nas quais os órgãos de comunicação e jornalistas muitas vezes tentam fazer crer que atendem demandas populares que deveriam ser responsabilidade dos poderes públicos, no que se tem classificado como assistencialismo eletrônico ou midiático¹⁷. Em termos políticos, esse tipo de prática é o oposto do que prega a visão contratualista, na medida em que transforma em um “favor” aquilo que deveria ser uma “obrigação” dos homens públicos, o que é veemente condenado pelos jornais ditos *sérios*¹⁸.

Por fim, devemos ressaltar, novamente recorrendo a Bourdieu (1979, p. 518), que estes olhos voltados para o que é “político” e do “interesse geral” não deixa de esconder formas de dominação que também passam pelo consumo de notícias e opiniões sobre os “assuntos sérios”. Como ressalta o autor: “Esquecesse-se que a classe dominante se define precisamente pelo fato de

¹⁶ Bourdieu (1979, p. 518) ressalta bem este aspecto ao comentar que os operários dificilmente veem no jornal um “guia político” ou um lugar para se informar sobre o universo político institucional, como as camadas mais elevadas, especialmente em capital cultural. Procuram mais os “faits divers” pelos quais se sentem mais tocados: “Afora os resultados e os comentários esportivos de segunda de manhã, espera-se de um jornal aquilo que se chama de “nouvelles”, ou seja, informações sobre o conjunto de eventos pelos quais se sentem diretamente tocado porque eles tocam pessoas conhecidas [...] ou pessoas semelhantes a si mesmo das quais sente por procuração a infelicidade, a miséria ou o infortúnio”.

¹⁷ Sobre isso, ver, por exemplo, COSTA (1992) e MENDES (2007).

¹⁸ Como podemos perceber nessa passagem bastante ilustrativa da *Folha de S. Paulo*: “O que amplifica a sensação de crise é o fato de que não nasceu, ou no mínimo, tarda a nascer um novo modelo de Estado, em que se reduzam substancialmente o coronelismo, o clientelismo e o assistencialismo na sua forma mais clássica, que é de intermediar para o cidadão aquilo que o poder público a ele deveria dar sem intermediação”. (Editorial Principal, *Folha de S. Paulo*, 14 de novembro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 2).

que ela tem um interesse particular pelos negócios ditos de interesse geral porque os interesses particulares de seus membros estão particularmente ligados a esses negócios”. E que o consumo desse tipo de leitura é igualmente um ato de autorrepresentação política, pois oferecem ao seu “consumidor” o sentimento de estar autorizado a participar do “país legal”¹⁹.

Todavia, aceitando que a visão contratual da associação política não é nem necessária e nem evidente para todos, especialmente em um país como o Brasil, a pretensão da imprensa em construir a sua inserção institucional a partir dela acaba demandando um conjunto de tarefas para os jornais. Um deles está no trabalho *pedagógico* de difusão e de instrução ao maior número possível de pessoas sobre os princípios básicos da associação política, notadamente no que se refere aos direitos e deveres dos cidadãos e dos homens públicos.

Vinculados a essa tarefa educativa, temos uma série de temas e de formas de abordagens que se tornam quase que obrigatórias à imprensa que se pretende *séria*. Isso pode ser identificado, por exemplo, na necessidade de os jornais demonstrarem constante zelo pela preservação das regras legais que estão na base do *contrato* e que deveriam reger as relações entre os membros da comunidade social. Nesse sentido, o maior destaque está no empenho retórico em se identificar com a preservação dos princípios do Estado de Direito, em especial a ordem institucional do país, indispensável para a preservação da ordem jurídica. Desta forma, não deve surpreender que, nos dois meses correspondentes ao material aqui analisado, encontramos frequentes menções à salvaguarda da ordem institucional, ainda mais se considerarmos a situação de *crise política* pela qual se passava. Em cerca de 60 edições, os impressos convergiram em defender a manutenção do parlamento (*Folha 7 vezes e Estado 3*), a independência entre os poderes (*Folha 3 vezes, Estado 4*), o respeito à Constituição (*Folha 3 vezes, Estado 7 vezes*) e, principalmente, aos direitos individuais (*Folha 6 vezes, Estado 8 vezes*). Todavia, o item que apareceu com mais intensidade foi uma forte preocupação em se associarem

¹⁹ Em outras palavras, de exercer o seu direito de cidadão, que varia especialmente com o capital escolar “o título escolar contribui muito fortemente para determinar o sentimento de pertencer de pleno direito ao universo da política e da cultura legítima do qual participa o sentimento de estar no direito e no dever de ler um jornal legítimo” (BOURDIEU, 1979, p. 518).

à luta pela preservação do regime democrático, que encontramos em 8 textos da *Folha* e 12 do *Estadão*. Quanto a isso, um exemplo interessante nos é fornecido no dia 19 de outubro de 1993, quando ambos os jornais saíram em defesa da democracia, temerosos com os efeitos negativos às instituições do *Escândalo do Orçamento*, que envolvia as duas casas legislativas federais.

Reveja-se a Constituição, punam-se os culpados - qualquer que seja o seu status no grande monte de Brasília - e salve-se a honra do congresso. A menos que se queira que ele venha a submergir num mar de lama e a democracia seja vista, por todos, apenas como um regime das negociatas e dos favores. Faça-se Justiça! **Salve-se a democracia!**²⁰.

...

Que não se confunda a instituição do legislativo com as pessoas que o compõem. A humanidade ainda não soube inventar um sistema político melhor que o democrático - apesar de todas as suas imperfeições - e este não pode prescindir de um Parlamento²¹.

Parece relativamente aceitável que esta grande ênfase na defesa do regime democrático se explique pela conjuntura de *crise* já apontada que fragilizava o Congresso Nacional e, assim, o regime democrático pelas denúncias de corrupção na principal casa legislativa do país, sem contar a proximidade histórica com a Ditadura Militar, encerrada oficialmente a menos de uma década. Todavia, devemos salientar que a preservação do regime democrático é uma das condições de possibilidade da pretensão da imprensa como fiscalizadora dos agentes públicos frente aos interesses da coletividade. Logo, muito embora seja possível aos jornais sobreviverem como empresa em regimes ditatoriais - até tirando fartos proveitos econômico dessa situação, como a história recente da mídia brasileira comprova -, as possibilidades de a imprensa se construir como uma instância empenhada em vigiar as ações do poder público em nome da coletividade ficam significativamente limitadas com a censura à atividade jornalística.

No intuito de se representar como defensores do Estado de Direito, um dos pontos quase obrigatório da fala oficial dos jornais esteve na demonstra-

²⁰ Editorial Principal, *O Estado de S. Paulo*, 19 de outubro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 3.

²¹ Editorial Principal, *Folha de S. Paulo*, 19 de outubro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 2.

ção de vigilância com o equilíbrio dos poderes, sobretudo no que se referia a possíveis ações que levassem à hipertrofia do Executivo. Esse aspecto ficou mais evidente quando ambos os periódicos convergiram em condenar uma medida provisória do governo federal (MP 375) que tentava coibir a obtenção de liminares pelos cidadãos contra decisões do Executivo. A *Folha*, nos dias 25 e 26 de novembro, criticou a medida dizendo que o governo não poderia resolver seu problema fiscal afrontando “a lei” com medidas que “extrapolam os poderes e competências institucionais do Executivo”. Em primeiro lugar, porque, como a independência entre os três poderes “é um dos pilares do sistema democrático [...], ao pretender interferir no funcionamento interno da Justiça, portanto, o Executivo contraria preceitos básicos do próprio Estado de Direito”. Em segundo lugar, “o judiciário existe para proteger o cidadão do abuso do poder público”, cercear o acesso a ele “é abrir a porta para o arbítrio estatal”²². O *Estado* reagiu no mesmo tom. No dia 25 de novembro, disse que “o sentido fascista (tudo para o Estado, nada contra o Estado) é a grande fonte de inspiração da MP 375”²³. Já no dia 27 do mesmo mês, podemos ler o seguinte:

A Medida Provisória 375 é uma aberração. Tumultua o processo, tolhe a intervenção do Ministério Público, manietta o magistrado a que se subordina o feito, e acomete contra a cidadania, ampliando o estoque de latas de espinafre colocadas à disposição do Estado-Popeye²⁴.

Por outro lado, se a preocupação de se auto representar como defensores da norma jurídica em nome da coletividade leva os jornais a focar a sua vigilância sobre aqueles que exercem cargos públicos, esta vigilância também não deixou de condenar o próprio comportamento dos demais membros do corpo coletivo. Quanto a isso, vale citar o exemplo da preocupação comum dos impressos com a situação de desigualdade dos cidadãos perante as normas legais que poderia derivar da aprovação da carteira de motorista para maiores de 16 anos.

²² Editorial Principal, *Folha de S. Paulo*, 25 de novembro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 2.

²³ Editorial Principal, *O Estado de S. Paulo*, 25 de novembro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 3.

²⁴ Editorial Principal, *O Estado de S. Paulo*, 27 de novembro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 3.

Parece óbvio que uma proposta séria para permitir que os jovens dirijam incluiria a redução da maioria penal; afinal, **todo o direito tem como contrapartida a responsabilidade.**

A própria Constituição de 88 permitiu “que os jovens maiores de 16 anos votassem. **Infelizmente, os constituintes ignoraram a premissa básica da cidadania - a de que direitos são acompanhados de responsabilidades - e não reduziram a maioria penal.**[...] Chega de meia cidadania²⁵.

...

Ora, o que está em jogo nesta questão não são os supostos direitos do cidadão do menor que quer dirigir automóveis, mas o resguardo da imensa maioria dos brasileiros - não menos cidadãos - que ficará à mercê de motoristas criminalmente inimputáveis se o presidente Itamar Franco sancionar o malfadado negócio. Em outras palavras, **o direito de todos à proteção jurídica será substancialmente reduzido se o governo ceder aos caprichos de alguns** de dirigir automóveis antes da idade da responsabilidade penal²⁶.

Enfim, para terminar esta questão, vale a menção a um editorial da *Folha de S. Paulo* intitulado, justamente, “*A Lei, Ora a Lei*”, no qual, abordando o tema dos jogos de azar, exortados ao respeito à legalidade:

Já é hora do Brasil decidir se o jogo de azar deve ou não continuar a ser considerado uma atividade ilegal - e não se pode ignorar os riscos que o vício no jogo traz para os indivíduos, seus familiares e a sociedade em geral. O que **não se pode tolerar** é que o **Brasil** continue sendo uma nação em que **o legislador finge que legisla, as autoridades fingem que aplicam a lei e a população finge que não vê nada disso**²⁷.

Não obstante a importância dessas tentativas de se associar discursivamente à defesa das instituições democráticas e da ordem jurídica, devemos considerar que a necessidade de convencer que se empenham na defesa do interesse geral implica também na tomada de posições sobre assuntos que

²⁵ Editorial Secundário, *Folha de S. Paulo*, 29 de outubro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 2.

²⁶ Editorial Principal, *O Estado de S. Paulo*, 30 de outubro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 3.

²⁷ Editorial Secundário, *Folha de S. Paulo*, 17 de outubro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 2.

ficam além da normalidade legal. Boa parte das ações que geraram interesse e até polêmicas no período estudado era a respeito de temas para os quais o “contrato” não apontava ação necessária e cuja avaliação implicava algum tipo de “escolha” sobre quais medidas seriam mais adequadas ao interesse coletivo. Logo, nesses casos, os impressos acabaram investindo as suas próprias convicções, as quais estavam longe de serem obrigatórias ou consensuais. No levantamento que fizemos, foi possível constatar um forte compromisso ideológico com a “economia de mercado”, notadamente com o aumento da liberalização e da internalização da economia brasileira. Por exemplo, durante o processo de instalação do Congresso Revisor da Carta de 88, ambos os periódicos defenderam o fim dos monopólios estatais (*Folha* 2 vezes, *Estadão* 5 vezes), a privatização das empresas públicas (*Folha* 3 vezes, *Estadão* 2 vezes), o extinção da estabilidade do funcionalismo (*Folha* e *Estado* uma vez cada um) e outras medidas que visassem a liberalização da economia brasileira, como a eliminação da discriminação ao capital estrangeiro (*Folha* 2 vezes, *Estado* 3 vezes) ou o fim da reserva de mercado às indústrias nacionais (*Folha* e *Estado* duas vezes). Fora do debate sobre a revisão da Carta, questões como a privatização ou a mera crítica às empresas estatais apareceram mais 8 vezes nos editoriais da *Folha*, enquanto a flexibilização do câmbio (2 vezes) e a queda das taxas alfandegárias (3 vezes) também foram frequentes. O mesmo aconteceu com o *Estadão*, onde a privatização ou as estatais foram objetos de mais 14 editoriais e a abertura tarifária (1 vez), a flexibilidade da taxa de câmbio (2 vezes) e os entraves ao capital estrangeiro (1 vez) também foram abordados.

Não está nos objetivos e nem nas possibilidades desse artigo discutir com profundidade a tomada de posição dos jornais sobre política econômica, em especial no que se refere a sua adesão a uma agenda “neoliberal”, – tema já explorado por outras pesquisas²⁸. Igualmente, não examinaremos se havia e quais seriam os interesses empresariais contemplados ou mesmo apoiando financeiramente a defesa dessas bandeiras ideológica. O que nos interessa agora é salientar que, independentemente de pressões externas, a adesão à economia de mercado é outra das condições de possibilidade do surgimento da empresa jornalística como vendedora de informações. Logo, defender

²⁸ A principal abordagem pode ser encontrada em FONSECA (2005).

esses princípios econômicos é, para essas empresas, advogar pelas suas próprias condições de produção e reprodução material. Todavia, é importante ressaltar que a sustentação ideológica do capitalismo pode assumir diferentes formas nem sempre confundíveis com o liberalismo e que, mesmo esta doutrina, ainda tem diversas variantes. Assim, não é possível e nem desejável estabelecer qualquer rigidez nessas vinculações, sendo que a associação dos jornais a doutrinas econômicas deve ser sempre contextualizada historicamente²⁹.

De qualquer maneira, parece lícito afirmar que uma das decorrências da adesão dos jornais estudados ao (neo)liberalismo esteve em conceber o que seria o “bem da coletividade” a partir de uma concepção negativa do poder público, no geral, caracterizando “o benefício da população” como inversamente proporcional ao tamanho do Estado³⁰. Este passa a ser visto na condição de um prestador de serviço aos membros da comunidade social, agora interpelados como pagadores de impostos, ou seja, contribuintes, como podemos ver nos momentos em que os jornais insistiram em frisar as consequências do aumento das despesas públicas.

Em vez de vender estatais e, precisamente, fazer caixa, contrariando o **influyente funcionalismo** (e seus adeptos no primeiro escalão administrativo) dessas **empresas todopoderosas**, o caminho mais curto para acabar com o déficit talvez nem seja mais o prometido corte de despesas públicas, e sim **pedir mais e mais ao contribuinte...**³¹.

...

Com diversos vai-véns e recuos, a discussão centrou-se particularmente em torno de um pacote no campo tributário que tentasse ao menos reduzir, de forma emergencial, o

²⁹ Sobre os cuidados que devemos ter na associação da tomada de posições dos jornais e as doutrinas econômicas, especialmente se basearmos essa associação apenas na forma como os impressos se auto representam ideologicamente, pode-se consultar MARTINS (2016).

³⁰ Nesse sentido, pode-se entender a crítica do *Estado de S. Paulo* à criação de um órgão burocrático para cuidar do setor hidrográfico no estado: “Também chama a atenção que a multiplicação de departamentos para atender os mesmos fins se dá em meio a uma unanimidade acerca da necessidade de enxugar a máquina administrativa do Estado. É inaceitável, assim, que o Bandeirantes decida, na contramão desta exigência, inchar seus quadros de funcionários e onerar ainda mais o contribuinte.” (Editorial Secundário, *O Estado de S. Paulo*, 16 de outubro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 3).

³¹ Editorial Secundário, *O Estado de S. Paulo*, 18 de outubro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 3.

rombo das contas públicas. Mesmo este incerto objetivo merece críticas à medida que fica muito aquém das reformas estruturais que se fazem imperativas, além de **reincidir no hábito de repassar ao contribuinte a conta da incúria do Estado**³².

Essa relação entre o tamanho do Estado e/ou a incúria da administração pública para os cidadãos-contribuintes pode ser considerada uma das maiores recorrências nas falas convergentes dos jornais. O que não fica difícil de entender tendo em vistas os ganhos simbólicos que a construção do leitor/eleitor como contribuinte traz para uma imprensa que se pretende colocar como fiscalizadora das ações dos homens públicos em defesa dos cidadãos. Esse “ganho” fica claro e permite entender melhor quando consideramos que os jornais se deram muito trabalho em recordar enfaticamente que os membros do corpo político que roubam o dinheiro público, na verdade, roubam o contribuinte:

Diante deste quadro é preciso que se decida desde já por que meios o Brasil vai dar continuidade ao necessário e salutar processo de depuração de todos aqueles que **adquiriram o vício de viver ou mesmo de acumular fortunas à custa da coisa pública, ou seja, do dinheiro do contribuinte**³³.

...

(L)amentavelmente tem ocorrido de tudo dentro das casas dos representantes do povo: envolvimento de parlamentares em tráfico de entorpecentes ... sem falar dos tão famosos “trens da alegria”, nos reajustes desproporcionais de remuneração, dos excessos de viagens pagas pelos cofres públicos e **tantos outros abusos contra o bolso dos contribuintes**³⁴.

À primeira vista, esta fala parece ser repetitiva e, assim, desnecessária em termos informativos ou de esclarecimento. Podem também ser interpretada como uma decorrência pouco imaginativa da adesão dos periódicos à

³² Editorial Secundário, *Folha de S. Paulo*, 22 de outubro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 2.

³³ Editorial Principal, *Folha de S. Paulo*, 10 de novembro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 2.

³⁴ Editorial Secundário, *O Estado de S. Paulo*, 18 de outubro de 1993, *Primeiro Caderno*, p. 3

cartilha (neo)liberal em voga no período. Todavia, devemos considerar que este tipo de argumentação, mais do que uma tautologia neoliberal, é plena de ganhos simbólicos para os impressos. Ela lhes permite ótima oportunidade de “educar” os cidadãos-leitores sobre a concepção contratual da associação política, na qual os homens públicos são meros *prestadores de serviços* e os cidadãos-contribuintes os pagadores dos mesmos. Ao fazer isso, os impressos reforçam discursivamente a posição pela qual pretendem construir a sua inserção legítima no debate, ou seja, como instância intermediária que defende os interesses da coletividade, agora cliente, frente as ações dos homens públicos, seus “servidores”.

Na minha interpretação, esse caráter aparentemente redundante da fala dos editoriais é um dos efeitos mais visíveis da posição em que a imprensa pretende construir uma “autoridade institucional” própria: na medida em que deve representar o jornal como uma instância intermediária, empenhada em defender direitos e/ou fiscalizar deveres previamente estabelecidos, o texto editorial estaria condenado a repetir os princípios contratuais da associação. Isso fica mais claro quando analisamos os momentos nos quais os jornais estudados procuraram interpelar os demais membros da coletividade, notadamente os agentes públicos, no imperativo. Com efeito, na medida em que ordenar aos demais uma forma de ação necessária exige do enunciador alguma autoridade social reconhecida, a imprensa, como não possui nenhuma posição de poder delegado ou mesmo detém o monopólio de alguma forma de saber, só pode falar no imperativo quando recorda aquilo que os demais já estariam comprometidos a fazer. Isso ocorreu, por exemplo, quando os jornais pesquisados se esforçaram em exortar os homens públicos a respeitarem as regras jurídicas da associação “cumprindo a lei”:

Soluções moralizantes estão na lei: **cumpra-se a lei**, verifiquem-se até onde for necessário as ligações de deputados, da Comissão de Orçamento, de empreiteiras e outras empresas, os danos que o patrimônio público (...) sofreu e **punam-se quanto forem culpados**³⁵.

³⁵ Editorial Principal, *O Estado de S. Paulo*, 19 de outubro de 1993, Primeiro Caderno, p. 3. O mesmo repetiu a Folha: Editorial Principal, *Folha de S. Paulo*, 02 de novembro de 1993, Primeiro Caderno, p. 2.

Na conjuntura de crise política vivida no período, notadamente em torno dos escândalos com o uso do dinheiro público, foi comum o apelo à fala imperativa para ordenar que “todas as denúncias deveriam ser investigadas” e que “todos os culpados deveriam ser punidos”.

De todo o modo, o crucial é que **nenhuma suspeita ou acusação fundada permaneça sem esclarecimento. Que venham todas as CPIs** quantas sejam necessárias. Igualmente indispensável, claro, é **que sejam todas levadas até suas últimas consequências**, atingindo quem quer que esteja envolvido e resultando na **punição exemplar de todos os culpados**³⁶.

...

O mais importante, o fundamental em todo este episódio, é que **a Câmara dos Deputados não deixe de apurar todas as responsabilidades** até o fim (...) **Todos os culpados, de lado a lado, têm de sofrer punição drástica**, exemplar³⁷.

Em outras palavras, a fala exortativa dos jornais, na medida em que se baseiam numa “autoridade” que se pretende criar no seu próprio ato de enunciação, deve ordenar a obrigação que já está estabelecida. Mais do que propriamente uma ordem, ela é uma lembrança daquilo que os demais membros da associação política parecem ter “esquecido” ou negligenciado. O que leva a formulações estranhas, como essa passagem onde *O Estado de S. Paulo* ordena que a *polícia investigue*, que o *Ministério Público* denuncie e que o *Tribunal Federal julgue*.

A última esperança dos que ainda acreditam no Estado de Direito está em que a **CPI tudo apure** (...), **que o Congresso cumpra seu dever** e casse mandatos, que a **Polícia Federal faça um inquérito escoreito**, que o **Ministério Público apresente denúncia** e o **Tribunal Federal julgue**³⁸.

³⁶ Editorial Principal, *Folha de S. Paulo*, 20 de novembro de 1993, Primeiro Caderno, p. 2.

³⁷ Editorial Secundário, *O Estado de S. Paulo*, 09 de outubro de 1993, Primeiro Caderno, p. 3

³⁸ Editorial Principal, *O Estado de S. Paulo*, 06 de novembro de 1993, Primeiro Caderno, p. 3

Podemos ver, por esses exemplos, como essa fala imperativa dos jornais não cria e nem poderia criar uma nova obrigação política. Todavia, apesar de tautológica, ela é plena de significados. Ela oferece nova oportunidade para a ação educativa da imprensa sobre a coletividade a respeito dos direitos e dos deveres que cabem a cada um na associação política³⁹. Ao mesmo tempo permite aos jornais excelentes oportunidades de se representarem como instância empenhada em zelar para que as ações dos homens públicos melhor correspondam aos interesses dos cidadão/contribuintes.

Entretanto, essa análise seria incompleta se ficasse limitada a apontar apenas os possíveis efeitos da fala editorial para os seus enunciadores e negligenciasse as consequências que ela acarreta para os sujeitos enunciados. Como muitas análises já têm demonstrado⁴⁰, ao buscar sua legitimação no debate coletivo fazendo crer que fiscaliza os atos do poder público, o discurso jornalístico tende a privilegiar os aspectos negativos do universo político e, assim, fomentar ou mesmo gerar uma relação potencialmente conflitiva entre imprensa e política. Como os próprios profissionais da área admitem: denúncias e críticas oferecem ganhos simbólicos muito mais lucrativos do que o elogio aos homens públicos, não obstante todas as possíveis retaliações que uma postura mais agressiva pode gerar nos alvos das denúncias.

Na conjuntura investigada, não faltaram tópicos para essa visão negativa e avaliações profundamente pessimistas sobre o universo político, como podemos ver pelos dois trechos abaixo sobre a CPI do *Escândalo do Orçamento*.

Como a vida pública no País desceu a níveis inimagináveis, logo será esquecida a atitude dos que já advogavam, diante da liminar concedida por um ministro, a

³⁹ Apesar de mais raro, a condição auto-atribuída dos jornais como guardião do contrato, também os motiva a exigir que os próprios “mandantes”, ou seja, os membros da comunidade social, cumpram as suas obrigações com a felicidade geral. Como nos indica esse exemplo quando ambos os periódicos convergiram em exortar a população brasileira a seguir a Itália no repúdio eleitoral aos homens públicos desonestos. Segundo a Folha: “No Brasil, que agora começa investigações iguais às da Itália, é indispensável que, ao lado do desdobramento jurídico do escândalo, **também a sociedade, ou seja, cada um de nós, assuma o papel que lhe cabe no processo de limpeza do país**” (Editorial Secundário, *Folha de S. Paulo*, 23 de novembro de 1993, Primeiro Caderno, p. 2.). Já o Estadão afirmou o seguinte: “Vergastar a democracia por suas falhas pode trazer algum rápido alívio d’alma, mas não bastará para afastar de Brasília a escumalha que sobe com a omissão de cada um de nós [...] **Que nos sirva de exemplo o que aconteceu na Itália**” (Editorial Principal, *O Estado de S. Paulo*, 23 de novembro de 1993, Primeiro Caderno, p. 3).

⁴⁰ Ver, por exemplo, RODRIGUES (2011).

adoção de providências tendentes a garantir uma retaliação contra o STF⁴¹.

...

Um caso por vez, pelo amor à sanidade mental de todos nós. Especialmente quando este da alegada compra do “passe” de deputados para o PSD, para que este partido, pela lei eleitoral, pudesse apresentar candidato à Presidência da República em 94, **é dos bons e mostra a que nível se pode chegar uma comunidade humana em que interesses vis estão em jogo. Aliás, em todos os casos em que políticos se metem, há sempre algo que lembra o verso sobre o reino da Dinamarca**⁴².

Além da difusão de uma visão negativa sobre o universo político, outro efeito importante dessa pretensão dos jornais a uma posição institucional está em uma espécie de “conflito de autoridade” entre agente jornalístico e agente político. Ao pretender se constituir como avaliadores das ações dos representantes eleitos em nome da coletividade, os jornais/jornalistas, mesmo sem prerrogativas legais, entram em luta com eles pela definição mais legítima do interesse coletivo. E, ao agirem assim, interferem diretamente no jogo político, ao mesmo tempo em que passam a disputar diretamente com estes representantesa condição de porta-vozes da vontade popular, atacando a sua pretensão – ou de qualquer outro agente com liderança social, como sindicalistas, religiosos, etc. - à expressão legítima dessa vontade. Essa consequência jamais é tão clara do que quando os impressos se atribuem o direito de falar em nome da própria coletividade (*opinião pública*), ao condenar as ações dos agentes políticos:

A novela da desocupação da Integração Regional (Ministério ocupado por Alexandre Costa, citado como réu na CPI do Orçamento) precisa acabar, ou o Executivo se cobrirá de ridículo. Extinguir a pasta para que dela seja catapultado o sr. Costa também não é solução séria; é medida que se marca por padrões de politicagem incompatível com a renovação de costumes **que o povo deseja** entronizar no país⁴³.

⁴¹ Editorial Principal, *Folha de S. Paulo*, 09 de outubro de 1993, Primeiro Caderno, p. 2.

⁴² Editorial Principal, *O Estado de S. Paulo*, 16 de outubro de 1993, Primeiro Caderno, p. 3.

⁴³ Editorial Principal, *O Estado de S. Paulo*, 02 de novembro de 1993, Primeiro Caderno, p. 3.

...

A seriedade das acusações em jogo é tamanha, e afetam de tal forma a atual estrutura do Estado brasileiro, que sua apuração completa e radical é o mínimo **exigido pela população brasileira**⁴⁴.

Ou ainda quando procuram antecipar a “desaprovação popular” que necessariamente decorreria das falhas que os próprios jornais revelam sobre as ações dos homens públicos na condução dos negócios coletivos.

O **Congresso** saberá, apesar da resistência que em alguns setores se esboçam, resolver seus problemas - pois se não estiver a altura da situação, apenas estará cavando sua própria sepultura, que será coberta com a **pá de cal** que lhe será jogada pela **sociedade** justamente revoltada, **nas eleições de 1994**⁴⁵.

...

Na sessão da comissão da Câmara que é objeto desse comentário, o deputado Gastone Righi (PTB-SP) defendeu abertamente seu colega Nobel de Moura. **Ou ele não teme o julgamento dos que votam e cuidarão de reelegê-lo ou não**, no ano que vem, **ou possui algum curral eleitoral muito unido e numeroso**⁴⁶.

Outro problema – e talvez o maior – em relação a esse tópico é que, como vimos, o processo de desautorização das ações dos homens públicos não se limita apenas aos preceitos legais, mas se estendem também sobre as opções facultativas que estes agentes tomam na administração da coletividade. Como podemos perceber no tom da crítica à suposta obstrução de agentes públicos a obstruir a uma proposta de reforma constitucional que os jornais convergiram em defender.

A impressão que fica do acordo [para retirar o fim dos monopólios estatais da Revisão Constitucional], profundamente decepcionante, é a de que ou não há vontade para abrir o feudo dos monopólios, ou a de que tanto o Parlamento como o Planalto preferem a **fácil via do acerto em vez da mais árdua defesa das reais necessidades do país**.

⁴⁴ Editorial Principal, *Folha de S. Paulo*, 04 de novembro de 1993, Primeiro Caderno, p. 2.

⁴⁵ Editorial Principal, *Folha de S. Paulo*, 20 de outubro de 1993, Primeiro Caderno, p. 3.

⁴⁶ Editorial Secundário, *O Estado de S. Paulo*, 12 de novembro de 1993, Primeiro Caderno, p. 3.

Se a **atividade política** por vezes passa por concessões, noutra ela exige firmeza de princípios. **Não transigir naquilo que interessa - e muito - a toda a sociedade é o mínimo que se espera daqueles que foram escolhidos para representá-la**⁴⁷.

...

Na verdade, **o PT não está preocupado com o país**. **Preocupa-se**, antes e acima de tudo, com a hipótese de que ele **estará no poder dentro de mais alguns meses** e decorre daí o raciocínio primário da obstrução da revisão, para que uma futura Carta Magna seja feita inteiramente sob sua influência, quando seus militantes estiverem em postos-chave da administração federal. É este tipo de pensamento que afasta o povo do Partido dos Trabalhadores e o poder do PT⁴⁸.

E nesses casos, na medida em que não existe uma definição obrigatória sobre as políticas públicas mais adequadas ao interesse da coletividade, ao avaliar as decisões dos homens públicos, os jornais empregam as suas próprias concepções sobre “as coisas a fazer” apresentando-as como se fossem a expressão genuína do interesse popular.

É impressionante a facilidade como os **interesses da população são colocados de lado em negociações políticas**. Como esta **Folha** afirmou ontem, está em articulação um **acordo envolvendo Executivo e Congresso segundo o qual a questão dos monopólios da União ficaria fora da revisão constitucional**⁴⁹.

...

Pretender que tudo fique como está ou chegar ao poder, como planeja o PT, para impor ao povo as fórmulas sovadas do dirigismo estatal a que até a Albânia já deu as costas, constitui veleidade digna de pena, se se imagina que para descer a tanto será possível contar com a aprovação da maioria dos que votam. Não. A revisão terá começo, meio e fim, **vinculada ao que o povo deseja**, ninguém se equivoque. **Ele saberá oferecer, nas urnas, o troco certo a quem utilizou o mandato eletivo para**

⁴⁷ Editorial Principal, *Folha de S. Paulo*, 24 de novembro de 1993, Primeiro Caderno, p. 2.

⁴⁸ Editorial Secundário, *O Estado de S. Paulo*, 30 de novembro de 1993, Primeiro Caderno, p. 3.

⁴⁹ Editorial Principal, *Folha de S. Paulo*, 24 de novembro de 1993, Primeiro Caderno, p. 2.

desservir-lhe, estabelecendo a indispensável condenação ao ostracismo⁵⁰.

Desses exemplos, não é difícil concluir que esse “conflito de autoridade” pela definição da expressão mais adequada do interesse coletivo acabou sendo mais acirrado entre a imprensa e os agentes políticos que mais se distanciavam das posições (neo)liberais defendidas pelos jornais, ou seja, à esquerda do campo político, apesar de não se restringir a ela. Entretanto, isso parece ser uma condição inescapável ao papel pretendido pela imprensa de fiscal das ações do poder público: ao julgar, mesmo que a partir de princípios, ela se obriga a tomar parte – quando não partido - no debate político-ideológico, independentemente de qualquer pretensão à neutralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise acima dos editoriais da *Folha de S. Paulo* e do *Estado de S. Paulo* nos dois meses escrutinados permitiu-nos fazer algumas inferências ainda provisórias sobre a forma como a imprensa dos anos 90 estava procurando construir a sua inserção institucional no debate público. Vimos a tentativa dos jornais em se auto representarem como instância fiscalizadora e intermediária à ação dos homens públicos em nome dos membros da coletividade social. Notou-se como essa posição estava fundada em uma visão contratual da associação política, levando os impressos a focalizarem muito de sua fala na defesa de preceitos legais, notadamente no que concerne ao comportamento “desviante” dos agentes públicos. Salientamos também que essa imprensa, tendo em vista até a precariedade com que a percepção contratual da associação política era – e é – compreendida na sociedade brasileira, empenhou-se precipuamente em difundir esses valores, ao mesmo tempo em que apontava o seu “desrespeito” pelos homens públicos.

Viu-se, contudo, que essa pretensão levava os jornais a terem uma fala destacadamente redundante, voltada a salientar preceitos estabelecidos, dando inclusive ordens sobre o que já se sabia ou se deveria saber. A fala exorta-

⁵⁰ Editorial Principal, *O Estado de S. Paulo*, 30 de novembro de 1993, Primeiro Caderno, p. 3

tiva dos jornais é um belo exemplo disso: ordem que, ao ordenar aquilo que já está ordenado, de fato, nada ordena, dedicando-se a lembrar e não a criar obrigações. Todavia, apesar de tautológica, a fala editorial é plena de significados e de lucros simbólicos ao seu enunciador, ao lhe permitir se construir como aquele que está ali, denodado a fiscalizar os deveres e a garantir os direitos na comunidade social.

Entretanto, como igualmente foi acentuado, a fala do jornal traz efeitos não apenas para seu enunciador, mas também para os sujeitos enunciados. No discurso jornalístico dedicado a fazer crer que a imprensa exerce o papel de vigilante, os agentes públicos são sujeitos *privilegiados*, na medida em que é a indicação dos seus “defeitos” na condução dos negócios da coletividade que melhor garante ganhos simbólicos aos jornais.

Várias são as consequências dessa tendência, como o processo já conhecido de deslegitimação da política e a verdadeira luta simbólica entre agentes jornalísticos e agentes públicos pela condição de porta-voz mais autorizado da “vontade coletiva”. Luta essa que fica mais clara quando os jornais, avançando a fronteira de meros “vigilantes da lei”, passam a avaliar as decisões dos homens públicos em temas para os quais o contrato não prevê ação necessária. Nesses casos, a imprensa então coloca as suas próprias convicções ideológicas sobre a condução das políticas públicas como se fossem a expressão genuína da “vontade popular” ou da “opinião pública”. É um ato de verdadeira “usurpação da palavra” pelo qual se fala por outro e, assim, cala-se esse outro pelo qual se diz estar falando.

Ademais, como apontamos na introdução, a análise acima é uma interpretação com base em um estudo antigo que agora está sendo retomando e sua validade vai depender muito de pesquisas que avancem a investigação para outros jornais e para períodos posteriores da história brasileira iniciada com a redemocratização. Além disso, devemos considerar que ela trabalha com “marcas discursivas” inerentes a um tipo de texto jornalístico muito particular, os editoriais, e, assim, também precisa ser associada a investigações que mostrem a sua pertinência para outros “bens e serviços” oferecidos pela imprensa. Também deve-se salientar que este tipo de trabalho analisa as posições estruturais em torno das quais tendencialmente se organizam os discursos dos agentes que querem fazer uso do poder social das instituições

às quais pertencem A forma como isso vai ser historicamente empregado ou desenvolvido é outra questão. Todavia, apesar desses limites, consideramos que a interpretação parcialmente aqui esboçada serve como ponto de partida para o estudo que desejamos fazer e, também, para o diálogo com outros pesquisadores que estão se interessando pelos mesmos temas.

Por fim, vale uma explicação sobre o título: ao utilizar aqui a expressão “imprensa como construção imaginária” estava fazendo alusão às ideias desenvolvidas por Cornélio Castoriadis (1982) e Benedict Anderson (2008) sobre as instituições ou funções institucionais coletivas (povo, nação, justiça, legislativo, etc.) que não têm um referencial obrigatório na realidade ou, quando têm, seu sentido não está necessariamente fixado na simbologia política da sociedade em estudo. Dessa forma, essas funções e instituições para terem efeito *real* e se tornarem referência na ação dos membros da comunidade social precisam ser acreditadas, ou seja, *construídas imaginariamente*, o que implica um constante e penoso trabalho simbólico de construção e reconstrução de sentidos. É isso que procurei ilustrar nesse trabalho sobre as pretensões institucionais da imprensa brasileira, sem propriamente querer discorrer sobre a sua efetividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira. Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ABREU, Alzira Alves de; WELTMAN, Fernando Lattman; ROCHA, Dora. *Eles mudaram a imprensa*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ALBUQUERQUE, Afonso. Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política. In: RUBIM; BENTZ; PINTO (Orgs.). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro ‘quarto poder’: imprensa e compromisso político no Brasil. *Contracampo*, n. 4, p. 23-57, 2000.

ALBUQUERQUE, Afonso de. A modernização autoritária do jornalismo brasileiro. *Alceu (PUCRJ)*, v. 20, p. 100-115, 2010.

ALBUQUERQUE, A.; HOLZBACH, A. D. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da *Folha de S. Paulo*. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, vol. 5, n. 14, p. 149-170, nov. 2008.

AGUIAR, C. B. A imprensa e as eleições de 1989: imagens e atores da política. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 179-194, abril/julho 1995.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, F. A. Imprensa, campanha presidencial e agenda da mídia. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). *Mídia e Eleições 98*. Salvador: Edições FACOM, 2000, p. 31-56.

BOURDIEU, Pierre. *La Distantion*. Paris: Minuit, 1979.

CARVALHO, R. *A imprensa escrita na era FHC: análise dos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo no período 1995-2002*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2006.

CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

COSTA, Maria Tereza P. da. *O programa Gil Gomes: a justiça em ondas médias*. São Paulo: Unicamp, 1992.

DIAS, A. B. Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia? *Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014*. *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, p. 472-494, 2019.

FIGUEIREDO, R. R. Mídia e eleições: cobertura jornalística da campanha presidencial de 1994. *Opinião Pública*, Campinas, v. 5, n. 1, p. 44-53, 1998.

FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec: 2005.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, p. 67-92, 2016.

GUIMARÃES, C.; VIEIRA, R. A. A. Meios de comunicação de massa e eleições: um experimento brasileiro. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 147-158, 1989.

JORGE, V. L. Os meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 126-133, janeiro/abril 1997.

JOSÉ, Emiliano. *Intervenção da imprensa na política brasileira (1954-2014)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e democracia: indeterminação e representatividade da representação. *Revista Compolitica*, v. 4, p. 27-58, 2014.

LIMA, Venício A. de. Televisão e política: hipótese sobre a eleição presidencial de 1989. *Comunicação & Política*, São Paulo, v. 9, n. 11, p. 29-54, abril/junho 1990.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *O Adiantado da Hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MENDES, Patrícia. “Cidadão eletrônico”: a TV Regional como protagonista. Um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Comunicação Contemporânea) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. *Dados*, v. 42, n. 2, p. 253-276, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas: Unicamp, 2000.

PERES, Liege Albuquerque. *O período Collor: análise da cobertura das revistas Veja e Isto É – de antes da eleição presidencial ao impeachment*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Malena Rehbein. *Imprensa e Qualidade Democrática: uma análise de possibilidades nos principais jornais nacionais*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RODRIGUES E MELO, Yasmine Hofmann. *A Ferro e Fogo: A Folha de S. Paulo e a vanguarda modernização do jornalismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

ROXO, M. A. A identidade jornalística: profissionalismo, populismo e

representação política. *Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Águas de Lindoia/SP, 2013.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). *Mídia e Eleições 98*. Salvador: Edições FACOM, 2000.

RUBIM, A. A. C; COLLING, L. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 169-189, 2004.

SCHWERTNER, F. A influência da mídia na democracia brasileira. In: *XVI Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, Santa Cruz do Sul, 2019.

SOUZA, Paulo Roberto da Silva. *Fernando Collor na imprensa brasileira: representações em torno da sedução e da satanização*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

WELTMAN, Fernando Lattman et. al. *A imprensa faz e desfaz um presidente. O papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

PARTE II

PARTIDOS E ASSOCIAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

V

ASSOCIAÇÕES RURAIS:

*a emergente necessidade de organização coletiva
(Rio Grande do Sul, 1902-1924)*

ALBA CRISTINA COUTO DOS SANTOS SALATINO

O PRESENTE ARTIGO É FRUTO DA PESQUISA QUE FOI REALIZADA PARA A TESE DE doutorado em História, cujo tema principal foi a associação cooperativa de crédito rural. Os aspectos analisados, numa perspectiva transnacional, foram a formação dessas instituições, os princípios norteadores e a identificação de grupos sociais que demonstraram interesse em desenvolvê-la, no período de 1900-1930, na Argentina (a partir da cidade de Pigüé, ao sul de Buenos Aires) e no Brasil (a partir da cidade de Nova Petrópolis, serra do Rio Grande do Sul).

As associações ganharam um novo rosto e novas práticas no século XIX. Essas instituições eram caracterizadas pelo socorro mútuo, balizadas, quase que exclusivamente, pela moral e pela solidariedade cristã católica. Elas passaram a ter novos olhares a partir de discussões intelectuais e do movimento trabalhista operário-camponês que emergia. Tais ideias associativistas tomaram forma e cresceram em diferentes localidades da Europa industrializada. Congressos e atividades que contemplavam a discussão associativa passaram a ser organizados desde os anos de 1820, na Inglaterra e na França. Assim, a propagação dessas “novas” instituições se deu paralelamente à crescente divulgação pela imprensa.

A partir de 1870, com o crescimento e a consolidação dos sindicatos e das associações agrícolas, as instituições associativas passaram a representar

interesses e reivindicar direitos civis de um coletivo, para as necessidades do mundo moderno, industrial e cada vez mais urbano. Essas instituições podem apresentar, em alguma medida, contraposição ao Estado, sem que tenha sido essa a motivação primeira de sua organização. As associações são parte do conjunto de relações não reguladas pelo Estado¹ que podem estar de acordo com suas ações, discordar e posicionar-se publicamente, ou ignorá-lo, numa ação entendida como neutralidade. Enfim, inúmeras razões podem ser questionadas e analisadas quanto a isso, há, inclusive, uma agenda de pesquisas² debruçada sobre essa questão.

O que apresentaremos neste texto faz parte desse cenário de discussões sobre o papel político dessas instituições, como grupos de possíveis pressões ao Poder Público, a parlamentares e à rede de políticos locais (RÉMOND, 2003). A proposta é trazer algumas comparações sobre o interesse da organização coletiva entre pequenos produtores e criadores, e entre o patronato, reconhecido no grupo de criadores do estado, ampliando a análise que fizemos a esse respeito na tese. A necessidade de se organizar o crédito rural no estado acompanhou as discussões de produtores e criadores no início do século XX, ao lado da preocupação com os prejuízos oriundos de crises no setor agrário. No Rio Grande do Sul, pecuaristas estão localizados na região sul e centro do estado, e os produtores agrícolas (imigrantes e descendentes), localizados nas regiões norte, planalto e serra.

Cada associação atende a um determinado público e fim. Um coletivo organizado tem por base a reciprocidade e assegura a seus sócios serviços como: previdência (para acidentes de trabalho ou enfermidades); seguro agrícola; empréstimo; crédito; entre outros. São sociedades de pessoas que se unem para o socorro mútuo e podem ser caracterizadas em associações mutualistas, associações trabalhistas e associações cooperativas - as duas últimas com maior centralidade nos serviços de fins econômicos. Todas essas modalidades possuem elementos comuns como o humanismo, a solidarieda-

¹ Norberto Bobbio entende essas instituições como sociedades civis que experimentam em seu interior diferentes conflitos, os quais desafiam os indivíduos na relação com o Estado e com suas próprias crenças. O motivo da existência organizacional dessas sociedades é o interesse (político, econômico, social) em comum que os une. (BOBBIO, 1982, p. 36-37).

² Para saber mais sobre, ver LOCKS FILHO (2016). Sobre a capacidade de associações refletirem sobre desigualdades sociais e práticas democráticas, ver também: KERSTENETZKY, 2003.

de e a coletividade, buscando contrapor características crescentes do individualismo, das crises econômicas e da pobreza, atreladas ao ideal capitalista e liberal.

Pensar em uma organização coletiva em defesa dos interesses econômicos do campo foi um movimento que iniciou com os pequenos e médios produtores, na Bélgica e Estados Alemães, a fim de enfrentar as adversidades e crises agrícolas, ajudando-se mutuamente. O desafio para o mundo rural rio-grandense estava em discutir que modelo associativo se incorporaria aqui que atendesse tanto aos produtores (em sua diversidade) quanto ao governo em sua política para o campo. Aos grupos envolvidos cabia fazer a escuta, debater e escolher um modelo associativo rural que considerasse a sobrevivência, as crises, ao mesmo tempo que fosse uma entidade representativa, reivindicando soluções e buscando diálogo com as esferas públicas.

O que motivou a necessidade de organização coletiva do setor agrário? A crise na pecuária, que adentrou o século XX, com sérios períodos de retração do mercado internacional, sobretudo após Primeira Guerra Mundial, aliada a outros fatores dos anos de 1920-1922. O clima, a depreciação do gado e a epidemia de aftosa no rebanho foram elementos que devem ser considerados nesse período. Desde a segunda metade do século XIX até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, a economia estava baseada na agropecuária no estado, tendo um comércio satisfatório no mercado nacional (PESAVENTO, 1980). Foi então, nas primeiras décadas da República, que os interesses econômicos pecuaristas se sobressaíram, e, conseqüentemente, crescia o desejo de defendê-los e unir esforços para essa tarefa, no sentido de “união de classe”.

A primeira iniciativa de coletividade pecuarista reuniu integrantes de Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e do Partido Republicano Federalista (PRF) numa mesma agremiação, o que não quer dizer que as diferenças no plano político tivessem sido dissipadas. A *Sociedade Agrícola e Pastoral*, criada após a guerra civil de 1893-1895, em Pelotas, foi um marco de organização coletiva de grandes produtores no estado, em resposta à instabilidade e a uma crise pecuária. A partir desta primeira organização, propaga-se a ideia de cooperativas e de associações no meio de latifundiários rio-grandenses. Em 1909, a *Federação Rural* foi criada e, em 1912, a *União dos Criadores*,

ambas em Porto Alegre. Todas essas instituições centradas na representação desta “classe”, reunindo outras entidades menores que exerciam atividade pecuária.

Esse pensamento coletivo se sobressaiu no Rio Grande do Sul, no contexto de crescimento do número de entidades representativas do patronato por diversos países da Europa, no final do século XIX. No Brasil, esse tipo de associação concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste (MENDONÇA, 2002). Destacamos que o modelo associativo rural se remodelou, do pequeno ao grande produtor (com demandas e tipo de amparo distintos), contemplando em comum o objetivo de representação frente às crises no setor.

De acordo com Leonice Aparecida Alves (2008, p. 78-82), a instituição nacional mais importante à época, que atendia aos interesses agrários e fomentava o setor terciário, era a Sociedade Nacional Agrícola (SNA), fundada em 1897. A SNA organizou o primeiro Congresso Nacional de Agricultura em 20 de outubro de 1901, e, nesse momento, denunciou a crise da lavoura por todo o país. A SNA foi um poderoso instrumento de organização da elite agrária não-cafeeira, cujo lema era “conservar, ampliando e aumentando”, cobrando ações para o setor do Poder Público.

O engenheiro agrônomo, entendido na época como especialista e detentor do saber técnico, ganhou projeção no Brasil nessa conjuntura. Esse profissional foi considerado o personagem apto a modernizar o setor agrário e a viabilizar os saberes necessários para o associativismo. A associação dos indivíduos no campo era justificada pelos agrônomos diante das crises na agricultura, das desigualdades da propriedade rural, da injustiça social no campo, dos efeitos nocivos do latifúndio e do intermediário comercial para os pequenos produtores. As cooperativas eram vistas por eles como instrumento de viabilização de acesso ao crédito, de novas técnicas e de transformação do setor para um mais competitivo. A ideia de uma associação foi gestada, inclusive, para dar fim à instabilidade social no campo e no êxodo, mediante a prática da solidariedade mútua e do sentimento de pertencimento. (ALVES, 2008, p. 78-82).

A *Revista Agrícola do Rio Grande do Sul*³ exprime bem o trabalho dos agrônomos. Na seção *Crônica Agrícola*, publicava-se textos assinados (monogra-

³ Não foi encontrado mais informações da revista.

fias e opiniões), assim como propagandas de eventos, produtos e exposições agrícolas. A crônica *Associações Agrícolas*, de 1903, exemplifica as notícias e as ideias que estavam circulando na imprensa do estado brasileiro, a respeito das associações de socorro mútuo para o campo.

João Baptista de Castro, o autor da referida crônica (1903, p. 139), inicia agradecendo ao senhor doutor Affonso Penna, vice-presidente da República, pela visita e pelos elogios que ele teceu a sua pessoa, na ocasião do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, realizado em Belo Horizonte. Para Castro, foi uma satisfação receber comentários positivos por sua atuação na propaganda do espírito associativo e pela implantação de sindicatos agrícolas, ambas ações empreendidas por ele, por todo o Brasil, entre os produtores agrícolas. João Castro afirma que o associativismo e a sindicalização é o “único meio seguro e duradouro, reconhecido para fazer progredir, material, moral e socialmente a agricultura de todos os povos civilizados da terra, emancipando, em suma, os agricultores das pês (sic) e tutelas a que viveram jungidos (sic) durante séculos.”

João Castro (1903) continua o seu texto refletindo sobre aquele elogio recebido e a presença do vice-presidente no evento. Tudo isso fez com que ele notasse o quanto foi importante as publicações sobre o assunto terem tido linguagem acessível, como princípios básicos do projeto de Estado, de instrumentalizar com o associativismo o setor agrário- princípios cogitados na SNA e expressos em suas visitas. A publicação do texto de João Castro nos auxilia na compreensão da expansão deste projeto da SNA e na sua efetividade. Além disso, Castro busca informar o leitor, esboçando a ideia de cada tipo de associação (cooperativas de consumo; de produção; de crédito, modelo Raiffeisen; sindicato agrícola; socorro mútuo de previdência, de assistência), explicando seus objetivos e funcionamento e, principalmente, procurando adequar esses modelos à norma⁴ brasileira.

Os modelos internacionais de cooperação e associação agrícola, inspiradores aos brasileiros, eram da França e Alemanha, principalmente. No pri-

⁴ BRASIL. *Decreto no 979, de 6 de janeiro de 1903*. Faculta aos profissionais da agricultura e industrias ruraes a organização de syndicatos para defesa de seus interesses. Disponível em: Arquivos Históricos da Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, <<https://goo.gl/YUJ7un>>. Acesso em 30/08/2017;

meiro país, está a figura de Luiz Durand, que em 1893 já havia organizado a União das Caixas Rurais, uma instituição que funcionava como a central das caixas de crédito organizadas por ele. No mesmo período, os sindicatos agrícolas e as caixas de crédito francesas eram, em grande medida, controladas pela corrente corporativista de grandes proprietários de terras, de influência católica. No segundo, está a experiência das caixas de crédito fundadas por Friedrich Raiffeisen que, como veremos a seguir, também era de inspiração cristã. A SNA defendia a apropriação do sindicalismo agrícola e de associações rurais, mais inclinada ao modelo francês, de Durand,⁵ ainda que esse tenha se inspirado no modelo alemão.

Em 1906, o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC) foi fundado. A associação rural, sobretudo as cooperativas, atreladas ao formato de sindicatos pela força da Lei, foi pauta de discussão dos especialistas e agentes do MAIC, conforme identificou Sônia Mendonça (2002, p. 30-31). De acordo com a autora, os pioneiros na difusão doutrinária do cooperativismo foram os agrônomos, que tinham como características, a formação na Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro e a ocupação em postos de destaque no Ministério da Agricultura. O MAIC passou a propiciar a ida de especialistas para o interior, incentivando e introduzindo o associativismo e o cooperativismo.

A produção agrícola no Rio Grande do Sul estava concentrada no Norte (Serra e Planalto) com exceção do arroz que estava mais próximo da Lagoa dos Patos. Com a pecuária concentrada no Sul e Centro do estado, a atividade agropecuária rio-grandense aparecia no cenário nacional com destaque, inclusive na exportação, nas décadas finais do XIX. A produção pecuária tornou-se uma especialidade dessa região e o setor agrário do estado tomou impulso ainda maior quando se diversificou os produtos do campo, com a inserção do imigrante na agricultura (FONSECA, 1983).

Podemos dizer que o fator de representatividade política para criação de associações veio também da discussão sobre a diversificação da estrutu-

⁵ Durand, ao criar um manual próprio para as caixas rurais francesas, mantinha uma autonomia e independência em relação ao Estado. Ver mais em SALATINO (2018, p. 122-124). A influência também foi analisada na legislação de 1903 e 1907. (BRASIL. *Decreto no 1.637, de 5 de janeiro de 1907. Crea sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Legislação Informatizada, Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://goo.gl/RGL8DR>>. Acesso em 30/08/2017.*)

ra econômica. Pedro Fonseca (1983, p. 71-80) nos apresentou a análise de dois planos políticos econômicos em conflito em seu trabalho, para responder às questões de crise do setor agrário, na Primeira República. O PRR apresentou uma posição a favor da imigração no seu programa, afirmando a importância da continuidade de acolhida de imigrantes na região, como elementos fundamentais para a policultura do estado e a diversificação da estrutura produtiva. O governo do PRR passou a oferecer aos novos imigrantes a concessão de terras e outros incentivos, complementando o subsídio da União, que era o transporte até o porto de Rio Grande ou Porto Alegre. Criou colônias oficiais, aumentando a população do norte do estado. Com o imigrante como o pequeno proprietário de terra, se garantiria o plano da diversificação da economia no estado. O propósito da oposição para a economia, PRF, não considerava a imigração um fator de suma importância e omitia em seu programa esse assunto, bem como a possibilidade de novas colonizações. A oposição era favorável à imigração para o país, mas criticava a prática de aliciamento do imigrante.

A necessidade política de integração econômica dos núcleos coloniais era visível, tendo em vista a fragilidade das colônias e o desejo de desenvolver, em máxima potência, as forças produtivas. No ano de 1903, Antônio Augusto Borges de Medeiros escrevia sobre os problemas dos pequenos produtores e as desvantagens que tinham frente à concorrência. Para resolver essa questão, Borges julgava caber à iniciativa privada a organização de associações e sindicatos para “amparar os fracos” (PESAVENTO, 1980, p. 76). Nesse sentido, as preocupações do governo vinculavam-se às reivindicações dos imigrantes, bem como vai ao encontro das iniciativas nacionais ao fomentar o associativismo para dirimir problemas.

A Sociedade Cooperativa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis iniciou suas atividades, na cidade de Nova Petrópolis, em 1902. Essa instituição é um marco de cooperação antes do incentivo estatal na divulgação de associações, aos moldes das cooperativas de crédito rurais alemãs Raiffeisen. Baseado no princípio do solidarismo cristão, Friedrich Wilhelm Raiffeisen procurou resolver a fome da população, da comarca rural de Weyerbusch, onde exercia cargo político, disponibilizando um forno e uma padaria comunitária. Assim, entre 1846 e 1854, Raiffeisen criou o Clube do Pão e outras associações de

socorro mútuo, inclusive as caixas de crédito rural, motivado também pelas frequentes crises produtivas do contexto do século XIX.⁶

Foi com a mesma mística cristã daquela cooperativa que os imigrantes e descendentes alemães do RS adotaram o modelo. O padre jesuíta Theodor Amstad foi líder fundador da cooperativa, atuando nos casos divinos e mundanos. A *Caixa de Empréstimo e Economia Amstad*, como também era conhecida, foi criada para auxiliar na questão econômica ao lado da *Associação Rio-Grandense de Agricultores*, que tinha a finalidade de atender às questões sociais. As duas associações operaram de maneira integrada, pois a cooperativa tinha sede na Associação. Atuaram conjuntamente em praticamente todas as pautas, destacamos o financiamento de novas colônias e a resolução de problemas do escoamento da produção, devido à precariedade das estradas e à frequente má condição de tráfego fluvial⁷.

Esse modelo de ajuda mútua foi multiplicado nas diversas áreas de colonização logo nos anos seguintes. A cada nova Associação de Agricultores, uma nova caixa de crédito, formando dessa maneira uma rede associativa, atendia um grupo étnico e social específico. Desde a implantação da primeira cooperativa até a morte do seu mentor [Theodor Amstad], em 1938, esta rede reuniu um conjunto de cinquenta (50) cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul (SCHALLENBERGER, 2007, p. 6).

Situamos brevemente a cidade de Nova Petrópolis como o primeiro cenário rio-grandense a ter uma cooperativa de crédito. Na direção noroeste, ela foi constituída como uma colônia pública e provincial, fundada no ano de 1858, pelo presidente da Província Angelo Muniz Ferraz. Com intuito de ex-

⁶ A ideia de Raiffeisen foi seguida rapidamente, sendo aperfeiçoada por ele até se institucionalizar como uma cooperativa de crédito mútuo rural, perseguindo princípios religiosos. As caixas de crédito funcionavam como bancos rurais de empréstimo, a partir do apelo de Raiffeisen aos mais abastados para o exercício da responsabilidade cristã.

⁷ Dalva Reinheimer (2009, p. 30-31), em seu estudo sobre a navegação fluvial no início do século XX, no Rio Grande do Sul, destacou a importância dos portos fluviais, no Vale do Sinos e do Caí. A prosperidade de núcleos coloniais se explica, em grande medida, pela localização próxima ao rio Caí. Os imigrantes estabelecidos ali construíram vilas comerciais, em função do movimento comercial nos portos fluviais do município de São Sebastião do Caí e de Montenegro, mantendo em intensa atividade o comércio entre: os núcleos coloniais e Porto Alegre, núcleos coloniais-São Leopoldo e Porto Alegre- São Leopoldo. O rio Cadeia afluente do rio Caí foi um importante meio de comunicação entre São Leopoldo e os produtos coloniais, quando a navegação por vapores e lanchões não podiam navegar no Caí até a colônia de Nova Petrópolis.

pandir a Colônia de São Leopoldo em direção ao Norte, Nova Petrópolis foi estabelecida para servir de entreposto entre Porto Alegre e o Planalto, ponto intermediário para o trajeto projetado entre a atual capital e os Campos de Cima da Serra. Em grande medida, predominou a pequena propriedade, e vendiam apenas o excedente. Os produtos que saíam da cidade passavam por Novo Hamburgo, São Sebastião do Caí e São Leopoldo até Porto Alegre. (PAZ, 1990). Por muitas vezes, era o comerciante intermediário desta logística que mais lucrava, como evidenciou Sandra Pesavento (2014, p. 47). Pode-se dizer que esse foi um motivo consistente para criação e consolidação de uma cooperativa na região que, em 1904, na cidade de Santa Cruz,⁸ já contava com uma Caixa de Economia e Empréstimo em sua localidade, pois ela representava um meio de escapar dos comerciantes que também atuavam como banqueiros.

As Caixas Rurais tornaram-se um eficiente meio de resolver os problemas financeiros, de iniciativa privada, suprimindo, em parte, a ausência de bancos na localidade. Assim, ofertava o crédito aos pequenos produtores e trabalhadores associados, com juros praticados entre 3 e 5%, no prazo de até dez anos para pagar, incentivando o depósito em poupança.

Conforme Eugenio Lageman (1985), apenas nove bancos operaram no Rio Grande do Sul, até 1930. O mais antigo deles era o Banco da Província do Rio Grande do Sul, fundado em 1858. Este banco, embora tenha sido iniciado por um grupo de investidores comerciantes, teve apoio do Poder Público estadual para sua criação. Somente em 1909, o Banco da Província teve autorização para implantar Caixa de Depósitos.

Com a Caixa de Depósitos, o Banco da Província pretendia ampliar outras funções bancárias, assim como receber depósitos e conceder empréstimos populares e descontar letras comerciais, bem como estender seus serviços também ao interior do Estado, através da difusão das Caixas de Depósito. Em 1910, abre a Carteira Hipotecária de Crédito Real, para empréstimos hipotecários e de prazos longos ao setor rural (CORAZZA, s.d., p. 11).

⁸ Este modelo de atuação da cooperativa de Santa Cruz foi frequentemente citado quanto aos seus rendimentos e êxitos pelo engenheiro Egidio Hervé, na conferência que abordaremos a seguir.

Os bancos existentes não contemplavam em suas transações as condições do pequeno e médio produtor. Em grande medida, os bancos privados dedicavam-se ao depósito e aos financiamentos de curto prazo, permaneciam com os interesses comerciais do grupo econômico que motivou a sua criação. Ainda assim, para criadores, a grande reivindicação era o crédito agrícola a juros mais baixos.

Durante a nossa investigação no acervo da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, procuramos verificar na imprensa, dedicada ao público rural, indícios da discussão acerca do crédito agrícola e das iniciativas de associação rural. Eis que encontramos algumas publicações que ilustram bem tal questão da época. A primeira notícia analisada foi na Revista *A Estância*, um órgão de divulgação, formação e informação agropastoril da Federação Rural do Rio Grande do Sul. Este veículo registrou diversos assuntos, inclusive, aqueles relacionados aos ensejos políticos dos seus associados, como, por exemplo, a inserção do crédito agrícola com fomento do Poder Público. Em atividade ininterrupta desde 1914, a Revista tinha o propósito de ser publicada mensalmente, mas, no ano de 1924, o número um foi publicado apenas no mês de agosto. A conferência proferida pelo Dr. Egydio Hervé, da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1897), para o Sindicato Agrícola foi publicada na íntegra, intitulada “A necessidade da organização do crédito rural no Rio Grande do Sul” (HERVÉ, 1924).

O crédito agrícola foi o tema central da conferência de Hervé, a fim de levar o público à reflexão sobre a necessidade de criar uma instituição, sobretudo de crédito, que melhor respondesse às necessidades dos produtores agropecuários. Egydio Hervé faz uma longa análise sobre a necessidade de organização do crédito agrícola, regional e nacional. São cinco páginas completas de conteúdo, a que devo lembrar que as páginas da Revista *A Estância* possuem as mesmas dimensões dos periódicos da época.

Hervé faz registro do que ocorria em São Paulo e Minas Gerais procurando mostrar que o problema do crédito agrícola não estava centralizado no Rio Grande do Sul, mas nas áreas produtivas do país. Refere que estes estados tiveram representantes da policultura no Congresso de Agricultura e Pecuária, realizado no Rio de Janeiro⁹, para impulsionar o crédito agrícola. Hervé

⁹ Hervé menciona que o congresso teria ocorrido próximo a data de sua fala, mas não indica data

destaca o caso de Minas na figura de João Pinheiro, sinalizando que o filho desse senhor seria o próximo nome da República, e “que os seus homens não só pregam as vantagens da organização e uso do crédito rural pela imprensa, mas também pelo livro, [...] operando amplamente, um banco hipotecário, manifesta também sentir essa necessidade [do crédito agrícola], e age no sentido de vencê-la” (HERVÉ, 1924, p. 21). E continua:

Essa necessidade entre os demais estados do Brasil, a compreende frente a própria União, que, pela atividade e espírito cintilante de Cincinato Braga¹⁰ e de outros grandes brasileiros, procura, na reorganização do Banco do Brasil, na criação da carteira de crédito hipotecário, nas operações de redesconto, nos projetos de bancos emissores, favorecer o crédito rural, visando com especial atenção alcançar a realidade do crédito rural no país (HERVÉ, 1924, p. 21).

O agrônomo Egidio Hervé estava conectado com os anseios da lavoura e das inovações do pensamento econômico. Como já mencionamos, a organização do patronato ocorre no cenário internacional, no início do século XX. Se o século XIX foi marcado, quase que inteiro, pelas organizações associativas e cooperativas de pequenos e médios produtores na Europa, novas organizações passaram a disputar esse espaço¹¹.

No Rio Grande do Sul, Egidio Hervé estava articulando e discutindo propostas de organização coletiva rural para defender os interesses de um grupo específico: aquele do grande produtor e criador. Já na primeira pági-

e local da realização.

¹⁰ Cincinato César da Silva Braga. Político brasileiro: deputado federal de São Paulo (1892-1902 e 1906-1923); presidente do Banco do Brasil (1923-1925); constitucionista (1934); deputado federal de SP (1935-1937). Ver mais: VERBETE. BRAGA, Cincinato. Disponível em: <<http://abre.ai/bdUe>>. Acesso em: 05 de abr/2020.

¹¹ Um exemplo de organização cooperativa patronal tardia está em Espanha, preconizada na década de 1890. A organização coletiva rural aconteceu a partir da crise agrícola. Os proprietários de terra procuraram impulsionar o corporativismo agrário que buscava a modernização da agricultura, sob o controle e direção dos proprietários rurais. De acordo com Jordi Planas, as Câmaras Agrícolas podem ser identificadas como a primeira experiência de serviços cooperativos desse país, orientadas fundamentalmente ao fortalecimento do grupo dos proprietários rurais. Com essa prática associativa, os proprietários reorganizaram socialmente seus empreendimentos e procuraram manter a hegemonia do grupo na região da Catalunha. (PLANAS, 2009).

na, revela sua opinião quanto às caixas rurais: “A necessidade do crédito rural no RS é real e sentida. *É disfarçada pela criação de várias e isoladas, porém prósperas Caixas Raiffeisen.* Isto é uma lacuna sensível que não passa despercebida” (HERVÉ, 1924, p. 21 – grifo nosso).

Hervé buscou comparar a situação do Rio Grande do Sul e do Brasil com outros países¹². Refere que, desde o ano de 1912, o crédito rural tornou-se pauta mundial. Menciona a reforma do Chile nos bancos e caixas hipotecários, a fim de facilitar o crédito agrícola, bem como Estados Unidos, França e Itália, que, na opinião de Hervé, estavam ampliando brilhantemente o crédito agrícola, conforme pode-se observar nos trechos abaixo:

França intensificou brilhantemente a sua admirável expansão de crédito agrário, na maioria pela iniciativa privada.

[...] A Alemanha, mestra incomparável na instituição de crédito particular, procura melhorar estas instituições que 150 anos vem encontrando amparo às lavouras e a pecuária.

[...] A lavoura necessita de organização especial que ofereça longo prazo e juros baixos. (HERVÉ, 1924, p. 21).

Evidenciamos, ao longo do texto de Hervé, uma grande admiração pela prática da França e da Alemanha, todavia, compreendemos que ele se esforça para deixá-las no campo da inspiração e não como modelos a serem seguidos, conforme podemos observar no texto que segue:

Em toda a parte, o crédito tem se organizado mediante a iniciativa privada. O crédito daria ao produtor uma organização para emitir título de renda ao portador e ir vendê-los diretamente aos capitalistas, aos fundos imobilizados dos bancos mercantis, do pé de meia ao fundo de reserva de certas companhias e aos bancos oficiais ou oficializados pagando juros baixos e obtendo prazos longos, eliminando os intermediários, alcançando enfim, em condições harmoniosas como a natureza das suas empresas o capital necessário ao exercício da sua fecunda atividade econômica. A França não é um país modelo de crédito agrícola, mas os produtores associados nas caixas Raiffeisen, gozam de grandes

¹² Hervé cita como referência a Revista Internacional das Instituições Econômicas e Sociais (publicação de jul-set de 1923, Roma).

benefícios. Produtores sindicalizados recebem indiretamente do governo empréstimo em juros módicos e prazo de 5 anos. Mas na Alemanha, onde não basta somente as pequenas vantagens, o princípio da solidariedade e da cooperação foi levado até a emissão em favor da agricultura, logrando êxito tal que levam os economistas franceses confessarem a superioridade alemã. (HERVÉ, 1924, p. 23).

Algumas vezes, Hervé referiu experiências dos bancos populares e das caixas econômicas italianas, mas retoma às experiências da França e da Alemanha. No texto abaixo, destacamos como ele se refere às caixas rurais Raiffeisen do Rio Grande do Sul.

Caixas Raiffeisen, de que falamos no início desta conferência, já existem, no Estado, em número superior a 15. Segundo discurso do Dr. Apulcho Koelzer proferido em sessão do 1º Congresso dos Inspectores Agrícolas, realizado no Rio, em 1922, essas existem em número de 20, possuindo, algumas delas, depósitos que se elevam a milhares de contos, e emprestando até as Municipalidades, havendo nelas defeitos a corrigir, mas sem importância visceral. Nessa prosperidade em que se encontram as Caixas Raiffeisen Riograndenses, infelizmente isoladas entre si, não podendo mesmo, algumas aplicar o capital que dispõem, vemos uma segura afirmação do papel que virá essa importante modalidade de crédito agrícola desempenhar na circulação monetária e na fecundidade do trabalho rural do Rio Grande do Sul, quando as caixas inteligentemente federadas puderem levar o seu raio de ação a todos os centros do Estado, contribuindo para a fundação de novas caixas, de cooperativas, de consumo, de compras, etc. (HERVÉ, 1924, p. 23 – grifo nosso).

Egydio Hervé argumenta que as caixas existentes no Rio Grande do Sul não são apropriadas para resolver o problema do crédito agrícola. A ineficiência está no isolamento das cooperativas de crédito, estritamente atuando nas colônias de imigração. Outros elementos podem ser considerados para que Hervé tenha se colocado de maneira contrária ao modelo Raiffeisen de associação.

Pela estreita relação confessional católica das Caixas Rurais de crédito, essas instituições estavam inseridas no projeto social jesuítico, tendo membro

da Ordem como líderes, os quais desempenharam papel de destaque. Assim como já mencionado, a própria ideia de associação cooperativa, iniciada em 1902, estava baseada nos valores e solidarismo cristão, conforme Raiffeisen preconizou. A partir de 1912, as sedes das cooperativas estavam atreladas à Sociedade União Popular (SUP)¹³ e não mais à Associação Rio-Grandense de Agricultores. A SUP preocupava-se em proteger o capital e financiar a produção e a colonização por meio das caixas rurais, visando a promover benfeitorias aos seus associados.

As caixas rurais, ou de poupança e empréstimo, organizadas isoladamente, no início, e em rede, posteriormente, estiveram abertas a todos os segmentos sociais das colônias, no sentido de promover o desenvolvimento regional nos seus múltiplos aspectos: econômico, cultural, religioso e assistencial. (SCHALLENBERGER, 2007, p. 14).

Tensões religiosas entre Egydíó Hervé e as lideranças católicas foram registradas por René Gertz (2002, p. 82) e Luís Alberto de Boni (2003, p. 7-12), entre os anos de 1923 e 1925. Foi quando Padre Werner von und zur Mühlen assumiu o cargo de diretor da Congregação Mariana *Mater Salvatoris*¹⁴ (02 de fevereiro de 1923). Ele publicava um folheto mensal chamado Ação Católica, cujo conteúdo afirmava a contraposição da doutrina católica e outras manifestações de fé, como o espiritismo. Salientamos que, nesse cenário, Egydíó Hervé era um reconhecido espírita de Porto Alegre, a prática de associação e cooperação dos descendentes alemães poderia lembrar a ele diretamente esse conflito, seja pela ordem religiosa ou pela etnia.¹⁵

¹³ A Sociedade União Popular foi fundada em 1912, em Nova Petrópolis, como uma associação de ajuda mútua confessional e étnica. A cada núcleo da associação, uma sede da cooperativa, com funcionamentos concomitantes.

¹⁴ As Congregações Marianas tiveram uma participação política intensa durante o período em que os jesuítas Werner Mühlen foi seu diretor (até agosto 1939). Sediada no Colégio Anchieta, formou um modelo de catolicismo engajado, destinada aos jovens universitários, estimulou a criação de movimentos juvenis como, Jovens Universitários Católicos (JUC), na década de 1930. A finalidade era formar uma vida cristã para a sociedade e não apenas para os atos litúrgicos. Uma boa parte da elite rio-grandense estudou no Anchieta e fez parte da formação de uma elite cultural que atuou a partir do Anchieta e UFRGS. (DE BONI, 2003, p. 7-12).

¹⁵ O catolicismo rio-grandense nesse período atuava com posição de destaque nas lutas político-i-

A SUP tinha um escritório em Porto Alegre, preparava-se para ter a sua sede na capital. Nem a associação e nem os núcleos coloniais podem ser entendidos com neutralidade política à época.¹⁶ O que se pode considerar é que, nos anos de 1920 e na década 1930, o Rio Grande do Sul apresentou-se como um estado mais hermético às demandas da sociedade,¹⁷ ao mesmo tempo que procurava direcionar a quais atividades associativas considerava relevante dentro da sua política.

Ao pesquisar nos documentos das caixas rurais, encontramos em ata o registro do secretário geral da SUP, Johannes Rick SJ,¹⁸ sobre as dificuldades de diálogo com Borges de Medeiros em relação ao projeto de colonização da SUP, para famílias excedentes dos núcleos coloniais. O objetivo da SUP era criar colônias na região norte. Rick chegou a chamar o chefe do executivo

deológicas, atuação que permaneceu no decorrer do século XX. Conforme Odaci Coradini (2003), em seu estudo sobre as elites culturais e políticas do Rio Grande do Sul, verificou a formação de uma geração de intelectuais e políticos católicos, formados por jesuítas em Porto Alegre, no Colégio Anchieta, no qual o padre Werner Mühlen liderava.

¹⁶ A inserção política das regiões coloniais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul foi comparada por René Gertz (2000), o qual percebeu que, no primeiro estado, as organizações coletivas nos anos de 1920 constituíram-se mais no sentido da representação, isto é, na configuração do poder político correspondendo às forças sociais na sociedade. Para o segundo estado, o autor defendeu o conceito de cooptação (atrair, seduzir) para essas associações, isto é, quando o controle do processo de admissão das forças sociais está com o Estado, que as exerce com bastante autonomia.

¹⁷ A pesquisa de René Gertz (2000) foi especialmente realizada entre duas associações tipicamente alemãs, a Liga de Clubes de Joinville e a Liga de Sociedades Germânicas de Porto Alegre. Destacamos dois fatores desse trabalho de Gertz: o primeiro tem a ver com a sua constatação sobre os objetivos registrados nos estatutos dessas associações. Se naquela de Joinville o autor encontrou uma organização cujo fim estava baseado na cultura tradicional alemã, sem almejar outros interesses se não o da representatividade. Naquela de Porto Alegre, o objetivo era representar os interesses do germanismo em sua totalidade, sendo ela própria a representante oficial dos descendentes de alemães no estado. Nesse sentido, a pesquisa demonstra que mesmo aquela associação que em tese teria objetivos apenas culturais, o contexto da política estadual pressiona novos e outros posicionamentos da sociedade civil que busca coletivamente ter seus interesses atendidos.

¹⁸ Rick exercia desde 1923 o cargo de secretário geral itinerante. (ATA da Central das Caixas Rurais União Popular, nº 1, 25/01/1926. Localização: Fundo Sociedade União Popular-01. Memorial Jesuítico Unisinós, São Leopoldo/RS). “Sua principal tarefa consistia em percorrer sistematicamente todos os núcleos coloniais, propagando a Sociedade [União Popular], angariando novos associados, difundindo o periódico *SKt. Paulusblatt* e as demais publicações de interesse comum. Além disso, cabia-lhe difundir, através de conferências, palestras, reuniões e contatos individuais, as propostas, as conclusões e as resoluções das assembleias dos delegados e das assembleias gerais”. (RAMBO, 2011, p. 250). Concordamos com Arthur Rambo que esta função exercida por um padre contribuiu para o trabalho pastoral nas comunidades.

do estado de “nativista e antipático a causa religiosa” por não ter aceitado a colonização alemã nessas áreas e pelas tensões políticas com a elite católica, de longa data. Para o Estado, os colonos alemães eram importantes para o plano da diversificação da agricultura, nesse sentido, o apoio de Borges a novas colonizações deveria ser compatível com o plano econômico.

Retomando as questões de Hervé, outro fator que levantamos é em relação ao momento de sua conferência, pois é uma data de significados. De um lado, comemorava-se o ano do centenário da imigração alemã, 25 de julho de 1924¹⁹. Por outro lado, se encerrava a Revolução de 23²⁰, tendo sido selado o acordo de paz, em Pedras Altas, há poucos meses do evento que Hervé participava. O plano de desenvolvimento global da economia, defendido na política de Borges de Medeiros, em tese, atendia às regiões coloniais. Mas a insatisfação do grupo economicamente dominante e o opositor ao governo de Borges crescia desde o pós-guerra e se acirra com o resultado do pleito de 1922. Nesse sentido, Hervé demonstra estar inserido nesse grupo descontente, que busca propor saídas no associativismo como estratégias políticas

¹⁹ No ano de 1924, o 25 de julho não foi somente comemorativo. No registro do centenário da imigração alemã, as colônias de Novo Hamburgo e de São Leopoldo entraram em conflito para erguer um monumento e sem consenso, gerou em Novo Hamburgo a ideia de desmembramento político de São Leopoldo, formando um novo distrito. Conforme René Gertz (2000, p. 131), o ensejo de emancipação de Novo Hamburgo ganhou simpatia de Borges de Medeiros. Em 1927, Novo Hamburgo foi emancipado, contrariando a vontade do conselho municipal de São Leopoldo que votou contra o desmembramento.

²⁰ O pleito de 1922 para presidente do estado do Rio Grande do Sul teve como resultado a vitória de Antônio Augusto Borges de Medeiros (PRR), que tinha como opositor Joaquim Francisco de Assis Brasil (PRF). A oposição acusou-lhe de fraude no pleito e afirmaram que revogariam a decisão. Recorreram ao presidente nacional recém-eleito Arthur Bernardes, o qual foi apoiado pela formação da Aliança Libertadora que declarou a favor da legitimidade do pleito, afirmando a sua legalidade. Após o anúncio oficial, a insatisfação do grupo economicamente dominante e opositor ao governo de Borges declarava uma rebelião no estado. De acordo com Diéle Schneider (2013, p. 55), “Brasil [Assis Brasil] liderou o grupo economicamente dominante na luta partidária da oposição ao PRR, porém, somente em 1921, encontrou um campo propício para se estabelecer com maior intensidade, pois, com a crise econômica do pós-guerra, o PRR já não correspondia aos interesses econômicos locais”. Conforme Kühn (2002, p. 120-121), “esta foi uma revolta intra-elites que ‘teve como suas principais causas a política borgista de desenvolvimento global da economia gaúcha, que afetou os interesses do setor pecuarista, além da grande incidência de fraude eleitoral nas eleições de 1922. Em função disso, a parcela oposicionista da elite gaúcha foi às armas para tirar Borges do poder. Assim, articularam-se três grupos oposicionistas: os federalistas, os democratas – liderados por Assis Brasil e Fernando Abott, e os dissidentes republicanos”.

de pressão ao Estado. O enfrentamento da crise agrária, principalmente no período de 1921-1922, levou ao aumento de frustrações e queixas ao centralismo político de Borges de Medeiros.

As Caixas Rurais destinavam-se aos pequenos poupadores rurais, possibilitando-lhes depositar com segurança e sacar empréstimos com juros razoáveis para as mais diversas necessidades. Assim, os protagonistas destas instituições e transações eram os pequenos produtores rurais. A crítica de Hervé às Caixas Rurais dos núcleos alemães reside nas questões pessoais aqui aventadas, assim como, na defesa da “união de classe”, naquele contexto de 1920.

Havia associações locais de pecuaristas e criadores, em Pelotas, Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Uruguaiana entre outras cidades. A experiência de uma federação foi ensaiada, conforme mencionamos em páginas anteriores. De acordo com Sandra Pesavento (1980, p. 211-212), os pecuaristas e agropastoris retomam a ideia de Federação de 1909 e buscam reerguer a instituição, em 1921:

A recriação da Federação Rural era, pois, uma forma de dar encaminhamento ao problema sem recorrer às armas e sem a contestação clara ao poder político instaurado. Seria o que, se poderia dizer, uma solução não política para o problema econômico. O Estado, compreendendo a importância da medida e o seu alcance como saída conciliatória, apressou-se em dar seu aval ao empreendimento da classe rural. Até então, vigorava no Estado uma dualidade de instituições de defesa dos interesses rurais, sem, contudo, solucionarem a contento o problema da pecuária. Pensou-se, então, na fusão das duas numa nova Federação Rural do Rio Grande do Sul.

Durante a nona feira de exposição de Bagé, em novembro de 1921, divulgou-se que o presidente do Estado declarava: “a organização de uma associação central dos produtores seria representante dos produtos do Estado quando em reunião do governo federal e que, o governo estadual cooperaria com a classe concedendo auxílio anual para importação de reprodutores” (PESAVENTO, 1980, p. 212). A associação passou a chamar-se *Federação das*

*Associações Rurais do Rio Grande do Sul*²¹ e foi fundada oficialmente em 16 de novembro de 1921, pela fusão das duas entidades preexistentes. Em apoio à nova instituição, encontra-se personalidades diversas, de Joaquim Luís Osório e Firmino (PRR) a Joaquim Francisco de Assis Brasil (oposição - dissidência republicana). O que importa ressaltar aqui é a consonância dos objetivos da associação e os interesses dessa classe rural.

O momento era instável para consolidação da nova Federação, a qual organizaria encontros, exposições e congressos para essas discussões pertinentes ao setor. Não temos certeza de que foi a entidade que organizou a conferência de Hervé para o Sindicato Agrícola em 1924, o fato é que o agrônomo tocou no ponto frágil do setor, diante da crise política e econômica: o crédito agrícola. Esse era um problema consensual entre criadores. A questão do crédito agrícola e discussões sobre a economia rural aparecem na imprensa que encontramos desde o início do século XX, conforme podemos exibir em mais alguns exemplos.

O anúncio de publicação da monografia de Minssen (1902) – primeiro nome “G” – sobre os desafios e problemas enfrentados na produção de cereais, em comparação aos pequenos e grandes produtores, retrata a crise e a preocupação do setor, na virada do século. Apresentou sua tese no Congresso de Agricultura, que ocorreu em setembro de 1901, no Rio de Janeiro, a qual foi publicada na íntegra, com continuidade em outras edições. Minssen era redator da revista, e o queremos chamar a atenção é o recado ao leitor no espaço do redator. Lemos um pedido de desculpas, pela insistência no assunto de economia rural, mas necessário devido à realidade difícil apresentada à época.

Outra publicação que elencamos do início do século é a reprodução de uma matéria da *Gazeta Comercial Financeira*²² na seção Economia Rural da *Revista Agrícola do Rio Grande do Sul*, de 1903, intitulada *Crédito Agrícola*

²¹ Esta Federação teve breve existência. Em 1926, foi criada a Associação dos Criadores do Rio Grande do Sul, a crise da pecuária persistia e atingia a indústria frigorífica, as charqueadas e os criadores gaúchos. Foi esta agremiação que levou como pauta coletiva a questão da necessidade de crédito, por meio de uma série de encontros estaduais e regionais, promovido por ela (PESAVEN-TO, 1980, p. 244-245).

²² Não há informação de qual região era esta publicação, tendemos a crer que se trata da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

la²³. O assunto foi sobre os projetos apresentados pelos representantes de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro ao estudo da Comissão Especial de Deputados. Os projetos buscavam problematizar o problema do crédito agrícola onde não se tinha e a consolidação nos espaços já existentes. Como exemplos de caminhos para resolução, a matéria traz a opinião favorável à sindicalização:

O crédito agrícola, como até aqui se tem qualificado as operações feitas no Brasil, sob penhor de propriedades rurais, maquinismo e frutos, está muito desvirtuado da sua verdadeira essência. Não é esse, certame, o mecanismo usado pelos Bancos rurais da Alemanha, da Suíça, da Itália e dos Estados Unidos.

É já por demais sabido que todo o valor do crédito agrícola baseia-se no poder másculo da cooperação e que sem esta, o crédito será efêmero, de funestas consequências para quem o distribui e quem a ele tenha a de recorrer.

[...]

É por isso que somos simpáticos à organização das cooperativas agrícolas, sob a forma de sindicato ou outra qualquer [...].

Nosso último exemplo é o artigo de Maciel Moreira, no ano de 1914. Nele o autor argumenta sobre a importância da criação de um Banco de Crédito Agrícola. Para ele, deveria ter sido lançada a ideia de criação dessa instituição durante o Congresso da União de Criadores, realizado em 1913. O autor salientou a necessidade desse banco ou das instituições financeiras já existentes no estado oferecerem crédito a juros menores, considerando a crise da pecuária. Exemplifica, com a experiência de Minas Gerais, São Paulo e Bahia e de países como Uruguai, a fórmula de se alcançar o êxito por aqui, pois todos eles obtiveram crédito com auxílio governamental.

Neste texto, tivemos como intenção apresentar possíveis fatores que motivaram a criação de uma associação rural que congregasse interesses e representatividade do setor agrário e toda a sua complexidade de atores no Rio Grande do Sul. O entendimento de unir-se para socorro mútuo, em

²³ ECONOMIA Rural: Crédito Agrícola. *Revista Agrícola do Rio Grande do Sul*. Ano VI, n. 09, p.133-134, Pelotas 30 de setembro de 1903. Localização: Biblioteca Pública Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

espírito coletivo, era muito diferente entre os grupos. Enquanto o produtor agrícola organizava-se para produção e transporte, os grandes produtores agropecuários tinham seus objetivos alinhados ao status quo do grupo, na disputa e manutenção de mercados. A reivindicação por melhores condições de crédito agrícola era o elemento em comum de ambos os grupos rurais, mas com propostas e condições que não abarcariam igualmente as necessidades de cada um, precisando particularizar.

Interiorizar e incentivar a associativismo no setor agrário brasileiro tornou-se uma pauta nacional a partir do trabalho e congressos promovidos pela SNA e MAIC. É preciso frisar que os objetivos daqueles idealizadores no Estado, os engenheiros agrônomos, era estabelecer a associação entre indivíduos como uma ação inovadora, diante das crises no setor, desigualdades e injustiças sociais no campo. O fim último do espírito associativo promovido pelos agentes estatais beneficiaria ao Estado quanto às tensões sociais no campo, esvaziando a instituição associativa e cooperativa de qualquer sentido político.

As associações cooperativas cresceram vertiginosamente no estado do Rio Grande do Sul, entre 1911-1914. Mas esse modelo, impulsionado pelos agrônomos, alcançou êxito nas áreas de imigração, enquanto as áreas que reuniam pecuaristas e agropecuaristas não aderiram, tampouco ao modelo Raiffeisen, já existente no estado. Esses grandes produtores ainda buscavam estabilidade em suas entidades e continuavam a reivindicar por soluções para o crédito, conforme nos mostraram as publicações nas revistas dedicadas ao assunto, naquele período.

A conferência publicada de Egydíó Hervé, em 1924, sendo ele um agrônomo destacado, permite-nos vislumbrar com maior clareza a ideia de crédito agrícola reivindicada pelos ruralistas. O modelo de associação já vinha se construindo desde a primeira federação dos criadores, no final do século XIX, e depois com a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, em 1921. Como já mencionamos, reunia descontentes do setor agrário com o governo do PRR, inclusive, os políticos adversários.

Hervé não defendeu uma saída para melhorar o acesso ao crédito agrícola, a exemplo das cooperativas já existentes no estado, com sucesso, até aquele momento. Teceu muitos elogios aos modelos franco-germânicos de

cooperação, por não negar a tradição das cooperativas Caixas Rurais de Crédito Raiffeisen e, talvez, também por saber que, no seu meio profissional, essa era a ideia a ser divulgada. Essa, contudo, não era compatível com os interesses do setor de criadores no RS. Além de uma prática das Caixas Rurais que devia pesar muito na decisão, o fundo de reserva era indivisível²⁴.

Tudo indica que, ao se referirem ao tema, desejavam o modelo de práticas hipotecárias. O crédito hipotecário não era um crédito fácil de ser obtido, mas era acessível aos grandes fazendeiros e comerciantes, a justificativa para rever as condições desse modelo eram as frequentes crises agrícolas. A Alemanha, como exemplo do crédito para Hervé, diz respeito a essa prática. Os Estados germânicos tinham, na década de 1920, uma longa experiência de bancos territoriais, bem-sucedidos, que concediam empréstimos hipotecários em longo prazo desde meados dos anos de 1800 (CORREA, 2014, p. 35).

As Caixas Rurais não pareciam uma boa escolha a ser defendida pelo agrônomo para os ruralistas. Em que pese as tensões pessoais de Hervé com lideranças católicas, foi o *modus operandi* das associações e as cooperativas alemães que lhe desagradou, como representante do setor. Quase no encerramento da conferência, admite sua intenção quanto à alternativa do crédito pretendida: “criar instituições especialmente organizadas para emitirem títulos de renda, ao portador, negociáveis com particulares, com outros institutos de crédito e mesmo com os Governos, garantidos por hipotecas de terreno, prédios, etc.” (HERVÉ, 1924, p. 25). Essa solução vai ao encontro do modelo de sindicatos rurais preconizados pela SNA e MAIC, permitindo transações hipotecárias nessas instituições e cooperativas desde 1907²⁵.

Pecuaristas preferiram créditos por meio da instituição bancária, isto é, necessitando e permitindo a presença do Estado. O órgão associativo ruralista passou a ser mais atuante politicamente com a fundação, em 1926, da

²⁴ Fundo de reserva indivisível quer dizer que, mesmo em caso de dissolução da sociedade, desligamento do associado ou não pagamento do empréstimo, a hipoteca era comprada pela instituição e somada ao fundo, aplicando os recursos em melhorias na localidade. Uma característica herdada da Caixa de Crédito Rural Raiffeisen alemã (SALATINO, 2018, p. 213-214).

²⁵ BRASIL. *Decreto no 1.637, de 5 de janeiro de 1907*. Crea sindicatos profissionaes e sociedades cooperativas. Legislação Informatizada, Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://goo.gl/RGL8DR>>. Acesso em 30/08/2017.

Associação dos Criadores do Rio Grande do Sul, em defesa do crescimento da indústria pastoril. Assim, a reivindicação de crédito agrícola passou a ser organizada por essa associação, solicitando que fosse aos moldes de banco rural, com juros em torno de 8% e prazos mais longos, conforme as vozes de anos anteriores expressavam. Por conseguinte, as Caixas Rurais, a partir de 1925, já eram vistas criticamente por alguns destacados agrônomos, como o agente do MAIC, José Saturnino de Britto, bancos, devido às deturpações na legislação cooperativa. E por outros profissionais, eram reconhecidas como cooperativas de crédito em pleno funcionamento e expansão no RS.

A prática de economizar e obter empréstimos por meio de cooperativas rurais de crédito foi operacionalizada, desde o início do século XX, pelos pequenos e médios produtores imigrantes, como procuramos mostrar nesse texto. Ainda que houvesse motivação ao cooperativismo e associativismo no campo, os interesses e condições não partiam do mesmo lugar. Os princípios associativos de solidarismo e ajuda mútua ficam mais evidentes na experiência das Caixas Rurais, ainda que claramente tenham se constituído instituições étnicas que atendiam, especificamente, em regiões de imigração. Essas entidades também viabilizaram a inserção do projeto de interiorização de práticas cooperativas. Dizemos isso pela própria dificuldade de consolidação de uma associação federativa de criadores reunindo interesses em comum. Contudo, organizações regionais de criadores e chacareiros do sul do estado tiveram mais tempo de existência no período e precisam ser vistas isoladamente.

As experiências desses grupos de produtores e criadores com a implantação do associativismo e sua consolidação nos mostram as diferentes estratégias coletivas de discussões e resoluções de problemas. A “união de classe” e de esforços numa instituição de ajuda mútua nos mostra que havia uma crença na defesa de interesses pela iniciativa privada e organização da sociedade civil. Entretanto, ainda que algumas instituições desejassem operar com autonomia em relação ao Estado, como orientou e fez Luiz Durand na França, o estado brasileiro não permitiu, pelas normas e pela intervenção, fomentar o associativismo como um projeto independente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Leonice Aparecida de Fátima. *Estado, educação e modernização agrária: o papel da escola de engenharia de Porto Alegre (RS: 1889-1930)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2008.
- BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- CASTRO, João Baptista de. *Revista Agrícola do Rio Grande do Sul*. Ano VI, n.09, p, 137-141, Pelotas 30 de setembro de 1903. Localização: Biblioteca Pública Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CORADINI, Odaci Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.32, p. 125-144, 2003.
- CORAZZA, Gentil. *Sistema Financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul*. s/d, p. 11. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_1_corazza.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2015.
- CORREA, Fábio Rogério Cassimiro. *Os Bancos de Custeio Rural e o crédito agrícola em São Paulo (1906-1914)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- DE BONI, Luís Alberto (Org.). *Padre Werner von und zur Mühlen: textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. (Coleção Pensadores gaúchos, 9).
- FONSECA, Pedro C. Dutra. *RS: Economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Documento 18).
- GERTZ, René E. O Estado brasileiro e as comunidades de imigração alemã. KERN, Arno Alvarez et al (Orgs.). *Sociedades Ibero-Americanas: reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 127-134.
- GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História: 50).
- HERVÉ, Egydíó. A necessidade da organização do crédito rural no Rio Grande do Sul. *Revista A Estância*, Anno X, n. 1, p. 21- 26, ago./1924. Localização: Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- KERSTENETZKY, Célia Lessa. *Sobre associativismo, desigualdades e democracia*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, n. 53. São Paulo, out./ 2003.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LAGEMANN, Eugenio. *O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional*. Porto Alegre: mercado Aberto, 1985.

LOCKS FILHO, Pompílio. *Regimes políticos e ação coletiva: um estudo sobre o associativismo em Porto Alegre (1930-2012)*. Tese (Doutorado em Ciências Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*. Niterói/RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2002.

MINSEN, G. Economia Rural: cultura de cereais e grãos sob o ponto de vista da grande e pequena lavoura. *Revista Agrícola do Rio Grande do Sul*. Ano V, n.11, p.161, Pelotas 31 de maio de 1902. Localização: Biblioteca Pública Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MOREIRA, Maciel. Banco Agrícola. *Revista A Estância*, mai./ 1914. Localização: Biblioteca Pública Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PAZ, Ivoní Nör. *Nova Petrópolis: da submissão à rebeldia. Os atribulados caminhos de uma comunidade de imigrantes (1858-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 1990.

PLANAS, Jordi. Os proprietários e o associativismo agrário na Catalunha (1850-1936). *Análise Social*, XLIV (192), p. 511-531, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2JlQqWR>>. Acesso em: 20/11/2015.

PESAVENTO, Sandra J. *República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento/ IEL, 1980.

PESAVENTO, Sandra I. *História do Rio Grande do Sul*. 9 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014.

RAMBO, Arthur Blásio. *Somando forças. O projeto social dos jesuítas no Brasil*. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

REINHEIMER, Dalva Neraci. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2009.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SALATINO, Alba Cristina Couto dos Santos. *“Tudo para todos”*. Um estudo comparado de princípios e de práticas cooperativas: de Pigüé (Bs As) e Nova Petrópolis (RS) (1898-1920). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2018.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *Redes de Associações Agrícolas no Sul do Brasil – União Popular e Liga das Uniões Coloniais- Um estudo comparativo*, 2007, p. 6. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H1-06.pdf>>. Acesso em: 03/12/2016.

SCHNEIDER, Diele. *Memórias compartilhadas: as vivências de imigrantes judeus durante a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2013.

VI

O INSTITUTO LIBERAL E CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS DE LIVRE MERCADO PARA O BRASIL

LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS

A ENTRADA DO NEOLIBERALISMO COMO UM ATOR PROEMINENTE NO CONTEXTO mundial está ligado a vários fatores políticos e econômicos. Adotado inicialmente por governos autoritários (Argentina e Chile) e democracias consolidadas do primeiro mundo (Estados Unidos e Inglaterra), o livre mercado vai se tornar hegemônico em quase todas as partes do mundo, a partir das redemocratizações políticas dos anos 1970 e 1980¹ e da queda do muro de Berlim em 1989 (que representou a derrota das alternativas socialistas).

Na América Latina, durante o processo de abertura democrática nos anos 1980, as direitas passaram a se rearticular política e ideologicamente em torno do neoliberalismo. Nessa década e na subsequente, as classes dominantes não viam mais a competição democrática como um risco a seus interesses e a direita é capaz de distanciar-se de padrões de intervenção militar que haviam marcado suas atuações políticas, defendendo agora seus propósitos dentro de instituições democráticas (Cf. ROBERTS, 2014).

¹ As redemocratizações que se seguiram após o ciclo de autoritarismo que assolou a América Latina, a África e o Sul da Europa são caracterizadas por Samuel Huntington (1994, p. 16-40) como “terceira ola democratizadora”. Essa teve início com a redemocratização de Portugal em 1974 e durante os quinze anos seguintes, abarcou o mundo inteiro. Cerca de trinta países passaram do autoritarismo a democracia e ao menos outros vinte se viram afetados pela onda democrática.

No Brasil uma parte significativa dessas direitas se organizaram em torno de *think tanks* (TTs) que buscavam tornar coesas as concepções de livre mercado entre as classes altas e médias. O protagonismo de formular propostas e divulgar massivamente o neoliberalismo para o país ficou a cargo do Instituto Liberal (IL) e do Instituto de Estudos Empresariais (IEE). Nesse artigo, nosso foco será debater a atuação do Instituto Liberal², apresentando alguns dos atores responsáveis pela fundação e direção desse TT, além de elencar os principais posicionamentos políticos e econômicos desse centro e os intelectuais responsáveis pela formulação de seus conteúdos. A análise se estende dos primeiros anos de seu funcionamento, que caracterizam os anos finais da ditadura civil-militar e o início da Nova República, até o final da década de 1990.

Os *think tanks* podem ser definidos como institutos de pesquisa privados, organizados pela sociedade civil, sem fins de lucro, que produzem informação e conhecimento com o objetivo central de influenciar o processo de formulação das políticas públicas (ACUÑA, 2009, p. 4). O IL pode ser enquadrado na categoria de *advocacy tanks*³. Os *advocacy tanks*, mesmo mantendo uma independência formal, são institutos ideológicos, que militam em prol de uma causa e estão ligados à defesa e promoção de interesses particulares. Seus funcionários não são necessariamente acadêmicos (apesar de todos os centros manterem uma base de intelectuais) e estão menos interessados em seguir métodos científicos nas suas pesquisas. Eles tendem a ver seu papel no processo de elaboração de políticas como a disputa e a conquista na guerra de ideias. São financiados por grupos e pessoas ligados a determinados interesses e os produtos de suas pesquisas, defendem posições políticas e ideológicas específicas.

Trabalham no campo da disseminação de argumentos ideológicos, mais do que científicos, mas se utilizam de especialistas renomados, no campo acadêmico ou gerencial para dar credibilidade às colocações; articulam-se em rede – diversos membros-chave de

² Para conhecer a atuação do IEE e do argentino Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (IDEA), ver FRIDERICHS (2019).

³ Pode-se identificar quatro tipos básicos de *think tanks*: *academic* – acadêmicos (ou universidade sem alunos); *contract researchers* – pesquisa de contrato; *advocacy tanks* – centros ideológicos/de defesa de interesses e *party think tanks* – *think tanks* de partidos políticos (Cf. MCGANN, 2000).

alguns TTs de *advocacy* político compõem os conselhos de outros TTs – para disseminar ideários que defendem em comum. E são financiados exclusivamente por recursos privados, de pessoas jurídicas ou físicas (HAUCK, 2015, p. 171).

Diferentemente dos TTs norte-americanos e europeus que foram formados por iniciativa de intelectuais, no Brasil e em vários países da América Latina, muitos deles foram idealizados por empresários e altos executivos de grandes empresas nacionais e internacionais. Esses acreditavam que ainda não havia no Brasil um corpus intelectual que pudesse liderar essa iniciativa, assim, seria papel dos institutos ajudar a subsidiar a formação de novos liberais, bem como, construir um aporte de ideias que lhes dessem sustentação.

Das leituras sobre o neoliberalismo, duas tem especial atenção nesse artigo. A primeira de David Harvey (2008) nos indica que a crise econômica dos anos 1970, a qual contou com uma inflação cada vez mais crescente, altas taxas de desemprego e afetou substancialmente as camadas mais abastadas da sociedade, foi o momento apropriado para tirar do papel as políticas de livre mercado. Nessa perspectiva, em uma clara reação das classes altas para proteger-se da ruína política e econômica, o neoliberalismo vai se constituir em um “projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (HARVEY, 2008, p. 20). Pouco a pouco ele vai se tornando “hegemônico como modalidade de discurso” e passa a “afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretar, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2008, p. 3).

Outra interpretação que se destaca nesse texto é de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), esses compreendem o neoliberalismo como uma “nova razão de mundo”. Assim, não se deve entendê-lo apenas como uma política que se impõe de cima para baixo (via organizações internacionais de crédito), mas como uma série de medidas e práticas que vão se estabelecendo e internalizando no nosso cotidiano. Pela lógica do “indivíduo-empresa”, cada pessoa precisa se entender como uma agência privada, que deve se auto gerir, e como um capital que tem a obrigação de produzir e gerar lucros. A internalização dessas concepções só foi possível a partir da implantação de dispositivos de disciplina, coação e convencimento que obrigaram os indiví-

duos a governar a si mesmo, cedendo à lógica da competição e da autovalorização pessoal.

As ideias largamente difundidas pelos neoliberais sobre o empreendedorismo pessoal ou o empresariamento de si próprio, comportam “técnicas e dispositivos de disciplina, isto é, de sistemas de coação, tanto econômicos quanto sociais, cuja função era obrigar os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição, segundo os princípios do cálculo maximizados e uma lógica de valorização do capital” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 193). Nesse sentido, o axioma psicológico no neoliberalismo afirma que a desigualdade econômica beneficia os indivíduos porque inspira a agência pessoal e estimula o desenvolvimento do *self* empreendedor, que privilegia a produtividade, a inovação e a criação de riquezas (BETTACHE; CHIU, 2019, p. 6).

Ao contrário do que o senso comum sempre difundiu sobre o neoliberalismo, “não estamos lidando com uma simples retirada de cena do Estado, mas com um reengajamento político do Estado sobre novas bases, novos métodos, novos objetivos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 190). Na prática, isso significou: diminuir o gasto público (com algumas exceções como os gastos militares), privatizar empresas públicas, restringir a proteção social, privilegiar soluções individuais, possuir uma moeda forte e estável, desregular os mercados de trabalho e controlar o crescimento da massa monetária para reduzir a inflação. “Para poner en marcha estas reformas, los gobiernos se sirven de los TT locales, en su mayoría vinculados a empresas y partidos políticos, que producen datos, ideas y argumentos para legitimar estas decisiones en la opinión pública” (BOTTO, 2011, p. 87).

Os TTs neoliberais têm no apoio e na disseminação do livre mercado o seu principal elo em comum. Eles exercem uma série de atividades, as quais abrangem desde a confecção de materiais escritos, que podem ter diferentes graus de complexidade, de acordo com o público para o qual é dirigido, a realização de diferentes tipos de eventos e a proposição de propostas de políticas públicas. Tais institutos foram responsáveis, junto com meios midiáticos e partidários, pela tentativa de elaborar um consenso pró políticas neoliberais, afirmando que essas seriam as únicas capazes de livrar seus países do atraso e do subdesenvolvimento. É importante salientar que esses institutos não agem de forma isolada, contando com ramificações que os interligam com redes de TTs da América Latina, dos EUA, da Europa e de outras regiões

do mundo. As direitas políticas, dessa forma, se articularam para defender os interesses da classe dominante dentro de regimes democráticos, fortalecendo um trabalho de convencimento e de conquista de “corações e mentes” ao seu projeto de sociedade.

Os empresários no contexto da redemocratização, tiveram que reestruturar seus órgãos de representação, “foram desafiados pela dinâmica da ação de outros setores sociais organizados e tiveram que revitalizar seus espaços próprios de ação coletiva, além de criar novas organizações de amplo espectro” (MINELLA, 1994, p. 505). Suas antigas formas de interagir com o Estado, especialmente nos governos autoritários, tiveram que ser repensadas, pois “o empresariado viu-se na contingência de conviver com novas realidades políticas, que, dentre outros aspectos, abriram o espaço do debate público e onde a existência de outros sujeitos sociais — e seus interesses — não poderia ser ignorada” (MINELLA, 1994, p. 505).

Nesse ambiente, onde novos atores sociais entram em cena e brigam por representação, os grandes empresários passaram a “atuar e a veicular de forma direta e aberta um conjunto de posicionamentos e demandas através da grande imprensa e nos meios de comunicação em geral” (MINELLA, 1994, p. 505). Esses vão redefinir suas ações no campo corporativo e político, buscando determinar uma postura (mesmo que sempre haja divergências) comum e que os identificasse enquanto grupo.

É surpreendente o número de artigos publicados diretamente por empresários na imprensa, no país. Manifestando-se diretamente — ou através de seus intelectuais orgânicos —, o empresariado revela-se de alguma forma (ora com sutilezas e entreditos, ora de forma nua e crua). [...] Em muitas ocasiões, é esse discurso que influencia (ou determina) a agenda política, aquilo que pode e deve ser discutido prioritariamente. Isso influi ou até condiciona os “discursos” e as energias mobilizadoras de outros sujeitos sociais. Em suma, gera ou condiciona novos comportamentos (MINELLA, 1994, p. 506).

Levando em consideração que seus discursos poderiam ter um grau de impacto nos meios políticos muito maior do que a análise de um jornalista ou de um especialista em economia, por exemplo, os empresários passaram

a usar a mídia, os canais de comunicação dos sindicatos patronais e os institutos que dirigiam para expressar suas posições sobre os problemas sociais e a forma como o Estado deveria dirigir a economia, se colocando como atores ativos nos debates políticos.

Durante quase todo o século XX as direitas adotaram uma postura autoritária, desprezando a democracia representativa, apostando em fórmulas nacionalistas e em saídas ditatoriais. A partir das redemocratizações, elas passam a defender uma democracia “instrumental”, a qual se resumiu à implantação de um pacote de medidas institucionais, baseada nos princípios do livre mercado, no controle dos meios de comunicação pela propriedade privada e num sistema de eleições que proporciona a perpetuação no poder de velhas elites e oligarquias (HINKELAMMERT, 1988).

Para Norberto Bobbio (1995, p. 51), direita e esquerda indicam programas opostos e contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valores sobre a direção que a sociedade deveria seguir, contrastes que existem em todas as sociedades e que muito dificilmente vão deixar de existir. A principal clivagem que podemos usar para diferenciar a díade, são os princípios de igualdade e desigualdade. A direita entende a desigualdade como algo natural dos seres humanos e considera um erro tentar alterar essa estrutura, já a esquerda entende que as desigualdades não são naturais e foram construídas pelos homens ao longo da história e por isso devem ser eliminadas.

As direitas latino-americanas que irrompem no período pós-ditatorial, nos anos 1980 podem ser entendidas como uma “nova direita”⁴. Essa não é necessariamente formada por um grupo de ideias e de pessoas totalmente diferentes, seu caráter inovador é atribuído pelo abandono das proposições do liberalismo moderno (pró-estatal) e pela adoção da teoria neoliberal (essencialmente antiestatal). Entre as características que definem essas novas direitas podemos citar a visão que privilegia as ideias de liberdade em detrimento das de igualdade, a negação da intervenção estatal na vida econômica, a crítica aos investimentos estatais, até mesmo em setores básicos como saúde e educação, e um certo moralismo social que se apoia em dogmas religiosos, antipopulistas e anticomunistas.

⁴ Entre os autores que sustentam essa ideia estão HINKELAMMERT (1988); MORRESI (2008); GIORDANO (2014); LUNA & KALTWASSER (2014).

O INSTITUTO LIBERAL E SEUS FUNDADORES

O Instituto Liberal (IL), fundado no Rio de Janeiro em 1983, pelo empresário Donald Stewart Jr., surgiu como a finalidade de divulgar as ideias neoliberais para a sociedade brasileira. Além de Donald Stewart Jr. (Ecisa Engenharia), também participaram da sua criação os empresários Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Jorge Wilson Simeira Jacob (Grupo Fenícia), Winston Ling (Petropar, hoje Évora) e o banqueiro Roberto Konder Bornhausen (Unibanco). O IL se apresenta como um centro “produtor de ideias e construtor de influências”, seu objetivo é promover a pesquisa, a produção e a divulgação de bens educacionais e culturais com base nos princípios dos direitos individuais, de governo limitado e representativo, de respeito à propriedade privada, aos contratos e à livre iniciativa (INSTITUTO LIBERAL, 1988). Diferentemente de outras organizações mantidas por empresários, que visam defender seus interesses frente ao Estado, “a ação dos Institutos Liberais é dirigida aos segmentos dominantes da sociedade, para a divulgação do liberalismo, e aos políticos, para promover as suas propostas de políticas públicas” (GROS, 2003, p. 14).

Figurando como o principal articulador da criação do Instituto Liberal, Donald Stewart Jr criticava as ideias estatizantes da sociedade brasileira e as ações do Estado que denunciava como corruptas, burocráticas e com taxas pesadas para os empresários. Engenheiro civil, empresário e ativista liberal, Stewart Jr (1931-1999), era dono da construtora Ecisa5 (Companhia de Engenharia, Comércio e Indústria S.A.) pioneira na construção de sho-

⁵ Na década de 1970, a Ecisa chegou a figurar entre as 10 maiores e mais importantes empreiteiras do país e participou ativamente de obras públicas com o financiamento do Estado durante toda a ditadura civil-militar (1964-1985). A Ecisa foi uma das principais empresas brasileiras a se associar com empreiteiras norte-americanas para a construção de obras na região nordeste do Brasil, nos projetos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A participação de empresas dos EUA nas obras capitaneadas pelos militares era exigência da United States Agency for International Development (Usaid), agência que financiava vários desses projetos. Durante esse período, o setor de construção pesada teve, por parte das políticas estatais, “forte beneficiamento e proteção a esse ramo industrial, sob a justificativa de se tratar de um setor de segurança nacional e também com a seletiva tese da defesa da empresa nacional”. Stewart se favoreceu com as políticas de desenvolvimento do Estado, antes de criticá-lo como fonte de incompetência e corrupção. Problemas com atrasos de pagamento das agências estatais e contratos que não foram cumpridos até o final, vão fazer com que esse empresário se afaste dos negócios com o Estado, acirrando seu discurso crítico a ele na transição política, quando a crise econômica se acentuou. “(...) Aquele era um momento em que alguns empreiteiros se viram marginalizados do grupo dirigente no bloco de poder, sobrepujado pelo empresariado bancário e financeiro”. In: CAMPOS (2012, p.512-518).

ppings centers no país. A partir da leitura de “O caminho da Servidão” de Friedrich Hayek e posteriormente de escritos de Ludwig von Mises iniciou sua militância em prol da disseminação das ideias liberais, as quais, segundo ele, não eram conhecidas nem divulgadas no Brasil.

Inspirado nas ideias do inglês Antony Fisher⁶, e dos institutos fundados por ele (*IEA* e *Atlas*), Stewart vai idealizar uma fundação que pudesse publicar obras de autores liberais e neoliberais e divulgar esse modelo teórico para diferentes canais da sociedade brasileira. Esse projeto lhe rendeu reconhecimento internacional dentro dos *TTs* e de círculos produtores e divulgadores de propostas de livre mercado, o que resultou na sua aprovação como membro do mais importante instituto neoliberal do mundo, a *Sociedade Mont Pèlerin*⁷. Também era integrante de destacados *TTs* internacionais, com o mesmo propósito, como o Cato Institute, a Heritage Foundation, a Atlas Foundation, o Fraser Institute, o Liberty Fund e o Institute of Economic Affairs, além de manter relações com instituições liberais latino-americanas na Argentina, Chile, Peru, Venezuela, México e Guatemala⁸.

O Instituto Liberal⁹ se expandiu e fundou filiais em vários Estados do país como uma estratégia de aproximar as ideias liberais dos principais empresários e pensadores de cada região do Brasil. Nesse sentido, Donald Stewart Jr

⁶ Seguidor das ideias de Hayek, o empresário Antony Fisher teria se aproximado do mesmo com a intenção de lhe pedir conselhos sobre sua intenção de seguir carreira política. Esse o teria recomendado desistir da política e investir em instituições no formato de *think tanks*, pois “para lograr el avance de las ideas liberal es lo más aconsejable era incidir em los intelectuales con argumentos sólidos, porque estos a su vez influirían em la opinión pública y los políticos la seguirían”. Fischer foi responsável pela fundação de dois dos mais importantes *TTs* neoliberais do mundo: o norte-americano *Atlas Economic Research Foundation* (*Atlas*) e o inglês *Institute of Economic Affairs* (*IEA*). In: MATO (2007, p. 32).

⁷ O *TT* *Sociedade Mont Pèlerin* se originou de um congresso de mesmo nome organizado por Friedrich Hayek em 1947 na Suíça. Nesse reuniram-se uma série de intelectuais críticos do socialismo, do Estado de bem-estar europeu e do New Deal norte-americano, para discutir o futuro do liberalismo; para eles, a regulação econômica por parte do Estado levaria necessariamente ao autoritarismo político. Esse congresso, assim com o Colóquio Walter Lippmann de 1938, são considerados os marcos iniciais do neoliberalismo. A partir de 1947, a *Sociedade Mont Pèlerin* se organizou como um *TT*, reunindo a cada dois anos os principais pensadores neoliberais do mundo e se constituindo em um dos principais polos de produção e difusão dessa teoria no mundo.

⁸ Informação retirada de <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/donald-stewart-jr/>. Acesso em: 20/07/2018.

⁹ Na década de 1990, o IL contava com mais de 200 empresas financiadoras. Entre elas estão: Shell do Brasil, Xerox do Brasil, Hoescht do Brasil, Dow Química, Gessy Lever, Nestlé, Carrefour, Mesbla, Grupo Fenícia, Indústrias Villares, Varig, Vasp, Bradesco, Banco de Crédito Nacional, Banco Noroeste, Citibank, Unibanco, Banco de Boston, Banco Bamerindus, Banco Bozano Simonsen, Construtora Noberto Odebrecht, Ipiranga, Votorantim, Samarco Mineração, Siemens e Globo. In: GROS (2003); CASIMIRO (2016).

propôs a muitos dos associados do ILRJ que fundassem instituições parecidas nos seus Estados, esses deveriam fazer uma lista dos possíveis apoiadores e financiadores dos centros liberais. Stewart acreditava que a aproximação direta e o corpo a corpo seriam mais efetivos que apenas um instituto concentrado no Rio de Janeiro. Como os fundadores eram conhecidos no mundo dos negócios ou herdeiros deles seria mais fácil aproximar alguns indivíduos dos institutos, mesmo que esses não tivessem afinidade ideológica, num primeiro momento, com o livre mercado, a qual esperava-se ser construída com o trabalho dos IL's. Assim, o instituto abriu sedes em São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília, Salvador e Recife, os quais mantinham sua direção e atividades autônomas, mas nutriam o mesmo propósito e visão de mundo do ILRJ. Desses, os mais ativos foram os institutos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O Instituto Liberal de São Paulo (ILSP) foi criado em 1987, por Roberto Konder Bornhausen e o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul (ILRS) foi criado por Winston Ling em 1986¹⁰.

Roberto Konder Bornhausen (1933-), figura como um dos membros mais expressivos do ILSP. Formado em Agronomia pela UFRJ, seguiu a profissão de banqueiro, fazendo carreira no Unibanco aonde assumiu diferentes postos estratégicos, chegando a presidência do mesmo¹¹. Quando passa a integrar o ILRJ e depois criando o núcleo de São Paulo, Bornhausen aprofunda sua militância no projeto neoliberal, a qual havia iniciado nos anos 1970. Também se dedicou a produção de artigos no intuito de embasar suas ideias e advogar em prol do livre mercado, os quais foram publicados em diversos jornais do país e nas produções do IL.

Para Bornhausen (1994, p. 2), “a missão dos Institutos Liberais no Brasil poderia até ser resumida numa palavra: esclarecer”. Para ele, as ideias liberais são lógicas, coerentes e visam promover o ser humano. Assim, só restava “esclarecer” a população das benesses dessas políticas para que elas conqui-

¹⁰ Devido aos limites de um artigo, serão apresentados apenas os fundadores do ILRJ, ILSP e ILRS. No entanto, salienta-se que outros indivíduos também tiveram destaque na constituição dos IL's. Para informações de demais membros consultar FRIDERICHS (2019).

¹¹ De uma família tradicional de Santa Catarina, de políticos e empresários, que esteve envolvida em diversos movimentos e partidos conservadores (pai, irmãos, tios, sobrinhos já assumiram cargos políticos pela UIDN, ARENA, PFL e DEM), Roberto Bornhausen foi presidente da Associação dos Bancos no Estado de São Paulo (FEBRABAN), da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) e comandou a primeira diretoria da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

tassem mais adeptos. Para o banqueiro faltava no Brasil uma educação que se concentrasse nos valores do liberalismo, pois se esse fosse debatido e avaliado com atenção seria aceito como solução lógica para os problemas do país (BORNHAUSEN, 1994, p. 2).

Durante a Constituinte de 1988, Bornhausen fez parte de algumas associações como a União Brasileira dos Empresários (UBE), a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), além de ser membro do IL e de outras organizações dos banqueiros. Esses centros buscavam a união dos empresários em prol do livre mercado e a aprovação de uma constituição liberal para o país. Essas instituições eram utilizadas para dar peso às propostas da classe dominante, agrupando o maior número de associações e confederações possíveis, bem como cooptando indivíduos renomados na sociedade para tentar influenciar os constituintes.

Além de Stewart Jr e Bornhausen, outro membro que se destaca na direção do IL é Winston Ling. A divulgação do neoliberalismo para o Rio Grande do Sul e a criação do IEE e do ILRS está profundamente vinculada a família Ling e a sua filiação com essa ideologia. Os irmãos Winston, Willian e Wilson Ling são filhos de imigrantes chineses e figuram como os principais responsáveis pela divulgação do livre mercado no RS e pela criação de TTs neoliberais no Estado. Winston Ling (1955-) participou da fundação do ILRJ em 1983, encabeçou a criação do ILRS (chamado de Instituto Liberdade, desde 2002) o qual dirigiu de 1986, ano de sua fundação, até 1989, e foi um dos idealizadores do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), fundado pelo seu irmão Willian Ling. Empresário e um dos proprietários da empresa Petropar, hoje chamada de Évora, mora atualmente em Xangai, na China, onde trabalha com importação e exportação de produtos do Brasil e da China. Winston Ling é formado em Economia pela UFRGS e em Engenharia de Produção pela PUCRS e Mestre em Economia pela Universidade de Chicago. Sua vida foi marcada pelo engajamento na propulsão das ideias neoliberais para o país.

Winston Ling afirma em um *podcast* do Instituto Mises Brasil¹² que a

¹² Os *podcasts* do Instituto Mises Brasil são conduzidos por Bruno Garschagen (Bacharel em Direito e Mestre em Ciência Política) e se referem a uma série de entrevistas com empresários, políticos, jornalistas, economistas e intelectuais que promovem/promoveram as ideias liberais no Brasil, assim como debates teóricos sobre o livre mercado. Atualmente a página do IMB conta com 336 entrevistas.

principal batalha que o instituto enfrentou nos seus primeiros anos de funcionamento foi convencer os empresários do Rio Grande do Sul da importância de lerem os livros editados pelo IL. Ele salienta a relevância do trabalho realizado pelos TTs fundados pela sua família na persuasão da elite/empresários gaúchos para aderir ao livre mercado¹³. Ao tratar das atividades realizadas pelo instituto, Winston relata que a parceria com Donald Stewart Jr. e o ILRJ foi fundamental, pois algumas ações, como os ciclos de palestras, realizados no Rio de Janeiro, mantinham uma parceria direta com o instituto do Rio Grande do Sul. A partir dessa proximidade, praticamente todas as conferências e cursos realizados lá, aconteciam também no Estado, coisa que não ocorria com os outros institutos da rede¹⁴.

Ling aponta que o ILRS contratou um jornalista especialista em relações públicas, para divulgar as ideias do instituto. Esse era encarregado de distribuir matérias informativas e didáticas sobre o livre mercado e fazer propaganda do centro para os jornais do Estado. Winston destaca a sua luta para constituir uma massa crítica e incentivar a formação de intelectuais liberais para poder profissionalizar os institutos, porque em sua maioria os TTs eram criados por empresários, que não tinham a expertise necessária para produzir materiais bem fundamentos teoricamente. Para o empresário “era preciso profissionalizar, ou seja, ter intelectuais que fizessem essa ponte”. Ling afirma que o ILRS praticamente não tinha contato com intelectuais das universidades do Sul e que foram eles que passaram a entrar em contato com o instituto, quando esse passou a divulgar suas atividades¹⁵.

Ling ainda evidencia que problemas como uma boa organização interna e a pouca captação de intelectuais levaram ao fechamento dos IL's espalhados pelo país. Desses, apenas o instituto do Rio de Janeiro e o do Rio Grande do Sul continuam ativos. Dos demais balanços que faz sobre os institutos, argumenta que o IL e o IEE tiraram algumas lições dos TTs liberais da Argentina. Na década de 1980, os centros trouxeram muitos intelectuais argentinos para dar palestras nos IL's, porque esse país contava com vários exemplares desse tipo de organizações. No entanto, também aprenderam com os exem-

¹³ Informação retirada de: <https://www.youtube.com/watch?v=6g2mW4tiTNQ&t=2052s>. Acesso em 28/09/2018.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

plos negativos dos TTs vizinhos, já que esses brigavam muito entre si e eram personalistas, onde o que apareciam eram as ideias de um intelectual X e não da problemática liberal em si. Afirma assim, ser necessário “evitar fogo amigo” e apoiar as propostas coirmãs que existem para fortalecer a ideologia neoliberal¹⁶.

Sua última atividade pública foi seu envolvimento na campanha do candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL). De acordo com reportagens que saíram nos maiores jornais do país, foi Winston Ling quem apresentou o ministro da economia Paulo Guedes, ao novo presidente, apostando que, com essa parceria, o Brasil poderia se tornar uma nova China. Para Ling: “se o plano Paulo Guedes for implementado, vamos estar anos luz à frente dos nossos vizinhos. O Brasil será a nova China e os capitais do mundo vão vir para o Brasil. Os cérebros e investidores virão”¹⁷. Winston defende que com desregulamentação, mudança na área tributária e redução de impostos o país poderia se equiparar ao resto do mundo.

Quando o encontrei [Bolsonaro] pela primeira vez, em 2016, dei dois livros sobre o liberalismo: *A Lei*, de Frederic Bastiat, e *Seis Lições*, de Ludwig Von Mises. Eu via a movimentação do Bolsonaro e senti que ele tinha popularidade e que teria chance de ser presidente. Sou do tipo que gosta de se aproximar das pessoas e evangelizar sobre o liberalismo. [...] Eu acreditava que, se ele tivesse alguma chance de ser presidente, era hora de começar a pensar no programa econômico e organizar um grupo de conselheiros com empresários e economistas liberais¹⁸.

Essa aproximação dos liberais com o candidato eleito mostra como os valores do liberalismo são flexíveis e como é contraditória a defesa da liberdade tão propagada por esse grupo. Com uma pauta essencialmente preconceituosa e apoiada em preceitos autoritários, Bolsonaro capitaneou tanto o apoio de conservadores como de liberais. Essa aproximação nos revela que o importante para boa parte dos defensores do livre mercado é tão somente

¹⁶ Idem.

¹⁷ Informação retirada de: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,com-plano-guedes-brasil-sera-nova-china,70002593661>. Acesso em: 10/11/2018

¹⁸ Idem.

a implantação de uma economia de mercado, já as construções de liberdade política que vem junto com o pacote de sua teoria, ficam em segundo plano ou são ignoradas.

O INSTITUTO LIBERAL E A CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS NEOLIBERAIS

Entre as variadas formas de atuação do IL, as atividades de propaganda, voltadas para a sustentação do livre mercado eram frequentes, coordenadas e de diferentes formatos. O instituto atuava em duas frentes principais, na organização de diferentes tipos de eventos, realizados em todo o país, como conferências, seminários e cursos de extensão, que visavam um público estratégico e formador de opinião (políticos, jornalistas, empresários, militares e professores universitários). As palestras mais importantes desses encontros se transformaram na publicação *Conferências do IL*, que circulou entre 1987 e 1997, para essa eram selecionados autores destacados tanto do Brasil, como do exterior.

Traduções e publicações de autores clássicos do liberalismo/neoliberalismo se constituíam em outra linha mestra do instituto. Em um primeiro momento, foram priorizados os autores da Escola Austríaca de Economia, mas nos anos 1990 uma gama de intelectuais ligados às outras escolas liberais foram publicados. Produzir uma bibliografia especializada de textos acadêmicos sobre o livre mercado era uma estratégia que visava fortalecer intelectualmente e academicamente a área, assim como colocava em relevo o nome e o trabalho do instituto. Seu foco era a produção de materiais didáticos que pudessem auxiliar a instrução ideológica de seus pares e dos meios formadores de opinião. Os exemplos desse tipo de publicidade são vários, entre eles há os boletins informativos, os quais eram enviados mensalmente para meios de comunicação, instituições de ensino superior, entidades empresariais e bibliotecas públicas, abordando diversos assuntos sobre a perspectiva neoliberal.

Ter um corpo de intelectuais foi essencial para que o IL formulasse seus posicionamentos e embasasse seus projetos de políticas públicas e demais produções. A estruturação teórica do instituto ficou a cargo de intelectuais como os economistas Og Francisco Leme, José Luiz Carvalho, Antônio Car-

los Porto Gonçalves, Roberto Fendt Jr. e o jurista Ney Prado. Todos, exceto o último, realizaram parte de sua formação acadêmica na escola de Economia da Universidade de Chicago e eram seguidores da doutrina que circulava neste espaço – embora também mesclassem suas concepções com a Escola Austríaca de Economia¹⁹.

Og Leme foi um elemento essencial na formulação das ideias e propostas do instituto, destacou-se como autor, revisor de textos e como diretor de várias propostas editoriais do IL. Og Leme (1923-2004), é formado em Direito pela Universidade de São Paulo e em Ciências Sociais e Políticas pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Mestre e Doutor em Economia pela Universidade de Chicago, onde foi aluno de Milton Friedman, Frank Knight, Gregg Lewis e George Stigler, importantes nomes do pensamento liberal. Trabalhou como professor universitário em diversas instituições do Rio de Janeiro (FGV, UFRJ, Universidade Santa Úrsula), como economista da ONU e da CEPAL e exerceu a diretoria de importantes grupos empresariais brasileiro (como a FIESP e a Fecomercio)²⁰. Integrou desde 1964 os quadros do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES/RJ)²¹ e ocupou cargos administrativos dentro dos governos militares até o início da década de 1970.

Og Leme ingressou no IL em 1983, a convite de Donald Stewart Jr. Foi o principal intelectual do centro, dada sua sólida formação e cargos que

¹⁹ A Escola Austríaca é considerada a fundadora do neoliberalismo e tem como seus principais intelectuais, Ludwig von Mises e Friedrich von Hayek. Essa passou a ter entrada na economia mundial a partir das décadas de 1970 e 1980 e tem como conceitos centrais a desigualdade natural entre os homens, a política do Estado mínimo e a mão invisível do mercado como reguladora da economia. Para Hayek, as regras do livre mercado são espontâneas e naturais, enquanto outros modelos são deliberadamente desenhados e antinaturais. Já a Escola de Chicago, cujos principais pensadores são Milton Friedman e George Stigler, estabelece que o exercício da liberdade se dá apenas nas instituições capitalistas e que as posturas socialistas são lesivas à liberdade de mercado e aos direitos civis. Dessa forma, afirmam que os gastos públicos com a proteção social resultam em inflação e danificam a base do sistema capitalista, que se baseia nos incentivos diferenciais por mérito e esforço. De acordo com Morresi, resguardadas as diferenças, os autores dessas escolas chegaram a conclusões muito parecidas. Para ambos, a intervenção estatal na economia é prejudicial ao desenvolvimento econômico e à livre expressão. A principal diferença entre eles consiste em que os economistas de Chicago acreditam que há alguns tipos de intervenção mais nocivos que outros – justificavam, por exemplo, os altos impostos para os gastos com defesa militar. Cf. MORRESI (2008).

²⁰ Informação retirada de: <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/og-f-leme/>. Acesso em 04/08/2018.

²¹ IPES - instituição que atuou ativamente para desestabilizar o governo de João Goulart, apoiou na deflagração do golpe civil-militar de 1964 e posteriormente foi responsável pela elaboração de muitos projetos políticos da ditadura. Para saber mais consultar RAMÍREZ (2006).

ocupou anteriormente, além de ser responsável pela capitação de outros intelectuais para dentro do IL. “Nele [Leme], Donald Stewart encontrou o lastro intelectual em que apoiaria o Instituto”²². De acordo com o historiador Flávio Casimiro (2016, p. 35):

Diante da articulação intelectual realizada por Og Francisco Leme, outras peças importantes passaram a compor o grupo fundador do Instituto Liberal, como foi o caso de José Luiz Carvalho e Antônio Carlos Porto Gonçalves. Convidados a fazer parte do projeto de fundação do Instituto Liberal por Og Francisco Leme, os professores José Luiz Carvalho e Antônio Carlos Porto Gonçalves representaram, assim como o próprio Og Leme, o núcleo intelectual do IL, formado pela Escola de Economia da Universidade de Chicago. Nesse sentido, podemos perceber a forte influência da instituição acadêmica estadunidense como direção intelectual e referencial teórico fundamental para a organização da ação ideológica promovida pelos intelectuais orgânicos vinculados ao Instituto.

Crítico do processo da redemocratização, Leme afirmava que o país não aprendeu as lições necessárias e estava à margem da história. De acordo com suas palavras, “por insistirmos em um processo de redemocratização política simultaneamente com um ostensivo, xenófobo e provinciano fechamento econômico, estamos nos condenando, [...] ao atraso econômico e à melancólica frustração da nossa abertura política” (LEME, 1988, p. 10). Nesse sentido, Leme (1988, p. 14) afirma, que a Constituição de 1988, se cumprisse seus objetivos “conspirará contra o futuro das atividades empresariais privadas, contra a economia de mercado cerceando expressivamente o potencial brasileiro de crescimento econômico” e tolhendo a liberdade econômica e política do país.

Og Leme, José Luiz Carvalho e Antônio Carlos Porto Gonçalves representaram o núcleo intelectual “duro” do instituto. Os três fizeram sua formação na Universidade de Chicago, o que proporcionou a coesão intelectual que o instituto tanto necessitava em seus primeiros anos e coordenaram os

²² Informação retirada de: <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/og-f-leme/>. Acesso em 04/08/2018.

projetos responsáveis pela difusão de uma proposta neoliberal para o Brasil. Esses experts davam forma e embasavam os posicionamentos do instituto, mantinham uma ativa publicação de textos na área de política e economia, assim como participavam de palestras e eventos de diferentes naturezas.

Outros intelectuais também foram importantes nas primeiras duas décadas de existência do IL, como é o caso de Ubiratan J. Iorio de Souza, Antonio Paim, Ubiratan Borges de Macedo, Roberto Fendt Jr e Ney Prado. As produções do IL, escritas por esses autores e pelos já citados Leme, Carvalho e Gonçalves figuravam como as produções mais acadêmicas, de autores nacionais, produzidas pelo instituto. A maioria desses autores eram professores e estavam vinculados a universidades privadas do Rio de Janeiro, como a Gama Filho, a Fundação Getúlio Vargas, a Santa Úrsula e o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - essas instituições concentravam boa parte dos autores vinculados as teorias liberais no Brasil. Para Dardot e Laval (2016, p. 206),

No momento certo, todos os países tiveram seus best-sellers elogiando a revolução conservadora norte-americana e o retorno do mercado, e denunciando com veemência os custosos abusos da função pública e do “Estado de bem-estar”. Essa imensa onda de novas evidências fabricou um consentimento, se não da população, ao menos das “elites” que tinham o monopólio da palavra pública, e permitiu que aqueles que ainda ousaram opor-se fossem estigmatizados como “arcaicos”.

Esses autores fazem parte do grupo de intelectuais que contribuíram para a conversão das mentalidades. Esses passaram a atacar o Estado como agente de mudança e de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que construía a ideia de que uma economia de mercado seria uma solução lógica e natural para edificar sociedade ricas e desenvolvidas.

Muitas das atividades realizadas pelos Institutos Liberais do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul foram formuladas em conjunto com TTs internacionais. Nos primeiros anos de funcionamento desses centros, essas trocas foram de essencial importância para impulsionar as atividades do IL. Entre as parcerias de maior sucesso estão os projetos compartilhados

com a *Atlas Foundation*²³ e o *Liberty Fund*. O *Liberty Fund* foi criado pelo empresário norte-americano Pierre F. Goodrich em 1960, com o intuito de financiar pesquisadores e TTs identificados com o neoliberalismo e o conservadorismo, chegou a patrocinar em torno de 100 eventos por ano, os quais se dedicavam a debater as teorias liberais e as propostas de políticas de livre mercado para diferentes países. Esses colóquios eram restritos a especialistas de áreas como Filosofia, Economia, Ciência Política, Direito e História, e buscavam auxiliar na formação de um corpo técnico capacitado a subsidiar o movimento liberal (GROS, 2003).

O *Liberty Fund* passou a patrocinar eventos do ILRJ a partir de 1990 e do ILRS desde 1995. Durante a década de 1990, Og Leme foi diretor dos colóquios do *Liberty Fund* no Brasil e representante desse TT neoliberal no país. Os eventos realizados em parceria entre os dois institutos tratavam de temas que abrangiam várias preocupações dos liberais, como o direito à propriedade privada, problemas da legislação ambiental, liberdade individual, democracia e liberalismo, crescimento econômico e justiça. Os palestrantes internacionais desses encontros eram geralmente ligados a *Liberty Fund*, a *Universidad Francisco Marroquin* (Guatemala), ao *Instituto Libertad y Democracia* (Peru), entre outros TTs do México, Venezuela, Chile e EUA²⁴. A comissão diretiva do ILRJ também se deslocava para acompanhar eventos promovidos pela *Liberty Fund* em outros países, participaram por exemplo de colóquios nos EUA, na Guatemala e no Canadá.

Dos colóquios promovidos em parceria com esse instituto, destacamos o evento de 1992, intitulado “Liberdade, propriedade privada e meio ambiente”, ocorrido no mesmo ano da Eco-92²⁵. O IL indo na contramão das ideias da Eco-92, reuniu entre seus palestrantes advogados, economistas, empresários e especialistas norte-americanos, os quais criticaram os eco-

²³ O *Atlas* foi criado na Virgínia em 1981. Seu objetivo era fomentar a criação de novos institutos, oferecer programas de capacitação às suas lideranças e proporcionar “a los ejecutivos de *think tanks* la oportunidad de aprender la peculiar combinación de destrezas y saberes necesarios para conducir com éxito estas organizaciones, así como ‘una red global de colegas’”. A rede *Atlas* expandiu o número de membros desde a sua fundação e atualmente, inclui 448 institutos espalhados por todo o mundo – sendo 79 latino-americanos. In: FISCHER; PLEHWE (2013, p.65).

²⁴ IL NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

²⁵ Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, preocupada em debater os problemas da poluição, do aquecimento global e a promoção de ações para a conscientização e a preservação do meio ambiente.

gistas que propuseram aquele encontro. Segundo o instituto, eles estariam conspirando “contra o mercado, contra os direitos e as liberdades individuais e contra o progresso das nações, em nome da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais²⁶”.

Além dessa parceria, o ILRS também manteve vinculação com os neoliberais argentinos, em especial com os professores da Escuela Superior de Economía y Administración de Empresas (ESEADE), dirigido por Eduardo Benegas Lynch²⁷, membro do conselho diretivo da Sociedade Mont Pèlerin. Por meio dessa parceria os professores da ESEADE ministravam cursos anuais de Economia e Filosofia para pessoas selecionadas pelo instituto.

Um das preocupações centrais do IL era o combate à ideologia marxista e a sua disseminação nos cursos superiores do Brasil. Para eles, as ideias socialistas, desenvolvimentistas e intervencionistas de Keynes eram as únicas em destaque nos cursos de graduação do país, sendo as correntes liberais relegadas a um segundo plano e “demonizadas”. Assim, mudar a chave de interpretação da sociedade dentro das universidades era imprescindível. Para isso a valorização de intelectuais liberais e de cursos que focassem no debate do livre mercado eram fortemente estimulados pelo IL. Convênios foram estabelecidos com diversos professores e universidades para expandir os debates sobre o livre mercado, entre eles foram firmadas colaborações com USP, UFRJ, UERJ, Unicamp, PUCSP, IBMEC, Santa Úrsula, Faculdade Armando Álvares Penteado, PUCRS e a Mackenzie. Essas visavam formar um público leitor de autores liberais/neoliberais e que viesse a defender esses preceitos nas universidades e no mercado de trabalho²⁸. A parceria entre as universidades poderia ser para projetos de rápida aplicação ou interações de longo prazo com intelectuais específicos.

Além disso, o IL também encorajou grupos de alunos dentro das universidades a fundar núcleos de discussão e divulgação das ideias liberais²⁹. Essa

²⁶ IL NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1992.

²⁷ Alberto Benegas Lynch, pai de Eduardo Benegas Lynch, vai ser um dos responsáveis pela introdução dos conceitos da Escola Austríaca de Economia, na metade do século XX, na Argentina. Esse entendia que a difusão do neoliberalismo deveria ocorrer mediante a difusão de suas ideias e não através da participação política direta. Alberto B. Lynch fundou o *Centro de Difusión de la Economía Libre*, e seu filho Eduardo B. Lynch a ESEADE. Cf. BÜREN (2013).

²⁸ INFORME LIBERAL. São Paulo: Instituto Liberal, 1995.

²⁹ IL NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993.

proposta se assemelha com a recente iniciativa do TT *Estudantes pela Liberdade*³⁰ que articula grupos dentro da juventude e das diferentes universidades do país para realizar encontros de estudantes conservadores e liberais, disputar chapas de centros acadêmicos e mostrar força política como um núcleo organizado.

Além do ensino superior, o IL se preocupou em planejar atividades para o ensino básico. O ILSP, por exemplo, desenvolveu um projeto de capacitação para professores da rede básica de ensino e para o Sesi e Senai, na metade da década de 1990. O instituto considera a educação brasileira pouco voltada para o mercado de trabalho, seu ensino “ideologizado”, repleto de críticas à sociedade capitalista e desatualizado. O curso de especialização proposto pelo ILSP e aprovado pela Secretaria de Educação de São Paulo tinha como público alvo professores da rede pública e privada de São Paulo e era ministrado por especialistas do IL ou pessoas contratadas para esse fim, chegando a abranger 153 delegacias de ensino, em três anos³¹. Esse se propunha a derrotar a ideologia vigente ao sugerir a transposição do ensino pensado até agora pelas perspectivas liberais. A disciplina de História era considerada a mais propícia a defender concepções da esquerda política, por isso, apresentar “atualizadas” concepções de História, novas formas de pensar e interpretar a sociedade, fugindo das interpretações de “luta de classes” e de “dominação”, eram, para o instituto, essenciais para proporcionar o rompimento com as perspectivas socialista e comunistas³².

O objetivo dessa formação era “(...) alargar o horizonte cultural dos profissionais da educação, aprimorar seus fundamentos teóricos, oferecer conteúdos alternativos contra o dogmatismo e a ideologização dos currículos e aproximar os professores dos temas da modernidade”³³. Essa proposta contou com duas frentes, o aperfeiçoamento dos professores do ensino básico e a produção de materiais didáticos e pedagógicos contendo enfoques neoliberais.

³⁰ Fábio Ostermann, Juliano Torres e Anthony Ling foram os fundadores do Estudantes pela Liberdade, versão brasileira do Students for Liberty, “uma organização-chave na articulação entre os think tanks conservadores americanos – especialmente os que se definem como libertários – e a juventude “antipopulista” da América Latina. Mr. Chafuen, presidente da Atlas Network desde 1991, é o seu mentor”. Informação retirada de: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 28/08/2018

³¹ IDÉIA LIBERAL. São Paulo: Instituto Liberal, 1994.

³² IDÉIA LIBERAL. São Paulo: Instituto Liberal, 1992.

³³ IDÉIA LIBERAL. São Paulo: Instituto Liberal, 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades concretizadas pelo IL tinham por intuito formar uma consciência neoliberal nos seus membros e no público a que eram destinados – empresários, advogados, juristas, militares, jornalistas e professores. As ações de formação e de publicação de textos, tinham a intenção de convencer e influenciar tanto a formulação de um consenso liberal, como a tomada de decisões político-econômicas, baseadas nesse princípio.

A construção da defesa em torno do ideário neoliberal passava por diversos pontos. Primeiramente o livre mercado era apresentado como a proposta mais racional para efetivar as mudanças econômicas e políticas que o país necessitava, sendo associado com a liberdade política e individual que se constituíram nas principais pautas do período da redemocratização.

Ao mesmo tempo em que a eficácia do mercado era apresentada como um equacionador das diferenças sociais e um impulsionador do desenvolvimento/progresso econômico, o Estado era retratado como o responsável pelo atraso econômico do Brasil em relação aos EUA e os países da Europa. Exemplos de como o Estado havia gerido sua administração por boa parte do século XX, eram apresentados para tentar provar como o intervencionismo havia levado à pobreza, à concentração de renda, ao péssimo funcionamento da máquina pública, aos apadrinhamentos de diversos tipos. O ponto que mais se condenava em relação ao Estado estava relacionado a sua pretensão de ser um agente econômico. Assim, para o IL, tanto a tentativa de guiar artificialmente a economia buscando um resultado específico, quanto a existência de empresas estatais que prestavam serviços de diferentes tipos, estavam agredindo a liberdade econômica e interferindo em áreas que não eram de sua responsabilidade. Dessa forma, para o instituto, as empresas estatais deveriam ser privatizadas, porque ocupavam um espaço, “naturalmente” destinado à propriedade privada, oneravam a população com uma alta carga de impostos e prestavam um serviço de qualidade duvidosa.

Além desse marco que debatia o papel do Estado e do mercado na sociedade contemporânea, outros pontos tinham centralidade em suas produções e análises, como a legislação trabalhista e a educação pública. A primeira era interpretada como atrasada e vinculada a um passado populista e a um Estado protecionista. Essa deveria passar por uma profunda reformulação,

para “modernizar” as relações entre capital e trabalho, flexibilizar as suas leis e resolver, via negociação coletiva, os contratos e conflitos trabalhistas. Os neoliberais acusavam o Estado e a justiça do trabalho de onerar o produtor com tantos encargos, o que, segundo eles, afetava na produção e no valor dos salários.

A educação pública era outro tema bastante debatido pelo instituto. Os neoliberais criticam o fato de o Estado financiar e gerir escolas e universidades e sustentavam que a educação deveria ser encarada como um problema de mercado e tratado como tal. Assim, defendiam a privatização desses espaços, que deveriam competir livremente no mercado por projetos e alunos. Outra preocupação nesse sentido era com a desideologização do ensino, que, de acordo com eles, estava dominado pela esquerda, necessitando de uma reciclagem e de um redirecionamento para as perspectivas liberais.

A consolidação e expansão do IL no Brasil ocorreu em um momento em que o ideário pró mercado estava em franca ascensão no mundo. Estabelecer-se nos países da América Latina, como em outros espaços, necessitava de um trabalho de divulgação e convencimento que fosse massivo e permanente. Nesse sentido, entendemos a atuação do IL como fundamental na tentativa de construir um consenso favorável às políticas neoliberais, principalmente entre as classes altas e médias do país.

O Instituto Liberal tinha a clara intenção de se colocar como elemento central nos debates políticos e econômicos do Brasil e se valeu de várias estratégias para isso. A atuação desse instituto, entretanto, não pode ser vista de forma isolada. Sua articulação com vários setores das direitas políticas, como os grupos empresariais (nacionais e estrangeiros), muitos dos quais compunham e financiavam o IL, com a classe política, principalmente com partidos de centro e direita, e com os grandes meios de comunicação proporcionaram a criação de uma rede de sustentação e propagação do livre mercado. Esses tiveram um papel crucial na aceitação fatalista de que não haveria outra alternativa ao país senão adotar as proposições neoliberais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUÑA, Carlos. Enseñanzas, mitos y realidades de la coordinación entre la sociedad civil y el Estado en América Latina. Un análisis comparativo de la incidencia de think tanks y su coordinación con el Estado para mejorar políticas y programas de combate a la pobreza en México, Brasil, Ecuador y Uruguay. In: *XIV CLAD*. Anales electrónicos: Salvador, 2009.

BETTACHE, Karim e CHIU, Chi-Yue. The Invisible Handisan Ideology: Toward a Social Psychology of Neoliberalism. In: *Journal of Social Issues*, Vol. 75, No. 1, 2019.

BOBBIO, Norberto. *Derecha e izquierda: razones y significados de una distinción política*. Buenos Aires: Taurus, 1995.

BORNHAUSEN, Roberto Konder. A missão dos Institutos Liberais no Brasil. In: *Idéias Liberais*. São Paulo: Instituto Liberal, ano I, n. 4, 1994.

BOTTO, Mercedes. *Think tanks en América Latina: Radiografía comparada de un nuevo actor político*. In: ASTE, Norma Correa; MENDIZABAL, Enrique (Ed.). *Vínculos entre conocimiento y política*. El rol de la investigación en el debate público en América Latina. Lima: Ediciones Nova Print S.A.C., 2011.

BÜREN, María Paula. Mont Pèlerin Society em la articulación del discurso neoliberal. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.). *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2013, p.118-143.

CAMPOS. Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de Doutorado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2012.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A Nova Direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2016.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FISCHER, Karin; PLEHWE, Dieter. La formación de la sociedad civil neoliberal en América Latina: redes de *think tanks* e intelectuales de la nueva derecha. In: RAMÍREZ, Hernán (Org.) *Neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2013.

FRIDERICHS, Lidiane. *A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (1983-1998)*. Tese de Doutorado em História. São Leopoldo: UNISINOS, 2019.

GIORDANO, Verónica. ¿Qué hay de nuevo en las “nuevas derechas”? In: *Nueva Sociedad*. Buenos Aires, n. 254, noviembre-diciembre de 2014, p.46-57;

GROS, Denise. *Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hoiser, 2003.

HAUCK, Juliana C. Rosa. *Think tanks: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil*. Dissertação em Ciência Política. Minas Gerais: UFMG, 2015.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HINKELAMMERT, Franz J. Democracia y nueva derecha en América Latina. Buenos Aires. In: *Nueva Sociedad*. Buenos Aires, n. 98, noviembre-diciembre 1988, p.104-115.

HUNTINGTON, Samuel. *La tercera ola*. La democratización a finales del siglo XX. Buenos Aires, Barcelona, México: Paidós, 1994.

INSTITUTO LIBERAL. Rio de Janeiro: ILRJ, 1988.

LEME, Og Francisco. A Constituição e a Empresa. In: *Conferências do IL*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.

LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (Comp.). *The resilience of the Latin American Right*. Batimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

MATO, Daniel. *Think tanks, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina*. In: GRIMSON, Alejandro. *Cultura y Neoliberalismo*. CLACSO: Buenos Aires, 2007.

McGANN, James G.; WEAVER, Kent. *Think tanks and civil societies in a time of change*. In: McGANN, James G.; WEAVER, R. Kent (Eds.). *Think tanks e civil societies: catalysts for ideias and action*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2000, p.1-35.

MINELLA, Ary Cesar. O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros. In: *Ensaio*, FEE, Porto Alegre, 1994.

MORRESI, Sergio. *La nueva derecha argentina: la democracia sin política*. Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento; Buenos Aires: Biblioteca

Nacional, 2008.

RAMÍREZ, Hernán. Institutos de Estudos Econômicos de Organizações Empresariais e sua Relação com o Estado em Perspectiva Comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996. In: *Anos 90*. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006, p.179-214.

ROBERTS, Kenneth M. Democracy, Free Market, and Rightist dilemma in Latin America. In: LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (Comp.). *The resilience of the Latin American Right*. Batimore: Johns Hopkins University Press, 2014, p.25-47.

VII

A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA NO RIO GRANDE DO SUL:

*manifestos de luta social e repressão policial*¹

DIORGE ALCENO KONRAD

A FORMA DE COMPREENDER A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA (ANL) NO Rio Grande do Sul, tanto é mais atual, quanto mais se levar em conta a síntese entre a chamada história regional e a história social e política do Brasil².

Lênin, em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, escreve que “uma região só será plenamente configurada se for analisada no seu complexo de imbricações e relações”, incluindo a sua “formação social, de que é um corte espacial delimitado histórica, portanto, dinamicamente” (Apud PESAVENTO, 1990, p. 68).

Assim, não se pode analisar o Rio Grande do Sul dos anos 1930, sem a necessária integração com a sociedade brasileira da época, o modo de produção dominante e a conjuntura pela qual passava o Brasil. Neste aspecto, o Rio Grande do Sul apresentava uma dinâmica própria, mas dependente das relações capitalistas nacionais, com implicações internacionais.

¹ Texto escrito durante a Quarentena do COVID-19, entre abril e maio de 2020. Dedicado a Augusto César Buonicore, bravo lutador e militante, falecido em 11 de março, que em vida soube como poucos defender as frentes amplas contra o fascismo e que muito escreveu sobre a ANL.

² Parte dos argumentos, aqui, revista e atualizada, já estavam contidas em KONRAD (1994, p. 145 a 175).

Vendo-a desta forma, a ANL não perde nenhuma relação com a Formação Social Brasileira, de onde foi originária, sobretudo como uma frente antifascista, anti-imperialista e antilatifundiária. Por sua vez, no sentido dado por Silvia Petersen (2001, p. 12), levando em conta uma “dimensão político-ideológica-institucional” da História de lutas da classe trabalhadora, neste sentido, a ANL ainda é parte de uma lacuna “historiográfica”.

Dialeticamente, e em complemento, apesar de a ANL ser um movimento de caráter nacional (com influências mundiais das frentes amplas antifascistas), no Rio Grande do Sul, ela apresentou certas especificidades, que, ora dificultam, ora facilitam a aceitação de seu projeto de transformação da realidade brasileira.

Assim, explicar a ANL no Rio Grande do Sul, a partir da Formação Social Brasileira, na década de 1930, articulando com a experiência regional do Movimento e dando atenção aos seus manifestos, nos parece um dos caminhos que ainda bem explicam uma história regional de dimensão nacional.

Concretamente, é no espaço do Rio Grande do Sul, que se vai definir a construção do núcleo regional da ANL, em um dos momentos de enfrentamento político das frações de classes sociais regionais, as quais, assim como no caso dos Aliancistas antifascistas, tinham projetos diferenciados de sociedade.

Naquele processo histórico, as relações entre a economia, a política, a cultura e a sociedade local, cuja conjuntura sofreu metamorfoses³ a partir do Movimento de 1930, explicitam as contradições regionais concretas.

O RIO GRANDE DO SUL DOS ANOS 1930

O Rio Grande do Sul dos anos 1930 apresentava uma “singularidade espacial dentro de um sistema mais amplo” (PESAVENTO, 1990, p. 68), com diferenciações de classes e de luta social, em relação ao restante do País⁴.

No Rio Grande do Sul, daquela época, apesar de Flores da Cunha representar parte dos “tenentes” que chegaram ao governo com o Movimento de 1930,

³ Aqui, o conceito de “metamorfoses” é originário do sociólogo francês Robert Castel, expressando os processos de continuidade-ruptura na História, tendo sido mais bem apresentado em KONRAD (2004).

⁴ Sobre isto, mesmo que centrado sobre Santa Maria, ver mais em KONRAD (2010a).

as frações das classes dominantes estaduais, mesmo que divididas politicamente, continuaram fazendo parte das decisões essenciais do poder de Estado, especialmente até sua divisão, em 1932, entre os que ficaram ao lado dos paulistas e os que permaneceram fiéis ao Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Como solução para o rompimento de parte significativa do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) à reação conservadora da “Constitucionalista”, incluindo o seu maior líder, Borges de Medeiros, ao término da mesma, Flores da Cunha e vários dissidentes republicanos aderiram ao recém-criado Partido Republicano Liberal (PRL), em outubro de 1932, dando hegemonia regional de sustentação política ao Interventor. Isto o conduzirá ao posto de Governador, em 1935, de forma indireta, dirigindo o Rio Grande do Sul até 1937, quando rompe com o getulismo, às vésperas do Estado Novo.

Na “oposição consentida” permaneceram os setores mais conservadores, representados pelo Partido Libertador (PL) e pelo PRR. Estes formaram a Frente Única Gaúcha (FUG), mas não deixaram de unir-se ao governo contra o “inimigo maior”, o “perigo vermelho”, diante dos acontecimentos da ANL e da Insurreição Nacional Libertadora de novembro de 1935⁵. Em momentos necessários politicamente, as frações das classes dominantes rio-grandenses aliam-se para reprimir aqueles que chamavam de “extremistas”. Assim, mesmo que a Constituição Estadual de 1935, promulgada em 29 de junho, tenha introduzido em seu texto, no artigo 126, direitos e garantias individuais referentes à liberdade de pensamento político e reunião pacífica⁶, quando os movimentos sociais ascendentes, sobretudo do operariado, particularmente nas greves, começavam a ameaçar o poder vigente, latifundiário da agricultura, pecuaristas e a burguesia continuavam a tratar a questão social⁷ como caso de polícia⁸, sendo que, para tal, aperfeiçoou-se a polícia política após 1930.

⁵ Carla Luciana Silva (2001, p. 49) aborda o anticomunismo na década de 1930. Demonstrando que a ANL “é apenas um momento em que foi possível visualizar diante da opinião pública a existência de um ‘perigo’, visível no potencial de força armada comunista”. Como demonstra Rodrigo Motta (2002, p. 59), esta “onda anticomunista”, com o levante de 1935, “tornaram-se mais intensas”.

⁶ Ver: *Constituições do Estado do Rio Grande do Sul*. Vol. 1. Porto Alegre: Procuradoria-Geral do Estado/Instituto de Informática Jurídica, 1990, p. 119-20.

⁷ Sobre as relações entre a questão social e os mundos do trabalho no Brasil da década de 1930, ver mais em: KONRAD (2010b) e KONRAD (2012a).

⁸ Sobre esta perspectiva, em contraposição a uma historiografia que assume o discurso oficial sobre a questão social ter deixado de ser um caso de polícia para se tornar um caso de política no pós-1930, ver KONRAD (2008c).



FIGURA 1.
Flores da
Cunha
discursa para
os deputados
constituintes,
na Assembleia
Legislativa,
em 1935.

FONTE
Site da ALRS:
www.al.rs.gov.br.

ACESSO
25 abr. 2020.

A FUG, por sua vez, aceitara a eleição indireta de Flores da Cunha, em nome da Constituição de 1934 e pela “governabilidade”, chegando a fazer parte, mais tarde, do secretariado do governo. Entre 1935 e o ano seguinte, os frenteunistas romperam e voltaram a aproximar-se várias vezes do governo do PRL⁹.

Estas mesmas articulações resultaram nos entendimentos entre Raul Pilla, líder do PL, e Flores da Cunha, a fim de buscarem a solução dos problemas financeiros do estado e para reprimir a “agitação extremista”¹⁰. Segundo Héglio Trindade (1980, p. 221), tal mudança de estratégia da FUG expressava a “falência da estratégia golpista articulada durante todo o exílio da FUG¹¹”, entre 1932 e 1934, quando, “abandonados pelos antigos aliados

⁹ Sobre os conflitos entre as frações de classe no Rio Grande do Sul e os processos eleitorais, ver mais em KONRAD (2013, p. 93-109).

¹⁰ Cf. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, edição de 30 de junho de 1935, p. 1, Acervo do Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa (MCSJHC/RS).

¹¹ Sobre o exílio de lideranças da oposição conservadora ou da oposição de esquerda, tanto a Getúlio Vargas

paulistas” e “desiludidos com o grupo militar ao qual se uniram”, retornaram ao Rio Grande do Sul “para entrar nas regras legais do jogo”.

Assim, a “pacificação rio-grandense” criou a possibilidade de maior entrosamento entre as frações da classe dominante rio-grandense, a fim de tomarem posições diante do crescimento dos movimentos de oposição radicalizada dos Aliancistas, bem como dos fascistas da Ação Integralista Brasileira (AIB)¹², os quais contaram com a condescendência daqueles, ao menos até a tentativa da derrubada de Vargas em maio de 1938¹³.

Com o final do período da interventoria, em 1935, quando passou a estabelecer uma relação mais indireta e independente frente ao governo de Getúlio Vargas, Flores da Cunha, a fim de fixar o poder político regional sob novas bases, procurou aliar-se à oposição tradicional. Diante da crise econômica da pecuária, aprofundada pela crise mundial do modo de produção capitalista, que afetou profundamente a forma associada e dependente com que o Brasil se inseriu na divisão internacional do trabalho, nos momentos de discórdia em relação ao poder central e seu representante no estado (Flores da Cunha), os pecuaristas atribuíam à crise do setor no governo Vargas e nos seus aliados.

Em contrapartida, depois de eleito, o governador levou a bancada do PRL no Congresso Nacional à oposição, tornando tensas as relações entre o seu governo e Getúlio Vargas¹⁴. Porém, com os levantes de novembro de 1935, no Nordeste e no Rio de Janeiro, Flores da Cunha voltou a dar novo apoio a Vargas. Isso se deu, principalmente, após receber o relatório de Filinto Müller sobre as supostas atividades “subversivas” no Brasil (CARONE, 1976, p. 90).

Por sua vez, os industriais rio-grandenses, com menor poder político, tanto objetivavam um maior crescimento industrial, quanto buscavam har-

como a Flores da Cunha, ver KONRAD (2008a).

¹² Sobre os conflitos entre Aliancistas e Integralistas, no Rio Grande do Sul, na década de 1930, ver KONRAD (2015).

¹³ Segundo Odilon Caldeira Neto (2014, p. 39), Getúlio Vargas e o Integralismo tinham aproximação, mesmo que instáveis, “amplamente dinamizada devido a inimigos em comum, expressa pelo discurso antiliberal e anticomunista”.

¹⁴ Diego Almeida (2018, p. 303) argumenta que “a partir dos pleitos eleitorais de 1933 e 1934 (...) a aliança do governo estadual com o governo federal começou a ser abalada”, quando Flores da Cunha, fortalecido nas eleições, “buscou projetar-se na política nacional e aumentar sua influência no âmbito federal”.

monizar as relações entre patrões e operários (mesmo que tivessem apresentado certa resistência inicial à legislação social e sindical do pós-1930), além de entrosarem mais este setor da burguesia rio-grandense com os poderes públicos, ampliando sua participação no governo. Como efeito de sua maior organização política, criaram o Centro de Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, em 1934 (PESAVENTO, 1984, p. 108), além de apoiar o programa do PRL a fim de receber os incentivos do governo estadual para o crescimento do setor, objetivando a “prevenção de um regime estável, que assegurasse a ordem social e o progresso econômico” (KOCH, 1981, p. 141). Com a Crise Pós-1929, era necessária reordenação de parcela significativa do sistema produtivo, exigindo um novo rumo à industrialização, o que Pedro César Dutra Fonseca (2012) chamou de “consciência industrializante” da chamada Era Vargas. Contudo, no Rio Grande do Sul, dos anos 1930, a crise, apesar de afetar a economia, não apresentava condições estruturais de alterar radicalmente a estrutura agroexportadora.

O Rio Grande do Sul, nesse período, exerceu uma posição periférica importante, mas, fundamentalmente, dependente do centro hegemônico do País, em especial de São Paulo. Por isso, consolidou-se uma relação de dependência e complementaridade. Mesmo sem a clara percepção das frações da classe dominante local, o Rio Grande do Sul servia aos interesses do Governo Vargas que, por sua vez, alimentava a reprodução de dominação da periferia ao centro do País.

Em contrapartida, com a crise da pecuária, o incentivo à agricultura acelerou-se, com subsídios maiores à produção de arroz, trigo, cebola e milho. Também a indústria, nos setores de vinho, banha, têxteis, óleos vegetais, recebeu auxílio do governo de Flores da Cunha, pois, no fundo, representavam uma extensão da agropecuária. Geraldo Müller (1979, p. 363) resume esse processo dos anos 1930, afirmando que a economia política gaúcha caracterizava-se “pelo fato de atingir o apogeu de seu modelo histórico de desenvolvimento constituído no transcurso de um século”, quando a zona rural da pecuária, a zona rural marcada pela pequena produção agropecuária e a zona rural marcada pela exportação relativamente grande do arroz, trigo e gado, “fusionam-se por inteiro nesses anos”.

Todas essas características faziam com que a economia regional, fun-

damentada no setor primário, contribuiu para a redução dos custos das atividades econômicas do centro do País (CARRION JR., 1979, p. 410). Tal modelo econômico, numa nova fase de desenvolvimento capitalista, ao mesmo em tempo que trazia crescimento, reproduzia a própria crise em que se situava, devido à predominância das características anteriores, como a manutenção do latifúndio, de uma indústria baseada no setor primário e na exportação de produtos agropecuários, fazendo com que o Rio Grande do Sul passasse a ser considerado o “celeiro do País”.

A crise da agropecuária só poderia ser revertida por um grande desenvolvimento industrial que surgisse do setor primário. Como isso não acontecia, o Rio Grande do Sul mantinha a sua estrutura tradicional, pois tanto a agricultura como a pecuária, não serviam de fator gerador da “acumulação de capital para a indústria, tal como se deu com o café no contexto paulista” (PESAVENTO, 1980a, p. 85). Por sua vez, também, essa crise descapitalizava os setores da criação e das charqueadas, impossibilitando que a classe dominante local renovasse a estrutura produtiva para acelerar o desenvolvimento capitalista pleno no campo. Assim, a atividade produtiva centrada no setor agropecuário, frente ao baixo índice de acumulação primitiva do capital não impunha, ao Rio Grande do Sul, “as características capitalistas plenamente configuradas” (KOCH, 1981, p. 123). Dessa forma, além da indústria baseada na agricultura e na pecuária, apenas as indústrias têxtil e alimentar tiveram relativo destaque, mas, no geral, suas características de produção artesanal ainda permaneceram elevadas.

Tal industrialização ainda restrita, por sua vez, concentrava-se em, além da capital, Pelotas, São Leopoldo, Caxias, Rio Grande e Novo Hamburgo, ou seja, nos eixos Pelotas-Rio Grande e Porto Alegre-Vale dos Sinos-Serra. Assim, a pequena indústria era a predominante, não exercendo mudanças revolucionárias no desenvolvimento de forças produtivas que implicassem no predomínio da atividade secundária sobre a primária. Com isto, “o desenvolvimento industrial do estado não foi capaz de compensar a estagnação do setor agropecuário”, fazendo com que a fase ficasse conhecida como “crise da economia gaúcha” (PESAVENTO, 1981, p. 137).

Por sua vez, se, no geral, a grande propriedade não sofria modificações, permanecendo inalterada, as relações produtivas impediam a introdução de

novos meios de produção, fazendo com que, nos anos 1930, os pequenos agricultores da Região Colonial, face ao tipo de desenvolvimento capitalista do Brasil e do Rio Grande do Sul, apresentassem a cooperativização, como forma de resistir “a contínua espoliação a que estavam submetidos pelo modelo de desenvolvimento agrário”. Isto fazia com que se viabilizasse a pequena propriedade, a fim de os colonos terem o “poder de barganha no momento de comercializar seus produtos” (TAMBARA, 1985, p. 56). Assim, era através da Região Colonial que as atividades industriais e comerciais se incrementavam, diversificando a economia gaúcha (MACIEL, 1975, p. 29). Em decorrência, tem-se a integração da pequena propriedade, com o processo de urbanização e de industrialização. Aqueles que não o faziam, acabavam perdendo suas propriedades, buscando o caminho das cidades, criando um mercado de trabalho na indústria manufatureira e artesanal.

Paradoxalmente, assim, o Rio Grande do Sul vivia um momento de crise generalizada, mas apresentava uma situação de expectativa do crescimento econômico. Dependente do centro do País, estas relações contraditórias reproduziam-se em plano regional, gerando conflitos intra e extraclasses, ao mesmo tempo em que apresentavam um quadro econômico interno que, no geral, unificava os anseios das classes dominantes e originava certa unidade política, no momento em que o poder fosse questionado.

Em termos sociais, após o final dos confrontos armados entre as frações das classes dominantes rio-grandenses, com o término do cercamento dos campos e a introdução de novas tecnologias nas atividades agropecuária, aceleraram-se, no Rio Grande do Sul dos anos 1930, os processos de expulsão de mão-de-obra do campo para a cidade, aumentando o contingente do proletariado sem especialização, gerando problemas sociais urbanos, resultantes do desemprego (PESAVENTO, 1980b, p. 85).

Assim sendo, o Rio Grande do Sul passava por uma verdadeira encruzilhada, pois ao mesmo tempo em que buscava resolver os problemas econômicos, as contradições sociais se avolumavam sem que tivessem soluções.

Tais contradições, entre 1934 e 1935, faziam com que estourassem greves, a exemplo das mais radicalizadas, no início de 1935, de várias categorias de trabalhadores por todo o Brasil, com reflexos no Rio Grande do Sul. A prometida legislação social que ainda não era cumprida, em razão das mano-

bras das classes dominantes, as quais não respeitavam as poucas leis trabalhistas conquistadas, fizeram com que a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), agora presidida pelo alfaiate Policarpo Hiberno Machado, rompesse relações com o Ministério do Trabalho, retomando o princípio da luta de classes, em aliança com o Partido Comunista do Brasil (PCB), mesmo que ilegal¹⁵.

Este processo também é decorrente de outra virada tática do Partido Comunista, quando foi decidido “intensificar sua atuação dos sindicatos oficiais”, lançando “a proposta de uma Frente Única Sindical (FUS) para englobar todos os sindicatos, reconhecidos ou não pelo Ministério do trabalho, e lutar contra a repressão, pelos direitos de greve e liberdade de propaganda” (SILVA, 2003, p. 388), ora articulando ora combatendo os reformistas.

O movimento grevista e operário em ascensão e em direção à esquerda, mesmo que tivesse uma forte oposição de setores da Igreja Católica e dos Círculos Operários¹⁶, além dos governos Estadual e Federal¹⁷ (os quais, ora reprimiam, ora buscavam a conciliação de classe entre o capital e o trabalho, especialmente através da Inspeção Regional do Trabalho – IRT, órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - MTIC), ampliaram as mobilizações por melhores salários (já que a classe trabalhadora tinha sido imensamente afetada em seu poder de compra pela crise do capitalismo), principalmente, nos setores têxtil, metalúrgico, marítimo e ceramista (PETERSEN; SILVA, 1992, p. 415), iniciando greves em variadas categorias de trabalhadores¹⁸.



FIGURA 2.
Policarpo Hiberno Machado, presidente da FORGS e um dos criador da Liga Eleitoral Proletária (LEP).

FONTE
MARÇAL;
MARTINS
(2008, p. 74).

¹⁵ Sobre a relação entre o PCB e a ANL, ver: KONRAD (2010c). Outra visão sintética da relação entre o PCB e a ANL pode ser vista no artigo de Marly Vianna (2003a).

¹⁶ Áurea Petersen e Elizabeth Pedrosa (2007, p. 201) argumentam que “à medida que a FORGS se distanciou do governo e passou a contestar a convivência do MTIC, com o desrespeito patronal da legislação social, perdeu espaço para os círculos operários, que expandiam em número e influência no Rio Grande do Sul, propondo a defesa dos direitos trabalhistas dentro da ordem e da lei, e em harmonia com o Estado e o empresariado”.

¹⁷ Sobre as diferentes táticas do operariado do Rio Grande do Sul, principalmente entre as táticas mais nacionalistas e mais classistas das direções da FORGS, ver KONRAD (2000).

¹⁸ Sobre as greves de 1935 no Rio Grande do Sul, ver mais em KONRAD (2012b).

A radicalização da greve produziria um dos episódios mais marcantes da história operária e da política da esquerda do período no Rio Grande do Sul, em 17 de janeiro, com o assassinato de Mário Couto, médico e militante do PCB¹⁹.



FIGURA 3.
Mário Couto
assassinado em
Porto Alegre em
1935.

FONTE
Diário de Notícias.
Porto Alegre,
edição de 18 de
janeiro 1935,
p. 6.

ACERVO
Acervo do
MCSHJC.

A repressão ao movimento grevista radicalizado, por sua vez, passou a ser bastante forte, enquanto o Centro Fabril não suas reivindicações²⁰. As lideranças dos trabalhadores ressaltavam a luta por seus direitos, mas o governo estadual, através da polícia, aliado ao Ministério do Trabalho, via IRT, e aos industriais, uniam-se na repressão ao movimento, prendendo lideranças e mantendo no estado a política da Primeira República. Ou seja, se a conciliação não avançava, a questão social era tratada como um caso de polícia.

A derrota do movimento grevista em Porto Alegre, no

¹⁹ Cf. “Um drama de morte à avenida João Pessoa”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, edição de 18 de janeiro de 1935, p. 5 e 12. Acervo do MCSJHC/RS. Ainda no dia 17, o interventor interino João Carlos Machado enviou telegrama ao Rio de Janeiro, para Flores da Cunha, lhe avisando da morte de Mário Couto. Cf. Telegrama n° 130, Fundo Documentação dos Governantes, Série Correspondência Expedida, Distrito Federal, 1935, Maço 101. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

²⁰ *Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 13 de janeiro de 1935, p. 14. Acervo do MCSJHC/RS.

início de 1935, teve longos reflexos para o movimento operário. O primeiro deles ocorreu com os metalúrgicos. No primeiro dia de março de 1935, o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre decidiu-se pela desfiliação da FORGS. Mas o mais grave foi a decretação da ilegalidade da FORGS e o seu fechamento, em 18 de janeiro, mais uma prisão de seu presidente, Policarpo Hibernon Machado, na sede da entidade, que se situava na Capital, rua Riachuelo, nº 1038, além da proibição de circulação de seu jornal, *A Voz do Trabalhador* e a conseqüente prisão de vários militantes, comandada por Dario Crespo, chefe de polícia do estado do governo de Flores da Cunha.

A chamada questão social, ou questão operária, assim, tornava-se uma grande preocupação para as classes dominantes rio-grandenses. A situação de crise econômica resultava em maior organização política, sindical e partidária do proletariado, a fim de enfrentar os problemas sociais cada vez mais agravados. No entanto, tal organização ainda limitava-se às cidades de certo crescimento industrial, a exemplo da capital, Porto Alegre, bem como Pelotas, Rio Grande, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Caxias do Sul, Santa Maria, Bagé, Cruz Alta, entre outras, enquanto no campo, os peões e o reduzido proletariado rural ainda viviam uma cultura de classe subordinada, econômica, social e politicamente, aos grandes proprietários, não possuindo organização própria, impossibilitando uma maior expansão das reivindicações dos setores urbanos para as zonas agrícolas do Rio Grande do Sul.

A burguesia industrial emergente e as facções agrícolas e pecuárias das classes dominantes, por sua vez, em resposta à radicalização dos trabalhadores, também passaram a apelar para a legislação social, no sentido de se



FIGURA 4. Flores da Cunha, entre João Carlos Machado e Dario Crespo, visita a Polícia Central em Porto Alegre.

FONTE
Correio do Povo.
Porto Alegre,
edição de 22
de setembro de
1934, p. 5.

ACERVO
Acervo do
MCSHJC.

manter uma relação harmônica entre patrões e empregados. Mas a resposta mais contundente ao crescimento da mobilização operária, sobretudo os industriais, com o auxílio do poder de repressão do governo estadual, mesmo com a abertura iniciada no período constitucional e mantida até os levantes de novembro de 1935, era a política repressiva, fazendo com que, em nenhum momento, o operariado conseguisse dar continuidade a um movimento autônomo em defesa de seus interesses de classe, mesmo quando o não cumprimento da legislação social por setores empresariais fazia aumentar a tensão e as reivindicações do proletariado emergente. Por sua vez, para a classe trabalhadora, a crise econômica aumentava a falta de alimentos, que não chegavam à mesa do trabalhador, somada com os problemas da moradia, o que fortalecia o surgimento de novas contradições, as quais geravam questionamentos por parte dos trabalhadores (BAKOS; PAIVA; MEIRELLES, 1981, p. 218).

Em contrapartida, para desviar a atenção dos problemas locais, as classes dominantes rio-grandenses procuravam identificar as origens dos movimentos sociais (greves, agitações políticas, etc.) à atividade dos “extremistas” ou “infiltrados” entre os operários.

Assim, também no Rio Grande do Sul, o constante aumento do custo de vida e os índices crescentes de desemprego, que afetavam o operariado e os setores intermediários, tencionando a “questão social” e gerando um processo de conscientização e questionamento do poder latifundiário-burguês no Rio Grande do Sul, agora estimulado pela ação majoritária da FORGS e conduzida pela diretriz política do PCB, vai explicar as razões para o surgimento da ANL, essencialmente como resultado dessas contradições de classe.

ORIGEM, ORGANIZAÇÃO E CRESCIMENTO E ATUAÇÃO DA ANL NO RIO GRANDE DO SUL

Ruy Duarte (1978, p. 20) afirma que a existência de um vazio ideológico à esquerda permitiu que a ANL ocupasse um espaço político à espera de aderentes. Porém, não é este o motivo principal para o surgimento da Aliança no Rio Grande do Sul. Os problemas econômicos nacionais, que atingiam

também o estado, como já visto acima, além do sucesso da organização nacional do Movimento²¹, foram decisivos para a implantação aliancista no estado. Também não se pode esquecer que os setores mais à esquerda já estavam integrados na luta clandestina do PCB, que aliava táticas legais e institucionais, não havendo assim um vazio político à esquerda. Não há mais dúvidas que no Rio Grande do Sul, os comunistas deram um incentivo muito grande à construção da ANL, haja vista que em nível nacional a frente já existia legalmente. Então, o PCB do Rio Grande do Sul viu, através da Aliança, uma oportunidade de trabalho legal diante das massas.

Contudo, o PCB, apesar de ter participação decisiva na organização aliancista, estava aquém da frente antifascista. Exemplo disso, é que no momento do surgimento da Aliança no Rio Grande do Sul, na organização do Diretório Estadual Provisório (DEP)²², dois de seus três principais dirigentes, Dyonélio Machado (médico e escritor) e Apparício Córa de Almeida não tinham ainda filiação no PCB, sendo que apenas Agildo Barata (Oficial do Exército, transferido do Rio de Janeiro para São Leopoldo) já integrava o Partido²³. Na verdade, o PCB contava com



FIGURA 5.
Apparício Córa
de Almeida.

FONTE
MARÇAL
(2004, p. 44).

²¹ Desde que foi citada institucionalmente pela primeira vez, citada por Gilberto Gabeira, num discurso na Câmara dos Deputados, em 17 de janeiro de 1935, passando pelo seu lançamento oficial, em 30 de março de 1935 do mesmo ano, em um comício realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, a ANL rapidamente reuniu vários setores sociais, apresentando um crescimento vertiginoso. De abril a início de julho, abriram-se sedes em todo o País. Já em maio, existiam 1600 núcleos da ANL, sendo que só no Distrito Federal existiam 50 mil inscritos. A partir de maio, as inscrições chegaram a ser de três mil pagantes por dia, quando a ANL passou a dirigir greves, organizar manifestações públicas, criar uniões reivindicatórias de direito das mulheres e de trabalhadores agrícolas (Cf. CARONE, 1977, p. 116). A Aliança chegou a atuar em 17 estados, 300 cidades e pontos populacionais, com estimativas de ter reunido mais de um milhão e quinhentos mil ativistas. Ver sobre isto em KOVAL (1982, p. 292).

²² A sede do DEP se localizava na rua Vigário José Inácio, antiga rua de Rosário, no centro de Porto Alegre.

²³ Os outros integrantes eram: José Júlio Parise, acadêmico e 1º secretário; Raul Francisco Ryff, comerciante e 2º secretário; João Antônio Mesplé, advogado e Japi Salgado Freire, delegados de publicidade; Severino Ronchi, acadêmico e Marciano Belchior Filho, gráfico, ambos delegados de propaganda e Camilo C. Brandão, tesoureiro.

quadros ainda frágeis em sua própria organização. Em decorrência, se transformasse a ANL numa organização legal do PCB no Rio Grande do Sul, estreitando-a, a frente não teria o crescimento que obteve, até a decretação da sua ilegalidade, em 11 de julho de 1935.



FIGURA 6.
Francisco
Moésia Rolim.

FONTE

O Homem Livre,
Rio de Janeiro,
edição de 20
de abril de
1935, p. 1. In.
Coleção Jornais
Brasileiros,
Microfilme
089.

ACERVO

Arquivo Edgard
Leuenroth
AEL/
UNICAMP.

Assim sendo, as condições objetivas (desemprego e inflação) e subjetivas (luta contra o fascismo, maior conscientização dos setores médios e do proletariado), como no resto do País, possibilitaram a criação de uma frente mais ampla. No interior dessa frente é que os comunistas rio-grandenses, por sua vez, vão ter um papel de destaque, mas não exclusivo, especialmente pela atuação de Francisco Moésia Rolim, militar transferido do Rio de Janeiro para Pelotas, e que já pertencia ao PCB. Somou-se a ANL uma pequena-burguesia descontente com os rumos tomados pelo Movimento de 1930, buscou um espaço que não fosse integralista²⁴. Com o surgimento da ANL, via-se, ali, uma possibilidade de uma atuação mais à esquerda, sem ser ainda comunista.

O primeiro núcleo da ANL no Rio Grande do Sul foi o de Santa Maria. O jornal *A Razão*, em 24 de maio de 1935, cita a organização do mesmo²⁵, assim como o *Correio do Povo*, informa a possível visita de uma caravana aliancista à cidade²⁶. O Núcleo de Santa Maria, teve na sua direção Candido Souza (Presidente - comerciante), Dante Pogetti (Vice-Presidente - professor), Fernando do O. (Secretário-geral - advogado), Democrata Soares (1º Secretário - bancário), Luiz Pereira de Almeida (Tesoureiro - alfaiate), além dos delegados de publicidade - Henrique Batista (comerciante), Olivério Lopes Diniz (engenheiro) e Lucas Fortes dos Santos (operário).

²⁴ À direita, e também discordantes com os rumos do Movimento de 1930, setores importantes da classe média migraram para o Integralismo.

²⁵ O acervo deste periódico encontra-se no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

²⁶ Cf. *Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 28 de maio de 1935, p. 7. Acervo do MCSJHC/RS.

A partir daí, o movimento cresceu, surgindo nas principais cidades onde existia uma razoável participação política e de oposição proletária e pequeno-burguesa, como em Pelotas, Passo Fundo, Livramento, São Leopoldo, Rio Grande, Cruz Alta, dentre outras. Das cidades mais desenvolvidas e com industrialização crescente, apenas Caxias e Novo Hamburgo, de destacada atuação de imigrantes de origem italiana e atuação alemã²⁷, respectivamente, não contaram com a organização da Aliança, devido ao predomínio integralista e a condescendência com este movimento pela polícia do Rio Grande do Sul²⁸.

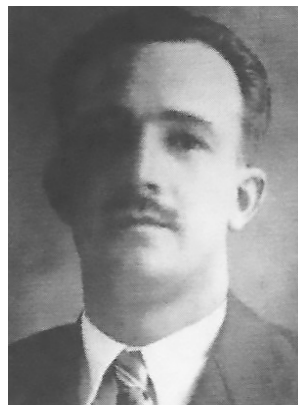


FIGURA 7.
Lucas Fortes dos Santos.

FONTE
MARÇAL;
MARTINS
(2008, p. 123).

Como em nível nacional, após a criação da ANL, centenas de pessoas começam a aderir ao movimento, pois, além da sua consigna “Pão, Terra e Liberdade”, seu programa propunha levar adiante os anseios dos grupos descontentes com a política econômica e social da República Nova, como destruir as organizações de linha fascista, priorizar a indústria nacional, suspender a dívida externa, realizar a reforma agrária, garantir liberdades civis como a liberdade de imprensa e eleições livres, bem como efetivar a legislação trabalhista, ampliando os direitos sociais dos trabalhadores, entre outros²⁹.

O prestígio aliancista aos poucos se tornava tão significativo que, a exemplo no núcleo da Capital Federal, em Porto Alegre, o jornal *Diário de Notícias* publicou, na edição de 20 de junho de 1935, um anúncio esclarecendo que o DEP abria diariamente suas portas das 9 h às 12 h e das 14 h às 22 h (13 horas por dia), a fim de esclarecer seu programa, seus propósitos, sua organização e sua ideologia (KOVAL, 1982, p. 297).

²⁷ Não pode ser esquecido que “nos anos 1930, o Brasil contaria com 3,3 milhões de votos” e, destes, “cerca de 85 mil eram a favor do Integralismo”, sendo que, “nos estados do Sul, se concentraria a maior parte de votantes, com 560 mil” (Cf. DIETRICH, 2016, p. 298).

²⁸ Uma das raras exceções se deu em 24 de fevereiro de 1935, em Sebastião do Caí, após uma concentração integralista, quando se deu um violento tiroteio entre os “camisas-verdes” e a polícia local. Cf. “Violências integralistas no Rio Grande do Sul”. *A Lanterna*, n. 390. São Paulo, edição de 09 de março de 1935, Microfilme 0001, Coleção Jornais Brasileiros. Acervo do AEL/UNICAMP.

²⁹ Ver sobre isto em BATTIBUGLI (2004, p. 14-15).

A organização institucional da ANL, em âmbito estadual, começou a ser lançada em 8 de junho, quando já se falava em nome do DEP, o qual teve a autorização do Diretório Nacional Provisório (DNP) para funcionar no Rio Grande do Sul. A comunicação de ApparícioCóra de Almeida, enviada à imprensa, caracterizava um dos aspectos do surgimento e da organização da ANL rio-grandense, subordinada ao Diretório Nacional.



Seguia, dessa forma, os moldes hierárquicos da organização através do DNP, dos DEPs, dos Diretórios Municipais Provisórios (DMPs), além dos diversos núcleos, conforme os estatutos nacionais³⁰.

Agildo Barata (1978, p. 237), que atribui a si a organização da ANL no estado, afirma que, ao chegar ao Sul, viu a urgente necessidade de organizar a Aliança, porém o preocupava que o movimento não “dispunha de quadros capazes de assumir a direção do movimento”.

Mas nem Agildo Barata nem Moésia Rolim podem ser identificados, apesar dos seus papéis importantes,

FIGURA 8.
Direção Nacional da ANL em 1935, tendo ao centro, de terno branco, Herculino Cascardo, Presidente.

FONTE
Fundo DESPS, Setor Comunismo, Notação 15.

ACERVO
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

³⁰ Ver os estatutos em FREITAS (1998, p. 165-169).



FIGURA 9.
Agildo da Gama
Barata Ribeiro.

FONTE

Site Geni.

Disponível em:
<https://bit.ly/34P5k25>.

ACESSO

28 abr. 2020.

como únicos criadores da ANL rio-grandense. Além disso, o fato dos primeiros núcleos surgirem no interior (Santa Maria e Pelotas) não significa que isso se deve a atuação única dos dois capitães do Exército, até porque, vai ser na capital que o movimento contará com maior número de aderentes e a maior quantidade de núcleos, sejam profissionais, escolares ou por bairros.

Outra razão que influenciou o fortalecimento da ANL, no Rio Grande do Sul, foi o combate que se fazia à Lei de Segurança Nacional (LSN), principalmente entre os setores

militares e o movimento operário (em nível nacional, o sindicalismo articulou várias greves contra a decretação da Lei, bem como a ANL se posicionou desde a sua criação contra a Lei)³¹. A defesa da não aplicação da Lei nº 38 tal como defendia o governo getulista, acirrava os ânimos da oposição, particularmente dos militares de origem tenentista (ali proibidos de fazer política nos e fora dos quartéis), que a chamavam de “Lei Monstro!”, uma Lei de claro recorte fascista, que reforçava os chamados “crimes políticos e sociais”. Quando foi promulgada a LSN, Flores da Cunha confessava que a nova lei tinha “por finalidade assegurar a estabilidade do regime”³². Para Lira Neto (2013, p. 217), “estava evidente que a legislação trabalhista, sozinha, não conseguia mais represar as demandas do movimento operário”, haja vista “uma série

³¹ No caso da ANL nacional, ainda em 12 de março, em reunião citada acima, a LSN já estava em pauta. Esta reunião foi fundamental para o futuro da ANL, pois nela foram aprovados os seus estatutos, com a presença de Roberto Sisson, Marcelo Curvello de Mendonça, Antônio Rollemberg, Carlos de Schneler, Benjamim Soares Cabello, Carlos Lacerda, Francisco Mangabeira, Armando Laydner, Annyzio de Vianna, Abguar Bastos, José Augusto de Medeiros, Rubem Braga, Manuel Venâncio Campos da Paz, FebusGikovate, Carlos Amorety Osório, Antônio Rodrigues Gouvêa, Euzmann Cavalcanti e André Trifino Corrêa. Cf. cópia da ata dessa reunião no Fundo DOPS, Setor Comunismo, Pasta 18 – ANL, Folhas 245-6. Acervo do APERJ.

³² Cf. *A Federação*, Porto Alegre, edição de 03 de junho de 1935, p. 1. Acervo do MCSJHC/RS. E terá mesmo, como se verá no seu uso altamente repressivo, a fim de debelar a Insurreição Nacional Libertadora do mesmo ano, assim como para começar a enquadrar a Aliança ainda no período de sua legalidade. Sobre isto, ver KONRAD (2009b, p. 19-24).

de greves, tanto no setor público quanto no privado”, as quais “sacudiam as grandes cidades e expressavam as insatisfações dos trabalhadores, com os baixos salários, a elevação do custo de vida e a obrigatoriedade do sindicato único”. Assim, a fim de aprovar a LSN, mesmo contando com ampla vantagem no plenário da Câmara, “Getúlio capitalizou o clima de radicalismo político em que o país se encontrava”.

Mas, objetivamente, a LSN ameaçava as liberdades democráticas conquistadas pela Carta de 1934 e gerava protestos, fortalecendo à adesão na Aliança daqueles que discordavam da posição do governante do Rio Grande do Sul. Anita Leocádia Prestes (2015, p. 167) reconhece que a “Lei Monstro revelou-se o *acontecimento-chave*” para o surgimento [eu diria fortalecimento] da ANL, como “a culminância de um processo de aglutinação de grupos, setores, organizações e personalidades, decepcionados com o rumo tomado pela ‘Revolução de 30’”, todos “desiludidos de Vargas e de seu governo”. Por sua vez, temos de concordar com R. S. Rose (2017, p. 105-106): a aprovação da LSN também se fortalece “focada diretamente na ANL”, quando “a nova legislação criou estatutos especiais para crimes contra a ordem pública”, bem como fortaleceu a ação repressiva da polícia política comandada por Filinto Müller, através da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Aliás, como demonstra o historiador, Filinto Müller “tinha sido um daqueles que incentivaram a promulgação da lei”.

Assim, aproveitando uma conjuntura de ascensão do movimento popular, bem como das bases criadas pela LEP no ano anterior, a ANL organizava-se e obtinha um rápido crescimento³³. Com a organização do DEP, os Aliancistas da capital dirigiam-se a várias cidades do interior (Rio Grande, Passo Fundo, São Gabriel, São Leopoldo dentre outras) para organizar os DMPs. Assim, o órgão central da ANL no Rio Grande do Sul coordenava todas as atividades Aliancistas no estado, além de ficar responsável pela publicação de manifestos nos quais apareciam as finalidades e as aspirações da Aliança.

Porto Alegre, onde funcionava o DEP, teve destacada e diversa criação de núcleos residenciais (por bairro), profissionais (por categoria de trabalha-

³³ Frente eleitoral de esquerda, organizada pela FORGS e com apoio do PCB, visando as eleições de outubro à Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul. Sobre a relação entre a FORGS e a LEP, ver mais em KONRAD (2009a).

dores) e escolares (nas faculdades). Os quatro núcleos residenciais de Porto Alegre, até o fechamento da ANL, foram Mont' Serrat, 4º Distrito (São João e Navegantes), 3º Distrito (Bom Fim e Cidade Baixa) e Azenha. Os núcleos profissionais de Porto Alegre foram vários: dos gráficos, dos madeireiros, dos comerciários, dos metalúrgicos, da imprensa (jornalistas), dos bancários e dos alfaiates. Esses núcleos realizavam reuniões, com poucas exceções, na sede do DEP. Os núcleos estudantis de destaque organizaram-se nas faculdades de Direito e Medicina da Universidade de Porto Alegre.

No momento da decretação da sua ilegalidade, resultando nos fechamentos nacional e estaduais, o movimento aliancista, apesar do curto período de legalidade, encontrava-se em um grande momento de expansão³⁴, sendo que o auge no Rio Grande do Sul se deu com a instalação do DEP, a 5 de julho, no Teatro São Pedro³⁵.

À noite, o teatro superlotou e uma grande multidão compareceu à Praça da Matriz. Hélio Silva (1975, p. 124-125) considera que a instalação da ANL, no Rio Grande do Sul, foi “uma das maiores manifestações populares já ocorridas na capital gaúcha”. Agildo Barata (1978, p. 242-243) também considera que o ato de instalação foi uma das maiores manifestações de massa ocorridas, até então, em Porto Alegre³⁶. A sessão iniciou tendo à mesa parte das grandes lideranças estaduais, como Dyonélio Machado, Apparício Córa de Almeida, Mariano Belchior, Severino Ronque, João Antonio Mesplé, Lucio Soares Neto, J. Parise Iglesias, Carlos Brenner, Raul Ryff e Maura de Sena Pereira³⁷.

³⁴ R. S. Rose (2001, p. 78) argumenta que Getúlio Vargas “vinha sentindo, cada vez mais, que era hora de agir contra a ANL. Getúlio queria fechar a organização por temer seu crescimento acelerado, exatamente como ele temia a enorme popularidade do presidente honorário que a liderava”, no caso, Luiz Carlos Preste.

³⁵ No Brasil, o 5 de julho era a data escolhida para os grandes comícios em comemoração a um dos momentos mais significativos do tenentismo, em homenagem aos 18 do Forte de Copacabana, bem como o início da Revolta de São Paulo, em 1924. Pois foi neste dia que Luiz Carlos Prestes lançou o manifesto chamado “Todo poder à ANL”. No Rio Grande do Sul, afora a comemoração do 5 de julho, ocorreu o lançamento oficial da ANL e a posse pública do DEP.

³⁶ Depois da ilegalidade da ANL, Barata foi preso e remetido ao Rio de Janeiro, de onde seria um dos líderes, no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, da Insurreição Nacional Libertadora, em novembro do mesmo ano. Pela atuação específica na ANL do Rio Grande do Sul, Agildo Barata foi processado e condenado, em maio de 1938, pelo TSN, quando já estava preso e condenado pelo envolvimento direto com a Insurreição de novembro. Barata fora denunciado em outubro de 1935 por distribuir e assinar o panfleto “Ao Povo de São Leopoldo”. Por esse processo, Agildo Barata foi condenado a um ano, sete meses e quinze dias de prisão. Cf. Fundo Tribunal de Segurança Nacional, Processo N° 528, Apelação N° 63 – Agildo da Gama Barata Ribeiro. Acervo do Arquivo Nacional (AN).

³⁷ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, edição de 6 de julho de 1935, p. 12. Acervo do MCSJHC/RS.



Após a abertura da sessão, pelo presidente do DEP, Dyonélio Machado, afirmando que a data marcava “o início da luta anti-imperialista”, ocorreram vários discursos, mas apenas dos oradores previamente inscritos e com os temas já decididos anteriormente. O estudante Lúcio Soares Neto falou sobre a data de 5 de julho e terminou afirmando que era “possível a vitória anti-imperialista”. O advogado João Antonio Mesplé abordou o Programa da ANL, falando sobre a pequena burguesia, os pequenos e médios proprietários em face dos grandes latifúndios, criticando os integralistas devido ao combate que faziam do “capitalismo judaico”, chamando-os de demagogos, além de criticar o uso de “Deus, Pátria e Liberdade”. Em seguida, dando prosseguimento a sessão, o estudante J. Iglesias discursou analisando a situação dos trabalhadores rurais e defendendo o fim do latifúndio, pois este era a principal causa a fuga do campo. O operário Marciano Belchior

FIGURAS 10 E 11.
Mesa e Plateia
do Lançamento
da ANL no
Teatro São
Pedro, em Porto
Alegre, em 5 de
Julho de 1935.

FONTE
MARÇAL;
MARTINS
(2008, p. 86).

abordou o Programa da ANL em relação ao proletariado, ao mesmo tempo em que aproveitou para protestar a morte de Leonardo Candú, assassinado pelos integralistas, em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Após, o jovem Rafael Sarga falou em solidariedade à Aliança, enquanto a representante da União Feminina do Brasil (UFB) do Rio Grande do Sul, Maura Pereira abordou a situação e a emancipação da mulher. Em seguida, o secretário-geral da ANL no Rio Grande do Sul, Apparício Córa de Almeida³⁸, também analisou o programa aliancista, contestando a acusação de que a organização era comunista e antirreligiosa. Por fim, novamente Dyonélio Machado tomou a palavra, empossando o DEP e agradecendo o comparecimento de todos, sem deixar de apelar aos presentes que se dispersassem logo da frente do Teatro, solicitando também a contribuição para a caixa da Aliança, a fim de cobrir gastos com a propagação do movimento. Antes de todas as manifestações, Raul Ryff leu telegramas de Uruguaiiana, Santa Maria e Passo Fundo, saudando a instalação oficial da ANL no Rio Grande do Sul³⁹.



FIGURA 12.
Dyonélio
Machado.

FONTE

Site SiglaViva.
Disponível em:
<https://bit.ly/3oLO9Gf>

ACESSO

30 abr. 2020.

O 5 de julho, por sua vez, teria o seu desfecho repressivo com a justificativa do Manifesto assinado por Luiz Carlos Prestes, pedido, inspirado na consigna da Revolução Soviética de 1917, “Todo o poder à ANL!”. O manifesto escrito por Prestes e lançado em 5 de julho, lido pelo integrante da

³⁸ Apparício Córa de Almeida seria assassinado com um tiro na cabeça, em um bar no centro de Porto Alegre, em 14 de outubro de 1935, enquanto a versão oficial da polícia tenha apontado acidente. Cf. *Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 27 de outubro de 1935, p. 9. Acervo do MCSJHC/RS. A “farsa do suicídio”, como afirma João Batista Marçal, é tão bem montada que “os advogados Alberto Pasqualini, Augusto Moreira Lima, Luís Soares Neto e João Antônio Mesplé, contratados pela família nada conseguem provar” (MARÇAL, 1986, p. 14-15).

³⁹ Cf. sobre isto: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, edição de 6 de julho de 1935, p. 12; *Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 6 de julho de 1935, p. 5. Acervo do MCSJHC/RS. O jornalista Raul Francisco Ryff, nesta ocasião, era o único militante do PCB no DEP da ANL, como segundo secretário. Após o fechamento da ANL, em 11 de julho, Ryff foi para o Rio de Janeiro, ligando-se ao Comitê Metropolitano do PCB, auxiliando a secretaria política. Cumprindo atividades na Insurreição de Novembro, foi preso em janeiro de 1936, sendo remetido pela polícia do Distrito Federal para Porto Alegre. Cf. seu prontuário no Fundo DPS, Setor Prontuários, Notação 973. Acervo do APERJ.

União da Juventude Comunista (UJC), Carlos Lacerda, afirmava que “a ideia do assalto ao poder amadurecia na consciência das massas”, conclamando “a derrubada violenta do governo Vargas” (BUONICORE, 2012, p. 24). Como explica Daniel Aarão Reis (2014, p. 176), “num quadro em que se exacerbavam as contradições políticas”, tanto para Prestes como para o PCB, era ressaltada “a importância da questão do poder – a necessidade de construção de um governo popular nacional e revolucionário”, o qual deveria ser “fruto de uma revolução voltada contra as duas forças consideradas inimigas da sociedade, do povo e do país, o latifúndio e o imperialismo”. No Rio de Janeiro, este manifesto estimulou as classes dominantes a pressionarem ainda mais o Governo Vargas para o fechamento da ANL, sobretudo para aplacar o crescimento do movimento aliancista.

Por sugestão de Pedro Aurélio de Góis Monteiro, então Ministro da Guerra, através de decreto nº 229 de 11 de julho, curiosamente o dia do 35º aniversário de Filinto Müller, quem vinha preparando um relatório sobre as atividades Aliancistas⁴⁰, e baseada na LSN, a ANL tornou-se ilegal em todo o País, quando a polícia passou a invadir, fechar e lacrar as sedes da entidade, com a justificativa de “impedir a expansão das ideias extremistas” e o “perigo comunista”⁴¹.

Um dia após o fechamento da Aliança, seu presidente Herculino Cascardo declarou para o jornal *A Manhã* que desconhecia a medida oficial, acusando Filinto Müller de “difamar a reputação de milhões de brasileiros dedicados de corpo e alma à libertação de sua pátria”. Negava as acusações de que a ANL era comunista e ameaçava o chefe de polícia de levá-los aos tribunais por aquelas acusações. Pouco depois a polícia acatou o decreto governamental que também ordenava fechar, através do decreto nº 246, todas as sedes da UFB⁴², organização que não chegou a completar dois meses de existência.

⁴⁰ R. S. Rose (2017, p. 112-117) desenvolve análise sobre este relatório de Müller, demonstrando o quanto o chefe de polícia e seu “comunicado à imprensa” foi importante para a decretação da ilegalidade da ANL.

⁴¹ Ver sobre isto KONRAD, Diorge Alceno. Os 75 Anos da ANL e a Atualidade de seu Programa. Portal Vermelho, 24 de julho de 2010. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/os-75-anos-da-anl-e-a-atualidade-de-seu-programa/>. Acesso em: 7 abr. 2020.

⁴² Como demonstra Gláucia Fraccaro (2018, p. 83), a UFB, nesta conjuntura, encampou “a denúncia do caso de Genny Gleizer, uma jovem militante do PCB, que foi presa pela polícia num cárcere de péssimas condições e que acusava a corporação de ter sido nele violentada”. Na ocasião, Gleizer tinha 16 anos, tendo sido detida no Sindicato dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, onde participava de uma reunião da UJC.

A ANL tentou resistir ao seu fechamento, conclamando os trabalhadores a fazer greve contra o ato arbitrário de Vargas. Em todo o Brasil, os Aliancistas e comunistas passaram a incitar o operariado à greve geral, mas elas foram se escasseando. Em decorrência, ainda em julho, o governo Vargas mandou fechar a Central Sindical Unitária Brasileira (CSUB), criada em 1º de maio de 1935 pelos comunistas (GIANOTTI, 2007, p. 121).

Como último ato para tentar burlar a ilegalidade da ANL, os Aliancistas ainda fundaram outros movimentos como a União Libertadora Brasileira ou a Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade, mas elas terão pouca efetividade diante da repressão que se abateria cada vez mais, mesmo entre julho e novembro, antes da Insurreição Nacional Libertadora.

MANIFESTOS DA ANL NO RIO GRANDE DO SUL

Por ser uma organização criada para atuar em todo o Brasil, a ANL quebrou com o ciclo de atuação regional dos partidos políticos tradicionais, a exceção do PCB, organizado desde 1922.⁴³ Por isso, no caso do Rio Grande do Sul, o movimento aliancista tratava das questões nacionais e as relacionava à especificidade regional.

A primeira manifestação da ANL rio-grandense surgiu em 10 de junho, através de um ofício assinado por Apparício Córa de Almeida, em nome do DEP, procurando esclarecer sobre alguns pontos de orientação política e de organização. O documento afirmava, inicialmente, que a ANL não era um partido político, mas “uma frente de todos os brasileiros”, sendo uma resposta aos setores anticomunistas que diziam ser a ANL o próprio PCB. Para ser uma frente única dos brasileiros, a nota esclarecia que a ANL tinha como inimigos comuns o imperialismo, o latifúndio e os partidos antidemocráticos, tal como o Integralismo, que era “a forma brasileira do fascismo”⁴⁴.

⁴³ É digna de nota a criação da Frente Única Antifascista (FUA), em 25 de junho de 1933, formada em São Paulo por antifascistas italianos, integrantes do Partido Socialista e da Liga Comunista, além de vários outros grupos socialistas. A FUA, que teve atuação mais regional, tinha um “espectro político” que “ia da esquerda tennentista, passando pelos socialistas brasileiros e italianos, e chegando aos ‘trotskistas’”, com apoio político dos anarquistas, mas sem adesão, só não tinha a participação do PCB, que, naquele momento, devido a sua tática ainda de “classe contra classe”, “se recusava a participar de qualquer organização frentista”. Ver sobre isto em CASTRO (2007, p. 434-435).

⁴⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 11 de junho de 1935, p. 16. Acervo do MCSJHC/RS.

Em 16 de junho, como resultado de uma reunião do DEP de dois dias antes, surgiu um “A Pedidos”, publicado no *Diário de Notícias* e no *Correio do Povo*, no qual foram aprofundadas as intenções programáticas da ANL, ao mesmo tempo em que se procurava esclarecer sobre a fundação e as aspirações do movimento. Ali, ainda preponderavam as linhas gerais em nível nacional, visto que o documento era quase uma cópia do Manifesto-Programa lançado em todo o Brasil, no qual a ANL propunha “a suspensão do pagamento da dívida externa e dos juros e amortizações”. Quanto aos latifúndios, a ANL local repetia o controverso discurso nacional sobre o suposto predomínio do “regime feudal preponderante no território brasileiro”, porém, fazendo alusão à realidade rio-grandense, ao relacionar o latifúndio como o único responsável pelo caudilhismo político do “coronel”. Por outro lado, solicitava a melhoria de vida aos trabalhadores do campo, visto que para a ANL era imprescindível à necessidade e a urgência da educação, de melhores condições de vida e de trabalho a que as massas reclamavam. Outro ponto importante do Manifesto era o destaque dado aos prejuízos que o “latifúndio feudal” causava ao pequeno produtor rio-grandense, ao afirmar que “em zonas de pequena propriedade”, a exploração mudava de nome, mas conservava “a plenitude de suas características extensivas através dos grandes comerciantes atacadistas e os sindicatos monopolistas - como os da banha, arroz, erva, vinho, etc.”, para onde o pequeno produtor se via forçado “a levar os seus produtos, vendendo-os por preço vil”. O manifesto também se dirigia aos jovens operários, camponeses, estudantes pobres, aos pequenos e médios comerciantes, aos pequenos e médios proprietários, soldados e marinheiros (oficiais ou praças) e intelectuais progressistas, afirmando que não seguia nem obedecia a “nenhum partido político regional, nacional ou internacional”, invocando o nome do porto-alegrense Luiz Carlos Prestes “como penhor de garantia” ao movimento⁴⁵.

Em 22 de junho, a ANL voltou a apresentar seu “Programa de Realizações Concretas” onde reafirmava sua proposta de “cancelamento das dívidas imperialistas”, bem como a “nacionalização das empresas imperialistas”; a “liberdade em toda a sua plenitude”, a “entrega do latifúndio ao povo brasileiro”

⁴⁵ Cf. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, edição de 16 de junho de 1935, p 15; *Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 16 de junho de 1935, p. 15. Acervo do MCSJHC/RS.

que os cultivava, a “libertação dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra” e a “anulação total das dívidas agrícolas”. Além disso, o DEP propunha a diminuição de todos os impostos que pesavam sobre a população laboriosa, baixando o custo de vida e desafogando o comércio, aumentando os salários e ordenados de todos os operários, empregados e funcionários, efetivando e ampliando todas as medidas de amparo e assistência social aos trabalhadores, e desenvolvendo em enorme escala a instrução e protegendo realmente a saúde pública. Seu encerramento era enfático: “Queremos uma Pátria livre! Queremos o Brasil emancipado da escravidão imperialista! Queremos a libertação social e nacional do povo Brasileiro!”⁴⁶.

No dia seguinte, no *Correio do Povo*, na “Secção Livre”, surgiu outro Manifesto, agora do DNP, agora assinado por Roberto Sisson, com o chamado “A ANL expõe ao povo, mais uma vez, os pontos de seu programa”. O documento atacava os integralistas e apresentava os cinco itens básicos do programa da ANL: a suspensão do pagamento da dívida externa; a nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária e a proteção de pequenos e médios proprietários e lavradores; a liberdade democrática para o povo brasileiro e os trabalhadores e, por fim; a constituição de um governo popular. Asseverava que combater a ANL era “vender-se aos interesses do capitalismo internacional”, o qual explorava, vendia e oprimia o povo brasileiro, declarando que o movimento congregava pessoas independentemente de credos religiosos, políticos ou filosóficos, “para a mais rápida execução de seu programa básico”⁴⁷.

Uma das maiores acusações da oposição ao movimento aliancista é de que a ANL apresentava um programa comunista. No Rio Grande do Sul, os integralistas, e outros segmentos conservadores, reforçavam tal ideia. A atitude fazia com que os Aliancistas, cada vez mais ativos, procurassem negar que a organização fosse comunista. Em 27 de junho, na primeira página do *Diário de Notícias*, surgiu a nota da ANL respondendo que não era comunista.

⁴⁶ Ver: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, edição de 23 de junho de 1935, p. 6; *Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 22 de junho de 1935, p. 13. Acervo do MCSJHC/RS.

⁴⁷ Este documento foi colocado pela ANL do Rio Grande do Sul para responder aos ataques integralistas e de setores da imprensa que, naquele momento, investiam contra o rápido crescimento dos núcleos Aliancistas. Ver: *Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 23 de junho de 1935, p. 19.

A nota foi distribuída à imprensa de todo o País⁴⁸, expressando a dificuldade da Aliança para responder para a oposição ao movimento, sobretudo, quando os integralistas também lançavam contundentes manifestos, repetindo a ideia de que a ANL era um simples braço do PCB e um segmento do comunismo de Moscou. O programa reformista da ANL, nacional e libertador, mais ainda dentro dos moldes capitalistas, por este discurso, era transmutado em um programa para transformar o Brasil em um país comunista. Como demonstra R. S. Rose e Gordon D. Scott (2010, p. 266), em relação a isto, “o único verdadeiro problema que enfrentava” a ANL. “era o virulento antiesquerdismo da maioria das pessoas no poder, especialmente aqueles responsáveis pela imprensa, pelo legislativo nacional e pelo governo de Getúlio Vargas”.

Em 1935, o Rio Grande do Sul ainda era um estado essencialmente católico e cujos aspectos religiosos eram invocados em quase todas as manifestações públicas. Os integralistas invocavam a Deus na defesa de seu ideal programático, quando atacavam a ANL como organização antirreligiosa. Foi nesse sentido que a Aliança publicou outro “A Pedidos”, sob o título “A ANL e a religião”. Este manifesto denunciava a exploração dos “sentimentos religiosos populares”, ao se identificar a Aliança como um suposto movimento contrário à liberdade de religião, afirmando que tais atitudes eram “processos estranhos aos verdadeiros sentimentos da liberdade religiosa” a que a ANL se propunha. Ainda, na nota, chamava os católicos, os espíritas e os protestantes a serem nacionais-libertadores sem que isso interferisse em suas crenças religiosas. Por fim, conclamava ao “pequeno clero brasileiro” (em oposição ao alto clero rio-grandense, especialmente D. João Becker, bispo de Porto Alegre, anticomunista convicto e que via na ANL, uma extensão do comunismo internacional) que não se deixassem levar pela propaganda antipatriótica⁴⁹. O manifesto mostrava a nítida preocupação da ANL em não perder adeptos num momento em que o movimento crescia no Rio Grande do Sul.

No mesmo dia, a secretaria geral da ANL lançou outro “A Pedido”, agora no *Diário de Notícias*, chamando a participação dos camponeses, ao mesmo tempo em também que esclarecia sobre a questão religiosa, pois o DEP sabia do componente religioso na formação ideológica do trabalhador do campo

⁴⁸ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, edição de 27 de junho de 1935, p. 1. Acervo do MCSJHC/RS.

⁴⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 30 de junho de 1935, p. 20. Acervo do MCSJHC/RS.

rio-grandense. O manifesto resumia a proposta em relação aos trabalhadores do campo e às grandes propriedades, ao defender a conservação dos pequenos e médios proprietários, sitiantes ou lavradores, e protegendo-os contra a agiotagem e os impostos, a fim de torná-los proprietários de terras. Para que isto se efetivasse, era necessário, defendia a ANL, “a imediata entrega das grandes propriedades territoriais aos trabalhadores”, além de considerá-los proprietários definitivos dos lotes que cultivavam nas grandes propriedades; quer como meeiros, quer como colonos, camaradas, etc., sendo que o Estado deveria ser o garantidor, “de qualquer modo”, desta posse. Ou seja, para um estado predominantemente voltado às grandes propriedades, tal manifesto representava uma afronta ao poder do latifúndio⁵⁰. Esse manifesto, buscava, com clareza, conquistar a maior parcela dos trabalhadores gaúchos, no momento em que a maioria da população rio-grandense vivia no campo e nutria um sentimento religioso profundo, sobretudo nas zonas coloniais.

A ANL voltou a lançar nova declaração na iminência de ser fechada. Em 12 de julho, o DEP reproduziu o manifesto nacional, lançado pela imprensa do Rio de Janeiro no dia anterior. O documento iniciava abordando o sucesso da comemoração do 5 de julho, como “a mais viva expressão do despertar da consciência nacional”, quando a ANL dera uma “demonstração gigantesca de luta pela liberdade, contra o imperialismo e contra o fascismo”. Após, procurava esclarecer que a Aliança não era “uma associação para ‘pitches’ e quarteladas”, mas sim um movimento a fim de conduzir a luta “por uma Pátria liberta da exploração imperialista, contra as ditaduras fascistas” e em defesa da democracia⁵¹.

O último manifesto da ANL do Rio Grande do Sul, em forma de “A Pedido”, foi publicado em 14 de julho, um dia após o fechamento dos núcleos e da sede estadual. Intitulado “Aos Aliancistas do Rio Grande do Sul”, conclamando aos libertadores rio-grandenses “sob a bandeira da ANL e a chefia de Luiz Carlos Prestes para a luta em prol da libertação social e política do povo brasileiro”, chamando o povo, em face do fechamento da organização, “às mais amplas manifestações de protesto”, invocando um dos pontos básicos do

⁵⁰ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, edição de 30 de junho de 1935, p. 8. Acervo do MCSJHC/RS.

⁵¹ *Diário de Notícias*, Porto Alegre, edição de 12 de julho de 1935, p. 1 e 14; *Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 12 de julho de 1935, p. 14. Acervo do MCSJHC/RS.

programa, a defesa das mais amplas liberdades democráticas, denunciando a “morte do regime constitucional” e “a alienação de todas as garantias democráticas”. Solicitava, ainda, a reabertura de todas as sedes Aliancistas.

Como se viu, os manifestos da ANL chamavam a atenção daqueles segmentos descontentes com o rumo tomado pelo Movimento de 1930 também no Rio Grande do Sul, pois identificava parte das verdadeiras causas da situação de crise econômica e social que atravessa o Brasil e que se fazia sentir no estado. Por ser uma frente ampla⁵², questionava os partidos políticos das frações da classe dominante, através de um programa objetivo, mesmo que não tivesse sido possível aprofundá-lo, devido à ilegalidade, permanecendo assim, nos pontos genéricos, mas conquistando aqueles setores que mais sentiam os problemas estruturais brasileiros: o proletariado e os setores médios, do campo ou das cidades.

As limitações programáticas e ideológicas existentes não impediram que a ANL conquistasse um significativo número de adeptos e obtivesse um rápido crescimento antes de sua ilegalidade. Isso se dava, sem dúvidas, não frente aos pontos contraditórios apresentados em seus manifestos, mas às transformações que se propunha realizar, através da instalação de um governo nacional e popular, disposto a fazer mudanças esperadas pelos operários e setores médios do Rio Grande do Sul.

Contudo, após a declaração pública de 14 de junho, o DEP, não pode mais manifestar-se em defesa do conteúdo programático da ANL ou de sua linha ideológica, pois a ilegalidade forçou as lideranças a uma atuação completamente clandestina, cuja repressão era marcante, preponderando a máxima da Primeira República de que a “questão social era um caso de polícia”⁵³,

⁵² A defesa da ANL como frente ampla e popular também pode ser vista em: KONRAD, Diorge Alceno. Da Aliança Nacional Libertadora (1935) à Frente Ampla (2015). *Portal Vermelho*, 7 de julho de 2015. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/da-alianca-nacional-libertadora-1935-a-frente-ampla-2015/>. Acesso em 28 mar. 2020 e; KONRAD, Diorge Alceno. A insurreição da ANL em 1935 e a resistência da Frente Brasil Popular. *Portal Vermelho*, 16 de novembro de 2015. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/a-insurreicao-da-anl-em-1935-e-a-resistencia-da-frente-brasil-popular/>. Acesso em 28 mar. 2020.

⁵³ Desde a sua instalação, em nível nacional, a ANL foi alvo da vigilância cotidiana da polícia política varguista. Esta polícia acompanhou o lançamento da ANL no Teatro João Caetano, em 30 de março de 1935, relatando que aquela reunião, “cuja assistência encheu literalmente aquele próprio municipal (cerca de duas mil pessoas)”, com a presença de “grande massa proletária, considerável número de pessoas de representatividade social, inclusive oficiais do Exército e da Armada”, se caracterizou pelas críticas “mais acrimiosas” para os governantes de então e para a “Lei Monstro”, a LSN. Juntamente com o conteúdo das falas dos oradores, os investigadores enviaram para a DESPS um anexo de programa da ANL. Segundo esse relatório original, assinado

repetida no Rio Grande do Sul pelo Governo de Flores da Cunha e pela Chefia da Polícia Estadual, agora encabeçada por Poty Medeiros.



FIGURA 13.

Poty Medeiros, entre João Carlos Machado e Dario Crespo, quando assumiu a Chefia de Polícia.

FORTE

Correio do Povo.
Porto Alegre,
edição de 17 de
abril de 1935,
p. 6.

ACERVO

Acervo do
MCSHJC.

FECHAMENTO DO ARTIGO, FECHAMENTO DA ANL NO RIO GRANDE DO SUL

No estado, as ordens de fechamento da ANL foram recebidas por Flores da Cunha, que se encontrava em Livramento, sua terra natal, através de um telegrama circular do Ministro da Justiça, Vicente Ráo⁵⁴. O decreto nº 229, de 11 de julho de 1935, baseado no art. 29 da lei nº 38, a LSN, cancelando o registro civil da Aliança e acusando-a de desenvolver “atividade subversiva da Ordem Política e Social”, cuja prática supostamente estaria “suficientemente provada mediante documentação colhida” pelo chefe de polícia do

por Serafim Braga, e que nomeia todas as principais lideranças presentes no interior do João Caetano, em torno de setenta investigadores da sua seção de Segurança Social e da S-3 fizeram policiamento em torno do teatro. Cf. Fundo DOPS, Setor Comunismo, Pasta 18-A, Folhas 228 a 233. Acervo do APERJ. Nessa mesma pasta, encontra-se a ata de Fundação da ANL no Distrito Federal, entre as folhas 245 a 266.

⁵⁴ Cf. *A Federação*, 13 de julho de 1935: 02; *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, edição de 13 de julho de 1935, p. 1; *Diário de Notícias*, Porto Alegre, edição de 14 de julho de 1935, p. 1; *Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 14 de julho de 1935, p. 12. Acervo do MCSHJC/RS.

A policia fechou a séde da Aliança Nacional Libertadora

Tal determinação partiu de um decreto baixado pelo governo da Republica — Um officio nesse sentido dirigido ao general governador pelo ministro da Justiça

O noticiário telegraphico dos J. cases vilhos. F. varios dios, divulgando que o governo federal pretendia fechar as sédes da Aliança Nacional Libertadora, como injurias nos disposições da Lei de Segurancia Nacional.

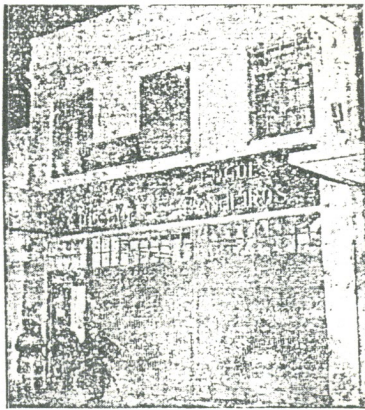
Tal noticia leve a sua confirmação, hontem, com um decreto baixado pelo governo da Republica, determinando o fechamento, em todo o Brasil, das sédes daquela agremiação partidaria.

Em tal sentido, o governador do Estado recebeu, hontem, do ministro Vicente Ráo, o seguinte despacho telegraphico, em caracter urgentissimo:

"Sr. governador do Rio Grande do Sul — Falegr — Rio 389.600 — 284 — 13 — 14 H. 35

— Texto: T Circular — Tenho honra transmitir vossoa Inteiro theor decreto n. 229, de 11 deste mes, sem tenha immediatamente execução nesse Estado, em vista respectivo artigo 3.º do decreto n. 229, de 11 de julho de 1935 ordena fechamento, em todo territorio nacional, dos núcleos da "Aliança Nacional Libertadora".

O presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que, na capital da Republica e nos Estados, constituida sob a forma de sociedade civil, a organização denominada "Aliança Nacional Libertadora", sem desenvolvendo actividade subversiva da ordem politica e social, considerando que semelhante actividade está sufficientemente provada me-



A séde da Aliança Libertadora em Porto Alegre

FIGURA 14.

Sede da ANL em Porto Alegre, fechada em 12 de julho de 1935.

FONTE

Correio do Povo, Porto Alegre, edição de 14 de julho de 1935, p. 12.

ACERVO

Acervo do MCSJHC.

em que Porto Alegre mantinha-se calma e sem agitação ou protesto violento, argumentando que antes de qualquer movimento maior, os dirigentes da ANL optariam pelo caminho legal, buscando no Poder Judiciário “apoio para suas pretensões de continuar livremente exercendo as atividade”, mesmo afirmando que o País vivia uma “pseudodemocracia”⁵⁶.

Distrito Federal, Filinto Müller, foi encaminhado, então, para o chefe de polícia do Rio Grande do Sul, Poty Medeiros, por meio de telegrama⁵⁵. Após, o Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, determinou o fechamento dos DMPs e dos núcleos existentes em Porto Alegre, além do DEP, pelo prazo de seis meses.

Com o decreto de fechamento, a Consti-

tução Federal foi rasgada no que se referia à garantia das liberdades de organização popular. A Constituição do Rio Grande do Sul, com menos de um mês de vigência, também foi ignorada pelo governo estadual. Fecharam-se as sedes e os núcleos com intensa participação policial, porém com pouca reação popular.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, realizaram-se protestos e greves contra o fechamento da ANL. No Rio Grande do Sul, antes de uma reação maior, a iniciativa demonstrou surpresa e indignação. Dyonélio Machado, em entrevista ao *Correio do Povo*, falou sobre o ato do Governo, no momento

⁵⁵ O telegrama foi publicado na íntegra em: *A Federação*, Porto Alegre, edição de 15 de julho de 1935, p. 2 e; *Diário de Notícias*, Porto Alegre, edição de 14 de julho de 1935, p. 1. Acervo do MCSJHC/RS. Também se encontra em KONRAD (1994, p. 216-217).

⁵⁶ *Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 16 de julho de 1935, p. 9. Acervo do MCSJHC/RS.

No Rio Grande do Sul, já na ilegalidade da ANL, houve mobilizações para greves de protestos, mas elas não aconteceram. Num primeiro momento, o PCB também procurou reagir⁵⁷, conclamando greves e convocando manifestações com o objetivo de reforçar a Aliança, chamando movimentos para 1º e 23 de agosto, em comemoração ao primeiro aniversário do Congresso Nacional contra a Guerra e o Fascismo⁵⁸ e preparando o Congresso da Juventude Operária, Estudantil e Popular, visando desencadear greves e luta nos campos. A tática seria colocar, “sem medo e sem sectarismo” a ANL como “dirigente geral e coordenadora de todas essas lutas” naquela etapa da revolução, pois ela seria “o organismo” que iria “ocupar o poder com Prestes à frente, no Governo Popular Nacional revolucionário”, com o intuito de “reforçar o próprio Partido”, o que fazia prever para breves tempos “o triunfo da revolução”. Nesse documento, a referência sobre o Rio Grande do Sul era de que estavam sendo realizados trabalhos de massa, apesar da reação, principalmente nas minas de carvão e outras⁵⁹.

Em Porto Alegre, a única reação mais concreta foi a tentativa de greve dos gráficos, comandada pelos Aliancistas, com a participação de Bernardino Garcia e Dyonélio Machado, em sinal de protesto pelo ocorrido. Em 17 de julho, a polícia surpreendeu Bernardino Garcia na Livraria do Globo, distribuindo panfletos e chamando os trabalhadores gráficos à greve. Preso em flagrante, Bernardino intitulou-se membro da ANL, justificando a ação sob ordem de Dyonélio Machado. Após a prisão, o Presidente da ANL do Rio Grande do Sul confirmou a declaração de Garcia. Assim, os dois Aliancistas foram presos na delegacia da Ordem Social e Política (DOPS) e encaminhados à Justiça Federal, com pedido de prisão preventiva, sendo enquadrados no artigo 19 da LSN⁶⁰.

⁵⁷ A relação entre o PCB e a classe operária e desta com a ANL foi aprofundada por Ricardo Antunes em *Classe operária, sindicato e partido no Brasil*. Da Revolução de 1930 até a Aliança Nacional Libertadora. 2 ed. São Paulo: Cortez/Ensaio, 1988.

⁵⁸ O Congresso Antifascista e Antiguerreiro, ocorrido no Teatro João Caetano, em agosto de 1934, lançou as bases para a futura ANL, hipótese defendida na tese de doutorado de KONRAD (2004).

⁵⁹ Cf. o Boletim de Agitação e Propaganda, da Comissão de Agitação e Propaganda Nacional, PCB (Seção da IC). Rio de Janeiro, julho de 1935, p. 3-5. Coleção Internacional Comunista. Acervo do AEL/UNICAMP.

⁶⁰ *A Federação*, Porto Alegre, edição de 18 de julho de 1935, p. 8. Acervo do MCSJHC/RS. Preso no quartel do 3º Batalhão de Infantaria da Brigada Militar, Dyonélio Machado foi condenado a 10 meses e 15 dias de detenção, sendo encaminhado para o Rio de Janeiro. Foi neste período de prisão que o autor de *Os ratos* (seu livro, publicado no início do ano, fora agraciado com o prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras,

Na ilegalidade, restaria ao PCB, levar a ANL para a insurreição⁶¹, como se verá, em novembro do mesmo ano⁶², mas sem ter quaisquer consequências armadas no território rio-grandense, afora articulações políticas para tal, mas que não se concretizaram⁶³. Isto se deu, em parte, como já indicou Rafael Lapuente (2016, p. 124), porque “o florismo conseguiu manter o controle, não tendo o domínio do estado ameaçado”.

Como desdobramento, a maior parte da pequena-burguesia aliancista se desligou da ANL após a decretação de sua ilegalidade, juntamente com os liberais radicais, os socialistas reformistas, a militância libertária, restando somente os militantes ou simpatizantes do PCB ou algum “tenente” mais radical.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Apontamentos sobre a trajetória política de Alberto Pasqualini, da Faculdade de Direito ao Partido Libertador (1928-1937). In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Orgs.). *Capítulos de história política*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

BAKOS, Margaret Marchiori; PAIVA, Marielza Saraiva de; MEIRELLES, Marion Nunes de. Getúlio Vargas e as primeiras vilas operárias em Porto Alegre (1930-1954). *Estudos Ibero-Americanos* - O processo revolucionário de

tornando-o um nome conhecido no Brasil) decidiu entrar para o PCB. Dyonélio foi o primeiro preso político do Rio Grande do Sul a ser enquadrado na LSN (MARÇAL; MARTINS, 2008, p. 72-73).

⁶¹ Os erros cometidos em novembro de 1935 já receberam as mais variadas críticas da historiografia, particularmente em torno da influência ainda tenentista em Prestes e no PCB, sobre uma revolução que passava pela tomadas dos quartéis e não pela tomada do poder pelo proletariado e pelo campesinato, o que facilita a síntese do historiador. Mas, é de se ressaltar que, naquela conjuntura, como identifica Edgard Carone (1991, p. 217), diante da crise econômica e social vigente, das críticas que Vargas vinha sofrendo da oposição na Câmara Federal e das greves que aparentavam uma determinação crítica do operariado, havia um reforço da ideia de possibilidade de tomada do poder, concretizada em novembro.

⁶² Uma visão resumida do processo que culminou na Insurreição Comunista de 1935, bem como a repressão posterior, pode ser vista em VIANNA (2003b). Já um aprofundamento em torno da Insurreição de 1935 está na seguinte obra da mesma historiadora (1992). Parte da documentação sobre a Insurreição está no livro organizado pela mesma autora (1995).

⁶³ Sobre isto ver KONRAD (2008b).

1930, v. 7, n. 1-2, Porto Alegre: PUC-RS, 1981.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista*. Brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Campinas: Autores Associados; São Paulo: EDUSP, 2004.

BUONICORE, Augusto César. A vida de João Amazonas. In: OLIVEIRA, Pedro de (Org.). *João Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2012.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o signo do sigma. Integralismo, Neointegralismo e o antissemitismo*. Maringá: EDUEM, 2014.

CARRION JR, Francisco M. A economia do RS. Evolução recente. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930- 1937)*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1976.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)*. 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1977.

CARONE, Edgard. *Brasil: anos de crise. 1930-1945*. São Paulo: Ática, 1991.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (1933-1934). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1.

DIETRICH, Ana Maria. Entre sigmas e suásticas: nazistas e integralistas no Sul do Brasil. In: SILVA, Giselda Brito (Org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

DUARTE, Ruy Alberto. *Considerações sobre a ANL no Rio Grande do Sul (1935). Uma contribuição à História do Brasil*. Monografia (Bacharelado em História). Porto Alegre: UFRGS, 1978.

FONSECA, Pedro Cezar D. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012.

FRACCARO, Gláucia. *Os direitos da mulher: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

FREITAS, Valter de Almeida. *ANL e PCB: mitos e realidades*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1998.

GIANOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007.

KOCH, Adolar. O processo gaúcho de industrialização na República Nova. *Estudos Ibero-Americanos* - O processo revolucionário de 1930, v. 7, n. 1-2, Porto Alegre: PUC-RS, 1981.

KONRAD, Diorge Alceno. *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Porto Alegre: PUC-RS, 1994.

KONRAD, Diorge Alceno. Operários no Rio Grande do Sul (1930-1937): conflitos entre identidade nacional e identidade de classe. In: CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS. *Os trabalhos e os dias. Ensaios de interpretação marxista*. Passo Fundo: CEM/UPF, 2000.

KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho). Campinas: UNICAMP, 2004.

KONRAD, Diorge Alceno. A cultura do medo no Brasil: questão social, repressão e exílio nas fronteiras (1930-1933). In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio B.; MOTA, Maurício; DANTAS, Alexis T. *I Congresso Internacional de Estudos das Américas: cultura, globalização, cidades, direitos sociais e saúde* (Versão em CD-ROM). Rio de Janeiro: NUCLEAS/UERJ, 2008a.

KONRAD, Diorge Alceno. A Insurreição Nacional-Libertadora no Rio Grande do Sul. 1935. A Guerra que não houve. In: AXT, Günther (Org.). *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008b, p. 392-407.

KONRAD, Diorge Alceno. A questão social continua um caso de polícia entre 1930 e 1937. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). *Recortes da História Brasileira*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2008c, p. 145-65.

KONRAD, Diorge Alceno. A FORGS, a LEP e o “inspetô” reacionário: a negação da política como espaço de luta social (1933-1935). *AEDOS*. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, v. 4, n. 4. Porto Alegre: UFRGS, 2009a.

KONRAD, Diorge Alceno. Contra o empoderamento da Aliança Nacional Libertadora: a Lei de Segurança Nacional. In: *Revista História & Luta de Classes*, Dossiê Estado e Poder, v. 7. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Líder, 2009b.

KONRAD, Diorge Alceno. Fragmentos de construções e lutas de classes na década de 1930: Santa Maria no contexto nacional. In: WEBER,

Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran (Orgs.). *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria - RS: Palotti, 2010a, p. 351-406.

KONRAD, Diorge Alceno. Trabalho, questão social e direitos na historiografia sobre o Brasil Pós-1930. In: SCHMIDT, Benito Bisso. (Org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação de fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010b, p. 37-56.

KONRAD, Diorge Alceno. 1930-1935: do isolamento inicial à grande ação de massas com a Aliança Nacional Libertadora. In: RUY, José Carlos; BUONICORE, Augusto (Orgs.). *Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010c, p. 51-62.

KONRAD, Diorge Alceno. A questão social no Brasil e no Rio Grande do Sul na década de 1930: mundos do trabalho e movimentos sociais. In: NOVALES, Ana Frega; PADOIN, Maria Medianeira; KÜHN, Fábio; BRAVO, Maria Celia; TEDESCHI, Sonia Rosa (Orgs.). *História, Regiões e Fronteiras*. Santa Maria: FACOS–UFSM, 2012a, p. 523-39.

KONRAD, Diorge Alceno. Greve geral, luta de classes e repressão no Rio Grande do Sul de 1935. *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, n. 1, 2012b.

KONRAD, Diorge Alceno. Política e Poder Legislativo no Rio Grande do Sul Republicano - Parte 2: 1930-1945. A Segunda República. In: SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana (Orgs.). *O Parlamento Gaúcho: da Província de São Pedro ao Século XXI*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2013.

KONRAD, Diorge Alceno. Lutas políticas e projetos sociais distintos dos trabalhadores brasileiros na década de 1930: os Casos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB). *AEDOS*. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, v. 7, n. 17. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro (1857 a 1967)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibero-Americanas). Porto Alegre: PUC-RS, 2016.

LIRA NETO. *Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MACIEL, Laury Gonzaga. *O universo degradado de Nazianeno Barbosa*. Dissertação (Mestrado em Letras). Porto Alegre: PUC-RS, 1975.

MARÇAL, João Batista. *Comunistas gaúchos. A vida de 31 militantes da classe operária*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1873-1974)*. Porto Alegre: Edição do Autor, 2004.

MARÇAL, João Batista; MARTINS, Marisângela. *Dicionário ilustrado da esquerda gaúcha: anarquistas, comunistas, socialistas e trabalhistas*. Porto Alegre, Libretos, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PESAVENTO, Sandra J. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980a.

PESAVENTO, Sandra J. *Rio Grande do Sul: a economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980b.

PESAVENTO, Sandra J. A burguesia industrial gaúcha na República Nova (1930-1937). *Estudos Ibero - Americanos - O processo revolucionário de 1930*, v. 7, n. 1-2, Porto Alegre: PUC-RS, 1981.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PESAVENTO, Sandra J. História regional e transformação social. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). *República em migalhas. História regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

PETERSEN, Áurea; PEDROSO, Elizabeth. Movimentos sociais urbanos (1930-85). In: GERTZ, René (Dir.). *República: da Revolução de 30 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Vol. 4. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “*Que a união operária seja a nossa pátria!*”: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: UFRGS; Santa Maria: UFSM, 2001.

PETERSEN, Silvia; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: UFRGS/Tchê, 1992.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São

Paulo: Boitempo, 2015.

REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas. Getúlio Vargas e o controle social no Brasil/1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROSE, R. S. *O homem mais perigoso do país. Biografia de Filinto Müller. O temido chefe de polícia da ditadura Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.

ROSE, R. S.; SCOTT, Gordon D. *Johnny: a vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerra*. Campinas: UNICAMP, 2003.

SILVA, Hélio. *A lei e a revolta. 1934-1936. História da República Brasileira*. Vol. 9. São Paulo: Três, 1975.

TAMBARA, Elomar. *RS: modernização a crise na agricultura*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TRINDADE, Héliogio. *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul - 1891-1937*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

VIANNA, Marly de Almeida G. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIANNA, Marly de Almeida G. *Pão, terra e liberdade. Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: UFSCar, 1995.

VIANNA, Marly de Almeida G. A ANL (Aliança Nacional Libertadora). In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003a, p. 31-60.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b, v. 2, p. 63-105.

VIII

PARA LER OS DOIS ESTUDOS “CLÁSSICOS” SOBRE O PTB:

a propósito de um exercício de reflexão

DIEGO ORGEL DAL BOSCO ALMEIDA

O TEXTO QUE SEGUE É MENOS UM GUIA DEFINITIVO E MAIS UM EXERCÍCIO de reflexão que sugere uma leitura crítica dos estudos “clássicos” do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) tendo como fio condutor o olhar dirigido à trajetória de Alberto Pasqualini, tematizada em alguns trabalhos mais recentes de pesquisa¹. Entende-se por “clássicos” os estudos de Lucília de Almeida Neves Delgado (1989) intitulado *PTB: do getulismo ao reformismo* e de Miguel Bodea (1992) *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*, ambos desenvolvidos ao longo dos anos 1980 como parte do vasto campo de estudos da ciência política e compreendidos como referências imprescindíveis ao pesquisador, iniciante ou mais experiente, que desejar estudar o PTB ou temáticas correlatas. Se por “clássico” compreende-se tudo o que for considerado como um modelo ou referência, pode-se dizer que esses estudos

¹ Trabalhos de pesquisa desenvolvidos mais recentemente sobre o percurso político de Alberto Pasqualini têm problematizado, principalmente, o conceito teórico de “intelectual” para identificar sua atuação no PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), questionando-o e descortinando seu percurso mais eminentemente político no partido. Rangel (2009), por exemplo, procurou demonstrar que a “doutrina do trabalhismo” não esteve tão a salvo das contendas do jogo político-partidário das eleições estaduais, quando Alberto Pasqualini foi candidato a governador no Rio Grande do Sul (duas ocasiões, 1947 e 1954); Silva (2012), ainda que se aproxime da visão de Alberto Pasqualini como “intelectual”, buscou contextualizá-la concomitante da sua trajetória política no PTB; Angeli (2020), ao analisar as duas vezes em que Alberto Pasqualini foi escolhido enquanto candidato do PTB ao governo do estado do Rio Grande do Sul, procurou descortinar sua atuação estratégica e pragmática em torno desses dois pleitos.

se tornaram “clássicos” porque aparecem muito frequentemente citados na grande maioria dos trabalhos acadêmicos que se dedicam, de alguma forma, a estudar a história política do período em que o PTB existiu entre 1945-1964.

O objetivo geral do texto que segue é o de realizar um exercício de reflexão desses dois estudos “clássicos” sobre o PTB por meio de um cruzamento das considerações presentes nas duas obras. Primeiro, busca-se contextualizar as teses defendidas por Miguel Bodea (1992) e Lucília de Almeida Neves Delgado (1989) a partir dos pressupostos vigentes da ciência política produzida ao longo dos anos 1980. Depois, procura-se problematizar a leitura de ambos os “clássicos” a partir do delineamento que esses dois autores fizeram, em suas respectivas pesquisas, das relações políticas entre Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas no PTB (1945-1954), partindo da inserção, neste aspecto específico, da compreensão de uma dimensão ainda pouco estudada da trajetória de Pasqualini, qual seja, a que se constituiu no período 1928-1937, momento inicial do estabelecimento das relações entre essas duas lideranças.

Tanto em *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul* (1992) quanto em *PTB: do getulismo ao reformismo* (1989), a atuação de Alberto Pasqualini marca uma espécie de divisão que, no primeiro, guarda relação com o espaço de influência e poder exercido pelas lideranças do partido nos níveis estadual e nacional e, no segundo, com a marcação de momentos ou fases que teriam sido característicos do período de existência do partido entre 1945 e 1964. Em ambos os trabalhos de pesquisa, o PTB aparece dividido por “alas” ou “correntes” identificadas pela relação que estas estabeleceram com suas respectivas lideranças. Para Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 59-61), por exemplo, seriam duas as “facções” mais significativas no PTB: a getulista pragmática-fisiológica e a doutrinária-ideológica². Já nas considerações de Miguel Bodea (1992, p. 20-29) seriam três as “correntes” formadoras da seção do PTB no Rio Grande do Sul: a pragmático-getulista; a sindicalista; e a doutrinária-pasqualinista. A atuação de Alberto Pasqualini aparece compreendida como uma baliza dessas divisões, sejam elas espaços de influência e poder, como é apresentado por Miguel Bodea (1992), ou fases e períodos de

² A pesquisadora publicou novamente no início dos anos 2000 reiterando as considerações realizadas em sua tese de doutorado. Sobre isso ver: DELGADO (2001, p. 167-204).

hegemonia de uma ou outra “facção” ou “ala” do partido e de suas lideranças, como defendeu Lucília de Almeida Neves Delgado (1989). As alusões presentes nas duas obras guardam relação com certas concepções teórico-metodológicas próprias da ciência política produzida ao longo dos anos 1980³.

Nas duas obras, que podem ser consideradas enquanto “clássicos”, Alberto Pasqualini possui um papel bastante claro e definido no partido: ele seria o intelectual, o ideólogo, o formulador da doutrina e da teoria do PTB. Na pesquisa de Miguel Bodea (1992, p. 22-30), sua atuação aparece para garantir aquilo que seria a especificidade da formação do partido no estado do Rio Grande do Sul, ou seja, a presença de uma “corrente doutrinária”. No que diz respeito às considerações da cientista política Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), o caso é análogo: Alberto Pasqualini representaria a “facção” doutrinária e ideológica do partido e que estaria efetivamente ligada à segunda fase de sua existência, momento no qual o PTB se dirigia mais pelas bandeiras reformistas do que pela ligação com o seu líder, Getúlio Vargas. Isto é, cada vez menos fisiológico e autoritário e cada vez mais reformista, aberto e democrático. Nos dois autores, portanto, a atuação de Alberto Pasqualini situa-se enquanto uma espécie de marcador de diferenças do partido, seja para dividir as fases ou períodos pelos quais teria, afinal, passado a agremiação, do getulismo ao reformismo (Lucília Delgado), ou para identificar aquelas que seriam consideradas as diferenças da formação do partido no Rio Grande do Sul em relação ao plano nacional (Miguel Bodea).

Para se compreender adequadamente como se constitui essa interpretação acerca do papel de Pasqualini no partido e porque ele é determinante da marcação de certas características específicas que identificam diferenças de região no caso de Bodea ou de períodos e fases no caso de Delgado, é importante considerar os usos que ambos os cientistas políticos fizeram dos

³ Pode-se dizer que o grande desafio enfrentado pelos cientistas políticos, ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 se deu tanto no plano teórico-metodológico quanto no aspecto institucional. No primeiro, teve a ver com a gradual desvinculação do entendimento do fenômeno político compreendido apenas a partir da sobredeterminação das estruturas sociais, consideradas simplesmente de um ponto de vista essencialmente marxista. No que diz respeito ao segundo aspecto, o institucional, deve-se lembrar da criação do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) no ano de 1969 e do DCP-UFMG (Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais) em 1967, ambos materializando, em grande medida, a desvinculação dos estudos dos fenômenos políticos da sociologia, que institucionalmente era representada pela escola sociológica paulista, vinculada à Universidade de São Paulo. Sobre esse assunto consultar especificamente: LAMOUNIER (1982); FORJAZ (1997); KEINERT & SILVA (2010).

conceitos teóricos e operacionais de “partido político” e de “intelectual”. A noção de “intelectual”, aplicada ao papel de Alberto Pasqualini no PTB, aparece de modo bastante semelhante nos dois “clássicos” justamente porque a referência escolhida por ambos os autores foi a mesma: Antônio Gramsci no texto “O moderno príncipe” que compõe a obra intitulada *Maquiavel, a política e o estado moderno*⁴ (1977).

O pesquisador, iniciante ou mais experiente, que desejar pesquisar sobre o PTB ou sobre suas principais lideranças, certamente vai se deparar com essas duas grandes obras “clássicas”. Oferecer um roteiro de leitura com o intuito de problematizar alguns aspectos significativos desses dois estudos é uma das justificativas do texto que segue nas próximas páginas. Em suma, aprofundar ainda mais o que já vem sendo apontando por trabalhos de pesquisa desenvolvidos recentemente: o questionamento dos “métodos de classificação”⁵ propostos por Lucília de Almeida Neves Delgado (1989) e Miguel Bodea (1992).

O LUGAR QUE FOI ATRIBUÍDO A ALBERTO PASQUALINI NAS INTERPRETAÇÕES “CLÁSSICAS” SOBRE O PTB

Para compreender qual foi o lugar atribuído a Alberto Pasqualini nas considerações das duas interpretações denominadas de estudos “clássicos”, torna-se necessário considerar o entendimento de ambos os pesquisadores em relação ao conceito teórico de “partido político”, retirado, especificamente, das considerações de “O moderno príncipe”, texto que integra a obra intitulada *Maquiavel, a política e o estado moderno*, de Antônio Gramsci (1977), referência tanto para Miguel Bodea (1992) quanto para Lucília de Almeida Neves Delgado (1989). É nesse texto de Gramsci que aparece a ideia de re-

⁴ No trabalho de Miguel Bodea aparece citado GRAMSCI (1975 e 1977). No trabalho de Lucília de Almeida Neves Delgado aparecem citados GRAMSCI (1977 e 1978).

⁵ Sobre esse “diagnóstico” consultar especificamente BOMBARDELLI (2016). A pesquisadora salientou que havia dificuldades em encaixar a trajetória de Fernando Ferrari, personagem principal de sua investigação, nas classificações que foram propostas por Lucília de Almeida Neves Delgado (1989) e Miguel Bodea (1992). Em suma, que a trajetória de Fernando Ferrari, em sua pesquisa, encaminhava-se a uma complexidade maior do que as proposições presentes nos estudos “clássicos” sobre o PTB.

lação dos planos estruturais: o “que se pode chamar de sociedade civil” como “conjunto de organismos vulgarmente ditos privados” e outra, “da sociedade política ou Estado e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade” (GRAMSCI, 1975. Apud. BODEA, 1992).

As pesquisas desenvolvidas por Miguel Bodea (1992) e Lucília de Almeida Neves Delgado (1989) não buscaram apenas escapar da sobredeterminação sociológica, como de resto acontecia com outros trabalhos de ciência política produzidos na mesma época, e em décadas anteriores, mas se caracterizaram pela utilização de um extenso conjunto de fontes documentais⁶. Isso também demonstrava a negatividade de ambos os autores de apenas se deterem a conceitos abstratos, oriundos, em grande parte, de certa sociologia vigente na época, incorporando, gradualmente, diversas críticas às perspectivas sociológicas que entendiam o político apenas como um epifenômeno do social⁷. O uso de Gramsci (1975; 1977) guarda relação justamente com essa tentativa de mediação entre o que seria tido como a sobredeterminação do social em relação ao fenômeno político. Essa característica, ligada ao binômio sociedade civil/sociedade política, aparece de modos diversos na argumentação desenvolvida pelos dois autores.

A dicotomia partido/sociedade aparece nos dois trabalhos, sobretudo em relação às origens e surgimento do PTB. Para Lucília de Almeida Neves Delgado (1989) guarda relação com o período imediatamente anterior, o Estado Novo (1937-1945). Já para Miguel Bodea (1992) as origens do trabalhismo e do PTB demarcariam uma construção que vinha sendo construída desde o período da Primeira República e o que denominou por “tradição po-

⁶ Já a partir dos anos 1960, quando do surgimento do campo disciplinar mais autônomo da ciência política, o trabalho empírico passou a ser gradualmente mais valorizado em detrimento da priorização dos conceitos teóricos. As críticas dirigiam-se, especialmente, às ciências sociais que, pelo padrão da época, acabavam, segundo alguns autores, se configurando tão somente enquanto “reiteração indefinida de princípios gerais”. Sobre isso ver KEINERT; SILVA (2010, p. 85).

⁷ Em ambos os trabalhos, de Bodea (1992) e Delgado (1989), isso vai se configurar na crítica ao conceito teórico de populismo que se disseminou, sobretudo, a partir das ciências sociais no Brasil ao longo dos anos 1950 e permaneceu praticamente dominante nas décadas subsequentes. Embora na reflexão aqui apresentada não se realize, efetivamente, uma discussão aprofundada sobre esse conceito, vale ressaltar que outros trabalhos vindos da ciência política nos anos 1980 também construíram, menos ou mais diretamente, críticas aos usos do conceito de populismo para identificar aspectos do contexto estudado. Pesquisa expoente, neste mesmo sentido é a de GOMES (2005). Sobre as concepções da pesquisadora e o olhar retrospectivo para sua tese de doutorado acerca da formação da cultura política do trabalhismo, consultar GOMES (2001).

sitivista”. Em ambos, as origens do partido transcendem a data de sua fundação oficial. As marcas fundantes do PTB são buscadas em períodos anteriores que já denotariam algumas ambiguidades ainda na formação do partido.

Para Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), o PTB teria surgido já a partir de uma ambivalência originária, que se constituiu sobretudo ao longo do regime do Estado Novo (1937-1945) e que marcaria praticamente toda a existência do partido, o getulismo e o trabalhismo:

A ambivalência inerente ao PTB, que por um lado precisava oferecer alternativas de maior autonomia aos trabalhadores para atraí-los na formação de seus quadros e que, por um outro, vinculava-se umbilicalmente a Vargas é facilmente explicável. Fundado em um contexto no qual a oposição fazia uma forte campanha anti-getulista e anti-Estado Novo, o PTB propunha a defender as leis trabalhistas herdadas do antigo regime. Todavia, para se tornar legítimo e popular, o partido acenava com propostas de maior liberdade para os sindicatos, maior participação dos trabalhadores na vida política nacional, além de oferecer alternativas possíveis de maiores ganhos salariais e benefícios trabalhistas. Esses pontos seriam incluídos no programa e nos estatutos do PTB e transformar-se-iam em bandeiras de luta da agremiação e em reais objetivos políticos e sociais de seus integrantes, que teriam se filiado ao partido, atraídos por esses pontos de seu programa (DELGADO, 1989, p. 35).

Em *PTB: do getulismo ao reformismo* (1989) a história do partido compete a uma divisão de fases ou períodos nos quais teria havido maior ou menor hegemonia de suas “facções” internas. O conceito teórico de “hegemonia” é novamente apropriado de Gramsci (1984). Se as origens do partido já estariam marcadas por certa ambivalência no que diz respeito especificamente ao projeto de poder de Getúlio Vargas, compreendido enquanto um dos aspectos de continuidade em relação ao regime do Estado Novo (1937-1945); também apareceu como uma plataforma futura em expansão que, pouco a pouco, teria promovido uma “maior liberdade para os sindicatos”, além da gradual inclusão dos “trabalhadores na vida política nacional”. Para a autora, a organização do PTB se deu por meio de um conjunto de estratégias, representando propostas e visões diferenciadas do que seriam, afinal, os objetivos do partido:

O PTB teve, portanto, desde os seus primórdios, duas características básicas, profundamente estimuladas por Getúlio: uma trabalhista e a outra nacionalista. O trabalhismo e o nacionalismo de Vargas interligar-se-iam a uma única proposta, defendida pelo Presidente, de coesão e de conciliação social personificada. Getúlio procuraria sempre arbitrar os conflitos e, se possível, impedi-los. Na execução dessa política, não pouparia esforços em conceder benefícios e vantagens aos adversários, muitas vezes em detrimento dos aliados, principalmente do PTB (DELGADO, 1989, p. 55).

As características apontadas por Lucília de Almeida Neves Delgado (1989) têm como base tanto a ideia do surgimento, ou seja, a ligação do partido com a figura política de Getúlio Vargas, gestada ainda no Estado Novo (1937-1945), quanto a possibilidade de uma plataforma política não necessariamente ligada à figura de Getúlio, mas expandida, em sua forma potencializada, aos projetos de interesse dos trabalhadores, levando o PTB a uma postura cada vez mais distanciada da figura de seu líder máximo:

[...] apesar de dependente da vinculação com Vargas, já revelava uma tendência do partido a projetos de interesse dos trabalhadores e de corte nacionalista. Uma linha programática que aos poucos levaria o partido a se aproximar de uma postura mais distanciada do getulismo (DELGADO, 1989, p. 57).

Seria, desse modo, segundo a autora, no próprio distanciamento gradual do “getulismo” que teria figurado o papel de Alberto Pasqualini. Para Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), pode-se dizer, o papel de “intelectual” e “teórico/doutrinador” por ele assumido no PTB apareceria como um momento de ligação entre a fase “getulista” e a “reformista”.

Para o autor de *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*, o “PTB gaúcho”, teria sua origem na história do trabalhismo no plano estadual, que transcenderia o próprio partido. Para Miguel Bodea, o PTB do estado do Rio Grande do Sul teria sofrido forte influência do positivismo já no período anterior aos anos 1930, portanto ainda durante a Primeira República. O autor busca contextualizar quais teriam sido os elementos formadores do

contorno ideológico do chamado “PTB gaúcho”. Destacam-se, em suas considerações, sobretudo, alguns termos-chave como “formação partidária” e “corrente doutrinária”:

Na minha opinião, é possível argumentar que a formação e evolução do “trabalhismo” no Rio Grande do Sul, a partir de uma elite dirigente oriunda do republicanismo positivista e que se projeta ao nível nacional, a partir da Revolução de 1930, tende a aproximá-lo daquilo que Gramsci conceitua como partido político, embora de forma peculiar, decorrente da ambiguidade da visão de mundo que o orientou, determinando os limites de sua capacidade de organização e de expressão de interesses das classes subalternas [...] (BODEA, 1992, p. 179).

Para Miguel Bodea (1992), o trabalhismo seria um elemento que transcenderia a própria formação partidária, compreendido tanto como uma “corrente doutrinária” quanto um “movimento social”⁸:

O “trabalhismo” em sentido amplo, isto é, como corrente doutrinária e movimento social, tanto no nível da visão dos seus dirigentes quanto na cristalização de um “senso comum” no âmbito das massas, pode ser considerado partido político justamente quando definido de forma abrangente, transcendendo o próprio PTB do Rio Grande do Sul como secção partidária e também o período específico analisado (1945-54), uma vez que deita raízes na fase anterior a 1945 e mesmo a 1930, projetando-se, como força política, pelo menos até 1964, em termos temporais, ao mesmo tempo em que busca abrir espaço político além das fronteiras do Rio Grande do Sul em termos estratégicos (BODEA, 1992, p. 179-180).

O “PTB gaúcho”, como denomina Miguel Bodea, teria sua história mar-

⁸ Ainda que Miguel Bodea (1992) não se utilize diretamente do conceito teórico de cultura política, pode-se inferir que sua busca “nas origens” do PTB e do trabalhismo no estado do Rio Grande do Sul assemelha-se, em boa medida, à pesquisa desenvolvida por Ângela de Castro Gomes em sua tese de doutorado e que resultou na obra *A invenção do trabalhismo* (primeira edição de 1988) onde a autora trata do trabalhismo a partir do conceito teórico de cultura política e o próprio trabalhismo enquanto uma cultura política. A comparação se dá em função de que os dois autores buscam as “origens” em um recorte espaço-temporal maior.

cada pelo período anterior ao seu surgimento, assim como nas proposições de Lucília de Almeida Neves Delgado, mas guardando algumas diferenças. Isto é, se para a autora de *PTB: do getulismo ao reformismo* as origens do partido estariam no regime do Estado Novo (1937-1945), o que faria como que o PTB guardasse elementos de continuidade em relação ao getulismo e ao trabalhismo, para o autor de *Trabalhismo e populismo do Rio Grande do Sul* a marcação dessa continuidade se concretizaria em um período ainda mais antigo e ligado ao espaço geográfico do estado do Rio Grande do Sul: a influência do PRR (Partido Republicano Rio-grandense) durante toda a primeira fase da república (1889-1930). Essa influência, denominada de “positivista”, teria passado para o período posterior, ou seja, os anos 1930-1940, por meio da própria trajetória de Getúlio Vargas, que iniciou sua carreira política no PRR:

A trajetória política de Vargas, principalmente na sua inserção no PRR castilhistas nos decisivos anos que precederam a Revolução de 1930, é profundamente marcada justamente por estes aspectos da influência positivista, que teriam impacto decisivo sobre a legislação trabalhista na década de trinta, cuja primeira elaboração deve-se justamente ao doutrinador positivista Lindolfo Collor, ministro do Trabalho logo após o movimento revolucionário (BODEA, 1992, p. 183).

Para Miguel Bodea (1992), a marca “doutrinária” do “PTB gaúcho” estaria ligada à “tradição positivista” e sua inclinação política para a questão social, o que distinguiria a formação do PTB no nível estadual e explicaria a absorção da corrente doutrinária no partido em sua seção do estado do Rio Grande do Sul⁹. Se nas considerações de Lucília de Almeida Neves Delgado

⁹ Essa argumentação não deixaria de ser criticada quase uma década depois. Igor Gastal Grill (2005) viu nessa elaboração temática/teórico-conceitual uma tentativa de Miguel Bodea de se colocar tanto como um “intérprete da tradição trabalhista” no estado do Rio Grande do Sul quanto um indivíduo autorizado ao manuseio do espólio político da “herança trabalhista”, sobretudo no que se refere a Alberto Pasqualini, justamente pelo lugar positivo ocupado pelo personagem ocasionando a disputa pela sua “herança” entre Pedro Simon, Tarso Genro e o próprio Miguel Bodea, na ocasião assessor do então governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, também parte da linha “histórica” do trabalhismo. O pesquisador chama atenção para o fato de que *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul* (1992) tratou-se da sequência de uma produção acadêmica anterior de Miguel Bodea, intitulada *A Greve Geral de 1917 e as Origens do Trabalhismo Gaúcho* (1979). Nela, Bodea parte de uma análise acerca da greve geral de 1917, ocorrida em uma das gestões de Borges de Medeiros na chefia do poder executivo estadual, com a qual estabelece “[...] notório parentesco entre a linguagem dos boletins

(1989) sobre as origens do PTB, as ambivalências já estavam colocadas a partir da herança no Estado Novo (1937-1945), ou seja, o getulismo e o trabalhismo; para Miguel Bodea essas ambivalências aparecem transferidas para uma relação de poder que se inscreve em áreas de influência dos líderes do partido, isto é, a seção estadual e sua relação com a seção nacional. O trabalhismo, por influência do positivismo, seria uma característica intrínseca das origens e da formação do partido no estado do Rio Grande do Sul.

Em síntese, o que para Lucília de Almeida Neves Delgado (1989) guarda relação com a segunda fase da história do partido, isto é, o reformismo que já seria “visível” nas proposições “doutrinárias” de Pasqualini; para Miguel Bodea (1992), trata-se da relação entre dois níveis diferenciados de distribuição de poder. A “tradição positivista” também teria influência sobre o percurso político de Getúlio Vargas, mas, ao ser transferida para o âmbito nacional se colocava, via de regra, impossibilitada de exercer uma posição “doutrinária” mais efetiva, tendo em vista que necessitou fazer alianças e, enfim, jogar o jogo político nacional:

A força relativa, o grau de organicidade e a “pureza doutrinária” do partido no nível regional é significativamente superior ao do partido (ou seus congêneres, no caso do PRR pré-1930), no nível nacional. No Rio Grande do Sul, o partido é capaz de conquistar a hegemonia político-eleitoral e governar sozinho ou com mais aliados relativamente fracos ou subordinados. No âmbito nacional, impõe-se uma política de alianças e composições bem mais amplas e flexíveis (BODEA, 1992, p. 171).

Tanto a marca das diferenças do ponto de vista geográfico e de influência de poder das lideranças do PTB, estadual e nacional, (Miguel Bodea) quanto a marca de diferenças das duas fases pelas quais teria passado o partido ao longo de sua existência, getulismo e reformismo (Lucília de Almeida Neves Delgado), tratam-se de elementos significativos para compreender como ambos os pesquisadores procuraram situar as diferentes “alas”, “facções” ou “correntes” formadoras do partido. Essa marcação ou identificação das ori-

grevistas de outubro de 1917 e a linguagem que caracterizava o trabalhismo getulista várias décadas mais tarde, sintetizada [...] na carta-testamento de Vargas” (BODEA, 1979, p. 60).

gens do partido tratou de sinalizar, em grande medida, os modos pelos quais ambas as obras estabeleceram as divisões e a própria identificação das “correntes” ou “alas” que formaram o PTB, além do papel atribuído às lideranças, em especial a Alberto Pasqualini, nessa distribuição.

Em *PTB: do getulismo ao reformismo* (1989), o partido aparece constituído por duas “facções”: a getulista pragmática fisiológica e a doutrinária ideológica. São distintas porque suas propostas não seriam as mesmas. A proposta da “facção getulista pragmática fisiológica” seria:

[...] sintetizada por um único lema: cultivar o carisma de Getúlio Vargas como instrumento de mobilização política e social que, através de uma ação pragmática, poderia em muito contribuir para a consolidação do PTB. Para atuar com eficácia em torno dessa proposta, buscaram dois suportes: a estrutura do Ministério do Trabalho com seus tentáculos sindicais e previdenciários, o que lhes garantiu uma eficaz infra-estrutura para penetração junto aos diversos segmentos de trabalhadores assalariados urbanos; a doutrina do Partido Trabalhista Inglês, que coloriu com tons de eficácia e “neutralidade” o pragmatismo e o fisiologismo do PTB (DELGADO, 1989, p. 60-61).

Embora outros autores como Fernando Henrique Cardoso (1981) ou Glaucio Dillon Ary Soares (1973) tenham identificado pelo menos três facções distintas na formação do partido, como por exemplo, os sindicalistas pelegos, os doutrinários e os pragmáticos-getulistas, de acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado, os grupos que formavam o PTB eram apenas dois, porque os sindicalistas pelegos também seriam vistos como ligados ao grupo pragmático-getulista. Assim, inseridos na “facção” pragmática-getulista estariam os getulistas, ligados ao Ministério do Trabalho, os trabalhistas, além dos representantes do sindicalismo oficial. Ainda em *PTB: do getulismo ao reformismo* aparece uma outra “facção”, a dos “doutrinários ideológicos”. Esse grupo se orientaria, segundo a autora, por uma perspectiva mais “socializante” e que buscava não se restringir às ações do aparelho de Estado:

A proposta dos petebistas doutrinários centrava-se na ideia de que o PTB deveria se organizar sobre uma doutrina trabalhista

socializante, independente de carismas pessoais e de estruturas oficiais. Reconheciam, no entanto, que para se consolidar o partido tornava-se difícil prescindir da figura de Vargas, à qual o trabalhismo brasileiro estava indiscutivelmente ligado (DELGADO, 1989, p. 62).

Diferentemente da interpretação de Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), ainda que guardando algumas semelhanças, Miguel Bodea (1992) situou a formação do PTB do estado do Rio Grande do Sul, o “PTB gaúcho”, a partir da confluência de três “vertentes distintas”: a sindicalista, a doutrinário-pasqualinista e a pragmático-getulista¹⁰. Para o autor, as duas correntes diferenciais da formação do “PTB gaúcho”, isto é, no nível estadual/regional, seriam a sindicalista e a doutrinário-pasqualinista. A corrente sindicalista, conforme Bodea (1992), se configuraria como o núcleo inicial do PTB, seus líderes poderiam ser considerados como os “verdadeiros fundadores do partido no Rio Grande do Sul”. Além dela, a corrente pragmático-getulista, como a “terceira vertente formadora do PTB gaúcho”, se caracterizaria como um grupo composto por “políticos profissionais” vindos do PSD (Partido Social Democrático) e que se transferiu para o PTB, gradualmente, sob a inspiração direta da figura de Getúlio Vargas. Ainda que para Miguel Bodea (1992) as correntes sindicalista e doutrinário-pasqualinista tenham se configurado como o diferencial em relação à formação nacional do PTB, a própria corrente dita pragmático-getulista também demonstraria a “desgetulização” do PTB do Rio Grande do Sul, que o tornaria o maior partido regional.

A corrente chamada de “doutrinário-pasqualinista” em *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul* (1992) teria “origens totalmente distintas” da corrente sindicalista e da pragmático-getulista, tratando-se de um “círculo de intelectuais progressistas” que se encontrariam “agrupados em torno de um pensador teórico, o advogado Alberto Pasqualini”:

¹⁰ A denominada “corrente sindicalista” teria dado uma contribuição importante à formação estadual do PTB: “seus líderes e militantes tomaram a iniciativa de criar as chamadas ‘alas profissionais’ dentro do partido: entre 1945 e 1947, organizaram-se inúmeras alas no PTB [...] dos bancários, a ala dos metalúrgicos, ala dos gráficos, para citar as mais significativas, desempenharam importante papel na fase formativa do partido. Mais tarde, já durante o ano de 1946, surgiram também alas em áreas não sindicalizadas, como a ala acadêmica ou estudantil e a ala feminina, que basearam sua estrutura, inicialmente, no modelo das alas operárias”. Cf. BODEA (1992, p. 20).

Em junho de 1945, formou-se sob a presidência de um padre progressista, João Monteiro dos Santos, o Movimento Popular em Favor das Ideias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini. Este movimento seria precursor da União Social Brasileira (USB), agrupamento político dirigido por Pasqualini e lançado, em sessão pública, no Teatro São Pedro, de Porto Alegre, no dia 21 de setembro de 1945. Além de Pasqualini, eleito presidente do movimento, fizeram parte da USB algumas futuras lideranças importantes do trabalhismo gaúcho como o engenheiro Egydio Michaelsen, os advogados João Caruso Scuderi, Ajadil de Lemos e Leocádio Antunes, o professor Bruza Netto e até um empresário, Aníbal di Primo Beck [...] A plataforma da USB pronuncia-se também a favor de um regime democrático integral baseado nos direitos fundamentais do homem, no voto secreto com representação proporcional e na autonomia municipal (BODEA, 1992, p. 23).

Para Miguel Bodea (1992), a presença da corrente doutrinário-pasqualinista na formação do PTB estadual seria um diferencial em relação à organização partidária ao nível nacional, tornando-o um partido de esquerda desde a sua origem. O compromisso entre o PTB e a USB foi tornado público na edição do dia 4 de novembro de 1945 do jornal *Correio do Povo*. O PTB absorvia a USB (União Social Brasileira), o “movimento de ideias” segundo Bodea (1992), no mesmo ano de sua criação:

Na verdade, o PTB absorveria em seus quadros os intelectuais da USB, muitos dos quais seguiriam, dali para frente, carreiras políticas convencionais, enquanto o núcleo da USB impunha uma certa hegemonia ideológica e doutrinária – não isenta de conflitos e disputas [...] a integração da USB no PTB gaúcho daria a ele um caráter bastante distintivo no seio do PTB nacional: era a única secção que absorveria um movimento de esquerda – claro que reformista, mas portador de um certo grau de elaboração doutrinária [...] Ao nível regional, a consequência disto seria dupla: por um lado, o PTB adquire, desde o início, uma conotação de “partido de esquerda” e não apenas de “partido popular” ou simplesmente “legenda popular” como tendia a ser nos estados do centro do país (BODEA, 1992, p. 28).

Em *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul* (1992), o surgimento do PTB aparece de modo diferenciado das demais seções do partido e do nível de formação nacional. Um dos elementos centrais, presentes na argumentação de Miguel Bodea, é o fato do partido ter absorvido uma corrente de “caráter doutrinário” que se caracterizaria pelo viés “reformista” e que se colocaria mais à “esquerda” que as demais correntes tanto no nível estadual quanto nacional.

Tanto em *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul* (1992) quanto em *PTB: do getulismo ao reformismo* (1989), a figura e a atuação de Alberto Pasqualini na “facção ideológica doutrinária” ou mesmo na denominada “corrente doutrinário-pasqualinista” aparece como marcador daquelas que seriam as diferenças do partido. No caso da facção ideológica doutrinária, Lucília de Almeida Neves Delgado apontou para a segunda fase da história do partido, na qual a facção constituída em torno de Alberto Pasqualini ganhava cada vez mais projeção e, depois de 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas, dirigir-se-ia, pouco a pouco, para uma bandeira reformista. Já para o caso da “corrente doutrinário-pasqualinista”, Miguel Bodea apontou-a como o principal elemento de identificação dos contornos da seção estadual do PTB no Rio Grande do Sul, formação essa que, circunscrita no elemento “doutrinário” característico de uma influência pregressa do positivismo – anterior, portanto, ao Estado Novo (1937-1945) e mesmo antes de 1930 – estabeleceu as diferenças principais da seção estadual em relação âmbito nacional.

Para Miguel Bodea (1992), o “partido político” situa-se justamente entre esses dois planos estruturais. Aplicando, deste modo, as proposições de Gramsci (1975), a partir do par conceitual “sociedade civil/sociedade política”, Alberto Pasqualini deteria o papel de “busca da construção do consenso no patamar da sociedade civil, enquanto a trajetória de Vargas” estaria mais ligada “à articulação do poder no nível da sociedade política, isto é, quando a hegemonia no nível da sociedade civil alia-se à força de coerção” (BODEA, 1992, p. 180). Para Bodea, então, o papel de Pasqualini deu-se a partir da própria noção de partido político aplicada a esses dois planos que aparecem como estruturais.

A PROPÓSITO DE UM EXERCÍCIO DE REFLEXÃO:

A RELAÇÃO ENTRE VARGAS E PASQUALINIÃO SE RESUME AO PTB

Uma das considerações, possivelmente a principal, que aproxima a argumentação de Miguel Bodea (1992) e Lucília de Almeida Neves Delgado (1989) tem a ver com o modo pelo qual os dois cientistas políticos, em suas respectivas pesquisas, enxergaram as relações entre Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas ao longo de boa parte do período de existência do PTB. Presente em ambos os “clássicos”, toda a argumentação desenvolvida aparece marcada pela atuação de Alberto Pasqualini compreendida como de “intelectual”, o que, em grande parte, acaba por explicar o motivo de seus conflitos com Getúlio Vargas, visto enquanto estrategista e pragmático. Nas considerações dos dois autores, a própria história da formação do PTB enquanto partido político, inserido na concepção teórica *gramsciana*, aparece balizada pela atuação de Pasqualini e pelo papel que teria sido por ele desempenhado. Porém, quando se considera que a relação entre ambas as lideranças já existia antes do PTB, o que emerge não é, no caso de Pasqualini, a figura do intelectual ou ideólogo, mas sim, a de um estrategista atuante, que auxiliou o então presidente da República no sentido da conformação do quadro político estadual no Rio Grande do Sul às vésperas do golpe de 1937¹¹.

Em *PTB: do getulismo ao reformismo* (1989), a atuação de Alberto Pasqualini foi marcada pela “ala” ou “facção doutrinária-ideológica” enquanto grupo oposto a “facção getulista-pragmática fisiológica”. Para a autora, o grupo representado por Pasqualini seria uma espécie de ligação entre a fase “getulista” que teria existido pelo menos até 1954 e a fase “reformista”, característica central do partido até 1964. A partir dessa visão, Lucília de Almeida Neves Delgado (1989) atribui um papel para Alberto Pasqualini e sua atuação no PTB:

A linha doutrinária reformista teve como seu primeiro e grande expoente Alberto Pasqualini. Este político gaúcho foi, sem dúvida, um relevante doutrinador do trabalhismo reformista. Pasqualini entendia que o PTB, inspirado pelo modelo do trabalhismo inglês, poderia percorrer os caminhos da mobilização independente em torno de propostas de modificações econômicas e sociais. Essas modificações seriam, em uma primeira etapa, de

caráter trabalhista, para se chegar, no futuro, às transformações reformistas, com a manutenção do regime da propriedade privada. Para Pasqualini, a reforma deveria se dar no interior do próprio capitalismo, uma vez que, segundo seu entendimento, o Brasil não apresentava condições estruturais propícias para implantação do socialismo (DELGADO, 1989, p. 69).

Para Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), a relação entre as duas “facções”, ideológica e pragmática, foram marcadas por conflitos entre seus representantes. Esses conflitos teriam ocorrido, até mesmo de forma aberta, entre Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas em diversas ocasiões. A autora salienta, então, o caráter conflitivo entre ambas as lideranças contextualizado a partir da história do PTB, entre o que ela mesma denominou de “getulismo” e “reformismo” que expressaria “um conflito de opiniões e posições que estimulou a dinâmica interna do PTB nos seus primeiros cinco anos de vida, e que se definiria posteriormente, com a predominância do reformismo [...]” (DELGADO, 1989, p. 73). Nas considerações da pesquisadora:

Os conflitos entre as duas linhas perduraram, até que, com os acontecimentos que modificariam a vida nacional, a partir do final dos anos 50, o PTB viria a adotar uma posição mais próxima das propostas reformistas inicialmente defendidas quase que isoladamente por Pasqualini (DELGADO, 1989, p. 73).

Para Miguel Bodea (1992), diferentemente, a relação política entre Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini não expressaria apenas aspectos conflitivos. O autor de *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul* (1992) afirma que, no lugar do conflito, haveria uma “divisão de tarefas”. Na sua interpretação:

[...] a dimensão essencial do relacionamento Vargas-Pasqualini não se situa no confronto entre duas tendências políticas distintas [...] entre duas lideranças partidárias rivais, mas na dinâmica de uma divisão de tarefas [...] que gera, entre ambos, uma relação de complementaridade com aspectos conflitivos [...] dá-se em três diferentes níveis, engendrando, em cada um deles, relações de complementaridade conflitiva, no âmbito da: estratégia política global [...] entre o projeto político nacional (Vargas) e o projeto

de construção do partido (Pasqualini), divisão geográfica [...] entre a liderança política nacional (Vargas) e liderança política regional (Pasqualini), divisão de funções político-partidárias [...] entre o estrategista político (Vargas) e o doutrinador e teórico (Pasqualini) (BODEA, 1992, p. 140).

No que diz respeito, especificamente, ao critério denominado como “geográfico”, Miguel Bodea (1992) situa tanto Getúlio Vargas quanto Alberto Pasqualini inseridos na mesma “tradição positivista” ligada a ambas as formações políticas que se configuraram inicialmente no estado do Rio Grande do Sul. Ainda que não discuta, mais detidamente, a atuação de Alberto Pasqualini anterior ao seu ingresso no PTB, o autor de *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul* (1992) chama a atenção para o sentido do seu percurso político inicial em âmbito estadual:

A própria figura de Pasqualini é impensável fora do quadro partidário: inicia sua carreira como dissidente liberal no Partido Republicano Liberal da década de trinta. Sua trajetória dentro do trabalhismo é essencialmente partidária – seu prestígio advém de seu renome com teórico e doutrinador junto aos quadros partidários (BODEA, 1992, p. 195).

A alusão à trajetória política inicial de Alberto Pasqualini ocupou apenas um dos parágrafos das considerações de Miguel Bodea (1992) não sendo em nada problematizada por Lucília de Almeida Neves Delgado (1989). A exemplo do que aconteceu com as obras de cunho memorialístico sobre Pasqualini¹², o percurso político anterior ao seu ingresso no PTB ganhou pouca ou nenhuma atenção. A coletânea de discursos, artigos, textos e pronunciamentos de Pasqualini organizada pelo senador Pedro Simon (1994) reservou apenas algumas páginas para sua trajetória política inicial no final da década de 1920 e ao longo dos anos 1930. O capítulo intitulado “Bases do Trabalhismo” parece apontar que aquilo que veio posteriormente já estaria contido antes e que seu percurso político inicial, portanto, se resumiria enquanto “base” da sua atuação política no trabalhismo e no PTB. Para o caso da pequena

¹² Cf. DUTRA (1986).

alusão de Miguel Bodea (1992) sobre o percurso político inicial de Alberto Pasqualini cabe uma ressalva: sua atuação não se deu no PRL (Partido Republicano Liberal), criado para servir de sustentáculo do poder varguista no estado do Rio Grande do Sul em 1932. Seu percurso político inicial foi no PL (Partido Libertador), cujo ingresso se deu em 1928, no mesmo ano em que concluiu o seu curso de bacharel em direito na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. O período marca a ascensão de Getúlio Vargas, primeiro no plano estadual e depois no plano federativo, momento no qual, já no cargo de presidente da República, necessitou reorganizar as forças políticas que o apoiavam no plano estadual.

As aproximações mais efetivas entre Vargas e Pasqualini se deram às vésperas da decretação do Estado Novo, entre os anos de 1936-1937, quando a situação política já havia passado por algumas transformações. Getúlio Vargas já era presidente da República há alguns anos, tendo sido apoiado, inicialmente, pela união das principais forças políticas do Rio Grande do Sul. Essa união de forças concretizou-se na formação da FUG (Frente Única Gaúcha). União entre as oposições políticas históricas do estado, representadas, naquela altura, pelo PRR (Partido Republicano Rio-grandense) e PL (Partido Libertador). Pode-se dizer que as mudanças mais significativas do período giraram em torno do nome de Flores da Cunha. Inicialmente ele havia sido nomeado interventor por Vargas e nunca foi um nome consensual entre as principais lideranças da FUG. O PL, especialmente, fez forte oposição nas eleições de 1934, nas quais Pasqualini lançou-se como candidato a deputado federal como representante dos libertadores¹³. A partir dos pleitos de 1933 e 1934 quando o PRL de Flores da Cunha se fez majoritário nos municípios do Rio Grande do Sul, a aliança entre os governos estadual e federal começou a ser abalada. Flores da Cunha passou a tentar se projetar na política nacional, buscando aumentar seu raio de influência no âmbito federal¹⁴.

¹³ A candidatura de Pasqualini no pleito de 1934 se deu em um contexto no qual o seu partido, o PL, se via, cada vez mais, alijado do poder e da influência sobre o governo federal, ao mesmo tempo em que estava isolado no plano estadual, depois de 1932, com a criação do PRL. Em 1934, a candidatura de Pasqualini, a exemplo de seus discursos mais emblemáticos, se configurou como oposição tanto a Flores da Cunha como a Getúlio Vargas. Acerca disso ver ALMEIDA (2019).

¹⁴ O período que se estende de 1930 a 1937 trata-se de um contexto marcado por vários realinhamentos das forças políticas no estado do Rio Grande do Sul e em relação ao jogo político federativo. A nomeação, por Vargas, do interventor Flores da Cunha para a chefia do poder executivo estadual em 1930 já não tinha sido consensual entre os membros da FUG. A frente política havia apoiado a ascensão de Vargas à presidência da República e esperava ter atendidas suas intenções de aumento de poder e influência no plano estadual e federal.

Do ponto de vista institucional, por outro lado, a constitucionalização do país em 1934 e do Rio Grande do Sul em 1935 fez com que o cenário se mostrasse propício para novas possibilidades de atuação política. A AIB (Aliança Integralista Brasileira) e a ANL (Aliança Nacional Libertadora) delineavam-se como os dois polos radicalizados daquele contexto que se abria devido à constitucionalização de 1934¹⁵. No Rio Grande do Sul, uma das consequências do cenário de radicalização política foi a tentativa de aproximação entre governo e bloco oposicionista. A FUG, naquele contexto, buscou “estabelecer um diálogo” com o governador Flores da Cunha. A “pacificação do Rio Grande”¹⁶, na visão da FUG, buscava se aproximar do governo no sentido de evitar as ameaças de fórmulas mais radicais de participação política, mas também objetivava uma atuação da oposição no governo. O acordo entre as forças políticas estaduais ficou conhecido como “modus vivendi”. De duração efêmera, considerando as dificuldades de acordos e entendimentos entre governo e oposição, os “modus vivendi” foi assinado em 17 de janeiro de 1936, depois de muitas idas e vindas e de várias divergências. Embora não tenha sido um acordo político, mas um documento de ordem administrativa, o “modus vivendi” teve, ao menos, o papel de criar um relativo ambiente de apaziguamento entre as correntes partidárias, pelo menos do ponto de vista formal.

Entre 1936-1937 Alberto Pasqualini exerceu funções de vereador no legislativo municipal em Porto Alegre. Eleito pelo PL em 1935, assumia uma cadeira na Câmara Municipal ao mesmo tempo em que se projetava como uma liderança importante de seu partido. Já no início de 1936, Pasqualini passou a ocupar um cargo de prestígio no PL, o de secretário-geral, tornando-o próximo de figuras mais expressivas do partido, como Raul Pilla e

Em 1932, com a revolta paulista em torno do debate pela constitucionalização do país, a FUG rompeu definitivamente com o presidente. Flores da Cunha permaneceu como aliado de Vargas, criando uma dissidência no PRR. Surgia o PRL, um partido que passou a servir como sustentáculo para a manutenção do poder de Vargas em seu estado natal. Essa situação mudaria novamente com as eleições de 1933 e 1934, nas quais o PRL se fez majoritário e Flores da Cunha foi eleito governador do Rio Grande do Sul e passou a tentar projeção na política nacional, ameaçando o poder varguista. Os membros da FUG voltariam a se unir com Vargas para derrotar Flores entre 1936-1937. Sobre o contexto, ver LAPUENTE (2018).

¹⁵ Sobre o cenário da radicalização a partir de 1935 e suas consequências imediatas consultar especialmente VIANA, (2003).

¹⁶ Sobre isso ver TRINDADE (1980, p. 53).

Batista Luzardo¹⁷. O “modus vivendi”, de certa forma, balizou a atuação de Alberto Pasqualini nesse período. Primeiro, porque os termos do acordo de pacificação, em vários pontos, excluía o critério político-partidário e a ingerência dos partidos nas instituições. Segundo, porque, em função da fragilidade do acordo, o presidente Getúlio Vargas precisou recompor suas bases de apoio político para enfrentar as investidas do governador Flores da Cunha. Ou seja, os termos do acordo serviram para que Pasqualini pudesse converter o capital de bacharel em direito, utilizando-se de expedientes técnicos e das leis para evitar as manifestações de ordem político-partidária de representantes do PRL na Câmara Municipal de Porto Alegre. Por outro lado, a fragilidade do acordo, em um momento em que vinha tendo uma projeção interna em seu partido, permitiu que Alberto Pasqualini se tornasse um interlocutor importante do presidente Getúlio Vargas para vencer as investidas de Flores no plano político federativo.

As manifestações de Pasqualini no plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre detinham uma característica bastante significativa e que acompanha a totalidade de seus pronunciamentos. Via de regra, procurava chamar atenção para as “leis”, os “regimentos” e os “estatutos” quando se inseria nos debates travados entre os vereadores durante as sessões plenárias. Essa linha de ação, por assim dizer, se caracterizava por um modo de inserção nos debates que levava em conta os termos do acordo de pacificação, o “modus vivendi”, que excluía as manifestações de ordem político-partidária. Assim, o plenário tornava-se um espaço propício para utilizar, por exemplo, os recursos adquiridos através da prática da oratória, “trunfo fundamental que instrumentalizava os ganhos culturais e escolares” (GRIJÓ, 1998, p. 95). Foram várias as ocasiões onde essa linha de ação se mostrou nas falas de Pasqualini.

A sessão de 11 de maio de 1937 é bastante ilustrativa de como ocorreu a atuação de Pasqualini na oposição. Ludolfo Boehl, vereador do PRL, iniciou seu discurso lendo um texto previamente elaborado. Nele, o vereador expressava uma declaração de Flores da Cunha acerca da eleição presidencial e dos candidatos que se apresentavam naquele pleito. Ludolfo Boehl reproduzia a declaração do governador acerca de Armando Salles Oliveira “ilustre homem público [...] sem dúvida um nome que se impõe ao respeito e

¹⁷ Sobre isso consultar LAPUENTE (2018); ALMEIDA (2019).

ao acatamento da Nação Brasileira”¹⁸. O vereador do PRL solicitou que seu pronunciamento fosse transcrito nos anais da Câmara. Pasqualini, na ocasião, interromperia o colega com um aparte:

O Sr. Alberto Pasqualini – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre Vereador.

O Sr. Alberto Pasqualini – Sr. Presidente, o meu voto é contrário ao requerimento formulado pelo meu ilustre colega, Sr. Ludolfo Boehl, porque o manifesto é, por si, um documento de natureza estritamente político-partidária. Sempre entendi que a Câmara Municipal não é uma corporação política, devendo, portanto, abster-se de semelhantes manifestações (IDEM).

Embora essa intervenção de Pasqualini seja bastante ilustrativa da relação de suas falas com os termos do acordo de pacificação, em geral, seus apartes também guardaram outros sentidos complementares, ainda que menos explícitos. As suas intervenções eram bastante frequentes. Nelas, Pasqualini apontava equívocos de interpretação de estatutos ou regimentos, ou utilização inadequada dos dispositivos legais. Após suas falas, muitos vereadores concordavam com Pasqualini, lembrando, não raras vezes, de sua ligação com a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre como aluno laureado e, posteriormente, professor.

Ao cumprir, ao menos publicamente, a parte do acordo de pacificação que se relacionava a exclusão das manifestações de cunho político-partidário nas instituições públicas, buscou se inserir nos debates travados no plenário da Câmara Municipal de Porto Alegre utilizando-se de um background de bacharel em direito, do qual fazia uso nas suas intervenções.

Ao mesmo tempo, durante todo o período de vigência do acordo de pacificação, Pasqualini conspiraria junto ao presidente Getúlio Vargas, assumindo uma posição de seu informante principal, contra o governador Flores da Cunha. Outros políticos da época se envolveriam nessa conspiração, dentre elas algumas das principais lideranças da FUG no estado. O acordo mantinha-se do ponto de vista formal, mas, na prática, não conseguia modificar o clima de indefinição do jogo político estadual com “atitudes de ambos os

¹⁸ Sobre isso consultar *Annaes da Câmara Municipal de Porto Alegre* (1937, p. 55-59).

lados” (TRINDADE, 1980, p. 255). As mensagens começaram pouquíssimo tempo depois da assinatura do “modus vivendi”, o que demonstra, em boa parte, que a FUG não acreditava no funcionamento do pacto. Pasqualini informava, por meio de missivas dirigidas ao presidente, a situação do plano político estadual, especialmente do posicionamento das lideranças da FUG em relação ao governador:

O dr. Mauricio Cardoso tem ponto de vista idêntico ao meu e creio que ele despreveria tudo o que eu disse a V. Exa. e aprovaria de um modo geral o plano de ação esboçado no esquema que V. Exa. tem conhecimento, menos na parte referente ao trabalho de dissociação da F.U. por entender que, no momento oportuno, ela estará integralmente ao seu lado. As inclinações do dr. Maurício pelo governo federal são manifestas, as minhas seriam mais condicionadas se estivesse em seu lugar. Faço a comparação, não para colocar o meu pensamento no plano político do pensamento do dr. Mauricio, mas tão somente para que V. Exa. [...] possa ter um ponto exato de referência. Excusado (sic) será dizer a V. Exa. que não me apresentei aos dois chefes frentistas como um agente do governo federal. Tal posição além de ingrata seria incompatível com meu temperamento. Limitei-me apenas a declarar-lhes que eu enviaria a V. Exa., como prometera, as minhas impressões¹⁹.

Alberto Pasqualini tornara-se, embora não formalmente, como afirma na carta, um “agente do governo federal”. Nessa época, Pasqualini fez parte da elaboração de um plano criado especificamente para desestabilizar o governo de Flores da Cunha, acabando com o pacto de pacificação assinado naquele mesmo ano. Outras cartas de Pasqualini foram enviadas ao presidente da República durante todo o ano de 1936. Nota-se que a carta que apresenta o ponto de vista de Maurício Cardoso, liderança do PRR, é de março de 1936, apenas dois meses depois da assinatura do “modus vivendi”.

Com o agravamento da situação, em 1937, a oposição, no âmbito estadual, já desacreditada de seu potencial a partir de um poder constitucionalmente instituído, passou a apelar para uma solução que, segundo eles, deveria vir do governo federal. Defendiam uma intervenção. A situação se

¹⁹ Arquivo Getúlio Vargas (AGV). CPDOC/FGV. GVC1936.03.12.

agravava dia a dia. O cotidiano do legislativo estadual foi se tornando cada vez mais difícil. Deputados da FUG e dissidentes liberais sofriam muitas ameaças de policiais e de elementos subversivos que eram ligados ao grupo político do governador Flores da Cunha. Esses grupos chegaram a interromper “discursos e entrando armados na Assembleia” (TRINDADE, 1980, p. 259). Houve o esvaziamento das sessões, não só devido ao fato de alguns deputados sentirem-se ameaçados, mas também pelo próprio esvaziamento de sentido que a via legislativa como uma arena de decisões representava naquele momento específico. Pasqualini, naquela altura respondendo também como secretário geral de seu partido, entendia que havia três soluções para a crise: a parlamentar, a eleitoral e a heroica. Se às duas primeiras Pasqualini deixaria clara suas ressalvas, à última reservaria como sendo a opção mais viável:

[...] Solução parlamentar: Esta solução pressupõe a conservação da maioria na Assembleia. Embora exista maioria para eleger a Mesa, pode entretanto verificar-se a defecção de certos elementos no momento de ser empreendida uma ação vigorosa. Trata-se, portanto, de uma situação instável, de um fator que pode falhar [...] solução eleitoral: [...] diretamente depende da solução do problema presidencial, deve ser conduzida tendo em vista o plano de Flores [...] assegurada a aliança com o governo do centro, que importará em reciprocidade e apoio, o Flores terá o tempo suficiente para “estraçalhar” a dissidência, “limpar o Rio Grande dos getulistas”, investir energicamente contra a F. U. e , consolidando definitivamente o P.R.L., garantirá vitória nas competições eleitorais do Estado. É, como se vê, um plano fácil de ser inutilizado. Dependerá exclusivamente do futuro presidente da República. [...] Solução heroica: à medida policial deveria seguir-se, imediatamente, as seguintes providências: a) passagem ao comandante da Região da execução do estado de guerra; b) convocação da Brigada de serviço do Exército; c) divulgação imediata pela imprensa dos motivos que determinaram a medida; d) pronunciamento das correntes políticas do Estado apoiando a ação do governo federal. [...] a surpresa e o pânico impediriam, por si, qualquer possibilidade de reação. Esta, aliás, estaria afastada pela interferência de outros fatores. Este plano, que exige o

mínimo de cooperação política, assegura maior liberdade de movimentos ao governo federal²⁰

A intervenção foi uma medida fortemente defendida por Alberto Pasqualini no conteúdo das missivas enviadas ao presidente Getúlio Vargas. A saída de Flores da Cunha apontava do ponto de vista do governo federal, para a remoção do último obstáculo para a afirmação do poder varguista em seu estado natal e, ao mesmo tempo, abria caminho para a instauração do regime do Estado Novo no plano nacional. Assim, se no plenário da Câmara Municipal, Alberto Pasqualini respeitaria publicamente o “modus vivendi” e aproveitaria para converter seu capital de bacharel em direito ao tratar especificamente dos estatutos, regimentos e interpretação de leis, nos bastidores, ocuparia uma posição de informante do presidente em um cenário de grave crise política. Essa aproximação entre os dois sugere não a relação entre um intelectual e um estrategista político, mas entre dois estrategistas cujos planos de ascensão e poder estiveram alinhavados, sobretudo pelos interesses de seus partidos no plano estadual e no jogo político federativo.

CONCLUSÃO

Pode-se dizer que, ao não considerar a trajetória política anterior ao seu ingresso no PTB, os estudos “clássicos” acabaram “lendo” a atuação de Alberto Pasqualini sem considerar o modo pelo qual buscou se inserir no partido e procurou converter seu reconhecimento anterior obtido durante o seu percurso acadêmico pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre como egresso laureado e professor. A atuação de Pasqualini no PTB, como algumas pesquisas recentes já têm demonstrado, não comportou apenas uma posição de intelectual, ideólogo ou doutrinador, mas de um candidato a cargos no poder executivo, como nas eleições para o governo estadual no Rio Grande do Sul em 1947 e 1954. Ao mesmo tempo, nem mesmo a denominada “doutrina do trabalhismo” esteve a salvo das contendidas do jogo político-partidário, encerrado em um contexto de presença forte do anticomunismo

²⁰ Arquivo Getúlio Vargas (AGV). CPDOC/FGV. GVC1937.04-001.

no estado do Rio Grande do Sul. Mesmo em trabalhos de pesquisa que mais se aproximaram, em seus termos propositivos, das considerações de Miguel Bodea (1992) e de Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), a trajetória política de Pasqualini vem sendo considerada como concomitante à elaboração da doutrina²¹.

As obras “clássicas” têm sido questionadas por estudos desenvolvidos mais recentemente. As considerações sobre a atuação de Alberto Pasqualini no PTB, em ambos os estudos “clássicos”, estão inseridas em um contexto de reafirmação da ciência política no país que vinha se delineando desde os anos 1960-1970, com a separação da área de estudos políticos da sociologia de perspectiva predominantemente marxista. Portanto, o papel atribuído a Alberto Pasqualini nesses estudos foi também um papel teórico-metodológico, tendo em vista que apareceu como marcador, em ambas as obras “clássicas”, de diferenças do ponto de vista geográfico (estadual/nacional) e de fases/facções (getulista/reformista) que aparecem nas principais considerações desses autores.

Espera-se que a interlocução das atuações de Pasqualini, antes e depois do PTB, tendo como fio condutor a sua ligação com Getúlio Vargas, apresentada aqui enquanto exercício de reflexão, possa oferecer um outro olhar sobre sua trajetória política, ao mesmo tempo em que possa também deixar vislumbrar outras possibilidades para se reconstruir a história do PTB a partir da testagem da validade das proposições de Miguel Bodea (1992) e Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), duas obras “clássicas” e imprescindíveis nos estudos realizados ou a serem feitos sobre o PTB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Apontamentos sobre a trajetória política de Alberto Pasqualini: da Faculdade de Direito ao Partido Libertador (1928-1937). In: DOMINGOS, Charles Sidarta; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Orgs.). *Capítulos de História Política*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 290-313.

²¹ Pela ordem apresentada no texto quanto a enfoque e temáticas: ANGELI (2020); RANGEL (2009); SILVA (2012).

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. A trajetória de Alberto Pasqualini antes do “teórico do trabalhismo”: background, entrada e estratégias de ascensão na política-partidária (1928-1937). *Revista História: debates e tendências*, n. 19, v. 4, 2019, p. 636-658.

Annaes da Câmara Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

ANGELI, Douglas Souza. *O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1964)*. Tese. Doutorado em História. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2020.

BODEA, Miguel. *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1979.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)*. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. Os Partidos Políticos e a Participação Popular. In: FLEISCHER, David (Org). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 59-61.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DUTRA, Milton. (Org.). *O trabalhismo de Pasqualini*: Porto Alegre: Intermédio, 1986.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 12, n. 35, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-58.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora

da FGV, 2005.

GRAMSCI, Antônio. *Quaderni del Carcere*. Caderno 11, vol. 2., Edições Enaudi, 1975.

GRAMSCI, Antônio. O moderno príncipe. In: GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”*. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1998.

GRILL, Igor Gastal. Bases sociais e intérpretes da tradição trabalhista no Rio Grande do Sul. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, 2005, p. 525-557.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da ciência política brasileira. *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP), v. 22, n. 1, 2010, p. 80-98.

LAMOUNIER, Bolívar. A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *A ciência política nos anos 80*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *Com a espada de Dâmocles: o Rio Grande do Sul e a política brasileira no governo Flores da Cunha*. Curitiba: Prismas, 2018.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Capitalismo solidarista: o interdiscurso na obra de Alberto Pasqualini. *Em tempo de Histórias – Publicação do Programa de pós-graduação em História da Universidade de Brasília*, Brasília, n. 14, jan./jun. 2009, p. 49-75.

SILVA, Roberto Bittencourt da. *Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista*. Tese. Doutorado em História. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2012.

SIMON, Pedro. (Org.). *Alberto Pasqualini: Obra Social & Política*. Brasília: Biblioteca do Senado Federal, 1994, 4 volumes.

SOARES, Gláucio Dillon A. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

TRINDADE, Héliogio. *Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

VIANA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro

de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo. Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 63-103.

IX

“HERDEIROS DO CHARQUE?”:

*uma comparação entre as lideranças políticas republicanas
e monarquistas em Pelotas (1870-1889)*

JONAS VARGAS

JÉSSICA RODRIGUES PERES

EM MAIO DE 1886, O PELOTENSE ÁLVARO CHAVES, ESTUDANTE DE DIREITO da Faculdade do Largo de São Francisco em São Paulo, publicou um texto que estampava a primeira página da *Revista Federal*:

Os Redatores da Revista Federal, mais do que fazer figura no jornalismo, alvejam utilizar a direção política de seu país, sob inspirações patrióticas do grupo, que os constituiu. (...) Eis porque insistiremos em reclamar, com empenho, a transformação do sistema monárquico, que nos atrofia e degrada, pelo republicano, que desenvolverá as nossas forças, nobilitando-nos com a consagração fiel da soberania do povo¹.

A *Revista Federal* foi um dos muitos instrumentos de propaganda republicana que atraiu entusiastas por todo o Brasil. Idealizado pelos membros do Clube Rio-grandense, sediado no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1886, o periódico foi fundado em maio do mesmo ano, contando com dois pelotenses na sua comissão redatora, Álvaro e Bruno Chaves. Nesta primeira publicação, os redatores deixaram claro o seu objetivo: propagar os ideais republicanos,

¹ A citação foi retirada da publicação de nº 1 do ano de 1886 da *Revista Federal*, periódico consultado na Biblioteca Pública Pelotense.

trazer notícias do movimento no Brasil e no exterior e analisar fatos passados e atuais para defender as suas doutrinas – algo realizado por muitos jovens republicanos como Álvaro, naquele contexto político.

A década de 1880 certamente foi uma das mais agitadas da história política do país. O surgimento de clubes republicanos por todo o Brasil, a mobilização da campanha abolicionista, as contínuas trocas de gabinetes e eleições acirradas, as tensões ligadas à Questão Militar e, por fim, o 15 de novembro de 1889, devem ter despertado o interesse de muitos para com as transformações culturais, políticas e socioeconômicas que vinham ocorrendo. Insuflados pelas ideias da Geração de 1870, novos atores sociais tomavam as ruas, os cafés, os teatros e as redações dos jornais, citando autores e falando em teorias que se tratavam de verdadeiras novidades: positivismo, darwinismo, evolucionismo, socialismo vinham chocar-se com as agendas republicanas, federalistas e abolicionistas, promovendo outras formas de se enxergar o país e projetar o futuro da Nação².

Assim como Álvaro Chaves, outros muitos rio-grandenses deixaram sua província para estudar Direito, Medicina ou Engenharia nas poucas faculdades existentes no país³ e tiveram contato direto com esse “bando de ideias novas”, como descreveu Silvio Romero. Nas academias eles participavam de associações literárias, clubes políticos e periódicos estudantis, no qual ensaiavam suas capacidades na escrita e no discurso público. Alguns deles, retornando para a província natal, juntaram-se com outros republicanos da velha guarda e fundaram o Partido Republicano Rio-grandense, em 1882, e o jornal *A Federação*, em 1884. Com o tempo, os que mais se destacaram foram Júlio de Castilhos, que impressionava pelo tom combativo e a qualidade dos seus artigos, e Joaquim Francisco de Assis Brasil, único dessa geração de jovens egressos das academias que conseguiu eleger-se ao cargo de deputado provincial pelo PRR⁴.

Os republicanos rio-grandenses começam a se organizar como movi-

² Para uma análise mais detalhada ver ALONSO (2002) e SCHWARCZ (1993).

³ Nesse momento existiam dois cursos de Direito, sendo um em São Paulo e outro em Recife, e dois cursos de Medicina, sendo um na Bahia e outro no Rio de Janeiro. Nas Escolas Militares do Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro era possível formar-se em Engenharia, sendo que no Rio, a criação da Escola Politécnica nos anos 1870, oportunizou realizar o curso sem a necessidade de uma formação militar.

⁴ Sobre essa geração da propaganda ver LOVE (1975) e SACCOL (2013).

mento quando formaram os primeiros clubes no Rio Grande do Sul. Foram estes o de Palmeira em 1876, o de Porto Alegre em 1878 e o de São Borja em 1881. O primeiro ato público de cunho republicano registrado na cidade de Pelotas aconteceu em 1880, através de um manifesto para lançar a primeira chapa de vereadores e juizes de paz republicanos que iriam concorrer às eleições municipais, não elegendo nenhum candidato. No início de 1882 foi organizado o Partido Republicano de Pelotas e, em 15 de fevereiro, novamente uma chapa para vereadores e juizes de paz foi lançada, consagrando o médico Victor de Brito como primeiro e único vereador declaradamente republicano eleito no período da propaganda⁵. No entanto, somente em 6 de junho de 1886 o Clube lançou seu estatuto em Assembleia Geral, sendo assinado por 41 pessoas. A última organização do clube teve como objetivo torná-lo um espaço beneficente, além de continuar propagando os ideais republicanos, recebendo um número grande de sócios que chegou a 150 quando proclamada a República (OSÓRIO, 1997, p. 184; LOPES, 2006, p. 169).

Era um contexto de profunda crise nas charqueadas escravistas e de intensa campanha abolicionista – movimento socialmente muito mais diverso que o da propaganda republicana, pois incorporava entre seus protagonistas alguns monarquistas, além de mulheres, lideranças negras locais e até libertos⁶. Alguns jornais da cidade declaram-se publicamente a favor da abolição e muitos republicanos associaram-se ao movimento, mas não nos consta que eles tivessem fundado um jornal vinculado ao partido antes de 1888, quando Ismael Simões Lopes adquiriu a gerência do jornal *A Pátria*, tornando-o uma folha republicana. Antes disso, apenas o periódico *A Discussão*, que surgiu da dissidência liberal de 1880, parece ter integrado republicanos entre seus redatores, mas não chegou a constituir-se em jornal oficial do partido (GILL; LONER & MAGALHÃES, 2017, p. 107).

Contudo, quem seriam esses republicanos pelotenses? O presente texto analisa as lideranças políticas pelotenses no período para tentar compreender se havia uma distinção no perfil socioeconômico dos monarquistas (partidos liberal e conservador) se comparados aos republicanos. A historiografia mais

⁵ As primeiras informações sobre as datas de fundação do clube e partido republicanos de Pelotas foram retiradas de OSÓRIO (1997).

⁶ Cf. LONER (1997 e 1999) e NUNES (2019).

tradicional, ao tratar da história política do Rio Grande do Sul no período, defendeu uma diferenciação socioeconômica entre os dois grupos, buscando associar a ideologia política à classe social e à origem geográfica das lideranças. Assim sendo, os republicanos pertenceriam a uma classe média, mais intelectualizada e proveniente de meios mais urbanos, jovem e com maior representatividade no planalto médio, no norte da província. Esse grupo opunha-se aos monarquistas (leia-se liberais, pois suas análises praticamente não deram importância aos conservadores), que teriam base política nos latifúndios da região da campanha, sendo mais ricos, mas sem essa experiência acadêmica que os anteriores tiveram nos anos 1880⁷. No entanto, vários trabalhos já desconstruíram essas ideias, demonstrando que tanto conservadores quanto liberais, e esses em comparação aos republicanos, pouco distinguiam com relação à origem social e geográfica e perfil familiar⁸.

No entanto, que outras questões um estudo mais detido num único município pode nos trazer? Nessa época, Pelotas era o principal centro político e econômico do sul da província, integrando, a partir das suas charqueadas, toda a região da campanha que a abastecia ano a ano com suas tropas de gado. Os charqueadores mais ricos na década de 1870 e 1880 eram monarquistas e escravistas em quase sua totalidade e influíam fortemente nos partidos liberal e conservador. Assim sendo, que espaço haveria para o florescimento de um republicanismo em tal contexto? O objetivo do texto é verificar empiricamente qual o grau de vínculos familiares e sociais dos líderes da propaganda republicana com os tradicionais monarquistas que dominavam os principais cargos da política pelotense e que, como veremos, estavam vinculados às famílias dos charqueadores mais ricos da cidade. Em suma, seriam também os republicanos "herdeiros do charque"? É o que o capítulo pretende responder.

⁷ Para um exemplo dessas abordagens, ver FRANCO (1996) e PINTO (1986). Para uma crítica historiográfica, ver VARGAS (2018).

⁸ Para uma análise mais aprofundada, ver VARGAS (2010), VARGAS & SACCOL (2010) e SACCOL (2013). A principal delas é que os republicanos estavam espalhados por todo o Rio Grande do Sul, com forte inserção na região da campanha e vinculados às famílias muito ricas, com terras, escravos e títulos de nobreza, ligadas a lideranças monarquistas, sobretudo conservadores. Isso não significa que a propaganda republicana fosse conservadora. Pelo contrário. As ideias que defendiam eram contrárias às tradições monárquicas do período, buscavam uma sociedade menos desigual, abolindo a escravidão e promovendo uma maior modernização política e econômica. No entanto, eles não o faziam por conta de suas origens sociais. O fato é que o processo de sociabilidade entre os republicanos e a expansão do republicanismo no interior da província precisa ser melhor estudado.

CONSERVADORES E LIBERAIS:

AS LIDERANÇAS POLÍTICAS TRADICIONAIS E A ELITE CHARQUEADORA DA CIDADE

Na virada do século XVIII, Pelotas havia sido um mero povoado sob a jurisdição de Rio Grande. A instalação das primeiras charqueadas escravistas que reuniu intensa atividade mercantil, concentrando milhares de africanos escravizados, fez a localidade crescer rapidamente em termos populacionais. Elevada à vila em 1832, o município teve nas charqueadas a sua principal matriz econômica e nos charqueadores a sua elite mais rica. Ao longo do século XIX, o número de charqueadas que funcionaram em Pelotas, não ao mesmo tempo, foi de 43 estabelecimentos. Se em 1822, havia 22 charqueadas no município, em 1850, este número atingia a casa dos 30, em 1873, chegava a 35 e em 1880, 38. As 11 charqueadas de 1890 indicam que o declínio do setor coincidiu com a crise e o fim da escravidão (Cf. VARGAS, 2016).

Por volta dos anos 1870, Pelotas tinha em torno de 30 mil habitantes, dos quais 25% eram escravos. A área rural no qual as charqueadas estavam estabelecidas formava a maior concentração de cativos do sul do Brasil. A cidade havia sido erigida na exploração cotidiana da mão de obra escrava e sua elite acumulara a maior parte de sua riqueza a partir das atividades econômicas ligadas ao setor pecuarista-charqueador e ao capital mercantil. A sociedade charqueadora pelotense viveu o seu auge entre as décadas de 1860 e 1880, na qual a maior parte dos empresários escravistas acumulou as suas maiores fortunas, altos cargos políticos e títulos de nobreza. No entanto, os charqueadores não estavam sozinhos no topo da hierarquia social local. Comerciantes atacadistas, proprietários urbanos e fazendeiros nos distritos rurais também apresentavam grandes patrimônios, investiam na educação superior dos filhos e ocupavam cargos locais. Contudo, comparando todos eles, eram os charqueadores que nutriam maior riqueza e prestígio social, impondo-se politicamente aos demais (Cf. VARGAS, 2016).

Os charqueadores e seus parentes estavam presentes em todas as esferas de poder local e por meio de uma densa engenharia matrimonial muitos também se ligavam a famílias de comerciantes, militares, juízes, médicos e advogados, isso quando não eram os seus próprios filhos que exerciam tais ocupações. Os bacharéis Joaquim Augusto de Assumpção, Ildefonso Simões

Lopes, Ovídio Trigo Loureiro, Amaro J. Ávila da Silveira, Joaquim J. Afonso Alves, entre outros (todos filhos, genros ou parentes de charqueadores ricos), ocuparam o cargo de juiz municipal por muitos anos. Quando da ausência de juízes togados, algo muito comum no meado do oitocentos, os próprios charqueadores assumiam o cargo, como José Inácio da Cunha e José Antônio Moreira, por exemplo⁹. A Guarda Nacional, a burocracia local e a polícia também estavam sob a sua influência direta e todos esses cargos podiam ser usados politicamente para favorecer a facção de quem os controlava.

Passamos, no entanto, para a análise dos cargos políticos legislativos, que é o foco principal do capítulo. A construção dessa hegemonia política local dos charqueadores e de seus familiares tinha longa história. Desde que a Câmara municipal de Pelotas foi criada em 1832 e a Assembleia Legislativa Provincial teve as suas primeiras eleições em 1835, os charqueadores sempre estiveram presentes entre os mandatários. Dos 89 indivíduos que ocuparam o cargo de vereador em Pelotas, entre os anos de 1832 e 1889¹⁰, 29 (32,6%) eram charqueadores e 28 (31,4%) eram parentes próximos dos mesmos, ou seja, filhos, irmãos, cunhados e genros. Reunindo somente os 14 presidentes da Câmara (o mais próximo do que poderia ser identificado como um prefeito da cidade, por exemplo), 28,5% deles eram charqueadores e 42,8% eram seus parentes próximos. Portanto, cerca de 2/3 da edilidade pelotense recebia influência direta das famílias charqueadoras (Cf. VARGAS, 2016). Pode-se argumentar que a Câmara estava longe de se constituir no espaço de poder local que havia sido no período colonial. Contudo, o cargo era bastante disputado pelas elites locais e a Câmara era o palco de grandes conflitos por contratos, recursos econômicos e influência política em assuntos importantes¹¹.

É sabido que os presidentes de província geralmente se constituíam em indivíduos nomeados pelo governo central e sem raízes com os locais que governavam, sendo que alguns poucos conseguiam presidir a província na qual possuíam a sua base política e social. No Rio Grande do Sul, entre 1845 e 1889, dos 55 indivíduos que assumiram a presidência da província como ti-

⁹ Ver, por exemplo, Livro de notas n. 5, 2º tabelionato de Pelotas (APERS)

¹⁰ A listagem pode ser encontrada em OSÓRIO (1997).

¹¹ Tratei disto em VARGAS (2010b).

tulares nomeados ou como vice-presidentes 22 (40%) eram rio-grandenses. Destes, 7 eram charqueadores ou seus parentes próximos. As famílias Mendonça, Silva Tavares, Antunes Maciel, Rodrigues Barcellos e Simões Lopes foram as que concentraram tais cargos. Na alta política parlamentar (deputados gerais e senadores) o número de charqueadores e seus familiares também foi importante. As mesmas famílias citadas concentravam estes mandatos, além de Fernando Osório e Antônio Seve Navarro, genros de charqueadores. Entre os senadores, pode-se destacar Gaspar Silveira Martins (afilhado do charqueador Heleodoro de Azevedo e Souza e cujos pais e um cunhado comerciante residiam em Pelotas) e o general Manoel Luís Osório (que casou seus filhos com familiares dos Barões do Jarau, Butuí e os Antunes Maciel – charqueadores mais ricos de Pelotas)¹².

Esse é o panorama geral da presença dos charqueadores na elite política pelotense. Contudo, é preciso aprofundar melhor esses dados e circunscrevê-los entre os anos 1870 e 1889, que é o período que nos interessa no presente texto, uma vez que é somente após 1870 que tivemos movimentos republicanos mais organizados. Como o foco do nosso capítulo é comparar as lideranças monarquistas, dos partidos conservador e liberal, com os líderes entre os republicanos é necessário estabelecer critérios de quem seriam essas lideranças. Tendo em vista que conservadores e liberais dominaram a política pelotense entre 1870 e 1889, conquistando praticamente todos os cargos eletivos, iremos usar como critério para classificar os líderes dos dois partidos aqueles que se projetaram na ocupação desses cargos. Para tanto, dividimos os mesmos em dois grupos. No Grupo 1 colocamos aqueles que exerceram cargos de nível municipal (local), nesse caso aqui os vereadores. No Grupo 2 reunimos aqueles que se projetaram politicamente para fora de Pelotas, ou seja, deputados provinciais e gerais, os senadores e os que foram escolhidos ministros de Estado ou presidentes de província. Mais adiante, quando formos tratar das lideranças republicanas na propaganda, essa mesma distinção será feita. Ela é útil e analiticamente necessária, pois os recursos materiais e simbólicos para ter acesso ao grupo mais alto do escalão político e próximo dos grandes centros eram distintos dos exigidos localmente.

Começamos pelo Grupo 1. Reunindo todos os vereadores da cidade que

¹² Para maiores detalhes ver VARGAS (2016).

tomaram assento na câmara entre 1870 e 1889, temos um total de 46 indivíduos¹³. As legislaturas duravam 4 anos e 31 deles (cerca de 2/3) cumpriram apenas um mandato no período¹⁴. Não era fácil reeleger-se num contexto de acirradas disputas eleitorais, no qual as trocas de gabinetes e de cargos locais também podiam interferir nos pleitos. As possibilidades de eleição também eram restritas pela própria dinâmica do poder local. Alguns indivíduos e famílias encabeçavam os principais grupos e redes políticas, ligando-se aos partidos um pouco por ideologia e um pouco por afinidade/vínculo pessoal ou de negócios, o que restringia a competição. No entanto, o fato de 2/3 terem exercido apenas um mandato também evidencia uma baixa concentração de mandatos (apenas 1 vereador teve 4 mandatos e outros 3 tiveram 3 mandatos), mostrando que o sistema também estava aberto aos novatos.

O Grupo 1, de fato, possuía seu espaço de influência muito mais restrito ao município. Dos 46 vereadores, somente 3 também foram deputados provinciais (com apenas um mandato cada um) e 2 foram presidente da província, ou seja, conquistaram cargos exercidos em Porto Alegre. Nenhum deles, no período aqui analisado, conseguiu exercer algum cargo ocupado na Corte imperial, como os de deputado geral, senador ou ministro¹⁵. Assim sendo, para a maioria deles o potencial eleitoral tinha apenas alcance municipal. Para os cargos de maior poder político, eles não conseguiam competir contra outras lideranças mais proeminentes. Podemos elencar três fatores fundamentais que os colocavam em tal condição: a ausência de formação escolar superior, a profissão/ocupação que possuíam e a sua origem social.

No Brasil oitocentista, possuir um diploma de curso superior era fundamental para os candidatos que pretendessem alçar voos maiores no campo da política¹⁶. No Rio Grande do Sul, 58% dos deputados provinciais eleitos entre 1868 e 1889 tinham curso superior. No entanto, quando se examina os deputados gerais, ou seja, os que representaram o Rio Grande na capital do Império, esse índice aumenta para 93%. Ter estudado em alguma faculdade

¹³ A primeira legislatura do recorte temporal escolhido começou em 1869.

¹⁴ No período imperial a principal instituição dos governos municipais eram as câmaras de vereadores. Não existiam prefeituras. O executivo municipal foi apenas implantado no período republicano e no Rio Grande do Sul o chefe desse poder recebeu o nome de intendente.

¹⁵ Digo no período analisado, pois Joaquim Assumpção foi senador, mas somente no período republicano.

¹⁶ Cf. Carvalho (2007), ADORNO (1988) e VARGAS (2010).

do Império constituía-se numa informal imposição ao ato de ocupar a tribuna parlamentar, elaborar leis e lidar com políticos de outras regiões, que se amparava no domínio de códigos comportamentais restritos a poucos iniciados, além da inserção em redes políticas que eram costuradas desde os tempos de faculdade. As academias imperiais funcionavam como espaço de socialização dos filhos das elites das províncias. Os poucos cursos superiores da época fortaleciam ainda mais esse sentimento de pertencimento entre os diplomados, pois muitos eram ex-colegas e tinham compartilhado experiências comuns na juventude e na sua prática profissional.

Entre os vereadores de Pelotas, 14 dos 46 possuíam formação superior, ou seja, 30% do grupo, sendo que a metade era formada em Direito – curso preferencial para se ocupar um alto cargo político. Contudo, podemos perceber também que não ter algum desses diplomas não vedava a participação dos demais. A câmara era um espaço de atuação justamente desses homens.¹⁷ Eles estavam satisfeitos com sua restrita esfera de atuação municipal e buscavam se impor como vereadores influentes. Sabiam que era muito difícil competir contra um advogado para um cargo de deputado provincial e quase impossível eleger-se para deputado geral. Mas também é interessante perceber que a câmara municipal de Pelotas atraiu muitos bacharéis, que talvez não ambicionavam os altos cargos ou não encontravam lugar para concorrer com os mais bem posicionados dentro dos partidos conservador e liberal. Em cidades maiores e com elites mais ricas, como Pelotas, o número de advogados, médicos e engenheiros era suficientemente razoável para oferecer, tanto profissionais no mercado, quanto bacharéis para cargos locais, provinciais e nacionais. Com isso queremos dizer que o percentual de vereadores com curso superior em Pelotas devia ser bem maior que o de outros municípios menores, no qual a oferta de diplomados era muito pequena.

Quanto à profissão, conseguimos esse dado para 41 dos 46 edis. O leitor já deve supor que os diplomados exerciam suas profissões correspondentes, o que está correto. Entre os 14 formados temos 7 advogados, 5 médicos e 2 engenheiros. É provável que também possuíssem terras e outros investimentos na cidade, mas publicamente eles estavam reconhecidos nos documentos

¹⁷ Não é coincidência que entre os 4 vereadores que acumularam 3 ou 4 mandatos, estão 3 que não tinham formação superior, e dos 11 que acumularam 2 mandatos apenas 3 tinham curso superior.

como exercendo tais profissões. Uma curiosidade é que nesse grupo temos o único republicano entre os vereadores: o médico Victor de Brito. Contudo, a câmara parece ter sido dirigida por um outro grupo bem definido de indivíduos: eram 13 comerciantes, 8 charqueadores e 3 fazendeiros. Eles formavam mais da metade dos edis e é provável que fosse ainda maior, pois os outros 5 vereadores para os quais não localizamos as profissões certamente não eram diplomados (pois seu nome não é acompanhado do termo “Doutor”) podendo estarem associados a essas atividades econômicas. Outros 2 eram proprietários, provavelmente na cidade, e um deles, João Leão Sattamini, foi descrito especificamente como “Leiloeiro”, podendo também ser classificado como um tipo de negociante.

No que diz respeito à faixa etária do grupo, conseguimos tais dados para 40 deles. Pegando a idade que o vereador possuía ao assumir o seu primeiro mandato tivemos uma média de 41 anos. Interessante que essa média é maior entre os não diplomados: eram 44 anos (somando comerciantes, charqueadores e fazendeiros) contra 37 (reunindo advogados, médicos e engenheiros). Os charqueadores tinham a maior média (49 anos) e os engenheiros a menor (33 anos). Como o diploma de curso superior favorecia a eleição para cargos de alto escalão político, muitos bacharéis recém saídos dos bancos acadêmicos já se arriscavam a concorrer os pleitos. É provável que para muitos deles o cargo de vereador não atendia ao prestígio social e político cobijado. Isso ajuda a explicar o motivo pelo qual fazendeiros, comerciantes e charqueadores dominavam as legislaturas na câmara. Não é de admirar que esse grupo seja o mais proeminente entre os vereadores. A leitura das atas da câmara revela toda a sua preocupação com a elaboração e o respeito ao código de posturas no espaço urbano, os impostos municipais, a alocação das despesas, a administração do mercado público, a concessão de licenças, o melhoramento das estradas (algo fundamental para os negociantes) e o regramento sobre o comércio local¹⁸. Eram questões que exigiam bastante do conhecimento dos problemas mais antigos da região, das relações pessoais e experiência cotidiana e dos meios de vida na cidade e no campo, algo que não se encontrava em manuais.

¹⁸ As Atas da Câmara de vereadores encontram-se sob a guarda da Biblioteca Pública Pelotense e a maior parte delas foi publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas.

Partimos agora para a análise do Grupo 2. Entre 1870 e 1889, 23 indivíduos pelotenses (ou atuando profissionalmente em Pelotas) ocuparam os cargos mais elevados desse sistema político¹⁹. Os deputados provinciais foram o grupo mais numeroso, somando 17 deles (sendo que 10 foram exclusivamente deputados provinciais e outros 7 exerceram mais outro cargo dentro do grupo). Somente 5 foram presidentes de província, sendo que 3 deles foram apenas presidentes²⁰. Estes eram os cargos exercidos em Porto Alegre, oferecendo aos seus portadores um prestígio provincial muito maior que os vereadores. Contudo, outros 5 foram deputados gerais e 2 foram senadores, ocupando cargos parlamentares na Corte, algo muito difícil de ser conquistado. Um desses deputados também foi ministro de Estado (é o caso de Francisco Antunes Maciel, que foi ministro do Império), assim como um dos senadores (o General Osório, que foi ministro da Guerra).

Portanto, 7 indivíduos conseguiram romper com a barreira provincial ocupando cargos no Rio de Janeiro²¹. Os liberais Manuel Luís Osório, Fernando Osório, Francisco Antunes Maciel e Francisco C. Araújo Brusque²², e os conservadores Ildefonso Simões Lopes, João Jacintho de Mendonça e Joaquim Jacintho de Mendonça. Interessante perceber, pelo sobrenome, o parentesco entre alguns deles (além disso, os Antunes Maciel eram ligados por matrimônio aos Osório) – tipo de ligação comum entre os outros membros do grupo. As relações familiares eram um facilitador para o ingresso e o sucesso no mundo da política oitocentista. Tal fator beneficiava alguns jovens no próprio ponto de partida das carreiras, uma vez que manter um filho num curso superior custava muito caro e o investimento dos pais nesse processo era fundamental. Dos 23 pelotenses do grupo 2, 16 tinham formação superior, sendo 13 bacharéis em Direito e 3 em Medicina. Portanto, 7 deles conseguiram acessar ao grupo sem ter diplomas superiores. No entanto, 6 deles

¹⁹ Na realidade, quase todos eram nascidos em Pelotas. O general Manoel Luís Osório não era pelotense, mas havia transferido residência para a cidade muitos anos antes de der eleito senador. Fernando Osório, Joaquim da Silva Tavares e Carlos Ferreira Ramos eram de Bagé, mas fizeram sua carreira profissional e política estando em Pelotas.

²⁰ Israel Rodrigues Barcellos foi presidente antes do período aqui trabalhado.

²¹ É preciso fazer uma ressalva, pois João Jacintho de Mendonça, apesar de eleito Senador, não assumiu a cadeira pois veio a falecer meses antes. Incluímos ele nessa análise, pois ela se preocupa com o recrutamento político dessas elites e não o seu desempenho na função dos cargos.

²² Brusque também foi ministro de Estado, mas num período anterior ao deste trabalho.

não conseguiu romper a barreira da província, exercendo somente cargos provinciais (deputado e presidente), o que apenas reforça a questão do acesso aos diplomas para o exercício de um alto cargo na Corte imperial²³.

No que diz respeito às profissões, 13 eram advogados, sendo que alguns ocuparam cargos na magistratura em algum momento de sua carreira, 3 eram médicos, 5 eram fazendeiros/charqueadores, 1 era militar e para um não foi possível localizar a ocupação. Nenhuma novidade nesses dados, pois os advogados dominavam a alta política brasileira no final da monarquia (Cf. CARVALHO, 2003). Além disso, na época era comum os políticos terem mais de uma ocupação, podendo atuar no jornalismo, na advocacia e também ser um grande proprietário de terras. Nesse sentido, é sempre melhor tomar esses líderes como agentes inseridos em redes de relações mais amplas, sem os individualizar, ainda mais que as famílias também se constituíam em atores centrais dentro do campo político. É necessário fazer essa ressalva, pois os dados a respeito das ocupações dão a entender que somente 5 charqueadores estavam presentes nesse grupo. No entanto, dos 23 membros, 22 eram charqueadores ou filhos/genros/sobrinhos/netos de charqueadores! Portanto, pode-se dizer que para romper com o espaço pelotense de atuação era necessário ser um familiar muito próximo de um rico charqueador. Os Azevedo e Souza, os Rodrigues Barcellos e os Mendonça estavam entre as famílias charqueadoras mais ricas da primeira metade do século, enquanto os Antunes Maciel, os Simões Lopes, os Moreira-Osório e os Silva Tavares, estavam entre as mais ricas entre 1860 e 1890, entre outras (Cf. VARGAS, 2016).

Elas também concentravam poder político, prestígio social e riqueza. Juntamente com outros líderes locais, elas influíam fortemente nos partidos conservador e liberal em Pelotas. O auge da elite charqueadora em termos de poder político nacional ocorreu quando Francisco Antunes Maciel, ele próprio advogado e charqueador, tornou-se ministro do Império do Gabinete Liberal de 1883. Tratava-se de uma pasta extremamente poderosa e que fornecia ao seu portador, por exemplo, o direito de intervir na nomeação dos Executivos provinciais. Na época, Maciel não apenas nomeou o seu parente

²³ A única exceção foi o general Osório, mas o seu caso é muito conhecido. Logo que acabou a Guerra do Paraguai, em 1870, Osório nutriu um prestígio político tão grande que não precisou de muito para tornar-se chefe do Partido Liberal no Rio Grande do Sul e conquistar os cargos que quisesse (VARGAS, 2010).

Barão de Sobral para a presidência do Rio Grande do Sul, como influiu para que sua família recebesse mais 3 títulos de nobreza. Logo que ocupou a pasta, o seu primo Francisco Antunes Gomes da Costa recebeu o título de Barão do Arroio Grande (1884), o seu irmão Leopoldo Antunes Maciel tornou-se o 2º Barão de São Luís (1884) e outro parente, Aníbal Antunes Maciel, foi titulado Barão de Três Serros (1884).

Assim sendo, a distinção fica clara entre um Grupo 1, mais restrito à política municipal, com baixa formação superior e pouco ligado às famílias charqueadoras mais ricas, e um Grupo 2, que conseguiu ser influente fora de Pelotas. No entanto, no interior desse segundo grupo também se verifica uma diferenciação importante. Alguns poucos conseguiram alçar voos maiores, ocupando cargos na Corte. Eles tinham formação superior e pertenciam às mencionadas famílias charqueadoras mais ricas. No entanto, qual o nível de relação dos republicanos com essas famílias? É o que buscamos investigar nas próximas páginas.

AS LIDERANÇAS REPUBLICANAS EM PELOTAS

A partir de três fontes distintas, foi possível definir uma lista de pessoas associadas à propaganda republicana na cidade de Pelotas: o jornal *A Federação*, veículo de divulgação do PRR, publicava adesões aos partidos republicanos de todas as cidades da Província, entre os anos de 1885 até 1889²⁴, além de algumas informações sobre a formação das primeiras administrações dos clubes, partidos e candidatos republicanos nas eleições. Bem como o periódico, o estudo de Fernando Osório (1997) trouxe informações do movimento em Pelotas desde o ano de 1880, e ao final de seu livro, capítulo que Osório intitulou como “A Propaganda Republicana”, uma lista de eleitores do partido²⁵. A terceira fonte consultada foi o “Estatuto do Club Republicano pelotense de 1886”²⁶ que contém assinaturas das pessoas presentes no dia

²⁴ As listas com as adesões republicanas estão localizadas no Jornal *A Federação*, ano 1889, edição 00173, p. 1 e ano 1921, edição 0034, p. 1.

²⁵ Fernando Osório cita como fonte para a lista contendo 83 nomes e profissões de eleitores republicanos, o “Almanaque popular brasileiro”, que está localizado online no site da Biblioteca Nacional, mas apenas para os anos 1894, 1897 e 1904.

²⁶ O Estatuto está localizado na Biblioteca Pública Pelotense, no fundo “Partidos políticos”.

da sua elaboração. Analisando estas fontes, foram encontrados 142 nomes relacionados de algum modo ao movimento republicano em Pelotas. A partir daí buscamos reunir informações biográficas dos mesmos a respeito da ocupação/profissão, idade, formação escolar, origem social e cargos políticos alcançados antes e depois de proclamada a República²⁷.

Pode-se considerar pequeno o número de republicanos pelotenses quando comparado com outras cidades do Rio Grande do Sul²⁸. Em trabalhos anteriores, Saccol (2013) e Pacheco (2018) também investigaram algumas informações de cunho social dos propagandistas de algumas cidades e para isso buscaram montar uma lista com as adesões ao movimento na década de 1880. Conforme a Tabela 1, o movimento em Pelotas, em proporção ao número de habitantes e comparado aos demais, não tinha tantas adesões no período da década de 1880. Analisando somente os percentuais em relação à população dos municípios, pode parecer que esse índice próximo a 1% seja considerado uma insignificante minoria. Contudo, é importante considerar que somente os homens livres maiores de 21 anos e com renda superior a 100\$000 anuais votavam. Com esses pré-requisitos, em 1880, cerca de 13% da população brasileira foi às urnas. No entanto, com a Lei Sarai-va, aprovada em 1881, o voto tornou-se facultativo, os analfabetos tiveram seus direitos políticos excluídos e a renda necessária para votar dobrou. Tal medida fez o mesmo percentual diminuir de 13% para 1% da população total brasileira, em 1881, variando para mais ou para menos dependendo da cidade (VARGAS, 2010, p. 147-148). Em Pelotas, por exemplo, qualificaram-se 1350 votantes no ano de 1880. Assim sendo, os 142 republicanos identificados ao longo da década representariam aproximadamente 10,5% do eleitorado da cidade. Portanto, o peso dos republicanos era bem menor que o dos monarquistas, mas de forma alguma poderia ser considerado insignificante²⁹.

²⁸ A maior parte das reflexões a respeito dos republicanos foram realizadas em PERES (2018), pesquisa que continua a ser desenvolvidas pela mesma autora para sua dissertação de Mestrado.

²⁹ Os índices eleitorais alcançados pelos republicanos nos três níveis de representação política ainda estão sendo pesquisados, mas até o momento não possuímos resultados consistentes para apresentá-los.

MUNICÍPIO	ADESÕES	POPULAÇÃO GERAL NO ANO DE 1890
PELOTAS	142	78 014 (0,18%)
JAGUARÃO	161	9 382 (1,71%)
URUGUAIANA	117	32 639 (0,35%)
SÃO GABRIEL	86	14 384 (0,59%)
ALEGRETE	71	19 560 (0,36%)
São BORJA	126	11 829 (1,06%)

O movimento republicano na cidade de Pelotas reuniu indivíduos de diferentes classes sociais, e que mantiveram diversos modos de atuação na propagação dos ideais republicanos e nas formas de apoio ao partido. Deste modo, assim como fizemos com os monarquistas, dividimos os republicanos em 3 grupos distintos: A, B e C. No grupo A ficaram destinadas as pessoas que possivelmente não participaram de forma tão ativa na propaganda republicana na cidade e região. Isso se deve ao fato delas não estarem presentes em nenhum documento oficial produzido pelo partido enquanto líderes ou detentores de cargos diretivos. Eles foram classificados por Fernando Osório como “eleitores” do Partido e estão presentes em notícias de jornais como adesistas ao republicanismo. Das 99 pessoas que compõem esse grupo, apenas 7 seguiram ativos na vida política do município. Contudo, não se pode excluir a sua importância para o avanço do movimento na cidade, pois provavelmente esse grupo desempenhava papel de apoio aos representantes republicanos nas eleições municipais, propagandeavam as ideias para familiares, amigos e colegas de trabalho, além de serem o público que frequentava os eventos de cunho republicano, fazendo claque aos discursos dos principais líderes. Não era algo tão simples, uma vez que declarar-se publicamente como republicano numa cidade politicamente controlada por ricos monarquistas exigia certa convicção.

Percebe-se pela leitura das informações que o conjunto com maior diversidade socioeconômica entre seus membros foi o grupo A. Conseguimos tais informações para 68 deles. Os comerciantes eram os mais numerosos,

TABELA 1.
Adesões republicanas em alguns municípios Rio-grandenses

FONTE
Pelotas (PERES, 2018);
Jaguarão (PACHECO, 2018);
demais cidades (SACCOL, 2013).

somando 40 indivíduos. Depois temos os guarda-livros (7), os artistas (6) e os industriais (2). Tal perfil mostra que era um grupo bastante urbano e ligado ao capital mercantil. Apenas 3% das profissões/ocupações dos membros desse grupo necessitavam de um diploma de ensino superior (eram 2 advogados e 1 médico). Algo importante é que alguns deles apresentaram atividades típicas das camadas sociais mais desprivilegiadas, como por exemplo, marceneiro, operário e artista³⁰. Além disso, essas diferenças estavam presentes também na idade dos republicanos no período da propaganda. Ainda que apenas 12,1% dos dados sobre a idade dos propagandistas no ano de 1889 tenha sido encontrada, foi possível estabelecer uma média de 45 anos para a faixa etária deste grupo, sendo que pelo menos 3 pessoas apresentaram idades superiores à 50 anos, algo que acontece apenas uma vez no grupo B e nenhuma no C, onde um perfil mais jovem predominava. Assim sendo, a faixa etária, que poderia ser um indicador geracional, não era algo que separava monarquistas de republicanos em Pelotas, pois jovens, adultos e idosos estavam presentes em ambos os grupos políticos³¹.

Como já mencionado por Saccol (2013), quando estudou os propagandistas republicanos das cidades da campanha e missioneiras da província do Rio Grande do Sul, os membros dos clubes daquela região não atuavam isoladamente no movimento, pois em muitos casos eram vizinhos, amigos ou até mesmo familiares. Na cidade de Pelotas não foi muito diferente, pois alguns republicanos pertenciam a famílias que já detinham poder político na região, como veremos melhor nos próximos grupos analisados. Ademais, alguns indivíduos do grupo A, mesmo não tendo exercido papel importante nas lideranças do clube ou partido, eram familiares de outros republicanos que ocupavam um papel de maior destaque na propaganda, inclusive se candidatando para eleições municipais e provinciais.

O grupo B, por sua vez, atuou de um modo mais visível no movimento, reunindo os indivíduos que foram os protagonistas tanto nas comissões

³⁰ É possível que entre os “Sem profissão” também houvesse outros com tais características socioeconômicas. Com essas informações não está se querendo pensar que os republicanos eram de classes econômicas mais baixas, uma vez que se compararmos com os eleitores monarquistas veremos que esses mesmos setores estavam representados (Cf. VARGAS, 2016, capítulo 2).

³¹ Essa informação é importante, até porque nem todo o jovem que ia estudar nas academias imperiais voltava convertido ao republicanismo. No anos 1870 e 1880, os partidos Liberal e Conservador sempre viram-se enriquecidos de novas gerações de bacharéis entre os seus quadros (Cf. VARGAS, 2010).

diretivas do clube e partido, quanto nas candidaturas republicanas a cargos de vereador, juiz de paz, deputados gerais e provinciais, mas que mantiveram sua atuação na propaganda fixada principalmente na cidade de Pelotas. Assim sendo, a sua margem de atuação foi mais ampla e seu prestígio e liderança junto aos republicanos era maior que os do grupo A. Foi notório que dentro do próprio grupo, existiam pessoas de diferentes esferas da sociedade pelotense. Dos 25 indivíduos pertencentes a este grupo, apenas dois deles alcançam cargos políticos a nível estadual ou federal após 1889: Júlio de Mendonça Moreira e Luiz Carlos Massot. Ficou evidente que a outra parcela do grupo B, mesmo estando a frente do movimento na cidade por quase todos os anos de 1880, teve sua atuação política restrita ao nível municipal após proclamada a República, no qual 8 deles elegeram-se para os cargos de vereador, intendente ou da primeira junta administrativa. No que diz respeito à faixa etária, este grupo parece estar na média entre os outros dois conjuntos aqui analisados. Tomando como base a data de 1889, ano em que é proclamada a república, 75% dos dados coletados para análise da faixa etária, não passam dos 40 anos de idade, ou seja, eram mais jovens que os do grupo A.

Neste grupo, o grau de instrução escolar e de atuação mais intelectual se mostraram maiores se comparados ao primeiro³². Além de haver mais pessoas com cursos de nível superior (24% dos membros), pelo menos outros três indivíduos pertenciam ao ambiente letrado da cidade. Bernardo Taveira Junior, Alberto Cunha e Luiz Carlos Massot, assim como agentes da vida política no município, também se dedicaram ao mundo das letras e das artes. Foram professores, escritores e estiveram, na maioria das vezes, à frente dos discursos proferidos nos eventos de cunho republicano, destacando-se também na imprensa pelotense, local que em muitas ocasiões foi instrumento de propaganda dos correligionários. Luiz Carlos Massot foi redator do jornal *A Pena*, e após Proclamada a República, dirigiu o *Diário de Pelotas*. Guilherme Echenique, além de ser proprietário de uma editora e livraria (*Livraria Universal*), que realizou publicações de textos de alguns republicanos como João Simões Lopes Neto e Alberto Cunha, também esteve à frente do jornal

³² João Simões Lopes Neto que pertence ao grupo anterior, mesmo sendo considerado um dos grandes nomes da literatura regionalista brasileira, durante o período da propaganda republicana ainda não se dedicava totalmente às letras, sendo que sua produção se iniciou em 1893, com poemas publicados no *Correio Mercantil* de Pelotas.

A *Pena*. Bernardo Taveira Junior teve sua vida dedicada as letras, e participou muitas vezes da imprensa rio-grandense. Bernardo teve grande importância também na propaganda abolicionista, sendo redator do jornal pelotense, *A Voz do Escravo* e publicando alguns textos que questionavam a escravidão, como por exemplo um poema intitulado "Liberdade" na revista literária *Arcádia*. Fez parte também da Sociedade do Partenon Literário, o Grêmio Literário Rio Grandense e Ensaios Literários, publicando alguns textos na revista mensal do *Partenon Literário*³³. Alberto Cunha, que usava os pseudônimos Vitor Valpírio e Jatyr, para publicar poemas e artigos em diversas revistas literárias, assim como Bernardo, também colaborou com a revista *Arcádia* e *Partenon Literário*.

Diferente dos dois primeiros grupos analisados, os membros do grupo C não fizeram parte somente do movimento republicano em Pelotas. Esse grupo foi composto por estudantes que deixaram o município para concluir sua formação no Rio de Janeiro ou São Paulo, nas décadas de 1870 e 1880, quando os novos ideais republicanos estavam fervilhando nos centros acadêmicos. Além disso, eles ajudaram a fundar duas conhecidas agremiações republicanas constituídas apenas por rio-grandenses residentes fora da Província: o Club "20 de setembro", que teve como um dos fundadores Álvaro Chaves e que reunia alunos da faculdade de Direito de São Paulo, e o "Clube Rio-grandense do Rio de Janeiro", que reunia rio-grandenses residentes na Corte, muitos deles estudantes das Faculdades de Engenharia e de Medicina. Só por essa informação já podemos ter ideia de que se tratava de um grupo seletivo, totalmente distinto do grupo A, por exemplo, pois custava muito caro manter um filho estudando nas academias imperiais, e do grupo B, pois suas redes de relação extrapolavam o Rio Grande do Sul e eles tinham a experiência de vivenciar a propaganda ao lado de líderes paulistas e fluminenses, além de outros colegas de todo o Brasil. Assim sendo, no que diz respeito ao seu espaço de atuação, o grupo C dos republicanos é muito semelhante ao grupo 2 dos monarquistas, que analisamos anteriormente.

Além de terem participado de modo diferente na propaganda, tornando-se o vínculo entre o movimento de Pelotas com outras cidades do país,

³³ Para mais informações sobre a vida literária de Bernardo Taveira Junior, ver GONÇALVES (2015). Sobre o Partenon Literário, ver SILVEIRA (2016).

este grupo era todo composto por pessoas pertencentes às elites locais e carregados de privilégios que eram importantes para o mundo político do período. Este é o grupo que possui o perfil mais homogêneo, tanto na questão econômica e profissional, como no campo familiar. Predominava entre eles as profissões liberais que necessitavam de formação superior, e estavam disponíveis apenas fora do Rio Grande do Sul. Dos 17 propagandistas deste grupo, apenas 1 não tinha ensino superior: Ismael Simões Lopes (que é apresentado em todas as fontes como jornalista), mas assim como os outros, era pertencente à uma família da elite econômica e política da região. O grupo também se manteve homogêneo na sua faixa etária. Foram analisadas informações sobre a idade de 13 indivíduos (76,4% do grupo), e estes apresentaram a menor média de idade (30 anos em 1889 ou 23 anos quando o PRR foi fundado).

O prestígio social que os integrantes do Grupo C possuíam, fica perceptível principalmente quando foram analisadas as atas do Clube Republicano Rio-Grandense em conjunto com o periódico *A Federação*. As publicações que mencionam estes indivíduos são dedicadas a enaltecer as suas trajetórias e o trabalho que eles realizaram tanto no movimento republicano, quanto no abolicionista³⁴. Álvaro Chaves é um dos grandes exemplos da notoriedade que possuía esse grupo. A sua partida do Rio de Janeiro em 1888, quando regressou para Pelotas, foi motivo de muitas homenagens do Clube Republicano Rio-Grandense, com lamentações do então presidente do clube, Romaguera Correa “[...] O Snr. Presidente lamenta a falta do Dr. Álvaro Chaves, orador oficial do clube, rememorando o auxílio prestado pelo mesmo [...]”. O periódico *A Federação* publicou em 6 de março de 1888, o depoimento do jornal carioca *O Paiz*³⁵, no qual recordou o grande auxílio prestado por Álvaro Chaves ao movimento republicano no Rio de Janeiro.

[...] No pacote Rio Paraná, seguiu para Pelotas o Dr. Álvaro Chaves, filho da província do Rio Grande do Sul, onde vai estabelecer-se como advogado. [...] Desde os bancos acadêmicos

³⁴ O movimento abolicionista teve três fases em Pelotas, a primeira com a organização do jornal *A Voz do Escravo* em janeiro de 1881, a segunda com a fundação do jornal *A Pena* em 1884, e a última quando foi criada uma entidade abolicionista (Associação Abolicionista Dom Sebastião), em 1887 (OSÓRIO, 1997, p. 153-166).

³⁵ Jornal fundado no Rio de Janeiro, em 1884, que tinha como principal função a propaganda republicana e abolicionista.

conquistou Álvaro Chaves a reputação de talentoso e estudioso, prendas que, reunidas a um caráter ao mesmo tempo severo e ameno, granjearam-lhe facilmente o apreço e a estimação pública. [...] Nesta capital revelou-se como orador discreto em várias conferencias que realizou, e como jornalista emérito na Revista Federal e na Gazeta Nacional. [...] Jovem ainda, é um dos conselheiros mais autorizados do partido republicano pela austeridade na observância dos princípios democráticos e pela lucidez da sua cultivada inteligência. [...].

Com relação às atividades que exerciam junto à imprensa, mais de 50% do grupo foi ativo durante a década de 1880. Os jornais pelotenses *A Discussão*, *Diário de Pelotas*, *A Voz do Escravo* e *A Pátria*, contaram com a colaboração de propagandistas do grupo B (como citado anteriormente) e em alguns períodos, também do grupo C, principalmente quando estavam retornando à cidade. Entretanto, essa parcela dos propagandistas teve muito destaque também na imprensa fora da província, fundando, dirigindo e colaborando com periódicos principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Praticamente todos aqueles que fizeram parte do clube republicano no Rio de Janeiro, estiveram por trás da fundação e direção da *Revista Federal*. Como também, pode-se citar, a atuação de José Gonçalves Chaves na *Gazeta Federal*, e o tempo em que Álvaro Chaves foi redator chefe do jornal *A Republica*, em São Paulo. Além da participação de alguns deles no jornal *A Federação*.

Tendo apresentando os três grupos ao leitor, é necessário fazer algumas ressalvas. Apesar das distinções entre ambos, esses grupos não eram estanques e sua elaboração foi apenas para uma melhor compreensão de como a propaganda reunia indivíduos mais proeminentes do que outros. Além do mais, alguns propagandistas do grupo A, por exemplo, podiam até ter uma atuação mais presente na cidade do que alguns do grupo C, mas em termos de classe social e de poder de influência eles não eram capazes de competir com esses. É como se o grupo A reunisse os cabos eleitorais dos indivíduos do grupo B, mas principalmente do C. Isso significa que no cotidiano eles podiam interagir conjuntamente pelas ruas, eventos e cafés da cidade, mobilizavam-se coletivamente nas eleições, podiam até mesmo estar conectados por laços familiares e de compadrio, mas sua identidade

principal dizia respeito ao seu posicionamento crítico com relação à monarquia e à escravidão, desejando mudanças sociais e políticas.

HERDEIROS DO CHARQUE? RESPONDENDO E CONCLUINDO

A questão que norteou o presente capítulo foi a seguinte: tendo em vista que as lideranças políticas liberais e conservadoras estavam profundamente vinculadas às famílias dos charqueadores mais ricos de Pelotas, qual o perfil dos líderes republicanos que começaram a protagonizar a propaganda nos anos 1880? Ao contrário de outras elites brasileiras que aderiram ao republicanismo, como os cafeicultores paulistas e muitas famílias de estancieiros do Rio Grande do Sul, por exemplo, a listagem dos membros do clube republicano de Pelotas que elaboramos contava com somente um charqueador, Luís Honório da Silva, e ele não estava entre os mais ricos. Defendendo a escravidão e a monarquia, mantendo a ordem social local, ajudando a financiar as guerras na qual o Brasil participou e as eleições que garantiam as maiorias parlamentares dos gabinetes que apoiavam, os barões do charque podiam se considerar um sustentáculo do Império e da escravidão na fronteira sul e, já em idade avançada nos anos 1870 e 1880, mantiveram-se fiéis às suas convicções.

Contudo, como já afirmamos nesse texto e como outros autores também demonstram, as famílias constituíam-se em importantes atores políticos do período, de forma que é equivocado analisar os indivíduos de forma isolada. Portanto, quando se analisa o grupo de republicanos com um olhar voltado para as relações familiares, percebemos que alguns deles eram sim herdeiros do charque, pois se os seus pais eram monarquistas e escravistas, muitos tornaram-se republicanos e abolicionistas. Tal ligação é menos presente nos grupos A e B, ou seja, aqueles que não conseguiam ultrapassar a barreira provincial da propaganda. Mas quando se observa o grupo C a coisa muda de figura. Pertenciam a esse grupo os advogados Alexandre Cassiano do Nascimento, João Jacintho de Mendonça Junior, Adolpho Luiz Osório, Henrique Martins Chaves, Álvaro José Gonçalves Chaves, Possidônio Mâncio da Cunha Junior e José Vieira da Cunha, além do jornalista Ismael Simões Lopes, todos residindo em São Paulo no período de propaganda. E também

os médicos Bruno Chaves, Edmundo Berchon des Essarts e Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas, além dos engenheiros José Gonçalves Chaves, Ildefonso Simões Lopes e José Barbosa Gonçalves, todos residindo no Rio de Janeiro.

Pelo próprio sobrenome de alguns deles já é possível identificar sua ligação com algumas das mencionadas famílias charqueadoras mais ricas: Simões Lopes, Mendonça, Cunha, Osório, Gonçalves Chaves, Almeida. Eram fortunas erguidas ao longo do tempo, a partir da exploração do trabalho escravo e do latifúndio. Fortunas que viabilizavam a manutenção de filhos e netos nas academias imperiais e renderam títulos de nobreza e poder político. As exceções do grupo pareciam ser Cassiano do Nascimento, Edmundo des Essarts, Domingos Mascarenhas e José Barbosa Gonçalves. Mas sua ligação com ricas famílias charqueadoras era evidente. Mascarenhas descendia de dois ramos ricos de charqueadores dos anos 1830/1840, com destaque para o Rodrigues Barcellos; Cassiano era filho de um importante comerciante-charqueador que foi deputado provincial pelo Partido Liberal; Edmundo era cunhado de Bruno Chaves, que era primo de Álvaro e Henrique Chaves, e descendia de Jean Batista Roux, um francês que teve uma charqueada em Pelotas nos anos 1830. Quanto à José Gonçalves, ele não era vinculado às famílias charqueadoras pelotenses, mas era sobrinho-neto de nada mais, nada menos, que Bento Gonçalves da Silva, o chefe da Revolução Farroupilha (1835-1845).

Uma ancestralidade familiar republicana também parece ter sido algo muito caro a esse grupo, o que pode ajudar a explicar parcialmente seu posicionamento político na propaganda. Em 1886, alguns deles, cujos pais ou avós lutaram na Revolução Farroupilha, homenagearam o caráter republicano da guerra mandando erguer um obelisco na cidade, por conta do seu cinquentenário da proclamação da República de Piratini, em 1836 (Cf. GIORDANI, 2014). Para eles, a tradição republicana dos farrapos precisava manter-se viva para legitimar a propaganda no seu presente. Domingos José de Almeida e Antônio José Gonçalves Chaves, dois ricos charqueadores dos anos 1830, que eram parentes de outros charqueadores das famílias Rodrigues Barcellos e Mascarenhas, foram líderes do movimento e eram tidos como exemplos a serem seguidos pelos mesmos. Nos anos 1870 e 1880, seus herdeiros ainda eram muito ricos: o charqueador e advogado Antônio José Gonçalves Chaves

Filho estava entre os mais ricos na segunda metade do oitocentos, mesma posição ocupada por Junius Brutus Cassius de Almeida. Riqueza, poder e prestígio tendiam a concentrar-se nas mãos de poucos e possuíam um alto grau de permanência nas mesmas famílias, adaptando-se às transformações socioeconômicas e aos novos tempos.

Mas o que mais impressiona disso tudo é que o vínculo com as ricas famílias charqueadoras que condicionava a diferenciação hierárquica entre as lideranças políticas monarquistas se repetia entre os republicanos. Em Pelotas, quanto maior a importância das lideranças políticas dentro dos partidos liberal, conservador e republicano, mais intimamente ligados às famílias de ricos charqueadores eles estavam. Portanto, as altas lideranças republicanas eram sim herdeiras do charque e foram eles que se destacaram politicamente no novo regime, ocupando altos cargos como os de deputado federal, senador e ministro de Estado. Isto significa dizer que o 15 de novembro colocou no poder, pelo menos em Pelotas, um grupo de políticos do mesmo estrato social que os líderes monarquistas. Eram jovens crescidos nos privilégios da casa grande, formados nas mesmas escolas imperiais que os monarquistas, mas com um ideário político renovado, um projeto de nação um pouco mais moderno, mas ainda amarrado ao peso da tradição dos barões do charque. No entanto, o seu desempenho político, o grau de modernidade e conservadorismo de seus projetos, os seus sucessos e seus fracassos, ainda permanecem como temas a serem mais bem investigados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sergio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a Geração 1870 na crise do Brasil-Imperio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial: Teatro de sombras: a política imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre:

EDUFRGS, 1996. (1ª ed. 1967).

GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz; MAGALHÃES, Mario Osorio (Orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. 3. ed. Pelotas: UFPel, 2017.

GIORDANI, Laura. *Monumento à República: Estudo e Interpretações sobre o Obelisco de Pelotas*. Trabalho de conclusão de curso em História. Pelotas: UFPel, 2014.

GONÇALVES, Mariana Couto. A vida de Obra do Escritor Bernardo Taveira Junior. *Revista Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v. 11, n.2, 2015, p. 217-232.

LONER, Beatriz. 1887: A Revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. *História em Revista*, Pelotas, v. 3, 1997.

LONER, Beatriz. Negros: Organização e Luta em Pelotas. *História em Revista*, Pelotas, nº 5, 1999, p. 7-28.

LOPES, Aristeu Machado. *Traços da política: representações do mundo político na imprensa ilustrada e humorística pelotense do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. (1ª ed. 1971).

NUNES, Etiane C. “*Não, a mulher brasileira não é escravocrata*”: a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas (1881-1884). Trabalho de conclusão de curso em História, UFPel, 2019.

OSORIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. 3ª. ed. Pelotas: Armazém Literário, v. 1, 1997. (1ª ed. 1922).

PERES, Jéssica Rodrigues B. *Propagandistas republicanos na terra das charqueadas: uma análise dos republicanos pelotenses durante a crise da monarquia*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Pelotas: UFPel, 2018.

PINTO, Celi. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

SACCOL, Tassiana Parcianello. *Um propagandista da república: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão*

racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVEIRA, Cássia Macedo. *Sociedade Partenon Literário: Literatura e Política na Porto alegre do século XIX*. Curitiba: Prismas, 2016.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: UFSM, 2010.

VARGAS, Jonas Moreira. As duas faces do coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José Iran (Orgs.). *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: Câmara Municipal de Santa Maria, 2010b, p. 287-320.

VARGAS, Jonas Moreira. *Os Barões do charque e suas fortunas: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VARGAS, Jonas Moreira. A política rio-grandense no Segundo Império: um balanço historiográfico. In: DOMINGOS, Charles Sidarta M.; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas S. (Orgs.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 12-35.

VARGAS, Jonas; SACCOL, Tassiana. Pai monarquista, filho republicano: propaganda republicana, eleições e relações familiares a partir da trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1877-1889). *Anais da VIII Mostra de Pesquisa do APERS*. Poa: Corag/APERS, 2010, p. 225-249.

PARTE III

NOVAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA

X

OS SENHORES DA GUERRA E AS FRONTEIRAS:

Rio Grande do Sul, século XIX

CESAR AUGUSTO BARCELLOS GUAZZELLI

ANTES QUE NADA, DUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O QUE FAÇO E DE ONDE EVENTUALMENTE escrevo. Primeiramente, para quem interessar possa, neste bissexto, que é também um duplo vinte, faz trinta e quatro anos que ingressei no Curso de História da UFRGS já contemplei trinta e um anos de ingresso como Professor Auxiliar de Ensino no Departamento de História da UFRGS, vinte e nove que sou Mestre em História, vinte e um que completei o Doutorado e cinco que sou Professor Titular na mesma casa¹.

Segundamente, refletir sobre uma confissão que os escritores – confesso desde logo a inveja que tenho deles – comumente fazem: suas personagens “fogem” de seus criadores, como se adquirissem vida própria². Assim, com tantos anos no ofício, há temas que me “seguem” por todo este tempo, como se aparecessem por conta própria! Já há alguns anos me dedico às relações entre História e Literatura, e eis-me de volta aos caudilhos das fronteiras rio-grandenses com suas tropelias, suas milícias irregulares, e os problemas decorrentes no processo de formação dos Estados Nacionais. Ou seja, num texto de História Política! “Ser ou não ser, eis a questão!”³.

¹ Parafrazeio Gonçalo Mendes da Maia, *O Lidador*, senhor da Beja, guardião da fronteira portuguesa contra os mouros no século X, sem os atos heroicos do cavaleiro (HERCULANO, 2007).

² Dentre muitos, cito 'Érico Veríssimo, Jorge L. Borges, García Márquez, C. S. Lewis, P. D. James etc.

³ “*To be or not to be, that is the question!*” Há toda uma filosofia de vida numa frase de Hamlet (SHAKESPEARE,

Preciso voltar no tempo e descobrir quem fui e o que fiz, quem sabe trazendo daí as razões para o que sou e o que faço. E lá entre as coisas que iniciei estavam aqueles caudilhos aos quais chamei de “senhores da guerra” em algum momento que já não lembro mais.⁴ ‘Saliento que não dou à palavra “caudilho” aquele sentido ampliado que alguns usam para chefes políticos em geral. Nos meus ditos e escritos sobre o espaço platino do XIX – incluindo aqui o Rio Grande do Sul – me refiro a comandantes regionais, quase sempre latifundiários e ligados à criação de gado, que arrastavam consigo tropas irregulares, no mais das vezes constituídas por sua parentela e suas peonadas.

Numa proposta ambiciosa de remexer no traiçoeiro pântano do XIX busco ainda alguns fundamentos para três questões, duas mais gerais e outra específica para o Rio Grande do Sul: 1) como se construíram os caudilhos, “senhores da guerra”, nas fronteiras, as relações sociais de produção e a formação do espaço; 2) como eles pensaram os Estados nacionais a partir de suas “regiões-províncias” 3) como os caudilhos rio-grandenses fizeram suas guerras no Prata. Faço aqui de cada uma destas questões um tópico do texto, mas jamais penso em separá-las; elas estão articuladas e dialeticamente tratadas em relação à empiria.

OS CAUDILHOS E AS FRONTEIRAS:

RELAÇÕES DE TRABALHO FORMAÇÃO DO ESPAÇO

A palavra fronteira, no seu sentido mais amplo, refere-se a um lugar de passagem, ou até a um “não-lugar”, ambíguo e não confiável. Assim, quando pensamos nas fronteiras americanas do século XIX, torna-se mister o entendimento deles enquanto construções históricas, resultando de complexos processos de ocupação e transformação do espaço, herdeiras de determinações econômicas, sociais, políticas e culturais muito variadas. Essas fronteiras

1971, p. 1047). A densidade de conhecimento que o drama é capaz de transmitir numa única frase necessitaria de algumas dezenas de livros de História! Fazer o que...

⁴ Sempre que posso, distingo esta expressão de uma muito semelhante usada pela professora Helga Iracema Landgraff Picollo, “senhores guerreiros”: “senhores da guerra” busca o sentido de que eles eram os “donos” das guerras, mais do que meros atores imiscuídos nelas. Ainda gosto e faço uso da ideia!

revelam miscigenações étnicas e culturais próprias, bem como práticas econômico-sociais e políticas originais.

Os “homens das fronteiras” são também “fronteiriços”: a autonomia, pouca adesão a normas legais, as relações com aqueles do “outro lado”, atividades econômicas próprias destes espaços, trazem a eles dúvidas quanto às suas lealdades e intenções. Paradoxalmente, aqueles que ocupam e guardam suas fronteiras, não recebem confiança em relação respectivos governos, desde a Colônia. Há quase sempre a impressão de que as fronteiras são distantes, malcuidadas, mas sem condições para um controle maior.

Gosto de afirmar que a primeira fronteira americana foi a “beira da praia” (GUAZZELLI, 2009). Conhecer o espaço, seus caminhos, clima, flora, fauna, e os “outros” que ali estavam, seriam impossíveis sem estreitos laços com os aqueles, em especial familiares, numa ampla mestiçagem étnico-cultural. As autoridades dos primeiros tempos, e mesmo o clero faziam vistas grossas para as relações matrimoniais entre europeus e nativas: a primeira geração de fronteiriços foi formada por mestiços. E eram muitas as queixas mais reativas a esses homens: não cumpriam os deveres religiosos, eram irreverentes com as autoridades, desrespeitavam bens e famílias etc. Eram, no entanto, os melhores guias e conhecedores das gentes da terra, os únicos capazes de promover a conquista.

E na medida em que avançavam as fronteiras, repetiam-se os contatos com diferentes “outros”, e se reproduziam os intercâmbios. No Brasil, as “bandeiras” paulistas que assolavam os Guaranis eram formadas por uns poucos “mamelucos”⁵ no comando de centenas de Tupis, todos falando uma “Língua Geral” que não era o Português. Em terras de Espanha, por todas as partes indígenas negociavam com os soldados, transformando-se de caçadores em traficantes de gado bovino e cavalar. Se mestiços tinham incorporado muitos dos hábitos dos naturais da terra; estes haviam aprendido a domar os cavalos e consumir das reses trazidas do Velho Mundo.

Mas se essa, grosso modo, foi uma realidade nas chamadas “fronteiras civilizatórias”, onde as miscigenações eram a forma de sobreviver, não foi muito diferente quando houve confronto de diferentes “civilizações” nos mesmos

⁵ Palavra que no árabe designava escravos, na América portuguesa se referia a mestiços de brancos e indígenas, e usada como pejorativo aos sertanistas que se dedicavam à preia de indígenas.

espaços: formavam-se alianças, e os europeus exploravam as disputas tribais em função de seus interesses. Inseridos em atividades semelhantes, numa mesma paisagem, os fronteiros de diferentes origens desenvolveram cultura próprias, superando as diferenças de cada lado, além de muitas vezes constituírem famílias mistas, geradoras de novos mestiços. Formavam-se sociedades peculiares, cujas atitudes eram também “fronteiriças”, gerando muitas desconfianças nos centros “civilizados”, fossem eles leigos ou clérigos.

No século XIX iniciou-se o processo de formação dos Estados nacionais na América. As cidades portuárias, detinham as relações comerciais externas e suas elites se constituíam naquelas “protoburguesias” capazes de promoverem a penetração do Capitalismo em países recém liberados das tutelas metropolitanas (HOBSBAWM, 1977). Políticos urbanos e intelectuais preocupavam-se com os Estados nacionais estavam criando e os obstáculos que se apresentavam aos projetos centralizadores. Nesse sentido, os homens da fronteira, antes responsáveis pela conquista levada às plagas mais distantes, serão vistos como aqueles que, moldados pelos “desertos” e pelo atavismo dado pela miscigenação com raças “inferiores”, serão incapazes de compreensão das ambições “civilizadas”.

Quanto ao Continente de São Pedro a questão da fronteira foi desde sempre uma marca fundamental⁶. Num desenho parecido ao de um losango, o rio Uruguai faz a divisa oeste com a Argentina, uns 1.003 quilômetros; já com o Uruguai, a fronteira sul mede 1.069 quilômetros; assim, mais de 50% do perímetro do estado é formado por fronteiras com países platinos. Assim, o Rio Grande foi tratado pela historiografia tradicional e apologética como a “sentinela avançada do Brasil” ou a “marca lusitana no Rio da Prata”. Esta fronteira “fechada” dava ao Rio Grande uma matriz lusitana, separada das influências castelhanas (GUTFREIND, 1992).

A partir das décadas de 1980 e 1990, inspirados pela Geografia Crítica desenvolvida no Brasil por Milton Santos, o espaço fronteiriço foi desnaturalizado e tratado como uma construção histórica, determinada pela apro-

⁶ Em outro texto discorri sobre o mito da Ilha Brasil, espaço imaginário criado pelos portugueses que atribuía aos rios das bacias Amazônica e Platina, incluindo os divisores de águas, a formação de um espaço “natural” para a ocupação portuguesa. Esta ideia conferia à Espanha o domínio do Continente, ao qual fazia parte o território do atual Rio Grande do Sul. Assim, as expedições para preia de gado e contrabando dirigiam-se ao Continente, nome que se difundiu nos tempos coloniais. Cf. GUAZZELLI (2018).

priação do território, numa disputa de processos concorrentes de Espanha e Portugal. Os limites passaram à categoria de “desenhos” abstratos nos mapas oficiais, uma abstração; o espaço fronteiriço era tratado como “aberto”, “móvel”, ou “poroso”, um lugar de trânsito quase livre. Se esta visão de uma fronteira aberta ao mundo castelhano foi um avanço àquela historiografia tradicional

Esta visão de uma “fronteira aberta”, desenvolvida na historiografia em oposição àquela noção de uma “fronteira fechada”, representou um avanço para a compreensão dos chefes rio-grandenses, muitas vezes desafinados com as autoridades centrais desde a Colônia. No entanto, esta ideia de uma fronteira como espaço de circulação relativamente frouxo foi refutada por estudos recentes da historiadora Mariana Flores de Cunha Thompson Flores (2014), estudiosa do contrabando e outros delitos cometidos nesses lugares. Suas pesquisas identificam na fronteira rio-grandense um papel bem mais atuante do Estado, numa alternância de momentos de maior e menor integração dos habitantes de ambos os lados. Mais importante, a historiadora mostra que os sujeitos fronteiriços tinham clareza em relação à linha de fronteira enquanto limite, que marcava o reconhecimento dos que viviam no “outro lado” como estrangeiros. O corolário disso foi o conceito de “fronteira manejada”: os sujeitos fronteiriços lidam concretamente com os limites, mas tratam de “manejá-la” aos seus interesses.

As fronteiras americanas resultaram de processos de formação do espaço, entendido aqui como resultado das relações estabelecidas entre os homens com a natureza, mas também entre eles. Ou seja, as assimetrias sociais caracterizaram as formas de ocupação e transformação dos espaços físicos. Neste sentido, penso nos espaços fronteiriços como historicamente constituídos e em permanente movimento⁷.

A formação do espaço nas fronteiras platinas esteve ligada à constituição dos latifúndios pecuários e outras formas de exploração das terras. A preia do gado chimarrão para extração dos couros para exportação à Inglaterra, precocemente mostrou-se irracional, na medida em que os rebanhos xucros

⁷ Fundamentais para este entendimento foram os trabalhos do geógrafo Milton Santos. Neste sentido, propôs mudar o conceito marxista de Formação Econômico-Social para Formação Econômico-Social Espacial. Cf. SANTOS (2020).

se reduziam paulatinamente⁸. A apropriação dos rebanhos foi a forma privada de encetar a criação dos bovinos. Na sequência, o processo de privatização das terras realengas para dar favorecer a pecuária configurou um modelo de propriedade da classe dominante fundiária na América Platina. Os papéis eram concedidos àqueles que prestavam serviços às autoridades coloniais, e as *mercedes de tierras* no lado espanhol tiveram a contrapartida nas sesmarias portuguesas. Mas para a exploração econômica era necessária mão-de-obra...

Havia homens dispersos pelas campanhas platinas, ausentes de relações de trabalho, vivendo do que lhes proporcionava a terra, em especial vacuns para abater. Estavam muitas vezes associados formando grupos salteadores ou dividindo o espaço com os indígenas. Eles constituíram os trabalhadores que os primeiros “empresários” que se voltaram para o comércio com couros agenciaram para o abate das reses chimarronas, retirada e entrega das peles. Eram na Colônia espanhola chamados de *changadores* ou *gaudérios!*⁹

Homens vagando pelos campos a formação da propriedade privada desconheciam a apropriação das reses e as abatiam para consumo próprio, além do desprezo ao trabalho nas primeiras estâncias de criação¹⁰. Obriga-los ao trabalho exigia a intervenção das autoridades. Criaram-se diversas medidas restritivas aos *gaudérios*, que em seu conjunto são tratadas como “leis de vadiagem”: pragmaticamente, os que viviam sem vínculos empregatícios estariam usufruindo de bens alheios, sujeitos a diversas penas, desde a perda dos poucos bens às prisões, ou serviço militar forçado nas fronteiras (GARAVAGLIA, 1999). Uma extensa sinonímia foi usada para designar os “foras da lei”: além de *gaudérios* e *suelos*, apareceram termos como *cuatrerros*, *malos*, *malentretenidos*, *matreros*, *vagabundos*, *vagamundos*, *vagos*; nos finais do XVIII aparecem as primeiras referências a *gauchos* gaúchos, em Português – com o mesmo significado¹¹.

⁸ A demanda de couros devida à Revolução Industrial inglesa converteu um bem “não-econômico” em “mercadoria”, sendo esta a primeira grande relação capitalista no Rio da Prata (POMER, 1986).

⁹ *Changas* são trabalhos eventuais, espanholismo usado na campanha sul-rio-grandense. No entanto desconheço que nela haja o uso de “changador” mas, com o mesmo sentido, existe “changuero”. *Gaudério* se usa em todo o Prata, incluindo o Rio Grande. Originalmente deriva de “viver ao gáudio”, dirigida àqueles que não trabalhavam; mais tarde foi generalizada para “vagabundos”, e só mais recentemente adquiriu no Rio Grande sinonímia com hábitos campeiros compartilhados pelo tradicionalismo. Cf. CONI (1969) e RODRÍGUEZ MOLAS (1994).

¹⁰ Estância designa fazenda de criação de gado bovino, palavra em uso na campanha do Rio Grande do Sul. Deriva de *suerte de estancia*, terra doada àqueles que realizavam serviços para a Coroa.

¹¹ *Gaucha* é uma palavra de origem muito obscura. Cf. ASSUNÇÃO (1962) e BARBOSA LESSA (1978).

Só o trabalho isentava as penas. As *papeletas de conchabado*¹² foram criadas para da fixação como peão de uma estância. Domesticavam-se as reses e os homens! Fora gerada uma situação conflitiva para essa plebe, obrigada ao trabalho nas estâncias; mas nelas havia pouca oferta de trabalho. Por outro lado, a quantidade de trabalhadores permanentes que se necessita numa estância era bastante exígua: para tomar conta de dez mil cabeças eram precisos dez peões e um capataz; calculando-se aproximadamente uma cabeça para cada dois hectares, esses dez peões poderiam cobrir uma extensão de vinte mil hectares. Assim, os indivíduos marginalizados se engajavam em tarefas como roubo de gado ou contrabando, organizando-se em bandos que muitas vezes eram contratados por respeitáveis proprietários ou pelas mesmíssimas autoridades.

Contando com antigos gaúchos, nem todos envolvidos com a rotina das estâncias, os proprietários tornavam-se chefes de seus próprios empregados, formando milícias próprias. Em lugares distantes de autoridades ou forças militares regulares, estes estancieiros-comandantes de peões-milicianos foram os caudilhos responsáveis por guardar as fronteiras, combater os indígenas, perseguir os delinquentes, ou seja, impor a ordem, de acordo com seus interesses. Os centros de poder desconfiavam destes homens, mas precisavam deles!

A formação da grande propriedade pecuária esteve pois na origem tanto dos caudilhos como dos milicianos. O enquadramento forçado ao trabalho pela apropriação da terra era responsável pela transformação do gaúcho perseguido em peão ou em miliciano: não foi o antigo gaúcho, o decantado cavaleiro livre, que se tornou no soldado das tropas irregulares, mas seu sucedâneo, os peões campeiros ou aqueles outros que eram usados para ilícitos dos seus senhores; as milícias foram constituídas por indivíduos já ligados à propriedade de um caudilho-estancieiro. A ideia de que as guerras civis foram uma expressão de uma “*guerra gaucha*” era baseada numa aparência¹³. As

¹² *Conchabo* era a relação de trabalho com um estancieiro. A palavra ainda é usada na campanha. Na República Rio-Grandense se criaram “passaportes” para controlar os deslocamentos de campeiros (GUAZZELLI, 2013).

¹³ Esta era designação para a guerrilha comandada por Martín de Güemes entre 1814 e 1821 contra os realistas espanhóis em Salta e Jujuy. Seu regimento de, *Los Infernales*, garantiu que o Rio da Prata fosse o único território não invadido pelos realistas. Cf. MATA (2008) e LUGONES (2009).

milícias – ou *montoneras*¹⁴, no Rio da Prata – resultavam da incorporação da plebe nas lutas entre grupos dominantes.

Quero na sequência refletir sobre como se processava a adesão dos peões aos seus patrões em guerras que não suas! As lidas do campo eram arriscadas e exigiam destreza nas armas e habilidades para montar. Os manejos importantes na pecuária extensiva foram a castração, para amansar os rebanhos e melhorar a qualidade da carne, e uma relativa preservação das fêmeas para permitir uma procriação adequada. Para evitar os abigeatos e furto de couros, a marcação das reses tornou-se obrigatória. Assim, a intensificação do trabalho de dava na castração e na marcação, realizadas ao mesmo tempo, empregando-se trabalhadores avulsos. Tarefa importante no diário era a vigilância das reses: a “ronda” noturna, para impedir o abigeato, e as saídas diurnas em busca de reses extraviadas. Não há uma diferença fundamental entre os peões e os milicianos, todos estão serviço da preservação da propriedade.

O próprio cotidiano das estâncias lembra um aquartelamento: as refeições comuns, o abrigo coletivo dos peões no galpão próximo à casa sede da estância. Naquelas estâncias muito extensas, colocavam-se indivíduos de confiança, normalmente vem experimentados, habitando nos limites. Esses “postos” – como atalaias fronteiriças – tinham autonomia, permitindo que a propriedade fosse ampliada mantendo-se a vigilância. Os “posteiros” eram agregados que podiam usar para seu benefício as terras que cuidavam, como lugares-tenentes dos estancieiros.

Pequenos e médios proprietários mantinham suas terras, quase sempre com mão de obra familiar, mas dependiam das grandes estâncias para sobreviver. Não apenas os latifundiários podiam garantir ou não essas propriedades dependendo da “fidelidade” que recebessem, como também precisavam de ganhos alugando seu trabalho em tarefas que exigissem mais peões do que aqueles permanentes. Uma propriedade média tinha ao redor de duzentas reses; com uma reprodução aproximada de quinze por cento não supria as necessidades de uma família. Também os assim chamados lavradores criavam suas reses e faziam parte dessa grande rede de poder em torno dos estancieiros (OSORIO, 2007).

¹⁴ *Montonera* deriva de *montón*, chusma, ralé; era um pejorativo criado pelos espanhóis durante o cerco de Montevideo em 1811 pelas milícias de Artigas.

No Rio Grande do Sul foi muito significativa a presença de escravos nas atividades com o gado. Isto era negado pela suposição de que montados e armados estes escravos se evadiriam, o que efetivamente acontecia (PETIZ, 2006). No entanto, a presença de lanceiros negros nas guerras do Prata já apontava para sua presença nas lidas campeiras, única forma de aprender a montar. Uma gravura de Debret de 1823 mostra um escravo montado conduzindo uma tropa de mulas; isto indica que havia negros cavaleiros, e portadores da confiança dos seus senhores¹⁵. Pesquisas mais recentes comprovaram a presença efetiva de escravos campeiros, alguns destacados como domadores ou até capatazes. As relações escravistas nas estâncias eram muito complexas, às vezes contemplando pagamentos ou aluguel de serviços (FARINATTI, 2010).

As relações de trabalho entre peões e proprietários adquirem um caráter peculiar. Sendo um trabalho formalmente livre na medida em que é remunerado, apresenta ocultadas algumas relações de tipo pré-capitalista. Além do assalariamento ser muitas vezes em espécie, a garantia de alimentação e moradia aparece como sendo uma concessão do estancieiro: ou seja, além do pagamento, o patrão proporciona ao seu peão casa e comida pelo trabalho. Na verdade, tais “concessões” nada mais representam que formas disfarçadas de “renda da terra”: o estancieiro, na medida em que não fornece pelo trabalho um pagamento suficiente para que o trabalhador possa com a venda do trabalho garantir sua reprodução, não lhe cobra o uso de suas instalações e de seus alimentos. “Renda” é uma remuneração pré-capitalista; no capitalismo é o “salário”.

Assim, os peões estão pagando “renda da terra” que é subtraída do “salário”, permanecendo esta relação encoberta. Essa característica quanto aos “posteiros” é ainda mais evidente: na medida em que se permitia ao titular de um “posto” que dispusesse de alguma terra para plantar gêneros alimentícios e criar algumas cabeças, a presença da renda disfarçada da terra tornava-se mais importante que o próprio assalariamento.

A vida nas estâncias era muito frugal, a ponto de surpreender europeus como Saint-Hilaire (2002): patrões e peões em seu cotidiano tinham as refeições, “vícios” e diversões comuns, que culminavam numa mesma linguagem

¹⁵ Ver BANDEIRA & LAGO (2017, p. 243) e GUAZZELLI (2011).

e numa aversão ao que fosse diferente: as autoridades, a cidade, e quem não fosse “de a cavalo” – lavradores açorianos, escravos do eito, e mais tarde os imigrantes. Para os peões os patrões representavam a segurança que não teriam em relação aos estranhos que faziam as leis que o perseguiram, e este foi um aspecto fundamental para a definição da capacidade dos proprietários rio-grandenses na arregimentação de exércitos irregulares.

Aqui, que é o objetivo principal deste texto, também usarei também de categorias marxistas, fundamentalmente tratando de relações pré-capitalistas, que procuro associar a alguns elementos retirados da teoria do discurso. Em relação à plebe rural, o “discurso” dos caudilhos levava em conta o reforço das identidades rurais, provincianas. Especial aqui era a criação de um antagonismo entre o mundo rural, ameaçado pelos “doutores” e autoridades dos maiores centros urbanos. O poder dos caudilhos sobre seus milicianos em tempo de guerra, era uma consequência das relações de trabalho que haviam entre dos mesmos homens enquanto peões e proprietários em tempos de paz. Nas sociedades pastoris, tais relações têm peculiaridades.

Como no Prata, foi a cavalaria ligeira a arma por excelência das milícias rio-grandenses, e a guerra praticada sempre foi “de movimento”, a guerrilha a cavalo¹⁶. Assim como os caudilhos platinos, esta era a única forma possível de enfrentamento aos exércitos regulares que poderiam oferecer os “senhores da guerra” do Rio Grande. A falta de armamento de fogo impedia a formação de esquadrões de infantaria – fundamentais para manutenção de terrenos conquistados, – e menos ainda de uma artilharia eficiente. A relativa abundância de cavalos, a familiaridade dos peões com as montarias, a simplicidade dos combates – uma carga de lanceiros seguida de uma fuga com os petrechos capturados ao inimigo – fizeram da *guerra gaucha*¹⁷ uma condição quase natural para aqueles estancieiros que pudessem reunir em torno de si umas poucas dezenas de peões.

No caso do Rio Grande, além dos trabalhadores livres era fundamental levar em conta a situação dos cativos. Diversos deles fizeram parte de regi-

¹⁶ Houve muitas comparações dos gaúchos com povos “bárbaros”: “*hordas bárbaras*”, em SARMIENTO (1952); “cossacos”, em AVÉ-LALLEMENT (1980); “beduínos berberes” em ORNELAS (1956).

¹⁷ Esta era designação para a guerrilha comandada por Martín de Güemes entre 1814 e 1821 contra os realistas espanhóis em Salta e Jujuy. Seu regimento de, *Los Infernales*, garantiu que o Rio da Prata fosse o único território não invadido pelos realistas. Cf. MATA (2008) e LUGONES (2009).

mentos de cavalaria, como seria a situação dos famosos “lanceiros negros” ao tempo da Guerra dos Farrapos; a grande utilização dos escravos, no entanto, foi naquela arma da qual os homens livres recusavam, a infantaria. Os negros infantes, que formavam os quadros para aguentar os impactos iniciais das tropas legalistas, foram as maiores vítimas guerra; diferentemente dos demais, eles lutavam pela própria liberdade, oferecida via de regra como condição para o serviço militar. E esta foi uma usança por todo o espaço platino, desde as lutas pela independência.

Há ainda algumas considerações sobre as “vantagens” decorrentes do engajamento nas tropas irregulares formadas pelos “senhores da guerra” do Rio Grande, e que se deviam fundamentalmente ao saque às propriedades dos inimigos, uma condição que a tônica em todas as guerras civis ao longo do século XIX no espaço platino (BARRÁN; NAHUM, 1993). Para os peões de estância, cujos bens materiais eram muito escassos, a possibilidade de se apossarem de bens ou representava uma aventura interessante. Aqueles que estavam numa situação hierárquica mais vantajosa, capatazes ou “posteiros”, tinham a chance de formar um pecúlio próprio com reses saqueadas.

Obviamente a guerra era um melhor negócio para os comandantes-estancieiros, que ampliavam seus rebanhos e eventualmente açambarcavam mais terras para suas propriedades. Mas consuetudinariamente se instituía o saque generalizado, e do “botim de guerra” todos tiravam algum partido, o que também só era possível pelas características da “guerra de movimento” com regimentos de cavalaria ligeira. Assim, a luta pelos interesses dos patrões, identificados com o coletivo dos trabalhadores das estâncias, se propiciava um maior enriquecimento destes patrões, trazia também algumas vantagens que não eram desprezíveis para a plebe do campo.

OS CAUDILHOS, REGIÕES-PROVÍNCIAS E ESTADOS NACIONAIS

A questão dos nacionalismos, das nações e dos Estados nacionais atravessa o século XIX. Necessária à afirmação do capitalista, resultou das Revoluções Burguesas, destacadamente a Americana de 1776, onde a descolônização resultou nos Estados Unidos da América, e a Francesa de 1789, que matou os reis e quase toda nobreza e espantou o clero (Cf. HOBBSAWM,

1977, p. 127-149). Nas colônias da América Latina não havia burguesias, e os processos revolucionários que levaram às descolonizações foram levadas adiante por grupos sociais não burgueses ilustrados (KOSSOK; KÜBLER; ZEVEERS, 1983).

Não tratarei do complexo processo de construção das nações. No entanto, os movimentos nacionalistas se propagaram por toda América Latina, onde tiveram graus distintos de afirmação entre os setores dominantes das diferentes unidades que compunham as colônias ibéricas. Pela compreensão dos diversos processos de formação dos Estados nacionais, a partir dos quais de diferentes maneiras forjaram-se as nações americanas, mas este texto não tem tal ambição. Interessam as resistências aos intentos de criação daqueles Estados, nelas os papéis dos caudilhos que encenou um panorama generalizado de guerras civis¹⁸. Os chefes platinos – entre eles os “senhores da guerra” rio-grandenses – conformaram relações sociais peculiares: aquelas “verticais”, que tornavam possível a formação de suas milícias irregulares para quaisquer guerras; ao mesmo tempo, outras num plano “horizontal”, que os tornavam representantes das unidades provinciais que podiam comprometer a consolidação dos Estados nacionais. Neste caso, as áreas de fronteira que se faziam muito importantes. Por um lado, a garantia dos espaços era dada pelos que ali estavam estacionados, pois raramente os governos centrais dispunham de reservas militares para estes fins.

Isso exigia uma autonomia desses comandos que, “manejando” as fronteiras, poderiam articular-se com outras chefias análogas e levar adiante projetos avessos aos interesses maiores de uma metrópole colonial ou de um Estado nacional. A posição da elite fronteiriça rio-grandense encravada no espaço platino era fundamental para a integridade do Império, e sua preservação passava pelo atendimento de algumas demandas por vezes insólitas. Entender as escolhas políticas aparentemente erráticas dos “senhores da guerra” do Rio Grande exige trilhar a formação dos Estados nacionais no Prata, os conflitos que desencadeou, e as opções que se apresentaram.

Isto pode ser analisado a partir de categorias marxistas aplicadas nas questões referentes às resistências dos caudilhos aos Estados nacionais em

¹⁸ Entre muitos, destaque: RENAN (1997), HOBSBAWM (1991), ANDERSON (2008), GELLNER (1983) e THIESSE (1993).

vias de organização. O uso do conceito de “intercâmbio não equivalente” explicaria uma dependência nos tempos coloniais dos estancieiros às grandes casas comerciais metropolitanas, protegidas pelo Pacto Colonial. Desde um ponto de vista econômico, os criadores eram “produtores mercantis” que abasteciam de reses as charqueadas dos comerciantes dos principais centros urbanos, dependendo, pois, das condições oferecidas por este setor (Cf. CHIARAMONTE, 1991, p. 21-54).

Estas relações se davam de forma assimétrica, o que criaria a clivagem entre estes setores da classe dominante, produtores e comerciantes. Um criador de gado não tinha a possibilidade de medir o valor da sua produção comparativamente aos seus pares. Em contrapartida, os grandes comerciantes conheciam os “produtores mercantis” de diversas partes, podendo estabelecer os preços de compra pelos valores mínimos, fosse gado em pé ou seus derivados. Os charqueadores que tinham campos de inverno lucravam ainda mais: compravam reses por baixo preço e as faziam ganhar muito peso antes de abatê-las.

Habitualmente havia uma mão dupla nestes negócios. A circulação de moeda era muito escassa e as atividades bancárias restritas. Portanto, as condições para financiar atividades produtivas eram precárias, e recorrer aos mercadores mais importantes para obtenção de recursos era frequente. Neste círculo vicioso, os produtores vendiam pelos preços impostos pelos compradores, e se endividavam com os mesmos para reposição de matrizes, conservação das propriedades, pagamento de despesas de toda ordem. Os comerciantes metropolitanos eram os únicos agentes econômicos que tinham dinheiro¹⁹.

Constituíam, portanto, o verdadeiro grupo dominante no espaço latino. O “intercâmbio não equivalente” está na raiz destas relações. Como os preços eram arbitrariamente definidos pelos comerciantes, eles não refletiam os custos de produção dos bens mercantis, ou seja, o “trabalho agregado” neste processo. Quando a descolonização da América Latina enveredou rumo à organização dos Estados nacionais, o papel dos antigos comerciantes

¹⁹ Nas cidades de Pelotas e Rio Grande as casas comerciais eram filiais daqueles negociantes de “grosso calibre” do Rio de Janeiro, no mais das vezes ligados a matrizes em Portugal (MIRANDA, 2009). O título foi inspirado numa frase do próprio Bento Gonçalves no célebre manifesto que fez explicando as causas da ruptura com o Império (Cf. SILVA; ALMEIDA, 1985, p. 280-290).

monopolistas das metrópoles ibéricas foi tomado pelos grupos exportadores que, desde as cidades portuárias, tratavam de formar seus nexos comerciais com os países que lideravam a implantação do capitalismo.

Portanto, as elites “exportadoras” das cidades portuárias e as “não-exportadoras” das províncias tinham esta assimetria nas origens das respectivas inserções econômicas nas antigas colônias, o que foi muito evidente no Rio da Prata. Aos “produtores mercantis” distantes desses centros, prejudicados nestas relações em relação aos tempos coloniais, restavam as alianças regionais, definindo aquelas unidades políticas possíveis. O antigo Vice-Reinado, previamente dividido em Intendências, foi fragmentado em províncias, espaços onde estes grupos dominantes podiam esboçar um ordenamento jurídico-político e regular os negócios.

Estas considerações iniciais explicam genericamente as resistências à formação dos Estados nacionais, expressas no longo ciclo de guerras civis no século XIX. No entanto, para que os caudilhos provincianos pudessem combater os exércitos nacionais que se constituíam, precisavam de suas próprias hostes, e a formação destas milícias precisa ser também estudada à luz das relações econômicas que se estabeleceram verticalmente no espaço platino. Ou seja, entre estancieros e seus peões se formavam as bases do comando dos caudilhos sobre suas tropas.

É então necessário, ao debruçar-se numa ampla e grave conjuntura do século XIX, identificar com mais precisão os agentes políticos desta crise, e a questão do Estado nacional torna-se central. Para tanto é fundamental a categoria de “região-província”. A queda dos impérios coloniais ibéricos não foi sucedida imediatamente pelos Estados nacionais, mas pelas unidades políticas que garantiam a reprodução dos processos produtivos e comerciais com um mínimo de organização social capaz de garantir a ordem pública, despontando nelas a dominação dos caudilhos. No Rio da Prata, no entorno de cidades coloniais antigas²⁰ – não por acaso praças de atuação dos comerciantes metropolitanos – se constituíram essas “regiões-províncias”, articuladas pelos respectivos “produtores mercantis”, estancieros-caudilhos que defenderam seus interesses contra uma pretendida

²⁰ Cf. Chiamonte (1997). Das 14 províncias que formaram a Confederação Argentina de 1831 a 1852, 13 tinham os nomes de suas capitais (a única exceção era Entre Rios)

organização nacional que priorizava o comércio externo daquela “proto-burguesia” de Buenos Aires.

Desfeitos os laços que os ligavam ao comércio monopolista dos tempos coloniais, passaram a resistir aos grupos exportadores que tentavam organizar Estados centralizados que beneficiassem suas articulações comerciais externas. A bandeira do federalismo é consequência do vago entendimento que os caudilhos das diversas “regiões-províncias” tinham em relação ao Estado nacional, e refletia seus anseios por autonomia política e por preservação da atividade produtiva. Uma “federação” pressupõe a cessão por parte dos federados – estados ou províncias – de uma parcela importante de seus poderes àquela organização mais elevada. Ou seja, um governo “federal” forte!²¹. Neste sentido, o que buscavam as províncias platinas – o Rio Grande do Sul viveria estas demandas ao longo do XIX – era “confederações” ou “ligas” (CHIARAMONTE, 1993). Defendendo o protecionismo e a autonomia administrativa, o *Partido Federal* difundiu-se nas províncias em muitas vertentes, e foi a marca dos caudilhos “senhores da guerra”.

Houve ainda rupturas definitivas nesse fracionamento do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata deflagrado pela Revolução de Maio de 1810. O Paraguai proclamou sua independência em maio de 1811 e repeliu todas as ingerências externas até a Guerra da Trílice Aliança. Em junho do mesmo ano, os espanhóis retomaram o Alto Peru – grande parte da atual Bolívia – que fazia pouco havia aderido àquela Revolução. O último caso seria a Banda Oriental, invadida e tomada por Portugal em 1816, e convertida em Estado independente em 1830²².

Os projetos centralizadores – que variaram em interesses e tipos de organização – pretenderam sempre manter o controle aduaneiro do Estado e privilegiar as atividades de exportação, no caso de Buenos Aires, de charque e outros subprodutos da pecuária. Esse foi o lugar de criação e expansão do *Partido Unitario*, defensor da economia de livre-comércio em associação com o capitalismo inglês. A expressão urbana da cidade e a opulência de sua

²¹ Os artigos do jornal *The Federalist* foram formadores dos Estados Unidos da América. Cf. HAMILTON; MADISON; JAY (1996).

²² Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires e líder principal da Confederação Argentina, tinha planos de reincorporação destes territórios desgarrados do Vice-Reinado. Cf. GOLDMAN (1998) e DONGHI (1989).

campanha permitiu a adoção de hábitos que refletiam uma “civilização”, cujo paradigma era a França.

Nem sempre se evidenciavam com clareza grupos dominantes hegemônicos nas diferentes “regiões-províncias”, algumas vezes marcadas por acirradas disputas internas, como foi o caso da Banda Oriental e em alguns momentos o Rio Grande do Sul. Nas lutas pelo poder, os grupos regionais estabeleciam alianças com caudilhos de outras “regiões-províncias”, formando ligas frouxas e instáveis, que jamais alcançaram uma organização “federativa” naquele sentido de delegação de responsabilidades a alguma forma mais elevada de representação. Desta maneira, o século XIX foi marcado pelas guerras entre distintas “regiões-províncias”, entre setores que buscam hegemonia no interior de algumas delas e pela não aceitação do centralismo que exigiam as oligarquias exportadoras.

Mas havia *federales* também na província de Buenos Aires, com projetos e hábitos distintos. Articulando as plebes do campo e da cidade, souberam aproveitar as crises políticas *unitarias* e seus fracassos para imposição de um Estado nacional que controlasse as chefias provinciais. Rosas, um hábil chefe de milícias da campanha de Buenos Aires, articulado aos caudilhos mais importantes realizou o *Pacto Federal* que mantinha as autonomias provinciais. Na Confederação Argentina entre 1831 e 1852, a província de Buenos Aires seguia beneficiária da alfândega e defensora do livre-comércio; mesmo que as provinciais não sofressem intervenções nos mandos locais, problemas econômicos endêmicos provocavam revoltas localizadas, mesmo nos tempos mais estáveis. Assim, não eram surpreendentes alianças de ocasião com movimentos armados *unitarios* que combatiam o *federalismo* de Rosas, casos de Corrientes, Entre Ríos e Santa Fé, no *litoral*²³.

Havia ainda uma adesão dos *blancos* uruguaios com os *federales* argentinos, com um projeto de incorporar o Estado Oriental à Confederação, na qual Manuel Oribe foi um ator importante como chefe de armas de Rosas. Por outro lado, os *colorados* de Rivera, cioso do protagonismo do seu país nas lutas contra os *blancos*, era um aliado dos *unitarios*, muitos deles exilados em Montevideo. Os “senhores da guerra” do Rio Grande estiveram sempre entreverados nestas complexas disputas do Rio da Prata.

²³ *Litoral* é a planície de aluvião formada pelos rios Paraná e Uruguai. Além da Banda Oriental, faziam parte Buenos Aires, Santa Fé, Entre Ríos, Corrientes e Misiones (em disputa com o Paraguai).

Em síntese, o os caudilhos quando defendiam seus interesses, identificando-os com aqueles das suas províncias, sempre partiam de “discursos de crise”, fossem elas reais ou imaginárias, atribuídas a “outros”, aqueles que eram portadores das inseguranças trazidas pelos Estados nacionais que buscavam uma imposição centralizadora. Derivando da “crise”, abria-se espaço para um “discurso de nostalgia”, quando eram elencadas evocações de um passado de sacrifícios em prol desses “outros” que agora os afligiam. E as glórias passadas serviam de ancoragem para um “discurso de identidade” entre os caudilhos e seus comandados.

OS CAUDILHOS DO RIO GRANDE:

OS “SENHORES DE GUERRA” FAZEM A GUERRA

A Revolução de Maio de 1810 desatou muitas bandeiras que já circulavam no espaço platino. República e federalismo, entendidos como recusa a uma autoridade centralizadora, foram bandeiras que também tiveram seus ecos no Rio Grande de São Pedro. A recusa a um governo centralizador que fizesse acordos espúrios com antigas chefias coloniais e não incluísse pautas das camadas populares, estiveram na pauta de Artigas, na Província Oriental, que se fez presente na Revolução insurgindo seu território, mais adiante proclamando a *Liga de los Pueblos Libres*, que incluía as demais províncias do litoral argentino²⁴.

Ideias de República e Federalismo chegavam ao Rio Grande, e havia apoiadores na província, mas para os “senhores da guerra” era a hora de apoiar os portugueses nos planos de conquistar a Banda Oriental e avançar a “fronteira. Programa radical de Artigas liquidava o latifúndio na Banda Oriental e ameaçava os vizinhos mais poderosos: com o beneplácito de Buenos Aires, a Divisão de Voluntários Reais, formada por veteranos das guerras europeias e sob o comando de Lecor, invadiu o território oriental em 1816, e em 1820 completou a tarefa. Recebendo apoio dos estancieiros, comerciantes e autoridades, em 1820 recebeu o apoio unânime do Congresso para incorporar o território ao Brasil como Província Cisplatina. Quando o Brasil declarou in-

²⁴ Ver: SALA DE TOUURON (1978) e FREGA (2007).

dependência, Lecor apoiou Dom Pedro, recebendo dele o primeiro título de nobreza: Barão da Laguna. Seu círculo de apoio em Montevideo chamou-se o Clube do Barão, tal seu prestígio²⁵.

Portugal – e em seguida o Império do Brasil – incorporara uma província buscando a adesão dos seus principais produtores e sua economia reorganizada para servir os grupos exportadores. No entanto, os “senhores da guerra” se aboletaram em terras da Cisplatina, apropriaram-se de rebanhos para leva-los para o Rio Grande e comercializá-los. São exagerados os números sobre a espoliação do gado oriental, mas a desorganização na campanha era crescente²⁶.

Por certo a Guerra da Cisplatina teve outros envolvimento, como dos criadores de Buenos Aires e de alguns orientais desconformes com a ocupação; mas mesmo aqueles que haviam saudado o fim dos desmandos de Artigas não podiam deixar de reagir à espoliação que os rio-grandenses perpetravam (Cf. GUAZZELLI, 2013, p. 31-48). A campanha para libertar a Banda Oriental foi desencadeada por Lavalleja, encabeçando os *Treinta y Tres Orientales*, e logo receberia o apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata; a guerra, envolvendo o Império do Brasil num confronto sem vencedores, criando-se um Estado Oriental independente.

A perda da Cisplatina pesou para os rio-grandenses econômica e politicamente. Terminava o manancial de campos e reses, desabava o prestígio dos guardiões invictos da fronteira. Para os senhores da guerra derrotados, se erguia agora como inimigo o próprio Império que tinham defendido fielmente, um poder central autoritário, regressivo e espoliador, o mesmo que foi responsabilizado pela fragorosa campanha militar perdida. Assim, quando as promessas liberais alvissareiras de 1831 após a abdicação esfumaram-se, a crise fazia-se presumível. O novo Estado Oriental, ao invés do “algodão entre cristais”, apareceria mais como um barril de pólvora entre seus vizinhos poderosos e fiadores da Convenção Preliminar de Paz que inaugurara sua existência (ALONSO ELOY, 1970, p. 40-44).

Já no primeiro mandato constitucional do Estado Oriental abria-se o

²⁵ Ver: ALONSO ELOY, (1970) e PIMENTA (2002).

²⁶ Cf. ALONSO ELOY (1970, p. 63-120). Há cálculos de que 17 milhões de reses foram levadas para o Rio Grande. Considerando tantos anos de guerra civil, a reorganização produtiva não poderia ter tais resultados. Em tempo, o número de bovinos no Uruguai de hoje não passa dos sete milhões.

conflito entre o presidente Rivera e velho comandante Lavalleja, com repercussões no Rio Grande. Agora, além do contrabando de reses, circulavam os *montoneros* de Lavalleja protegidos por Bento Gonçalves, Comandante da Fronteira de Jaguarão, seu compadre e amigo, desde os tempos da Cisplatina. Havia ainda a presença de orientais em confabulações na capital da província, tornando Bento o principal suspeito de catalisar eventuais anseios separatistas na província (ALONSO ELOY, 1970, p. 40-44). Também o Comandante da Fronteira do Alegrete, Bento Manoel Ribeiro, outro veterano da Cisplatina, era acusado de acobertar ações do mesmo Lavalleja e outros dissidentes orientais. Os dois Bentos representavam a insatisfação crescente daqueles criadores da campanha, cujos anseios autonômicos extremados lhes valia agora a alcunha de “farroupilhas”²⁷.

A ruptura de 1835 se relacionava com as tentativas feitas pelas autoridades centrais na província contra os comandantes da fronteira, envolvidos nas tropelias com os orientais. As alegações econômicas ou os ressentimentos antigos com a Corte apareceriam apenas mais tarde, como justificativa para a secessão. Bento Gonçalves enfrentara as pressões de um Presidente da Província e do Comandante de Armas, respondera a inquérito no Rio de Janeiro, desafiara o novo Presidente – indicado ao Regente Feijó por ele mesmo – e o derrubara do posto na tomada de Porto Alegre em 20 de setembro. A Regência nomeou um outro, José Araújo Ribeiro, que optou pelo enfrentamento aos dissidentes, atraindo para seu lado o comandante rebelde Bento Manoel Ribeiro, seu parente.

Ao longo de 1836, ruptura definitiva com os liberais desencadeou a guerra uma guerra sem quartel, com Bento Manoel apossando seu tocaio farroupilha. Nesta conjuntura radicalizada, a vitória de Antônio de Souza Netto na batalha do Seival estimulou-o a proclamar a República Rio-Grandense em 11 de setembro, sem consultar os demais chefes. A derrota para Bento Manoel em 3 de outubro, seguida pela traição e deportação de Bento Gonçalves, de certo modo justificaria a separação do Império, e o próprio Bento

²⁷ Este apelido buscava uma analogia pejorativa com os membros do Partido Liberal Exaltado criado em 1831 no Rio de Janeiro. Como em muitos casos, foi assumido pelos revoltosos com sentido elevado. Por outro lado, os legalistas foram chamados de “caramurus”, uma referência ao Partido Restaurador também criado em 1831, com perfil pró-português. Ao longo do conflito, os republicanos se referiam ao Império como “galegalidade” e ao Rio de Janeiro como “Nova Lisboa”, imputando-lhes a pecha de regressivos.

Gonçalves foi eleito presidente, mesmo aprisionado no Rio de Janeiro (Cf. GUAZZELLI, 2013, p. 67-74).

Uma das demandas dos farroupilhas ao Império era protecionismo para os seus produtos; além disto, havia uma crônica dependência dos criadores aos charqueadores e comerciantes dos centros urbanos do litoral, por onde escoava a produção. A alternativa para estas crises de mercado sempre fora o contrabando para a Banda Oriental. Agora, na tentativa de construir a República, o mercado uruguaio era a alternativa mais promissora; a diferença estava em que os farroupilhas, nas complicadas negociações com os comerciantes e autoridades orientais, tentariam fugir aos tributos cobrados sobre suas reses e couros, ao mesmo tempo que buscavam proteger produções suas que enfrentassem concorrência desvantajosa com similares de além fronteira.

A sobrevivência da República, numa guerra onde os portos e principais cidades do Rio Grande estavam com os legalistas, dependia do apoio dos países vizinhos. As primeiras aproximações foram com Manuel Oribe, o segundo presidente uruguaio, que, mesmo sem apoiar ostensivamente os republicanos, franqueou a Banda Oriental aos negócios dos sublevados, que garantiam em última instância a sobrevivência dos criadores da fronteira. Abastecendo de cavalos, armas, munições e vestuário as forças da República Rio-Grandense, os negociantes de Montevideo asseguravam para seus *saldados* o aporte de reses, além de couros para a exportação. Por outro lado, a República Rio-Grandense mal superava as dificuldades da guerra, a falta de pessoal, de um aparelho repressivo e fiscal adequado, e sequer as atitudes independentes de alguns “cidadãos”; o contrabando na fronteira tornava-se um problema para aqueles que pouco antes contrariavam os mecanismos de controle imperial²⁸.

Durante a secessão farroupilha, os republicanos buscaram aproximações com Rosas e Oribe, adotando como suas as bandeiras dos dois: os *federales* do Rio Grande eram acossados pelos *unitarios* do Império, uma monarquia anacrônica, regressiva e antiamericana (Cf. GUAZZELLI, 2013, p. 115-157). As condições impostas por Rosas, no entanto, exigiam esforços militares muito além da capacidade da República Rio-Grandense. Além disto, os *colorados* levavam vantagens na guerra contra os *blancos*, e o Estado Oriental era de-

²⁸ Ver: MENEGAT (2010) e GUAZZELLI (2005).

masiado importante como aliado para justificar uma mudança pragmática de quem buscar amizade nas guerras travadas no Rio da Prata

As questões políticas do Estado Oriental, das províncias do *litoral* e até do Paraguai foram intrincadas, e a República esteve em várias delas. Em apenas quatro anos foram firmados seis tratados entre as diversas unidades políticas que se insurgiam contra o controle do Império de Brasil e/ou da Confederação Argentina: 1) *Tratado de Cangüé*, de 21 de agosto de 1838, entre o Uruguai e a República Rio-Grandense; 2) *Tratado de Galarza* entre o Uruguai e a província de Corrientes, de 31 de dezembro de 1838; 3) *Tratado de San Fructuoso*, de 5 de julho de 1841, entre o Uruguai e a República Rio-Grandense; 4) *Tratado de Corrientes*, de 29 de janeiro de 1842, entre a República Rio-Grandense e a província de Corrientes; 5) *Tratado de Alianza*, de 12 de abril de 1842, entre o Uruguai e as províncias de Entre Rios e Santa Fé; 6) como corolário de todas essas ligas, a *Reunión de Paysandu*, de 14 de outubro de 1842, propôs uma Confederação que reunisse o Estado Oriental do Uruguai, as províncias de Santa Fé, Entre Rios e Corrientes, e a República Rio-Grandense. Foi também convidado o Paraguai, que se recusou a participar do encontro²⁹.

Percebe-se que o Estado Oriental foi o protagonista de cinco destas alianças. Já a República Rio-Grandense fez parte de quatro deles, o que indica a significativa participação dos insurgentes no mundo político do Prata. Observo que antes de Paysandu havia “triangulações” bilaterais associando unidades de três países, não considerando aqui aquelas no âmbito exclusivo das províncias argentinas dissidentes da Confederação e a presença nelas dos *unitarios* e suas expedições.

Os sonhos de uma nova coalisão no *litoral* os moldes de Artigas terminaram com a derrota do exército *colorado* de Rivera em Entre Rios em 6 de dezembro de 1842, contando com o apoio dos aliados de Paysandu, que não que não houve. De volta ao Estado Oriental, foi sua vez de sofrer o assédio dos *blancos* de Oribe auxiliados por tropas *federales* de Rosas, tomando a campanha oriental e iniciando o cerco a Montevideo em fevereiro de 1843.

²⁹ Cf. GUAZZELLI (2015). Neste artigo publiquei como Anexos os textos completos destes tratados, recolhidos de fontes variadas. Parece que a *Reunión* ou *Convenio de Paysandu* foi publicado por primeira vez na historiografia brasileira (Anexos I a VI).

Iniciava a *Guerra Grande*, que iria até 19 de outubro de 1851³⁰. Oribe organizou o *Gobierno del Cerrito*; Rivera, o da *Defensa*. Além dos *colorados*, Montevideo era defendida por *unitarios* refugiados e pela Legião Italiana. Garibaldi, egresso da República Rio-Grandense, organizou uma flotilha para combater a marinha argentina, e a cidade recebia pelo porto recursos franceses e do Império. Rivera realizava escaramuças na campanha, e mantinha encontros com os farroupilhas³¹.

A crise no Prata era de tal ordem que deu origem a uma inédita aliança entre os dois grandes rivais sul-americanos. Em 24 de março de 1843, a Confederação Argentina e o Império do Brasil assinaram um tratado no Rio de Janeiro onde se comprometiam em conjunto liquidar definitivamente os *colorados* de Rivera e os farroupilhas. O tratado não foi referendado em Buenos Aires, pois havia otimismo em relação ao cerco de Montevideo (Cf. GUAZZELLI, 2015). A República perdia o porto de Montevideo; o Império perdia o hcarque uruguaio; aqui iniciou uma inusitada retomada da venda de gado dos republicanos para as charqueadas de Pelotas³².

A hábil atuação do Barão de Caxias, Comandante das tropas legalistas e Presidente da Província do Rio Grande do Sul foi fundamental para a pacificação dos farroupilhas formalizada em 1.º de março de 1845. Os oficiais farroupilhas mantiveram as patentes militares obtidas na guerra, e um artigo “garantia” da alforria dos libertos que lutaram pela república. No entanto, a último encontro se havia dado em 14 de novembro de 1844, quando o legalista Francisco Pedro de Abreu “surpreendeu” Davi Canabarro, Comandante das últimas tropas republicanas, com o massacre dos Lanceiros Negros que tinham sido desarmados. Quanto aos sobreviventes, parte deles se refugiou no Estado Oriental, soldados aguerridos que eram, outros voltaram ao cativo³³.

³⁰ O romancista Alexandre Dumas publicou em 1850 matérias jornalísticas em Paris sobre a cidade sitiada que chamou de “Nova Tróia”, granjeando para os sitiados as simpatias dos leitores franceses. Cf. DUMAS (1961).

³¹ Mesmo favorável à pacificação com o Império e avesso aos caudilhos platinos de quaisquer facções, Vicente da Fontoura foi enviado ao encontro de Rivera novas negociações. Cf. FONTOURA (1984).

³² Cf. GUAZZELLI (2013, p. 193-229). Estes negócios foram aprovados pelo próprio Conselho de Estado do Império.

³³ Cf. GUAZZELLI (2013, p. 219-238). A traição de Porongos foi uma maquinação de Canabarro com Francisco Pedro, ou o mesmo Caxias. A questão escravista era central no processo, e o Império preferia correr o risco de uma guerra contra a Confederação, caso a cavalaria de libertos se refugiasse em peso no Uruguai para lutar por Rivera, que havia abolido a escravidão com este objetivo, que aceitar a alforria aos negros que

O retorno dos “senhores da guerra” ao Império não impediu suas tropelias nas fronteiras nos últimos anos da década, mesmo à revelia do Estado. O exército *blanco* de Oribe interferia diretamente nas propriedades e negócios dos rio-grandenses no Estado Oriental. Duas questões principais afetavam os “senhores da guerra” aboletados no Uruguai: trânsito de gado pela fronteira, e os escravos nas suas propriedades. Se destacaram Antônio de Souza Netto, general farroupilha que emigrara para o Uruguai após a assinatura da paz com o Império, e Francisco Pedro de Abreu, destacado general das forças legalistas durante a Guerra dos Farrapos.

Antônio Netto, que se tornara um importante estancieiro em terras uruguaias, denunciava ataques dos soldados *blancos* a suas propriedades, e era um dos principais negociadores com as lideranças orientais (Cf. MENEGAT, 2015, p. 205-281). Queixas de confiscos e assassinatos foram encaminhadas à Caxias, então ocupando a presidência da província, pedindo proteção para os súditos do Império na Banda Oriental.

Em 1849 e 1850, Chico Pedro e seus cavalarianos promoveram ataques rápidos a partir da fronteira, saqueando cavahadas, gados e escravos libertos que formavam nas fileiras dos *blancos*. O Império, agindo com cautela, acatou as queixas formais de Oribe e Rosas, tentando reprimir estas expedições. Chico Pedro, no entanto, tinha apoio dos estancieiros e comandantes fronteiriços, e continuou invadindo o Estado Oriental nas suas chamadas “califórnia”³⁴.

Com problemas diplomáticos crescentes, se aproximava uma nova guerra entre o Império e a Confederação. Caxias era um militar que conhecia mais sobre os meandros da política no Rio da Prata que qualquer diplomata do Império, como já havia mostrado na pacificação da Guerra dos Farrapos. Foi mais tarde o grande negociador dos interesses imperiais junto aos chefes platinos³⁵. Pensando numa intervenção armada nos conflitos que viriam, havia preservado os “senhores da guerra” para que a cavalaria rio-grandense tivesse ativa presença. Estes, por outro lado, confundiam seus interesses com os destinos nacionais.

pegaram em armas.

³⁴ A palavra tem origem obscura. É provável que pelo vulto dos saques, as razias fossem comparadas à Corrida do Ouro da Califórnia iniciada em 1848!

³⁵ Ver: SOUZA (2008) e GANDIA (2020).

Nas campanhas do Império contra Oribe em 1851 e Rosas em 1852, em aliança com os *colorados* e o exército chefiado por Urquiza, os rio-grandenses compuseram um terço dos efetivos brasileiro, formando praticamente toda a cavalaria. Foram eles os grandes beneficiários do tratado obtido com o Uruguai, tanto no que se referia à definição dos limites quanto em vantagens econômicas para a pecuária e para as charqueadas sulinas. Além disso, assumiam o poder no Estado Oriental velhos conhecidos dos rio-grandenses: no triunvirato formado provisoriamente, estavam Lavalleja, Rivera e Venancio Flores, os dois primeiros com sólidos vínculos com os “senhores da guerra” da fronteira; com o último, iniciava-se uma cumplicidade que teria repercussões diretas nos acontecimentos que antecederam a Guerra do Paraguai.

Na Confederação Argentina, Justo José de Urquiza assumiu o governo e tentou manter uma organização *federalista*, com as dificuldades em manter Buenos Aires sob controle, favorecendo sua província, Entre Rios, que crescera muito economicamente. Buenos Aires não acertou os termos propostos e separou-se da Confederação. No final dos anos 1850, uma vitória militar submeteu a província ao mando de Urquiza; mas em 1861, uma nova guerra terminou com a vitória de Buenos Aires, e seu governador, Bartolomé Mitre, tornou-se presidente do país reunificado, agora sob um modelo *unitario* de organização.

Mitre articulou uma união nacional cooptando os caudilhos provincianos pela adoção de medidas econômicas e políticas que lhes foram favoráveis. As primeiras foram a nacionalização dos direitos aduaneiros do porto de Buenos Aires – o que para algumas províncias era um enorme aumento de para suas rendas – e a incorporação das dívidas provincianas pelo Estado nacional; já as principais benesses políticas incluíam representação parlamentar das províncias e a preservação de suas autonomias internas. Mitre obteve assim um grande acordo que inaugurava o Estado nacional na Confederação, tendo a colaboração total de Urquiza, que passaria a tratar somente dos assuntos de Entre Rios³⁶.

No início dos anos sessenta, os *blancos* estavam de volta ao poder no Estado Oriental. As reclamações dos rio-grandenses em relação às autoridades recrudesceram, semelhantes àquelas que antecederam a campanha militar de

³⁶ Os únicos enfrentamentos que teve foi dos caudilhos Vicente Ángel Peñaloza em 1862 e Felipe Varela em 1867, com as *montoneras* de La Rioja (GUAZZELLI, 1990).

1851. Os homens da fronteira, nas situações em que viam em risco seus bens ou interesses, costumeiramente recuperavam o discurso contrário à centralização do Império, repercutindo a necessidade de agirem por suas próprias contas. .

Em fins de 1863, a Corte via com preocupação as ações dos rio-grandenses em favor da guerra que Venancio Flores movia contra o governo oriental. Novamente o general Antônio de Souza Netto era um dos principais protagonistas, fazendo-se porta-voz dos direitos de “40 mil brasileiros” residentes na Banda Oriental, tolhidos pela impossibilidade de o Império intrometer-se em assuntos constitucionais de outro país (FIGUEIREDO, 2000). Os problemas privados sobrepunham-se aos nacionais, e aqui era central a questão dos escravos que fugiam e encontravam guarida e ocupação em território uruguaio, apesar do acordo de extradição de 1851.

Uma audiência de Netto na Corte em março de 1864 pusera num impasse as autoridades imperiais, que preferiram atender às reclamações dos rio-grandenses a arcar com uma reedição da guerra civil na estremadura. Mesmo contrariando a diplomacia brasileira, os tropeços por que passara o processo de organização nacional ao longo do século XIX, mais uma vez inclinaram a Corte a interferir na disputa interna dos caudilhos orientais, pesando a favor daquele que poderia recompor os interesses rio-grandenses na Banda Oriental, e este foi o estopim da declaração de guerra pela República do Paraguai ao Império. Apesar de uma apregoada “neutralidade expectante”, o Brasil mantinha uma política externa pendular: submissão aos interesses do capitalismo inglês, e muita agressividade nas questões do Rio da Prata (SILVA, 1990).

Os homens da fronteira participaram do esforço de guerra na mesma proporção da campanha de 1851-1852, mas as diferenças em relação às autoridades imperiais não foram atenuadas como naquela ocasião: ao invés de benefícios territoriais e econômicos como prêmios de uma aventura militar bem-sucedida, os “senhores da guerra” tiveram que enfrentar os inimigos em seu próprio território, submetendo-se ao que julgavam mandos equivocados, de certa forma recuperando as desavenças da Guerra da Cisplatina. Aqui são exemplares as manifestações de dois antigos chefes farroupilhas, o general David Canabarro e o coronel Manuel Lucas de Oliveira.

David Canabarro fora o último comandante-em-chefe do exército republicano farroupilha, e o signatário do Tratado de Ponche Verde que reintegrara a província ao Império. Veterano combatente nas guerras sulinas desde a Cisplatina, granjeara fama como um chefe atilado, e, já nos estertores da secessão rio-grandense, fugia aos enfrentamentos diretos contra o poderoso assédio que lhe movia Caxias. Nos últimos meses de 1844, no entanto, recebera duras críticas de alguns companheiros de armas, principalmente de Bento Gonçalves e Vicente da Fontoura, pelo controvertido episódio da derrota para o legalista Francisco Pedro de Abreu no combate de Porongos, quando seu acampamento foi atacado de surpresa pelos adversários. Reincorporado às forças armadas do Império, tinha participado da campanha de 1851-1852, e nos anos sessenta encontrava-se como responsável pela fronteira das Missões e do Quarai.

Sua correspondência mostra que estava muito atento aos acontecimentos do Prata, como a possibilidade de Venancio Flores tentar a derrubada do governo *blanco* e as repercussões que isso podia trazer para Urquiza, que recentemente fora derrotado por Mitre, e para o Paraguai. Iniciada a Guerra da Tríplice Aliança, as preocupações de Canabarro voltaram-se para as possibilidades de invasão do Rio Grande, e a eventual aliança de Solano López com Urquiza. Neste sentido, seria fundamental que o exército imperial estivesse devidamente preparado para resistir o avanço dos paraguaios (GUAZZELLI, 2009).

Apesar das advertências do velho cavalariano, o Império não tomou as medidas solicitadas, preocupado em assenhorar-se da situação na Banda Oriental e reprimir os ataques isolados que os *blancos* faziam às fronteiras de Bagé e Jaguarão. Assim, Estigarribia, chefe das tropas paraguaias que invadiram Corrientes, cruzou com facilidade o rio Uruguai e ocupou São Borja, enquanto Canabarro recuava sem dar combate frontal ao inimigo. A incursão paraguiaia em território rio-grandense prosseguiu até a ocupação de Uruguiana, enquanto um pequeno contingente seguia pela margem *correntina* do rio Uruguai até Paso de los Libres. A decisão de Canabarro de permitir o avanço dos invasores recusando um enfrentamento em desvantagem numérica e de armamentos, seria contestada pelos altos comandos do Império, que submeteram o veterano chefe a conselho de guerra. Ressentido com

as dúvidas que pairavam sobre sua conduta militar, Canabarro retirou-se da linha de frente e foi tratar dos seus negócios privados na estância de Santana do Livramento.

Manuel Lucas de Oliveira, também um dos principais homens da República Rio-Grandense, após a pacificação dos farrapos tornou-se coronel da Guarda Nacional de Piratini, Bagé e Jaguarão, tendo participado das guerras de 1851 e 1852. Em 1864, ano em que iniciou o seu diário, tratava de organizar corpos de voluntários para a iminente invasão dos paraguaios ao Rio Grande. Tinha, como chefe militar da fronteira com o Estado Oriental, muita preocupação com as tropelias que o exército *blanco* cometia contra os rio-grandenses em represália à intromissão destes ao lado do *colorado* Venancio Flores (Cf. OLIVEIRA, 1997).

Novamente aqui a desavença com a condução dos comandantes imperiais, que desconhecem a realidade da estremadura; o apelo a Caxias visa alertar um chefe militar que mostrou competência como guerreiro e como político no tratamento da questão farroupilha, e que poderia exercer influência junto à Corte. Menos candente que Canabarro na sua autodefesa no conselho de guerra, Lucas de Oliveira aproveita a intimidade do diário para destilar suas opiniões mordazes contra o Império, lembrando de quando o Império se alinhara com Oribe e Rosas para combater a República Rio-Grandense e Rivera.

Agora, atribuía a intervenção do Império à abertura de hostilidades pelo Paraguai, e criticava o mesmo presidente provincial a quem se dirigira muitas vezes Canabarro sem obter respostas; diferentemente deste, não apontava os erros com resultado de negligências, mas como cumprindo um propósito definido de inviabilizar os projetos dos rio-grandenses. A notícia do envolvimento argentino no conflito com o Paraguai, desperta também a dúvida quanto ao comportamento de Urquiza e a crise que seu eventual *pronunciamiento* a favor dos paraguaios geraria. A despeito dos cuidados de Canabarro com uma invasão que se aproximava, as autoridades imperiais não tomavam as providências necessárias.

Por outra parte, Lucas de Oliveira tinha dúvidas quanto à capacidade de Mitre em organizar o esforço de guerra necessário para o enfrentamento com o Paraguai. Manuel Lucas de Oliveira fazia uma previsão acurada da

situação política na Confederação, e muito brevemente Mitre ver-se-ia às voltas com deserções e fracassos militares no Paraguai, além de enfrentar novamente as guerras civis dos *federales* provincianos. Sua desconfiança em relação ao Império também se justificaria, na medida em que, mesmo tendo organizado com sucesso uma brigada de voluntários, não foi nomeado comandante da mesma, e tampouco foram aceitos os oficiais que indicara. Insatisfeito com estas desfeitas, Lucas de Oliveira abandonou seus planos de combater na Guerra do Paraguai e retirou-se para seus negócios particulares.

A prolongada guerra, e que de 1867 em diante seria sustentada praticamente pelo Império, foi danosa para o Rio Grande, trazendo problemas econômicos e políticos importantes. O envolvimento de muitos efetivos rio-grandenses ocasionou desorganização na produção, já que a cavalaria foi recrutada fundamentalmente entre os peões campeiros, como era característico no Prata. Por outro lado, o Rio Grande foi a única província onde se suspenderam as eleições, e a oligarquia regional, muito envolvida com o esforço de guerra, era ainda penalizada com a intervenção das autoridades imperiais nos assuntos internos, ressurgindo as velhas querelas dos homens da fronteira em relação ao centralismo, já que a questão oriental, que lhes interessara, tinha sido resolvida a contento (PICCOLO, 1979).

A Guerra do Paraguai se inscrevera ainda numa sequência de disputas no âmbito platino que reforçava o papel dos chefes rio-grandenses como “senhores guerreiros”, ciosos das suas prerrogativas e capazes para buscarem soluções próprias quando desamparados pelas instituições nacionais. Souza Netto, Canabarro, Lucas de Oliveira, Francisco Pedro de Abreu, Osório, Andrade Neves, Silva Tavares e outros tantos, foram homens que lutaram na Guerra dos Farrapos, participaram da guerra contra Oribe e Rosas e tiveram seu papel na Guerra da Tríplice Aliança; esta trajetória quase ininterrupta nos conflitos platinos, nem sempre de acordo com os interesses maiores do Estado nacional, dava-lhes ensejo de preservarem seus interesses privados *manu militari*.

Em 1893, rechaçados do poder provincial pelos republicanos, os homens da fronteira uma vez mais se insurgiram, provocando a guerra civil mais cruenta ocorrida no Brasil. Muitos dos revoltosos de 1893 eram veteranos ou descendentes de combatentes da Guerra do Paraguai. Exemplo maior

destas “dinastias” de chefes fronteiriços é João Nunes da Silva Tavares – o Joca Tavares – que iniciou sua trajetória de “senhor da guerra” com 18 anos, ao lado do pai, coronel legalista. Depois guerreou nas campanhas contra Oribe e Rosas, fez toda a campanha do Paraguai. Em 1893 comandou os federalistas na Revolução de 1893.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO ELOY, Rosa et alli. Los Portugueses Conquistan la Provincia Oriental. In: *La Oligarquía Oriental en la Cisplatina*. Montevideo: Ed. Pueblos Unidos, 1970, p. 25-62.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSUNÇÃO, Fernando O. La Historia del Nombre. In: *El Gaucho. Libro segundo*. Montevideo: Revista del Instituto Histórico y Geográfico, 1962, p. 657-906.

AVÉ-LALLEMENT, Robert. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Correia do. Escravo negro conduzindo tropas na província do Rio Grande. In: *Debret e o Brasil. Obra Completa (1816-1831)*. Rio de Janeiro: Capivara, 2017.

BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. Origem da Palavra Gaúcho. In: *Rodeio dos Ventos*. Porto Alegre: RBS/Globo, 1978, p. 169-175.

BARRÁN, José e NAHUM, Benjamín. *Historia social de las Revoluciones de 1897 y 1904*. Montevideo: Ed. de la Banda Oriental, 1993.

CHIARAMONTE, José Carlos. Introducción. In: *Mercaderes del Litoral*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991, p. 21-54.

CHIARAMONTE, José C. Federalismo argentino em la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). *Federalismos latino-americanos: México / Brasil / Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p.81-152.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Ariel Historia, 1997.

CONI, Emilio A. *El gaucho. Argentina, Brasil, Uruguay*. Buenos Aires: Solar/

Hachette, 1969.

DONGHI, Tulio H. *De la Revolución de Independencia a la Confederación Rosista*. Buenos Aires: Paidós, 1989. (Colección Historia Argentina, Tomo 3).

DUMAS, Alejandro. *Montevideo o la nueva Troya*. Buenos Aires: Compañía General Fabril, 1961.

FARINATTI, Luís A. E. *Confins Meridionais. Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: UFSM, 2010.

FIGUEIREDO, Joana Bosak de. *O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a Identidade Regional e o Estado Nacional (1851-1865)*. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2000.

FONTOURA, Antônio Vicente. *Diário. De 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845*. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

FREGA, Ana. *Guerra y revolucion em Soriano, 1810-1812*. In: *Pueblos y Soberanía en la Revolución Artiguista*. Montevideo: Banda Oriental, 2007, p.83-140.

GANDIA, Leonardo dos Reis. *A política ao fio da espada: Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1824-1852)*. São Paulo: Intermeios, 2020.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Poder, Conflictos y Relaciones Sociales. Río de la Plata, XVIII-XIX*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 1999.

GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Ithaca (NY): Cornell, 1983.

GOLDMAN, Noemí (Dir.) *Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. *Nueva Historia Argentina, Tomo III*. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

GUAZZELLI, Cesar A. B. *Caudillos e Montoneros de La Rioja: Sociedade e Discurso (1862-1867)*. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 1990.

GUAZZELLI, Cesar A. B. *Cuestiones fronterizas de la República Rio-Grandense. El problema de los esclavos libertos (1836-1845)*. In: BETANCUR, Arturo A.; BORUCKI, Alex; FREGA, Ana. (Org.). *Estudios sobre la cultura afro-rioplatense. Historia y presente*. Montevideo: UDELAR, 2005, p. 45-63.

GUAZZELLI, Cesar A. B. *Dizem que a primeira fronteira é a beira da praia...* In: GUAZZELLI, Cesar A. B.; THOMPSON FLORES, Mariana F. da C.; AVILA, Arthur L. de. *Fronteras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009, p. 7-21.

GUAZZELLI, Cesar A. B. Libertos, Gaúchos, Peões Livres e a Guerra dos Farrapos. In: DANTAS, Mônica. (Org.). *Revoltas, Motins, Revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 229-261.

GUAZZELLI, Cesar A. B. Guerra de Movimento. In: *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Porto Alegre: Linus, 2013, p. 75-88.

GUAZZELLI, Cesar A. B. La República Rio-Grandense y el retorno de la “Pátria Grande” (1838-1843). *Pasado Abierto*. Mar del Plata (Argentina): v. 2, 2015, p. 153-196.

GUAZZELLI, Cesar A. B. Uma linha, uma ilha e um continente: nas fronteiras terra adentro, um reino pariu um Império (1530-1830). In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado Domingos; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas S. (Orgs.). *Capítulos da história política*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 115-144.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *The Federalist*. New York: Barnes & Nobles, 1996.

HERCULANO, Alexandre. A Morte do Lidador. In: *Lendas e Narrativas*. Porto Alegre: Editora Pradense, 2007, p. 163-172.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

KOSSOK, Manfred; KÜBLER, Jürgen; ZEVERS, Max. Ensayo acerca de la revolución y reforma en el desarrollo histórico de América Latina (1809-1917). In: *Las Revoluciones Burguesas*. Barcelona: Crítica, 1983.

LUGONES, Leopoldo. *La Guerra Gaucha*. Buenos Aires: Losada, 2009.

MATA, Sara Emilia. *Los gauchos de Güemes*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

MENEGAT, Carla. Domingos José de Almeida – o Estadista de República Rio-Grandense (o casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos na Revolução Farroupilha). Curitiba: Instituto Memória, 2010.

MENEGAT, Carla. “*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do

- Uruguai. (ca. 1845-1865). Porto Alegre: UFRGS (Tese de Doutorado), 2015.
- MIRANDA, Márcia Eckert. Uma Estalagem na Fronteira (1680-1807). In: *A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro. (1808-1831)*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- OLIVEIRA, Manuel Lucas de. *Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira 1864/1865*. Porto Alegre: Edições EST, 1997.
- OSORIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- ORNELAS, Manoelito de. *Gaúchos e Beduínos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- PETIZ, Silmei Sant'Ana. *Buscando d liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além fronteira, 1815-1851*. Passo Fundo: UPF Editora, 2006.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Política Rio-Grandense no Império. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002.
- POMER, León. *Cinco Años de Guerra Civil en la Argentina (1862-1867)*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1986.
- RENAN, Ernest. *Qu'est qu'une nation?* Paris: Mille et Une Nuits, 1997.
- RODRÍGUEZ MOLAS, Ricardo E. *Historia Social del Gaucho*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- SALA DE TOURON, Lucía et. al. Del vendaval revolucionario a la invasión extranjera. In: *Artigas y su Revolución Agraria (1811-1820)*. México: Siglo XXI, 1978, p. 203-260.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da Crítica à Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: Edusp, 2020.
- SARMIENTO, Domingo F. *Facundo*. Buenos Aires: Editorial Sopena, 1952.
- SHAKESPEARE, William. Hamlet, prince of Denmark. In: *Complete Works*. London: Collins, 1971.
- SILVA, Bento Gonçalves da; ALMEIDA, Domingos José de. *Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus concidadãos [29 de agosto de 1838]*. In:

Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1985.

SILVA, José Luiz Werneck da. *As duas faces da moeda: a Política Externa do Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Universidade Aberta, 1990.

SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias – o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

THIESSE, Anne-Marie. *La Création des Identités Nationales*. Éditions du Seul, 1993.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. Apologia à fronteira manejada: uma forma de entender a fronteira. In: *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 63-104.

XI

DE FEDERALISTAS A GABRIELISTAS:

as diversas oposições no Rio Grande do Sul da Primeira República¹

CARINA MARTINY

NA DÉCADA DE 1870, FRANCISCO XAVIER DA CUNHA E OS IRMÃOS APOLINÁRIO José Gomes e Apeles Porto Alegre, entre outros, articulavam, na capital, o movimento que, em 1878, resultaria na fundação do primeiro clube republicano da província (FRANCO, 1996). Derivaria dele a formação de outros clubes, espalhados pelos municípios das mais diversas regiões do estado². A chegada, na década de 1880, de jovens egressos das escolas superiores, especialmente de São Paulo e da Corte, provocou mudanças no curso do movimento republicano na província. Este movimento, que já havia se espalhado, mesmo que timidamente, ganhou novo fôlego.

Em 1882, sob convocação do Clube Republicano de Porto Alegre, a convenção regional deu origem ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Ainda que muito atuante durante a década de 1880, participando de pleitos e propagandeando suas ideias através do jornal *A Federação*³, foi com a proclamação da República que seus membros foram alçados ao poder. Na

¹ Esse texto, com algumas modificações, é parte da tese intitulada “O chefe político dos mais avançados republicanos”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903), especificamente do quarto capítulo “a menina dos seus olhos”: oposições, eleições e a construção da República a partir dos municípios. Cf. MARTINY (2018).

² Sobre a fundação de clubes republicanos nos municípios do Rio Grande do Sul ver RAMOS (1990) e SACCOL (2013).

³ O jornal *A Federação* foi o órgão de imprensa do PRR, fundado em 1884.

década de 1890 os republicanos do PRR buscaram se consolidar na política estadual e, para isso, contaram com a liderança de Júlio de Castilhos que, além de ter ocupado a presidência do estado por diversos anos (em 1891 e de 1893 a 1898), esteve à frente da chefia do PRR até 1903, quando de seu falecimento.

A posição que passaram a ocupar após a proclamação foi, entretanto, constantemente contestada. Grupos opositores se articularam ao longo da década de 1890, refutando o discurso propalado pelo PRR de que ele era o único partido republicano existente no estado. Foi este o caso do Partido Federalista, fundado em 1892 e que teve como grande liderança o antigo liberal Gaspar Silveira Martins. Mas também foi o caso das diversas dissidências que se organizaram a nível estadual e também municipal.

Partindo desse cenário, o presente texto trata da temática das oposições ao PRR que se articularam na década de 1890. O objetivo é demonstrar que houve diversas oposições e que o líder do partido, Júlio de Castilhos, se preocupou com as ações delas. O texto está dividido em duas partes. Na primeira parte, trata da construção de um discurso que coloca o PRR como único partido republicano existente no estado, argumento utilizado por suas lideranças para justificar seu direito de ocupar o poder. A segunda parte do texto, por sua vez, retrata a existência das muitas e variadas oposições que o PRR teve de enfrentar.

“PRETENDERÃO ESSES HOMENS SER OS COMPETENTES PARA FAZER A REPÚBLICA?”:

A VEZ DOS CASTILHISTAS E O COMBATE AOS FEDERALISTAS

Após 1889 o PRR se apresentou como o único partido republicano do Rio Grande do Sul e aquele que, por legitimidade, deveria se ocupar do poder. Firmar essa posição era uma maneira de legitimar o lugar que assumiu após o golpe que instaurou a República e, ao mesmo tempo, afastar outros grupos que pudessem pretender o governo. O editorial de 23 de novembro de 1889 do *A Federação*, intitulado *Organização de partidos*, demonstra a reação dos republicanos rio-grandenses ante a tentativa dos liberais de disputarem espaço e poder no novo regime. O texto faz referência a uma publicação da

folha liberal *A Reforma*. Nela, os liberais não só manifestaram sua intenção de se manter agregados, sob o signo de liberais, separados dos republicanos, como também afirmavam o desejo de disputar o poder. O manifesto dos liberais ficou conhecido como “manifesto dos três Joaquins”.⁴

Para *A Federação*, o intento dos liberais de se manter como partido separado era legítimo. O problema estava na vontade daquele grupo de participar da organização da República:

[...] a missão do poder atualmente é reorganizar a Pátria de acordo com o espírito republicano federativo; pretenderão acaso os homens que foram adversários da república até o dia 15 d’este mês, quer dizer, uma semana atrás, pretenderão esses homens ser os competentes para fazer a República?⁵

A postura dos republicanos em relação aos liberais que não aderiram ao PRR era, portanto, de mantê-los como adversários: aqueles que foram contrários à República e que, portanto, eram a encarnação póstuma do antigo regime imperial. Essa mesma pecha seria, mais tarde, atribuída ao Partido Federalista, organizado em 1892, com antigos membros do Partido Liberal somados a alguns conservadores e republicanos dissidentes. A eles também os republicanos atribuíam a etiqueta de defensores da forma monárquica de governo, sempre lembrando que seus antigos líderes pertenceram às hostes de um partido monárquico até 1889. A 12 de janeiro de 1892, *A Federação* fazia críticas contundentes à fundação do Partido Federal e a sua tentativa, e a de seu maior líder, Gaspar Silveira Martins, de se proclamarem republicanos:

De monarquistas decididos da véspera [do 15 de novembro] cambiaram-se em republicanos mais convictos que os próprios republicanos da velha guarda!

⁴ Segundo Sérgio da Costa Franco (2004, p. 84), “Em 19 de novembro, o último presidente da Assembléia (sic), Joaquim Pedro Salgado, mais o vice-presidente Joaquim Pedro Soares e o deputado Joaquim Antônio Vasques, deitaram manifesto através de *A REFORMA* em nome do Partido Liberal, sustentando que este representava a maioria da Província, era uma força, e como tal deveria ser respeitado. Mas esse documento que ficou conhecido como o ‘manifesto dos três Joaquins’ só recebeu respostas duras e terminantes de *A FEDERAÇÃO* [...]”. Sobre o manifesto ver também AXT (2001, p. 56-57).

⁵ *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano VI, n.º. 268, p. 1, 23 nov. 1889. Localização: Biblioteca Nacional Digital (BNDigital).

[...]

Nessa derradeira transformação o partido da *Reforma* passará a denominar-se partido *federal*.

Verá o público que com o mesmo despejo de sempre, ele em breve levantará com o sr. Silveira Martins a bandeira do unitarismo, patenteando mais uma vez o que temos repetido à sociedade: que não há n'essa gente o menor amor às ideias e sim a preocupação única de mandar.

[...]

Ele muda sempre de disfarce conforme a comédia que lhe cabe representar!⁶

Dias antes, o jornal já havia feito críticas às declarações dadas por Gaspar Silveira Martins quando de seu retorno da Europa. Segundo *A Federação*, o jornal *Gazeta de Notícias* havia publicado uma entrevista realizada por um de seus redatores com Silveira Martins que teria declarado “ser republicano e contrário à restauração da monarquia no Brasil”⁷. Em outra publicação, intitulada “Onde está a verdade?”, o jornal republicano questionava o comportamento dúbio de Silveira Martins que, segundo as “folhas gasparistas”, “se declarava adepto da república federativa, acrescentando que lhe parecia bem o regime estabelecido”, ao passo que o *Diário do Comércio*, do Rio de Janeiro, assegurava “que em uma visita ao ex-imperador, o sr. Gaspar manifestara esperanças restauradoras”⁸.

Como demonstrou Tassiana Saccol (2013), havia, no cenário de crise política que o Império atravessava na década de 1880, uma preocupação do PRR em se diferenciar dos partidos monárquicos. Na década seguinte, a preocupação foi capitanear para si a legitimidade de partido defensor da República, negando-a aos antigos monarquistas que se proclamavam convertidos ao republicanismo.

Se à oposição era negado espaço no republicanismo, a existência dela era essencial. Em primeiro lugar, porque agregava os republicanos, mantendo a existência de um lado opositor, a ser combatido. Segundo Axt (2001, p.

⁶ COMÉDIA Antiga. In: A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, Ano IX, n. 10, p. 1, 12 jan. 1892. Localização: BN Digital. Grifos do autor.

⁷ SERVIÇO Telegraphico. In: A FEDERAÇÃO, Ano IX, n. 4, p. 1, 5 jan. 1892. Localização: BN Digital.

⁸ ONDE está a verdade? In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano IX, n. 7, p. 1, 8 de janeiro de 1892. Localização: BN Digital.

181), “a existência da oposição era, enquanto alteridade inimiga, garantia da unidade interna”. Por outro lado, a existência da oposição a qual poderia ser agregada a alcunha de ser monarquista, também cumpria o papel de lembrar que o perigo da monarquia ainda não estava, de todo, vencido. Contribuíam para isso a existência de diversos movimentos monarquistas restauradores no Brasil⁹.

Maria Janotti (1986, p.11) lembra que a “história do movimento monarquista é pontilhada por conjecturas, às quais os republicanos conferiram foro de verdades”. No caso do PRR e de Castilhos, foi muito comum o uso do argumento de um possível ataque monarquista como maneira de angariar apoio federal. Neste sentido Loiva Félix (1996, p. 67) já observou que em relação “à afirmação de que federalistas seriam uma ameaça à consolidação da República, por serem monarquistas e restauradores, ela não passa de uma imagem mental criada entre os legalistas, com o nítido propósito de captar o apoio do governo central”.

O discurso propalado por Castilhos e os demais líderes republicanos era o da existência de apenas dois lados políticos possíveis: a favor ou contra a República. No caso do Rio Grande do Sul, qualquer grupo ou partido distinto do PRR era logo acusado de ser contrário ao regime republicano. Como aponta Gunter Axt (2001, p. 85), a construção do discurso do PRR não “admitia a legitimidade de um projeto alternativo de República”: “Ou se era republicano, ou se era anti-republicano e, portanto, inimigo da Pátria”. No caso de Castilhos e do PRR, o entendimento era ainda mais restrito pois ser republicano significava ser do PRR; não existia, em seu discurso, republicanismo fora do PRR. Assim, legitimava-se qualquer tipo de intervenção – até violenta – contra as oposições e se buscava evitar novas defecções.

Essa visão político-partidária propalada no discurso castilhista se, por muito tempo, permeou o imaginário, não encontra eco na historiografia. Loiva Félix (1996), por exemplo, enfatizou que ambos partidos – PRR e Federalista – possuíam programas claramente defensores da República como forma de governo, ainda que mantivessem posturas distintas em relação ao modo pelo qual ela deveria se constituir: presidencialista ou parlamentarista.

⁹ Maria de Lourdes Mônaco Janotti cita a fundação, em 1895, em São Paulo, do Partido Monarquista e em 1896, do Centro Monarquista do Rio de Janeiro.

Mostra que a grande bandeira dos federalistas, na década inicial da República, foi a luta contra a centralização autoritária prevista na Constituição estadual¹⁰.

Há, porém, uma outra visão que derivou do discurso castilhista e que, de certo modo, acabou por caracterizar a produção historiográfica, qual seja, o grande relevo concedido à oposição feita inicialmente pelos liberais e depois pelos federalistas. Pois, se eles eram um grande problema a ser enfrentado pelos republicanos castilhistas, não eram o único. A excessiva importância concedida à oposição capitaneada pelo partido de Gaspar Silveira Martins acabou por ocasionar um apagamento, na historiografia, de tantos outros modos de oposição. Não se quer negar a importância da oposição federalista, mas se pretende demonstrar que a oposição era muito mais plural.

Se a oposição federalista resultou em uma guerra que mergulhou o estado por três anos em combates – e este é com certeza um dos motivos pelos quais tanto destaque recebeu na historiografia¹¹ – outras modalidades de oposição também foram combatidas pelo PRR ao longo da década de 1890, pois representavam perigo à construção da hegemonia castilhista.

Como demonstraremos, as oposições eram diversas e tomavam, muitas vezes, contornos locais e pessoalizados. Não chegavam a se articular regionalmente, mas ainda assim eram combatidas pelos castilhistas. Eram oposições que, por vezes, desafiavam a chefia pessoal de Castilhos, de modo que ele não poupou esforços em combatê-las.

“PODEM-NOS RISCAR A TODOS DO PARTIDO”:

AS DIVERSAS OPOSIÇÕES

Ao tratar da organização do Partido Federalista no Rio Grande do Sul, Sérgio da Costa Franco analisa a formação, em diferentes momentos da década de 1890, de grupos ou partidos de oposição ao PRR. Em 1890, surgiu a União Nacional, sem caráter de partido, mas congregando liberais, conser-

¹⁰ Interpretação semelhante tem Céli Regina Jardim Pinto (1987).

¹¹ Outro fator que pode ter colaborado é o fato de que muitos federalistas eram oriundos do antigo Partido Liberal, dominante na província ao final do período monárquico. Tal fato pode explicar o interesse de muitos trabalhos por esta oposição federalista.

vadores e republicanos dissidentes do castilhismo. Para a eleição à Assembleia Constituinte Estadual, em 1891, nova configuração oposicionista, então com o nome de Partido Republicano Federal. Reunia membros da União Nacional com dissidentes republicanos como Demétrio Ribeiro e Barros Cassal. Segundo Sérgio da Costa Franco (2007) sua existência esteve limitada ao pleito. Em 1892, com o retorno de Gaspar Silveira Martins, formou-se o Partido Federalista, aquele que se tornaria o grande opositor tanto no período castilhista quanto borgista.¹² Ainda em 1896, logo após a guerra civil, momento em que os federalistas ainda não haviam se reorganizado, se formou o Partido Republicano Liberal, reunindo dissidentes como Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Antão de Faria e os nórnicos (como os irmãos Homero e Álvaro Batista e Pedro Moacyr, entre outros). Em 1897, entretanto, este partido já havia se dissolvido.

Como se percebe, para além da oposição dos antigos liberais, aglutinados no novo Partido Federalista, e de ex-conservadores que não se curvaram aos intentos dominadores do PRR, os republicanos castilhistas tiveram de enfrentar, ao longo da década de 1890, as oposições organizadas pelas diversas dissidências. A primeira, denominada por Céli Pinto (1987) de “dissidência positivista”, foi capitaneada pelos republicanos Demétrio Ribeiro e Pedro Moacyr, que denunciavam a falta de comprometimento do governo de Castilhos com os princípios ideológicos positivistas. Em 1891, novas dissidências. Era este o ano em que o presidente Deodoro da Fonseca fechara o Congresso. O pronunciamento de Castilhos em apoio ao presidente gerou novas defecções, entre as quais do amigo de longa data e cunhado, Assis Brasil. Em 1896, foi a vez dos republicanos Homero e Álvaro Batista romperem com o castilhismo para formar o grupo que viria a ser conhecido como “nórnicos”¹³.

Segundo Setembrino de Carvalho (1950, p. 35), um dos dissidentes, a origem do termo nórnicos pode ser assim explicada: “Origina-se a alcunha do fato de advogarmos, no manifesto político ao Rio Grande, o restabelecimento das antigas normas da fase da propaganda republicana para a escolha

¹² Ainda sobre o Partido Federalista ver FERTIG; ROUSTON JUNIOR (2010) e ROUSTON JUNIOR (2016).

¹³ Essas primeiras dissidências também não passaram despercebidas no trabalho de Gunter Axt (2001) e Tasiana Saccol (2013) que, em sua dissertação de mestrado, analisou a trajetória de Assis Brasil, um dissidente do PRR, e dedicou sua pesquisa de doutorado (2018) à análise das dissidências republicanas, com foco para além da primeira década republicana.

dos representantes do povo nas Assembléias (sic) políticas”. Segundo Setembrino, “Júlio de Castilhos havia tudo derogado para sobrepor ao pronunciamento de seus pares sua vontade imperativa e aviltante”.

A tentativa do PRR de negar o republicanismo a qualquer oposição ganhava novo significado a partir do surgimento das dissidências. Afinal, se o grupo que se formava a partir de uma cisão era também republicano, o PRR corria o risco de perder apoio federal. A carta de Campos Sales, então presidente de São Paulo, ao presidente da República, Prudente de Moraes, sugere que isso possa ter ocorrido em 1897. Contrariando os republicanos castilhistas, Sales sugeria conceder cargos da Guarda Nacional aos dissidentes, como se percebe pelo trecho abaixo transcrito:

Parece-me que neste momento é conveniente adotar uma política de prudência e precauções com relação ao sul. O norte absorve todas as atenções e todas as forças do governo, e isto de alguma parte fortalece e encoraja os agitadores da região oposta. Digo isto para advertir que é de toda a conveniência não fazer no Rio Grande o que se fez no Paraná com relação às nomeações para a Guarda Nacional. Em todo caso, existindo lá uma dissidência republicana, será bom que, quando tenha de haver nomeações, recaiam estas sobre o pessoal da dissidência, de preferência. Parece que agora o melhor será não cuidar de nomeações para evitar que, a pretexto de sofrer reações, se faça por lá qualquer agitação que agrave as complicações existentes¹⁴.

Aquele era o momento em que o governo federal estava envolvido no movimento que ocorria em Canudos e precisava, de toda maneira, evitar que também no Sul houvesse perturbações. À vista disso, Sales recomendava que as nomeações recaíssem sobre as dissidências, evitando, assim, problemas com elas. Não temos como saber se tais nomeações realmente aconteceram, mas se pode perceber que havia, além de uma oposição liberal, uma dissidência republicana forte. Além do mais, fica evidente que os republicanos que ocupavam o poder federal reconheciam o republicanismo de outros grupos

¹⁴ Carta de Campos Sales a Prudente de Moraes. Gabinete do presidente do Estado de São Paulo, 28 de julho de 1897. Localização: Arquivo Nacional (AN), Série 2: Documentação avulsa – Correspondência, Caixa 5, Doc. 1578.

políticos do Rio Grande do Sul, mesmo que não ligados ao PRR. Para o governo federal, a situação do Rio Grande do Sul não distava da de outros estados, ou seja, havia o reconhecimento da existência de diferentes grupos republicanos no estado que disputavam o poder, ao contrário do que propalava o discurso do PRR¹⁵.

A sugestão de Sales poderia ter por base não somente o contexto conturbado que o Brasil enfrentava com a questão Canudos, como sugere a carta. Deve-se levar em conta que as relações entre o governo Prudente, apoiado por Sales, e o governo de Castilhos, no Rio Grande do Sul, haviam sido abaladas com o fim da Revolução Federalista por conta da questão da anistia concedida aos partidários de Silveira Martins. Durante todo o ano de 1896, Prudente de Moraes empreendeu forte combate à tentativa de Castilhos de hostilizar federalistas e de incorporar tropas federais à Brigada Militar.¹⁶

Cumprindo ainda ressaltar que a postura de Sales pode ter sido uma retaliação à aproximação dos castilhistas ao Partido Republicano Federal (PRF). O partido, que havia sido criado em 1893 e assumido uma postura governista, acabou por romper, em 1897, sob a liderança de Francisco Glicério, com os republicanos que ocupavam o governo federal. Em consequência, em outubro daquele mesmo ano o PRF apresentou Lauro Sodré como candidato de oposição a Campos Sales à presidência da República. Esse rearranjo político dos republicanos e a postura assumida pelos castilhistas possivelmente também tenha contribuído para que Sales preterisse os castilhistas e recomendasse a nomeação para a Guarda Nacional de membros da dissidência republicana sul-riograndense.¹⁷

Se somente esse quadro já nos fornece uma ideia do quão diversa era a oposição aos castilhistas, ao diminuirmos o foco de análise para a esfera municipal, podemos perceber que a oposição era muito mais plural. De Rio Grande, a 15 de setembro de 1899, foi enviada correspondência destinada

¹⁵ Em Mato Grosso, o republicanismo se dividia entre o Partido Nacional e o Partido Republicano. No Paraná, o republicanismo pós-15 de novembro, dividia-se entre o Partido Republicano Federal, que reunia republicanos e antigos conservadores, e a União Republicana do Paraná, organizada pelos antigos liberais. Sobre as divisões em Mato Grosso ver o trabalho de Gilmara Franco (2014). Sobre as divisões no Paraná ver Rafael Sêga (2008).

¹⁶ No Fundo Prudente de Moraes, do Arquivo Nacional, há correspondência entre o presidente Moraes e o general João Thomaz Cantuária, enviado ao Rio Grande do Sul para garantir a pacificação após o fim da Revolução Federalista. Localização: AN, Fundo Prudente de Moraes.

¹⁷ Sobre a relação de Castilhos com o PRF ver Carina Martiny (2018).

a Castilhos por um indivíduo chamado Otero. Nesta longa missiva – são 14 páginas – sobre a situação política do município de Rio Grande, é possível identificar uma variedade de grupos políticos que se opunham ao PRR em 1899. Segundo relatava, havia, em Rio Grande, cinco grupos políticos:

[...] de um lado a União Cívica com seu programa atuando simpaticamente sobre a massa popular e com seu pessoal ativamente reorganizando o partido republicano, ligado ao geral do Estado, mantendo o mesmo programa; [...] Do outro lado mestre Biboca, sem o prestígio de quem por tanto tempo foi cacique desta taba [...].

Havia, ainda, “os dissidentes de última hora”, os “federalistas e monarquistas” e os nórnicos. Segundo Otero, os dissidentes de última hora não tinham “programa, a não ser o de fazer o intendente; sem eleitorado nem membros para as mesas, se as tivessem de nomear”. Já o grupo dos federalistas e monarquistas, estavam “em diminuto número” no “alistamento e mais provavelmente apresentarão candidato de acordo com Biboca”. Os nórnicos, por sua vez, “são do Biboca”¹⁸.

Loiva Félix (1996) e Gunter Axt (2001) já apontaram que, no âmbito municipal, ocorria o enfrentamento de facções, que disputavam entre si, o apoio do partido estadual. As eleições municipais muitas vezes se tornavam o ápice dessas disputas internas. Algumas vezes, a disputa poderia levar a enfrentamentos com a própria executiva estadual do PRR, resultando em rupturas irreversíveis. Outras vezes, eram superadas e levavam a reconciliações (AXT, 2001, p. 108). Como se percebe, constatar a existência de divisões internas, rupturas e facções não constitui nenhuma novidade. O argumento que se defende é o de que tais facções poderiam assumir o status de oposição ao partido dominante, preocupando as lideranças pelo âmbito que podiam alcançar.

O relato de Otero evidencia ainda que as oposições nem sempre assumiam o caráter de grupo ou partido político. Ela poderia ser capitaneada por

¹⁸ Carta de Otero a Júlio de Castilhos. Rio Grande, 15 de setembro de 1899. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), Arquivo Particular Júlio de Castilhos (APJC), Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, doc. 336.

algun chefe político despojado de seu poder pelos republicanos. Pode ser este o caso do “mestre Biboca”, sobre quem não conseguimos mais informações. E pode também ter sido o caso de José Gabriel da Silva Lima, de Cruz Alta.

O rompimento de José Gabriel com o PRR já foi explorado por Joseph Love (1975) e Loiva Félix (1996). Para Love, o episódio demonstra não somente a insubordinação de um coronel local, como também exemplifica a punição que uma tal insubordinação poderia ocasionar, qual seja, a exclusão de seu nome na política local através do combate, com o uso da força, de qualquer tentativa de resistência.

Conforme aponta Loiva Félix, José Gabriel era um antigo chefe político de Cruz Alta. Quando da proclamação da República, não tardou em aderir ao novo regime. Foi peça importante no município nos anos iniciais da década de 1890, quando o aparato institucional da República estava sendo formado, como demonstram as missivas que enviava a Júlio de Castilhos. Entretanto, a partir de 1899, quando de um desentendimento relativo à escolha de candidaturas à deputação federal, Zé Gabriel, como era mais conhecido em Cruz Alta, passou a adentrar as fileiras oposicionistas. Em carta a Castilhos afirmava que na “reunião feita no dia 26 da corrente [novembro de 1899] na Intendência Municipal para tratar-se da fundação de um colégio, Firmino de Paula”, parente de Júlio e chefe político na região, “declarou que tinha tido comunicação que os candidatos à deputação federal, por este distrito¹⁹, eram Alencastro, Germano Hasslocher e Angelo Pinheiro [...]”.

José Gabriel mostrava-se contrariado com o fato de não ter sido informado, de antemão, da lista de candidatos: “Fiquei admirado de ter ele sido informado antes de minha pessoa, tanto mais que lhe pedi declaração desses candidatos em minha carta de 19 do presente”. Em seguida afirmava que, após o anúncio feito por Firmino, “alguns eleitores declararam logo que não votavam nem em Germano nem em Ângelo, que pertence ao Estado de São Paulo”²⁰. Em seguida, afirma ainda que Firmino “aproveitou a ocasião” para

¹⁹ Segundo a lei n° 35, de 1892, o Rio Grande do Sul elegia 16 deputados à Câmara Federal, de modo que o estado estava dividido em 5 distritos. Como a lei eleitoral de 1904 (Lei Rosa e Silva) determinou que ao invés de três deputados, cada distrito elegeria cinco, o número de distritos no Rio Grande do Sul caiu para três. Sobre os distritos eleitorais ver: RICCI; ZULINI (2014).

²⁰ Ângelo era irmão de José Gomes e de Salvador Pinheiro Machado, membros do PRR muito próximos ao

pleitar “a futura eleição Municipal aqui, em novembro de 1900”, consultando os presentes na reunião “se aceitavam a dele ou a do José Gabriel”. Ao encerrar a carta, lançava o desafio “Assim o quer o homem, assim o tenha, veremos quem vence”²¹.

Joseph Love (1975, p. 86) aponta que o rompimento do poderoso chefe local José Gabriel ocorreu em função da escolha para candidato à deputação federal de Germano Hasslocher. Segundo Love, “em parte, o problema tinha suas origens na guerra, porquanto o candidato de Castilhos, Germano Hasslocher, se havia demonstrado, no princípio, ardente gasparista e somente abandonou o Partido Federalista após o massacre de Rio Negro”. Entretanto, como se percebe pela carta de Zé Gabriel a Castilhos, seu rompimento com o PRR não ocorreu apenas em função da candidatura de Hasslocher. Tratava-se de uma reação de José Gabriel à tentativa do PRR de substituir sua liderança local pela de Firmino de Paula. O antigo líder, entretanto, não aceitou pacificamente essa imposição.

Ainda em dezembro de 1899, escreveu a Evaristo do Amaral, pedindo que ele informasse a Castilhos sobre o teor da missiva. Nela, afirmava que o grande erro do Partido Republicano do Rio Grande do Sul foi apresentar Germano Hasslocher como candidato à deputação federal. E, com isso, criticava o que considerava a falsa moralidade do partido: “E depois vinham daí falar-me em moralidade de partido”. Por fim, sua carta era de rompimento com o partido: “[...] não votamos em Germano, e se isto é um crime, podem-nos riscar a todos do partido, que com a parte bem alta gritaremos. Tudo perdemos, menos a honra”²².

O receio de Castilhos era que a influência política de José Gabriel resultasse em maior recusa à candidatura de Germano Hasslocher. Preocupado, escreveu a doze de dezembro daquele mesmo ano ao senador Pinheiro Machado relatando que José Gabriel da Silva Lima havia repellido a candidatura de Hasslocher, “tendo aconselhado idêntico procedimento [aos] republicanos

chefe Júlio de Castilhos. José Gomes possuía relações familiares com Castilhos, sendo seu compadre.

²¹ Carta de José Gabriel da Silva Lima a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 30 de novembro de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, Doc. 371.

²² Carta de José Gabriel da Silva Lima a Evaristo do Amaral. Cruz Alta, 5 de dezembro de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 6: Evaristo Teixeira do Amaral, Caixa 11, maço 50, Doc. 1198.

[de] Palmeira, Passo Fundo, Soledade, [...]”. Para o chefe republicano aquela atitude “importa grave infração [à] disciplina, desacato [à] direção central, menosprezo [ao] pronunciamento [do] partido”. Frente a isso, solicitava que Pinheiro Machado ajudasse a evitar que São Luiz e Boqueirão imitassem “tão perigoso exemplo”. A mesma solicitação já havia sido feita a “Firmino sobre Santo Ângelo, bem como [a] amigos [de] S. Borja”²³. Como se percebe, Castilhos tinha ciência da força política do antigo chefe de Cruz Alta e, para combatê-lo, acionou outras lideranças importantes, como o próprio senador Pinheiro Machado.

Os receios de Castilhos não eram infundados. José Gabriel, ciente de sua força política na região, escreveu a Castilhos em 20 de dezembro afirmando que esteve em Santo Ângelo, mas que nada tratou de política, pois, segundo ele, “O meu galho é Cruz Alta e disto não me aparto”²⁴. Percebe-se que o remetente estava tentando barganhar com o chefe estadual: não se intrometeria em assuntos políticos de outros municípios, sobre os quais exercia influência, mas requeria reconhecimento de sua autoridade em Cruz Alta. O que estava em disputa, naquele momento, era a liderança local em Cruz Alta.

A posição assumida por Zé Gabriel contra a candidatura de Hasslocher constituía um empecilho à estratégia do PRR de eleger sempre todos os candidatos²⁵. Foi por isso que a 30 de dezembro alguns republicanos castilhistas publicaram uma circular solicitando aos eleitores para sufragar o nome de Germano Hasslocher, junto à chapa proposta pelo PRR. O grupo afirmava não estar “de acordo com a deliberação do chefe coronel José Gabriel da Silva Lima”, pois tal posição era “contra todos os interesses partidários”.²⁶ Percebe-se que essas lideranças reconheciam a posição de mando que Zé Gabriel sustentava localmente, ao denominá-lo de “chefe”, mas se posicionavam

²³ Minuta de telegrama com caligrafia de Júlio de Castilhos, a ser enviado ao Senador Pinheiro Machado. Sem local, 12 de dezembro de 1899. Localização: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), Fundo Borges de Medeiros, Doc. 30406.

²⁴ Carta de José Gabriel da Silva Lima a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 20 de dezembro de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, Doc. 373.

²⁵ Sobre as estratégias do PRR para eleger seus candidatos a todas as vagas em disputa ver especificamente subcapítulo “*Estou alerta, confiante vitória todo transe*”: as eleições republicanas em MARTINY (2018, p. 254-282).

²⁶ Circular assinada por Anibal Lopes da Silva, João Antonio de Oliveira, Lúcio Annes Dias, Veríssimo Lopes e Lourença L. de Moraes Gomes. Cruz Alta, 30 de dezembro de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 3: Atas Manifestos, mensagens e Panfletos, Caixa 4, Maço 16, Doc. 17.

contrariamente a ele.

A eleição ocorreu no dia 31 de dezembro e, como se percebe pela apuração das urnas, a força política de Zé Gabriel teve grande impacto em Cruz Alta. Enquanto que em todos os demais municípios que compunham o 2º distrito a votação de Hasslocher foi muito semelhante à dos demais dois candidatos do PRR, em Cruz Alta sua votação foi bem menor. Enquanto Alencastro fez 569 votos e Ângelo Pinheiro 556, Hasslocher recebeu apenas 195 votos²⁷. Mesmo que a votação alcançada por Hasslocher em todo o distrito tenha sido suficiente para sua eleição, e que os castilhistas tenham acusado “abstenção criminosa” e “ausência” de “oposições coligadas”²⁸, fica evidente que em Cruz Alta a campanha de Zé Gabriel contra o candidato castilhista teve forte impacto. O episódio, porém, não se encerrou com o pleito.

Um dia depois de realizada a eleição, portanto, a 1º de janeiro de 1900, José Gabriel escreveu uma longa carta a Castilhos, justificando porque havia assumido posição contrária à candidatura de Hasslocher. Segundo informava, ficou descontente por só ter recebido a chapa a 3 de dezembro, sendo que, a 22 de novembro, a candidatura já havia sido propalada, “não tendo eu sido ouvido”. Como se percebe, a reclamação era a de que a executiva estadual não consultou as lideranças locais sobre a chapa de candidatos. Depois de justificar seu posicionamento sobre o pleito passado, reafirmava seu republicanismo: “Republicano sempre; oposicionista nunca”²⁹. Essa reafirmação de republicanismo denota intentos de reconciliação com o partido.

Dias depois, em carta a Cherubim Costa, fica evidente a intenção de Zé Gabriel de se manter no poder em Cruz Alta. Se queixava de ter escrito e telegrafado a Castilhos “sem haver merecido resposta”, repetindo o que já havia afirmado a Júlio: teve “firme propósito de retirar-me da política, depois do que se deu, mas o povo não o quer [Firmino] e me obriga a conservar-me no posto de seu chefe”. Afirma ainda que “o principal motivo de sua inimizade com Firmino de Paula” era o apoio que este concedia, em Palmeira das Mis-

²⁷ BOLETIM Eleitoral. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano XVII, n. 3, p. 2, 04 jan. 1900. Localização: BN Digital.

²⁸ AS ELEIÇÕES. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano XVII, n. 1, p.1, 02 jan. 1900. Localização: BN Digital.

²⁹ Carta de José Gabriel da Silva Lima a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 1 de janeiro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, maço 40, Doc. 376/1.

sões, a Olegário. Mais adiante, entretanto, deixava evidente que disputava com Firmino a chefia de Cruz Alta: “Quer por força ser chefe d’aqui. Deve esquecer disso que nunca o será, porque é abominado por todo este povo”³⁰.

A disputa com Firmino vinha ocorrendo há alguns meses. Em maio, escrevendo a Castilhos, oferecia informações sobre a não aceitação de Firmino em Palmeira e Cruz Alta, argumentando que “os que serviram na Brigada dele não o querem aturar mais” e que outro chefe político – João Maia – teria dito que “Firmino sobre política é um desastre”³¹.

Mais do que seu desacordo com a candidatura de Hasslocher, fica evidente que o cerne do conflito foi a tentativa do PRR de substituir a autoridade local de Zé Gabriel pela de Firmino de Paula e Silva, homem de confiança do PRR e parente de Castilhos. E foi por isso que o conflito se estendeu por todo ano de 1900.

Também na correspondência de Firmino é possível perceber a disputa pela liderança local. A 14 de janeiro de 1900, Firmino relatava a Castilhos que José Gabriel “enfurecido e desorientado gritava pelas ruas contra o governo e contra vossa pessoa e abraçava ao Gabriel Arcanjo, João Demétrio e outros federalistas dizendo-lhes que contassem com ele e chamando-os de correligionários”. Segundo Firmino, houve ainda relatos de que o antigo chefe “continuava na faina de arregimentar resistência dizendo que seria o chefe do partido conservador e que seria candidato a Intendente”³². A disputa pela liderança local estava estabelecida e ainda que Firmino contasse com o apoio de Castilhos, a força política local de Zé Gabriel se tornou um grande desafio para o PRR, como ficou evidente pelo resultado da eleição de 1899.

A ameaça de José Gabriel de concorrer à intendência de Cruz Alta causou grande preocupação aos castilhistas. Firmino e outros chefes locais, como João Maia, escreveram diversas cartas a Castilhos para relatar a situação política de diversas localidades ao longo dos meses de janeiro e fevereiro

³⁰ Carta de José Gabriel da Silva Lima a Cherubim da Costa. Cruz Alta, 7 de janeiro de 1900. Localização: AHRs, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 18: Cherubim da Costa Correspondência Recebida, Caixa 13, maço 66, Doc. 1402.

³¹ Carta de José Gabriel da Silva Lima a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 11 de maio de 1899. Localização: AHRs, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, maço 39, Doc. 288.

³² Carta de Firmino de Paula e Silva para Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 14 de janeiro de 1900. Localização: AHRs, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 9: Firmino de Paula e Silva Correspondência Expedida, Caixa 3, Maço 12, Doc. 004.

de 1900. Tratavam, nessas cartas, do trabalho de qualificação de eleitores, da formação de mesas e da campanha eleitoral, buscando sempre reafirmar que a maior parte da população estava ao lado do PRR, contra José Gabriel³³.

Em outubro de 1900, o desfeto dos castilhistas de Cruz Alta cancelou uma reunião que havia convocado sob a seguinte alegação: “não temos a liberdade que gozamos no tempo da monarquia”³⁴. Vê-se que, naquele momento, o tom da crítica de Zé Gabriel havia mudado. Se em janeiro de 1900 reafirmava seu republicanismo, em outubro do mesmo ano fazia uma séria crítica ao regime republicano.

De fato, na eleição de 1900 para a intendência municipal, José Gabriel se lançou como candidato de oposição. Ele fez uso de circulares para pedir votos, uma prática comum no período. Na circular, datada de cinco de novembro de 1900, ele pedia votos para a Intendência Municipal: “Tendo sido apresentado por nossos amigos para o cargo de Intendente Municipal, venho pedir-lhe o seu voto na eleição que se vai fazer no dia 1º de Dezembro deste ano. Conto pois que me prestará o seu auxílio e o de seus amigos, pelo que muito grato lhe serei”. Ao assinar a circular ele se intitula “co-religionário e amigo”³⁵. Deve-se notar que, na circular, Zé Gabriel não faz qualquer referência ao PRR e a Castilhos, afirmando, apenas, de forma genérica, que foi apresentado como candidato “por nossos amigos”.

Além desta, outra circular solicitando votos não somente para intendente e vice-intendente, mas também para quatro conselheiros, chama a atenção porque nela os candidatos, entre os quais José Gabriel, se intitulavam “representantes da maioria do partido republicano de Cruz Alta”, deixando evidente que o partido local havia se cindido. Ao mesmo tempo, a circular demonstrava que o rompimento era local, pois a nível estadual mantinham sua filiação ao PRR, pois se auto intitulam “Republicanos conhecidos e de

³³ Ver, por exemplo, cartas de Firmino de Paula e Silva a Júlio de Castilhos datadas de 30 de janeiro e 06 de fevereiro de 1900. Localização: AHRs, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 9: Firmino de Paula e Silva Correspondência Expedida, Caixa 3, Maço 12, Doc. 005 e 006.

³⁴ Circular de cancelamento de reunião do partido assinada por José Gabriel da Silva Lima. Cruz Alta, 10 de outubro de 1900. Localização: AHRs, APJC, Série 3: Atas, Manifestos, Mensagens e Panfletos, caixa 4, Maço 16, Doc. 21.

³⁵ Circular para eleição à Intendência Municipal. Cruz Alta, 5 de novembro de 1900. Anexo à carta de João Maia a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 11 de novembro de 1900. Localização: AHRs, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 9, Maço 41, doc. 581.

serviços feitos ao intemerato partido republicano do Estado”³⁶. A estratégia do grupo dissidente era se sustentar como parte do PRR, a fim de angariar votos, mesmo que suas candidaturas fossem mal vistas e combatidas pela própria executiva estadual do PRR.

A candidatura de José Gabriel preocupou os castilhistas. É o que se pode supor ao observar que, do dia 7 até 22 de novembro de 1900, Castilhos enviou nove missivas a Cruz Alta tratando da organização do pleito. Os destinatários eram diversas lideranças locais como o intendente Serafim Fagundes, Firmينو de Paula e Silva e João Maia³⁷. A 14 de novembro, faltando cerca de duas semanas para o pleito, revelava a João Maia que estava “persuadido [de que] Zé Gabriel vai ficar apavorado, fugindo [da] luta, ainda que de última hora, graças [às] providências tomadas”³⁸. O PRR detinha diversos dispositivos para impedir a vitória de José Gabriel. Podia, inclusive, anular o pleito caso ele vencesse³⁹. Mas era preferível vencer, sem ter de recorrer a outros expedientes.

Apesar de toda disputa, o pleito terminou com a vitória do PRR. No *A Federação*, junto ao anúncio da vitória de seu candidato Lúcio Annes Dias, o PRR afirmava que “José Gabriel foi repellido pelo eleitorado que em todo o município, em todas as mesas, com exclusão apenas de uma, lhe inflingiu (sic) tremenda derrota”⁴⁰. O comentário da folha republicana, porém, mascarava o grau de disputa que envolveu o pleito. Pelo resultado anunciado é possível perceber que a vitória não ocorreu de modo tão tranquilo como queriam fazer parecer.

Lúcio Annes Dias, o candidato castilhista, somou 636 votos ao passo que

³⁶ Circular para eleição à Intendência Municipal. Cruz Alta, 9 de novembro de 1900. Anexo à carta de João Maia a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 11 de novembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 9, Maço 41, doc. 581.

³⁷ Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 3: Correspondência enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em nome de Júlio de Castilhos, Caixa 16, Maço 74.

³⁸ Minuta escrita por Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt para ser enviada a João Maia, de Cruz Alta. Sem local, 14 de novembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 3: Correspondência enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em nome de Júlio de Castilhos, Caixa 16, Maço 74, Doc. 664.

³⁹ Em 1896, foi o que fez em relação ao pleito ocorrido em Povinho. Em carta a Aurélio relatava: “Sobre a eleição do Povinho já dei a solução, há dias, convencido da necessidade de anular-se a eleição de uma sessão para evitarmos o desastroso governo municipal do Fausto”. Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 30 de outubro de 1896. Localização: AHRS, Arquivo Particular Aurélio Viríssimo de Bittencourt (APAVB), Maço 1, Doc. 38.

⁴⁰ CRUZ Alta: Eleição Municipal. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano XVII, n. 277, p. 2, 3 dez. 1900. Localização: BN Digital.

José Gabriel 301 votos. Como se percebe, José Gabriel fez quase um terço dos votos do município. Em alguns distritos, como Tupanciretã e Cadeado, a diferença de votos que garantiu a vitória de Annes Dias foi muito pequena, respectivamente 9 e 10 votos. Em outro distrito (Ponche Verde) a candidatura oposicionista chegou a vencer por 32 votos. Ainda que derrotado, sua votação pode ser considerada expressiva, visto que contra sua candidatura pesava todo o poder do PRR. E, neste caso, parece ter sido necessário o uso da força. Segundo Joseph Love (1975, p. 86), “José Gabriel teria ganhado sem dificuldade se o subcomandante da Segunda Região, General Firmino de Paula, não tivesse chegado com um contingente da Brigada Militar ‘para manter a ordem’”. De fato, em novembro Castilhos escreveu duas cartas a João Maia anunciando que Firmino estava se dirigindo a Cruz Alta⁴¹.

Diante de um resultado tão apertado e buscando meios de mascarar o uso da força a que recorreu, a Executiva estadual do partido fez uso de seu jornal para estabelecer e propalar a sua versão dos fatos. Como se lê no trecho abaixo transcrito, o partido afirmava a tranquilidade e liberdade com que ocorreu o pleito:

A eleição, que foi pleiteadíssima e para a qual o candidato derrotado e os seus agiram com a máxima liberdade, percorrendo todo o município em desenfreada cabala, correu sob a máxima calma e ordem, sem incidente algum, nem reclamação, exercendo-se em toda a sua maior latitude a livre soberania do voto⁴².

E a disputa não acabou no dia do pleito. Dias depois, quando da diplomação dos eleitos, foi “apresentado pelo coronel José Gabriel” o que *A Federação* denominou de “um protesto banal”, que acabou sendo “desprezado pela maioria do Conselho Municipal”⁴³. Ficava muito difícil ao candidato opositor

⁴¹ Minutas escritas por Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt para serem enviadas a João Maia, de Cruz Alta. Sem local, 12 e 14 de novembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 3: Correspondência enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em nome de Júlio de Castilhos, Caixa 16, Maço 74, Doc. 662 e 664.

⁴² CRUZ Alta: Eleição Municipal. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano XVII, n. 277, p. 2, 3 dez. 1900. Localização: BN Digital.

⁴³ CRUZ Alta: Apuração. In: A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, Ano XVII, n. 285, p. 2, 12 dez. 1900. Localização: BN Digital. O telegrama enviado por Augusto Pestana a Castilhos, no dia anterior, mencionava que José Gabriel havia apresentado protesto que, entretanto, “não foi aceito pela junta apuradora”. Telegrama de Augusto

impor algum protesto ou recurso ao pleito, visto que o governo municipal acabaria sempre por refutá-lo, atendendo aos interesses da direção castilhista.

Como se percebe, se não havia espaço para a vitória de oposições, por outro lado é preciso levar em conta que elas existiram e adquiriram diferentes formas. Desde partidos políticos até dissidências e grupos capitaneados por alguma liderança pessoal. A existência de oposições no âmbito municipal deixava muitos indivíduos em posição de ter que reafirmar ou até mesmo provar sua lealdade a Castilhos. Como as relações pessoais a nível local eram muito próximas e variadas, a oposição que um indivíduo lançava à candidatura oficial, como o fez Zé Gabriel, deixava muitos em condição suspeita ante o chefe estadual. Luiz Gonzaga de Azevedo, amigo de José Gabriel, escreveu a Castilhos com o intuito de afirmar que “apesar de eu ser amigo particular dele [José Gabriel], sou o primeiro como sempre fui a reconhecer que não presta para chefe” pois “é homem de rabo grande, e não de hoje, sempre foi capaz de bandalheirinhas”. Segundo Azevedo, o antigo chefe cruz-altense “era bem político, o que hoje não é pelo muito que tem errado, e tenho quase certeza continuará a errar”⁴⁴. Na missiva de Azevedo ficava evidente a existência de um grupo político capitaneado por José Gabriel, que identificava como “gabrielista”. Demarcava, em sua escrita, que não era “Gabrielista ou outra qualquer coisa” e reiterava sua condição de republicano:

[...] quero que se convença o amigo de uma vez para sempre, eu sou Republicano e muito seu amigo – e o dia que por circunstâncias seja quais elas forem (que eu não creio) o amigo deixe de ser militante ativo na política do estado, eu serei seu companheiro; e eu também de minha parte lhe garanto, que a não militar a seu lado serei um pacífico cidadão, e é quem me tem na atividade é o amigo Dr. Castilhos.

Do episódio que gerou a cisão do partido republicano em Cruz Alta tratada, algumas questões merecem destaque: a) o PRR teve que enfrentar, nos anos iniciais da República, oposições que não eram nem Liberais, nem

Pestana a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 11 de dezembro de 1900. Localização: AHRs, APJC, Série 7: Telegramas, Subsérie 1: Recebidos, Caixa 6, Maço 25, Doc. 355.

⁴⁴ Carta de Luiz Gonzaga de Azevedo a Júlio de Castilhos. Vila Rica 13 de abril de 1900. Localização: AHRs, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 40, Doc. 432.

federalistas. Tratava-se de grupos oposicionistas que surgiam por vezes de forma efêmera, mas ainda assim, geraram certo desconforto aos castilhistas, pois desafiavam seu poder; b) essas oposições eram, muitas vezes, restritas ao âmbito municipal, mas poderiam, em alguns casos, se tornar oposições maiores, como demonstrou o medo do PRR de que São Luís, Boqueirão e São Borja poderiam acabar influenciados pela dissidência de José Gabriel; c) a oposição poderia assumir caráter apenas local e episódico, como no caso do desacordo sobre determinada candidatura, ou poderia se converter em uma crítica mais tenaz ao próprio regime republicano – ainda que esta fosse apenas discursiva – como fez José Gabriel acusando falta da liberdade na República, ao contrário do que, segundo ele, ocorria no período da Monarquia; e d) as oposições nem sempre assumiam a forma de partido político, sendo muitas vezes uma oposição pessoalizada. No caso em análise, havia um grupo contrário às determinações da Executiva estadual do partido, e este grupo estava agregado em torno da liderança de José Gabriel. Seus membros passaram a ser identificados como “gabrielistas”, numa clara referência à liderança exercida por José Gabriel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o PRR assumiu papel central à frente da política estadual nas décadas iniciais da República, o presente texto buscou demonstrar que esse papel foi muito contestado. O PRR teve que conviver e enfrentar diversas oposições. Ele não era voz partidária unívoca no estado e, ainda que se autoproclamasse como único partido republicano do Rio Grande do Sul, teve de enfrentar outros tantos republicanos que se organizaram através de partidos ou simplesmente facções dissidentes.

Seja em eleições para cargos federais ou estaduais, seja nos pleitos para cargos municipais, a executiva do PRR, que tinha Júlio de Castilhos como chefe, precisava estar sempre atenta ao desenrolar da política nos diversos municípios visto que era neles que podiam se organizar grupos de contestação. Como visto, esses grupos eram fortalecidos pela presença de alguma liderança política local disposta a desafiar a chefia do partido.

Tratar com essas lideranças não era tarefa fácil para o PRR e seu chefe.

Afinal, muitas delas tiveram sua centralidade na política local reconhecida pelo próprio PRR logo após a proclamação da República. Entretanto, quando o contexto se modificara, anos depois, e o PRR tentou relegá-las a um segundo plano, precisou enfrentar resistência. Essa resistência, por sua vez, era vista como ameaça ao domínio do PRR e, portanto, era combatida, inclusive com o uso da força.

A proposta central do texto foi, portanto, demonstrar a existência de diversas oposições ao PRR existentes na década inicial da República. Essas oposições, como visto, assumiam diferentes formatos, podendo ser grandes partidos, como o Federalista; ou então agremiações de curta existência, como a do Partido Republicano Liberal; ou, ainda, grupos oposicionistas organizados a partir de uma liderança como ocorreu em Cruz Alta com Zé Gabriel. Independente do formato assumido, essas oposições preocupavam a chefia do PRR e demandavam dela ações no sentido de combatê-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1829)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2001.

CARVALHO, Marechal Setembrino. *Memórias: Dados para a História do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.e.], 1950. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/CARVALHOMarechalSetembrinode.pdf>

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996. [Originalmente publicado em 1987].

FERTIG, André; ROUSTON JUNIOR, Eduardo. O Partido Federalista na Assembleia dos Representantes: ideias e discursos (1913 e 1916). *Cadernos de Pesquisa Cdhis*, Uberlândia, v. 23, n. 2, jul./dez. 2010.

FRANCO, Gilmar Yoshihara. *A o(A)dem republicana em Mato Grosso: disputas de poder e rotinização das práticas políticas (1889-1917)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP, 2014.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889): crônica histórica*. Porto Alegre: CORAG, 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Dir.). *República: República Velha (1989-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 129-170, v. 3, t. 1. (Coleção História do Rio Grande do Sul).

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARTINY, Carina. “O chefe político dos mais avançados republicanos”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. A política Riograndense na República Velha: A percepção das oposições. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 5, n. 8, p. 83-111, mar. 1987.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. *O Partido Republicano Rio-Grandense e o Poder Local no Litoral Norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895*. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1990.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jacqueline Porto. Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral: A Tônica das Eleições na Primeira República. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 443-479, 2014.

ROUSTON JUNIOR, Eduardo. *O Partido Federalista na Primeira República Brasileira: Imprensa e Discursos Parlamentares*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *De líderes históricos a opositores: as*

dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018.

SÊGA, Rafael Augusto. *Tempos Belicosos: a Revolução Federalista no Paraná*. 2. ed. Curitiba: Instituto Memória, 2008.

XII

VOTO, ELEIÇÕES E CONSTRUÇÃO DO ELEITOR:

fotografias da Agência Nacional e o momento inaugural de um regime democrático no Brasil (1945-1955)

DOUGLAS SOUZA ANGELI

NO ENSAIO *A OBRA DE ARTE NA ÉPOCA DE SUA REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA*, PUBLICADO originalmente em 1936, o filósofo alemão Walter Benjamin destaca a perda da atmosfera de autenticidade que cerca a obra de arte original, o desaparecimento do que ele chama de aura, processo que seria sintomático, pois “seu significado vai muito além da esfera da arte. [...] Na medida em que multiplica a reprodução, coloca no lugar de sua ocorrência única sua ocorrência em massa” (BENJAMIN, 2014, p. 23). Para Benjamin, a história da arte tem um curso que pode ser compreendido pelo deslocamento de um polo ligado a seu valor de culto a um polo relacionado a seu valor de exposição. Enquanto o valor de culto obriga a obra de arte a permanecer oculta, o segundo está ligado à perda de sua função mágica, aumentando as oportunidades de exposição (BENJAMIN, 2014, p. 37).

A iconografia política tem nessa exponibilidade uma de suas características. A reprodutibilidade técnica anunciada por Benjamin vai propiciar também o nascimento da propaganda política moderna. É a era do cinema e da fotografia que ocupa o centro de sua reflexão: o estranhamento do ator diante do aparato tecnológico do cinema faz com que ele saiba que isto o transporta (e, portanto, o liga) às massas. Para o autor, esta mesma mudança do modo de exposição por meio da técnica de reprodução pode ser identifi-

cada na política: a crise das democracias liberais poderia ser entendida como uma crise das condições de exposição do “homem político”. As democracias antes os apresentavam em sua própria pessoa diante dos pares. “O parlamento é o seu público”, afirma Benjamin. Entretanto, com as inovações nos aparatos técnicos, permitindo que o político seja ouvido e visto por um número ilimitado de pessoas, a exposição do “homem político” diante desse aparato passa para o primeiro plano. Benjamin (2014, p. 75; 79) compara os efeitos disso para o ator e para o político: passa a haver um novo tipo de seleção onde o “astro e o ditador emergem como vencedores”. O autor está observando, na época de sua escrita, os acontecimentos relativos à ascensão do fascismo e destaca, assim, sua consequência, o que ele chama de “estetização da vida política” (BENJAMIN, 2014, p. 119).

Assim, os aparatos de reprodutibilidade técnica, ligados, por exemplo, à fotografia e ao cinema, levam à transformação nas condições de exposição tanto do artista quanto do político. A transposição da performance política dos parlamentos fechados para o cotidiano das massas – por meio de imagens – gera uma tensão nesse *métier*: sua consequência é perceptível na forma como os políticos modificam o processo de construção de sua imagem considerando a recepção de um público ampliado, nos regimes autoritários, mas também nos regimes democráticos ao longo do século XX¹.

Durante o século XX, os modernos meios de comunicação, como o cinema e a televisão, mas também as imagens que circulam e irrompem na paisagem por meio de cartazes ou de publicações na imprensa, foram importantes instrumentos de propaganda política e controle da opinião pública, na combinação da força física (repressão) e da força simbólica (propaganda) para fins de dominação nos regimes totalitários como o fascismo e o nazismo na Europa das décadas de 1920 e 1930. Maria Helena Rolim Capelato, na obra *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, lançada originalmente em 1998, analisa a construção desse tipo de propaganda nos dois casos, o brasileiro entre 1937 e 1945 e o argentino entre 1945 e 1955. A autora chama a atenção para a eficácia da propaganda política: “Vale-se de

¹ As observações iniciais deste texto se baseiam em artigo do autor, no qual refletem sobre obras de autores como Walter Benjamin, Régis Debray, Peter Burke, Carlo Ginzburg, Maria Helena Capelato e John Berger, propondo, ao final, atividades relacionadas à iconografia política no ensino de História. Cf. ANGELI (2019).

ideias e conceitos, mas os transmite em imagens e símbolos [...]. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas” (CAPELATO, 2009, p. 39).

Crítico e escritor inglês, John Berger é um especialista em fotografia. Uma coletânea de textos seus, organizados por Geoff Dyer, foi lançada recentemente sob o título *Para entender uma fotografia*. Um dos ensaios diz respeito aos *usos políticos de uma fotomontagem*. O autor traz o exemplo de John Heartfield, comunista alemão que, juntamente com George Grosz, inventou a técnica da fotomontagem trabalhando em uma revista de esquerda, sendo famosas suas fotomontagens denunciando o regime nazista. John Berger explica o significado dessa técnica: “Sua capa ideológica, seu disfarce ideológico, que vestia tão bem em seu lugar apropriado [...] é abruptamente revelada naquilo que é. As próprias aparências subitamente nos revelam como elas nos iludiam” (BERGER, 2017, p. 47). Dessa forma, imagens originalmente pensadas para fins de propaganda política favorável ao regime nazista, um reforço da imagem de Adolf Hitler, por exemplo, retiradas de seu contexto e combinadas com outras imagens, pela técnica da fotomontagem, tornam-se sua antítese: a imagem que denuncia, que repele, que gera repulsa ao regime nazista. Por esta razão, o autor salienta a capacidade dessa técnica em “desmistificar as coisas” (BERGER, 2017, p. 48).

Assim, se as imagens, juntamente com a arte, caminham historicamente de um polo de ritual, de mediação com as forças sobrenaturais – ligadas portanto ao oculto, ao mistério – em direção a outro polo de exibição, de reprodução e de propaganda, pode-se dizer que seu mundo, o das imagens, é um mundo de usos e sentidos múltiplos, servindo como meio de construção de símbolos capazes de dotar os regimes políticos de autoridade e legitimidade, mas também de questionar essa legitimidade e subverter essa autoridade.

A AGÊNCIA NACIONAL E AS IMAGENS SELECIONADAS

A Agência Nacional havia sido criada em 1937, ligada ao antigo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e, depois, ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – durante o Estado Novo. Após a queda do regime varguista, a Agência Nacional foi mantida sob a tutela do

Ministério da Justiça, sendo essa agência de notícias estatal responsável por divulgar os atos do governo federal e as notícias tidas como de interesse público². Seu acervo iconográfico encontra-se disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro - SIAN³.

Utilizando a pesquisa avançada do SIAN, foram selecionados dossiês para este trabalho a partir das palavras-chave *voto, votar, eleitor, eleitoral, eleições* e com o recorte temporal abrangendo os primeiros dez anos da República Democrática (1945-1955). O que as fotografias da Agência Nacional têm a nos mostrar com relação à construção do eleitor nesse momento chave de democratização? Que imagem do eleitor e das práticas eleitorais essas fotografias conformam? Que tipos de incitações podemos perceber no conjunto dessas fotografias?

Conforme Ana Maria Mauad, a fotografia é uma fonte histórica que exige do historiador um novo tipo de crítica e deve ser considerada, remetendo a Jacques Le Goff, como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como indício, como marca de uma materialidade passada, “na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos deste passado”. No segundo caso, “a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como imagem a ser perenizada para o futuro, conformando uma determinada visão de mundo” (MAUAD, 2008, p. 37).

De acordo com esta proposta, a análise que segue se desenvolve em dois movimentos: primeiro, buscando analisar os elementos, presentes nas fotografias, que sirvam de indicativos das práticas eleitorais e de sua materialidade; segundo, buscando compreender a própria conformação de uma imagem sobre o voto e as eleições, articulada a um esforço de mobilização do eleitor e de construção de um modelo de cidadania eleitoral.

A CONSTRUÇÃO DO ELEITOR NO BRASIL PÓS-45

No Brasil pós-Estado Novo, período da chamada “experiência democrática” (1945-1964), a ampliação do eleitorado, a criação de partidos políticos

² Sobre a Agência Nacional, cf. BIZELLO (2011) e AGUIAR; LISBOA (2017). Sobre imagens produzidas pela Agência Nacional, mas em período posterior, ver MAIA (2017).

³ Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>.

nacionais e a realização periódica de eleições em um sistema eleitoral competitivo geraram impactos nas relações entre candidatos e eleitores. O processo de abertura política do Estado Novo, entre fins de 1944 e a deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945, delinea, em grande medida, o período que o sucede: os partidos políticos que se formam têm como ponto principal de clivagem sua relação (de oposição ou apoio) ao próprio regime que findava e as eleições de 2 de dezembro de 1945, e os pleitos estaduais e municipais que se seguem à promulgação da Constituição de 1946 se dão tendo como marco legal o Código Eleitoral decretado por Vargas em 1945 e conhecido como Lei Agamenon (NICOLAU, 2002; LAVAREDA, 2012).

Esse período da história política brasileira tem sido estudado por diversos autores que apontam para os avanços e para os limites dessa experiência política. No que concerne ao perfil do eleitorado, merece atenção uma observação de Gláucio Ary Dillon Soares (1973, p. 59): pela primeira vez, “os setores médios e inferiores das classes médias participaram em grande número do processo eleitoral” e “um contingente respeitável de membros das classes trabalhadoras – um milhão ou mais – participou do processo eleitoral”. Para Olavo Brasil de Lima Júnior (1983, p. 60), entretanto, o sistema político desse período pode ser considerado elitista e “representativo apenas de uma visão limitada e parcial da vida política, já que a legislação excluiu da participação eleitoral grandes segmentos sociais”. Embora tenha ocorrido uma expressiva ampliação do eleitorado, especialmente ao se considerar a pequena participação eleitoral durante as primeiras quatro décadas do período republicano, não se pode negligenciar que essa incorporação se deu com a utilização de mecanismos pelos quais se incluiu controladamente novas parcelas da população à cidadania eleitoral, mas manteve a exclusão da maioria.

Ainda no âmbito da Ciência Política, Antônio Lavareda (2012, p. 191) apresentou uma visão renovada acerca do período: tratava-se de um sistema partidário-eleitoral que se consolidava e teria propiciado a implantação de clivagens políticas duradouras na sociedade. Seus principais fatores, nessa perspectiva, residem na ampliação da franquia eleitoral, nos partidos políticos nacionais que proporcionaram identificação no seio do eleitorado e, ainda, na criação das condições (impulsionadas pela urbanização) para a existência de um mercado político competitivo.

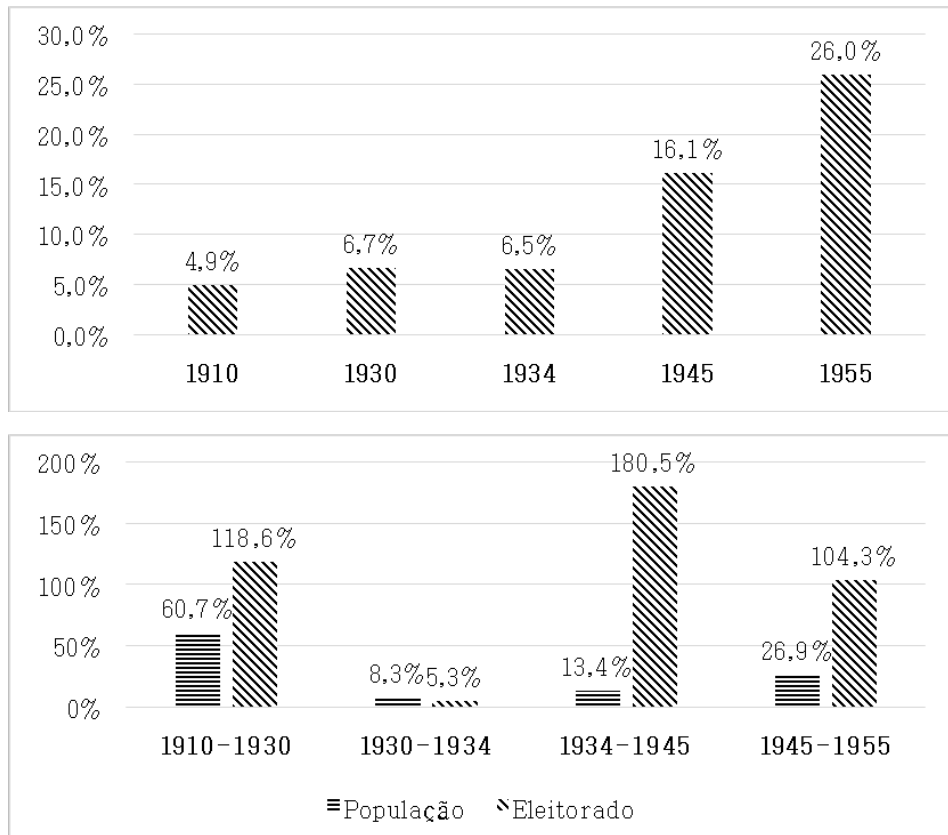
O historiador Jorge Ferreira (2012) chama o período de 1945 a 1964 de *República Democrática*. Conforme Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2018), essa fase da história republicana trouxe incerteza ao processo político-eleitoral, pois as eleições se tornaram verdadeiramente competitivas, reduzindo-se gradativamente o controle do governo sobre o processo eleitoral, aspecto fundamental pelo qual os autores a ressaltam como uma experiência de democracia representativa em consolidação.

O mercado eleitoral, entretanto, estará incompleto se não houver eleitores. Como afirmam Michel Offerlé (2005; 2011) e Alain Garrigou (1988), para que haja eleições é preciso que haja eleitores – e estes precisam ser construídos enquanto tais, ou seja, é necessário que se construa um interesse pela competição eleitoral e pelo voto capaz de mobilizar esse cidadão em direção à sua concretização por meio do ato de votar. Essa perspectiva não tem como objetivo desvendar as motivações do voto dado pelos eleitores – a decisão do voto. A busca é por compreender não os motivos que levam o eleitor a votar em um determinado candidato ou partido, mas por identificar, contextualizar e problematizar as práticas e as concepções que levam o eleitor a votar – a tornar-se eleitor. É, portanto, uma perspectiva que intenta refletir sobre a implantação do sufrágio como meio legítimo de ação política em detrimento de outros meios provenientes de um vasto repertório de ação coletiva e, ainda, sobre a criação do costume do ato de votar como fruto de uma socialização e de um trabalho de mobilização empreendido por agentes diversos – entre os quais o Estado, a Igreja, a imprensa, os partidos políticos, etc.

Conforme Michel Offerlé (2011), os mecanismos de mobilização eleitoral contribuem com o reforço periódico de integração política, dotando de legitimidade o modo de transmissão do poder por meio do sufrágio universal. A ação dos partidos e dos candidatos é, por esta razão, apenas uma das partes mais visíveis de um conjunto de práticas que resultam na naturalização dos procedimentos eleitorais. No que tange à história do voto no Brasil, Letícia Bicalho Canêdo atribui ao período pós-1945 uma série de transformações na relação entre candidatos e eleitores. A unificação administrativa, jurídica, política, educacional e cultural promovida pelos governos de Getúlio Vargas, teria propiciado, no período posterior, o surgimento do “cidadão-eleitor” no Brasil. Para a autora, as marcas principais dessa fase foram a transformação

do sufrágio pela obrigatoriedade do voto para os alfabetizados e a implantação dos partidos políticos nacionais de massa (CANÊDO, 2010, p. 537).

A ampliação do eleitorado no período pós-1945, comparado inclusive com as experiências eleitorais realizadas na década de 1930 e antes, pode ser observada nos gráficos a seguir⁴:



GRÁFICOS 1 E 2.

(Acima) Proporção do eleitorado sobre o total da população brasileira (1910-1955);

(Abaixo) Comparativo do aumento populacional e do eleitorado inscrito no Brasil entre 1910 e 1955.

FONTE

Elaborado pelo autor. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Estatísticas do Século XX.

No primeiro gráfico, é possível observar que, se entre 1910 e 1934 o eleitorado inscrito jamais representou mais de 7% da população, nas eleições de 1945 esse índice chegará a 16,1%, chegando a 26% nas eleições de 1955. O segundo gráfico complementa esta informação: entre 1934, ano das últimas eleições para a Câmara dos Deputados antes do Estado Novo, e 1945, quando as eleições são retomadas, a população brasileira, pelas estimativas, cresceu apenas 13,4%, enquanto o eleitorado inscrito registrou um crescimento de 180,5% entre um pleito e outro. Esse crescimento continua na década seguinte: a população brasileira cresceu 26,9% entre 1945 e 1955, enquanto o eleitorado se ampliou em 104,3%. Nessa década, foram realizadas três eleições presidenciais: 1945, 1950 e 1955.

O período iniciado em 1945 foi fundamental para a construção do eleitor, destacando-se o papel da Justiça Eleitoral, da imprensa e dos partidos políticos nacionais na produção de um interesse pela competição eleitoral e do costume do ato de votar⁵. As campanhas eleitorais desse período foram causando modificações, embora sazonais, na paisagem das cidades. Imagens publicadas na imprensa indicam essa alteração no cotidiano: as paredes, as janelas, os postes, em toda a parte o que se vê é a propaganda eleitoral. Muros, tapumes, sacadas, cordões de calçada. Todos os espaços ficam sujeitos aos cartazes, às faixas, às pichações, às imagens de propaganda. Nas mesas instaladas nos pontos de maior movimento, onde também há cartazes, os apoiadores dos candidatos distribuem cédulas eleitorais, santinhos, panfletos. Neles, mais imagens. Nas bancas e nas mãos dos jornalheiros, os periódicos circulam com a presença farta de anúncios com gravuras e reproduções de fotografias de candidatos, de comícios e de símbolos políticos. Flâmulas, retratos, estandartes e broches completam essa iconografia eleitoral.

O papel das imagens parece fundamental nessas incitações: exibem e ao mesmo dão forma às práticas eleitorais, despertam o interesse pelo voto, reforçam a integração política e permitem a reprodução – atingindo aqueles que, futuramente, tomarão parte nesse ritual. Assim, passamos a considerar o papel da Agência Nacional nesse processo.

AUTORIDADES E O VOTO

As duas primeiras fotografias selecionadas registram a passagem do presidente da República José Linhares pela seção eleitoral durante o pleito de 2 de dezembro de 1945. Em todas as imagens a seguir, os títulos são os mesmos que se encontram na descrição dos itens do arquivo.



FIGURA 1 E 2.
Presidente José Linhares, fora do Palácio do Catete: deposita seu voto nas urnas.

FONTE
Agência Nacional,
Rio de Janeiro.
2/12/1945.

ACERVO
Arquivo Nacional.



Presidente do Supremo Tribunal Federal, Linhares era o primeiro na linha sucessória quando ocorreu a deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945. Exerceu a presidência da República até a posse de Eurico Gaspar Dutra, eleito naquele pleito – que também elegeu a Assembleia Nacional Constituinte. Há muitos significados implícitos nessas duas fotografias portanto:

não se trata simplesmente do presidente da República servindo de exemplo e incentivo à cidadania cívica ao exercer seu direito / dever enquanto eleitor, mas do chefe de Estado no exercício desse ato em um momento inaugural de um regime democrático. Nas eleições de 1945, a grande maioria dos eleitores estava votando pela primeira vez. Os demais, estavam votando novamente depois de uma década de jejum eleitoral. Não havia se criado o costume do voto, sendo essa uma rotina a ser ainda implantada.

Garantindo a solenidade da cena, temos os mesários em pé diante da autoridade maior e outras autoridades que completam o quadro, incluindo um padre e um militar. É como um ato oficial de inauguração da legitimidade do regime cuja forma ainda seria delineada pela Constituição de 1946.

Essas etapas do ato de votar estavam previstas na legislação que regrou as eleições de 1945, o decreto chamado de Lei Agamenon. O espaço a serem instaladas as seções de votação estavam previstos no artigo 72, e a cabine indevassável no artigo 73:

Art. 72. Funcionarão as mesas receptoras nos lugares designados pelos Juízes Eleitorais, publicando-se a designação.

§ 1º Dar-se-á preferência aos edifícios públicos, recorrendo-se aos particulares se faltarem aqueles em número e condições adequadas.

§ 2º Não se pode usar propriedade ou habitação de candidato.

§ 3º Dez dias, pelo menos, antes do fixado para a eleição, comunicarão os Juízes Eleitorais aos chefes das repartições públicas e aos proprietários, arrendatários ou administradores das propriedades particulares, a resolução de serem os respectivos edifícios, ou parte deles, utilizados para o funcionamento das mesas receptoras.

§ 4º A propriedade particular será obrigatória e gratuitamente cedida para esse fim.

Art. 73. No local da votação, será separado do público o recinto da mesa e, ao lado desta, achar-se-á um gabinete indevassável, para que, dentro nele, possam os eleitores, à medida que comparecerem, colocar as cédulas de sua escolha nas sobrecartas.

§ 1º O Juiz Eleitoral providenciará para que, nos edifícios escolhidos, sejam feitas as necessárias adaptações.

§ 2º No gabinete indevassável poderão ser colocadas, pelo

presidente da mesa receptora, cédulas dos partidos e dos candidatos registrados.⁶

O mesmo decreto definia como deveriam ser os envelopes, chamados de sobrecartas: “sobrecartas oficiais, uniformes, opacas, e rubricadas pelo Presidente da mesa receptora” (artigo 43). O mesmo para as cédulas: “Serão de forma retangular, cor branca, flexíveis e de tais dimensões que, dobradas ao meio ou em quarto, caibam nas sobrecartas oficiais” (artigo 71). O material necessário ao funcionamento das seções eleitorais estava previsto no artigo 70:

Art. 70. Os Juízes Eleitorais enviarão ao Presidente de cada mesa receptora, pelo menos 48 horas antes da eleição, o seguinte material:

- 1) lista dos eleitores da seção;
- 2) relação dos partidos e candidatos registrados;
- 3) duas folhas para a votação dos eleitores da seção e duas para os eleitores de outras, devidamente rubricadas;
- 4) uma urna vazia;
- 5) sobrecartas de papel opaco para a colocação das cédulas;
- 6) sobrecartas maiores para os votos impugnados ou duvidosos;
- 7) sobrecartas especiais para a remessa, à Junta Eleitoral, dos documentos relativos à eleição;
- 8) uma fórmula da ata de abertura e outra da de encerramento, assim como impressos para as atas;
- 9) senhas para serem distribuídas aos eleitores;
- 10) tinta, caneta, lápis, papel, necessários aos trabalhos;
- 11) folhas apropriadas para a impugnação e folhas para observações de fiscais ou delegados dos partidos;
- 12) outro qualquer material que o Tribunal Regional julgue necessário ao regular funcionamento da mesa.⁷

As duas fotografias que registram o voto do presidente José Linhares formam uma narrativa do ato de votar, da assinatura da folha de presença à

⁶ Decreto-lei n. 7.586, de 28 de maio de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>.

⁷ Decreto-lei n. 7.586, de 28 de maio de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>.

saída da cabine indevassável – que garante o segredo do voto e a individualização desse ato – pressupondo ainda um momento seguinte, ausente na imagem: o depósito do envelope na urna. É essa cena que temos na fotografia do ministro José Francisco Bias Fortes votando nas eleições de 1950:



FIGURA 3.
José Francisco
Bias Fortes,
ministro
da Justiça
e Negócios
Interiores, vota
no pleito eleitoral
para presidente
da República.

FONTE
Agência Nacional,
Rio de Janeiro.
3/10/1950.

ACERVO
Arquivo
Nacional.

Na imagem acima, o enquadramento privilegia não apenas o gesto do ministro, ao inserir o envelope na urna de lona branca com zíper e lacre, mas o olhar do mesário e dos demais eleitores que aguardam na fila. A coleta da assinatura após a conferência dos documentos (título eleitoral e cédula de identidade), bem como o lacre da urna e os olhares atentos, formam um conjunto que busca demonstrar a confiabilidade do sufrágio destacando as etapas que se dão sob os olhos de todos os presentes, com destaque para o depósito do envelope na urna. Os momentos ausentes da imagem, nesse caso, são a entrega do envelope, a entrada na cabine indevassável, o depósito das cédulas eleitorais no envelope, a saída da cabine.

Ainda do momento inaugural da República Democrática, temos a imagem 4, fotografia do título de eleitor distribuída pela Agência Nacional, onde a iconografia política se faz presente também pela presença do brasão da República, reforçando o sentimento de integração política. Já a fotografia 5 diz respeito à mobilização em torno do alistamento eleitoral em outro momento, após o retorno de Getúlio Dornelles Vargas à presidência da República – dessa vez por meio do voto direto. A fotografia evidencia o esforço das autoridades em promover a participação política por meio do voto, registrando a audiência entre o presidente Getúlio Vargas, eleito em 1950, e João da Silva, qualificado no título do dossiê como “o menor eleitor do Brasil”. Na cena, o presidente se curva para conferir o título de eleitor que o cidadão porta orgulhosamente.

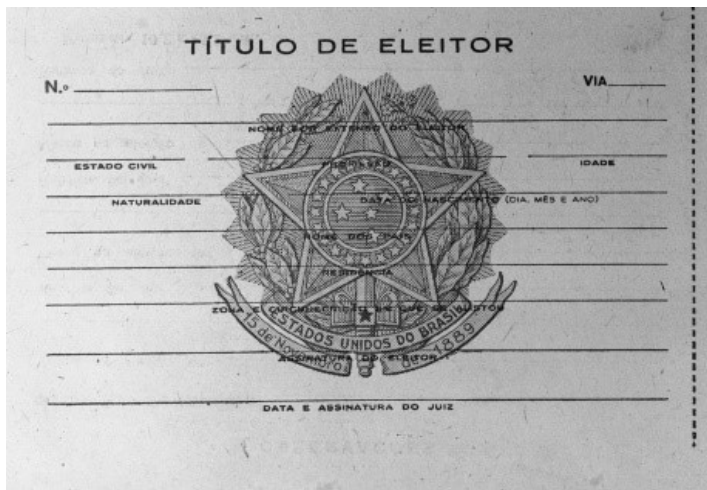


FIGURA 4.
Reprodução
do título
eleitoral.

FONTE
Agência
Nacional, Rio
de Janeiro.
21/06/1945.

ACERVO
Arquivo
Nacional.

A fotografia 5 foi tirada após a aprovação do Código Eleitoral de 1950, que definiu algumas alterações importantes no alistamento eleitoral. A Lei Agamenon manteve as duas formas de alistamento previstas no Código Eleitoral de 1932: por iniciativa do cidadão ou *ex-officio*. Porém, o alistamento realizado em 1945 foi muito mais eficiente do que aquele feito em 1933, pois o alistamento passava a ser obrigatório e o sistema *ex-officio* foi utilizado em larga escala pelos interventores estaduais e pelos sindicatos (NICOLAU, 2002, p. 43-44). A Constituição de 1946 definiu uma definição similar à Lei Agamenon,

considerando como eleitores os brasileiros maiores de 18 anos que se alistassem na forma da lei. Não eram alistáveis e, por esta razão não elegíveis, os analfabetos, os que não soubessem exprimir a língua nacional, os que estivessem privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos, as praças de pré – salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior. O alistamento e o voto eram obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções já citadas. O sufrágio era universal e direto, sendo o voto secreto.



FIGURA 5.
Presidente
Getúlio
Dornelles Vargas
(1951-1954)
no Palácio do
Catete: recebe
em audiência
João da Silva, o
menor eleitor do
Brasil.

FONTE
Agência Nacional,
Rio de Janeiro.
12/11/1953.

ACERVO
Arquivo
Nacional.

O novo código eleitoral, aprovado em 1950, aboliu o alistamento *ex-officio*, determinando a qualificação e inscrição somente via requerimento do interessado. Estabelecia o artigo 33 que os cidadãos que desejassem inscrever-se como eleitores deveriam dirigir-se ao juiz eleitoral de seu domicílio, mediante requerimento de próprio punho, declarando nome, idade, estado civil, profissão, lugar de nascimento e residência. A abolição do alistamen-

to ex-officio, em 1950, obrigou aos maiores de 18 anos o comparecimento perante o Cartório Eleitoral para inscrição e posterior retirada do título de eleitor.



FIGURA 6.
Desembargador Afrânio Antônio da Costa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, preside a instalação das juntas apuradora, no Palácio Tiradentes.

FONTE
Agência Nacional, Rio de Janeiro. 3/12/1945.

ACERVO
Arquivo Nacional.

FIGURA 7.
Início da apuração dos votos nas eleições de 1954.

FONTE
Agência Nacional, Rio de Janeiro. 4/10/1954.

ACERVO
Arquivo Nacional.





FIGURAS 8 E 9.
Início da apuração
dos votos nas
eleições de 1954.

FONTE
Agência Nacional,
Rio de Janeiro.
4/10/1954.

ACERVO
Arquivo
Nacional.

Entre as fotografias da Agência Nacional disponíveis no acervo do Arquivo Nacional, destacam-se aquelas relativas aos momentos de apuração dos votos, como nas imagens 6 a 9. Mais uma vez vemos a ênfase na presença de autoridades como fiadoras da credibilidade e da legitimidade do sufrágio: é o desembargador Afrânio Antônio da Costa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, que preside a instalação das juntas apuradoras no Palácio Tiradentes, ocasião em que são abertas as primeiras urnas

— ainda as pesadas urnas de metal (imagem 6).

Nas imagens 7, 8 e 9 temos uma sequência de fotografias sobre as juntas apuradoras nas eleições estaduais de 1954. Nela, é possível inferir a intenção do fotógrafo em exibir a forma organizada e formalizada do longo processo de apuração e sua confiabilidade: as urnas depositadas em fileiras por seção eleitoral enquanto não chega a hora da contagem; a abertura de uma urna de lona, despejando-se os envelopes na mesa sob o olhar dos fiscais; a separação e contagem das cédulas e sua fiscalização.

OS ELEITORES ANÔNIMOS E O VOTO

Até agora, nos deparamos com fotografias em que os protagonistas são os agentes do Estado ou os atos oficiais das seções eleitorais e das juntas apuradoras e, portanto, do âmbito da Justiça Eleitoral e demais instituições. Mas e os cidadãos anônimos que estavam se tornando partícipes da cidadania eleitoral? Como o eleitor em construção é enquadrado nessas fotografias? Imagem de 4 de agosto de 1954 exhibe vários desses cidadãos formando filas

FIGURA 10.
Encerramento do prazo para inscrição de eleitores.

FONTE
Agência Nacional, Rio de Janeiro. 4/08/1954.

ACERVO
Arquivo Nacional.

na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. Era o final do prazo para o alistamento eleitoral. A ênfase da foto está na diversidade desses cidadãos anônimos: homens, mulheres, brancos, negros, civis, militares, todos atendendo ao chamado da Justiça Eleitoral. Tomar parte na cidadania eleitoral exige paciência. Não somente a paciência de se aguardar a próxima eleição para tomar uma decisão, mas a paciência de se postar em fila, disciplinadamente, para se alistar e, alguns meses depois, para votar.





FIGURA 11.
Vários aspectos
de eleitores
no dia 02 de
dezembro, quando
aguardavam sua
vez de votar.

FONTE
Agência Nacional,
Rio de Janeiro.
2/12/1945.

ACERVO
Arquivo Nacional.

Em uma das fotografias das eleições de 2 de dezembro de 1945, homens e mulheres aguardam em filas em frente às seções eleitorais instaladas na Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro. Protegendo-se do sol inclemente, alguns improvisam chapéus feitos de folhas de jornais. O gesto do homem, no primeiro plano da fotografia, que ostentando seu chapéu de jornal apoia ambas as mãos na cintura e observa a cena, evidencia que a paciência certamente tinha seus limites. Ainda assim, as imagens denotam o esforço dos eleitores no cumprimento do dever eleitoral.

Aos poucos, esse ritual vai se repetindo e a própria repetição contribuindo para a naturalização do ato de votar, exercido pelas autoridades enquadradas nas imagens anteriormente referidas, mas também pelos cidadãos anônimos, como a eleitora que, tendo atrás a cabine e à frente a mesa da seção eleitoral, deposita seu voto na urna:



FIGURAS 12 E 13.
O povo vota nas eleições.

FONTE
Agência Nacional, Rio de Janeiro.
3/10/1954.

ACERVO
Arquivo Nacional.



Esse conjunto de fotografias tem como título “o povo vota nas eleições”. Nele, chama a atenção a imagem em que os eleitores, enquanto aguardam sua vez de entrar no recinto onde se realiza a votação, observam atentamente ao fotógrafo que os enquadra e produz a imagem. São homens e mulheres bem trajados, sendo possível imaginar que, em alguns casos, tratava-se das melhores roupas, do traje de ir à missa no domingo, o que demarca a solenidade do ato cívico. Em fila, os eleitores enquadrados pelo fotógrafo seguram seus documentos nas mãos e transparecem a expectativa do ato seguinte: o voto, meio de participação política individual, solene, disciplinado, um ritual austero da cidadania cívica, ao menos assim idealizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fotografias da Agência Nacional selecionadas para este texto se situam na intersecção entre fonte e objeto de pesquisa. Como fontes, permitem observar a organização do ato de votar (as seções eleitorais, a fila, a disposição dos elementos), a materialidade do voto (cédula, sobrecarta, cabine, urna), os atos que precedem e sucedem a esse ato (alistamento, apuração), contribuindo, portanto, para uma história do voto em um momento-chave da República no Brasil. São demonstrativos de um momento crucial da constituição dos rituais políticos em torno do sufrágio, da construção das práticas eleitorais que passam a conformar rotinas na vida democrática.

Estas imagens são, igualmente, parte de um objeto de pesquisa: a implantação dessas mesmas práticas, a imposição do voto como meio legítimo de participação política, a construção de uma cidadania eleitoral no momento inaugural da República Democrática. Eleitores em fila para completar o processo de alistamento; eleitores, novamente em fila, para ingressar na seção eleitoral. São imagens capazes de atuar na construção de um interesse pelo voto e pela competição eleitoral: o voto é um dever do cidadão, uma tarefa a ser cumprida. A fila, a assinatura, o depósito do envelope na urna: rotinas, exemplificadas e reforçadas pelas fotografias, que constituem o ato de votar como um gesto solene e disciplinado. As urnas aguardando a apuração, a contagem dos votos diante dos fiscais: imagens que visam a fornecer um atestado da confiabilidade do processo eleitoral.

As imagens analisadas são vestígios, portanto, de um processo duplo: a construção da imagem do sufrágio como um gesto de cidadania cívica e o trabalho de socialização visando à mobilização eleitoral. As fotografias, frutos de um aparato técnico que propiciou a reprodução da imagem dos líderes políticos para a mobilização das massas nos regimes autoritários, são capazes também de celebrar o voto como expressão da democracia e de construir a imagem de homens e mulheres anônimos em seu processo de constituição enquanto cidadãos-eleitores de uma República Democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Pedro; LISBOA, Juliana. A Agência Nacional no Estado Novo (1937-1945): entre o Jornalismo e a Propaganda. *Anais do XI Encontro Nacional de História da Mídia – ALCAR*. 2017.

ANGELI, Douglas Souza. *Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)*. Dissertação [Mestrado em História]. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015;

ANGELI, Douglas Souza. Iconografia política: reflexões para exercícios de análise no ensino de História. *Oficina do Historiador*, v. 12, n. 2, 2019, e-35317.

ANGELI, Douglas Souza. *O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)*. Tese [Doutorado em História]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre: Zouk, 2014.

BERGER, John. *Para entender uma fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BIZELLO, Maria Leandra. Agência Nacional: documentação e memória. *XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília, 2011.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no*

varguismo e no peronismo. São Paulo: UNESP, 2009.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 295-322.

GARRIGOU, Alain. Le secret de l'isoloir. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 71-72, março 1988.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Revista Estudos del ISHiR*, Rosario/AR, vol. 8, n. 20, 2018.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro. 1945-1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 2012.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Partidos políticos brasileiros. A experiência regional e federal: 1945 a 1964*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MAIA, Tatyana de Amaral. As comemorações cívicas do 1º de maio nos cinejornais da Agência Nacional na ditadura militar (1964-1979). *Revista Transversos*, v. 9, p. 281-299, 2017.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: UFF, 2008.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

OFFERLÉ, Michel A nacionalização da cidadania cívica. In: CANÊDO, Leticia Bicalho (Org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 343-361.

OFFERLÉ, Michel. *Perímetros de lo político: contribuciones a una sócio-historia de la política*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

SOARES, Glaucio Ari Dillon. *Sociedade e política no Brasil (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

XIII

A HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960:

do populismo ao nacionalismo¹

CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

DE UMA FORMA GERAL, ENTRE OS ANOS 1960 E 1990 DO SÉCULO XX, a maior parte dos historiadores e cientistas sociais brasileiros optaram por analisar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais durante o período de 1945-1964 no Brasil dentro dos marcos conceituais do populismo. Entretanto, hoje já não existe mais essa hegemonia, cada vez mais os estudiosos consideram que o conceito de populismo talvez não seja o mais adequado para se entender a realidade histórica do período do imediato pós-guerra até o advento do golpe civil-militar de 1964.

Em nosso entendimento, o conceito capaz de explicar teoricamente de forma mais aprofundada aquele período é o de nacionalismo. Mesmo com graus variáveis, o nacionalismo – juntamente com a idéia do desenvolvimento – é a tônica dos governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Por essa razão, estabeleceremos uma cronologia para os anos 1945-1964 tendo como pano de fundo, sempre, o nacionalismo. Porém, entendemos que o nacionalismo, mesmo nesse período de tempo tão curto, tem especificidades que não podem deixar de ser analisadas. Assim, faremos um recorte cronológico que atenda a uma divisão em três partes: o nacionalismo

¹ Esse texto é uma síntese do capítulo 1 de meu livro *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente* na imprensa gaúcha. Porto Alegre: Letra & Vida, 2010.

no início da década de 1950 (1951-1955); o nacional-desenvolvimentismo (1956-1960) e o nacional-reformismo (1961-1964)².

O POPULISMO BRASILEIRO:

POLÍTICA DE MASSAS E MANIPULAÇÃO

O sociólogo brasileiro Octávio Ianni (1971, p. 54) definiu o populismo como sendo uma “política de massas”. Essas “massas” teriam sido formadas a partir da industrialização do país, processo que teve grande aceleração a partir do modelo de substituição de importações ou “modelo getuliano” de desenvolvimento, como denomina o autor. Ianni (1971, p. 55) considerou todo o período 1945-1964 como tendo na “política de massas um elemento crucial”, e percebeu como elemento constitutivo dessas “massas” uma composição entre trabalhadores de origem rural e urbana, o que lhes daria um caráter de passividade. Segundo Octávio Ianni (1971, p. 63), “a política de massas funcionou como uma técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado”. Dessa forma, a política de massas para Ianni apresenta um forte componente de manipulação. O que fica ainda mais claro quando ele explica a tese de sua obra: “Na verdade, reconstruímos a formação, apogeu e colapso da política de massas, conhecida também como populismo” (IANNI, 1971, p. 206). Se a política de massas organiza, controla e utiliza a força política dos trabalhadores, evidentemente ela os manipula. E se a política de massas é sinônimo de populismo, fica claro que neste existe manipulação dos trabalhadores.

Sem dúvidas, o ponto que mais tenha despertado polêmicas nas interpretações sobre o populismo seja a manipulação das massas. Como vimos, para Ianni, a política de massas – portanto, o populismo – funcionou como elemento de manipulação. De maneira semelhante, o sociólogo Francisco Weffort interpreta o fenômeno; todavia, em seu trabalho há uma passagem que permite um avanço nessa análise, ao escrever que “o populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta” (WE-

² Optamos por não incluir o período do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), mesmo nele havendo já presentes disputas no nível político entre os partidários do nacionalismo e seus opositores, em razão do alinhamento incondicional do Brasil com os Estados Unidos da América (EUA) naquele momento.

FFORT, 2003, p. 70). Assim, para o autor (2003, p. 81), é preciso e necessário “discutir o problema de saber até que ponto os interesses reais das classes populares foram efetivamente atendidos pelos líderes e até que ponto elas serviram passivamente de ‘massa de manobra’ para os grupos dominantes” Porém, os estudos baseados no conceito de populismo não conseguiram atingir esse “ponto”, ficando restritos à idéia da manipulação apenas.

Foram essas interpretações que conduziram historiadores que não concordam com a idéia da passividade das massas – como Jorge Ferreira – a assim se manifestar: “culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, eis alguns dos fundamentos da noção de populismo” (FERREIRA, 2001, p. 63). Daniel Aarão Reis Filho (2001, p. 344) radicalizou a perspectiva de Ferreira, ao argumentar a existência de um “protagonismo crescente das classes trabalhadoras na história republicana brasileira depois de 1945”.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho, esse “protagonismo crescente das classes trabalhadoras” gerou uma reação dos setores conservadores da sociedade, que se sentiram ameaçados. E essa ameaça tinha uma razão; o que ele definiu como “tradição trabalhista”, que fora constituída no quadro da urbanização e da industrialização³ do país, sendo caracterizada por:

³ É conveniente esclarecermos, sob pena de sermos mal-entendidos, que estamos fazendo a crítica estritamente ao emprego do conceito de populismo. Temos claro que o período 1945-1964 foi um período de amplas transformações sociais, como bem o demonstram João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais (1998), em longo e bem fundamentado artigo. Para esses autores, a maior marca do período que analisam – 1930 a 1980 – fica evidente por estar a “sociedade em movimento”, resultado de uma “industrialização acelerada e urbanização rápida” ao longo de todo o período, e tendo como ponto de inflexão o golpe de 1964, encerrando uma longa disputa: “O que estava em jogo [até o golpe civil-militar], isto sim, eram dois estilos de desenvolvimento econômico, dois modelos de sociedade urbana de massas: de um lado, um capitalismo selvagem e plutocrático; de outro, um capitalismo domesticado pelos valores modernos da igualdade social e da participação democrática dos cidadãos, cidadãos *conscientes* de seus direitos, educados, verdadeiramente *autônomos*, politicamente *ativos*” (1998, p. 582, 585, 618, 621). Interpolações e grifos nossos. Ressaltamos, por fim, que ao longo do artigo, em nenhum momento os autores se valeram do termo, conceito, ou noção de populismo, pois, para os autores, assim como para nós, o emprego do conceito populismo implica indispensavelmente a noção de passividade e manipulação dos trabalhadores enquanto atores políticos. Ao optarem pelo não uso do conceito de populismo, João Manuel Mello e Fernando Novais privilegiaram focar os atributos “conscientes”, “autônomos”, “ativos” dos cidadãos do período 1945-1964.

Um programa nacionalista, estatista e popular. [com] Autonomia no quadro das relações internacionais, com a definição do que então se chamava uma política externa independente. [sendo um] Estado intervencionista no campo econômico, regulador, desenvolvimentista. [com] Redes de proteção para os trabalhadores: institutos de aposentadoria e pensões, sindicatos assistencialistas, justiça do trabalho, em cuja administração as lideranças sindicais participavam ativamente: uma cornucópia. Sem contar as empresas diretamente controladas pelo Estado, as estatais, com seus generosos planos de carreira, financiamentos específicos e proteção contra o desemprego (REIS FILHO, 2001, p. 345). [Interpolações minhas].

Partindo dessa fase, Reis Filho (2001, p. 346) procurou explorar as reformas, associando-as com as

lutas nacionalistas (contra o capital estrangeiro, por uma lei rigorosa sobre a remessa de lucros para o exterior, pela afirmação do poder e da cultura nacionais), pela distribuição de renda (aumentos salariais, reforma tributária) e de poder (voto para os analfabetos e para os graduados das forças armadas, controle sobre poder econômico nas eleições etc).

Para Daniel Aarão Reis Filho, isso demonstrava o ápice da participação das massas populares na vida política nacional – e de forma consciente – dentro da lógica da tradição trabalhista. Ou seja, a lógica daqueles que, dentro do sistema capitalista de produção, estavam inseridos profissional e socialmente, desejando melhores condições de trabalho e de vida. É justamente esse protagonismo popular, na visão de Daniel Aarão Reis Filho, que é acobertado pelo epíteto do populismo; nada mais do que uma invenção das forças conservadoras, na tentativa de destruir a tradição trabalhista, “apagando-lhe o nome, rebatizando-a. Foi assim que do trabalhismo se fez o populismo” (REIS FILHO, 2001, p. 347). É importante salientarmos que trabalhismo, na perspectiva de Reis Filho, é sinônimo de nacional-estatismo⁴, não tendo relações reais com o conceito de populismo.

⁴ Para Reis Filho (2001, p. 375), “desde os anos 30 e 40, as classes populares da América Latina e do Brasil constróem tradições nacional-estatistas (no Brasil, trabalhistas). [...] Getúlio Vargas, Juan Perón, Lázaro Cárdenas, Augusto Sandino, Jacob Arbenz, Camilo Cienfuegos, Fidel Castro, João Goulart, Leonel Brizola, entre

Nesse sentido entendemos o populismo como conceito construído, para uma finalidade comum a diversos interessados:

Um fenômeno que tenha regido as relações entre Estado e sociedade durante o período de 1930 a 1964 ou como uma característica peculiar da política brasileira naquela temporalidade, pois sequer creio que o período tenha sido “populista”, mas, sim, como uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada, e portanto construída, para explicar essa mesma política (FERREIRA, 2001, p. 63-64).

Embora a corrente historiográfica mais crítica ao populismo ainda não tenha cunhado um conceito capaz de aglutinar de forma mais precisa o conjunto dos anos 1945-1964 – tarefa importante para dar maior fundamentação a seus propósitos – suas ponderações não podem ser ignoradas. O primeiro passo para compreender real dimensão histórica daquela época é analisá-la dentro de uma nova possibilidade, que não a do populismo, para que possam ser resgatados seus verdadeiros objetivos; verdadeiros, ao menos, dentro da concepção de cada um dos grupos em disputa nos anos 1950-1960.

DESMEMBRANDO UM CONCEITO POLISSÊMICO:

O POPULISMO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Como todo conceito histórico explicativo, também a denominação populismo obedece ao critério da polissemia, quer dizer, da imprecisão ou fluidez de limites passíveis entre as tentativas de aproximação entre modelos teóricos generalizantes e as conjunturas históricas.

Assim, para além da abordagem crítica a propósito de sua periodização histórica, é preciso abordar ao que, de fato, o fenômeno se refere. A respeito de certa visão esquemática do conceito, Weffort (2003, p. 26) o critica por “não termos como distinguir, por exemplo, entre o populismo de Vargas e o

muitos e muitos outros, apesar de suas diferenças substantivas, que correspondem também às diferenças dos momentos históricos vivenciados, constituem uma galeria de **líderes carismáticos**, exprimindo uma longa trajetória de lutas sociais e políticas, em grande medida marcadas pelos programas, métodos e estilos de fazer política do nacional-estatismo”. Grifos nossos para evidenciar como, mesmo na produção crítica ao conceito de populismo, o fator carisma persiste. Interpolações minhas.

de Quadros”. Esse uso irrestrito do conceito, permitindo que ele seja capaz de designar todas as distintas vertentes políticas do período, criticado por Weffort, também será alvo de nossas críticas ao analisar a obra do próprio Weffort. O autor em questão, a partir da análise do caso concreto do estado de São Paulo e de duas lideranças importantes dos setores conservadores daquele estado (Adhemar de Barros e Jânio Quadros) os equivale a mesma cultura política de tradição nacionalista, pois segundo Francisco Weffort (2003, p. 38): “entre o populismo dos demagogos e o reformismo nacionalista de 1964 sempre existiram afinidades profundas de conteúdo”.

Mais uma vez o autor deixa dúvidas. Embora o “reformismo nacionalista de 1964” seja facilmente identificado como o período do governo João Goulart, a quem ele se refere exatamente quando faz menção ao “populismo dos demagogos”? A definição é muito ampla. Embora explicitamente abarque Adhemar de Barros e Jânio Quadros, ela dá margem para a inclusão de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (JK), em razão tanto da generalização possível segundo suas próprias palavras, quanto seu marco temporal de 1945-1964. Ou seja, o populismo se transforma numa miscelânea incapaz de definir com precisão práticas e projetos políticos distintos. Parece-nos que, ao tentar definir um modelo de populismo para o Brasil, ele segue à risca a máxima de Antonio Salles (1994, p. 251): “modelo, como todos sabem, vem a ser algo que não é, mas que a gente imagina que é, para ver como seria se fosse”.

Porém, de toda a obra de Francisco Weffort – de inegáveis méritos, caso contrário não estaríamos aqui discutindo-a – aquilo que nos parece o mais problemático é a confusão entre os conceitos de populismo e nacionalismo, sendo o segundo incorporado pelo primeiro.

Embora Weffort (2003, p. 25) venha tratando os dois conceitos como ideologias distintas, ele evidencia que entre elas há “afinidades de parentesco”. Logo, abre já nessa assertiva um campo de possibilidades de comparações entre as duas ideologias que sugere haver mais semelhanças do que diferenças entre elas.

Mesmo ainda garantindo a existência de diferenças ideológicas, Weffort (2003, p. 40) aponta como pontos semelhantes o fato de os ideólogos do nacionalismo estabelecerem um “esforço político por realizar a mesma idéia

mítica do povo-comunidade que aparece em todas as formas de populismo”. A razão disso seria ocultar os tensionamentos e contradições de classes ao nível do discurso político ideológico, com a intenção de possibilitar maior coesão interna para implementação de políticas que, com certo grau de legitimidade, defendessem a idéia presente em ambas ideologias de um compromisso entre as classes, uma acomodação de interesses, cedendo, mediante pressões do “povo” – o que Weffort diz ser o equívoco original do nacionalismo – alguns ganhos ao trabalho em detrimento do capital.

Se não há pontos que levantem maior polêmica na comparação feita por Francisco Weffort das semelhanças, o mesmo não pode ser dito em relação às diferenças sustentadas por este autor entre os conceitos. Segundo o autor, o populismo é espontâneo, tem suas origens diretamente nas massas, prescindindo da importância dos partidos políticos. Afere isso, mais uma vez, a partir do exemplo de Jânio Quadros, e procura estabelecer essa generalização como condição importante ao populismo. Já o nacionalismo diferia, pois

o reformismo nacionalista foi também espontaneísta, porém em forma mais elaborada. Diferentemente do populismo, expressão típica da ascensão das massas e de sua incorporação ao regime, o nacionalismo foi a sua expressão global e emerge, portanto, diretamente do Estado (WEFFORT, 2003, p. 42).

Com relação a essa citação, cabem algumas críticas: o conceito de nacionalismo passa a sofrer adjetivações (“reformismo nacionalista”), o que possibilita uma maior divisão do conceito e que pode levar a algumas dúvidas com relação ao momento exato ao qual o autor pretende se referir. Sendo o populismo amparado nas massas que ascendem, terão elas a mesma ascensão em todo o território do país? A pergunta é pertinente, pois se o nacionalismo é global – por ser amparado diretamente no Estado – ele sim tem abrangência sobre todo o país, portanto, caso a generalização seja procedente, não haverá diferenças regionais entre eles, embora Weffort ainda afirme que elas existam. Além disso, um nacionalismo que venha direto do Estado tem sua denominação, em tese, mais correta enquanto nacional-estatista, e não reformismo nacionalista, que pode ser encarado como sinônimo de nacional-reformismo.

Além disso – ainda dentre as diferenças sustentadas por Weffort entre os dois conceitos – ele afirma que ao nacionalismo faltam lideranças pessoais fortes e organização partidária. Se falta organização partidária, o nacionalismo não pode diferir do populismo, visto que esse prescinde dos partidos políticos, pois está amparado diretamente na relação entre a massa e o líder. Mesmo com algumas figuras de destaque como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião e Almino Affonso, os nacionalistas carecem de um líder, pois esses “sempre se limitaram a regiões, como os dois primeiros, ou a funções parciais como os dois últimos” (WEFFORT, 2003, p. 44). O argumento regional contrasta nitidamente com os exemplos de Jânio Quadros e Adhemar de Barros, que são paulistas.

Através dessas diferenças muito pontuais, e com pontos de semelhança cada vez mais intensos, Weffort (2003, p. 44) muda, de maneira muito tímida, seus argumentos de que populismo e nacionalismo são dois conceitos particulares e reorganiza sua conceituação, assimilando o nacionalismo ao populismo, pois “nascido no âmbito do Estado, o nacionalismo tornou-se um populismo teórico”, logo passando a esfera de um “populismo nacionalista” (WEFFORT, 2003, p.44-45). A simbiose entre os conceitos está realizada, e com ela surge uma indistinção. Weffort acaba realizando aquilo que ele mesmo criticava: usa irrestritamente o conceito de populismo, permitindo que ele seja capaz de designar todas as distintas vertentes da política brasileira. Com isso, na perspectiva weffortiana haveria um populismo de direita, dos demagogos, simbolizado por Jânio Quadros, Adhemar de Barros, e talvez Getúlio Vargas. E outro, de esquerda, no qual constem talvez Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, mas com certeza João Goulart, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Francisco Julião e Almino Affonso. Há, dessa maneira, uma fundição de dois conceitos originalmente distintos, o que permite que Luiz Alberto Moniz Bandeira (2001, p. 21) faça a seguinte proposição:

Além do mais, as teorias sobre o populismo, disseminadas, sobretudo em São Paulo, impediam uma interpretação correta do golpe de Estado de 1964 e pura e simplesmente o justificavam. Aplicadas ao governo João Goulart, elas nada explicavam. Pelo contrário, confundiam.

Assim, na bibliografia clássica sobre a questão, o conceito de populismo

pode ser entendido como uma categoria explicativa calcada sobre uma relação baseada em um marco temporal – a democracia populista (1945-1964) – combinado com uma aliança entre diversas classes sociais em razão da crise de hegemonia das classes dominantes, mais a importância da existência de lideranças carismáticas somado a uma eficiente política de massas.

Octávio Ianni, em seu trabalho considerado clássico sobre o tema, colocou o estudo em questão dentro do marco denominado “democracia populista (1945-1964)”, pois foi ela que “propiciou a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista” (IANNI, 1971, p. 62).

Ianni (1971, p. 59) ainda percebia como componente importante do período o intercâmbio entre assalariados e empresários, no qual os assalariados têm acesso a uma parcela do poder, mesmo que ela seja “sempre conduzida por outros grupos sociais”, que não o proletariado. Perspectiva semelhante tem Francisco Weffort em relação aos grupos sociais que sustentavam o populismo, definindo a questão como sendo

uma aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais na qual evidentemente encontra-se sempre ao lado dos interesses vinculados às classes dominantes, mas torna-se impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais a reivindicação do emprego, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado (WEFFORT, 2003, p. 85).

Percebe-se, assim, uma relativa abertura para o emprego de uso de termos, tais como “aliança”, que demonstram a eficácia de propósitos típicos do nacionalismo, quer seja, a coesão – ou mesmo união – entre diferentes grupos sociais com um objetivo comum: o desenvolvimento econômico-social.

O NACIONALISMO BRASILEIRO:

UM CONCEITO EM TRANSFORMAÇÃO

Como visto na primeira parte de nosso artigo, o conceito de populismo não tem mais sido hegemônico na historiografia brasileira. Novas for-

mas de entender a História Política do Brasil tem sido pensadas: e dentre elas a utilização do conceito de nacionalismo parece bastante promissora e o historiador Eric Hobsbawm é uma referência importante. Esse autor avança no estudo do nacionalismo ao abordá-lo enquanto fenômeno histórico, possuindo, desta maneira, uma gênese, um desenvolvimento, e tendo, um dia, um final.

Assim como Ernest Gellner (1983) e Benedict Anderson (1989), Eric Hobsbawm (2002) vê o início do nacionalismo no século XVIII, como fenômeno do capitalismo⁵. Para Hobsbawm (2002, p. 33), no início do nacionalismo, próximo a Revolução Francesa, a nação não tinha a ver “com etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns”. Para aqueles homens e mulheres, o que compunha a essência de uma nação era o exercício da cidadania, o sentido de pertencimento, como bem descreveu Benedict Anderson⁶.

No transcorrer do século XIX, o nacionalismo deixa de ter predominância revolucionária e passa a estar sob a hegemonia liberal. Dessa maneira, poderíamos dizer que a liberdade se sobrepôs à igualdade, dentro de uma perspectiva da tríade do discurso revolucionário. Isto favoreceu para que o elemento fundamental do nacionalismo liberal fosse a economia, mesmo que a cultura fosse observada em determinados discursos (HOBSBAWM, 2002, p. 44). Assim, podemos perceber que o nacionalismo econômico teve importância também na Europa, em uma dada conjuntura histórica, não sendo

⁵ Outros estudiosos dirão, ainda, que o nacionalismo e a nação têm mais de dois milênios, como é o caso de Anthony D. Smith (2000) ou Lord Acton (2000), embora essa não seja a periodização utilizada para esta pesquisa.

⁶ Benedict Anderson (1989, p. 14-16) entende a nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”. Dialoga diretamente com Gellner, ao criticar este por associar a invenção das nações a “contrafação” e “falsidade”, quando deveria interpretar essa invenção como “imaginação” e criação”. E explica a nação como “imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão”. Anderson elabora, como acabamos de perceber, a explicação daquilo que aqui por diante nos referiremos como sentimento de nacionalidade, ou sentimento nacional. Além disso, a nação é imaginada como soberana pelo momento na qual ela nasceu, época do Iluminismo e da Revolução Francesa, pautada pela participação e cidadania. E por fim, é imaginada como comunidade por ser capaz de produzir um sentimento de pertencimento, com um companheirismo profundo e horizontal, fraterno como um dos componentes da tríade discursiva revolucionária.

privilégio dos países latino-americanos, e nos limites deste artigo, do Brasil da experiência democrática de 1945-1964.

É importante ressaltarmos que Hobsbawm (2002, p. 55-56) percebe que são as massas votantes que impulsionam a questão nacional após 1880. Para o autor, o fenômeno político do nacionalismo só “se tornou crescentemente central na era da política de massas e da democratização europeia”. Pois nessa conjuntura histórica, o nacionalismo passava por uma alteração não de finalidades, mas de objetivos: suas finalidades eram as mesmas da época da Revolução Francesa, unir o povo; seus objetivos modificaram-se, de princípios políticos de cidadania para princípios econômicos de expansão do capitalismo.

Para Hobsbawm (2002, p. 144), o apogeu do nacionalismo se dá na Europa Ocidental no período compreendido entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a década de 1950. A partir da formação da Liga das Nações – como resposta ao colapso dos impérios multinacionais da Europa Central e Oriental e da emergência da Revolução Russa – o princípio de nacionalidade do presidente estadunidense Wilson fez com que as fronteiras dos Estados coincidissem com as fronteiras das nacionalidades e das línguas. Ao longo do tempo essa divisão artificial traria novas transformações ao nacionalismo, em especial ao dos Estados mais recentes, como Alemanha e Itália, pois “o nacionalismo sofreu uma mutação: de um conceito associado ao liberalismo e à esquerda, para um movimento da direita chauvinista, imperialista e xenófoba, ou mais precisamente, da direita radical”⁷. Hobsbawm (2002, p. 176), ao analisar o período entre-guerras na Europa, aponta que “o nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subseqüentemente pela experiência da luta antiimperialista nos países coloniais”, o que nos permite relacionar o nacionalismo e as esquerdas no Brasil, em razão principalmente de um discurso comum antiimperialista, ao longo do período 1945-1964.

É a partir dessa contribuição de Eric Hobsbawm como instrumento de análise que nos valeremos no desenvolvimento desse artigo, de forma

⁷ Processo de transformação semelhante poderia ser descrito como o acontecido no Brasil: na passagem do nacionalismo do período democrático, para o nacionalismo ufanista dos ditadores militares que assumiram o Estado com o golpe civil-militar de 31 de março/ 1 de abril de 1964, que poderia ser descrito como nacional-patriotismo.

consciente, sem nos preocuparmos em seguir o mesmo padrão evolutivo do nacionalismo europeu, pois há muito já sabemos que as realidades históricas seguem seus próprios rumos. Dessa maneira, pretendemos esboçar uma divisão temporal em três partes para o nacionalismo brasileiro do período 1951-1964. Optamos não incluir o período do Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), mesmo nele havendo já presentes disputas no nível político entre os partidários do nacionalismo e seus opositores⁸, em razão de no plano internacional o Brasil estar plenamente alinhado aos Estados Unidos da América (EUA).

A HISTÓRIA DO BRASIL E O NACIONALISMO:

A PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 1950

Segundo Simon Schwartzman, foi a partir de agosto de 1952 que um grupo de intelectuais começou a se reunir para discutir os grandes problemas da sua época, em especial os relativos às formas de o país superar o subdesenvolvimento. Como o local de encontro desse grupo era o Parque Nacional de Itatiaia – entre o Rio de Janeiro e São Paulo – ele ficou conhecido como Grupo de Itatiaia. E, já a partir de 1953, esse grupo se articulou para criar o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e editar os *Cadernos de Nosso Tempo*. Ainda de acordo com Simon Schwartzman (1979, p. 3), “a importância do IBESP e dos Cadernos é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subseqüentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)”.

Outros elementos que favoreceram ao desenvolvimento do nacionalismo nesse início dos anos 1950 podem ser encontrados a partir da Campanha do Petróleo. Ainda no Estado Novo (1937-1945), o presidente-ditador Getúlio Vargas criou no ano de 1938 o Conselho Nacional de Petróleo (CNP), visando obter maior controle sobre a indústria petrolífera. Com o fim da

⁸ Vânia Maria Losada Moreira (2003) nos alerta que o nacionalismo, enquanto movimento social e político, começa a ganhar força já em 1943 (ainda na ditadura do Estado Novo) com a campanha “O petróleo é nosso”. Seu êxito se completa em 1953, com a criação da Petrobrás.

ditadura estadonovista, o governo Dutra remeteu ao Congresso Nacional o projeto de criação do Estatuto do Petróleo, em 1948. Este estatuto liberalizava a participação do capital estrangeiro na indústria petrolífera. Em razão disso, o nacionalismo pelo alto, de forte conotação econômica, começava a ganhar impulso por baixo, em razão do sentimento de expropriação de uma riqueza autenticamente nacional, projetando a palavra de ordem “O petróleo é nosso”.

O nacionalismo de início dos anos 50 – a despeito de ainda ser, predominantemente, um nacionalismo pelo alto – através da campanha “O petróleo é nosso” tomava novas características: “essa participação do povo numa discussão de cunho estritamente de política econômica foi algo ímpar na história do Brasil. O movimento popular cresceu e difundiu-se pelo Brasil afora” (MELO; OLIVEIRA; ARAÚJO, 1994, p. 233). Essa mobilização popular, calcada em um embrionário sentimento de nacionalidade – embora ainda em muito associado com o nacionalismo econômico – desempenhava um importante papel na articulação do nacionalismo no início dos anos 50.

Além disso, o nacionalismo ganha ainda mais força a partir do suicídio do presidente Getúlio Vargas em 1954 e da divulgação da sua carta testamentária, fator de mobilização popular até então desconhecido na sociedade brasileira (PÉCAUT, 1990, p. 100). A soma desses diversos elementos faz com que, segundo Lucília de Almeida Neves (2001, p. 171), as décadas de 1940 e 1950 tenham sido cheias de otimismo, almejando-se “implementar um projeto de nação comprometido principalmente com o desenvolvimento social”. É essa perspectiva que abordaremos no segundo momento do nacionalismo brasileiro durante a experiência democrática.

A HISTÓRIA DO BRASIL E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO

Segundo Francisco Weffort (2003, p. 24), é a partir de 1956 que o nacionalismo se consubstancia, pois “o nacionalismo constitui-se, sem dúvida, a partir do governo Kubitschek, em centro de polarização ideológica”. Chegando o mesmo autor (2003, p. 24-25) a afirmar que “as posições políticas passaram a se definir em razão do nacionalismo”. O nacionalismo, dessa maneira, evidencia-se como o elemento definidor da vida política do Brasil para

o período. É a partir dele que, via de regra, tanto os partidos políticos quanto as demais formas de organização social vão se definir no espectro político. É, pois, dentro de nosso marco temporal, o elemento constitutivo das disputas pelo poder nos mais diversos níveis.

Caio Navarro de Toledo tem, em seu livro (1997), esse mérito. Mesmo que ele saiba, no fim da década de 1970, que o nacional-desenvolvimentismo foi mais associado ao capital externo privado do que ao nacional, ele se preocupa em seu trabalho em demonstrar, a partir da análise das obras dos intelectuais do ISEB, como eles “forjaram” o nacional-desenvolvimentismo em bases ideológicas. Toledo sustenta, em última instância, que os membros do ISEB – embuídos de um sentido de mudança para a sociedade brasileira, e entendendo como sendo papel dos intelectuais interferirem em prol dessa mudança – pretendiam “urgentemente, agir; porém, procuram fazê-lo por meio do único instrumento que lhes está à disposição: a elaboração teórica, ou melhor, o pensamento ideológico” (TOLEDO, 1997, p. 123). A elaboração de uma ideologia genuinamente nacional, visando superar ao subdesenvolvimento, era o que o ISEB, através de seus pensadores, pretendia realizar. Fabricar uma ideologia seria a sua função.

Para Caio Navarro de Toledo, o nacional-desenvolvimentismo tem início e fim com o governo Juscelino Kubitschek, mesmo que elaborado por uma instituição relativamente autônoma do governo (Toledo enfatiza que a ideologia nacional-desenvolvimentista é fruto do ISEB, e não do governo; mesmo que esse tivesse encampado suas formulações). O fim do governo JK seria o fim das ilusões que o capitalismo pregou nos isebianos. O fim do nacional-desenvolvimentismo está relacionado com a percepção de que o desenvolvimento veio para poucos e não para toda a nação, como imaginavam os membros do ISEB. Ao sobressair o desenvolvimento em relação ao nacional, percebeu-se que tudo não passara de ilusão. Essa crítica passou a ser realizada a partir do último ano do governo JK, em especial a partir da eleição de Jânio Quadros e derrota de Henrique Teixeira Lott em 1960.

Destaque-se que em nenhum momento, sob a justificativa de ter como objetos de estudo a ideologia e a filosofia, Caio Navarro de Toledo tenha se referido à Guerra Fria. Para o autor, é como se não tivesse ocorrido a bipolaridade das relações internacionais, a corrida armamentista, a corrida espacial

(o Sputnik e a cadela Laika estão no centro das atenções nesse período), a Conferência de Bandung exigindo espaço para os países Não-Alinhados ou a Revolução Cubana, que trouxe a latino-americanização da Guerra Fria. Esses elementos, todos, reforçaram o nacionalismo no Brasil. Se o nacionalismo, por pressuposto, oculta as contradições de classe (e essa era uma análise que muito poucos conseguiam vislumbrar naqueles meados da década de 1950), ele pôde reforçar o antiimperialismo. O subdesenvolvimento volta a ser atacado, não mais apenas pela via do desenvolvimento, que se mostrou ineficaz, mas pela via da libertação nacional. Se não há uma alteração estrutural nessa modificação – como já sabia Toledo em 1977 quando escreveu a primeira edição de seu livro – isso não era tão claro assim no período estudado. Para aqueles intelectuais, de fins dos anos 1950 e início dos 1960, o nacionalismo poderia ter um caráter revolucionário.

Vânia Maria Losada Moreira (2003) analisa de forma consistente o governo Juscelino Kubitschek. Sua perspectiva de trabalho é inovadora ao perceber que o epíteto “anos dourados” foi forjado por uma classe social interessada na implementação do capitalismo conciliado com a democracia para o Brasil⁹. Para a autora, o período juscelinista não pode ser compreendido sem a inter-relação de três projetos de sociedade: o nacional-desenvolvimentista, defendido e implementado por JK; o ruralista, conservador e autoritário; e o nacionalista econômico, de corte reformista e popular. Como na perspectiva ruralista o nacionalismo não é o foco fundamental, nos centraremos para este trabalho nos outros dois projetos¹⁰.

Embora a autora (2003, p. 159) não defina claramente a diferença entre

⁹ Esse interesse conciliatório se realiza plenamente no governo JK. No entanto, mais adiante nos turbulentos anos iniciais da década de 1960, esses mesmos grupos não se omitem ao sacrificar a democracia ao sentirem-se ameaçados frente a propostas de reformar esse capitalismo.

¹⁰ A análise que a autora faz do projeto ruralista é muito instigante. Segundo Vânia Moreira (2003), o projeto ruralista era favorável a industrialização, por entender que esta era inevitável. Assim sendo, restaria aos produtores rurais aproveitarem o alargamento do mercado interno promovido pela industrialização e urbanização para ampliarem seus próprios mercados consumidores. Claro que isso não significa que os setores agrários deixassem de ser exportadores; antes, que poderiam ter mercados consumidores diversificados, o que lhe deixaria menos reféns de crises da economia internacional, como a de 1929. Sabedores do poderio econômico que exerciam, não temiam Juscelino Kubitschek. Entendiam-no como político confiável, sensível que fosse aos votos rurais e as suas pressões. A autora coloca JK e o nacional-desenvolvimentismo como o “caminho do meio” entre os ruralistas e os nacionalistas econômicos.

o uso de “*desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo*”, fica claro, ao longo de sua argumentação, que ela os equivale ao conceito de nacional-desenvolvimentismo como abordado por Caio Navarro de Toledo enquanto produção isebiana e cronologicamente compatível ao período do governo Kubitschek.

Mesmo que à primeira vista pareça haver certa ambigüidade nos argumentos de Vânia Moreira (2003, p. 169) ao alertar que “o ingrediente nacionalista, por si só, serve muito pouco para qualificar e explicar os projetos sociais historicamente em disputa no Brasil”, em razão de o nacionalismo ser utilizado por distintos grupos e classes sociais (e aqui ela está se referindo ao comunismo e ao integralismo no Brasil pós 30) e que “nos anos JK, portanto, o nacionalismo era não apenas um ingrediente ideológico, mas também e fundamentalmente um movimento político e social em plena expansão” é preciso termos em mente o elucidativo trabalho de Eric Hobsbawm (2002), capaz de historicizar o fenômeno nacionalismo mostrando como, em cada conjuntura histórica, ele pode ter um significado e um uso diferenciado.

Em argumentação próxima àquela de Caio Navarro de Toledo, Vânia Maria Losada Moreira verifica ter havido, no último ano do governo Juscelino Kubitschek, um importante ponto de inflexão no movimento nacionalista. Avançando em relação ao trabalho de Toledo por perceber uma evolução paralela no nacionalismo entre a vertente liberal (ISEB) e o nacionalismo econômico (não é demais lembrar que Toledo faz a análise sempre em relação ao desenvolvimento do ISEB, o separando em três períodos), Moreira vê na eleição de 1960 o rompimento entre as duas vertentes nacionalistas. Para a autora, assim como para Toledo em certa medida, a razão foi a reavaliação do papel do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional. A partir dessas conclusões, os nacionalistas econômicos, ainda no governo JK, começaram a articular um novo discurso:

propuseram inúmeras políticas disciplinares aos investimentos diretos de capital: o controle sobre a remessa de lucros, *royalties* e dividendos para minimizar o impacto da drenagem de recursos para fora do país; a exclusividade de investimentos estatais em setores estratégicos da economia, como o setor de energia; e a política externa independente, isto é, desvinculada dos interesses tanto do bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, quanto

do socialista, capitaneado pela então União Soviética, para garantir uma industrialização centrada antes nos interesses internos do que na bipolarização internacional da Guerra Fria (MOREIRA, 2003, p. 172-173).

Difundir esse novo discurso para os setores populares. Colocar esse novo discurso em prática. Realizar uma virada reformista no nacionalismo econômico, enfatizando dentre seus componentes uma nova forma de organização da política exterior do país. É disso que vai tratar nossa próxima seção, ao abordar o nacional-reformismo.

O BRASIL DO INÍCIO DOS ANOS 1960:

TEMPOS DO NACIONAL-REFORMISMO

É com o amadurecimento dessa vertente do nacionalismo brasileiro (nacionalismo econômico) que os elementos que o constituem começam a se reordenar. Momentos de ruptura com o nacional-desenvolvimentismo já podem ser encontrados com a eclosão da Revolução Cubana (1959), em plano externo, e com a eleição de Jânio Quadros derrotando Henrique Teixeira Lott (1960), no plano interno.

A Revolução Cubana se realiza, primeiramente, a partir de um forte componente nacionalista. Não demorou ao processo revolucionário cubano tomar medidas antiimperialistas, concentradas nos Estados Unidos, que tiveram grandes repercussões na América Latina. No Brasil não foi diferente. Os setores nacionalistas econômicos começavam a perceber no imperialismo, notadamente o estadunidense, um empecilho para o desenvolvimento. Começara-se a vislumbrar, com maior força, que não era apenas o latifúndio agrário-exportador que obstaculizava o desenvolvimento do país. O imperialismo estadunidense, que ganhou cadência com a Revolução Cubana, se mostrava como objeto de combate. A Operação Pan-Americana (OPA)¹¹, do

¹¹ A Operação Pan-Americana (OPA) foi utilizada como política norteadora do Ministério das Relações Exteriores no governo Kubitscheck. Seu caráter hemisférico não permitiu que saísse da zona de influência estadunidense. Seus princípios nos permitem associá-la com o modelo para a Aliança Para o Progresso proposta pelo presidente John Kennedy, dos EUA. Porém, isso só foi realizado após a Revolução Cubana. Antes disso, os EUA não haviam se entusiasmado com as propostas de Juscelino Kubitscheck.

Ministério das Relações Exteriores, começava a sofrer críticas dos setores nacionalistas econômicos, por manter uma postura essencialmente “americanista”, vendo nos Estados Unidos parceiro prioritário para as relações comerciais e diplomáticas. O nacionalismo, almejando a defesa da soberania nacional, começava a rearticular um discurso de independência nas relações internacionais, rompendo com o paradigma “americanista”, que via nos Estados Unidos a melhor solução na busca pelo desenvolvimento por vias internacionais.

Com a eleição de 1960 todos os setores nacionalistas se uniram na candidatura Lott. Sua derrota foi importante momento de inflexão, gerando necessários esforços organizados para uma nova configuração do discurso nacionalista. Não bastava mais apenas o país se desenvolver economicamente, se os resultados desse desenvolvimento não melhorassem as condições de vida do povo brasileiro. Povo, nesse momento, se torna o elemento definidor do nacionalismo, haja visto que a nação já fora construída. Agora, era chegada a hora de se reformar o que tinha sido realizado.

Embora tenhamos optado deliberadamente pelo enfoque no ISEB na construção do nacionalismo brasileiro, como o centro por excelência da idéia de forjar uma consciência nacional, pelo menos outros dois centros tiveram importante papel na elaboração do nacionalismo brasileiro, com destaque para a transformação que passou a sofrer no limiar dos anos 50, realizando-se como um nacionalismo a favor de reformas no capitalismo brasileiro. Embriões do nacional-reformismo, além do ISEB em sua última fase, e responsáveis pelas articulações capazes de alocar reformas no desenvolvimento conquistado, foram o Partido Comunista Brasileiro e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN).

Mesmo sendo posto na ilegalidade ainda em 1947, o Partido Comunista Brasileiro desempenhava um papel importante ao longo do período 1945-1964. Já na primeira eleição presidencial seu candidato – Iedo Fiúza – alcançara 10 % dos votos. Contava com destacadas personalidades do mundo intelectual brasileiro¹². Após o suicídio de Getúlio Vargas, teve na luta pela industrialização uma das suas mais importantes bandeiras, talvez só com-

¹² A lista é extensa. Podemos citar, dentre tantos outros: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Oscar Niemeyer.

parável ao papel que atribuíam à luta contra o latifúndio e o imperialismo, presentes desde a sua fundação, em 1922¹³.

Com as “teses de 1958¹⁴”, os comunistas brasileiros passaram a defender, internamente, uma ampla aliança nacionalista, inclusive com aquilo que à época se denominava burguesia nacional; já na política internacional, “as teses de 1958 abandonam a rejeição ao imperialismo em geral para se concentrarem no imperialismo dos Estados Unidos” (PÉCAUT, 1990, p. 145).

É dessa época que, em artigo na Revista Brasiliense (organizada por Caio Prado Júnior), Hermes Lima, que não era comunista, afirmava: “O nacionalismo não supõe exclusivamente o Estado intervencionista. Supõe, isto sim, o Estado na liderança, no comando da política de desenvolvimento, no estímulo direto ou indireto de medidas promocionais de desenvolvimento¹⁵”. O que Hermes Lima propõe, e que os comunistas aceitam ao menos discutir, é o papel do Estado como promotor do desenvolvimento nacional, sendo organizado a partir de uma aliança nacionalista.

Se os comunistas nutriam esses sentimentos antiestadunidenses, fazendo deles um dos componentes essenciais de sua participação nas frentes nacionalistas, perspectiva instigante nos abre Carla Simone Rodeghero em seu estudo feito a partir dos documentos elaborados pelos postos diplomáticos estadunidenses no Brasil. A autora percebe que, no início dos anos 1960, as preocupações dos Estados Unidos no Brasil não se dão apenas com o comunismo em estrito sentido, mas sim em relação ao nacionalismo que estava se transformando:

¹³ O termo *imperialismo* foi definido pela primeira vez em 1902, pelo economista inglês Hobson. Para este economista, o imperialismo era um fenômeno de nítido caráter econômico, já que os excedentes de capitais para exportação nas metrópoles eram derivados da falta de distribuição de renda. O revolucionário russo Lênin (1979, p. 88) sofisticava essa definição quando escreve que: “O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas”.

¹⁴ As “teses de 1958” ou “Resolução de 1958 do PCB”, podem ser encontradas em Vamireh Chacon (1985, p. 365-385).

¹⁵ Revista Brasiliense, n° 18, julho-agosto de 1958, p. 17. Apud PÉCAUT, 1990, p. 144.

O perigo comunista parece fazer sentido quando se observa que esses norte-americanos usavam um conceito mais largo de comunismo no que se refere ao Brasil, englobando manifestações de nacionalismo e/ou antiamericanismo. E, em nível continental, isso se mesclava à preocupação em manter a América Latina longe da expansão comunista. A ‘perda’ de Cuba já havia acontecido e o desdobramento dos acontecimentos políticos no Brasil teria conseqüências no relacionamento norte-americano com o conjunto dos países da América Latina (RODEGHERO, 2007, p. 164).

Assim, os EUA acreditavam que o nacionalismo do início dos anos 1960, com suas posturas antiestadunidenses, poderiam fazer do Brasil uma nova Cuba. E projetavam – em razão da experiência cubana – que o Brasil poderia em um segundo momento se declarar socialista. Em nada os tranqüilizava a Política Externa Independente, com sua retomada de relações diplomáticas com a URSS e o Leste Europeu.

Já nos meios políticos institucionalizados no Estado, a Frente Parlamentar Nacionalista se constitui em 1956, composta por 55 deputados federais. Embora tenha existido ao longo dos mandatos dos presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, foi ao longo do período de João Goulart que “a FPN ganhou maior dinâmica e melhor visibilidade” (DELGADO, 2007, p. 370-371). Nesse período, ampliou seu número de integrantes para 61 deputados federais, sendo o partido hegemônico em seu interior o PTB, com 30 deputados federais¹⁶ (DELGADO, 2007, p. 372).

A Frente Parlamentar Nacionalista gozava de relativa influência na sociedade durante o governo Goulart¹⁷. Desde 1960 estava comprometida com as Reformas de Base:

a reforma agrária, a bandeira mais brandida, prevendo a utilização racional da terra e sua distribuição aos camponeses sem terra ou com pouca terra; *a reforma urbana*, capaz de disciplinar o uso e a posse do solo urbano, e de controlar a ganância e o abuso dos proprietários de imóveis e de especuladores de terrenos; *a reforma tributária*, des-

¹⁶ Além dos deputados do PTB, Lucília de Almeida Neves Delgado nos informa de 12 do PSD, 10 da UDN, e 9 de outros partidos, como o PSP, PR, PSB.

¹⁷ Segundo Daniel Pécaut (1990, p. 112), o ISEB preparava projetos de lei para a Frente Parlamentar Nacionalista apresentar no Congresso Nacional.

locando para o imposto de renda o peso da carga fiscal, de modo a despejar nos mais ricos ônus maiores, proporcionais a seus bens; *a reforma eleitoral*, conferindo voto aos analfabetos, que, na época, segundo as estatísticas, representavam quase metade da população economicamente ativa; *a reforma bancária*, fazendo com que as estruturas financeiras direcionassem o crédito segundo critério social e nacionalmente orientados; *a reforma do estatuto do capital estrangeiro*, privilegiando-se o capital produtivo, devidamente direcionado para áreas determinadas, definidas de acordo com os interesses do país, e taxando a remessa de lucros para o exterior; *a reforma universitária*, colocando a ciência e a pesquisa a serviço da sociedade brasileira e dos chamados interesses nacionais (REIS FILHO, 2001, p. 329-330).

Naqueles primeiros anos 1960, as Reformas de Base eram indissociáveis da idéia de progresso nacional. E para isso é inegável o papel desempenhado pela FPN, pois “contribuiu enormemente para a difusão de teses nacionalistas, reformistas e desenvolvimentistas, tanto nos poderes Executivo e Legislativo federais, como também na sociedade civil” (DELGADO, 2007, p. 373).

As contribuições do ISEB somadas as do PCB e da FPN possibilitaram outro desdobramento do conceito de nacionalismo: o de nacional-reformismo. A nosso ver, ele é o termo mais próximo da realidade do Brasil no início dos anos 1960. O projeto político do presidente João Goulart pode ser descrito como tendo caráter nacional-reformista em razão de pugnar a interferência do Estado na realização das Reformas de Base: reformas sociais, políticas e econômicas, visando ao desenvolvimento do país. Para este fim foram importantes a criação do 13º salário, o “Estatuto do Trabalhador Rural” – que levava os direitos sociais aos trabalhadores do campo –, a Lei da Remessa de Lucros (que limitava o envio de capitais para o exterior) e a criação da Eletrobrás e a sistematização da Política Externa Independente – que tinha como um dos preceitos fundamentais o desenvolvimento econômico a partir das relações internacionais do Brasil no contexto da Guerra Fria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os historiadores brasileiros Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, em trabalho conjunto (2007), privilegiam o teor nacionalista na personali-

de e nas medidas tomadas por João Goulart. Embora concordemos com essa perspectiva, faz-se necessário esclarecer o porquê dessa ênfase: ao valorizar os elementos nacionalistas das ações de Goulart, os autores desvalorizam o emprego que a historiografia reservou, de forma hegemônica até o fim dos anos 1980, do conceito de populismo, como discutido anteriormente. Ao se valorizar esses elementos nacionalistas, e sua evolução reformista, intenta-se destacar o protagonismo popular que ganhou as ruas nos primeiros anos 1960. Com isso, pretende-se destacar além da emergência dos setores populares nas lutas sociais, o papel relativamente consciente de suas escolhas, ao optar por um projeto de desenvolvimento econômico-social capaz de integrá-los, ainda que de forma limitada. Esvazia-se, assim, o elemento mais crucial da definição de populismo, quer seja o da manipulação das classes trabalhadoras.

Mesmo que muitas das Reformas de Base já tramitassem no Congresso Nacional desde 1956¹⁸, foi a partir da posse de João Goulart (possível apenas com o aceite da tutela parlamentarista) que a discussão sobre sua implantação tomou consistência e caráter sistêmico. Houve avanços e re-cuos ao longo do governo Goulart na implantação das Reformas de Base. Conforme os setores nacionalistas pressionavam por sua implantação, os setores conservadores endureciam suas obstruções. De um lado intelectuais engajados, sindicatos, partidos de esquerda e ligas camponesas exigiam sua implementação; de outro, entidades empresariais, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (ambos os institutos patrocinados com verbas estadunidenses), intelectuais e partidos conservadores se opunham a sua realização. Impossível se referir ao início dos anos 1960 no Brasil sem apontar o papel desempenhado pelas Reformas de Base.

O nacionalismo estava presente em todas as disputas políticas do período; ocasionava, inclusive, a radicalização dessas disputas políticas, como se pode ver nas palavras de Osny Pereira Duarte, membro do ISEB nesse período: “A revolução, entre nós, denomina-se Reformas de Base [...] Toda

¹⁸ Luiz Alberto Moniz Bandeira (2001, p. 61-62) apresenta o início da tramitação das reformas, separadamente, nos seguintes anos legislativos: reforma bancária (1950); desapropriação por interesse social (1953); autorização para formação da Eletrobrás (1954); leis trabalhistas para o trabalhador rural (1957); disciplinar o ingresso de capitais estrangeiros (1958); disciplinar a remessa de lucros (1959). A reforma agrária não consta da lista.

revolução pacífica ou violenta tem de importar em Reforma de Base, ou não será revolução” (MORAES, 1989, p. 53).

Como se pôde observar, a luta pelas reformas mobilizava toda a nação. Para os setores populares, representaria avanços consideráveis nas suas condições de vida. Para os grupos dominantes, poderia representar perdas irreparáveis para sua sustentação. Todas as reformas apelavam, em maior ou menor grau, implícita ou explicitamente, ao aperfeiçoamento do capitalismo no Brasil, utilizando-se do nacionalismo com vista a maior incorporação social. Nenhuma delas, nem por um momento, se aproximava de medidas socialistas ou mesmo comunistas, como eram genericamente acusadas pelos que as combatiam. Como assevera Carla Rodeghero (2007, p. 164): “Tal combate, todavia, parecia estar mais ligado aos perigos representados pelo nacionalismo e pelo antiamericanismo do que pelo comunismo”. Não era o comunismo que os setores dominantes da sociedade queriam bloquear, embora ele fosse a tônica do discurso; o inimigo era o nacionalismo, mas não o mesmo nacionalismo dos anos 40/50. O inimigo agora era o nacional-reformismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACTON, Lord. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 23-43.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. 2. ed. Brasília: UnB, 1985.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge ; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na imprensa gaúcha*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2010.
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*: trajectos. Lisboa: Gradiva, 1983.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango*: as múltiplas faces. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. *O imperialismo*: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, Adílson de; ARAÚJO, João Lizardo de. O sonho nacional: petróleo e eletricidade (1954-1994). In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart*: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 7. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001

MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64*: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a

- propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- SALLES, Antônio. Memória da atmosfera: grades e nós. In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (Orgs.). *UFRGS: identidade e memórias (1934-1994)*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- SCHWARTZMAN, Simon. *O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília: UnB, 1979.
- SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1997.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

XIV

A DITADURA MILITAR E O BIPARTIDARISMO:

casuísmos e simulacro de democracia

ALESSANDRO BATISTELLA

Após o golpe civil-militar de 1964, implantou-se no Brasil uma ditadura militar de Segurança Nacional¹ que buscou legitimar-se por meio de uma fachada jurídica, a partir de uma série de Atos Institucionais e de Atos Complementares², além de praticamente outorgar a Constituição de 1967, criando um sistema político híbrido: não foram extintos os poderes Legislativo e Judiciário, embora seus poderes e autonomia tenham sido restringidos consideravelmente; mantiveram-se abertos, embora periféricamente, alguns canais de participação política aos civis, ao mesmo tempo

¹ As ditaduras instauradas na América Latina nas décadas de 1960 e 1970 foram regimes de Segurança Nacional, baseados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e difundidas nas Escolas de Guerras dos países latino-americanos. De acordo com Ananda Simões Fernandes (2009, p. 837), “a DSN fundamentava-se na necessidade da segurança nacional para a defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental, como uma resposta ao ‘comunismo ateu’”. Tendo como base um virulento anticomunismo, todas as manifestações sociais e políticas de contestação passaram a ser identificadas como “subversão comunista”, justificando todo e qualquer tipo de repressão. Ananda Simões Fernandes (2009, p. 838) lembra que a flexibilização do conceito de comunismo, ou seja, a sua amplitude, é a base ideológica para fundamentar um dos conceitos-chave da DSN: o do “inimigo interno”. Partindo da premissa de que o comunismo não seria estimulado via uma agressão externa, mas, sim, insuflado dentro das fronteiras nacionais de cada país, esse conceito é fundamental para explicar e legitimar as medidas tomadas pelos governos ditatoriais. Mais detalhes sobre a Doutrina de Segurança Nacional, ver Joseph Comblin (1978), Maria Helena Moreira Alves (1984), Nilson Borges (2003), João Roberto Martins Filho (2003) e Enrique Serra Padrós (2005).

² A ditadura decretou 17 Atos Institucionais, 104 Atos Complementares, 11 decretos-secretos e mais de dois mil decretos-leis, que constituíram a tessitura principal do emaranhado de leis que marcaram a consolidação dos princípios autoritários brasileiros (NAPOLITANO, 2014, p. 80).

em que se edificou um sistema político extremamente fechado no tocante às decisões essenciais – que ficaram restritas aos militares; não foram eliminadas as eleições parlamentares, mas instituíram-se as eleições indiretas para presidente da República e governadores estaduais (KINZO, 1988, p. 15-17).

Esse tortuoso e contraditório arcabouço jurídico visava a camuflar a implantação da ditadura de Segurança Nacional. Afinal, o golpe de 1964 procurou legitimar-se com o discurso de que se tratava de uma “revolução preventiva e redentora”, que salvou o Brasil de um suposto golpe comunista em marcha³, garantindo, assim, a manutenção das liberdades democráticas. Desse modo, assumir declaradamente a quebra da ordem constitucional e a implantação de uma ditadura no país catalisaria reações e não seria facilmente aceita pela opinião pública nacional e internacional. Ademais, deve-se ressaltar a própria natureza do golpe de 1964, cujos conspiradores e apoiadores civis e militares possuíam diferentes aspirações pessoais e projetos políticos, mas uniram-se para derrubar João Goulart, concordando com a necessidade de um governo militar temporário (isto é, até 31 de janeiro de 1966, para completar o mandato de Jango) para “sanear a democracia” e combater a “subversão e a corrupção” (KINZO, 1988, p. 17).

No entanto, contrariando os que imaginaram que se tratava de apenas mais uma breve intervenção militar na história brasileira, o golpe de 1964 instaurou uma longa ditadura, que durou mais de 21 anos (1964-1985). Nesse sentido, concordamos com a análise de Adriano Nervo Codato (2005) de que a ditadura militar brasileira durou 25 anos (1964-1989) – incluindo o governo civil de José Sarney – e a sua história pode ser dividida em cinco fases:

- Primeira fase: *constituição do regime político ditatorial-militar* (1964-1968): corresponde aos governos Castelo Branco (1964-1967) e Costa e Silva, caracterizada pela decretação de cinco Atos Institucionais, que serviram para a “normatização autoritária”.
- Segunda fase: *consolidação do regime ditatorial-militar* (1969-1974): coincide com o governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici e com o auge da ditadura militar e da repressão.
- Terceira fase: *transformação do regime ditatorial-militar* (1974-1979):

3 Acerca do imaginário anticomunista no Brasil, ver Rodrigo Patto Sá Motta (2002).

corresponde ao governo do general-presidente Ernesto Geisel e o projeto de distensão política e institucionalização/constitucionalização do regime.

- Quarta fase: *desagregação do regime ditatorial-militar* (1979-1985): coincide com o governo do general-presidente João Batista Figueiredo e com a continuidade do projeto de distensão política (agora chamado de “abertura”), mas, sobretudo, com o processo de decrepitude da ditadura, que se acentuou a partir de 1983.
- Quinta fase: *transição do regime ditatorial-militar para o regime liberal-democrático* (1985-1989): corresponde ao governo do civil José Sarney (político alinhado com a ditadura), concretizando o processo de *transição pactuada*⁴ iniciado em 1983. Nessa fase de transição, sob tutela militar, ocorreu a formação da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), a promulgação da Constituição de 1988 e as eleições diretas de 1989 à presidência da República. Com a posse do presidente eleito Fernando Collor de Mello, em março de 1990, tem efetivamente início o regime liberal-democrático.

Contudo, a ditadura militar brasileira se estruturou a partir das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), das orientações estratégicas da teoria da contra-insurgência norte-americana⁵ e da doutrina de guerra revolucionária francesa⁶, instituindo, assim, a noção de “guerra interna”. Dessa forma, a ditadura militar de Segurança Nacional implantada no Brasil a partir de 1964 criou o “inimigo interno⁷” – chamado genericamente de “subversi-

⁴ Guilherme O’Donnell distingue duas formas clássicas de transição: a *transição por colapso*: rápida, com forte ruptura com o autoritarismo vigente (ocorreu na Grécia, Argentina e Bolívia, por exemplo); e a *transição pactuada*: lenta e gradual, segura para as forças até então no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores no poder e as forças moderadas na oposição (ocorreu na Espanha, Chile e Brasil, por exemplo) (Apud SILVA, 2003, p. 273).

⁵ Mais detalhes, ver MARTINS FILHO (1999).

⁶ A doutrina da guerra revolucionária (*Guerre Révolutionnaire*) foi uma concepção militar francesa desenvolvida a partir da experiência na guerra da Indochina (1946-1954) e aprimorada após a Batalha de Argel (1957). Tratava-se de uma doutrina para uma guerra não convencional e que exigira a adoção de métodos não convencionais. Conforme João Roberto Martins Filho (2004, p. 41), “a principal característica desta forma de conflito era a indistinção entre os meios militares e os não militares e a particular combinação entre política, ideologia e operações bélicas que ela proporcionava”, com a utilização coordenada de todos os recursos – militares, políticos, propaganda e informações – no combate ao inimigo invisível e interno. Mais detalhes sobre a doutrina da guerra revolucionária, ver João Roberto Martins Filho (2003, 2004, 2008 e 2009).

⁷ O conceito de “inimigo interno” era propositalmente difuso, elástico e funcional, ampliando os “círculos de terror”: quanto mais indefinido era o seu contorno, mas refém ficava a população dessa lógica, pois qualquer

vo” –, adotando sistematicamente uma política repressiva baseada no Terrorismo de Estado (TDE).

Conforme Miguel Bonasso (1990, p. 9), o Terrorismo de Estado demarca um modelo de Estado contemporâneo que ultrapassa os limites da “repressão legal” (permitida pelo arcabouço jurídico-constitucional) e se utiliza de “métodos não convencionais” (tais como o sequestro, a detenção ilegal, a tortura, o assassinato e o desaparecimento de opositores e seus cadáveres) para aniquilar a oposição política e o protesto social, sejam estes armados ou desarmados.

Segundo Enrique Serra Padrós (2014, p. 13), o Terrorismo de Estado foi um sistema específico de poder das ditaduras latino-americanas de Segurança Nacional, no qual a imposição de ações coercitivas ou “pedagógicas” do Estado repressivo produziu o medo dissuasivo através de mecanismos variados e eficientes (físicos, psicológicos, econômicos). Dessa forma, a ditadura militar de Segurança Nacional brasileira, por meio do uso sistemático do Terrorismo de Estado, consolidou uma “cultura do medo”⁸, a lógica da “suspeição” – isto é, todos eram suspeitos de serem potenciais “inimigos internos” – e uma política de controle⁹ e de restrições às liberdades de expressão (por meio da censura), manifestação e reunião.

No que tange ao sistema político-partidário no Brasil, a ditadura militar inicialmente não fechou os partidos políticos em vigência no país desde 1945, embora tenha expurgado seus elementos considerados “subversivos e corruptos”. Porém, em outubro de 1965, com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), a ditadura extinguiu os partidos políticos existentes e o próprio sistema pluripartidário. Como a ditadura pretendia implantar um simulacro de democracia, não cairia bem proibir a existência de partidos políticos e nem

um poderia ser enquadrado como “inimigo” (“subversivo” ou “comunista”). E para se defender desse inimigo, não há diferenciação entre violência preventiva e violência repressiva. Assim, passa-se a viver uma guerra interna, possibilitando à repressão estatal justificar a sua razão de ser (PADRÓS, 2014, p. 21).

⁸ A imposição do medo procurou causar paralisia, resignação, silenciamento e graus de colaboracionismo – uma das formas mais desejadas de quebra da espinha moral, política e ética das organizações de resistência e de oposição (PADRÓS, 2014, p. 21).

⁹ Constituiu na ampliação asfíxiante das funções de vigilância (patrulha, seguimento e espionagem). As comunidades de informações acentuaram com sua ação e presença a insegurança e o temor. Violação de privacidade, controle de correspondência, escuta telefônica e rotina ostensiva de seguimentos aumentou a opressão, enquanto um exército de informantes, delatores, espiões e agentes infiltrados se expandiram pelos espaços cotidianos e rotineiros da população (PADRÓS, 2014, p. 22).

adotar o modelo de partido único (associado às ditaduras monopartidárias). Desse modo, a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário bipartidário, que durou até o final de 1979.

Se, por um lado, interessava à ditadura criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida, por outro, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” partido oposicionista. Desse modo, foram organizados o partido governista, denominado de Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e o partido oposicionista, denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Portanto, o bipartidarismo foi um sistema artificial resultante do autoritarismo da ditadura militar, no qual a ARENA, com servilismo, referendava as decisões dos generais-presidentes, enquanto o MDB deveria desempenhar uma inócua oposição. Nesse teatro, quem não cumprisse o papel que lhe foi originalmente destinado a desempenhar era enquadrado pela ditadura, que se utilizou dos Atos Institucionais para cassar parlamentares da ARENA e, sobretudo, do MDB. Ademais, nos momentos em que o Congresso ultrapassou determinados limites impostos pela ditadura, acabou sendo fechado temporariamente em três ocasiões (1966, 1968-1969 e 1977).

Outros elementos amplamente utilizados pela ditadura foram os casuísmos, isto é, as manobras realizadas para garantir o controle do sistema político, como as mudanças das regras eleitorais, para garantir a vitória eleitoral da ARENA. O casuísmo foi utilizado em 1966, para evitar a derrota do candidato arenista ao governo do Rio Grande do Sul nas eleições indiretas. Posteriormente, com o crescimento eleitoral do MDB em 1974, os casuísmos se multiplicaram, com a Lei Falcão, o “Pacote de Abril” e a própria reforma político-partidária de 1979 que determinou o fim do bipartidarismo visando à fragmentação da oposição.

Com o Legislativo e o Judiciário com pouquíssima autonomia, os generais-presidentes tiveram amplos poderes para governar o país de maneira autoritária, inclusive escolhendo os governadores estaduais da sua confiança (que se tornaram uma espécie de interventores). Por sua vez, os governadores tinham a prerrogativa de nomear os prefeitos das capitais e dos municípios considerados áreas de segurança nacional.

Em virtude do negacionismo histórico da ditadura militar brasileira, que tem ecoado atualmente no país, o objetivo desse artigo é analisar as contradições do simulacro de democracia criado pela ditadura militar de Segurança Nacional para legitimar-se, camuflando-se por meio de um arcabouço jurídico autoritário que impôs um sistema de censura, vigilância e repressão baseado no Terrorismo de Estado.

DO GOLPE À DITADURA:

CASTELO BRANCO E A CONSTRUÇÃO DA ORDEM AUTORITÁRIA

Após o golpe civil-militar de 1964 e a deposição do presidente João Goulart, os primeiros dias de abril foram marcados pelas incertezas e pelas disputas pelo poder. Na madrugada do dia 2 de abril, Ranieri Mazzilli (PSD/SP), presidente da Câmara dos Deputados, era empossado como presidente da República. Também no dia 2 de abril, o general Arthur da Costa e Silva automeiou-se comandante do Exército Nacional, por ser o mais antigo general de quatro estrelas, e cria o Comando Supremo da Revolução, composto por três membros: o próprio Costa e Silva (Exército), o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica) e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald (Marinha). Em seguida, o general Costa e Silva automeia-se ministro da Guerra e torna-se o homem forte do novo regime, inclusive enquadrando o presidente em exercício Ranieri Mazzilli, que não controlava a situação.

Ainda no início de abril, os “governadores revolucionários”¹⁰ definiram-se pela não permanência de Mazzilli e pela indicação do nome do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco¹¹ para a presidência da República. Em-

¹⁰ Trata-se dos principais governadores que participaram do golpe de 1964, como Carlos Lacerda (Guanabara), José de Magalhães Pinto (Minas Gerais), Adhemar de Barros (São Paulo), Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul), Ney Braga (Paraná), Mauro Borges (Goiás), entre outros.

¹¹ De acordo com Carlos Fico (2014, p. 31), a conspiração para a derrubada de João Goulart começou em 1963, quando diversas “ilhas de conspiração” civis e militares se espalharam pelo Brasil, ainda que sem maior coordenação e isoladas. No entanto, o marechal Castelo Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército, tomou a iniciativa que faltava para coordenar, entre os militares, as forças que conspiravam pela derrubada de Goulart, expedindo um memorando aos seus subordinados em

bora Castelo Branco contasse com o apoio da maioria dos oficiais do Exército, o general Costa e Silva se mostrava disposto à manutenção de Mazzilli como “presidente fantoche”, pois assim, na prática, seria o real detentor do poder (Cf. CHAGAS, 1985, p. 60-67).

Assim, durante as tensas reuniões entre os governadores e o ministro da Guerra, realizadas nos dias 4 e 5 de abril de 1964, no Rio de Janeiro, Costa e Silva inicialmente insurgiu-se contra o lançamento da candidatura de Castelo Branco. Porém, mesmo contrariado, acabou aceitando a candidatura do chefe do Estado-Maior do Exército após uma reunião do Alto Comando. Dessa forma, Castelo Branco chegaria ao poder graças ao prestígio que desfrutava entre os setores militares e também pelo apoio que recebeu dos “governadores revolucionários” e de outras lideranças civis.

No dia 9 de abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução – que, na prática, governava o país – decretou o Ato Institucional nº 1 (AI-1) que, entre outras coisas, reforçou o Poder Executivo e reduziu o campo de ação do Congresso, estabeleceu a eleição de um novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional – removendo a inelegibilidade de Castelo Branco¹² – e suspendeu as imunidades parlamentares, dando início à série de cassações de mandatos parlamentares e suspensões dos direitos políticos por dez anos – com o objetivo de “limpar” o Congresso, cassando os mandatos de parlamentares acusados de subversão ou de corrupção. O AI-1 também permitia ao regime aplicar uma série de sanções (como exonerar, demitir, aposentar, transferir para a reserva, entre outros) a militares, funcionários públicos, juízes, professores, dando início a “Operação Limpeza”, que visava a promover o expurgo de civis e militares alinhados com João Goulart e/ou com as bandeiras reformistas e nacionalistas.

Conforme observa Carlos Fico (2014, p. 97-101), a disputa pelo poder, que apareceu em versão condensada na reunião de Costa e Silva e os governadores, e a decretação do AI-1, que institucionalizou o golpe – dando uma aparência de licitude ao novo regime –, marcam a passagem do golpe à dita-

20 de março de 1964 (FICO, 2014, p. 54). A coalizão de conspiradores civis e militares resultou no golpe civil-militar de 1964.

¹² Convém lembrar que o marechal Castelo Branco era inelegível, pois era chefe do Estado-Maior do Exército e a Constituição exigia três meses de desincompatibilização antes das eleições (CHAGAS, 1985, p. 71-76).

dura, com as Forças Armadas tomando o controle do Estado e delegando aos seus aliados civis um papel de coadjuvantes.

No dia 11 de abril de 1964, o marechal Castelo Branco foi eleito pelo Congresso como o novo presidente da República, sendo empossado no dia 15 de abril¹³. Contudo, durante os primeiros meses do governo Castelo Branco percebe-se a existência de divisões e de disputas internas dentro das Forças Armadas entre os “castelistas” – denominados de “Sorbonne militar”, esse grupo aglutinava nomes como os generais Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel, Orlando Geisel e demais militares vinculados às ideias e diretrizes da Escola Superior de Guerra (ESG)¹⁴ – e os seus opositores, denominados de “linha dura”.

De acordo com Maud Chirio (2012, p. 50), a categoria “linha dura” surgiu do vocabulário dos próprios atores e não tinha, no princípio, o sentido de grupo ou facção para os oficiais que a reivindicavam, mas sim de certa interpretação da “revolução”, de um “estado de espírito”, cuja linha política tinha contornos imprecisos. Portanto, a princípio, a “linha dura” não passava de uma maneira de expressar a oposição ao governo Castelo Branco. Contudo, foram os jornalistas e analistas políticos que, na mesma época, transformaram em grupo – dotados de chefes, representantes e certa coesão interna – o que não passava de uma expressão de identificação. Os militares somente se apropriaram dessa categoria mais tarde, como um instrumento de luta política, para delimitar as fronteiras dos seus adversários.

Conforme a pesquisadora (2012, p. 50-51), os anos de 1964 e 1965 são considerados o período de incubação da “linha dura”, que funcionaria como um forte grupo de pressão. Trata-se de um grupo heterogêneo, que emitia um discurso de extrema-direita e nacionalista e defendia a proposta de um expurgo radical, “sem consideração pelos procedimentos adotados e nem pela conformidade com a lei”¹⁵. Nesse sentido, os oficiais da “linha

¹³ Na composição dos seus ministérios, Castelo Branco não conseguiu deixar de manter o general Arthur da Costa e Silva como ministro da Guerra.

¹⁴ Criada em 1949 pelos setores do Exército brasileiro que haviam participado, juntamente com as forças norte-americanas, da Segunda Guerra Mundial por meio da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a ESG, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, se tornou bastião do anticomunismo e elaborou um projeto para o Brasil com base no lema *segurança e desenvolvimento*. Também defendia o livre comércio e uma posição pró-Estados Unidos (BORGES, 2003, p. 36).

¹⁵ Um dos principais grupos de pressão, identificados com a “linha dura”, foram os coronéis e tenentes-co-

dura” são os principais defensores da violência de Estado e da repressão política.

Em suma, a “linha dura” reclamava meios e modos para a tarefa da punição, criticando “a tibieza de Castelo Branco nos tratos dos corruptos e subversivos”, opondo-se ao que consideravam uma linha branda e legalista seguida pelo marechal-presidente (MARTINS FILHO, 1995, p. 57). Ademais, os militares da “linha dura” também defendiam um conjunto de medidas economicamente nacionalistas e se posicionavam contrários à política econômica¹⁶ adotada pelo governo Castelo Branco, considerada entreguista (CHIRIO, 2012, p. 51).

Embora seja considerado um liberal e moderado por alguns jornalistas e historiadores¹⁷, não se pode negligenciar o caráter autoritário, violento e repressivo do governo do marechal-presidente Castelo Branco, caracterizado pela construção da ordem jurídico-institucional autoritária. De fato, durante o seu governo foram decretados quatro Atos Institucionais, uma Lei de Imprensa restritiva, criou-se o Serviço Nacional de Informações (SNI), fechou o Congresso por 32 dias e outorgou a Constituição de 1967 (NAPOLITANO, 2014, p. 73). Além disso, ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional – estruturada nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional e na doutrina de guerra revolucionária, instituindo a noção de guerra interna – e foi conivente com a tortura¹⁸, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (FICO, 2004, p. 33).

ronéis encarregados pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que ficaram conhecidos como “coronéis dos IPMs”, que mostravam-se amplamente inconformados com os *habeas corpus* concedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) (CHIRIO, 2012, p. 58).

¹⁶ Na área econômica, o governo Castelo Branco adotou uma política ultraliberal, de abertura sem freios da economia brasileira ao capital internacional. Alinhando-se incondicionalmente aos Estados Unidos, o governo Castelo Branco acreditava que a recuperação da economia do país passaria pelo apoio e pelo dinheiro dos estadunidenses. Internamente, lançou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que previa controlar a inflação por meio do controle dos gastos públicos e do arrocho salarial (NAPOLITANO, 2014, p. 73-75).

¹⁷ A partir da memória construída tanto por liberais civis quanto pelos militares alinhados ao castelismo, surgiram as teses da “ditabranda” ou de uma “ditadura envergonhada”, salientando o “caráter reativo e brando do regime entre 1964 e 1968. Os defensores dessa tese afirmam que os quatro primeiros anos do regime (até o AI-5) foram caracterizados pela existência do recurso ao *habeas corpus* e por uma relativa liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação. Nessa linha de raciocínio, o regime fechou-se, por meio do AI-5, por sucumbir às pressões da extrema direita militar (“a linha dura”) e à conjuntura política marcada pelo crescimento da oposição ao governo militar em 1968 (NAPOLITANO, 2014, p. 69-70).

¹⁸ Os numerosos casos de torturas no Nordeste e em outras partes do país foram denunciados na imprensa e no livro *Tortura e torturados*, do jornalista Márcio Moreira Alves, publicado em 1966.

No que tange à repressão, no governo Castelo Branco milhares de oponentes civis e militares foram perseguidos, presos, humilhados em público e torturados, frequentemente sem processo legal (CHIRIO, 2012, p. 48). Soma-se a isso o número considerável de mortos e desaparecidos políticos¹⁹, o que demonstra que o Terrorismo de Estado foi implantado desde 1964. Ademais, no governo Castelo Branco o expurgo foi voraz, sendo o general-presidente que mais aplicou sanções aos “inimigos do regime” com base nos Atos Institucionais: dos 5.517 punidos por esse tipo de ato, 65% (3.644) foram durante o seu governo. Convém ressaltar que 90% dos expurgos a militares ocorreram durante o governo de Castelo Branco (NAPOLITANO, 2014, p. 73).

Pressionado pela “linha dura” para que o seu mandato presidencial fosse ampliado, Castelo Branco aceitou que a medida fosse aprovada no Congresso em julho de 1964. Dessa forma, o mandato presidencial de Castelo Branco foi prorrogado por 14 meses, isto é, até 15 de março de 1967, o que representou o adiamento das eleições diretas à presidência da República previstas para 1965. Embora procurasse construir uma imagem de “legalista”, Castelo Branco rompeu o compromisso assumido em manter as eleições presidenciais de 1965, desagradando Carlos Lacerda e marcando o início do seu processo de afastamento de Castelo Branco.

A CRISE POLÍTICO-MILITAR, O AI-2 E A IMPLANTAÇÃO DO BIPARTIDARISMO

No dia 3 de outubro de 1965²⁰, estavam previstas eleições diretas para os governos de 11 estados da federação. Contudo, ao longo do ano de 1965, os militares da “linha dura” e os governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto (que ambicionavam concorrer à presidência em 1966 e temiam perder o controle sobre as máquinas dos governos estaduais para os seus adversá-

¹⁹ Ver *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (2014) e *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (1995).

²⁰ As eleições de 3 de outubro de 1965, nas qual seriam eleitos os novos governadores de 11 estados, foram as últimas eleições diretas aos governos estaduais, uma vez que o Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 5 de fevereiro de 1966, estabeleceu que as eleições para os governos estaduais seriam indiretas. As eleições diretas para os governos estaduais só retornaram em 1982.

rios políticos) empreenderam uma forte pressão para que as eleições fossem adiadas e que os mandatos dos governadores fossem prorrogados por mais um ano.

No entanto, o marechal-presidente Castelo Branco optou em manter as eleições diretas de outubro de 1965 para os governos estaduais. No referido pleito, Magalhães Pinto, em Minas Gerais, e Carlos Lacerda, na Guanabara, não conseguiram eleger os seus sucessores. As vitórias de Israel Pinheiro da Silva (PSD), em Minas Gerais, e Francisco Negrão de Lima (PSD), na Guanabara, representaram uma derrota ao regime, desencadeando uma crise político-militar. Insuflados por Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, a “linha dura” exigia que os governadores eleitos em Minas Gerais e na Guanabara não tomassem posse, pois não admitia a eleição de candidatos que a “revolução” deveria ter punido (FICO, 2014, p. 118). Embora os candidatos vitoriosos não fossem, de maneira alguma, elementos “perigosos” da oposição – pelo contrário, iriam facilmente adaptar-se e colaborar com o governo Castelo Branco –, eram vistos pelos militares radicais como pessoas ligadas ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, cassado pelo AI-1 (KINZO, 1988, p. 24).

Entretanto, o marechal-presidente Castelo Branco garantiu a posse dos governadores eleitos, o que gerou um movimento – na noite de 5 de outubro, na Vila Militar, no Rio de Janeiro – para depor Castelo Branco. Porém, a intervenção do general Costa e Silva (ministro da Guerra), que conseguiu um acordo com os militares rebeldes da “linha dura”, impediu a rebelião militar e o fortaleceu politicamente no processo sucessório à presidência da República (KINZO, 1988, p. 24).

Superada a ameaça de rebelião militar, Castelo Branco decretou, no dia 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que

[...] outorgava ao presidente o poder de suspender o Congresso, governar por decreto, decretar Estado de sítio, dispensar funcionários públicos, cassar mandatos e suspender direitos políticos, e aumentava significativamente o controle do Executivo sobre os gastos do governo. O novo ato também facilitava à aprovação de emendas constitucionais, tornava indireta a eleição para a Presidência da República e, finalmente, extinguiu os partidos políticos existentes (KINZO, 1988, p. 27).

Alguns historiadores consideram o AI-2 uma vitória da “linha dura”. No entanto, para João Roberto Martins Filho (1995, p.72), o Ato foi um redirecionamento e não uma derrota frontal do projeto castelista de “institucionalizar a revolução”. Conforme o autor (1995, p. 66-67):

[...] diante da inevitabilidade de novo ato institucional, os castelistas mostraram-se capazes de incluir [...] uma série de medidas que vinham considerando há bastante tempo. Com efeito, reforma partidária, modificações no Judiciário, eleições indiretas, restrições às atividades dos cassados não podem ser vistas como medidas estranhas à via da “institucionalização” que vinha sendo discutida em certos círculos do governo.

Por fim, ao conseguir manter a posse dos governadores eleitos e ao evitar um novo expurgo de parlamentares, ou mesmo o fechamento do Congresso, o grupo castelista mostrou razoável capacidade de resistência às pressões da caserna.

Ademais, convém salientar que o AI-2 também implantou uma reforma partidária, extinguindo o sistema pluripartidário em vigência há 20 anos. Embora Castelo Branco não tenha perdido nenhuma batalha no Congresso (tarefa facilitada com a “Operação Limpeza”) e contasse com o apoio da UDN, de partidos menores, de considerável parte do PSD e de uma fração do PTB²¹, o governo acreditava que não contava com uma base sólida e estável no Congresso. Além disso, as vitórias de Negrão de Lima e Israel Pinheiro alertaram o regime para a força política da aliança entre PSD e PTB (KINZO, 1988, p. 27).

Como a ditadura pretendia implantar um simulacro de democracia ao regime, não cairia bem adotar o modelo de partido único, associado às ditaduras monopartidárias. Assim, a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário, com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais, na prática, possibilitaram a criação de ape-

²¹ No PTB, após o golpe, havia dois grupos: os “ortodoxos” (reformistas), que postulava a oposição do partido ao governo militar, denunciando o caráter ditatorial do regime; e os “bigorrilhos” (adesistas, também denominados “dissidência”), que defendiam o apoio a Castelo Branco. Inicialmente, a decisão foi fazer oposição ao governo militar, mas sem o respaldo unânime dos petebistas (D’ARAÚJO, 1996, p. 165-166).

nas dois partidos, dando início ao bipartidarismo, cujo objetivo era a criação de um forte partido de apoio parlamentar ao governo e de um fraco partido oposicionista. Desse modo, foram gestados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A organização do grande partido governista revelou-se uma difícil tarefa, uma vez que era necessário aglutinar em uma mesma organização partidária grupos heterogêneos de diferentes tendências políticas, oriundos dos extintos partidos, cujos interesses e rivalidades, sobretudo em nível estadual e local, eram difíceis de conciliar. Assim, diante das dificuldades apresentadas, criou-se o sistema das sublegendas – por meio do Ato Complementar 26 (AC-26), de 29 de novembro de 1965 –, que constituía em um mecanismo que comportava a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições majoritárias, isto é, cada partido poderia apresentar até três candidatos, permitindo que as lideranças dos antigos partidos pudessem disputar os votos dos eleitores nas eleições para as prefeituras do interior²² e para o Senado (GRINBERG, 2009, p. 64). No sistema das sublegendas, os votos dados às sublegendas partidárias eram somados e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado do partido.

No que tange ao partido oposicionista, organizá-lo não foi também uma tarefa fácil, uma vez que a oposição encontrava-se fragilizada após as séries de cassações empreendidas pelo AI-1. Assim, os oposicionistas formavam um pequeno e heterogêneo grupo, que reunia desde liberais até comunistas (MOTTA, 2008, p. 96). Apesar das divergências político-ideológicas, o único ponto consensual, responsável pela união efetiva dos parlamentares oposicionistas em torno do MDB, foi a defesa do Estado de direito, ou seja, o retorno da democracia, que tornou-se a principal bandeira defendida pelo partido durante toda a sua existência (MOTTA, 2008, p. 99-100).

No final de 1965 e início de 1966, ARENA e MDB procuraram se organizar a partir da filiação dos deputados federais e senadores, conforme a exigência do Ato Complementar 4 (AC-4, decretado em 20 de novembro de 1965), que estabeleceu as normas para a criação dos novos grupos políticos. Dessa forma, a ARENA contou com a adesão de 257 (62,8%) deputados fe-

²² Em virtude do AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores, que passaram a ser eleitos indiretamente.

derais e 44 (67,7%) senadores, enquanto ingressaram no MDB 149 (36,5%) deputados federais e 21 (32,3%) senadores (KINZO, 1988, p. 32-35). Portanto, a ARENA praticamente controlava dois terços do Congresso, correspondendo aos objetivos da ditadura.

Utilizando-se da estrutura partidária da extinta UDN, a ARENA incorporou os antigos udenistas e grande parte do antigo PSD (cuja estrutura – composta de homens e diretórios em todo o país – era um capital político indispensável ao governo), além de políticos, oriundos de outros partidos, alinhados com o regime. Por sua vez, o extinto PTB constituiu o principal bloco dentro do MDB, que também recebeu um considerável número de ex-pessedistas.

Durante o período de novembro de 1965 a março de 1966, ambos os partidos procuraram organizar os seus diretórios nacionais e estaduais, além das Comissões Executivas e dos programas e estatutos partidários. Em 24 de março de 1966, ARENA e MDB foram reconhecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O MDB foi oficialmente instalado no dia 30 de março de 1966, enquanto a ARENA foi oficialmente instalada no dia seguinte, 31 de março, no aniversário de dois anos da “Revolução de 1964²³”.

AS ELEIÇÕES INDIRETAS E PARLAMENTARES DE 1966:

CASUÍSMOS E O JOGO DE CARTAS MARCADAS

Desde a decretação do AI-2, em 27 de outubro de 1965, já estava definido que a sucessão presidencial seria indireta e o general Arthur da Costa e Silva, que ambicionava a presidência desde o golpe que derrubou João Goulart e articulava a sua candidatura por meio do Ministério da Guerra, fortaleceu-se politicamente após a sua atuação na crise político-militar de outubro de 1965, uma vez que obteve êxito em se apresentar como candidato da unidade militar (MARTINS FILHO, 1995, p. 74-75). Embora o nome de Costa e Silva contrariasse as perspectivas do grupo castelista para a sucessão presidencial, o marechal-presidente Castelo Branco se viu obrigado a aceitar

²³ Convém ressaltar que, na época, os golpistas civis e militares chamaram o golpe de 1964 de “revolução” e o governo ditatorial instituído a partir 1964 de “revolucionário”.

a candidatura do ministro da Guerra, que foi homologada pela ARENA. Para a vice-presidência, Castelo Branco indicou o civil Pedro Aleixo (deputado federal, ex-UDN/MG e ministro da Educação) e Costa e Silva a aceitou sem maiores ponderações (CHAGAS, 1985, p. 102).

Com a decretação do AI-3, em 5 de fevereiro de 1966, também foi estabelecida a eleição indireta para os governos estaduais. Assim, em 1966 ocorreriam eleições indiretas para governadores de 12 estados²⁴. A vitória dos candidatos governistas era certa, exceto no Rio Grande do Sul, onde o MDB e um grupo de deputados dissidentes arenistas lançaram a candidatura do jurista e professor Rui Cirne Lima ao governo estadual.

No entanto, em julho de 1966, o marechal-presidente Castelo Branco, para impedir a vitória da oposição, utilizou o AI-2 e cassou os mandatos de sete deputados estaduais do Rio Grande do Sul, além de decretar o Ato Complementar 16 (AC-16, de 19 de julho de 1966), implantando a fidelidade partidária – que considerava nulo o voto de todo parlamentar que, nas eleições indiretas, votasse em um candidato de outro partido.

Em consequência à medida casuística da ditadura, Cirne Lima, renunciou à sua candidatura e o diretório nacional do MDB, em protesto, decidiu que não participaria das eleições indiretas à presidência da República, recomendando aos diretórios estaduais que também se abstivessem de participar das eleições indiretas aos governos estaduais²⁵. Dessa forma, no dia 3 de setembro de 1966, a ARENA elegeu os governadores dos 12 estados. No que tange à eleição presidencial indireta, realizada em 3 de outubro de 1966, no Congresso Nacional, Costa e Silva foi eleito com 295 votos, enquanto o MDB não compareceu em sinal de protesto²⁶.

Após a eleição presidencial indireta de outubro, o governo Castelo Branco enfrentou uma crise política com o Congresso, após as cassações de seis deputados federais oposicionistas, no dia 12 de outubro. No entanto, Adauto Lúcio Cardoso, presidente da Câmara dos Deputados e a quem caberia colocar em prática a decisão do governo, num gesto de rebeldia, determinou que os seis deputados cassados permanecessem no Congresso, inclusive permi-

²⁴ Em 1966, ocorreram eleições indiretas para os governos estaduais do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Piauí, Amazonas e Acre.

²⁵ *Gazeta do Povo*, Curitiba, 7 ago. 1966, p. 3.

²⁶ *Gazeta do Povo*, Curitiba, 4 out. 1966, p. 1 e 3.

tindo que quatro deles discursassem e criticassem duramente Castelo Branco na sessão do dia 17 de outubro. Embora fosse próximo do marechal-presidente, Adauto Cardoso não concordou com a atitude de Castelo Branco, que havia lhe assegurado que não ocorreriam mais cassações, defendendo que as cassações deveriam ser votadas em plenário, mediante votação secreta. Tal posição foi apoiada por Auro de Moura Andrade, presidente do Senado. “Esse foi o primeiro episódio no qual se levantaram argumentos sobre a inviolabilidade de mandatos parlamentares, a independência e a autonomia do Legislativo” (GRINBERG, 2009, p. 101).

Em resposta, no dia 20 de outubro, Castelo Branco decretou, por meio do AC-23, o recesso do Congresso até o dia 22 de novembro. Dessa forma, o Congresso permaneceu fechado por 32 dias. E foi nesse clima de crise política (e com o Congresso fechado) que ocorreram as eleições parlamentares, em 15 de novembro. Nesse pleito, a ARENA obteve um excelente resultado eleitoral, ampliando ainda mais o número de cadeiras em relação ao MDB: no Senado, a ARENA elegeu 18 senadores contra quatro do MDB; na Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu 277 (67,7%) deputados contra 132 (32,2%) do MDB²⁷ (KINZO, 1988, p. 74).

Nos últimos meses de 1966, o marechal-presidente Castelo Branco acelerou o seu projeto de “institucionalização da Revolução” e procurou substituir a Constituição de 1946 por uma nova Carta, que vinha sendo arquitetada pelo governo desde abril de 1966. Procurando manter a aparência de “legalista”, Castelo Branco manobrou para evitar que a nova Constituição ficasse com a imagem de outorgada. Assim, decretou o AI-4, em 7 de dezembro de 1966, convocando o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, entre 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discutir e votar o projeto da nova Carta.

Portanto, o governo praticamente impôs uma nova Constituição, “promulgada” no dia 24 de janeiro de 1967²⁸, que incorporou os Atos Institucionais, estabelecendo eleições indiretas para a presidência da República e para

²⁷ Após o realinhamento partidário, a ARENA contava com 257 (62,8%) deputados contra 149 (36,5%) do MDB. Havia ainda três não alinhados (0,7%), totalizando, assim, 409 deputados na Câmara Federal. Após a eleição de 1966, a ARENA ampliou a sua vantagem em 20 cadeiras, enquanto o MDB perdeu 17.

²⁸ A nova Carta passou a vigorar a partir de 15 de março de 1967, mesma data da posse do general Costa e Silva e dos parlamentares no Congresso Nacional.

os governos estaduais, além de consagrar o fortalecimento do Executivo, facultando ao presidente da República a possibilidade de propor emendas constitucionais. Em seguida, Castelo Branco sancionou, em fevereiro de 1967, uma Lei de Imprensa restritiva e, em março de 1967, uma nova Lei de Segurança Nacional que instituiu a noção de “guerra interna” contra o “inimigo interno” – chamado genericamente de “subversivo” –, adotando sistematicamente uma política repressiva baseada no Terrorismo de Estado (TDE). Desse modo, o marechal-presidente Castelo Branco foi fundamental para a construção da ordem jurídico-institucional autoritária (NAPOLITANO, 2014, p. 80).

Por outro lado, Castelo Branco terminou o seu mandato bastante impopular²⁹ em virtude da inflação, sofrendo críticas de setores militares e civis e assistindo ao crescimento da oposição, que articulou a criação da Frente Ampla – que aglutinou Carlos Lacerda³⁰ e os ex-presidentes (cassados pelo AI-1) Juscelino Kubitschek e João Goulart –, oficialmente criada em outubro de 1966³¹.

²⁹ Castelo Branco faleceu poucos meses após deixar a presidência em um acidente aéreo ocorrido em 18 de julho de 1967.

³⁰ Carlos Lacerda, um dos principais articuladores do golpe civil-militar de 1964 e que ambicionava chegar à presidência da República, rompeu com o marechal-presidente Castelo Branco a partir do momento que viu as suas pretensões serem ceifadas, sobretudo a partir do AI-2 e com o estabelecimento das eleições indiretas à presidência da República. Após o AI-2, Lacerda optou em não ingressar na ARENA e tentou articular a criação de um terceiro partido, denominado Partido da Renovação Democrática (PAREDE), que teve o seu registro indeferido pela Justiça Eleitoral em maio de 1966. A partir do segundo semestre de 1966, Lacerda ingressou definitivamente ao lado das forças oposicionistas e passou a ser um dos principais articuladores de um movimento de oposição à ditadura denominado Frente Ampla.

³¹ A Frente Ampla nasceu oficialmente no dia 28 de outubro de 1966 por meio de um Manifesto assinado por Carlos Lacerda e publicado no jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, do jornalista Hélio Fernandes. Posteriormente, em novembro, Lacerda viajou a Lisboa para encontrar JK. O encontro, realizado no dia 19 de novembro de 1966, resultou na divulgação de uma nota conjunta conhecida como Declaração de Lisboa. Por sua vez, João Goulart somente ingressou na Frente Ampla em setembro de 1967, após reunir-se com Lacerda em Montevidéu. Esse encontro resultou na divulgação, em 25 de setembro de 1967, do Pacto de Montevidéu. A entrada de João Goulart na Frente Ampla revigorou o movimento, impulsionando a adesão dos trabalhistas e de emedebistas ao movimento (Cf. DELGADO, 2013, p. 175-178).

O AI-5

A partir do final de 1967, capitaneado pela Frente Ampla, a oposição ao governo Costa e Silva começou a ganhar volume. Porém, a proibição da Frente Ampla, em 5 de abril de 1968, não estancou o crescente movimento oposicionista à ditadura, caracterizado pela intensificação do movimento estudantil³², pela eclosão de movimentos grevistas³³ e pelas críticas de setores da Igreja católica e de parlamentares emedebistas. Dessa forma, desde o final de março de 1968, o país passou a viver sob a ameaça da decretação do Estado de sítio e do fechamento do regime.

No final do ano, após a derrota da ditadura no Congresso no caso Márcio Moreira Alves³⁴, o general-presidente Arthur da Costa e Silva convocou,

³² O movimento estudantil, que desde 1965 realizava protestos contra a ditadura militar, passou para o enfrentamento a partir do assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. A morte do jovem estudante secundarista – de origem humilde, que veio do Pará para estudar no Rio de Janeiro e que havia completado 18 anos em fevereiro –, teve ampla repercussão nacional, comovendo grande parte da opinião pública. Portanto, a morte de Edson Luís foi o estopim para a explosão das tensões entre os estudantes e a polícia, amplificando as críticas e as manifestações do movimento estudantil contra a ditadura. Mais detalhes, ver o trabalho de Maria Ribeiro do Valle (2008).

³³ Em abril de 1968, paralelamente às manifestações estudantis que ocorriam nas principais cidades do país, o movimento operário, mesmo duramente reprimido e controlado desde o golpe de 1964, surpreendeu a ditadura com a eclosão da primeira greve decretada no período ditatorial: no dia 16 de abril de 1968, os metalúrgicos de Contagem/MG paralisaram suas atividades contra o arrocho salarial, reivindicando reajuste salarial de 25%. Ameaçados pelo ministro do Trabalho, o coronel Jarbas Passarinho, de demissões sumárias e de processos pela Lei de Segurança Nacional, o movimento grevista terminou no dia 26 de abril com um resultado positivo aos trabalhadores, que conquistaram um aumento salarial de 10%. Posteriormente, no dia 16 de julho de 1968, eclodiu um segundo movimento grevista: a greve dos metalúrgicos de Osasco/SP, liderada por José Ibrahim. No entanto, o movimento durou apenas três dias, pois houve a intervenção do Exército, que prendeu mais de 400 grevistas. Portanto, a greve de Osasco teve um resultado diferente da greve de Contagem, pois a ditadura militar, decidida em não fazer mais nenhuma concessão aos trabalhadores, reprimiu duramente o movimento paredista (Cf. ANTUNES; RIDENTI, 2007).

³⁴ O deputado Márcio Moreira Alves, indignado com a repressão policial contra as manifestações estudantis e a violenta ocupação militar da Universidade de Brasília (UnB) no final de agosto, fez um discurso no Congresso, no dia 2 de setembro de 1968, no qual criticou o Exército e os abusos praticados pelos órgãos de segurança. O deputado, que era jornalista e autor do livro *Torturas e torturados*, solicitou que os estudantes boicotassem o desfile do dia 7 de setembro e que as moças boicotassem os jovens oficiais. Além disso, em seu discurso, Márcio Moreira Alves chamou os policiais de bando de facínoras e fez referência ao Exército como um valhaçouto de torturadores (MOTTA, 2018, p. 201). Entretanto, os ministros militares das três Armas, no dia 13 de setembro de 1968, consideraram o discurso ofensivo às Forças Armadas e exigiram que os deputados Márcio Moreira Alves e Hermano Alves (MDB/GB) – acusado de ter publicado artigos, no jornal carioca *Correio da Manhã*, também considerados difamatórios às Forças Armadas – fossem processados na Lei de Segurança Nacional. Desse modo, a partir de setembro de 1968, a ditadura passou a pressionar a Câmara dos Deputados para conceder a licença – conforme previa a Constituição de 1967 – para processar os deputados emedebistas, dando

no dia 13 de dezembro, o Conselho de Segurança Nacional. A reunião, que contou com a presença do general-presidente Costa e Silva, do vice-presidente Pedro Aleixo e mais 22 membros do governo³⁵, foi batizada como “a missa negra”, pois dela resultou a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de autoria do ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva. O principal argumento para a promulgação do Ato foi a “subversão social e política” (isto é, o crescente movimento de oposição ao regime durante praticamente todo o ano de 1968, com a intensificação do movimento estudantil, os movimentos grevistas, as críticas de setores da Igreja e de parlamentares emedebistas) que ameaçava a “revolução”. A derrota do governo no caso Márcio Moreira Alves foi apenas o pretexto que faltava para o aprofundamento da ditadura.

De acordo com Marcos Napolitano (2014, p. 94), a promulgação do AI-5 deve-se não exclusivamente à pressão exercida pelos militares da “linha dura”, mas principalmente pela leitura convergente que os vários grupos militares fizeram das mobilizações sociais, estudantis e da crise política de 1968, interpretadas como “perigosos elementos de desestabilização da ‘revolução’”, “comprometida por processos subversivos e de guerra revolucionária” em marcha (CODATO, 2004, p. 28). Em outras palavras, o AI-5 foi mais o produto da união do que da desunião militar³⁶, visando a revigorar a “revolução” contra uma suposta ameaça de “insurreição subversiva e comunista”, em uma “ofensiva imaginada como uma espécie de retorno às fontes originais de 1964, tendo em vista também unificar as Forças Armadas na defesa do regime” (MOTTA, 2018, p. 211).

O AI-5 acentuou ainda mais o caráter ditatorial do regime que havia iniciado em 1964, dando amplos poderes discricionários ao presidente da República por tempo ilimitado³⁷. Em outras palavras, a partir do AI-5, o presidente da República passou a gozar de amplos poderes para legislar por decreto, cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e

início a uma crise entre os poderes Executivo e Legislativo, que, em seção extraordinária realizada no dia 12 de dezembro, negou o pedido para processar Márcio Moreira Alves e Hermanno Alves.

³⁵ Participaram da reunião todos os ministros de Estado e chefes militares.

³⁶ O denominador comum, que permitiu a união dos vários grupos militares, era o anticomunismo. Conforme Adriano Nervo Codato (2004, p. 29), “o anticomunismo consistia, provavelmente, no elemento ideológico mais renitente da visão militar de mundo desde 1935 e funcionou, na conjuntura, como um mínimo denominador comum a todas as correntes castrenses”.

³⁷ O AI-5 vigorou até o final de 1978.

outros funcionários públicos, decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar, entre outras medidas autoritárias, como, por exemplo, a suspensão do *habeas corpus* em crimes políticos e o julgamento de crimes políticos em tribunais militares sem direito a recurso. Composto por 12 artigos, o AI-5 representou o aprofundamento da ditadura e a amplificação do recurso à repressão (que já vinha sendo praticada e estruturada desde 1964) a qualquer movimento social e oposicionista, uma vez que se tornou um instrumento punitivo a ser utilizado a qualquer momento e contra quem quer que fosse considerado inimigo do regime. Ademais, Rodrigo Patto Sá Motta (2018, p. 209) ressalta que o AI-5 também visava a enquadrar os segmentos dissidentes da elite, que se mostravam rebeldes ao poder militar, permitindo a cassação de parlamentares da ARENA, aposentar servidores públicos incômodos para o governo, como juízes que impediam a “justiça revolucionária” de agir livremente, ou professores universitários acusados de estimular a rebeldia estudantil.

No final da noite do dia 13 de dezembro, o ministro Gama e Silva anunciou, em cadeia de rádio e televisão, a decretação do AI-5 e do Ato Complementar 38 (AC-38), que decretou o recesso do Congresso por tempo indeterminado³⁸. No dia 20 de dezembro de 1968, a ditadura decretou o AC-39, que regulamentava as cassações de mandatos, aposentadorias, demissões e suspensão dos direitos políticos por 10 anos. Assim, no dia 30 de dezembro teve início à série de cassações, que atingiram Carlos Lacerda e 11 deputados federais que foram vinculados a Frente Ampla (DELGADO, 2013, p. 212-216). No dia 31 de dezembro de 1968, Costa e Silva divulgou uma *Mensagem ao povo brasileiro*, responsabilizando, em grande parte, os parlamentares da ARENA pela decretação do AI-5, uma vez que o partido não seguia à sua orientação no Congresso (GRINBERG, 2009, p. 128).

No dia 7 de fevereiro de 1969, por meio do AC-47, a ditadura decretou o recesso das Assembleias Legislativas de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Guanabara, de Pernambuco e de Sergipe. Posteriormente, no dia 27 de fevereiro de 1969, por meio do AC-49, foi decretado o recesso das Assembleias de Goiás e do Pará. Essas sete Assembleias Legislativas ficaram em recesso por mais de um ano.

Em 1969, as cassações prosseguiram. Até o final do ano foram cassados

³⁸ O Congresso ficou em recesso de dezembro de 1968 a outubro de 1969.

98 deputados federais e suplentes (67 do MDB e 31 da ARENA) e cinco senadores do MDB (AZEVEDO; RABAT, 2012). Portanto, o principal alvo foi o MDB, cujas cassações reduziram em cerca de 50% a sua bancada na Câmara dos Deputados. Convém lembrar que o AI-5 também cassou inúmeros deputados estaduais, prefeitos e vereadores.

Além das cassações de políticos em nível nacional, estadual e municipal, com o AI-5 ocorreu uma série de aposentadorias compulsórias ou demissões de cerca de 500 profissionais, como juízes, embaixadores, militares, professores universitários, jornalistas, funcionários públicos, entre outros, que perderam os seus empregos e os seus direitos políticos. Ademais, a perseguição política a todos os que eram considerados inimigos da “Revolução” se exacerbou, com a amplificação do Terrorismo de Estado, que fez uso sistemático da tortura e do assassinato.

A REABERTURA DO CONGRESSO NACIONAL E A ELEIÇÃO INDIRETA DE EMÍLIO MÉDICI

No final de agosto de 1969, o estado de saúde do general-presidente Costa e Silva se agravou em decorrência de uma trombose, que resultou em um derrame³⁹. Impossibilitado de governar, no dia 31 de agosto, Costa e Silva foi substituído temporariamente por uma junta militar formada pelos três ministros militares – o general Aurélio Lyra Tavares (ministro do Exército), o almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha) e o brigadeiro Márcio de Souza e Mello (ministro da Aeronáutica) –, que por meio de um Ato Institucional (o AI-12, de 1º de setembro de 1969), “legitimaram” a sua ação. Dessa forma, o vice-presidente Pedro Aleixo – considerado suspeito por ter sido o único membro do Conselho de Segurança Nacional a votar contra a decretação do AI-5 – foi impedido pelos militares de assumir a presidência, sendo definitivamente aliado do processo sucessório⁴⁰ (SKIDMORE, 1988).

³⁹ Com o estado de saúde debilitado, Arthur da Costa e Silva faleceu em 17 de dezembro de 1969.

⁴⁰ Após ser impedido de assumir a presidência pelos militares, Pedro Aleixo desligou-se da ARENA, mas não aceitou o convite de ingressar no MDB, passando a dedicar-se ao projeto de organização de um terceiro partido: o Partido Democrático Republicano (PDR), cujo manifesto e programas foram lançado em 31 de março de 1971. No entanto, Pedro Aleixo não obteve êxito na tentativa de registrar o terceiro partido, pois o governo

No dia 4 de setembro de 1969, com o país sendo comandado por uma junta militar, ocorreu, no Rio de Janeiro, o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick por membros da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que exigiram a libertação de 15 presos políticos em troca do embaixador. Em resposta, o governo editou o AI-13 e o AI-14, em 5 de setembro de 1969, que versavam, respectivamente, sobre o banimento e a adoção no país da prisão perpétua e da pena de morte. No dia 6 de setembro, os 15 presos políticos embarcaram para o exílio no México e o embaixador norte-americano libertado logo em seguida⁴¹.

O sequestro do embaixador dos Estados Unidos, que forneceu o argumento para o recrudescimento da repressão, foi um dos fatores que contribuíram para agravar a crise político-militar em setembro de 1969, juntamente com as incertezas sobre o retorno do general-presidente Costa e Silva. Com as disputas pela sucessão presidencial ameaçando dividir as Forças Armadas, o general Emílio Garrastazu Médici foi escolhido para a sucessão de Costa e Silva. Conforme Thomas Skidmore (1988, p. 211), Médici foi escolhido não porque os militares achassem que ele tinha a visão ou os conhecimentos de que um presidente precisava, mas porque era o único general de quatro estrelas que podia impedir o aprofundamento da divisão no Exército. Assim, no início de outubro, Médici foi oficialmente anunciado como o futuro general-presidente e o almirante Augusto Rademaker (ministro da Marinha e membro da junta militar) como futuro vice-presidente. Posteriormente, é decretado o AI-16 (de 14 de outubro de 1969), que declarava a vacância da presidência (em virtude do estado de saúde de Costa e Silva) e vice-presidência da República, marcando para o dia 25 de outubro as eleições indiretas no Congresso Nacional.

Dessa forma, após mais de dez meses em recesso, o Congresso voltou a

não permitiu a sua legalização e o seu pedido de registro foi indeferido pela Justiça Eleitoral. Pedro Aleixo faleceu em março de 1975.

⁴¹ Posteriormente, ocorreram outros três sequestros de diplomatas estrangeiros no Brasil. Em março de 1970, militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) sequestraram o cônsul japonês em São Paulo, que foi trocado por cinco presos políticos, que se exilaram no México. Em junho de 1970, militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN) sequestraram o embaixador da Alemanha Ocidental no Rio de Janeiro, trocando-o por 40 presos políticos, que se exilaram na Argélia. O último sequestro ocorreu em dezembro de 1970, quando militantes da VPR sequestraram o embaixador da Suíça no Rio de Janeiro, que, após mais de 40 dias de negociações, foi trocado por 70 presos políticos, que se exilaram no Chile (Cf. SKIDMORE, 1988, p. 234-239).

funcionar em 22 de outubro de 1969 para, no dia 25 de outubro, eleger indiretamente o general Emílio Médici presidente da República por 293 votos favoráveis contra 76 abstenções (do MDB)⁴². Contudo, convém lembrar que o Congresso Nacional retornou às suas atividades significativamente mutilado pelo AI-5, uma vez que foram cassados 98 deputados federais e suplentes (67 do MDB e 31 da ARENA) e cinco senadores do MDB. Assim, a ARENA retornou ao Congresso adotando uma postura bastante prudente e totalmente submissa, uma vez que Costa e Silva havia responsabilizado grande parte dos parlamentares arenistas pela decretação do AI-5. Embora tal situação desagradasse alguns arenistas, o partido passou a limitar-se apenas a homologar as decisões do Alto Comando das Forças Armadas (GRINBERG, 2009, p. 145-149).

O MDB, por sua vez, no período entre 1969-1970, também adotou uma postura política demasiadamente moderada e “bem comportada”. Dessa forma, a postura submissa adotada pelo MDB em 1969-1970 praticamente não o diferenciava da ARENA, pois ambos eram obedientes e dóceis à ditadura. Em virtude disso, nessa época passou a circular uma anedota irônica, na qual o MDB seria o partido do “sim”, enquanto a ARENA seria o partido do “sim senhor”, isto é, os dois partidos se dobravam à vontade do poder, mas a ARENA o fazia com mais servilismo e menos pudor (MOTTA, 2008, p. 97).

Empossado no dia 30 de outubro de 1969, o general-presidente Emílio Garrastazu Médici manteve o economista Antônio Delfim Netto no Ministério da Fazenda, dando continuidade à política econômica que resultaria em uma breve fase de controle inflacionário e de crescimento econômico, conhecido como “milagre brasileiro” (1968-1973). Nesse período, caracterizado pelos investimentos em obras de infraestrutura – como, por exemplo, a rodovia Transamazônica e a ponte Rio-Niterói – e pelo endividamento externo – pois havia oferta abundante de recursos nos mercados financeiros internacionais –, o Brasil obteve uma taxa média de crescimento anual de 11%, chegando a quase 14% em 1973 (FICO, 2015, p. 80-81).

No entanto, convém ressaltar os limites do “milagre brasileiro”, caracterizado pelo aumento da concentração de renda e pelo arrocho salarial, que teve um alto custo social, pois o projeto “Brasil Grande Potência” não le-

⁴² *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 out. 1969, p. 1.

vou em consideração questões como equidade ou melhoria das condições de vida da população, caracterizando-se pelos altos índices de extrema pobreza, mortalidade infantil e analfabetismo. Ademais, o “milagre brasileiro” durou pouco, pois, a partir do segundo semestre de 1973, a inflação voltaria a crescer – uma vez que a economia brasileira sentiu os efeitos da crise internacional do petróleo⁴³ – e a dívida externa tornou-se um problema – passando de US\$ 4,5 bilhões em 1966 para US\$ 12,6 bilhões em 1973 (FICO, 2015, p. 81).

Contudo, o “milagre brasileiro” foi amplamente capitalizado pelo general-presidente Emílio Médici, que, utilizando de uma intensa propaganda ufanista – exaltando, por exemplo, o crescimento econômico, as grandes obras do governo, o sesquicentenário da Independência e o tricampeonato da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970 –, angariou elevados índices de popularidade (FICO, 2015, p. 82). As campanhas publicitárias do governo⁴⁴ – que criou conhecidos *slogans*, como “Ninguém segura o Brasil”, “Este é um país que vai para frente”, “O Brasil é feito por nós” e “Brasil: ame-o ou deixe-o” – visavam a “dourar” os “anos de chumbo”, enquanto a censura ocultava a intensa e brutal repressão política.

Alinhado à “linha dura”, o governo do general-presidente Emílio Médici correspondeu ao período de auge da repressão política, no qual a máquina repressiva, montada nos anos anteriores e baseada no tripé vigilância/censura/repressão, seria aperfeiçoada e funcionaria a todo vapor. As bases teóricas que nortearam a montagem desta máquina repressiva foram a Doutrina de Segurança Nacional e o conceito de guerra interna ou guerra revolucionária, de influência francesa (NAPOLITANO, 2014, p. 128).

A vigilância era um aspecto estratégico para o regime. Sua função central era produzir informações sobre pessoas, movimentos sociais, instituições e grupos políticos legais ou ilegais, evitando surpresas para o governo.

⁴³ Em outubro de 1973 ocorreu a quarta guerra árabe-israelense (Guerra de Yon Kippur). Em retaliação aos Estados Unidos e aos países europeus que apoiaram Israel, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) quadruplicou o preço do petróleo (PRADO; EARP, 2003, p. 234). A crise econômica internacional acarretou drásticas repercussões no modelo econômico brasileiro, essencialmente dependente das importações, do sistema financeiro internacional e do mercado das exportações (KINZO, 1988, p. 153).

⁴⁴ Mais detalhes, ver os trabalhos de Carlos Fico (1997 e 2003).

Informações que poderiam, no futuro, produzir a culpabilidade dos vigiados. O eixo do sistema de informações era o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964. Idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, a função do SNI era produzir informações sobre pessoas, movimentos sociais, instituições e grupos políticos legais ou clandestinos, evitando surpresas para o governo (NAPOLITANO, 2014, p. 131).

No entanto, o SNI era uma estrutura informativa, mas não operativa no combate à “subversão”. Já os serviços de inteligência militar – Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), criado em 1955; Centro de Informações do Exército (CIE), criado em 1967; Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), criado em 1968 –, assim como também os DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) estaduais, eram informativos e operativos (NAPOLITANO, 2014, p. 132-133).

Desse modo, até o final dos anos 1960, os serviços de inteligência militar – sob a responsabilidade dos respectivos ministros militares – e os DOPS estaduais eram os principais responsáveis pelas operações de repressão política, não havendo um sistema nacional, militarizado e integrado de repressão. Entretanto, o crescimento da luta armada contra a ditadura, a partir de 1968, gerou a criação do DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) em 1970⁴⁵. De natureza militar, o sistema DOI-CODI⁴⁶ estava sob o controle direto dos comandos de cada Exército ou região militar e poderia se comunicar com os serviços de inteligência de cada força, que continuavam existentes e atuantes (NAPOLITA-

⁴⁵ O DOI-CODI foi inspirado na OBAN (Operação Bandeirante). Criada em São Paulo em julho de 1969, a OBAN visava a perseguir os “subversivos”, conceito amplo que englobava tanto os combatentes da luta armada quanto os opositoristas que não tinham aderido à luta armada. Subordinada ao II Exército, a OBAN tinha uma estrutura flexível, composta por militares, policiais civis e policiais militares, que agiam com “ampla liberdade de ação”, cujo método principal era o uso da tortura e execuções extrajudiciais com requintes de crueldade. Sem contar com verbas públicas, mas financiada por empresários, a OBAN utilizava como modelo os esquadrões da morte que já atuavam em São Paulo desde o início da década de 1960, extorquindo e eliminando criminosos comuns. Na OBAN ganhou notoriedade o delegado Sergio Paranhos Fleury, responsável por emboscar e matar, com a sua equipe, Carlos Marighella em novembro de 1969 (NAPOLITANO, 2014, p. 133-134).

⁴⁶ O DOI era o braço armado do CODI. Os DOIs eram destacamentos de combate, captura e interrogatório, no qual a tortura era frequentemente utilizada. Por sua vez, os CODIs visavam a articular todos os quadros e agências encarregadas da repressão em uma determinada área (NAPOLITANO, 2014, p. 134-135).

NO, 2014, p. 133-134). Assim, o país foi dividido em seis “zonas de defesa interna”, sob a responsabilidade do comandante do Exército de cada região (FICO, 2015, p. 72).

A partir do sistema DOI-CODI, a máquina repressiva esmagou a luta armada⁴⁷ e as ações civis de oposição ao regime. Além do uso brutal da tortura – que desprezou qualquer limite jurídico e humanitário, além da própria ética militar, que prega o tratamento digno aos prisioneiros –, a ditadura militar brasileira, sobretudo a partir de 1971, inventou o “desaparecido político”:

Se, num primeiro momento, o regime [...] forjava incidentes e fugas para justificar as mortes sob tortura, a partir de 1971, incrementou-se outra solução: o desaparecimento. Para o sistema repressivo, essa solução tinha a vantagem de desobrigar o governo e as autoridades como um todo de qualquer informação oficial sobre o militante desaparecido. Oficialmente, nem preso, nem morto. Logo, o sistema repressivo, parte estrutural do regime, elaborou uma sofisticada técnica de desaparecimento, cujo primeiro momento era o desaparecimento físico do corpo, seja por incineração, esquartejamento, sepultamento como anônimo ou com nomes trocados (NAPOLITANO, 2014, p. 135).

No que tange à censura, a ditadura militar não a inventou, mas a ampliou. À existente censura moral – que visava a coibir “atentados à moral e aos bons costumes” – foi implementada a censura política para “impedir a divulgação de notícias ou comentários contrários ao regime e às instituições”. Desse modo, não havia uma, mas duas censuras, que enquadraram jornais, revistas, livros, rádio, televisão, cinema, teatro, música e as demais atividades artísticas e culturais⁴⁸ (FICO, 2015, p. 82-83).

⁴⁷ Em setembro de 1971, Carlos Lamarca foi morto no interior da Bahia. Entre 1972-1974, o governo aniquilou os guerrilheiros do PCdoB na região do Araguaia, no sul do Pará. Desse modo, em 1975 a luta armada estava definitivamente derrotada no Brasil.

⁴⁸ Conforme Carlos Fico (2015, p. 84), as censuras da ditadura militar expressavam a paranoia anticomunista existente entre militares e civis que sustentavam o regime. Para eles, a imprensa e a TV eram vítimas de “infiltração comunista”, que poderia levar à “comunização da sociedade brasileira”. Inclusive, em alguns casos, entendiam que mudanças comportamentais típicas dos anos 1960 e 1970, sobretudo a sexualidade e o uso de drogas, seriam portas de entrada para o comunismo.

AS ELEIÇÕES INDIRETAS E PARLAMENTARES DE 1970 E 1974

Em 1970, o general-presidente Emílio Médici decidiu intervir nas sucessões estaduais, uma vez que os governos estaduais eram importantes posições estratégicas no sistema político, escolhendo os governadores estaduais, cujas candidaturas foram homologadas pelos diretórios estaduais da ARENA. No dia 3 de outubro de 1970, os governadores escolhidos por Médici foram eleitos indiretamente pelas Assembleias Legislativas, recebendo os votos da ARENA – que detinham a maioria dos parlamentares nos legislativos estaduais –, enquanto o MDB, em protesto, optou pela abstenção e não compactuar com o jogo de cartas marcadas.

No mês seguinte, em 15 de novembro de 1970, ocorreram as eleições parlamentares, que foram amplamente favoráveis à ARENA, que elegeu 41 senadores e 223 (71,9%) deputados federais, enquanto o MDB elegeu apenas cinco senadores e 87 (28,1%) deputados federais (KINZO, 1988, p. 74). De acordo com a observação de Maria Kinzo (1988, p. 133-134), um dos fatores que contribuíram para a derrota do MDB em 1970 foi o seu comportamento moderado, que contribuiu para o aumento do número de votos brancos e nulos (que chegaram a 30% na eleição para a Câmara dos Deputados, superando os 21% das eleições de 1966).

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 97), a conduta conformista e submissa adotada pelo MDB contribuiu para que setores da sociedade, simpáticos às posturas oposicionistas, preferissem anular os seus votos a dá-lo aos MDB, pois, naquele contexto, muitos achavam que apoiar o MDB era prestar um serviço aos militares (MOTTA, 2007, p. 286). Portanto, os votos brancos e nulos eram, ao mesmo tempo, um protesto contra a ilegitimidade do sistema e uma demonstração de falta de confiança no MDB, considerada tanto quanto a ARENA um produto do autoritarismo (MOTTA, 2008, p. 97).

Ademais, Maria Kinzo (1988, p. 134-135) também aponta outros fatores que ajudam a compreender o fracasso do MDB nas eleições de 1970: a) o controle exercido pelo governo sobre o processo eleitoral por meio da censura e da repressão policial; b) a intensa propaganda governamental, que se utilizava das altas taxas de crescimento econômico geradas pelo chamado “milagre brasileiro”.

Em suma, para o MDB a derrota eleitoral de 1970 foi maior do que a

derrota de 1966, gerando um período de incertezas e de crise interna dentro do partido. Após as eleições, Oscar Passos, que não se reelegeu para o Senado, mostrou-se disposto a renunciar à presidência nacional do MDB, convocando para fevereiro de 1971 uma convenção nacional para eleger a nova Executiva nacional. No referido encontro, o deputado federal Ulysses Guimarães (MDB/SP) foi eleito o novo presidente nacional do partido.

Em fevereiro de 1971, além da ascensão do deputado Ulysses Guimarães à presidência do MDB, o deputado Oscar Pedroso Horta (MDB/SP), um poucos emedebistas – entre os que não foram cassados – que criticava fortemente a ditadura, foi indicado como líder da oposição na Câmara dos Deputados. Foi em torno da sua liderança que se articulou no MDB um grupo de parlamentares que adotaram uma postura oposicionista mais combativa, sendo conhecidos como “autênticos”, composto basicamente por deputados de primeiro mandato, representando aproximadamente 25% dos parlamentares emedebistas (KINZO, 1988, p. 138-141).

Os “autênticos”, que discordavam da orientação moderada da direção do partido, caracterizavam-se por ser um pequeno grupo dentro do MDB que pretendia fazer uma oposição real, “autêntica”, à ditadura militar e não apenas uma oposição consentida. Na Câmara dos Deputados, os “autênticos” adotaram uma atuação combativa e os seus discursos ganharam destaque nas tribunas, caracterizadas pelo tripé democracia, nacionalismo e reivindicações sociais. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2007, p. 290): “parte dos autênticos não tinha perfil de esquerda, eram liberais ou democratas que assumiram atitude de oposição radical ao autoritarismo. A marca principal do grupo não era a afinidade ideológica, mas a atitude aguerrida e corajosa num contexto de extrema repressão”. Os “autênticos” também se notabilizaram pela defesa dos direitos humanos, denunciando casos de prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e mortes de opositores da ditadura (PALMEIRA, 2017, p. 55).

Em junho de 1973, o general-presidente Emílio Médici anunciou o general Ernesto Geisel – irmão de Orlando Geisel, que, na condição de ministro do Exército, controlou eventuais dissensões na oficialidade – como o seu sucessor (SKIDMORE, 1988, p. 299). Dessa forma, o nome de Ernesto Geisel obteve o consenso militar e a sua indicação à sucessão presidencial

ocorreu de forma tranquila, sem os agudos conflitos que caracterizaram as sucessões anteriores.

Por sua vez, o MDB, pela primeira vez, optou em lançar um candidato à sucessão presidencial. Mesmo ciente de que não teria nenhuma chance de vitória, o objetivo do partido era desenvolver, em âmbito nacional, uma campanha para denunciar a farsa das eleições indiretas à presidência da República. Assim, o MDB lançou a candidatura de Ulysses Guimarães, que denominou a campanha de “anticandidatura” à presidência (KINZO, 1988, p. 145-146).

Entretanto, como era previsível, no dia 15 de janeiro de 1974, o general Ernesto Geisel foi eleito indiretamente presidente da República, sendo empossado no dia 15 de março de 1974. No que tange à composição do governo, Ernesto Geisel nomeou um ministério majoritariamente vinculado ao grupo “castelista-geiselista” (também chamado de “Sorbonne militar”), com destaque para o general Golbery do Couto e Silva para a Casa Civil da Presidência.

Alguns meses após assumir a presidência, o general-presidente Geisel anunciou o projeto de distensão política lento, gradual e seguro que visava à institucionalização/constitucionalização das leis de exceção, isto é, a saída da excepcionalidade com a integração dos atos discricionários na Constituição, e não exatamente a redemocratização do país⁴⁹. Assim, o projeto de distensão política, lento, gradual e seguro pretendia descomprimir paulatinamente o regime por meio de uma limitada liberalização, porém sem abrir mão de “mecanismos de segurança”, ou seja, de instrumentos de repressão, que deveriam ser institucionalizados, comportando, assim, garantias básicas de uma passagem negociada, em um futuro incerto, para um governo civil identificado com as “doutrinas revolucionárias” (NAPOLITANO, 2014, p. 234-235; CHIRIO, 2012, p. 173-174). Contudo, paralelamente ao projeto de distensão política, o general-presidente Ernesto Geisel precisou lidar com o esgotamento do “milagre brasileiro”, acompanhado por uma grave crise econômica e o crescimento significativo da inflação e da dívida externa.

⁴⁹ Convém ressaltar que o general-presidente Geisel explicitou os limites da distensão, quando declarou, em 1º de agosto de 1975, que não pretendia revogar o AI-5 e o Decreto-Lei nº 477, nem revisar a Lei de Segurança Nacional, nem promulgar a anistia e nem reduzir as prerrogativas do poder Executivo (NAPOLITANO, 2014, p. 247).

No que tange às sucessões estaduais de 1974, o general-presidente Geisel, assim como ocorreu em 1970 com o general-presidente Médici, também escolheu os governadores dos estados, que foram eleitos indiretamente pelas Assembleias Legislativas no dia 3 de outubro de 1974, recebendo os votos da ARENA, enquanto o MDB, mais uma vez, optou pela abstenção.

Nas eleições parlamentares de 15 de novembro de 1974, o MDB dedicou atenção especial à organização da sua campanha eleitoral, sobretudo no rádio e na televisão, e explorou o agravamento da situação socioeconômica nacional e o aumento vertiginoso da inflação em 1974 (KINZO, 1988, p. 155-156). Desse modo, o MDB obteve em 1974, pela primeira vez, um excelente desempenho eleitoral, elegendo 16 senadores contra apenas seis da ARENA⁵⁰. Na Câmara dos Deputados, o MDB quase duplicou a sua bancada, elegendo 160 deputados federais, enquanto a ARENA elegeu 204 deputados. Ademais, o MDB elegeu a maioria dos deputados estaduais em seis Assembleias⁵¹ (KINZO, 1988, p. 74).

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2008, p. 100-101), alguns fatores explicam os resultados eleitorais de 1974: a) a agressividade do MDB, que adotou posturas críticas mais contundentes; b) o fim do otimismo em relação ao crescimento econômico em virtude do esgotamento do “milagre econômico”; c) a eficiência do MDB na campanha, utilizando com inteligência a televisão, que, pela primeira vez, teve um papel importante nas disputas eleitorais; d) o fato das eleições terem sido relativamente abertas, com menor índice de repressão desde 1965.

Portanto, a vitória eleitoral do MDB em 1974 (denominada pelos oposicionistas de “ressaca cívica nacional”) representou um duro golpe para o governo e um aviso da insatisfação social com a inflação e a carestia. A ditadura militar entraria em crise, desgastada pelo agravamento da crise econômica e pelas manifestações de setores da sociedade civil e da Igreja católica pelo retorno à democracia.

⁵⁰ O MDB elegeu os senadores nos seguintes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Amazonas e Acre. Por sua vez, a ARENA elegeu os senadores na Bahia, Piauí, Alagoas, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

⁵¹ As seis Assembleias Legislativas estaduais que o MDB elegeu a maioria dos deputados foram em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Guanabara, no Rio Grande do Sul, no Amazonas e no Acre (KINZO, 1988, p. 251).

A OPOSIÇÃO MILITAR AO GOVERNO GEISEL E A “SEGUNDA LINHA DURA”

Após a vitória eleitoral do MDB em 1974, o projeto de distensão política passou a ser contestado pelos militares da “linha dura”. De acordo com Maud Chirio (2012, p. 234), tratava-se de uma “segunda linha dura” ou “direita radical” dos anos 1970, que se articulava nas comunidades de informações, nos DOI-CODIs e no interior do próprio Ministério do Exército, com o general Sylvio Frota, que se recusavam a sair da “excepcionalidade revolucionária”, alegando a eterna “ameaça subversiva”. Compostos de uma nova geração de oficiais contestadores, cuja maioria atuava no aparelho repressivo, essa “segunda linha dura” lutava para conservar sua posição dentro do Estado policial (CHIRIO, 2012, p. 234-235).

Em suma, a “segunda linha dura” defendia a preservação do aparelho repressivo e da estrutura ditatorial, uma vez que a guerra contra o comunismo – que justificou a sua criação – ainda não havia terminado. Aliás, para a “direita radical” a ameaça subversiva era eterna (CHIRIO, 2012, p. 195). Desse modo, por meio de panfletos virulentos, a “segunda linha dura” demonstrava a sua insatisfação com o projeto de distensão política de Geisel-Golbery, interpretando a sua limitada liberalização como uma fraqueza do governo que possibilitaria o retorno da “subversão comunista”, infiltrada no MDB. A autoria desses panfletos era do Grupo Secreto (CHIRIO, 2012, p. 184).

No entanto, a “segunda linha dura” era controlada pelo general-presidente Ernesto Geisel, que contemporizava a repressão política e os numerosos casos de torturas, assassinatos e desaparecimentos de opositores que continuaram a ocorrer durante o seu governo⁵². Afinal, para Geisel o “porão” ainda era útil, desde que não atrapalhasse o projeto de institucionalização do regime e não desafiasse abertamente a sua autoridade (NAPOLITANO, 2014, p. 252). Em suma, havia um acordo velado no qual a cúpula militar era conivente com o “porão”, permitindo que os órgãos de repressão fizessem o “trabalho sujo” sem o seu envolvimento, ao mesmo tempo em que assegurava a impunidade aos perpetradores. Desse modo, a justificativa era que as torturas e mortes decorriam dos “excessos” de alguns poucos militares, escapando

⁵² A repressão continuou violenta durante o governo Geisel, com as práticas de torturas, assassinatos e desaparecimentos de opositores – tidas pelo “moderado” e “liberal” general-presidente Ernesto Geisel como um “mal necessário” (FICO, 2015, p. 86).

do controle dos oficiais-generais (FICO, 2014, p. 106).

Com a esquerda armada aniquilada, a repressão, sobretudo a partir de 1975, voltou-se contra o PCB, que, apesar de não ter aderido à luta armada, foi dizimado, acusado pelo governo de ter tido influência na vitória da oposição nas eleições de 1974. Contudo, alguns casos de torturas, desaparecimentos de opositoristas e assassinatos (como do jornalista Vladimir Herzog, morto em outubro de 1975 no DOI-CODI de São Paulo) passaram a ter ampla repercussão na sociedade civil e na opinião pública⁵³, gerando reações da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e de setores da Igreja católica.

Em janeiro de 1976, o assassinato do sindicalista Manuel Fiel Filho no DOI-CODI de São Paulo levou Geisel a substituir o general Ednardo D'Ávila Mello do comando do II Exército, desagradando ao general Sylvio Frota, ministro do Exército e considerado porta-voz da “linha dura” (NAPOLITANO, 2014, p. 269). O general Ednardo D'Ávila Mello foi responsabilizado por Geisel, que, retomando um princípio da hierarquia militar, o considerava responsável pelo que se passava sob seu comando. No entanto, a substituição do general Ednardo D'Ávila Mello não encerrou a repressão política, assim como também não se buscaram os culpados pelas mortes de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho no DOI-CODI de São Paulo (SILVA, 2003, p. 266).

Segundo Maud Chirio (2012, p. 186-187), a substituição do comando do II Exército sinalizava que o general-presidente Ernesto Geisel decidiu intervir e controlar o aparelho repressivo. Entretanto, a tentativa de Geisel de controlar o “porão” gerou a reação da “segunda linha dura”, que considerava o general-presidente, juntamente com o general Golbery do Couto e Silva, “traidores da Revolução”. Dessa forma, a “direita radical”, por meio do Grupo Secreto, voltou a distribuir violentos panfletos contra Geisel e Golbery, difundindo a absurda teoria de que ambos planejavam a adesão ao comunismo (CHIRIO, 2012, p. 189-190).

Influenciados pela paranoia anticomunista, o Grupo Secreto não seria o único a promover agitações de extrema-direita, surgindo o grupo paramilitar

⁵³ As denúncias dos casos de torturas, assassinatos e desaparecimentos da oposição armada e desar armada se acentuaram e ultrapassaram as fronteiras do país, com os Estados Unidos (no governo de Jimmy Carter) reconhecendo que o Brasil praticava violações dos direitos humanos.

Aliança Anticomunista Brasileira (AAB)⁵⁴, apontada como responsável pelas bombas plantadas no dia 19 de agosto de 1976, no Rio de Janeiro, nas sedes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) – onde as bombas explodiram sem ocasionar vítimas. Nos meses seguintes, a AAB praticaria novos atentados a bombas e atos de violência contra pessoas⁵⁵, associações e órgãos de imprensa⁵⁶ considerados pelos extremistas como “inimigos da Revolução” e “comunistas” (CHIRIO, 2012, p. 188).

A LEI FALCÃO E O “PACOTE DE ABRIL”:

NOVOS CASUÍSMOS DA DITADURA

Após a derrota eleitoral de 1974, o general-presidente Ernesto Geisel passou a priorizar a vitória da ARENA nas eleições municipais de 1976. Dessa forma, visando a enfraquecer o MDB, a ditadura militar arquitetou uma série de mudanças nas regras eleitorais, que ficaram conhecidas como Lei Falcão (em referência ao ministro da Justiça, Armando Falcão, seu idealizador). Promulgada no início de julho de 1976, a Lei Falcão (Lei 6.339/76) proibia os candidatos de realizar qualquer tipo de pronunciamento no rádio e na televisão. Desse modo, os partidos poderiam apenas divulgar, nas campanhas eleitorais, os nome, os números e as fotos dos candidatos, acompanhado da leitura dos seus currículos, esvaziando a campanha eleitoral no rádio e na televisão, transformando-a em um modorrento e inócua desfile de currículos e fotografias⁵⁷. Portanto, a Lei Falcão foi mais um casuísmo da ditadura, que modificou as regras do jogo eleitoral para silenciar o MDB, que, em 1974, obteve êxito na sua campanha política denunciando a inflação, o arrocho salarial e o agravamento da situação socioeconômica do país.

⁵⁴ A AAB foi inspirada no seu homólogo argentino, a Triple A, que, a partir de 1973, praticou milhares de assassinatos de militantes de esquerda.

⁵⁵ Por exemplo, no dia 22 de setembro de 1976, o bispo de Nova Iguaçu/RJ, Dom Adriano Hipólito, é sequestrado por membros da AAB, espancado e abandonado nu em uma estrada.

⁵⁶ Em 15 de novembro de 1976, a sede do jornal alternativo *Opinião*, no Rio de Janeiro, sofreu um atentado a bombas.

⁵⁷ A Lei Falcão vigorou até 1985.

A partir de 1976, o general-presidente Ernesto Geisel utilizou o AI-5 para enquadrar o MDB, cassando os mandatos de deputados emedebistas⁵⁸. A crise política tornou-se ainda mais acentuada no final do ano, quando o general-presidente Ernesto Geisel enviou ao Congresso um projeto de emenda constitucional para reformar o sistema judiciário. Na verdade, o projeto de reforma do Judiciário foi uma espécie de “balão de ensaio” para avaliar a situação e a receptividade à introdução de outras reformas políticas, que seriam mais tarde enviadas ao Congresso, visando ao projeto de institucionalização do regime (KINZO, 1988, p. 176).

No entanto, a posição intransigente do general-presidente Ernesto Geisel em não aceitar negociar levou o MDB a posicionar-se contrário ao projeto, impossibilitando, assim, qualquer chance de que o mesmo fosse aprovado. Assim, no dia 30 de março de 1977, o projeto foi votado no Congresso, recebendo 241 votos a favor e 156 contra, não alcançando o quórum de dois terços necessários para ser aprovado (KINZO, 1988, p. 181).

Em resposta, no dia 1º de abril de 1977, Geisel usou o AI-5 e emitiu o Ato Complementar 102 (AC-102), decretando o recesso do Congresso, fechado pela terceira vez pela ditadura. Durante o recesso do Congresso, que durou 15 dias, Geisel decretou um conjunto de medidas políticas e econômicas sem o debate parlamentar, como a reforma do Judiciário e seis decretos-leis, que se tornaram conhecidas como “Pacote de Abril”. Entre essas medidas estavam: a) derrubada da exigência dos votos de dois terços do Congresso para aprovação dos projetos de emendas constitucionais, que poderiam ser aprovados com a maioria simples, possibilitando que o governo conseguisse aprovar projetos de emendas constitucionais apenas com os votos da ARENA; b) extensão do mandato (de cinco para seis anos) do próximo presidente da República; c) a eleição indireta para um terço das cadeiras no Senado, criando os “senadores biônicos” e garantindo 21 cadeiras senatoriais em 1978 à ARENA (KINZO, 1988, p. 182-183).

Em suma, responsabilizando a oposição por não “colaborar”, o general-presidente Ernesto Geisel utilizou o AI-5 para fechar o Congresso e impor o “Pacote de Abril”, cujas medidas casuísticas visavam a impedir o MDB de

⁵⁸ Em 1976, foram cassados os deputados federais Alberto Marcelo Gatto (MDB/SP), Amaury Muller (MDB/RS), Nadyr Rossetti (MDB/RS) e Lysâneas Maciel (MDB/RJ).

eleger cinco governadores e de ter a possibilidade de obter a maioria no Senado a partir de 1978. Apesar dos protestos dos emedebistas, a ditadura explicitava à oposição quais eram os seus limites.

Após a reabertura do Congresso, parlamentares do MDB passaram a defender a promoção de uma grande campanha para denunciar a situação política do país e a mobilizar a opinião pública em favor de uma Assembleia Nacional Constituinte (KINZO, 1988, p. 191). No entanto, a ditadura congelou novamente o MDB, que novamente foi atingindo, em junho de 1977, pelas cassações dos deputados federais do grupo “autêntico” Marcos Tito⁵⁹ (MDB/MG) e José Alencar Furtado⁶⁰ (MDB/PR), líder da oposição na Câmara dos Deputados.

Impactado com as medidas casuísticas do “Pacote de Abril” e com as cassações de Marcos Tito e José Alencar Furtado, o MDB, durante a convenção nacional do partido, realizada em 14 de setembro de 1977, decidiu adotar definitivamente o tema da defesa pela Constituinte, lançando oficialmente a campanha no dia 20 de setembro. No entanto, as chances de êxito da campanha do MDB por uma Constituinte eram nulas, pois o partido foi proibido de realizar na televisão e no rádio qualquer menção à campanha, assim como também de realizar comícios sobre o tema. Desse modo, a campanha da Constituinte – duramente criticada pelos arenistas – limitou-se a discursos parlamentares no Congresso e nas Assembleias estaduais e à publicação de um Manual do Constituinte, que explicava em linguagem simples à população o que significava uma Assembleia Nacional Constituinte. Assim, no final de 1977, a campanha pela Constituinte já havia morrido, tornando-se apenas mais um item na agenda do partido (KINZO, 1988, p. 194-195).

⁵⁹ Acusado de ler um discurso no plenário oriundo do jornal *Voz Operária* (do PCB) e de ser porta-voz dos comunistas, Marcos Tito foi cassado pelo AI-5 em 14 de junho de 1977.

⁶⁰ Cassado pelo AI-5 no dia 30 de junho de 1977, José Alencar Furtado havia protestado – em 27 de junho, durante um programa do MDB na televisão e no rádio, que obteve um grande índice de audiência – contra as cassações dos seus colegas de partido e criticou a repressão e o desaparecimento de presos políticos.

A CRISE DA DITADURA MILITAR, AS REFORMAS POLÍTICAS DE 1978 E O FIM DO AI-5

Durante o governo Geisel, as manifestações pelo retorno à democracia ganharam volume, sobretudo a partir de 1977, aglutinando um significativo número de políticos liberais, políticos de esquerda, profissionais liberais⁶¹, empresários⁶², setores das classes médias⁶³ e da Igreja católica⁶⁴, além de intelectuais, professores, estudantes⁶⁵ e movimentos sociais⁶⁶ numa frente oposicionista que contribuiu para o desgaste da ditadura militar.

Dessa forma, paralelamente ao projeto de distensão política, lento, gradual e seguro (que pretendia descomprimir paulatinamente o regime por meio de uma limitada liberalização), o general-presidente Ernesto Geisel, pressionado por significativos setores da sociedade civil, precisou rever o projeto inicial de distensão política, no qual não pretendia abrir mão do AI-5. Desse modo, após as negociações empreendidas com representantes da sociedade civil, o governo encaminhou ao Congresso, no final de junho de 1978, um projeto de emenda constitucional que propunha a restauração do *habeas corpus*, a revogação do AI-5, a inviolabilidade para o mandato parlamentar, garantias constitucionais para a magistratura, o retorno do Estado

⁶¹ Associações de profissionais liberais, como a OAB e a ABI, manifestavam-se pelo retorno do Estado de Direito, pelo fim do AI-5, pelo fim da censura e pelo retorno à democracia.

⁶² Setores do empresariado brasileiro, defendendo o liberalismo econômico e posicionando-se contra a estagnação, também se afastaram do regime, passando a defender a democracia política (NAPOLITANO, 2014, p. 266-267).

⁶³ O desgaste da ditadura militar ficaria também evidenciando pela insatisfação das classes médias, descontentes com o esgotamento do “milagre brasileiro” e atingidas pela crise econômica. Desse modo, criticado por setores do empresariado e das classes médias urbanas, a ditadura gradativamente perdia suas principais bases de apoio político na sociedade civil, o que contribuiu decisivamente para o seu isolamento político.

⁶⁴ A cúpula da Igreja católica, desde o fim da década de 1960, criticava a ditadura pelas violações dos direitos humanos – inclusive com as prisões, torturas e assassinatos de membros do clero progressista. Destacando-se a atuação dos arcebispos Dom Hélder Câmara (presidente da CNBB), de Recife, e Dom Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, a Igreja tornou-se opositora institucional do regime, defendendo temas como os direitos humanos, a justiça social, a democracia e a anistia política.

⁶⁵ Em 1977 eclodiram manifestações estudantis nas principais cidades do país, marcando o ressurgimento do movimento estudantil. Mais detalhes, ver o trabalho de Angélica Müller (2016).

⁶⁶ Em 1977, as campanhas pela reposição salarial indicavam o ressurgimento do movimento sindical, que ganhou maior expressão a partir das greves dos metalúrgicos na região do ABC paulista, em maio de 1978.

de sítio, a criação do Estado de emergência para condições especiais, a elegibilidade dos políticos cassados e o estabelecimento do pluripartidarismo⁶⁷.

Embora atendesse algumas das reivindicações da sociedade civil, o projeto – que foi amplamente criticado pelo MDB – ainda estava longe de introduzir mudanças substanciais no regime, pois no lugar do AI-5 seriam introduzidas as “salvaguardas do regime” (denominadas pela oposição de “entulho autoritário”), assegurando ao presidente o uso de mecanismos constitucionais para combater “ações subversivas e de ameaças à segurança nacional” (KINZO, 1988, p.195-196).

Em 20 e 21 de setembro de 1978, depois de quase três meses de negociações, o projeto de emenda constitucional que tratava das reformas políticas foi aprovado no Congresso. Com as reformas políticas – que passariam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1979 –, o AI-5 seria extinto após 10 anos de vigência. No entanto, manteve-se uma série de medidas restritivas (as “salvaguardas do regime”), acrescida de uma nova Lei de Segurança Nacional⁶⁸, que passou a vigorar no final de dezembro de 1978.

Portanto, com as reformas políticas de 1978, o general-presidente Ernesto Geisel “institucionalizava o regime”, integrando à Constituição as “salvaguardas”. Entretanto, os temas do retorno do pluripartidarismo e da anistia política foram deixados para o futuro general-presidente João Batista Figueiredo.

AS ELEIÇÕES INDIRETAS E PARLAMENTARES DE 1978

Além do crescimento do movimento oposicionista dos diversos setores da sociedade civil pela redemocratização, o general-presidente Ernesto Geisel precisou enfrentar uma crise militar, catalisada pela sucessão presidencial. Para a “segunda linha dura”, o projeto de distensão política de Geisel-Golbery era uma “traição aos ideais da Revolução”, pois pretendia levar o país ao comunismo. Nesse sentido, as mobilizações da sociedade civil e do clero progressista pelo retorno à democracia, assim como os movimentos sociais, eram interpretadas pela extrema-direita militar como uma prova da progres-

⁶⁷ *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 jun. 1978, p. 1.

⁶⁸ Se, por um lado, previa-se o fim das penas de morte, prisão perpétua e banimento, por outro, previa-se enquadrar como crimes, por exemplo, a reorganização de partidos políticos ou associações dissolvidas (consideradas “ações subversivas”) e realizações de greves e comícios (consideradas “ameaças à segurança nacional”).

são do comunismo no país, incentivada pelo governo Geisel. Tal posição era compartilhada pelo general Sylvio Frota, ministro do Exército, que ambicionava a sucessão presidencial e que não escondia suas críticas ao governo Geisel. Defensor dos órgãos de repressão contra as “calúnias da mídia” e contrário ao projeto de distensão política, Sylvio Frota procurava fortalecer-se junto aos quartéis, fazendo campanha no Exército para concorrer à sucessão presidencial como mantenedor do “espírito de 1964”, supostamente ameaçado pela “infiltração” de comunistas e subversivos no governo e pelo projeto de distensão (NAPOLITANO, 2014, p. 269).

Em reação, o general-presidente Ernesto Geisel demitiu Sylvio Frota do Ministério do Exército, em 12 de outubro de 1977, e o general Hugo Abreu (Chefe do Gabinete Militar) teve uma importante atuação, neutralizando possíveis reações de unidades militares solidárias a Sylvio Frota. Posteriormente, Ernesto Geisel, no início de janeiro de 1978, anunciou a escolha do general João Batista Figueiredo (então chefe do SNI) para sucedê-lo.

Insatisfeito com a forma que Geisel tratou a sucessão presidencial – sem consultar o Alto Comando do Exército – e com a escolha do general Figueiredo, o general Hugo Abreu rompeu com o general-presidente e demitiu-se do governo, passando a articular, com os militares insatisfeitos, a candidatura de um líder militar que pudesse concorrer com o general Figueiredo. Desse modo, se aproximou do general Euler Bentes Monteiro, que, embora na reserva, desfrutava de prestígio na corporação militar (KINZO, 1988, p. 198).

Com as suas ambições frustradas com a indicação de Figueiredo, o senador Magalhães Pinto, que se autoproclamava líder civil da “Revolução de 1964” e candidato da “conciliação nacional”, continuou articulando a sua candidatura à presidência. Mesmo após a homologação da candidatura de Figueiredo pela ARENA, Magalhães Pinto manteve a sua candidatura e declarou que pretendia lançar-se como candidato independente, esperando contar com o apoio do MDB e dos dissidentes arenistas, lançando a Frente Nacional de Redemocratização, em maio de 1978. No final de maio, Magalhães Pinto e o general Euler Bentes chegaram a um acordo, no qual se comprometiam a colaborar juntos no mesmo movimento e ambos assinaram uma nota afirmando que a Frente Nacional de Redemocratização visava a congregar todas as forças políticas comprometidas com o fim do arbítrio e o restabelecimento

do Estado de direito democrático no país. Na mesma nota também conclamavam o MDB a integrar à Frente (KINZO, 1988, p. 198-199).

No final de junho, o diretório nacional do MDB decidiu pela adesão à Frente e a candidatura do general Euler Bentes fortaleceu-se dentro do partido. Enfraquecido, Magalhães Pinto desistiu da sua candidatura e deixou a Frente em agosto, enquanto o general Euler Bentes filiou-se ao MDB e teve a sua candidatura à presidência homologada pelo partido.

Para garantir a vitória do general Figueiredo na eleição indireta de 15 de outubro de 1978, o governo determinou que a ARENA fizesse uso da lei de fidelidade partidária para obrigar os seus membros a votarem no candidato oficial. Assim, como era previsto, no dia 15 de outubro de 1978, o general João Batista Figueiredo foi eleito indiretamente presidente da República. Um mês antes, em 1º de setembro de 1978, ocorreram as eleições indiretas para os governos estaduais (escolhidos novamente por Geisel) e dos “senadores biônicos”, da qual o MDB novamente absteve-se.

No que tange às eleições parlamentares, realizadas no dia 15 de novembro de 1978, em nível nacional, a ARENA elegeu 15 senadores contra oito do MDB⁶⁹ e obteve 55% da representação na Câmara Federal. Além disso, a ARENA também já havia garantido um terço do Senado por meio das eleições indiretas (os “senadores biônicos”, eleitos em setembro), o que garantiu ao governo a maioria no Congresso (KINZO, 1988, p. 201-202).

A REFORMA POLÍTICO-PARTIDÁRIA DE 1979, O FIM DO BIPARTIDARISMO E AS ELEIÇÕES DIRETAS DE 1982

Ao assumir a presidência da República, em 15 de março de 1979, o general-presidente João Batista Figueiredo deu continuidade ao projeto de distensão política lenta, gradual e segura, que passou a ser chamado de “abertura”. No entanto, convém ressaltar que, no começo do governo Figueiredo, a ditadura ainda não tinha data para acabar e o general-presidente declarou à

⁶⁹ O MDB venceu as eleições para o Senado em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás e Paraíba (KINZO, 1988, p. 202).

imprensa que era contrário ao retorno das eleições diretas à presidência da República⁷⁰.

Durante o processo de distensão política, grupos de extrema-direita praticaram dezenas de atentados a bomba e ações de violência contra pessoas, instituições, associações e órgãos da imprensa identificados com a oposição, considerados pelos extremistas como “inimigos da Revolução” e comunistas. A série de atentados, iniciados em 1976, se multiplicaram entre 1978 e 1981, no final do governo Geisel e início do governo Figueiredo (considerado pela extrema-direita o maior “traidor da Revolução”). Nesse período nasce ou renasce inúmeros grupos paramilitares que irão perpetrar inúmeros atentados e ações de violência, como os conhecidos Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e Movimento Anticomunista (MAC) – que agiam desde a década de 1960 – e os novos grupos, como o Comando Delta, a Falange Pátria Nova e as Brigadas Moralistas (CHIRIO, 2012, p. 188). Todos esses grupos paramilitares de extrema-direita se consideravam “defensores da Revolução de 1964 e combatentes do inimigo comunista”.

A “direita explosiva” foi responsável por dezenas de atentados entre 1978 e 1981, com o objetivo de criar pânico e enviar recados aos oposicionistas e ao próprio governo. Um desses atentados vitimou a secretária da OAB, no Rio de Janeiro, Lyda Monteiro da Silva, em agosto de 1980. Outro alvo dos extremistas foram as bancas que vendiam jornais alternativos: dezenas de bancas em várias cidades do país foram atacadas durante a noite. Outro recurso comum dos grupos de extrema-direita era o sequestro de pessoas ligadas à oposição, muitos submetidos a espancamentos. Embora o general-presidente tenha reagido com fortes discursos, na prática houve pouco esforço da ditadura em investigar efetivamente os atentados e em punir os envolvidos, sinalizando para a impunidade da “direita explosiva”, como ficou explícito no atentado no Riocentro, em 1981⁷¹. O acobertamento do caso contribuiu para o desgaste do governo (NAPOLITANO, 2014, p. 294-295).

⁷⁰ O general-presidente João Batista Figueiredo declarou que, se dependesse dele, jamais seriam reestabelecidas no Brasil as eleições diretas à presidência da República, devendo ser eternizado o sistema de eleições indiretas (*Gazeta do Povo*, Curitiba, 9 nov. 1979, p. 1).

⁷¹ Na noite de 30 de abril de 1981, dois agentes do DOI-CODI, do Rio de Janeiro, planejaram um atentado no Riocentro, onde ocorria um show de MPB com artistas símbolos da oposição (como Chico Buarque), que reuniu milhares de jovens. Porém, uma das bombas explodiu dentro do carro dos agentes quando era preparada, matando o sargento Guilherme Ferreira do Rosário e ferindo o capitão Wilson Luís Chaves Machado.

Além da crise econômica e inflacionária – que contribuiu fortemente para o desgaste da ditadura –, que catalisou a eclosão de inúmeras greves⁷² pelo país, os primeiros meses do governo Figueiredo foram marcados pelos debates acerca da anistia política e da reforma político-partidária que determinaria o fim do bipartidarismo.

Contudo, a ditadura militar impôs uma lei de anistia parcial (que excluía os presos políticos e exilados considerados “terroristas”⁷³) e recíproca (que abrangia também os agentes da repressão, visando a evitar o julgamento de militares e civis acusados por violações de direitos humanos e assassinatos), que foi aprovado no Congresso no dia 22 de agosto de 1979.

Em seguida, a ditadura dedicou-se à casuística reforma político-partidária, visando ao retorno do pluripartidarismo e, sobretudo, à fragmentação da oposição reunida no MDB. Entretanto, a reforma não ameaçava apenas desintegrar o MDB, mas também a própria ARENA, uma vez que o partido governista estava longe de ser unido e coeso. Desse modo, a ditadura procurou concentrar seus esforços em garantir que o partido governista não se fragmentasse, preservando a sua base parlamentar, sem causar nenhum efeito negativo à ditadura (KINZO, 1988, p. 205-206).

O projeto governamental de reforma político-partidária foi encaminhado no dia 18 de outubro de 1979 ao Congresso, prevendo o fim do bipartidarismo, a dissolução da ARENA e do MDB e contendo as novas normas para a organização dos partidos políticos. Apesar dos protestos do MDB, o projeto de reforma político-partidária foi aprovado no dia 22 de novembro de 1979. Desse modo, ARENA e MDB deixaram de existir como organizações políticas após 13 anos de limitada participação no sistema político implantado pela ditadura militar.

Com o fim do bipartidarismo e o retorno ao pluripartidarismo foram organizados novos partidos políticos em 1980, como o Partido Democrático Social (PDS)⁷⁴, sucedâneo da ARENA; o Partido do Movimento Democrático

⁷² Em 1979 ocorreram 246 greves no Brasil; em 1980, ocorreram 144, apesar da repressão e do enquadramento dos grevistas na Lei de Segurança Nacional; em 1981, ocorreram 150 greves no país; em 1982, eclodiram 144 movimentos paredistas; em 1983, houve 347 greves; em 1984, o número de movimentos grevistas no país chegou a 492 (CODATO, 2005, p. 96).

⁷³ No entanto, na prática, estes presos políticos acabaram sendo libertados por outros recursos jurídicos, como revisões de pena e indultos (NAPOLITANO, 2014, p. 299).

⁷⁴ A nova nomenclatura do partido governista foi uma estratégia eleitoral que visava a distanciar-se da já desgastada e impopular ARENA, além de dar ao eleitor a impressão de que o PDS era um par-

Brasileiro (PMDB)⁷⁵, herdeiro do MDB; o Partido Popular (PP), organizado por emedebistas “moderados” (liderados por Tancredo Neves) e dissidentes da ARENA (liderados por Magalhães Pinto); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola; e o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva.

Se, por um lado, as articulações para a criação do PDS garantiram a maioria parlamentar ao governo no Congresso⁷⁶, por outro, a esperada fragmentação das oposições atingiu significativamente o MDB/PMDB, que perderia 80 deputados federais até o final de 1981, o equivalente a 42,3% dos 189 deputados eleitos pelo MDB em 1978. A maioria dos parlamentares que deixaram o MDB/PMDB optou em ingressar no Partido Popular (PP), que recebeu a adesão de 41 deputados oriundos do antigo MDB até o final de 1981. Além do PP, também houve o ingresso de 22 ex-emedebistas no PDS, 10 no PDT, cinco no PT, um no PTB e um indeciso (KINZO, 1988, p. 209).

As primeiras eleições após o fim do bipartidarismo estavam previstas para 15 de novembro de 1980, quando seriam realizadas as eleições municipais. No entanto, em setembro de 1980, de forma casuística, a ditadura adiou para 1982 as eleições municipais, prorrogando os mandatos dos prefeitos e vereadores (cuja maioria estava vinculada ao PDS). Embora o governo tenha utilizado o argumento de que adiamento era indispensável em virtude da recente reformulação partidária, convém ressaltar que a ditadura temia uma derrota eleitoral em 1980, uma vez que o país enfrentava uma grave crise econômica e inflacionária.

Em novembro de 1980, foi aprovada, por unanimidade, no Congresso uma emenda governamental que restabeleceu as eleições diretas para os go-

tido diferente e moderno, preocupado com as demandas sociais e democráticas da sociedade civil (MOTTA, 2008, p. 105).

⁷⁵ O PMDB procurou conservar a popularidade e o capital político da antiga sigla (MDB), apenas acrescentando a palavra “Partido” para atender às exigências da nova lei. Desse modo, a sigla PMDB possibilitou que o eleitorado o reconhecesse como uma continuidade do extinto MDB na luta contra o autoritarismo e pelo restabelecimento da democracia (MOTTA, 2008, p. 105-106).

⁷⁶ Embora o partido governista tenha perdido 38 deputados até o final de 1981, compensou a perda com a cooptação de 22 deputados da ala adesista do MDB, o que garantiu ao PDS contar com 215 (51,2%) cadeiras na Câmara dos Deputados. Entre os 38 deputados eleitos pela ARENA em 1978 e que optaram em não ingressar no PDS, verifica-se que 28 vincularam-se ao PP, seis no PMDB, três no PTB e um manteve-se indeciso (KINZO, 1988, p. 209).

vernos estaduais em 1982 e extinguiu a votação indireta ao Senado⁷⁷. Contudo, visando a garantir o êxito nas eleições de 1982, a ditadura, em 25 de novembro de 1981, enviou ao Congresso um casuístico projeto de lei sobre a reforma eleitoral (conhecido como “Pacote de Novembro”), proibindo as coligações partidárias e impondo o voto vinculado, obrigando os eleitores a votarem em candidatos do mesmo partido em todos os cargos em disputa, em nível nacional, estadual e municipal⁷⁸. Desse modo, a nova lei eleitoral, que visava a favorecer o PDS e a fragmentar o voto oposicionista, também reduziu as chances de êxito eleitoral dos partidos menores (PP, PTB, PDT e PT), que estavam em processo de organização e estruturação e não teriam condições de apresentar candidatos para todos os cargos.

A partir do “Pacote de Novembro”, Tancredo Neves passou a defender a fusão de todas as correntes oposicionistas em uma só legenda. Entretanto, a proposta foi rechaçada por PTB, PDT e PT, sendo acolhida apenas pela maioria dos membros do PP e do PMDB. Assim, em dezembro de 1981, as negociações visando à incorporação do PP ao PMDB se intensificaram. Posteriormente, em 14 de fevereiro de 1982, uma convenção conjunta dos dois partidos concretizou a incorporação do PP ao PMDB⁷⁹. Em suma, a incorporação do PP ao PMDB foi uma reação contra o “Pacote de Novembro”, fortalecendo o PMDB, que ampliou consideravelmente o número de parlamentares. Por sua vez, o governo e o PDS tentaram impugnar a incorporação junto ao TSE, que, em março de 1982, considerou legal o processo⁸⁰.

No entanto, as manobras casuísticas da ditadura visando a controlar o processo político e garantir o êxito nas eleições de 1982 não se restringiram ao “Pacote de Novembro”. Em maio de 1982, temendo que as oposições conquistassem a maioria no Congresso, o governo restabeleceu a exigência da maioria dos dois terços para a aprovação de emendas constitucionais, além de alterar o critério para a composição do Colégio Eleitoral para as

⁷⁷ *Gazeta do Povo*, Curitiba, 14 nov. 1980, p. 1 e 7.

⁷⁸ Em 1982 ocorreram eleições diretas para governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos (exceto das capitais e dos municípios considerados áreas de segurança nacional) e vereadores.

⁷⁹ Durante a convenção, Ulysses Guimarães foi reeleito presidente nacional do PMDB. Por sua vez, Tancredo Neves foi eleito primeiro vice-presidente da Executiva Nacional do partido. Embora a maioria dos pepistas tenha ingressado no PMDB, alguns não aceitaram a incorporação e optaram por vincular-se ao PDS, como Magalhães Pinto (*Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 fev. 1982, p. 1 e 7).

⁸⁰ *Gazeta do Povo*, Curitiba, 3 mar. 1982, p. 7.

eleições presidenciais, reduzindo as chances da oposição (Cf. KINZO, 1988, p. 213).

Nas eleições, realizadas no dia 15 de novembro de 1982, o PDS elegeu 12 governadores e senadores⁸¹, enquanto o PMDB elegeu nove⁸² e o PDT venceu com Leonel Brizola no Rio de Janeiro. No Senado, o PDS garantiu a manutenção da maioria parlamentar, porém perderia a maioria na Câmara dos Deputados. Embora o PDS tenha elegido 235 deputados contra 200 do PMDB, as oposições unidas somavam 244 parlamentares⁸³. Nos estados, o PDS ainda conquistou a maioria parlamentar em 13 assembleias estaduais (KINZO, 1988, p. 213).

Em 1983, o processo de decrepitude da ditadura se acentuou em virtude do agravamento da crise econômica e social e do aumento da insatisfação da sociedade civil, dando início ao processo de *transição pactuada*, realizado entre os militares, os setores conservadores e os setores moderados da oposição, que resultou na transição do regime ditatorial-militar para o regime liberal-democrático. Nesse período de transição (1985-1989), correspondente ao governo do civil José Sarney, ocorreram a formação da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), a promulgação da Constituição de 1988 e as eleições diretas de 1989 à presidência da República. Desse modo, somente em março de 1990, com a posse do presidente eleito Fernando Collor de Mello, efetivamente tem início o regime liberal-democrático no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura militar de Segurança Nacional implantada no Brasil em 1964 procurou legitimar-se por meio de um contraditório arcabouço jurídico-institucional que, apesar da aparência de legalidade, impôs um sistema de censura, vigilância e repressão baseado no Terrorismo de Estado. Ao hipertrofiar os poderes dos generais-presidentes e restringir a autonomia do Legislativo e

⁸¹ O PDS elegeu os governadores e senadores no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e nos nove estados do nordeste.

⁸² O PMDB elegeu os governadores e senadores em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas e Acre.

⁸³ Além dos 200 deputados federais eleitos pelo PMDB, o PDT elegeu 23, o PTB elegeu 13 e o PT elegeu 8 parlamentares (KINZO, 1988, p. 214).

do Judiciário, o regime procurou camuflar a ditadura, inclusive criando um simulacro de democracia, caracterizado por um sistema político bipartidário artificial, por inúmeros casuísmos, pelas eleições indiretas e o jogo de cartas marcadas, pelas cassações de políticos dissidentes e opositoristas e pelo fechamento temporário do Congresso em três oportunidades.

Portanto, os discursos que negam a ditadura militar no Brasil – se utilizando de argumentos de que havia eleições e partidos políticos, de que o Congresso e o Judiciário não foram fechados, por exemplo – são sofismas. Os saudosistas do regime militar, que geralmente utilizam o discurso oficial de que a “revolução de 1964 salvou o Brasil do golpe comunista” e de que a repressão apenas atingiu os “terroristas e subversivos”, também tentam manipular deliberadamente a história, afirmando embustes tais como a ausência da inflação, da corrupção e da criminalidade durante o período dos generais-presidentes. Nesse sentido, Eric Hobsbawm (1998, p. 17) alerta para o “mau uso” intencional que muitas vezes se faz da história: “Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo”. Afinal, a criação de um passado idealizado e romantizado, uma espécie de época de ouro perdida, é uma construção intencional que visa a atender determinados objetivos políticos e ideológicos. E os apologistas da ditadura militar não escondem a sua vertente autoritária e antidemocrática, além da paranoia anticomunista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro; RIDENTI, Marcelo S. Operários e estudantes contra a ditadura: 68 no Brasil. *Mediações*. Londrina, v. 12, n. 2, jul./dez. 2007, p. 78-89.

AZEVEDO, Débora B. de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BONASSO, Miguel. Prefácio. In: PIETERSE, Jan et al. *Terrorismo de Estado*. El

papel internacional de EEUU. Navarra: Txalaparta, 1990.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 13-42.

BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964-1984): os bastidores das sucessões presidenciais*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 40, 2004, p. 11-36.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 25, nov. 2005, p. 83-106.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia de segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS et. al. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, Márcio de Paiva. *A Frente Ampla de oposição ao regime militar (1966-1968)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antítese*. Londrina, v. 2, n. 4, 2009, p. 831-856.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 167-206.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 29-60.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2015.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, 1988.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 12, jun. 1999, p. 67-82.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 97-126.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964*. Paper apresentado no Internacional Symposium "The cultures dictatorship: Historical reflections on the Brazilian golpe of 1964". Maryland, University of Maryland, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 23, n. 67, jun. 2008, p. 39-50.

MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina de *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 2, p. 179-202.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 283-303.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, n. 79, 2018, p. 195-216.

MÜLLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Arthur; RUBERT, Sylvania (Orgs.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil*. Porto Alegre: Deriva, 2014, p. 13-36.

PALMEIRA, André Franklin. *O Partido do Brasil: uma história do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1980-2016)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 207-242.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 243-282.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

PARTE IV

CONCEITOS E MÉTODOS EM DISCUSSÃO

XV

RAÍZES CULTURAIS DA MODERNIDADE LATINA

CARLA BRANDALISE

A MODERNIDADE POLÍTICO-CULTURAL DO MUNDO LATINO, EM SEU ALVORECER a partir do movimento humanista dos séculos XIV e XV, é fruto do pensamento medieval ocidental e de seu amálgama com diversas culturas. Ela se enraíza nos múltiplos movimentos que animam em profundidade o mundo europeu após o ano mil. Crescimento demográfico, extensão da agricultura, melhorias técnicas, ressurgimento do comércio internacional e de uma economia monetária, criação de novas cidades. Também a ânsia de saber se intensifica. Os tradutores arábio-latinos são figuras de proa da irresistível atração pelo conhecimento. Eles impulsionam uma visão de mundo que irá renovar o sistema de referências dos latinos, permitindo a absorção da ciência de expressão árabe então resplandecente.

Convém dizer que o período medieval ocidental é essencialmente latino. Ele perpetua a cultura latina. Ele é herdeiro do mundo galo-romano. E, sobretudo, o latim permanece como a língua da cultura¹. Os textos sagrados, o Antigo e o Novo Testamento, são lidos em latim; o ensino é ministrado em latim; as fundamentais Etimologias de Isidoro de Sevilha, redigidas na Espa-

¹ “Havia séculos, os intelectuais tinham uma língua comum, o latim. As trocas universitárias de Cambridge a Nápoles, de Coimbra a Praga não conheciam fronteiras. Mesmo após a expansão de línguas vernáculas no domínio das ciências, o latim permanecia moeda corrente em toda a Europa, e mais longamente na Alemanha” (RUDOLFH, 2001, p. 408).

nha visigótica do século VII e verdadeira enciclopédia da cultura da Antiguidade tardia, apresentavam seu corpus em latim; da mesma forma, em latim foram redigidos os textos da cultura laica (LIBERA, 1999, p. 97).

O termo modernidade é aqui tomado em seu sentido histórico temporal europeu, remetendo a princípios do século XIV, como coloca Pierre Chaunu, “a palavra moderna aparece incontestavelmente – sob a forma latina: *moderna* – no começo do século XIV(...) na acepção que nós a damos hoje (um período próximo e que se prolonga no presente, que julgamos com uma conotação favorável, em relação à experiência precedente...) um passado próximo em que nos sentimos solidários, algo que, para à época, é totalmente novo”. Relaciona-se, em uma de suas vertentes formativas, à expressão *via moderna*, que se dimensiona nas universidades, no mundo escolástico, “em uma nova família de pensamento, os nominalistas, que abordam diferentemente os problemas filosóficos-teológicos, segundo notadamente o inglês Guilherme de Ockham. A via moderna se opõe à *via antiqua*”.

Este capítulo procura, em largos traços, recuperar o amálgama cultural deste alvorecer da modernidade em meio às sobrevivências da latinidade, enfatizando igualmente o papel das Universidades nesse processo.

A INTERAÇÃO DAS CULTURAS OCIDENTAL E ORIENTAL

No mundo de Constantino ou de Santo Agostinho, a concepção era bastante clara: no Império, o Ocidente era o domínio da língua latina; oposto ao Oriente, domínio da língua grega. Posteriormente, a ideia se reforça, pois a unidade do Ocidente medieval, em definitivo, não era política, e sim cultural-religiosa. Os termos *Christianitas* e *Latinidade* se associam, designando para a época o conjunto dos países europeus que reconhecem a autoridade do Papa de Roma, e cuja língua litúrgica e cultural é o latim; sinônimos, por sua vez, de Ocidente.

Em face à força corrente destas noções, ‘Europa’ não passa de um vocábulo com fraco valor geográfico e de emprego raro. ‘Europa’ será um ter-

² CHAUNU, Pierre. La modernité, qu’est-ce que c’est? In: *Études et Recherche*, 20 / 02 / 1996. Disponível: <http://www.erf-auteuil.org/conferences/la-modernite-qu-est-ce-que-c-est.html>. Acesso: 16/03/2020.

³ Idem.

mo da modernidade. A lenta passagem da Cristandade latina para a Europa é acentuada pelo Humanismo moderno; auxiliada pela consciência de uma certa laicização da comunidade do Ocidente. Petrarca usará constantemente o termo Europa.

A descoberta do Novo Mundo amplia como jamais a Cristandade; assim ‘Europa’ parece aos olhos da época melhor definir esta porção específica do velho Ocidente. No século XVI, ‘Europa’ já se impôs como conceito. A religião romana se mantém essencial no Ocidente, mas progressivamente serão os padrões políticos-culturais a caracterizar os ocidentais (GUENÉE, 1981, p. 47-50).

O surgimento das Universidades, entre os séculos XII e XIII, atua decisivamente para a recuperação, manutenção e transformação da cultura latina. Através do reencontro com textos gregos e latinos, a instituição enseja ao mesmo tempo, a curiosidade pelo trabalho dos tradutores e a formação de um meio profissional apto a assimilar esta massa de novidades intelectuais traduzidas em latim. Tal afluxo de obras suscita uma larga margem de comentários, desde a oposição determinada às novidades árabes até a aceitação sem críticas, passando por uma inserção que leva em conta as tradicionais culturas locais. E ainda, de fundamental importância, este aporte de obras e ideias resulta na redação de novas e originais obras-primas: a *Suma Teológica*, de Tomás de Aquino (1266-1273); a *Suma de Lógica* de Guilherme de Ockham (1323); o *Conciliador das Diferenças* de Pedro de Abano (1302-1310). No seu campo, tais estudos representam uma conquista da racionalidade.

A teologia, a lógica, a medicina e o direito são as disciplinas que se beneficiam prioritariamente das Universidades. Mesmo na ausência de um método rigoroso, e sem atingir o nível das práticas experimentais concebidas por Ibn al-Haythan no Oriente árabe do século XI (BELLOTA, 1999), experiências capitais foram levadas a cabo, resultando em trabalhos convincentes e inovadores. A descrição do fenômeno do arco-íris por Dietrich de Freiberg, em meados de 1304-1310, engloba este quadro. Ou ainda, os estudos de Leonardi Fibonacci em matemática, bem como inúmeros outros estudiosos que se dedicaram à astronomia, à teoria musical, à filosofia natural. Tal desenvoltura cultural se observa igualmente nos trabalhos de Pierre de Maricourt, realizados por volta de 1265. Através de sistemáticas

experimentais pioneiras, ele realiza uma descrição da polarização magnética.

No seu tratado, Maricourt introduz a sugestão, ou antes, a necessidade de que o ‘artesão’, aspirante a adquirir o conhecimento da ‘natureza das coisas’, além do saber teórico em matemática e em ciências naturais, deveria ser hábil em experiências práticas a fim de criar instrumentos adequados - *instrumenta physica, ingenia*- para a melhor compreensão do mundo. Ao se referir à engenhosidade a que deveria fazer prova o investigador, ele estabelece uma ligação entre o homem da ciência e o técnico, algo não totalmente corrente na cultura medieval (GRANT, 1995). Está dado o passo para que se proceda a uma sistematização do saber através da *scientiaingeniorum* ou ‘ciência dos procedimentos engenhosos’, que invocava a versão latina da classificação das ciências do filósofo árabe do século X, al-Farabi⁴. Tal sistematização tinha, assim, não somente por objetivo a construção de máquinas ou *automates*, como também a concepção de instrumentos próprios à reprodução dos fenômenos naturais em vista da experimentação.

Fundamental, assim, para a preservação da cultura antiga ocidental, e ao seu posterior desenvolvimento, foi a contribuição *sinequa non* do mundo árabe. No começo do século IX, o imenso Império árabe, governado pela dinastia dos Abássidas⁵, está no seu apogeu. Estendendo-se sobre uma parte do antigo Império bizantino (Síria, Iraque, Egito), abriga, entre outros centros culturais, alguns monastérios cristãos possuidores de importantes bibliotecas de manuscritos em língua grega. Igualmente, várias missões são enviadas de Bagdá a Bizâncio, à Índia, à Pérsia a fim de procurar determinados livros.

Pesquisam-se as seis literaturas então conhecidas – hebraica, siríaca, persa, hindu, latina e grega. Sob a impulsão do poder central, obras das várias tradições, sejam em ciências exatas, sejam em filosofia, são traduzidas ao

⁴ O extraordinário desenvolvimento do saber levou os filósofos árabes a classificá-lo, apoiado nesta matéria nos mestres gregos. Abû Nars al-Fârâbî (872-950) foi um dos mais importantes destes *falāsifa* da época abbássida. Trata-se de uma tipologia que concebe a soma do saber reconhecido enquanto um sistema e uma pedagogia, tendo por base a ordem aristotélica (lógica, física, matemática, moral). Outro destacado *falāsifa* será Avicena. No entanto, de todos os *falāsifa*, foi al-Fârâbî quem mais se libertou do quadro aristotélico, sendo sua classificação a que teve a influência mais decisiva. Cf. RASHED (1997).

⁵ Dinastia de califas fundada por Abu al-‘Abbas al-Saffah, descendente de ‘Abbas, o tio do profeta. Tomando o poder no mundo árabe da dinastia dos Omíadas, eles reinarão até o século XIII e serão instigadores da curiosidade intelectual, com base nos princípios da *kalam* (teologia) e *falsafa* (filosofia).

árabe, trabalho que passa, aliás, a ser muito bem remunerado como forma de incentivo. Um número não negligente de textos científicos maiores gregos, como o *Livro das Hipóteses* de Ptolomeu, uma parte da obra de Apollonius e vários livros das *Aritméticas* de Diofante somente são conhecidos hoje em dia por causa das traduções árabes daquela época. Ao mesmo tempo, numa atmosfera suficientemente livre, novas pesquisas são realizadas, notadamente em astronomia e aritmética⁶.

Por volta de 830, al-Khwârizmî cria uma disciplina inteiramente nova, a álgebra, que permite raciocinar não mais sobre objetos precisos – chifras, superfícies, larguras –, mas sobre o desconhecido⁷. O árabe passa a ser a língua das ciências. Bagdá, a capital política e intelectual do Império Abássida e ponto de encontro de sábios de culturas e confissões diferentes, desempenhará um papel central. A tradição científica árabe se manterá até a virada do século XV, abrangendo um espaço geográfico compreendido entre a Andaluzia e a Ásia central. Neste meio tempo, e tardiamente em relação ao mundo árabe, o interesse medieval cristão pelas ciências irá despertar. A Espanha constituirá a via de entrada da florescente civilização muçulmana e da filosofia grega. Ao contrário do frequente fracasso das expedições militares ocidentais à Palestina, a filosofia árabe será bem-sucedida e literalmente invadirá o Ocidente.

Toledo, antiga capital visigótica e sede metropolitana da Espanha, se torna a partir do século XII, sob o patrocínio de seus prelados e dos reis de Castela, a porta de entrada e principal centro de traduções e de análises dos textos árabes da Europa ocidental, englobando ciências, filosofia e magia. A cidade, que estará no seu ápice durante os séculos XII e XIII, fora conquistada pelos muçulmanos em 711. Três séculos mais tarde, em 1085, o rei de Castela, Afonso VI, a retoma e oferece a primeira grande vitória aos cristãos. A população é autorizada a ficar e a conservar seus bens. Afonso proclama-se

⁶ Neste campo, a cultura indiana foi fundamental. Foram os árabes que emprestaram as chifras do mesmo nome aos ocidentais, zero incluído; mas eles haviam, por sua vez, aprendido tal sistema com os matemáticos indianos. O sistema decimal era já usado pela civilização *Indus*, no fim do III milênio antes de nossa era. Em meados dos séculos VI e V, desenvolvem-se refinadas escolas de lógica, tradição que persiste ao longo do tempo. Finalmente, em torno de 500 aC., atribui-se a invenção do zero ao matemático indiano, Aryabhata. Já Brahmagupta, em 628, faz um uso ainda mais explícito do zero. É a tradução destes dois textos ao árabe no fim do século VIII que está na origem do que se conhece como as 'chifras árabes'. Entretanto, estando já ameaçada pelo reacionarismo dos meios conservadores e pelo sucesso enorme da astrologia, a ciência indiana tende a estagnar-se com a conquista muçulmana no começo do século (Cf. JOSPEH, 2000. p. 53 a 62).

⁷ Cf. RASHED (1984; 1992).

“rei das duas religiões” (BURNETT, 1995). Boa parte das camadas populares, sob pressão, converte-se ao catolicismo. Os judeus permanecem, a despeito das perseguições regulares a que são submetidos. Os *mozarabes* – cristãos ‘arabizados’ fiéis à liturgia da igreja visigótica - compõem a maioria da população. A elite muçulmana, em sua maior parte, emigra, enfraquecendo a produção de conhecimentos, que no passado havia resultado em notáveis trabalhos, como a redação de tabelas astronômicas e trabalhos práticos sobre a ciência das estrelas.

Alguns acontecimentos virão, porém, confirmar a centralidade de Toledo no mundo do saber ocidental. Um primeiro fato é a chegada à cidade do brilhante tradutor, Girolamo da Carmona (1114-1187). Movido pela paixão aos clássicos, ele vem em busca de *Almageste*, obra de Ptolomeu, neste momento em versão árabe. Clérigo da catedral de Toledo – centro superior da sociedade toledana e onde se instalam as atividades de tradução (HERNANDEZ, 1991) –, Carmona traduziu cerca de setenta textos de matemática, medicina e filosofia aristotélica. Um segundo fato é a grande imigração a Toledo, a partir de 1147, de *mozarabes* e de judeus, provocada pela intolerância religiosa dos *Almohades*⁸, os quais haviam instalado seu regime na Espanha começando seu domínio pela África do Norte.

Entre os imigrados está o filósofo judeu Abraham B. Daûd, que fugindo de Córdoba se estabelece em Toledo antes de 1160. Ele redige, em árabe e em hebreu, uma ‘História dos Judeus da Espanha’, e ainda importantes obras filosóficas e de astronomia. Daûd contribui decisivamente na tradução de *Al Shifa*, a enciclopédia filosófica de um dos mais importantes eruditos do mundo árabe, o persa Idris Sina, mais conhecido no ocidente sob o nome latinizado de Avicena (980-1037)⁹. Considerado o “mestre dos mestres”, o sábio persa legou um conjunto de obras que tratava de temas médicos e filosóficos os mais variados. Desde o século XII, na Espanha muçulmana seus escritos são traduzidos ao latim. Seu *Canon da Medicina*, resumo sistemático dos conhe-

⁸ Os Almohades (a palavra significa os partidários do Deus único) são muçulmanos integristas, que começam por criar um pequeno Estado ao sul de Marrakesh (1124). De 1147 a 1150, eles reunificam a Espanha muçulmana, retornando ao Marrocos apenas após sua derrota em Las Navas de Tolosa (1212).

⁹ Abû Ali Husayn Ibn Abdallâh Ibn Sînâ (latinizado Avicena) é um filósofo e médico tajique de fala árabe e persa. Médico autodidata de formação precoce, ele procura expressar seus próprios conceitos, para além de Aristóteles, ao procurar prolongar a lógica aristotélica ao nível da aplicação prática.

cimentos médicos disponíveis no mundo árabe, torna-se um manual básico das Universidades.

A passagem do século XII ao XIII vê a chegada de uma nova geração de tradutores a Toledo. O *canonicus* Michael Scot, continuando as traduções das obras de Aristóteles começadas por Carmona, parte agora para a tradução dos comentários de Averróis (1126-1198). Já o *canonicus* Marco de Toledo se volta para a tradução do *Corão* e a profissão de fé do fundador do movimento *almohade*, Ibn Tumart¹⁰. Toledo constitui, assim, um verdadeiro ‘mercado de exportação’ de traduções aos demais centros de erudição da Europa.

Outras regiões europeias vinham se destacando na tradução sistemática de textos científicos árabes, como o sul da Itália, onde conviviam diversas confissões religiosas. Beneficiando-se de tal conjuntura, Salerno assiste ao desenvolvimento de uma notável ciência médica¹¹. Na Alta Idade Média ocidental, o saber médico tinha atingido níveis bastante baixos. As raras enciclopédias, como a de Isidoro de Sevilha, guardavam apenas pequenos trechos de conhecimentos antigos. A medicina medieval havia se construído fundamentalmente sob as concepções de Platão, que os primeiros cristãos interpretaram por sua conta.

Nesta leitura livre, a realidade aparece como eterna e invisível, onde o mundo visível não merece uma análise aprofundada. A vontade de decifrar os segredos do cosmos testemunharia um culpável apego ao mundo. Esse neoplatonismo cristão ressalta uma profunda desconfiança à percepção sensorial, fácil a criar ilusões. Por tais motivos, a Idade Média não podia aceitar a experimentação moderna, pois não acreditava poder provar algo através da demonstração de um fenômeno ou acontecimento isolado. A análise puramente teórica e intelectual, como ensinava a escolástica medieval, era considerada como um meio bem mais confiável de aquisição do saber.

No oriente, a realidade era outra. As obras de grandes médicos gregos da Antiguidade, Hipócrates (460-370aC) e Cláudio Galeno (131-201), continuavam a ser recopiladas, traduzidas e comentadas. Hunayn Ishâq (808-877), conhecido mais tarde pelos Ocidentais sob o nome de Johannitius,

¹⁰ Reformador religioso que pregava a restauração da pureza original do Islão, ele funda, com os seus discípulos, o movimento almohade.

¹¹ Cf. JACQUART; MICHEAU (1996); e SIRAISSI (1990).

traduziu perto de duzentos tratados e completou seu trabalho escrevendo uma *Introdução à Medicina*, a qual viria a se tornar-se tanto no Oriente como no Ocidente, um manual de base. Junto aos livros gregos, os próprios árabes desenvolveram uma ciência médica. De todo este saber, o Ocidente toma contato apenas no fim do século XI, no sul da Itália, em especial, onde as civilizações mediterrâneas se encontravam. Nesta região, as tradições culturais gregas ainda eram fortes e, além disso, desde 902, os muçulmanos haviam dominado a Sicília.

Os marinheiros de principados autônomos da região, como os de Amalfi, frequentavam os portos da África do Norte, de Alexandria e Constantinopla, facilitando, através do comércio, os contatos culturais. Em Salerno aparece, neste contexto, um centro de ensinamento e de atendimento medicinal que obterá larga reputação. O grande impulso virá de um homem originário da África do Norte, um assim chamado Constantino e do qual não se têm precisos registros biográficos. De língua maternal árabe, ele se estabelece em Salerno por volta de 1077, permanecendo até sua morte em 1087, tendo suas traduções para o latim enriquecido fundamentalmente a biblioteca médica dos ocidentais.

No sul da Itália, igualmente positiva para a re aquisição de conhecimentos, foram as ações de Frederico de Hohenstaufen, nomeado imperador, sob a denominação de Frederico II, em Roma no ano de 1220. Tendo reinado mais sobre suas possessões italianas que nas alemãs, e admirador da cultura árabe, o Imperador criou a Universidade de Nápoles. Seguindo o caminho dos antigos califas do Médio Oriente, incentivou as traduções e compra de livros; cercou-se de tradutores, como Miguel Scot, que dirigiam o trabalho de pequenas equipes bilíngues. Seu filho, Manfredo Lancia, seguiu seu exemplo. Elaborou uma importante *Carta à Universidade de Paris*, onde defende a assimilação da ciência e da cultura árabe. Vejamos agora como esse amálgama irá se refletir e se transformar nos centros de irradiação de cultura erudita no Ocidente, as Universidades em formação e em desenvolvimento.

ASSIM NASCE O INTELLECTUAL NO OCIDENTE MEDIEVAL:

O PAPEL DAS UNIVERSIDADES

Produto de uma síntese das tradições – em termos de métodos didáticos e junção de conhecimentos – que percorre espacialmente e temporalmente as academias e liceus da Antiguidade ocidental, as instituições de ensino arábico-orientais, as bizantinas e monástico-episcopais e as escolas especializadas na formação de juristas e médicos, as Universidades começam a aparecer no Ocidente por volta da segunda metade do século XII.

Esses estabelecimentos constituíram, sem dúvida, uma das criações mais originais e mais fecundas da civilização medieval, tendo sido fomentados pelo interesse crescente dos *litteratus* pelas ciências. Ao visar o aprofundamento e expansão da esfera do saber, eles procuraram criar uma instituição que fosse mais próxima possível de um fórum de livre desenvolvimento da arte de pensar. Mais do que em qualquer outra época, a vida intelectual da Europa do medievo foi amplamente influenciada pelas Universidades¹² (HOLMES, 1975, p. 119-126).

Tais instituições se impõem progressivamente enquanto nova forma de vida, de trabalho e de pesquisa da comunidade erudita. Seguindo seu tempo, elas obedecem aos modelos sociais de organização das corporações burguesas, as guildas, onde a divisão do trabalho e do conhecimento torna-se regra. Criam-se as *universitates magistrorum* e *scholarium*, pequenas repúblicas consagradas à atividade intelectual. Certos termos mostram, como *rector* ou *magister*, as influências das corporações cidadinas. Nas Universidades, a arte de ensinar tornar-se uma verdadeira profissão, mesmo ante a resistência da Igreja católica em admitir que se possa ‘vender a ciência’, na medida em que ela pertenceria somente a Deus (PRICE, 2005, p. 22-24).

A Universidade nasce com o propósito de se inspirar nas ciências da Antiguidade e conjugá-la com o mundo cristão; ela aspira, assim, a absorver novos saberes. A centralidade desloca-se paulatinamente da teologia para o conhecimento filosófico. O *sic e non* dialético de Pedro Abelardo (1079-1142), uma compilação dos postulados contraditórios dos Pais da Igreja e da Bíblia, bem como o método escolástico tripartido ‘tese-antítese-síntese’ fazem recuar a obediência cega às *auctoritates* e às fórmulas de ensino fundadas sobre o monólogo.

Certo, a *lectio*, momento em que o *Magister* lê certos manuais em suas partes sucessivas, ditando após as passagens consideradas mais importantes, permanece a forma didática utilizada. Porém, alguns extratos isolados são agora objeto de intensos comentários. Fortalecendo as confrontações intelectuais se juntam as *disputaciones*, exercícios regulares entre mestre e aluno, onde os dois praticam a retórica e a lógica, colocando à prova seus conhecimentos.

Uma das bases mais consistentes do modelo de Universidade deve ser buscada na França. Paris, na segunda metade do século XI, era o um grande centro de estudos escolásticos por excelência¹³ (VERGER, 1995). O ensino era ministrado nas vizinhanças da catedral Notre-Dame, sob a jurisdição do bispo. As escolas, controladas pela autoridade eclesiástica local e confiadas a professores membros do clero, objetivavam formar eclesiásticos de altas funções (VERGER, 1989).

Porém, a inconformidade de parcela dos alunos agirá o motor de novos desdobramentos. No século XII, a topografia da escola torna-se mais ampla. Alguns professores começam a ensinar na margem esquerda do rio Sena, o futuro *Quartierlatin*, sempre no âmbito das instituições eclesiásticas, mas fora da jurisdição do *cancellier*, a autoridade instituída pelo bispo. É um dos embriões mais sólido das Universidades¹⁴.

Nestes primeiros momentos, organiza-se uma complexa estrutura de autogoverno, fundada sobre normas estritas: os professores, com a participação dos estudantes, controlam o conteúdo do ensino, os métodos didáticos e, de fato, todos os aspectos da vida das pessoas que a vários títulos fazem parte do *Studio* parisiense. Ao longo do século XII, encontramos uma situação singular onde o poder, em mãos dos universitários, foi subtraído das autoridades eclesiásticas locais.

Na Alta Idade Média (+- Séc. V a Séc. X), derivando do ensino romano, o saber era concebido como um complexo unitário, articulado em sete

¹³ No seu auge, no século XIV, Paris contou com uma população universitária de três mil a cinco mil estudantes.

¹⁴ As mais antigas universidades do mundo europeu ocidental são: “Université de Bologne, Italie (1088); Université d’Oxford, Royaume-Uni (1167); Université de Modène, Italie (1175); L’université de Paris, France (1200); Université de Cambridge, Royaume-Uni (1209); Université de Salamanque, Espagne (1218); Université de Padoue, Italie (1222); Université de Naples, Italie (1224)” (VERGER, 2003 p. 45).

disciplinas: as sete artes liberais. Essa será a primeira forma de organização de ensino escolástico do medievo. As miniaturas dos manuscritos da época, através da imagem de uma árvore, representam frequentemente tal sistema de conhecimento. Do frondoso tronco ramificam-se sete braços, um para cada arte, repartidas entre o *trivium* (gramática, retórica, dialética ou lógica – que ensinava a argumentação) e o *quadrivium*, as artes mecânicas (geometria, aritmética, música, astronomia). Para tornar-se doto, o estudante deveria apropriar-se de todas as artes, entretanto, dos poucos que ascendiam à educação, quase ninguém chegava a completar o *curriculum* inteiro. História não constava do programa universitário, nem Literatura ou Belas Artes¹⁵.

Em relação ao estudo das artes mecânicas, poucos eram os autores antigos utilizados; ao invés, recorria-se a pequenos manuais simplificados, compostos no próprio período medieval, como o *De sphaera* de João de Sacrobosco, que versava sobre anatomia. Quanto às demais matérias, o que se conhecia de Aristóteles era a referência. Deste autor, dispunha-se dos tratados de lógica, cujo conjunto formava o *Organon*¹⁶. O ensinamento de lógica é então essencialmente fundado sobre certos comentários aristotélicos de Porfírio (séc. III) e, em especial, de Boécio da Dácia (séc. VI), o qual havia traduzido para o latim, a primeira parte do *Organon*: a *Logica vetus* - ‘lógica antiga’ -, composta das *Categorias* e do *Peri hermeneias*.

A lógica medieval, herdeira dos exercícios de oratória do Liceu de Aristóteles e travestida em um aristotelismo corrente dos *litteratus* medievais, é estreitamente ligada à linguagem. Constitui a arte do raciocínio, de discernir o verdadeiro do falso, de aprender a desmascarar a mentira e detectar todo o erro, voluntário ou involuntário. A lógica é a guia da argumentação, dos exercícios de *disputatio*. O objetivo é aguçar a vivacidade do espírito na busca da verdade, que apareceria quando se reconhece o seu oposto, o erro (BLANCHE, 1970, p. 84-87).

Assim, com o método escolástico, os conhecimentos diversos eram, através da lógica, inculcados aos alunos e admitidos por todos à força da evi-

¹⁵ Cf. MARTIN; MERDRIGNAC (1999, p. 163); D’ALVERNAY (1946, p. 253-264).

¹⁶ Por esta palavra grega significando ‘instrumento’ se encontrava designado o conjunto dos tratados lógicos de Aristóteles, considerados não como parte, mas como instrumento da filosofia.

dência. Até ordem contrária, a escassa composição da *Logica vetus* tornara-se suficiente para dar respostas adequadas às preocupações teológico-metafísicas do momento, sem criar insolúveis atritos entre fé e razão. O estudo das categorias de substância e de acidente permitia resolver as questões colocadas pelos dogmas da Trindade e por aqueles da transubstanciação. A análise do capítulo nove do tratado *Da interpretação*, por sua vez, contribuía no desvendar da aparente contradição entre o dogma da onipresença divina e do livre-arbítrio.

A figura dominante da *Logica vetus* é Pedro Abelardo. Sua *Dialectica* constitui um manual onde o silogismo ocupa um lugar reduzido e que visa excluir, com a lógica, os falsos argumentos de caráter metafísico; ele distingue, em particular, os casos onde a palavra ‘ser’ afirma uma existência, como em ‘eu sou’, daqueles em que sua função é de simples junção entre sujeito e predicado, com ‘eu sou homem’. Abelardo almeja, assim, definir a validade de um argumento.

Detendo-se no sentido das palavras, ele aprofunda sua análise gramatical e aquela de suas funções para tentar chegar a um *significatio*, particularmente para os substantivos. Esse trabalho deve se acordar com a teoria aristotélica, segundo a qual, para constituir um ser, é preciso compor uma matéria com uma forma: a forma do homem deve ‘informar’ sua matéria (pele, carne, osso...) para constituir um ser-homem. Busca-se no *significatio* alguma forma da palavra. A despeito das condenações da Igreja a Abelardo, ocorridas em 1121 e 1141 e não levadas a cabo, a via estava aberta à proliferação de desenvolvimentos lógicos em teologia (BLANCHE, 1970, p. 84-87)

Uma profunda reestruturação da estrutura de ensino medieval teve lugar com o surgimento do novo milênio. Novas gerações inseriam-se no território do conhecimento, correspondendo em muito, às hodiernas exigências culturais e sociais. Constituindo um marco, os demais tratados que compunham o *Organon* - a *Logica Nova* de Aristóteles - são traduzidos na primeira metade do século XII, sendo ensinados nas escolas parisienses desde os anos de 1150. A arte do silogismo aparece como técnica demonstrativa por excelência. Ao longo do século XIII, por sua vez, aparecem grandes tratados que igualmente servem de base ao ensino universitário; os mais conhecidos são as *Summulae logicales* de Pedro da Espanha (o futuro Papa João XXI) e os

Introductiones in logicam de Guilherme de Sherwood (BIARD, 1998, p. 68).

Foram, sobretudo, os filósofos a assumirem a tarefa da reflexão teórica sobre a nova organização das disciplinas. O estudo das sete artes liberais é agora uma preparação aos estudos superiores, no qual o conteúdo será articulado em disciplinas que se ocupam da natureza, da moral e do sobrenatural (metafísica). A gramática, símbolo dos séculos antecedentes, perde sua supremacia no *trivium* em benefício da lógica, considerada agora a arte das artes. A nova concepção da cultura permanece profundamente unitária, mas, ao mesmo tempo, abre-se às especializações. O *Studium* é um, porém se articula nas diversas faculdades: Artes, Medicina, Direito, Teologia.

A Faculdade de Teologia, a *sacra pagina*, era a mais prestigiosa, sendo considerada, pelos seus membros, como uma verdadeira ciência divina que estuda Deus e o conjunto da fé cristã. A *sacra doutrina* procura compreender as causas mais altas não a partir de realidades criadas, mas diretamente de Deus que se revela e eleva a inteligência no dom de fé. Trata-se de uma ciência que parte de princípios não evidentes, mas assegurados por um ato de fé, o conteúdo dos textos sagrados. Como concessão, ela se conforma às exigências aristotélicas, ou seja, estabelecer sob os princípios que são evidentes, pela via de silogismos, as conclusões necessárias. Uma vez aceitos os princípios dados pela Revelação, o trabalho do teólogo é de pura especulação racional, obedecendo às mesmas leis lógicas de todo e qualquer saber teórico (BIARD, 1998, p. 69-70).

Como forma metodológica, a Teologia baseia-se na leitura e comentário da Bíblia e no estudo sistemático do dogma cristão, elaborados, fundamentalmente, por Santo Agostinho. Em complementação, fazia uso igualmente da lógica enquanto recurso da filosofia, o que não tardou para criar contradições no campo da ortodoxia. Como parte do programa, obrigatória era a leitura das *Sentenças* de Pedro, o Lombardo (1095-1164), formuladas a partir das principais questões teológicas levantadas pelos fundadores da Igreja (D'ALVERNY, 1946, p. 256).

Enquanto ciência mestra que comanda todos os saberes, ciência dos primeiros princípios e das primeiras causas, a Faculdade de Teologia se outorgava o direito de interferir e censurar as demais a fim de controlar o que considerava heterodoxias, cada vez mais frequentes, aliás, nas disciplinas pre-

paratórias da Faculdade de Artes, especialmente no campo da dialética e da filosofia.

Esse suposto poder de determinar o lugar dos outros saberes, só era enfraquecido frente ao reduzido número de alunos que concluíam de fato todo o curso de Teologia até o doutorado, para o que eram necessários quinze anos de estudo; e pelas dificuldades de acesso, sendo os laicos automaticamente excluídos. Nos países mediterrâneos, os membros das ordens mendicantes eram praticamente os únicos, no fim da Idade Média, a cursar a Teologia, e esses se voltavam, em muito, a uma prática particular, a pregação (CHENU, 1966).

Menos numerosos que os teólogos constituíam os médicos, ao menos aqueles que tinham adquirido um grau universitário, à exclusão dos curandeiros em geral e dos barbeiros e cirurgiões, os quais obtinham seus conhecimentos na prática. A medicina custou a adquirir reconhecimento profissional na sociedade medieval. Alguns a viam apenas como uma ‘oitava arte liberal’, ao seja, não bastando a si mesma e preparatória à outra coisa; ou ainda como uma simples ‘arte mecânica’, pois concernia o cuidado do corpo e a busca de causas materiais.

Os mestres de Salerno e, depois, os de Bolonha, Pádua, Montpellier e Paris, no entanto, souberam impor com o tempo o estatuto científico da medicina a seus críticos, alegando a utilidade social dessa e argumentando acerca das suas bases teóricas, fundamentada na filosofia natural de Aristóteles e sua interpretação por Galeno (130 d.C.-210 d.C.) Adotando uma deontologia baseada na doutrina do ‘homem-microcosmos’ e subordinando a preocupação da saúde corporal à da alma, os médicos conseguiram colocar-se ao abrigo das críticas. A medicina empírica, dotando-se de um substrato teórico, acende ao estatuto de ciência. Elite social, alguns médicos ocuparam importantes cargos políticos e eclesiásticos, mas, o fundamental, é que esse setor estava entre os espíritos mais livres a absorver os novos rumos culturais.

Quod homo sit minor mundus: Que o homem é um pequeno mundo: este é o título da obra composta no começo do século XIII pelo teólogo e filósofo Roberto Grosseteste (1175-1253) (WEBER, 1991). Nela, o autor ilustra sistematicamente a correspondência do universo e do ser humano, do macrocosmo e do microcosmo. A ideia de uma tal correspondência não é uma criação

da Idade Média. Os autores cristãos a herdaram de uma dupla tradição vinda da filosofia e da medicina. Uma das suas primeiras expressões sistemáticas deve ser buscada na obra *Timeo* de Platão, que os medievais conheciam por intermédio de comentadores. Nessa obra, o universo é descrito como um ser vivo de criação divina e dotado de uma alma. A ‘alma do mundo’ é apresentada como o arquétipo da alma humana.

Deve-se aqui, mais uma vez, à medicina árabe a retomada da comparação entre os quatro elementos primordiais do mundo físico e os quatro fluídos vitais: a bile amarela, derivada do fogo; a bile preta (causa da melancolia) oriunda da terra; o sangue, proveniente do ar; a fleuma, vinda da água; cuja mistura produziria os quatro ‘temperamentos’ dos indivíduos : o temperamento sanguíneo; o fleumático (ou linfático); o colérico; o melancólico. A boa saúde derivaria do bom equilíbrio dos fluídos. O pensamento cristão da Baixa Idade Média, por fim, absorve também a ideia. O ser humano aparece como um resumo, como um condensado de toda a criação. A correspondência entre o homem e o universo conhecerá um sucesso sem precedentes na filosofia do Renascimento italiano¹⁷.

Por sua vez, no quadro das faculdades, a de Direito, seja pelo número de seus alunos ou por consideração social, acabou por ser a disciplina dominante. Os últimos séculos da Idade Média foram um período muito propício para os juristas. De forma geral, se as Universidades de Paris e Oxford dedicavam-se preferencialmente aos estudos filosóficos, teológicos e científicos, as Universidades meridionais, repartidas entre a Itália (Bolonha, Pádua, Nápoles, Perugia, Pisa), o sul da França (Montpellier, Toulouse, Avignon, Cahors,), a Península Ibérica (Salamanca, Lisboa, Lérida, Valladolid), em geral, se dedicavam ao Direito e, em menor grau, à medicina (VERGER, 1995, p. 63-65).

Nesta divisão geográfica do saber, a Europa setentrional e central ficou praticamente à margem até o século XIV – a primeira Universidade nesta região foi fundada na cidade de Praga em 1347, sob o modelo parisiense. Alguns fatores poderiam servir à guisa de explicação dessa demora: o arcaísmo das estruturas econômicas e sociais; o fraco grau de urbanização; o poder persistente da aristocracia feudal – pouco voltada aos estudos intelectuais –

¹⁷ NICLOUD, Marilyn. Éthique et pratiques médicales aux derniers siècles du Moyen Âge. In: Médiévales [En-ligne], 46, 2004. Disponível: <http://journals.openedition.org/medievales/1147>. Consultado 18/03/2020.

sobre as funções dirigentes junto ao príncipe e a Igreja; a desconfiança para com uma instituição controlada pelo Papado em um momento em que os Imperadores continuavam sua luta para impedir os Papas de se imiscuir nos assuntos internos da Igreja alemã. Na contraposição, desde o século XIII, existem numerosas menções de estudantes oriundos desta parte da Europa que frequentavam as escolas de Paris, Bolonha ou Montpellier (VERGER, 1995, p. 63-65).

Conteúdo e método de ensinamento deviam, em teoria, ser iguais em todas as sedes - e muito se insistiu sobre a função das Universidades na criação de uma cultura europeia unitária a partir de uma matriz latina originária e sua confluência incorporativa com demais esferas culturais orientais. Mas, de fato, essas instituições universitárias apresentavam variações de relevo. Disparidades se notam, sobretudo, nas Faculdades de Arte. Enquanto em alguns centros, e em alguns períodos, essas se limitavam a estudar os velhos autores já abordados desde tempos pré-universitários, em Oxford e em Paris, ao longo do século XII, lia-se toda a obra de Aristóteles. A despeito das diferenças, a desenvoltura cultural desses tempos dará um impulso novo à vida científica, como atestam as inúmeras compilações, resumos e comentários difundidos à época, advindo, em muito, das traduções para o latim do árabe, como visto, complementada, sem dúvida, pela grande circulação e mobilidade geográfica dos eruditos e seus alunos¹⁸ (VERGER, 2008, p. 87-95).

O Papado e o poder político temporal (reis e Imperadores), reconhecendo a possível força da nova cultura escolástica, concedem, mesmo com certas relutâncias, seu apoio, sem o qual, certamente, os universitários não teriam conseguido se organizar. Para a Igreja romana, a lógica, da forma como vinha sendo praticada, poderiaser um instrumento útil na promoção da religião católica junto aos não-crentes, sobretudo no que diz respeito a resoluções das querelas que opuseram romanos e bizantinos.

A profusão do raciocínio lógico contribuiria também, refletia a Igre-

¹⁸ Como coloca Verger (2008, p. 88), “La mobilité des gens de savoir est bien attestée dès le XIII^e siècle (...) Au XIII^e siècle, Paris et Bologne demeurent, sur la petite quinzaine d’universités attestées à cette époque, les principal es bénéficiaires de la circulation étudiante, avec chacun e son aire propre de recrutement: l’onvenait à Bologne de tout e l’Italie, de la France de l’Est et du Sud-Est et sur tout des pays germaniques d’Empire; l’aire d’attraction de Paris n’était pas lamême, elles’étendait principalement sur la France du Nord, les Iles britanniques, les Pays-Bas et l’Allemagne”.

ja, para o enriquecimento dos conceitos da teologia e para o rigor de suas regras. Nada mais razoável encorajar a ligação entre teologia e lógica, pois o cristianismo era uma religião do Livro, segundo o qual Deus é o Verbo e criou o Universo através da palavra. Assim, procurando fazer das universidades instituições de cristianização, em 1231, o Papa Gregório XI delibera uma série importante de privilégios: na bula pontifícia, a cidade de Paris é exaltada com o título de *parens scientiarum*, ‘mãe da ciência’ (McKEON, 1964, p. 653); e os estudiosos que aí trabalham são chamados a colocar ao serviço da cristandade toda a sua cultura. O direito canônico e a teologia, tal como eram ensinados nas universidades, buscavam colocar em evidência a plenitude *potestatis* pontifical, ajudando o Papado a se fortalecer frente às Igrejas locais, à contestação das heresias, à vontade de independência dos príncipes laicos (VERGER, 1997, p. 59-78).

Por sua vez, em 1158, compreendendo a utilidade prática dessa camada social itinerante, capaz de fornecer quadros técnicos - o estudo do direito romano, por exemplo, era um instrumento essencial ao Estado nascente – Frederico I Barba Roxa, coroado rei da Alemanha em 1152 e designado Imperador, concede aos universitários importantes privilégios (GATTO, 1996, p. 38-43). Os eruditos, muitos vivendo no exílio, reivindicavam para o perfeito desenvolvimento de suas capacidades, uma suficiente liberdade – institui-se então a *libertas academica*.

O Imperador renunciava a todo controle interno da instituição, garantindo uma grande independência social aos membros da Universidade. A autonomia dessa última era ainda assegurada por outras diversas concessões: seus membros elegiam o reitor; tomavam suas decisões em assembleias gerais; decidiam suas atividades e dispunham de sua própria justiça. A estas regras juntava-se uma série de benefícios jurídicos, fiscais, econômicos e sociais, como isenção total e parcial de impostos, do serviço militar e de aluguéis imobiliários. Este estatuto permitia a alunos de baixas condições financeiras a aceder à educação. Toda a violação aos privilégios da instituição provocava imediatamente a *cessatio*, a greve dos cursos.

Porém, a influência e as tentativas de controle das universidades por parte da Igreja tornam-se cada vez mais ostensivas ao longo do século XIII. Os Papas, assustados frente à subversão da cultura escolástica e o surgimento de novas heresias, trabalham no sentido de concentrar os núcleos de ensino,

os disciplinar e os colocar sob sua jurisdição. Eles são ajudados nessa tarefa pelas ordens mendicantes (dominicanos, franciscanos). Em Paris, o Papa impõe à Universidade de acolher em seu seio as Escolas de Teologia dessas ordens. Os recém-chegados, com sua obediência ao Papa antes da solidariedade universitária, nem sempre foram bem recebidos. Em meio a uma crise de resistência que atinge seus ápices nos anos entre 1250 e 1259, a Universidade teve que ceder à vontade pontifical (MINOIS, 1994, p. 202-210).

Problemas de monta começaram de fato a surgir com a difusão da maior parte do *corpus* aristotélico no Ocidente. Certas concepções da cultura cristã, como a noção da unidade orgânica, onde a teologia e a filosofia devem acordar-se, estando essa última a serviço da primeira, sofrem de mais em mais questionamentos. Revela-se uma filosofia que busca a verdade sem fazer uso dos ensinamentos da revelação – como se dirá mais tarde, ela passa a tratar *naturalmente* das coisas *naturais*. Esta (re) descobertas obras de Aristóteles acarretara uma incomensurável mistura de atração e estupefação. Pela primeira vez, a Idade Média latina entrava em contato com uma doutrina pagã que não fora alterada por influência do cristianismo, mostrando-se estranha às preocupações maiores dessa religião e mais grave, em mais de um ponto, opunha-se a ela (MINOIS, 1994, p. 202-210).

Encontra-se uma cosmologia afirmando a eternidade do mundo e, portanto, inferindo que uma criatura não tem um começo, que o seu ser não lhe foi dado por um outro a partir do não-ser. Uma filosofia natural definindo a alma dos vivos e, notadamente, aquela do homem, como a forma do corpo organizado, o que parecia implicar que ela não podia subsistir à parte deste corpo. Uma metafísica, onde o Deus, motor das estrelas fixas, não se preocupa com o mundo sublunar e com os homens que ali habitam. Uma filosofia prática que busca o bem do próprio homem. Como harmonizar todas estas concepções com o relato da *Gênesis*, com a fé na sobrevivência pessoal da alma humana, com a perspectiva da providência divina, com aquela de um destino sobrenatural do ser humano? Aristóteles rapidamente tornou-se a grande referência filosófica. Porém, a concordância às posições do filósofo grego contradizia inexoravelmente a fé cristã.

Superdimensionando o problema, na vaga de traduções que se introduz no Ocidente na virada do século XII, encontrava-se um grande número de

textos filosóficos árabes que se misturava às obras de Aristóteles. Sem possibilidade de selecionar criteriosamente o material, os ocidentais recebem a obra aristotélica acrescida de textos apócrifos e pontificada pelas interpretações árabes, sobretudo de Averróis. As concepções árabes, por sua vez, também se chocam com o cristianismo: a teoria da unidade da inteligência se opõe à fé da sobrevivência pessoal da alma; o fatalismo astrológico se contradiz com as diretrizes de liberdade e de responsabilidade¹⁹.

Enquanto se conhecia fundamentalmente de Aristóteles, o *Organon*, acreditava-se poder manter a subordinação do estudo dos saberes profanos à doutrina sagrada. Uma lógica reduzida ao papel de instrumento coexistia em paz com a Teologia, pois tal lógica não chegava a contestar a visão de mundo desta última. O conhecimento em latim da quase totalidade de obra aristotélica vem perturbar este equilíbrio. Dispõem-se agora da *Física*, da *Metafísica*, da *Parva naturalia*, do *Tratado da Alma*, do Livro do Céu e do Mundo, das *Meteteorologias*, da *Ética*, da *Política*.

Assim, a obra de Aristóteles, ao contrariar o método de exegese tradicional, que repousava sobre a concordância presumida com os *auctores* (Escrituras santas, Pais da Igreja...), suscita a inquietação da hierarquia eclesiástica e, com ela, as primeiras censuras no início de 1200, sendo proibida a leitura dos livros consagrados à filosofia natural e à metafísica. Tais coibições acabam por não surtir o efeito desejado a médio prazo frente à ativa curiosidade de parcela dos estudiosos ocidentais, aqueles que se afastavam da concepção tradicional da sabedoria como ‘dom de Deus’ (GIANNARAS, 1986, p. 160-163).

Em meio à ampla difusão das obras de Aristóteles entre a elite intelectual, a gradação de sua absorção foi, naturalmente, variada. A maior parte dessa elite compunha aqueles que se situavam em um universo genericamente percebido através das definições e categorias do autor grego; já uma parcela bastante reduzida passou a ser conhecida como os ‘aristotélicos integrais’

¹⁹ Como coloca Christos Giannaras (1986, p. 160): “On connaît plus largement Aristote et il commence à influencer la vie spirituelle de l’Europe en deux phases: ce n’est qu’au milieu du XIIe que sont traduits en latin (à partir de l’arabe et non point à partir de l’original grec) la deuxième partie de l’Organon d’Aristote, les *Analytiques*, les *Topiques*, le *De sophisticis Elenchis*. Jus qu’à cette époque, l’Europe n’a connu que quelques fragments de la logique d’Aristote. Et, dans une deuxième phase, à partir du milieu du XIIIe siècle, on complète le corpus latin des ouvrages d’Aristote avec la traduction des livres restants...”

ou ‘averroístas’, na medida em que liam Aristóteles à luz deste comentador árabe, considerado, aliás, o mais ‘materialista’ entre eles.

Representados em certos mestres da Faculdade de Artes Liberais da Universidade de Paris, então a mais importante dessa área no Ocidente cristão e cujo professor mais celebre foi Siger de Brabante (1235-1315)²⁰, eram estruturalmente menos ligados à Igreja católica. Recusando-se a trabalhar no sentido da conciliação, eles almejavam chegar a uma distinção da verdade que se conheceria através da fé, daquela indicada pelo uso da razão. Vendo-se enquanto profissionais comparáveis aos outros cidadãos, eles reivindicam o direito de aprender as ciências profanas.

Em 19 de março de 1255, a Faculdade de Artes inscreve oficialmente no seu programa a totalidade conhecida dos textos de Aristóteles. Aos professores era recomendado comentá-los e os estudantes deviam se familiarizar com esse pensamento pagão, o qual era evitado há mais de cinquenta anos. Alguns anos mais tarde, em 7 de março de 1277, o prelado de Paris, Étienne Tempier, seleciona uma lista de 219 teses a propósito da doutrina da ‘dupla verdade’, que alguns professores sustentariam em suas aulas. O confronto parecia inevitável. Estes mestres afirmavam que a razão conduzia necessariamente a conclusões que a fé obrigava a negar; aonde aquilo que vem a ser verdade de acordo com a filosofia, não o é segundo a fé.

Hostilizados frequentemente pelos seus colegas da Teologia, os que não aceitaram calar-se serão expulsos da Universidade e ameaçados de excomunhão, no mesmo momento em que as teses de Averroís são condenadas pelo bispo de Paris, segundo sugestão do Papa. Tais professores irão ensinar em outras capitais, sob uma autoridade menos coercitiva. O progresso da ciência na França atrasa-se. Para além das concepções, o que se censura aqui é também o ideal intelectual dos professores, sua aspiração a uma vida filosófica. Condena-se não somente uma série de proposições heréticas, mas um novo tipo de intelectual, o qual a própria Universidade permitiu o surgimento.

Paradigmático desta discussão contrastada na Faculdade de Artes foi a problemática da eternidade do mundo. Os professores da instituição não negavam a tese religiosa do começo do mundo. Antes, reafirmavam a *potentia Dei absoluta*, na medida em que acreditavam que a fé invocava uma causa (Deus criador) superior aos princípios da física, uma causa que se situava fora

do campo de investigação da física. Era fato que Deus podia, a sua simples vontade, mudar o ‘rumo das coisas’. Mas, por outro lado, permaneciam convencidos de que a razão humana demonstrava a conclusão contrária; logo, algumas proposições eram verdadeiras segundo a razão; e falsas segundo a fé.

Ora, em relação à eternidade do mundo, evidenciava-se que um movimento natural não poderia ter um começo, pois supondo que havia um, isto exigiria necessariamente um movimento anterior. Para ser produzido, o primeiro movimento deveria ser engendrado através de uma transformação que seria ela mesma já um movimento. A tese absurda de um movimento anterior ao primeiro movimento levava a dizer que o mundo não teve começo. A física de Aristóteles não seria refutável (GIANNARAS, 1986, p. 164-165).

Alguns teólogos tradicionais, entre eles o maior expoente foi o filósofo de origem italiana, Bonaventura de Bagnoregio (1217-1274), se interrogam: como alguém pode negar com tanta segurança que o mundo tenha tido um começo, de encontro às palavras mais explícitas da *Gênesis*? A fé atestaria que o mundo teve um começo e toda a criação *exnihilo* suporia um ponto de partida: a produção a partir do nada significa que o ser vem após o não ser, que o mundo foi necessariamente produzido em um momento dado. Aristóteles estava errado, portanto é necessário encontrar argumentos para o refutar. A razão, fundada sob os princípios da fé, e a ciência, que deve permanecer sob o controle estrito da fé, estipulam a impossibilidade da eternidade do mundo.

Tentativas de sínteses entre a teoria aristotélica e a doutrina cristã emergem, ilustradas por Alberto, o Grande; e depois, pelo seu mais célebre discípulo, Tomás de Aquino. Essas concedem um campo de autonomia da razão, pois não existiria impossibilidade lógica em sustentar o fato de que o mundo foi, ao mesmo tempo, criado e eterno. Ser criado não quer dizer ter um começo; ser criado quer dizer depender de um outro no seu ser. Deus poderia ter criado um mundo eterno, assim como ele o poderia ter criado com um começo temporal. Começo e eterno não são categorias que impliquem a noção de criação. No final das contas, não há nenhum antagonismo entre as descobertas científicas, as verdades filosóficas e as exigências da lei.

Em todo caso, Tomás de Aquino acreditava que a razão, assegurada pelo fato da criação, permanecia incapaz por ela mesma de conhecer com certeza as modalidades do começo do mundo: a seus olhos, os argumentos racionais

que se invoca tanto em favor de uma tese (começo do mundo), como de outra (eternidade do mundo), são apenas prováveis. A verdade escapa à ordem demonstrativa e somente a fé leva a admitir que o mundo tenha começado do ser. A fé revela aquilo que a ciência não pode decidir. De qualquer forma, um pequeno número de teses de Tomás de Aquino é igualmente condenado pelo bispo de Paris e, portanto, pela Igreja. As tentativas de síntese são interrompidas (GILSON, 2005, p. 89-93).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Uma parte significativa de pensadores criativos do século XIV, no alvorecer da chamada modernidade, abandonam os sistemas de explicações universais entre doutrina cristã e ciência grega, assumindo uma tendência anti-sinóptica. O franciscano João Duns Scot (1266-1308) tenta colocar a razão num patamar diferente da fé, afirmando que Deus é tão livre que não é abordável pela razão humana. A liberdade divina, centro da Teologia, não se encontra ao alcance da razão. Abre-se o caminho para a separação do conhecimento prático e do conhecimento teórico, um novo paradigma de mundo começa a se impor.

Desde o fim do século XIII, destacando-se Oxford, os estudos de lógica e de matemática obedecem grande desenvolvimento. Uma nova lógica se torna corrente, a 'lógica dos modernos' ou *logica modernorum*, onde o estudo de silogismos declina e a tônica desloca-se para a análise das propriedades dos termos. Demarcando-se de Aristóteles, a lógica, até então considerada enquanto uma propedêutica a toda ciência, adquire o estatuto de ciência à parte. Surgem textos de uma forma literária nova, tratando de sujeitos novos.

Ao lado da soma dos conteúdos da lógica que, desde o fim do século XII, já englobava no estudo das propriedades dos termos a significação, a suposição, a ampliação, a apelação, etc., aparecem tratados específicos consagrados a novos elementos, como a suposição (teoria da referência); os sincategoremáticos (estudo da ambiguidade sintática ligada às constantes lógicas); as conseqüências (teoria da inferência); os insolúveis (estudo dos paradoxos lógicos); as obrigações (teoria da disputa). Destacam-se os tratados *Depuritate*

artis logicae de Walter Burley (+-1320); *De consequentiis* de Jean Buridan (+-1340) e, sobretudo, a *Summa logicae* do franciscano de Oxford, Guilherme de Ockham (+-1280-1349). Neste quadro, é justamente a doutrina nominalista de Ockham que ganhará maior terreno nas Universidades.

O argumento medieval, até então nos moldes das *sophismata* e *obligationes*, fazia intervir considerações de toda natureza. Apoiando-se em uma lógica de signos, a obra do monge franciscano acabou por exercer uma verdadeira função de depuração e assinalou uma transformação na filosofia medieval. No problema metafísico da existência ou não de gêneros ou espécies universais, ao contrário do que era aceito até o momento segundo uma lógica platônica, Ockham (1993-1996, p. 382) afirma que somente existem os seres individuais. Além disso, consolidando o trabalho de Duns Scot e mantendo a concepção da total-potência divina, ele formula: “Deus pode fazer tudo o que não acarreta contradição lógica”.

Os trabalhos de filosofia e de teologia passavam a ser desenvolvimentos puramente lógicos, cuja regra seria estabelecer se há ou se não há contradição. Assim, ao analisar as asserções dos filósofos antecessores, Ockham conclui que a defesa racional da cristandade era insustentável, dado que a prova da existência de Deus enquanto primeiro motor não ultrapassava a margem do bastante provável, porém, não demonstrável. O saber deveria ser separado entre o conhecimento abstrato e o conhecimento intuitivo. O abstrato não nos permite saber se uma coisa que existe, existe; ou se uma coisa que não existe, não existe. Já o conhecimento intuitivo é aquele pelo qual sabemos que uma coisa é, quando ela é; e não é, quando ela não é. A verdade é atingida por duas ordens de abordagem inteiramente distintas: o processo do conhecimento não implica necessariamente a existência do objeto conhecido e a prova diz respeito apenas ao que se pode assegurar pela experiência.

Para representar historicamente essa mudança paradigmática ocorrida, em primeiro e em especial, no mundo das comunicações e regiões latinas, adota-se posteriormente a definição genérica de tempos modernos, de modernidade. Definição fluída que se pressupõe em oposição à tradição, às culturas anteriores enquanto uma ruptura epistemológica, e que, aos poucos, condiciona as mentalidades e os costumes sócio-políticos europeus. Nessa transformação se imiscui, em muito, o papel do intelectual em meio à for-

mação universitária, a qual se inspirava e se dotava do amálgama cultural advindo de civilização orientais, em sua contribuição genuína e em sua leitura original das próprias obras ocidentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOTA, Hélène. À propos de l'histoire des sciences arabes. In: *Gazette des mathématiciens*, n° 82, out., 1999.

BIARD, Joël. *Guillaume d'Ockham. Logique et philosophie*. Paris: PUF, 1998.

BLANCHE, Robert. *La logique et son histoire. D'Aristote à Russel*. Paris: Colin, 1970.

BURNETT, Charles. The Institutional Context of Arabic-Latin Translations of the Middle Ages: a reassessment of the 'School of Toledo. In: *Vocabulary of teaching and research between Middle Ages and Renaissance*. Turnhout: Ed. O.Weijers, 1995, p.214-235.

CHENU, Marie-Dominique. *La théologie au XIIIème siècle*. 2. ed. Paris: Vrin, 1966.

D'ALVERNY, Mare-Thérèse. La Sagesse et ses sept filles: recherches sur les allégories de la Philosophie et des Arts libéraux du IXe au XIIe siècle. In: *Mélanges dédiés à la mémoire de Félix Grat*, I. Paris, 1946, p. 253-264.

D'OCKHAM, Guillaume. *Somme de logique* (Parte I e II). Tradução: Joël Biard. Tran-Europ-Repress, 1993-1996.

GATTO, Ludovico. *L'Italia dei comuni e dell'esignore*. Roma: Newton e Compton editori, 1996.

GIANNARAS, Christos. *Philosophie sans rupture*. Geneva: Labor et Fides, 1986.

GILSON, Étienne. *Le philosophe et la théologie*. Paris: Vrin, 2005.

GRANT, Edward. *La physique au Moyen Âge*. Paris: PUF, 1995.

GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Edusp, 1981.

HERNANDEZ, F. J. La cathedrale, instrument d'assimilation. In: CARDAILLAC, L. (ed.). *Tolède, XIIe-XIIIe: Musulmans, chrétiens et juifs: le savoir et la tolerance*. Paris, 1991, p. 75-91.

- HOLMES, George. *Europa Medieval. Hierarquia e Revolta: 1320-1450*. Lisboa: Presença, 1975.
- JACQUART, Danielle; MICHEAU, Françoise. *La médecine arabe et l'occident medieval*. Maison neuve et Larose, 1996.
- JOSPEH, G. G. *The Crest of the Peacock. The Non-European Roots of Mathematics*. Princetown: University Press, 2000.
- LIBERA, Alain. *Pensar na Idade Média*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MARTIN, Hervé; MERDRIGNAC, Bernard. *Culture et société dans l'Occident medieval*. Paris: Éditions Ophrys, 1999.
- McKEON, Peter R. The Status of the University of Paris as Parens Scientiarum: An Episode in the Development of Its Autonomy. In: *Speculum* 39, no. 4, out. 1964.
- MINOIS, Georges. *L'Église et la Science*. Paris: Fayard, 1994.
- PRICE, B. B. Paired in Ceremony: Academic Inception and Trade-Guild Reception. In: FEINGOLD, Mordechai. *History of Universities*. Oxford University, 2005.
- RASHED, Roshdi. *Entre arithmétique et algèbre, recherches sur l'histoire des mathématiques arabes*. Paris: Les Belles Lettres, 1984.
- RASHED, Roshdi. *Optique et mathématiques. Recherches sur l'histoire de la pensée scientifique en arabe*. Aldershot: Variorum Reprints, 1992.
- RASHED, Roshdi (Ed.). *Historie des sciences arabes*. 3 vol. Paris: Seuil, 1997.
- RUDOLFH, Gerhard. Le traité, l'essai, le compte rendu scientifique. In: KNABE, P.; MORTIER, R.; MOUREAU, F. (orgs). *L'Aube de la Modernité (1680-1760)*. Amsterdam/Philadelphia: J.B Publishing Company, 2001.
- SIRAISSI, Nancy. *Medieval and early Renaissance medicine*. University of Chicago Press, 1990.
- STEENBERGER, F. *Maître Siger de Brabant*. Louvain-Paris: Vin, 1977.
- VERGER, Jacques. Les chanoines et les universités. In: Le monde des chanoines (XIème-XIVème s.). *Cahiers de Fanjeaux*, 24, Toulouse, 1989, p.285-307.
- VERGER, Jacques. *Les universités françaises au Moyen Age*. Brill: Leyde, 1995.
- VERGER, Jacques. *Les Gens de Savoir en Europe à la fin du Moyen Age*. Paris: PUF, 1997.

VERGER, Jacques. Patterns. In: RIDDER-SYMOENS, Hilde (ed.). *A History of the University in Europe. Vol. I: Universities in the Middle Ages*. Cambridge University Press, 2003.

VERGER, Jacques. La circulation des étudiants dans l'Europe médiévale. In: *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n 42, 2008, p. 87-95.

WEBER, Édouard-Henri. *La personne humaine au XIIIème siècle*. Paris: Vrin, 1991.

XVI

JUSCELINO, BRIZOLA, PAULO COUTO

*São Leopoldo, Porto Alegre, Rio de Janeiro
terão algo a ver entre si?*

RENÉ E. GERTZ

ANOS ATRÁS, FUI CONVIDADO POR LUIZ ANTÔNIO DE ASSIS BRASIL PARA FALAR da elaboração de textos sobre temas históricos, num evento dedicado à criação literária. Como me faltassem elementos para uma exposição mais teórica, abstrata, discorri sobre minhas intenções ao escrever o livro *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul da década de 1920* (2002). Tendo sido um fracasso total de vendas, cabia abordar a distância entre os objetivos que eu tinha em mente, e aquilo que os leitores, possivelmente, esperavam, melhor aquilo que faltou para que o texto tivesse uma recepção mais favorável por parte deles (Cf. GERTZ, 2010). Ficou claro que eu havia exagerado na tentativa de “experimentação” quanto à forma – independente do conteúdo –, pois o texto não é precedido de qualquer introdução explicativa, sequer coloquei títulos nos capítulos.

Este texto aqui também é “experimental”, em sentido diferente. Agora caberá mostrar como se chegou ao tema, e quais foram os caminhos de pesquisa percorridos para *tentar* esclarecer questões dele derivadas. Como pano de fundo, há, ao menos, três questões: a) como se pode ou deve estudar as relações entre história política local, regional, nacional (e até internacional)?; b) uma pesquisa histórica precisa ter, necessariamente, sua origem em derivações teóricas? – o manuseio de fontes não pode levar à descoberta de

questões a serem solucionadas?; c) para fazer jus ao qualificativo de “ciência histórica”, nossas pesquisas precisam de rigor, para não correrem o risco de se transformar em narrativas ficcionais – por mais plausíveis e verossímeis que possam parecer –, que, na verdade, não se distinguem de narrativas literárias, jornalísticas, “opinativas”, mas que não resistem a tentativas de refutação (Karl Popper) ou ao “veto das fontes” (Reinhart Koselleck).

O episódio aqui abordado se insere num projeto de pesquisa sobre “o rescaldo da Segunda Guerra Mundial no Rio Grande do Sul”, uma continuidade de meus estudos mais antigos envolvendo aspectos político-culturais das regiões de colonização alemã no estado, no período histórico que vai da proclamação da República ao Estado Novo (1937-1945). Entrementes, publiquei vários textos menores enfocando temas referentes ao período pós-guerra¹. Entre os assuntos que, necessariamente, deveriam ser abordados, está a identidade étnico-cultural das populações de origem alemã no Rio Grande do Sul, um dos elementos mais recorrentes naquilo que acontecera antes e durante a guerra. Sempre mantive distanciamento em relação a esse tema, pois é difícil realizar pesquisas consistentes a respeito – como se pode avaliar, com um mínimo de objetividade, a presença e a intensidade da identidade étnica no conjunto da população, e que validade mais geral possuem eventuais “estudos de caso”, geograficamente limitados? A situação é um pouco menos problemática quando se trata de evidenciar aquilo que se costuma chamar de “ideologia germanista” ou “germanismo”, elaborações discursivas de elites intelectuais, que defendiam desde a preservação da “pureza racial” (condenando casamentos interétnicos) até a manutenção da língua alemã e de práticas culturais consideradas típicas do grupo². Sob este prisma, claro, há possibilidades de evidenciar o conteúdo de “discursos”, e eventuais tentativas de colocá-los em prática.

E é deste último aspecto que aqui se trata. Mesmo com estudos ainda escassos, historiadores apontam para o movimento “Socorro Europa Faminta” (SEF), criado em 1946, como uma das primeiras tentativas para rearticular a população de origem alemã no Brasil, após os traumas vividos durante a guerra. Seu objetivo era angariar alimentos, roupas e dinheiro para a po-

¹ Cf. GERTZ (2013a; 2013b; 2014; 2015; 2016; 2018a).

² Entre os estudos clássicos a respeito, cabe referir SEYFERTH (1981).

pulação da Alemanha devastada pela guerra. Apesar de que jesuítas gaúchos tivessem sido os principais agentes do empreendimento, pastores e leigos luteranos também participaram. Além do objetivo declarado e da efetivocoleta de donativos para enviar à Alemanha, as lideranças teriam perseguido o fim “germanista” subjacente de reanimar e mobilizar alemães e descendentes daqui em sua identidade, fomentar seu sentimento de unidade. Essa mobilização estendeu-se por cerca de três anos (1946-1949)³. Com seu epicentro em Porto Alegre, a historiografia indica, de forma plausível, que a SEF desembocou na fundação de um “Centro Cultural 25 de Julho”, associação recreativa-cultural que sobrevive até hoje, na Capital gaúcha⁴ (Cf. GOODMAN, 2015, p. 156-185).

Suposto ou efetivo sucesso desse centro teria servido de base para duas outras entidades “germanistas”, entre 1950 e 1952. Se a SEF tivera como promotores mais destacados cidadãos católicos, estas foram capitaneadas por luteranos, ainda que católicos não estivessem ausentes. A primeira foi o jornal *Brasil-Post*, idealizado por um gaúcho, e que teve entre seus principais financiadores iniciais empresários gaúchos, ainda que sua sede estivesse em São Paulo (Cf. WOLFF, 2010). A outra, surgida em 1952, foi a Federação dos Centros Culturais 25 de Julho. Como o nome diz, foi uma tentativa de congregar associações como o centro cultural de Porto Alegre. Notícias sobre centros em Blumenau e Panambi, aparentemente, animaram a empreitada, imaginando-se uma entidade que congregaria todos esses centros de “germanidade”, promoveria a mobilização entre a própria população de origem alemã, mas também constituiria uma entidade representativa dos seus interesses “para fora”, isto é, frente ao Estado brasileiro e à sociedade envolvente. Em termos “internos”, o objetivo era promover atividades culturais de caráter “alemão” (canto, teatro etc.), em termos “para fora”, caberia pleitear nova decretação do 25 de julho como feriado, seja municipal, estadual ou federal, autorização para ensinar a língua alemã ao menos como “língua estrangeira”

³ Cf. FERNANDES (2005); GOODMAN (2015).

⁴ A data no nome (25 de julho) lembra a chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo, em 1824. Um “movimento pró 25 de julho” havia surgido na década de 1930, quando, sob um clima político favorável durante o governo de Flores da Cunha, se festejaram os 110 anos da imigração alemã para o estado (1934), momento em que a data, inclusive, foi transformada em feriado estadual, como “Dia do colono”, tendo continuado com algum tipo de comemoração anual, até a fuga do governador e a decretação do Estado Novo, no segundo semestre de 1937.

nas escolas; além disso, consta, nas manifestações programáticas, a necessidade de divulgar a história da imigração e colonização alemãs no Brasil, a fim de evidenciar sua importância para o país⁵. Por tudo isso, a Federação dos Centros Culturais 25 de Julho – cuja sede foi em São Leopoldo – se compreendia como a mais importante agência de “germanismo”, no pós-guerra.

E é aqui que começa a parte da história que nos interessa. Sem dúvida, a pessoa mais destacada da Federação foi Fritz Rotermund, filho de um conhecido “germanista” do Rio Grande do Sul, o pastor Wilhelm Rotermund, fundador de uma editora que publicava material religioso, educacional e cultural, em alemão, com destaque para o *Kalenderfür die Deutschen in Brasilien*⁶, do qual, na década de 1920, eram vendidos 30.000 exemplares anuais⁷ (Cf. DREHER, 2014). Fritz Rotermund fora figuraimportante do “movimento pró 25 de julho” lá na década de 1930, fato que lhe valeu o título de “pai” do mesmo. Também ocupou, nos primeiros anos, o mais importante cargo da Federação, o de secretário-geral. Mesmo tendo abandonado essa função, de 1955 para 1956, continuou sendo a figura central do grupo de sete pessoas que constituíram o “núcleo duro”⁸. Por esse motivo, sabedor da existência de um arquivo com documentação que lhe pertenceu, no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, foi óbvio que o mesmo deveria ser consultado para a pesquisa sobre a população de origem alemã no pós-guerra. De forma inesperada, esse arquivo, porém, só contém documentos de 1934-1937, 1956 e 1961. Como, neste momento, a documentação referente ao primeiro período não interessava, cabia verificar que havia na de 1956. Constituída de correspondência ativa e passiva de Rotermund, mostrou-se rica em informações sobre a situação da Federação e temas afins, naquele ano.

A imagem evidenciada na documentação de 1956 não é, porém, a de nenhuma Federação a pleno vapor, com força e eficácia para propagar “ideologia” e os princípios “germanistas”, mas, sim, pelo contrário, uma instituição em profunda crise, como mostrado em outros lugares (Cf. GERTZ, 2018b, p. 970-974; GERTZ, 2019, p. 394-396). “Internamente”, faltava dinheiro

⁵ Cf. GERTZ (2018b; 2018c; 2019).

⁶ Almanaque para os alemães no Brasil.

⁷ Os dados numéricos estão em GERTZ (2002, p. 35).

⁸ Em ordem alfabética: Balduino Rambo, Bruno Born, Carlos Oscar Kortz, Fritz Rotermund, Klaus Becker, Leopoldo Petry, Theo Kleine.

para qualquer ação; ajuda financeira de empresários porto-alegrenses prometida, lá no início, acabou não se concretizando⁹ (GERTZ, 2018b, p. 971), e não havia outras fontes de recursos, porque até os centros culturais que a Federação *pretendia* congregar não vieram a existir, e, muito menos, a proliferar em massa. “Externamente”, forças contrárias ao ideário que ela defendia contestavam-na. Dois exemplos ilustram a situação: a) um dos ideais defendidos era a conservação da língua alemã, e, por isso, lutava para que voltasse a ser ensinada nas escolas, ao menos como “língua estrangeira”; neste sentido, seu presidente, no momento, Bruno Born, encaminhara à Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, em 1952, então como prefeito de Lajeado, um pedido. Em 10 e 17 de março de 1956, respectivamente, nas páginas 9 e 8 do *Correio do Povo*, o integrante do Conselho Estadual de Educação Floriano Maya D’Avila publicou extensa matéria radicalmente contrária à pretensão; na correspondência de Rotermund, há várias passagens em que lamentou a total impossibilidade de qualquer reação a este parecer desfavorável. b) Ao menos na gestão do primeiro embaixador alemão ocidental do pós-guerra no Brasil, Fritz Oellers (1951-1956), as atividades do “movimento pró 25 de julho” eram vistas com desconfiança, por supostas ou efetivas afinidades com o passado “germanista”/nazista, de forma que a Federação não contou com a benevolência das autoridades diplomáticas alemãs, e, muito menos, recebeu auxílio material (Cf. BARBIAN, 2014, p. 272-284). Em carta de Fritz Rotermund ao cônsul alemão em Porto Alegre, Hans-Joachim Hagemann, que estava se despedindo de suas funções, datada de 20 de março de 1956, lê-se:

⁹ Neste caso, tratou-se de uma promessa inicial do empresário Benno Mentz, que acabou não sendo cumprida. Mesmo que sem qualquer evidência concreta, pode-se arriscar a hipótese de que parte da elite econômica de origem alemã de Porto Alegre, após certo entusiasmo inicial em apoiar iniciativas “germanistas”, mudou de rumo. Na mesma direção de Mentz, apesar de constar como importante apoiador inicial da *Brasil-Post* (GERTZ, 2018c, p. 789). A. J. Renner, em nenhum momento, aparece como contribuinte da Federação, ainda que continuasse a distribuir dinheiro a outras entidades, como se pode ler nas memórias de Hans Günther Naumann (2009, p. 106), diretor da Escola Normal Evangélica, de São Leopoldo: “Em princípios de maio de 1954 me telefonou [Otto Renner]: ‘Compareça na sede da empresa Renner, em Navegantes, no dia 7 de maio, às 10 horas da manhã. Meu pai, por ocasião de seu 70º aniversário, fará algumas doações a diversas instituições: à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, à Escola de Teologia, à Escola Normal Evangélica, à Paróquia Evangélica de Navegantes [Porto Alegre] e a uma instituição do Sínodo Luterano [...]. O senhor vai receber um cheque de cem mil cruzeiros’. Era uma soma elevadíssima”. Como se vê, à exceção da Santa Casa de Misericórdia, tratava-se de instituições ligadas à “colônia alemã” luterana, mas não de instituições que se dedicassem a uma metafísica “ideologia do germanismo” ou da “germanidade”.

O objetivo desta carta é fazer-lhe um dramático apelo pessoal por uma intermediação junto ao Ministério das Relações Exteriores [da Alemanha], já que eu temo muito que a oposição oficial [isto é, dos integrantes da embaixada alemã no Brasil] nos leve a uma situação lamentável, pois é evidente que justamente estas instâncias estão nos criando enormes dificuldades para atingirmos nossos objetivos, instâncias das quais nós deveríamos poder esperar benevolência, compreensão e apoio, mas das quais só tenho a esperar encrenca e frustração¹⁰.

Quatro meses depois, em carta a Walter Ahrends, sem data, mas posterior a 25 de julho de 1956, Rotermond escreveu que na embaixada alemã “está se condenando [a Federação], porque ela representaria uma atividade política disfarçada, re-negando-a e, inclusive, combatendo-a¹¹”. Nessas condições, mesmo que comemorações do 25 de julho constassem do programa da entidade, o máximo que podia ser feito não passava de algumas tentativas de reunir pequenos grupos de pessoas para uma palestra alusiva à data.

Além desse problema, em carta de 8 de maio de 1956, a Bruno Born, então presidente da Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, Rotermond comentou que, em conversa com Theo Kleine, secretário-geral, ficou “sabendo que nossa crônica falta de dinheiro, em breve, pode virar um desastre”, porque não haveria como cobrir as obrigações financeiras pendentes. “Provavelmente tu te lembrás que na nossa reunião de novembro eu me declarei disposto a empreender, contigo e com o Kortz, uma caçada a dinheiro. Meu desafio e minha disposição foram bem recebidos, mas - - -!”. No final da longa carta com lamúrias sobre a total bancarrota financeira, está a seguinte observação:

Mesmo que ainda houvesse outros assuntos, para encerrar, a maior das novidades: hoje passou aqui teu companheiro Kuhn trazendo a notícia de que [Paulo Costa da Silva] Couto (prefeito [de São Leopoldo]) pretende festejar o 25 de julho de forma extraordinária e grandiosa, pensando, para isso, em convidar desde Juscelino até

¹⁰ Carta existente no Arquivo Rotermond, depositado no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (esse arquivo, de agora em diante, será referido como AR/MHVSL). Tradução minha (REG). Como tanto a correspondência ativa quanto a passiva de Rotermond está quase integralmente em alemão, deixará de ser aposta a informação sobre a tradução, devendo pressupor-se que todas as citações constituem traduções feitas por mim (REG).

¹¹ AR/MHVSL.

lá embaixo. A ideia é abranger todo (!!!) o estado! Naturalmente, esperam que eu colabore, em princípio na organização, coisa para a qual não tenho nenhuma vontade. Brrrrrr!!!!. [...]. Não sei como posso me safar dessa, pois, com minha pressão sanguínea em 9, me falta qualquer interesse e força vital”¹².

Vinte dias depois, em carta de 27 de maio, a Klaus Becker, Rotermund comentou os projetados grandiosos festejos do 25 de julho, destacando, com ênfase, que estariam previstas para transcorrer ao longo de três dias. Reafirmou que não pretendia envolver-se; contou que lhe perguntavam sobre os objetivos, mas não teria clareza a respeito. Ouviu que estaria sendo travada uma discussão a respeito do nome a ser dado à coisa – “Dia do colono” ou “Dia do imigrante”. Como os “nativistas”¹³ defenderiam “imigrante”, contra “colono”, pois este último simbolizaria os alemães, concluiu: “Se é assim, então eu sou a favor de ‘colono’”¹⁴.

Em carta de apenas quatro dias depois (31 de maio) à *Brasil-Post*, Rotermund pediu que fosse publicada uma matéria sobre os festejos do prefeito de São Leopoldo, a partir de informações por ele fornecidas, “não por último como forma de mostrar que estamos interessados nas atividades programadas, mesmo que não estejam orientadas em sentido étnico [*völkisch*], como nós queremos que o 25 de julho seja encarado”. Em 23 de junho, escreveu carta ao médico Friedrich Tempel, de Taquara, classificando os festejos como “circo do 25 de julho”, temendo “que a coisa não irá corresponder àquilo que os cabeças¹⁵ estão sonhando”. Em carta a Klaus Becker do dia seguinte (24 de junho), a palavra “circo” apareceu duas vezes, e Rotermund reafirmou temer que não daria em nada, até por falta de tempo para a preparação. Mas, “em todo caso, nós só aproveitamos aquilo que pode servir-nos, sobretudo que o 25 de julho seja popularizado, e que possamos vir a ler [na imprensa], sem as restrições usuais, muitas coisas sobre a imigração alemã. Essas vantagens precisamos aproveitar a nosso favor”¹⁶.

As fontes até aqui apresentadas não deixam dúvida de que a decisão de promover uma festa dos 132 anos da imigração alemã, em São Leopoldo, em 1956, *não ocorreu* por iniciativa da entidade que se apresentava como a mais representativa agência de fomento da “germanidade”, a Federação dos

Centros Culturais 25 de Julho¹⁷. Claro, a correspondência de Rotermund indica que o mentor e promotor do evento, o prefeito Paulo Couto, sinalizou aproximação aos “germanistas”, da mesma forma que Rotermund não descartou a possibilidade de se aliar ao “circo”, com a justificativa de que caberia aproveitar a oportunidade para gerar dividendos para a causa. Mas é necessário destacar, com toda ênfase, que, independente dos motivos que levaram o prefeito a promover o “circo”, está muito claro que se tratou de uma decisão que não derivou de motivações ou pressões “étnicas” nem culturais no sentido “germanista”.

Apesar das preocupações de Rotermund de que o “circo” daria em nada, os festejos aconteceram, e foram classificados de grandiosos. Eles não se estenderam apenas por três dias, como anunciado inicialmente, mas por cinco. Como os três dias indicados (23, 24 e 25 de julho) estivessem antecedidos por um sábado e um domingo, houve, já nestes dois dias, torneios de bolão, tênis, xadrez, tiro ao prato, futebol amador e profissional, exposição de cães, em vários distritos do então ainda grande município; esse tipo de atividades continuou nos dias seguintes, quando – ao esporte e à diversão – se juntaram atos maissolenes, como a chegada do fogo simbólico, na noite do dia 23, vindo de quatro municípios de colonização alemã¹⁸, solenidade em que discursou o importante político gaúcho Othelo Rosa, ex-candidato a governador; no dia 24, houve cultos, missas, grande concerto de um grupo musical de Blumenau. Etudo culminou, na quarta-feira, dia 25, em um grandioso desfile de carros alegóricos, além de um comovente ato de encerramento junto ao Monumento ao Imigrante¹⁹. Mesmo que Juscelino não tenha comparecido, estiveram presentes deputados federais, estaduais, o governador Ildo Meneghetti, vários prefeitos e outras autoridades. Uma opinião insuspeita foi a de Fritz Rotermund, que escreveu o seguinte, em relato para a *Brasil-Post*, de 28 de julho de 1956, após enumerar, por extenso, as diferentes atividades e os diferentes atos festivos:

¹⁷ Mesmo que esses festejos fossem promovidos como “Dia do colono”, e que, de fato, se enfatizasse que não se tratava de uma festa exclusiva para “alemães”, pretendendo rememorar e homenagear os “colonos” de todas as “etnias” presentes no estado, é óbvio que a referência fundamental – tanto naquilo que tange à data quanto ao local – apontava para a imigração/colonização alemã.

¹⁸ Candelária, Arroio do Meio, Rolante e Canela.

¹⁹ A programação está publicada no *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22 de julho de 1956, p. 7.

Através do Dr. Paulo Couto, chegou-se mais próximo do objetivo de conferir ao 25 de julho um reconhecimento nacional, pois não há dúvida de que com a colonização iniciou, neste país, uma nova era naquilo que tange ao comércio, à indústria, à ciência, à cultura e à política, como foi demonstrado nos últimos dias, em discursos e em publicações da imprensa. Para dizer algo sobre o transcurso e sobre a participação popular, podemos afirmar, sem qualquer dúvida, que aqui aconteceu algo “como nunca antes tinha acontecido...!”. [São Leopoldo] presenciou, sobretudo no dia 25, um “grande dia”, como, provavelmente, nem na festa do centenário [em 1924] presenciou. [...]. Pudemos vivenciar que o 25 de julho aqui, de fato, sem decreto, sem lei, sem portaria, se transformou num dia nacional, ao qual se ligam nossos corações, pois ali esteve representada a nossa história, a história de nossas famílias²⁰.

Em outro relato para a *Brasil-Post*, do dia 6 de agosto, Rotermund arrolou novos detalhes da festa, para concluir que

é impossível estabelecer o número exato de pessoas que participaram na tarde do último dia da festa, em especial no desfile de carros alegóricos. Se um jornal calculou que foram 70.000, muitos entendidos palpitam que este número não foi exagerado. De acordo com informações recebidas de instâncias competentes, quase 20 municípios enviaram representantes, que foram nossos hóspedes²¹.

Em resumo: mesmo que “germanistas” tenham aderido, e até feito elogios à festa, não foram eles que a motivaram nem lhe deram orientação ou foram responsáveis por sua organização e execução. Pelo contrário, há indícios de que o prefeito Paulo Couto colocou limites à sua presença na preparação e realização. Neste sentido, cabe conferir quem foram os integrantes das diversas comissões organizadoras, sobretudo aquelas de maior importância (ao todo, foram oito) – não apareceu um único nome ligado à Federação

²⁰ AR/MHVSL.

²¹ AR/MHVSL. Neste documento, Rotermund informou que o prefeito de Santa Cruz do Sul comprometeu-se a promover festa idêntica, em 1957. Caberia verificar se ela se realizou, e, em caso positivo, que dimensões atingiu.

dos Centros Culturais 25 de Julho. Na Comissão de Honra, havia apenas um nome concreto, o coronel Riograndino da Costa e Silva, comandante da guarnição militar local, os demais integrantes foram apenas referenciados como “prefeito de ...” ou “presidentes da Câmara de Vereadores de...”. Na Comissão Central, certamente a mais importante, Paulo Couto foi presidente, e entre os demais nove integrantes havia, no mínimo, dois nomes que despertam curiosidade, Carlos de Souza Moraes e o coronel Mário Fonseca. O primeiro era “nativista” histórico, que havia publicado o livro *A ofensiva japonesa no Brasil* (1942²²), fora secretário da prefeitura de São Leopoldo de 1937 a 1944, período em que se registraram diversas manifestações suas não exatamente elogiosas à suposta ou efetiva “germanidade” da população local; com a renúncia de Theodomiro Porto da Fonseca, em 1944, foi nomeado prefeito, cargo que exerceu até 1945, voltando a exercê-lo, mais uma vez, de 1946 a 1947²³. O segundo era coronel do exército, filho do citado ex-prefeito e irmão do “nativista” histórico Remy Fonseca, por isso, é difícil pressupor nele tendências “germanistas”²⁴. Muito significativa é a lista de nomes da Comissão de Propaganda, pois nela consta, além dos dois recém citados, o de Othon Blessmann, “nativista” histórico, mais notório que Carlos de Souza Moraes; participou da depredação do jornal dos Rotermund (GERTZ, 2002, p. 238), e, ainda na década de 1970, estava difundida, entre grande parte da população de São Leopoldo, a convicção de que comandou a depredação do Monumento ao Imigrante, em 1942. Interessante é que, como último integrante desta comissão, consta “presidente do jornal *Brasil-Post*” – cabe res-

²² A primeira edição é de 1937.

²³ SANTOS (2018). Dados sobre Carlos de Souza Moraes estão nas páginas 122-124.

²⁴ Theodomiro Porto da Fonseca foi prefeito de São Leopoldo de 1928 a 1944 (SANTOS, 2018, p. 124-125). Desconhecem-se fontes ou estudos sistemáticos sobre suas opiniões ou comportamentos em relação aos “alemães”. Há indicações de que tenha sido liberal, tolerante, até condescendente (afinal, vivia em São Leopoldo desde a virada do século XIX para o XX, e, ali, casara com uma Ries). Neste sentido, Hans Günther Naumann (2009, p. 64) escreveu, ao comentar que no seminário luterano Instituto Pré-Teológico, localizado no Morro do Espelho, em São Leopoldo, professores alemães continuaram a lecionar em alemão, durante toda a Segunda Guerra Mundial, quando fora dali pessoas poderiam ser presas e torturadas por terem pronunciado uma única palavra nessa língua: “Talvez fosse a influência do prefeito de São Leopoldo, Theodomiro Porto da Fonseca, que fez com que a cidade fosse poupada da perseguição policial aos alemães e seus descendentes, que em muitas outras cidades e vilas assumiu proporções tão desagradáveis”. Mas o próprio filho de que estamos tratando (Mário Fonseca) escreveu, em texto biográfico (1974, p. 170), que, em alemão, “só sabia a palavra ‘Wasser’”. Quanto ao irmão Remy Fonseca, há registros de ter sido um “nativista” histórico, tendo estado presente no empastelamento do jornal *Deutsche Post*, de propriedade dos Rotermund, em 1928 (GERTZ, 2002, p. 242).

saltar que sua sede se localizava em São Paulo, situação que dificilmente lhe permitiria qualquer interferência, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Não há espaço para evidenciar a importância que a historiografia tem atribuído à “ideologia germanista”, e uma suposta presença maciça de “germanidade”, dela derivada, entre a população de origem alemã no Rio Grande do Sul. Mesmo que nem sempre explicitada, uma visão muito difundida é a de atribuir-lhe uma capacidade excepcional para produzir realidade histórica, mais ou menos como se ela fosse uma variável independente onipotente, que explicaria quase por completo o transcurso histórico nas regiões de colonização alemã. Os dados e fatos aqui apresentados, envolvendo o episódio dos festejos dos 132 anos de imigração alemã, no entanto, são muito consistentes para justificar a afirmação de que, *no mínimo*, não é bem assim, que a citada historiografia, com muita frequência, se deixou levar por aparências, por preconceitos do senso comum, incorrendo em lamentável falta de rigor, que se exige na “ciência histórica”.

Com a constatação de que os festejos, decidida e definitivamente, não derivaram da “ideologia germanista” nem foram promovidos por “germanistas”, impõe-se a pergunta por sua motivação efetiva. E aí, nos defrontamos com dois problemas de difícil solução: a) que *tipo* de motivação ela teve?; b) os interesses de que pessoa(s), grupo(s) ou instância(s) estiveram em jogo, nesta empreitada?

Se o restante deste texto será dedicado à uma *tentativa* de responder à segunda pergunta, não há como negar dificuldades em relação à primeira, porque, em tese, se poderia pressupor que o prefeito Paulo Couto tivesse organizado a festa para atrair turistas, e, assim, angariar fundos para seu projeto de governo, que incluía uma série de obras, admitidas até pelos “germanistas”²⁵, que a motivação, portanto, teria sido econômica²⁶. Nesta mesma linha, poderíamos imaginar a festa como motivação para a população trabalhar e produzir mais, a fim de melhorar a situação dos cofres públicos. Mas também poderíamos imaginar – repita-se: em tese – que, como a população de São Leopoldo estava dividida em duas grandes confissões religiosas, o objetivo

²⁵ *Brasil Post*, São Paulo, 23 de junho de 1956, p. 6.

²⁶ A motivação turístico-econômica está muito presente em políticas mais recentes ao divulgar o caráter “germânico” da região. Cf. WEBER (2006).

poderia ter sido o de promover uma confraternização entre elas, ou, ainda, aumentar a autoestima de uma delas, para não se sentir inferiorizada diante da outra. Como, porém, não temos elementos nem se consegue imaginar a existência de fontes que pudessem ajudar na comprovação dessas hipóteses, não há outra solução a não ser a de tomar uma decisão “arbitrária”, derivada do bom senso, e partir do pressuposto de que aquilo que motivou a festa foram interesses de ordem *política*. E é nesta direção que se *tentará avançar*, de agora em diante.

A primeira investida para tentar descobrir objetivos políticos subjacentes aos festejos da imigração alemã deve ter em mente, obviamente, o próprio prefeito que as promoveu, ou a política local. Mas há dificuldades, pois desconhecemos estudos e informações básicas sobre a política em São Leopoldo e seu prefeito. Através de um manual de história política do município, sabemos apenas que nas eleições de 1955 PTB, PSD e PL apresentaram candidatos próprios ao executivo, de forma que só o PRP poderia ter feito coligação com outro partido. A votação para o legislativo mostra que o PTB, mesmo não alcançando maioria absoluta, obteve votação sólida (8 vereadores, enquanto o PSD elegeu 4, o PL 3 e o PRP 2) (MOEHLECKE, 2011, p. 153-155). A respeito de Paulo Couto, sabe-se que foi eleito deputado estadual pelo PTB, em 1947, depois foi deputado federal (1951-1955)²⁷. Uma análise de sua atuação como deputado poderia trazer subsídios sobre seu posicionamento em relação à imigração alemã, mas essa tarefa requereria grande investimento de tempo – e poderia terminar sem resultados. Independente de tudo isso, existe uma informação sobre sua atuação enquanto deputado federal – portanto, no período imediatamente anterior à eleição para prefeito – que não sugere grandes pendores “germanistas”, pois “foi vice-presidente do diretório central da Liga de Emancipação Nacional, organização que tinha por objetivo a defesa das liberdades democráticas e a luta pelo desenvolvimento econômico independente do Brasil²⁸”. Portanto, pertenceu à ala mais nacionalista do PTB, e deve ter defendido posições à esquerda, classificação que ninguém se arriscaria a atribuir à “ideologia” e à prática “germanistas”, e

²⁷ Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-costa-da-silva-couto>. Acessado em 26/7/2019.

²⁸ Idem.

à própria “colônia alemã”, justamente tida como nazista na guerra, e como continuando arquivconservadora, no pós-guerra.

Se, na falta de informações mais densas sobre o prefeito Paulo Couto e sobre aquilo que possa ter sido sua visão da “colônia alemã”, ampliarmos o espectro, incluindo referências históricas do PTB gaúcho, elas apontam para problemas de relacionamento entre “colonos” (“alemães” e “italianos”) e o partido. Ainda que se desconheçam estudos mais densos sobre este aspecto, alguns trabalhos mais recentes ajudam²⁹. Assim, encontramos em Marcos Jovino Asturian um item intitulado “a batalha pelo voto na zona colonial”, no qual transcreve um “a pedido” do PSD contra o candidato do PTB a governador do estado, em 1947, Alberto Pasqualini, nos seguintes termos: “Está ainda viva na lembrança das populações dos municípios coloniais os vexames, as perseguições e as afrontas sofridas [sic]. [...] quem, neste tempo, mandava [...] no Brasil? O sr. Getúlio Vargas! [...]. Nada fez pela colônia o sr. Alberto Pasqualini”. Panfletos do PSD em alemão e italiano associavam os petebistas ao comunismo. Em resposta, panfleto do PTB, intitulado “revivem, através do PSD, os métodos da camarilha nazista que ensanguentou o mundo e degradou a humanidade”, dizia: “o que causa indignação não é propriamente o fato de estar redigido numa língua estrangeira. [...]. O que repugna nesse boletim é sua linguagem nazista”, pois, além de aliado com o PRP (os antigos integralistas, vistos como nazistas), o PSD utilizaria técnica nazista de classificar como comunistas partidos verdadeiramente democráticos, como o PTB. O PSD retrucou, acusando os adversários de virem “procurando suscitar na região colonial italiana a luta racial, com os slogans de que Pasqualini é [...] ‘enviado do governo da Itália para proteger os italianos do Rio Grande’”. Acusações semelhantes se repetiram na eleição de 1950, quando o PSD, por exemplo, publicou uma matéria intitulada “o Rio Grande que julgue! Com quem estão os comunistas?”, relacionando tanto Vargas quanto Ernesto Dornelles aos comunistas, acusando o primeiro pela legalização do PCB, em 1945, e o segundo por ter votado, como senador, em 1947, contra sua cassação. “Além disso, o PTB era acusado de utilizar folhetos com a fotografia de Cylon Rosa e de Luiz Carlos Prestes como se fosse propaganda comunista, e

²⁹ Cf. ASTURIAN (2011); CRUZ (2010); FERNANDES (2013).

distribuí-la na *zona colonial do estado*³⁰ (ASTURIAN, 2011, p. 105-106). Não há dúvida de que a imagem que aqui transparece é, no mínimo, a de uma relação problemática entre o PTB e a assim chamada “colônia” gaúcha.

João Batista Carvalho da Cruz não faz referência especial às relações entre os partidos e a “colônia”, mas, num item dedicado à “Liga Eleitoral Católica e ‘os supremos interesses da consciência cristã’”, destaca, com base em estudos de Carla Rodeghero (2003), que os efeitos da LEC se fizeram sentir com ímpeto especial “sobre as populações rurais, em especial nas zonas coloniais”. E nesse contexto, transcreve documentos parecidos com aqueles apresentados por Marcos Jovino Asturian, onde integrantes do PSD acusam os do PTB de comunismo, e, inversamente, há acusações destes contra os primeiros de estarem mancomunados com o nazismo, acusação que, de fato, atinge a “colônia”. Também este autor cita panfleto distribuído pelo PSD, em alemão, que dizia: “Aos colonos. [...] Votai em Walter Jobim, o candidato do governo. Não vos deixeis conduzir pelo Partido Trabalhista, fundado por Getúlio Vargas, pois este tem o mesmo programa do Partido Comunista, e se porta como um comunista disfarçado”. A reação do PTB foi a de ligar o PSD ao nazismo: “É a ideia nazista que aí reponta, clara e insofismável. [...] O sr. Walter Jobim, tal qual o ‘*gauleiter*’ do Terceiro Reich, apresenta-se como ‘*der regierungskandidat*’, isto é, candidato do governo”³¹ (CRUZ, 2010, p. 138-139). Mesmo que se trate de troca de acusações na luta por votos, mais uma vez fica claro que a “colônia” – em especial a “alemã” – aparece como tendo uma relação, no mínimo, problemática com o PTB.

Ainda que não tenhamos dados sobre aproximações de Paulo Couto com Leonel Brizola, há, no mínimo, dois motivos para envolver este último no imbróglio, pois: a) ambos pertenciam à ala nacionalista do PTB; b) conhecendo aquilo que aconteceria poucos anos depois (em 1958), isto é, uma aproximação com o PRP, visto como partido dominante na “colônia”, ela já poderia ter estado em gestação, neste momento. Claro, esses dois elementos quase como se excluem mutuamente, mas permitem levantar a possibilidade hipotética de que Couto quisesse ajudar seu correligionário numa aproximação com eleitores da região “colonial”, coisa que efetivamente aconteceu em 1958,

³⁰ O grifo na última frase é meu (REG).

³¹ Pelas indicações de datas de publicação, conclui-se que são dois textos diferentes.

quando Brizola fez coligação com o PRP, partido que, sem dúvida, possuía uma densidade eleitoral maior na “colônia” que nas demais regiões do estado.

Como o trabalho de Vinicius dos Santos Fernandes (2013) analisa a atuação de Brizola como deputado estadual, entre 1947 e 1953, tentou-se achar nele eventuais informações sobre seu pensamento e sua ação em relação à “colônia”. Mas a única passagem em que esse tema aparece é aquela em que é analisada a indicação de Ernesto Dornelles como candidato a governador, em 1950. Baseado em livro de Miguel Bodea (1992), Fernandes afirma que essa escolha “cumprira a tarefa ainda de angariar votos nas regiões de colonização italiana e alemã do estado, regiões reconhecidamente de baixo desempenho eleitoral do PTB, pois, durante sua interventoria, Dornelles teria cessado o processo de nacionalização dos imigrantes”. Mesmo que para Brizola também valha a afirmação já feita em relação a Paulo Couto de que deveria ser feita uma leitura sistemática de seus discursos parlamentares, há indícios de que ele tenha assumido a posição aparentemente mais difundida no PTB, isto é, de distanciamento em relação à “colônia”. Nas suas falas publicadas num dos volumes dos “perfis parlamentares”, não encontramos elogios à população “colonial”, e, pelo contrário, nos deparamos com ao menos uma referência na linha das posições já citadas: criticou o prefeito Romeu Scheibe (PSD), de Carazinho, por ter fomentado a publicação de panfleto em língua alemã com propaganda a favor de Jobim. O panfleto perguntava: “Quem mandou teu filho para a guerra? Foi o Getúlio” (BRIZOLA, 2004, p. 338-339).

As “memórias” de um político muito ligado a Brizola trazem observações interessantes. Em determinado momento de seu relato, Sereno Chaise se refere a uma viagem dele com Brizola a Novo Hamburgo, para encontrar Wolfram Metzler, então presidente do PRP/RS, a fim de articular uma coligação para as eleições a governador, em 1958. Essa viagem deve ter ocorrido entre outubro de 1956 e outubro de 1957, período em que Metzler exerceu o citado cargo. Mesmo que — claro —, na distância do tempo, não se possa cobrar do memorialista precisão cronológica, isto é, que sua fala, 50 anos após o acontecido, reproduza exatamente aquilo que ele pensou e sentiu no dia da viagem, não há dúvida de que os termos de sua manifestação refletem o clima reinante na cabeça de parte não desprezível dos petebistas quanto às relações do partido com a “colônia”. As palavras utilizadas são exatamente estas:

chegamos à conclusão da conveniência de um acerto com o PRP (Partido de Representação Popular) [para as eleições de 1958, a governador do estado, com Brizola como candidato]. Na colônia, a LEC (Liga Eleitoral Católica) tinha muita força. *A colônia nos atacava barbaramente, que éramos comunistas, ‘comunistas de assar criancinhas no espeto’, inimigos da família, da decência, da pátria.* O PRP era um antídoto para isso. Mostrava que nós não tínhamos nada a ver com os comunistas³² (KLÖCKNER, 2007, p. 46).

Essa visão sobre a incompatibilidade entre PTB e “colônia” perpetuou-se na historiografia clássica. Assim, Miguel Bodea, referindo-se à campanha eleitoral de Alberto Pasqualini a governador, em 1947, escreveu: “No dia 20 de dezembro [1946], o candidato *aventurou-se* na zona colonial alemã, realizando comício na próspera cidade industrial de São Leopoldo”. Mais adiante, afirmou que “a disputa mais acirrada travava-se na chamada ‘zona colonial’, onde o PTB procurava furar, desesperadamente, o bloqueio imposto ao trabalhismo pela aliança PSD/PRP e pelo clero católico”. Essas afirmações se referem à campanha de 1947, mas mesmo em relação à campanha do mesmo candidato em 1954 há frases como esta: “dia 29 [de setembro], Pasqualini falava pela última vez aos seus compatriotas teuto-brasileiros na tradicional São Leopoldo”³³ (BODEA, 1992, p. 49, 50 e 124, respectivamente). Por que essa observação, se não estivesse convicto de que o relacionamento problemático continuava? Em livro de Maria Isabel Noll e Hélió Trindade (2004, p. 91), encontramos a seguinte afirmação, ao destacarem que, nas eleições de 1958, “para enfrentar o poderio crescente da aliança [anti-PTB], [este] decide, paradoxalmente, coligar-se com o PRP”. Mesmo “espúria em termos ideológicos”, a coligação conseguiu manter este último partido longe do bloco anti-PTB, “*e permitiu a penetração do PTB nas regiões de colonização italiana e alemã*”. Esta última parte da frase, grifada por mim, sugere que o PTB estivesse, politicamente, ausente e desconhecido na “colônia”. Há, porém, indícios de que a historiografia possa ter incorrido num pequeno deslize para o qual se costuma alertar estudantes de História, nas primeiras etapas do curso — que o historiador deve desconfiar, sempre, das palavras, das justificativas para

32 Os grifos foram acrescentados por mim (REG).

33 Grifo acrescentado por mim (REG).

ações dos atores históricos. No presente caso, há indicadores que justificam suspeitar da historiografia, porque a refutam, em sentido popperiano.

Nas eleições de 1945, o PTB/RS só elegeu um deputado federal, Getúlio Vargas, mas não deixa de ser curioso que os dois primeiros suplentes fossem Arthur Fischer e Albino Hillebrand. Fischer, de Venâncio Aires, exerceu mandato na constituinte federal e depois foi deputado ordinário, já que Vargas não exerceu este mandato; Hillebrand, de Carazinho, havia, como prefeito, autorizado a concessão de certa quantia em dinheiro para que o então jovem Brizola pudesse mudar-se para Porto Alegre, nos anos 1930³⁴ (BRIZOLA, 2004, p. 20). Em 1947, o PTB elegeu como deputados estaduais Egydio Michaelsen, Jorge Germano Sperb e João Lino Braun – o primeiro de São Sebastião do Caí, o segundo de São Leopoldo, e o terceiro de Estrela. Nas eleições de 1950, Germano Dockhorn, de Três de Maio, então ainda pertencente a Santa Rosa, foi eleito deputado federal, e como deputados estaduais Siegfried Emanuel Heuser, João Lino Braun, Theobaldo Neumann, Alfredo Leandro Carlson – ignoremos Theobaldo Neumann, odiado “canibal de alemães” (*Deutschenfresser*), como policial, durante o Estado Novo. Quanto aos demais, não consta, porém, qualquer atrito com a “colônia alemã”³⁵. Em 1954, na última eleição antes de Brizola, supostamente, vir a popularizar o PTB na “colônia”, o partido elegeu Braun deputado federal e reelegeu Heuser e Neumann deputados estaduais.³⁶ Mesmo que os resultados dessas eleições de 1954 possam *sugerir* que a força do PTB na “colônia alemã” tenha diminuído, há, no mínimo, outro indicador que complica essa hipótese.

34 A respeito de Hillebrand, ver CAVALHEIRO (2004; 2005; 2008).

35 Heuser era de Santa Cruz do Sul, e Carlson de Santa Rosa. Informe-se aos puristas que este, de fato, era de origem sueca, mas não há dúvida de que representava a região muito “alemã” de Santa Rosa.

36 Os dados deste parágrafo foram buscados em *As eleições no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições Síntese, s. d.

	PTB	PSD	PRP
ARROIO DO MEIO	31,6%	44,8%	22,3%
CAÍ	31,9%	24,8%	31,9%
CANDELÁRIA	20,2%	30,3%	10,2%
CARAZINHO	26,2%	28,1%	13,3%
ESTRELA	38,1%	31,7%	13,3%
IJUÍ	25,8%	20,3%	35,8%
LAJEADO	34,8%	33,9%	20,3%
MONTENEGRO	37,5%	28,3%	7,9%
NOVO HAMBURGO	30,3%	10,8%	26,4%
SANTA CRUZ DO SUL	36,0%	19,8%	13,7%
SANTA ROSA	26,1%	34,7%	24,6%
SÃO LEOPOLDO	33,0%	16,7%	17,5%
SÃO LOURENÇO DO SUL	26,0%	23,6%	5,3%
TAQUARA	39,0%	17,4%	8,1%
TRÊS PASSOS	31,0%	20,1%	1,8%
VENÂNCIO AIRES	22,1%	20,1%	36,5%

Os percentuais de votos na eleição para deputado estadual mostram que, abstraindo de Arroio do Meio, Candelária, Carazinho e Santa Rosa – apenas *um quarto* dos municípios mais típicos de colonização alemã –, o PTB obteve, em *todos* os demais, percentuais superiores ao PSD; e mesmo para o PRP, cuja suposta presença acachapante na “colônia” costuma ser destacada com impressionante frequência, o PTB só perdeu em dois municípios (Ijuí e Venâncio Aires), empatou em outro (Caí), mas teve maioria simples dos votos nos demais. O fato de que o PTB possuísse maioria em 10 dos 16 municípios citados³⁷ constitui imperativo de lógica para classificar como, *no mínimo*, apenas meia verdade afirmações historiográficas no sentido de que o partido

FONTE
NOLL;
TRINDADE,
1995, p. 83-84.

A soma dos percentuais não resulta em 100%, porque foi omitido o percentual dos demais partidos.

³⁷ Num dos casos, empatado com o PRP.

era *desconhecido* na “colônia alemã”³⁸. Por tudo isso, considerando que o PTB venceu as eleições de 1955, para prefeito, no “berço da colonização alemã”, São Leopoldo, é possível que Paulo Couto tenha visto, com mais acuidade que seus correligionários e os próprios historiadores, o potencial eleitoral das populações “coloniais” a favor do partido, e tenha tentado “capturá-las” com a grandiosa festa que organizou – mas esta é apenas *uma* hipótese.

Miguel Bodea, apesar de insistir, ao longo de seu texto, na incompatibilidade entre PTB e “colônia”, sugere, porém, a certa altura, outra hipótese. Ela não é, necessariamente, contraditória, pois reduz a importância do caráter subjetivo presente na anterior, inclinando-se, aqui, para uma avaliação mais “estrutural”, da necessidade política realista de superação da imagem negativa construída pelo realismo político. Segundo ele, Vargas passou por Santa Cruz do Sul, em 21 de setembro de 1950, durante sua campanha eleitoral à presidência da República, e disse que não tinha culpa pelos excessos praticados pelos “nacionalizadores” de Cordeiro de Farias, nas “regiões coloniais”, de 1938 a 1943; que, quando tomou conhecimento daquilo que estava acontecendo, trocou este interventor por Ernesto Dornelles, o qual acabou com os abusos. Na continuidade, Bodea (1992, p. 77) afirma: “A partir daí, a ideia de uma aliança entre um PTB urbano, com forte base de sustentação operária, e setores da pequena propriedade agrícola esboça-se com crescente nitidez nas lideranças do trabalhismo gaúcho, particularmente na atuação dos dois jovens deputados estaduais oriundos da ala moça: Leonel Brizola e Fernando Ferrari”³⁹.

Como, até aqui, foram referidas hipóteses sobre interesses locais/regionais (São Leopoldo/Paulo Couto – Porto Alegre/Leonel Brizola), cabe aventar outra: a de que os festejos também tivessem a ver com o governo federal de Juscelino Kubitschek. Em tese, essa hipótese é plausível, porque o PSD/RS se opôs à candidatura JK, fato que teria aproximado o presidente do PTB/RS⁴⁰. Ele não era totalmente avesso a questões “étnicas”, tendo havido

³⁸ A listagem não inclui municípios como Cachoeira do Sul, Santo Ângelo e São Pedro do Sul, onde há áreas típicas de colonização alemã, com os seguintes resultados, respectivamente, PTB = 41,7%, 42,1%, 37,7; PSD = 29,6%, 33,4%, 29,2%; PRP = 6,0%, 10,4%, 12,1%, dados que reforçam meu argumento.

³⁹ Lembremos que Brizola fez uma primeira aproximação com o PRP quando concorreu a prefeito em Porto Alegre, em 1951; quando se elegeu em 1955, incluiu o perrepista Mário Maestri (sênior) em seu secretariado (CARDOSO, 2009, p. 118). Ver também: SILVA; CALIL (2000).

⁴⁰ Segundo Carlos E. Cortés (2007, p. 250), a vingança de Kubitschek contra o PSD gaúcho rebelde, que não

casos em que elas chegaram a influenciar sua política externa⁴¹. Em discurso durante ato promovido por instituições eclesásticas internacionais, em 26 de maio de 1958, disse: “Mas não necessitamos ir muito longe, pois aqui estou eu mesmo, com o meu nome indisfarçável, a tornar evidente que não veio, pelo menos parte de minha família, nas caravelas com os lusíadas, que criaram este país – mas de países definidos como de emigração” (KUBITSCHKEK, 1958, p. 12). Em suas memórias, relatou que seu bisavô-materno era tcheco da Boêmia, e pela dificuldade em pronunciar o sobrenome, acabou sendo “João alemão” (KUBITSCHKEK, 1974, p. 23-24). Nesse sentido, referências a sua viagem à Europa, antes da posse, em janeiro de 1956, fornecem mais algumas pistas. A viagem começou nos Estados Unidos, sem dúvida o destino politicamente mais importante, mas, naquilo que tange à Europa, a Alemanha, sem dúvida, foi vista como a etapa de maior peso. Roberto Campos escreveu, em suas memórias (1994, p. 287), que “seu esforço mais concentrado nesse sentido [de atrair investimentos] foi feito na Alemanha, que já tinha ressurgido da guerra com grande ímpeto industrial”. Alguns empresários alemães o conheciam do tempo de governador de MG, quando foi instalada a Mannesmann, a quem ele garantiu suprimento de energia. Claudio Bojunga (2010, p. 420) afirmou que “o maior esforço em conseguir investimentos para o Plano de Metas foi na Alemanha”. Assim, “com a eleição do presidente Juscelino Kubitschek, as relações do Brasil com a Alemanha se acentuaram e, no final de 1956, o Brasil já era o país estrangeiro onde a Alemanha mais fazia investimentos”⁴² (WELLS, 2012, p. 21).

Moniz Bandeira (1994, p. 113) enalteceu a visita: “No entanto, apesar da escassez de tempo, excepcional homenagem lhe foi, em Bonn, prestada. Pela primeira vez, o presidente da RFA, Theodor Heuss, recebeu para um pequeno almoço (*Frühstück*), ao meio dia, um visitante que chefe de Estado ainda não se tornara”. Há indícios de que, na tentativa de aproximação entre os dois

apoiou sua candidatura, assumiu várias formas, em especial, a ausência de dinheiro do Plano de Metas para o Rio Grande do Sul, em contrapartida apoiou Brizola como prefeito de Porto Alegre.

⁴¹ Segundo Paulo G. F. Vizentini (1995, p. 137), “um dos eixos básicos da política externa brasileira [ao menos num primeiro momento do governo JK] [...] foi a estreita cooperação com Portugal. Em troca do apoio interno da comunidade portuguesa a seu governo, JK sustentava na ONU e em outros organismos internacionais a posição colonialista lusitana”.

⁴² Este parágrafo privilegiou, sobretudo, bibliografia não acadêmica, sob o pressuposto de que ela refletiria de forma mais fiel que tratados rigorosamente científicos a percepção subjetiva dos atores contemporâneos.

países, ambos os lados tenham usado a “carta” presença de alemães e descendentes no Brasil. Em sua fala, Heuss destacou que possuía conhecidos no Rio de Janeiro, em São Paulo, Porto Alegre e Blumenau, os quais, sempre que vinham à Alemanha, o visitavam. Por isso, ao lado da colaboração econômica, “*desejamos também firmar e aprofundar o elo cultural*”⁴³. JK, por seu lado, teria relatado, em conversa informal, a história que, mais tarde, repetiu em suas memórias – que, apesar de sua família paterna ser da Áustria [*sic*], seu bisavô era conhecido como “João alemão”; e em seu discurso de resposta a Heuss disse: “Muitos filhos da Alemanha vieram até nós, no passado, e se transformaram em frutíferos e exemplares cidadãos de meu país”⁴⁴. *Brasil-Post*, de 15 de setembro de 1956 (p. 1), noticiou que, em discurso no centenário de Ribeirão Preto (SP), destacou a importância da imigração para o Brasil, *lembrando seus inícios, em 1824, com alemães, lá em São Leopoldo*. Como gesto de boa vontade para com a Alemanha, *mas também para com alemães estabelecidos no Brasil*, em 30 de agosto do mesmo ano, assinou o decreto n. 39.869, que “dispõe sobre a liberação dos bens e direitos pertencentes a pessoas físicas e jurídicas alemãs e dá outras providências”. Essa era uma questão pendente, desde a guerra. Com a entrada do Brasil no conflito, haviam sido confiscados os bens dos “súditos do Eixo”. Em relação a italianos e japoneses, houvera uma legislação bem anterior, mas em relação a alemães houvera uma primeira tentativa só em 1950, a qual, porém, fora muito criticada, por ter sido apenas parcial.

Ainda que não haja como provar uma relação entre a iniciativa do prefeito de São Leopoldo em festejar o 25 de julho e interesses do governo JK, os fatos arrolados permitem levantar esta hipótese. E ela é reforçada por, no mínimo, um detalhe. Fernando Morais (1994, p. 573) relata que Assis Chateaubriand jogou “toda a força dos Diários Associados [...] na campanha de Juscelino Kubitschek”, e que ele esteve “comprometido com a candidatura do governador mineiro a ponto de transformar os Associados em uma rede de boletins oficiais da campanha”. Diante dessa afirmação, não deixa de ser significativo que, em escrito de Fritz Rotermund à *Brasil-Post*, de 19 de junho de 1956, se informava que, três dias antes, “membros da comissão central

⁴³ *Brasil-Post*, São Paulo, n. 272, 11/2/1956, p. 7. Grifo acrescentado por mim (REG).

⁴⁴ Respectivamente, *Brasil-Post*, São Paulo, n. 271, 4/2/1956, p. 16; e *Brasil-Post*, São Paulo, n. 272, 11/2/1956, p. 7.

local [dos festejos] foram convidados pelos ‘Diários Associados’ para um jantar em Porto Alegre, oportunidade em que se tornou público que este conglomerado se colocará a serviço das atividades do 25 julho, através de seus jornais e de suas estações de rádio”. E a promessa foi cumprida. A prova está na edição de 25 de julho de 1956 do *Diário de Notícias*, com quatro cadernos, total de 72 páginas, e que traz um editorial assinado por ninguém menos que o próprio Assis Chateaubriand, sob o título “Colono! Sangue novo para um Brasil nascente” (p. 4). Terá havido uma orquestração de dimensões nacionais, a partir de São Leopoldo?

Mesmo sob o risco de ser acusado de adepto de uma concepção “conspirativa” da História, termino com mais uma hipótese – sem provas, mas também plausível – sobre uma “trama” mais ampla que poderia ter sido “jogada” naquele momento. Sabe-se que na eleição de 1955 à presidência da República a disputa básica se travou entre Kubitschek e Juarez Távora; que a candidatura de Adhemar de Barros (PSP), em tese, “roubou” votos de JK, “à esquerda”; que, porém, é mais significativo que a candidatura de Plínio Salgado (PRP) “desviou” votos de Távora, “à direita” – cabe enfatizar que o percentual de votos de Salgado ficou próximo daquele pelo qual JK derrotou Távora, de forma que, sem essa candidatura, a vitória não estaria garantida. Gilberto Grassi Calil (2010, p. 145) afirmou que não se conhece prova documental de um acordo entre JK e Salgado, mas “objetivamente pode-se afirmar que a candidatura de Salgado efetivamente beneficiou Kubitschek”. Como nas eleições de 1954 o PRP/RS registrara o segundo maior número de votos no país, atrás, apenas, do PRP/SP, onde o partido tivera uma ascensão repentina entre 1950 e 1954, mais que dobrando o número de eleitores, enquanto aqui houvera um “crescendo estável” (CALIL, 2011, p. 370), o PRP do Rio Grande do Sul pode ter sido visto (e ter efetivamente funcionado) como elemento de ligação na “trama” aqui aventada. E constitui dado inquestionável que o PRP/RStinha sua maior densidade eleitoral na “região colonial”. Claudira Cardoso (2009, p. 179) mostrou que os “colonos” não constituíram apenas a maioria dos eleitores de base, mas que também entre os dirigentes regionais – num total de 94 sobrenomes – 66 eram de origem alemã e italiana, com uma pequena supremacia dos primeiros. Neste contexto, tentar conquistar essa gente para uma aliança nas eleições majoritárias e/

ou proporcionais dos anos seguintes, através de uma festa, não soa como algo totalmente improvável.

Mas – destaque-se –, apesar de plausíveis, não temos provas para *nenhuma* hipótese aqui aventadas. Por isso, o rigor nos obriga a mantê-las como tais – como meras hipóteses –, sem promovê-las a verdades históricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2011.

BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Ensaio, 1994.

BARBIAN, Nikolaus. *Auswärtige Kulturpolitik und „Auslandsdeutsche“ in Lateinamerika 1949-1973*. Wiesbaden: Springer VS, 2014.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOJUNGA, Claudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: ALERGS, 2004.

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: UNIOESTE, 2010.

CALIL, Gilberto Grassi. Partido de Representação Popular: estrutura interna e inserção eleitoral (1945-1965). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília: UnB, n. 5, p. 351-382, 2011.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa (memórias I)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *O integralismo no processo político gaúcho: a máquina partidária do PRP e seus dirigentes [1945-1965]*. Tese [Doutorado em Ciência Política] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAVALHEIRO, Maria Eloisa. *Relações de poder no Estado Novo: uma permanência sui generis – o caso Albino Hillebrand*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2004.

CAVALHEIRO, Maria Eloisa. *Imprensa e poder: o caso sui generis de Carazinho-RS*. Passo Fundo: UPF, 2005.

CAVALHEIRO, Maria Eloisa. “Sabes com quem estás falando?": elites políticas no Planalto Médio gaúcho (1930-1945). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2008.

CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

DREHER, Martin N. *Wilhelm Rotermund: seu tempo – suas obras*. São Leopoldo: OIKOS, 2014.

FERNANDES, Evandro. *SOS Europa Faminta: Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FERNANDES, Vinicius dos Santos. *A emergência de um líder nacionalista: a atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

FONSECA, Mário. Coronel Theodomiro Porto da Fonseca. In: *Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 1974.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GERTZ, René E. A criação na escrita da História. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: PUCRS, v. 45, n. 4, p. 54-61, 2010.

GERTZ, René E. A guerra que ainda não acabou: a população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. In: HEINSFELD, Adelar et al. (Orgs.). *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2013a.

GERTZ, René E. Luteranos gaúchos e a política brasileira ao final da Segunda

Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá: UEM, v. V, número especial, p. 213-228, 2013b.

GERTZ, René E. O pós-guerra nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul (1945-1955). In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz et al. (Orgs.). *Festas, comemorações e rememorações na imigração*. São Leopoldo: OIKOS, 2014, p. 1593-1608.

GERTZ, René E. Descendentes de alemães no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis: ANPUH, 2015a.

GERTZ, René E. O mundo colonial gaúcho e a política regional após 1945. In: *Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2015b.

GERTZ, René E. Política, religião e etnia: vida religiosa nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul durante a Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra. In: ARENDT, Isabel Cristina et al. (Orgs.). *Migrações: religiões e religiosidades*. São Leopoldo: OIKOS, 2016, p. 953-967.

GERTZ, René E. A sombra da Segunda Guerra Mundial sobre o Rio Grande do Sul. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de et al. (Orgs.). *Expressões do nazismo no Brasil: partido, ideias, práticas e reflexos*. Salvador: Saggá, 2018a, p. 200-217.

GERTZ, René E. As comemorações do 25 de julho de 1956, no Rio Grande do Sul. In: ZANOTTO, Gizele (Org.). *Anais do IV Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras* (vol. II). Passo Fundo: UPF, 2018b, p. 965-976.

GERTZ, René E. Articulações político-culturais na “colônia alemã” do Rio Grande do Sul após 1945: a Federação dos Centros Culturais 25 de Julho. In: ARENDT, Isabel Cristina et al. (Orgs.). *Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológicos*. São Leopoldo: OIKOS 2018c, p. 781-794.

GERTZ, René E. Os festejos dos 132 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: RAHMEIER, Andrea Helena Petry et al. (Orgs.). *Migrações, Educação e Desenvolvimento: convergências e reflexões* (vol. 3). Porto Alegre: Fi, 2019, p. 389-408.

GOODMAN, Glen S. *From “German danger” to German-Brazilian President: immigration, ethnicity, and the making of Brazilian identities, 1924-1974*. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Atlanta, 2015.

KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre: AGE Editora, 2007.

KUBITSCHKEK, Juscelino et al. *Imigração sem preconceitos*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1974, v. 1.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *São Leopoldo: contribuição à história da vida política e administrativa (1824-2010)*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

MORAES, Carlos de Souza. *A ofensiva japonesa no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1942.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NAUMANN, Hans Günther. *Se você não assumir...: recordando a caminhada de um professor de professores*. São Leopoldo: Sinodal; Novo Hamburgo: Echo, 2009.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió (Coord.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945-1994*. Porto Alegre: UFRGS/ALERGS, 1995.

NOLL, Maria Isabel; TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul – 1823/2002*. Porto Alegre: UFRGS/ALERGS, 2004.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964*. Passo Fundo: UPF, 2003.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Outras perspectivas sobre a história política regional do Rio Grande do Sul através dos acervos pessoais de Leopoldo Petry, Carlos de Souza Moraes e Theodomiro Porto da Fonseca. *Sillogés*, Porto Alegre: ANPUH-RS, v. 1, n. 1, p. 115-136, 2018.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi [Orgs.]. *Velhos integralistas: a memória de militantes do sigma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

VIZENTINI, Paulo G. F. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente, 1951-1964*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WEBER, Roswithia. *Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos*

municípios da Rota Romântica – RS. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

WELLS, Milton. *50 anos da Câmara Brasil-Alemanha no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Malita Perê, 2012.

WOLFF, Martin. *Die Stellung der ethnischen Presse im Prozess der Identitätskonstruktion ihrer Leser: eine inhaltsanalytische Untersuchung am Beispiel der Brasil-Post*. Hamburgo: Verlag Dr. Kovac, 2010.

XVII

FASCISMO? QUE FASCISMO?¹

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

NOS ANOS 1930, O FASCISMO TEVE ALGUMA FORÇA POLÍTICA E UM GRAU IMPORTANTE de organização no Brasil, mas, apesar da conquista de várias adesões dentro e fora das novas estruturas estatais que se organizavam, movimentos de tipo fascista não conseguiram de fato se vitoriar politicamente ao ponto de assumir o governo e muito menos implantar no país um regime fascista em sentido estrito. À época, destacou-se o integralismo, a versão nativa mais próxima dos fascismos europeus. Depois daquilo que os contemporâneos apregoavam como “a revolução brasileira”, a “revolução de 30”, e dos acontecimentos pelo mundo entre as duas grandes guerras, tais como a revolução russa, ascensão do nazifascismo, crise de 1929 e outros, as ideologias mais ou menos extremistas encontraram adeptos e difusores no Brasil, que experimentava as transformações advindas de uma acelerada complexificação social e econômica, da intensificação da urbanização e da industrialização, da expansão capitalista no campo, da burocratização do estado, etc. Destacavam-se como relativas “novidades ideológicas” desde os anos 1920, a esquerda revolucionária inspirada no bolchevismo soviético e a extrema direita de inspiração nazifascista. Não eram faces de uma mes-

¹ Este artigo é em grande parte baseado no livro *A dança das bolinhas: notas sobre o Brasil interrompido*. Cf. GRIJÓ (2020).

ma moeda de “radicalismo”, mas eram algo de novo no repertório político-ideológico do país. Ambas correntes frutificaram, sem nunca se tornarem hegemônicas. Foi-se constituindo uma esquerda mais radical, revolucionária, bem como um extremismo de direita com inspiração nazifascista explícita, como no caso citado do integralismo de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, esse último pai de Reale Júnior, golpista contumaz e coautor do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, ou camuflada em um certo conservadorismo autoritário, e no de alguns grupos de “católicos” atuantes no Rio Grande do Sul à época.

Desde então, muita coisa mudou. As esquerdas, por diversos motivos, foram pendendo para o que se poderia chamar de centro democrático. Desde os tempos do pós-guerra, quando o próprio partidão (PCB) optou principalmente pela disputa eleitoral e pela luta cultural, mesmo na clandestinidade, até o PT e sua marca de nascença de um partido democrático-popular para atuar conforme os limites da democracia liberal-burguesa, embora, em seus inícios, tenha abrigado grupos mais radicais, os quais foram ou se adaptando e enquadrando ou dele se afastando na medida em que a agremiação se aproximava cada vez mais do centro e das vitórias eleitorais. Tivemos sim momentos e grupos radicais e eventualmente inspirados em modelos revolucionário-ditatoriais – movimentos sociais e grupos engajados em lutas armadas durante a ditadura, uns stalinistas, outros trotskistas, leninistas, maoístas, castristas, enfim –, mas, mais recentemente e em geral, com exceções raras, a maior parte da esquerda não só se acomodou ao sistema político como foi dele um de seus principais avalistas e fiadores, especialmente o PT, seus aliados e o PSOL.

Por outro lado, os integralistas, que formaram um partido político depois do fim do Estado Novo, o Partido de Representação Popular (PRP), continuaram se espalhando tanto pelas forças armadas e policiais, quanto pelo mundo dos profissionais liberais e o jurídico, além de outras organizações muitas vezes tidas como “liberais” na sociedade civil. O autoritarismo ditatorial fascista se dava bem com o tradicional autoritarismo patriarcal-eslavista pseudoliberal das classes proprietárias brasileiras, desde suas origens com o conserto saquarema², passando pelos seus ideólogos no período repu-

² Cf. MATTOS (1990).

blicano, como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Gilberto Freire. Com o tempo, fascistas e filofascistas, originários ou não do integralismo, conseguiram se aninhar com certa desenvoltura em nichos burocráticos do estado e em organizações da sociedade civil, a começar pela justiça e as forças armadas, passando pela igreja católica e a maçonaria, deixando de lado as ruas, as manifestações espetaculosas com as camisas verdes, os anauês e os sigmas que caracterizaram muitos deles em seus inícios.

Diferentemente, porém, desses “velhos fascistas”, mais recentemente, surgiram em certos núcleos urbanos os grupos neoextremistas de direita – neofascistas, neonazistas, neointegralistas e similares, com seu ideário supremacista, racista, antissemita, homofóbico, de exaltação à violência e afins –, congregando especialmente jovens de classe média baixa de bairros populares de grandes metrópoles do centro-sul.

Um outro viés não necessariamente nascido fascista, mas que recentemente parece estar pendendo para o seu lado, é o de certas igrejas neopentecostais. Mas, nesse caso, apenas faço a referência impressionista. Ainda é preciso estudá-lo melhor em sua conexão com formas de fascismo propriamente dito.

Depois de 1945, porém, praticamente ninguém era explicitamente “fascista”, embora as almas marcadas por ele continuassem ativas, laqueadas em tons liberais, da boca para fora, cujas máscaras 1964 em parte derrubou. A ditadura não instaurou um regime fascista no Brasil, mas albergou um monte de seus militantes e simpatizantes em suas burocracias, logo expurgadas de elementos “subversivos”, especialmente os ditos comunistas, socialistas, esquerdistas em geral, além dos trabalhistas mais ideológicos ou vinculados a Leonel Brizola.

Elementos de fascismo sem dúvida compuseram a panóplia teórico-prática da doutrina de segurança nacional, do terrorismo de estado e de seus métodos de governo e repressão, sem, contudo, que, no caso do Brasil, a ditadura tivesse se transformado em um regime fascista estrito senso. Ela era demasiadamente influenciada pelo tenentismo dos anos 1920, bem como por um certo cientificismo positivista transformado em tecnocracia, tradicionalmente do agrado de muitos militares, que se mesclaram com o já citado autoritarismo patriarcal-escravista das classes proprietárias, rurais ou

burguesas. Porém, pôde abrigar entre seus colaboradores e apoiadores vários fascistas carimbados que se identificavam com o autoritarismo, o nacionalismo, o tecnicismo, etc. do regime, ou que simplesmente buscavam um “bom emprego” público no qual se encaixar. Sem contar com o apoio decisivo que o regime teve entre os empresários, rentistas, ruralistas e em setores das classes médias, teve também, portanto, o apoio dos velhos fascistas da linha integralista, da linha católica ou outros que compuseram em grande medida as hostes “civis” da denominação adotada hoje por muitos especialistas na acadêmica de “ditadura civil-militar” de 1964.

Faltava à ditadura, porém, algumas das características fundamentais dos regimes fascistas, entre elas a intensa ativação das massas pelos líderes carismáticos ou partidos únicos e a consequente espetacularização ao extremo da política. A ditadura brasileira era o oposto disso. Além de realizar um revezamento de ditadores, todos absolutamente desprovidos de qualquer apelo popular – o último deles, João Figueiredo, chegou a dizer que preferia cheiro de cavalo a cheiro de povo –, apostava em mecanismos diversionistas para incentivar a apatia nas massas, entre eles o tradicional clientelismo, que é uma espécie de avesso da política de massas, intensas censura e propaganda e os programas de entretenimento nas mídias, especialmente a televisão – foi a época de ouro das telenovelas –, ou simplesmente apelava para o controle jurídico-policial-militar da população em geral por meio da compressão e da repressão.

Hoje vivemos uma situação diferente. O *HuffPost Brasil* fez uma matéria em outubro de 2018 sobre a busca pelo termo “fascismo” no Google. Em sete de outubro, dia das eleições em primeiro turno, foi batido o recorde. A procura foi 10 vezes superior do que a média dos 14 anos anteriores. Outro termo composto que também bateu recorde de busca na data foi “Jair Bolsonaro”. O site de notícias constatava, então, que Bolsonaro e fascismo passaram a ser associados, ou que, ao menos, tinham alguma coisa a ver um com o outro, e entrevistou três especialistas, professores universitários, sobre o tema: o discurso de Bolsonaro poderia ou não ser caracterizado como fascis-

ta? A reportagem em si é um sintoma: o fascismo voltava com força à pauta político-midiática. Porém, que fascismo?

Para um dos entrevistados, o discurso de Bolsonaro é nazifascista, principalmente pela escolha de um bode expiatório que justifica todos os males da nação. Antes era o comunismo, com Bolsonaro é o ódio ao PT, o antipetismo. Para ele, denominar de fascista a então candidatura era importante para que não fosse subestimada a ameaça à democracia que ela representava. Outro especialista identificava traços de fascismo no discurso do candidato, mas sustentava que ele era muito mais complexo do que isso. Simplesmente taxá-lo de fascista seria empobrecer o entendimento a respeito do que estaria em jogo no Brasil hoje. Por fim, o terceiro professor ouvido sustentava que Bolsonaro era impulsionado por muitas ideias de cunho fascista, bem como apoiado por grupos explicitamente fascistas, porém, eles não deveriam ser confundidos com os eleitores de Bolsonaro, em muito maior número, 49 milhões no primeiro turno, que em sua esmagadora maioria não seriam fascistas³.

No momento não vou entrar no mérito da discussão, mas apontar a forma enviesada como ela se apresenta. Se prestarmos atenção, podemos notar que os próprios especialistas respondem a questões diferentes sobre a relação entre fascismo e a candidatura de Bolsonaro. Um se concentra no problema do discurso em si, outro nos apoios eventuais a um programa. Um se fixa na comparação com o fascismo histórico, outro apresenta um entendimento mais abstrato de fascismo dentro de uma tipologia de regimes político-ideológicos. Enfim, os termos do debate estão ainda um pouco confusos, mas o fascismo como um problema, como um objeto de interesse e pesquisa e um significante importante posto à mesa retornou.

Embora a academia tenha se esforçado por dar conta objetivamente do que passa, a discussão não se limita a ela, pelo contrário, inclusive se originou fora dela. O crescimento das direitas tem sido denunciado por seus adversários políticos, desde as esquerdas até os liberais no sentido norte-americano, como sendo um avanço “fascista”. Politicamente, portanto, o termo

³ *HuffPost-Brasil*, 24/10/2018. Fascismo no Brasil? Especialistas analisam retórica de Jair Bolsonaro. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/23/fascismo-no-brasil-especialistas-analisam-retorica-de-jair-bolsonaro_a_23566304/. Acesso em: 19 de julho de 2019.

se transforma em uma palavra de ordem, de ataque e de luta com alguma força histórica, um significante saturado de sentido, sentido esse hegemonicamente pejorativo ao menos desde o fim da II Guerra. Assim, o “fascismo”, inclusive pelo interesse que desperta nas grandes mídias empresariais, está de volta. Ele retorna como palavra de ordem que tenta denunciar, estigmatizar e anatematizar os movimentos, grupos ou governos de extrema direita, ao mesmo tempo em que, em torno dele, se busca congregar para a luta todo um contingente “antifascista” a ser construído como agente político, além de ser usado como uma forma de conseguir certa atenção midiática.

E a extrema direita parece acusar o golpe. Desde as entranhas do governo brasileiro inaugurado em 2019, desde seu núcleo mais fanatizado e doutrinado por nada mais nada menos do que o astrólogo e ativista de internet Olavo de Carvalho, referências ao fascismo aparecem. Nesse sentido, ganha interesse a figura do antes felizmente desconhecido burocrata do Itamarati Ernesto Araújo, que, não fosse a vitória eleitoral do capitão reformado, estaria fadado a vegetar por salas e corredores obscuros até sua aposentadoria, como tantos outros de seu tipo, embora fanatizados ou motivados, que fazem parte do primeiro escalão do atual conluio governamental. Ele escreveu, em um artigo de 2017 e depois repetiu inúmeras vezes, já como ministro das Relações Exteriores, que o fascismo e o nazismo eram regimes ou ideologias “de esquerda”⁴. Antes quase ninguém, com exceção talvez da progenitora e da cônjuge do autor, prestara a menor atenção ao artigo ou à esdrúxula opinião nele contida, aliás, reprodução do ponto de vista alardeado justamente por Olavo de Carvalho desde os anos 2000 em suas perorações apedeutas na internet⁵, até que Araújo foi entronizado no ministério e continuou repetindo tal “besteira”, como o embaixador da Alemanha no Brasil qualificou o *wishful thinking* retrospectivo do atual chanceler do Brasil⁶.

Se trata de uma estratégia deliberada ou de um voluntarismo tosco? Não importa muito. Para uns é estratégia, provavelmente para Olavo de Carvalho e talvez para o fanatizado Araújo, para outros é voluntarismo mesmo, caso do líder da atual

⁴ *GI*, 29/03/2019. Historiadores criticam Ernesto Araújo por dizer que fascismo e nazismo eram de esquerda. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/29/historiadores-cri...to-araujo-por-dizer-que-fascismo-e-nazismo-eram-de-esquerda.ghtml>. Acesso em: 07 de julho de 2019.

⁵ *Carta Capital*, 29/03/2019. “Nazismo de esquerda”: o absurdo vira discurso oficial em Brasília. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/nazismo-de-esquerda-o-absurdo-virou-discurso-oficial-em-brasilia/>. Acesso em: 07 de agosto de 2019.

⁶ Idem.

república, que dificilmente alcança as sutilezas da importância de se disputar esse significante e simplesmente repete que o fascismo é de esquerda porque isso lhe assopraram no ouvido. De qualquer modo, me parece que essa disposição é um sintoma de que o contingente dominante da extrema direita de hoje, embora muito inspirado no fascismo, tem medo ou vergonha de fascismo, ao contrário dos seus congêneres dos anos 1930, que eram orgulhosos e ostensivamente sinônimos de fascismo ou nazismo, conforme o caso. Explico melhor.

Algo os extremistas de direita não podem esconder: muito de sua militância mais aguerrida vem de grupos inequivocamente nazistas, fascistas, integralistas, supremacistas, racistas, etc., com ou sem o “neo” na frente. Tais grupos se assumem explicitamente assim, inclusive portando ou se associando com suásticas, sigmas, caveiras, bandeiras do antigo sul confederado dos Estados Unidos, especialmente em suas páginas ou canais formados desde sites, blogs, redes sociais e afins na internet. Em 16 de janeiro de 2020, o secretário especial de Cultura, Roberto Alvim, mais um confesso discípulo de Olavo de Carvalho pertencente ao governo, publicou um vídeo na internet no qual aparecia em pose semelhante a que costumava se apresentar o ideólogo e propagandista do terceiro Reich Joseph Goebbels, inclusive copiando ou adaptando trechos de falas do ministro da Alemanha nazista. A trilha sonora da postagem era Richard Wagner, autor apreciadíssimo nos meios hitleristas, e contava com, ao invés da suástica, uma cruz de Lorena, ao invés do busto de Adolf Hitler, um retrato do capitão-presidente, e, ao invés de um estandarte da SS, uma bandeira do Brasil.

O núcleo chamado duro e ideológico do governo, bem como o próprio presidente, teria até apreciado ou apoiado a manifestação do secretário, mas Bolsonaro acabou obrigado a demiti-lo devido às fortes pressões de certos judeus ricos e influentes que apoiam o seu governo. Alvim teria passado dos limites⁷.

Como nesses casos não há dúvidas, isso pode ser um calcanhar de Aquiles político para a extrema direita que não cansa de se dizer “liberal” e “democrática”, apesar de todas as evidências em contrário. Disputar e confundir, portanto, as definições de fascismo e nazismo – bem como as de democracia,

⁷ *Folha de São Paulo*, 17/01/2020. Em vídeo, Alvim copia Goebbels e provoca onda de repúdio nas redes sociais. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/em-video-alvim-cita-goebbels-e-provoca-onda-de-repudio-nas-redes-sociais.shtml>. Acesso em 17 de janeiro de 2020.

república, estado de direito, liberdade, etc. — é uma forma de tentar desarmar os opositores no debate público, principalmente a esquerda, pois e afinal, ela é que seria “verdadeiramente” fascista ou nazista segundo o estapafúrdio desejo do novo chanceler olavista do Itamarati e de seu *condottiere*, além de operar como uma manobra diversionista, como um manto ou uma cortina de fumaça que tenta escamotear os princípios que de fato norteiam e impulsionam suas ações.

Ao invés da discussão pública se focar naquilo que seria o mais razoável para o momento, se a atual extrema direita, não só a brasileira, seria fascista ou portaria traços importantes de fascismo, quais riscos correm as instituições democráticas com suas inegáveis vitórias político-eleitorais, ou até que ponto rentistas, ruralistas, comerciantes e industriais, agentes e impulsionadores principais do neoliberalismo em Pindorama, estariam dispostos a apoiar uma tal *débâcle* institucional, por exemplo, o debate passa a ser se o fascismo era ou não “de esquerda”, mesmo que se conclua pela obviedade de que não, não era de esquerda, era de extrema direita mesmo. Como o tema é sensível à direita que hoje assim se autodefine sem constrangimentos, ao contrário de um passado muito recente quando muitos de seus adeptos se escondiam sob mantos liberais, progressistas — chegamos a ter um partido de direita derivado da ARENA com o nome de Partido Progressista (PP) — e democráticos — outro partido derivado da ARENA é o Democratas (DEM) —, confundir o debate e evitar o seu aprofundamento passa a ser fundamental. De onde se pode também entender o por que dos seus agentes se apresentarem como cavaleiros cruzados contra a ciência e a academia. Não interessa o pensamento crítico, a discussão conceitual, os fatos e dados checados e comprovados com método. Como em outros fascismos, interessa o triunfo da vontade.

Há um filme de 2004 que se chama “Obrigado por fumar”, “*Thank you for smoking*” no original, que tratado trabalho e da vida pessoal de um lobista vinculado à indústria do tabaco. Ele é o *front man* de uma associação de industriais do setor que organiza *lobbies*, participa de programas de entrevistas ou de auditórios, solta as notas para as mídias, articula, faz o marketing e a propaganda do grupo que representa. O elenco é ótimo: Aaron Eckhart, faz o personagem principal Nick Naylor, mas conta também com Robert Du-

vall, William Macy, Sam Elliott, Katie Holmes, Rob Lowe e outros. Quando Naylor enfrenta os seus adversários, que querem passar leis de restrição à venda ou uso de cigarros, nutridos fartamente com evidências médicas, fatos cientificamente comprovados, estatísticas, cálculos de gastos sociais e privados com os efeitos do tabagismo, ele jamais os nega diretamente. Se alguém comer muito queijo e costeletas de porco, ele argumenta, vai desenvolver doenças cardíacas com altos custos financeiros e sociais, o que é fartamente comprovado. A solução seria, portanto, proibir ou restringir a venda e o consumo de queijos e de carne de porco? Mas isso não seria um ataque direto à liberdade de escolha das pessoas? Se alguém fuma ou come porco com responsabilidade, que mal há nisso? Onde fica a liberdade?

Em certa passagem, Naylor e o filho pré-adolescente estão passeando em um parque de diversões. O menino quer saber o que o pai faz e se estudou para aprender o ofício. Naylor responde que é um lobista e que não, não estudou para sê-lo, aprendeu sozinho. O filho pergunta, então, se qualquer um pode ser lobista. O pai responde que não, pois para isso é preciso uma certa “flexibilidade moral” que poucas pessoas têm. Na sequência, ambos carregando casquinhas com sorvetes, o pai diz que seu trabalho é estar certo e que ele sempre está certo. O menino duvida de que alguém possa estar sempre certo. Eles estabelecem o seguinte diálogo:

“Naylor: – Digamos que você defende chocolate, e eu baunilha. Então, se eu digo que baunilha é o melhor sabor de sorvete, você diz...

Filho: – Não, é o de chocolate.

Naylor: – Exato. Mas você não pode ganhar essa discussão. Então, eu pergunto: para você chocolate é o melhor dos melhores sabores de sorvete, certo?

Filho: – O melhor. Eu não pediria nenhum outro.

Naylor: – Então, para você é só chocolate que conta e era isso?

Filho: – Claro, chocolate é a única coisa que eu quero.

Naylor: – Mas eu quero mais do que chocolate e, na verdade, eu quero mais do que baunilha. Eu acredito que nós precisamos de liberdade, precisamos poder escolher o sorvete que bem quisermos. E essa é a definição de Liberdade.

Filho: – Mas não é disso que estamos falando.

Naylor: – Ah, mas é disso que eu estou falando.

Filho: – Mas você não provou que o sorvete de baunilha é o melhor.

Naylor: – Eu não precisei. Eu provei que você estava errado, então, se você está errado, eu estou certo.

Filho: – Mas você ainda não me convenceu.

Naylor: – Porque eu não estou querendo te convencer, me interessa [apontando para as pessoas passando em volta] é convencer a elas”⁸.

Enfim, não se coloca em jogo se uma “razão” é mais consistente do que outra, mas se coloca à mesa do debate a dúvida a respeito dos princípios que o sustentam em si mesmo. Uma discussão sobre determinada lei de restrição ao tabagismo ou sobre a preferência quanto a sabores de sorvetes se transforma em uma catilinária contra o cerceamento do livre arbítrio, da liberdade de escolha e de expressão e, no limite, da “Liberdade” *tout court*. O objetivo é neutralizar o adversário quanto à sua possibilidade de realizar o que busca ou propõe. O debate é ganho na medida em que impede a ação desejada pelo outro, ou a protela indefinidamente. Pouco vale ou interessa quem “tem razão”, mas o alcance de um objetivo que não passa pelo convencimento do outro, ou mesmo do “público” em geral, quanto ao seu mérito.

Quero lembrar com essa historinha que tais técnicas de discussão, persuasão, propaganda e marketing são testadas e verificadas na mídia, na publicidade, no mercado, nos tribunais, na política. Nada a ver com o agir comunicativo de Habermas, segundo o qual debater implica a busca pelas mais adequadas razões entre pontos de vista conflitantes, no qual os adversários eticamente engajados se dispõem a abrir mão de eventuais pré-conceitos visando a construção de uma racionalidade ainda maior entre as suas razões que tem por fim um bem ou ganho maior e coletivo⁹. Nada disso, são técnicas para vencer um debate ou vender um produto ou uma ideia, sejam eles quais forem, independentemente dos princípios em jogo, contando evidentemente com toda a flexibilidade moral necessária para atingir o objetivo.

Bolsonaro foi auxiliado em sua campanha eleitoral por Steve Bannon, o homem da Cambridge Analytica, que fora importante na vitória do Brexit na

⁸ *Obrigado por Fumar*, Estado Unidos, 2006. Título original: Thank You for Smoking. Direção Jason Reitman. Tradução livre minha.

⁹ Cf. HABERMAS (1999 e 1992).

Grã-Bretanha e de Trump nos Estados Unidos e hoje lidera pelo mundo um tal The Movement, O Movimento, uma organização internacional baseada em Bruxelas para a promoção do chamado, por ele mesmo, “populismo de direita” e seu particular neoliberalismo nacionalista, ou “novo neoliberalismo”, conforme Laval e Dardot¹⁰.

Quanto ao aparentemente absurdo “fascismo de esquerda”, é forçoso reconhecer que como estratégia argumentativa pode mesmo ter alguma eficácia, até porque vários opositores ao atual governo, principalmente a esquerda, acabam caindo na armadilha e passam boa parte do tempo denegando a afirmação, muito por instância da mídia, quando deveriam estar buscando entender por que perderam o relativo controle da agenda – penso aqui no discurso político-eleitoralmente perdido nas últimas eleições de “aprofundamento da democracia” e seu corolário de respeito aos múltiplos “sujeitos” e às variadas “culturas” que até pouco tempo atrás predominava, inclusive entre partidos e políticos que hoje se intitulam “de direita” e na maior parte, se não a parte mais importante, da grande mídia empresarial – e qual a natureza do atual adversário, da dita “nova”, tenho dúvidas quanto a isso, “direita”, a fim de melhor enfrenta-lo.

Na campanha eleitoral de 2018 isso ficou muito patente na dificuldade que os adversários de Bolsonaro tiveram, principalmente no segundo turno, em se colocarem como os protagonistas da agenda, os propositores da pauta. Esclareço um pouco melhor o que quero dizer aqui. Na campanha eleitoral de 2010, Dilma Rousseff e José Serra se enfrentavam. Lá pelas tantas, os aliados a Serra tentaram embretar Dilma a respeito da “questão do aborto”. Muito complicada e truncada sempre que aparece no debate público, o é mais ainda quando se precisa de votos de uma parcela ampla dos eleitores, para eleições majoritárias, de modo que os políticos nessa posição historicamente a evitam. Os adversários tentando colar em Dilma a pecha de guerrilheira comunista, tentaram também lá pelas tantas pintá-la como se fosse a favor do aborto. Já aqui, a distorção. Os grupos organizados que atuam neste sentido não se colocam como “a favor do aborto”, mas a favor do reconhecimento

¹⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomia do novo neoliberalismo. IHU, 25/07/2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

estatal do direito ao aborto, a sua descriminalização¹¹. Ou seja, é provável que a maioria destes ativistas, homens e principalmente as mulheres, sejam contra o aborto em si, mas a favor de que ele não seja um crime e, caso a mulher queira, possa fazê-lo sem sofrer perseguição penal e até mesmo receber acolhida no sistema público de saúde. Mas no jogo da disputa eleitoral a discussão é torcida como ser contra ou a favor do aborto, e, no último caso, associando a opção a bebês em latas do lixo e anjinhos abatidos. Na época, com o PT fortalecido depois de duas administrações relativamente bem-sucedidas, foi fácil para a campanha de Dilma lançar a suspeita de que uma filha de José Serra teria feito um aborto. Desta forma, o assunto acabou morrendo, pois poderia trazer prejuízos eleitorais para os dois candidatos.

Em uma disputa eleitoral isso é corriqueiro. Os adversários tentam fazer colar no outro coisas que supostamente prejudiquem a imagem do rival. O lado adversário, por seu turno, tentará anular a ação do outro e, se possível, revertê-la em seu benefício. Quando um lado começa a se ver na necessidade de somente negar, de se ver na obrigação de correr atrás do que o outro propõe como pauta, denegando-a, acaba encurralado, sem agenda positiva, sem capacidade de articular um discurso afirmativo que reforce os aderentes e amplie os apoios possível entre aqueles que não têm uma solidariedade orgânica ou ideológica a quem quer que seja.

Na campanha de 2018 uma coisa ficou muita clara, o repertório de inspiração fascista da extrema direita conseguiu ser explorado com muita eficácia pelos seus propagandistas anulando a possibilidade de que os adversários conseguissem produzir ou reproduzir pautas fortes o bastante para galvanizar os aderentes e derrotar o adversário. O caso da campanha #EleNão foi sintomático. Organizado como um movimento de mulheres contra “o coiso”, contra o candidato Bolsonaro, se apresentou como desligado de partidos políticos e de candidaturas específicas. Claramente se expôs como de esquerda, buscou evitar a associação com uma campanha ou partido político, embora fosse na verdade uma composição de militantes e simpatizantes de diversos partidos, tais como PT, PSOL, PDT e outros. Ou seja, se buscava algo que unisse contra o candidato já então favorito e o melhor que se pode fazer foi simplesmente rejeitá-lo: “ele não”. Ok, “ele não”, mas, a partir disso,

¹¹ Isso vale também para o caso do cultivo e consumo de certas drogas como a maconha.

o que “sim”? Pode ser até que a campanha tenha viabilizado a realização do segundo turno, pois alguns acreditavam que Bolsonaro ganharia no primeiro turno, mas não viabilizou a derrota no segundo, quando o PT e seu candidato seguiram em frente e os demais candidatos ou se afastaram da disputa – Ciro Gomes foi para Paris alegadamente para descansar –, ou apoiaram Bolsonaro.

Em 2018 apenas um candidato à presidência disputou as eleições de 2018, foi o que se vitoriou. Os demais disputaram as eleições de 2014 para trás, desde a Constituição de 1988, e forma derrotados fragorosamente.

E os vitoriosos momentâneos de 2018 passam um rolo compressor, o que é a razão de terem sido tolerados na vitória eleitoral no Brasil pelas classes dominantes e certas elites burocrático-funcionais e políticas, sobre qualquer traço de estado de bem-estar social restante no país, paulatinamente impondo a agenda neoliberal entreguista e pró-mercado. A isso se agrega o moralismo neopentecostal de Velho Testamento – no qual viceja a homofobia, o antifeminismo, os preconceitos religiosos, etc. – e o armamentismo jurídico, policial, militar e miliciano de baixa caserna ou de porões – cada vez mais necessário para os dominantes conterem as revoltas crescentes e todo o tipo de “desvios de conduta” daqueles que são e ficarão ainda mais marginalizados e precarizados pelo neoliberalismo excludente: as populações, em sua maioria negras, periferizadas pelo sistema, de onde o caráter profundamente racista desse empreendimento visando a hegemonia e o triunfo do pensamento único, do totalitarismo neoliberal, da “nova razão do mundo”, novamente segundo Laval e Dardot.

Me parece, portanto, que o retorno do fascismo é um dado. Ele está de novo na ordem do dia, seja por seus usos e abusos no enfrentamento político, como anátema ou como argumento diversionista, seja pelo esforço intelectual e acadêmico de dar conta conceitualmente da questão, o que se opera tanto no plano abstrato da discussão teórica sobre o conceito de fascismo, como no mais concreto de sua aplicabilidade ou não à atual situação de avanço do extremismo de direita no Brasil e no mundo. Mas ele retorna também como realidade, mesclado ou velado com uma casca “liberal” que dificilmente consegue encobrir sua essência tirânica.

Mas, afinal, como eu me posiciono? Não sou um especialista em fascismo e desde já me declaro incompetente de enveredar pelas discussões mais teóricas e conceituais a seu respeito. Porém, creio que tenho algo a contribuir refletindo a respeito do uso de fascismo como palavra de ordem ou ideia-força.

O conceito de ideia-força em Pierre Bourdieu significa que, como a luta política competitiva comporta a necessidade de fazer crer buscando as adesões mais ampliadas, a fim de formar e conformar os grupos dispostos à luta, certas palavras ou ideias centrais, sintéticas, condensadas, são postas em evidência a fim de criar e consolidar os grupos e as adesões¹². Foi assim com “democracia” no período da abertura no Brasil do final dos anos 1970 e anos 1980. Ela se tornou uma ideia-força tão significativa, que de um momento para o outro “todo mundo” virou “democrata”, desde criancinha, independentemente dos serviços prestados por muitos ao regime ditatorial anterior ou de outros que pegaram em armas para defender uma revolução contrária tanto à ditadura quanto à “democracia burguesa”. Quando Ulisses Guimarães disse, no ato de promulgação da Constituição de 1988, que o Brasil tinha ódio e nojo de ditadura, verbalizava e condensava aquele momento específico das adesões generalizadas às novas regras do jogo político que, inclusive, deslegitimavam os que Brizola chamou de “filhotes da ditadura”, bem como os radicais revolucionários armados de extrema esquerda. A ideia-força “democracia”, como um significante vazio, agora no sentido de Laclau¹³, na qual cabia quase tudo, era uma palavra eficaz capaz de fazer surgir o que ela própria anunciava¹⁴. Com efeito, mal ou bem, consolidou-se a Nova República com seu “presidencialismo de coalisão”¹⁵ que empurrou as principais forças político-eleitorais para o centro das posições político-ideológicas, sendo a polarização PSDB/PT – ou seja, centro-direita/centro-esquerda, neoliberalismo negociado/neoliberalismo matizado – a forma mais sintomática disso. Foram essas condições criadas como produto das disputas no período da chamada transição e pela Constituição de 1988 que ruíram estrepitosamente em 2016 com o golpe de estado do

¹² Cf. BOURDIEU (1981 e 1988).

¹³ Cf. PINTO (1999).

¹⁴ Cf. BOURDIEU (1981).

¹⁵ Cf. ABRANCHES (1988).

afastamento de Dilma Rousseff e que têm sua continuidade no atual governo. O golpe não terminou.

Entre tantas coisas ditas por figuras muito próximas do atual chefe de governo do Brasil, a maioria delas nem sempre ao léu, houve essa:

“Se você quiser fechar o STF, sabe o que você faz? Não manda nem um jipe. Manda um soldado e um cabo. [...] O que é o STF, cara? Tipo, tira o poder da caneta de um ministro do STF, o que ele é na rua? Se você prender um ministro do STF, você acha que vai ter uma manifestação popular a favor dos ministros?”¹⁶

As palavras são de Eduardo Bolsonaro, filho do ex-capitão então candidato à presidência, atual deputado federal, ex-funcionário de lanchonete norte-americana, onde autodeclaradamente fritava hambúrgueres, sendo que o local não serve hambúrgueres¹⁷, e ex-policial federal.

Nas condições anteriores, políticos como o próprio Bolsonaro, desta vez o Jair, que se alcovitava desde 1991 na Câmara Federal, se elegiam e reelegiam ao se endereçarem aos interesses e pontos de vista de públicos e eleitores muito particulares: militares insatisfeitos com a “democracia”, agentes jurídico-policiais truculentos, grupos paramilitares. Bolsonaro nem mesmo chegou a ser um expoente nacional da direita, como o fora Eneias Carneiro, era um micróbio político que passava incólume por baixo do polifêmico *maistream*. Permanecia afogado no baixíssimo clero parlamentar e participava de programas de TV marginais em canais caça-níqueis para falar suas “besteiras”, para usar o qualificativo do embaixador da Alemanha, e ser ridicularizado. Era um bufão. Porém, as coisas que dizia então eram praticamente as mesmas que ele diz hoje, exceto por sua renúncia recente ao nacionalismo econômico e ao intervencionismo estatal que é parte de sua entrega total aos agentes do neoliberalismo representados em seu governo pelo todo-poderoso ministro da Economia Paulo Guedes.

¹⁶ Apud *Valor*, 21/10/2018. “Para fechar o STF basta um soldado e um cabo”, diz Eduardo Bolsonaro. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/5939007/para-fechar-o-stf-basta-um-soldado-e-um-cabo-diz-eduardo-bolsonaro>. Acesso em 08 de agosto de 2019.

¹⁷ *Catraca Livre*, 16/07/2019. Lanchonete onde Eduardo Bolsonaro diz que trabalhou não tem hambúrguer. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/lanchonete-onde-eduardo-bolsonaro-diz-que-trabalhou-nao-tem-hamburger/>. Acesso em 10 de março de 2020.

E, o que dizia e diz o atual mandatário? Abaixo uma pequena amostra:

2013 – Entrevista a TW-TV: “[Antigamente] não existia essa quantidade enorme de homossexuais como temos hoje em dia. E eles não querem igualdade, eles querem privilégios. [...] Eles querem é se impor como uma classe à parte. E eu tenho imunidade pra falar que sou homofóbico, sim, com muito orgulho se é pra defender as crianças nas escolas”.¹⁸

2016 – Entrevista a Ellen Page: “Eu não vou olhar para a tua cara e falar ‘acho que você é gay’. Mas também não me interessa. [Você é] muito simpática. Se eu fosse um cadete da Academia das Agulhas Negras e te encontrasse na rua, eu ia assobiar para você. Tá ok? Muito bonita. [...] Me acusam de ser um grande homofóbico e estão equivocados”.¹⁹

2010 – Sessão da Câmara: “O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um ‘couro’, ele muda o comportamento dele. Olha, eu vejo muita gente por aí dizendo: ainda bem que eu levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem”.²⁰

2017 – Palestra no Clube Hebraica do Rio de Janeiro: “Eu fui num quilombo, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles”.²¹

2017 – Palestra no Clube Hebraica do Rio de Janeiro: “Eu tenho quatro [filhos] homens, na quinta [vez] eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”.²²

2014 – Para o Jornal Zero Hora: “Ela [deputada Maria do Rosário] não merece porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia. Não faz meu gênero. Jamais a estupraria”.²³

¹⁸ Disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/sou-homofobico-sim-com-muito-orgulho-diz-bolsonaro-em-video/>. Acesso em 10 de março de 2020.

¹⁹ Disponível em: <https://jornalggn.com.br/eleicoes/bolso/>. Acesso em 10 de março de 2020.

²⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/actualidad/1539377107_313676.html. Acesso em 10 de março de 2020.

²¹ Disponível em: <https://jornalggn.com.br/eleicoes/bolso/>. Acesso em 10 de março de 2020.

²² Disponível em: <https://jornalggn.com.br/eleicoes/bolso/>. Acesso em 10 de março de 2020.

²³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2015/09/1682452-bolsonaro-e-condenado-por-dizer-que-maria-do-rosario-nao-merece-estupro.shtml>. Acesso em 10 de março de 2020.

2014 – Para o Jornal Zero Hora: “Eu sou um liberal, se eu quero empregar você na minha empresa ganhando R\$ 2 mil por mês e a Dona Maria ganhando R\$ 1,5 mil, se a Dona Maria não quiser ganhar isso, que procure outro emprego! O patrão sou eu”.²⁴

2016 – Sessão da Câmara: “Pela família e inocência das crianças que o PT nunca respeitou, contra o comunismo, o Foro de São Paulo e em memória do coronel Brilhante Ustra, o meu voto é sim”.²⁵

2018 – Ato de Campanha Eleitoral no Acre: “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre, hein? Vamos botar esses picaretas para correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem de ir pra lá. Só que lá não tem nem mortadela, hein, galera. Vão ter de comer é capim mesmo”.²⁶

1999 – Entrevista ao Programa Câmara Aberta: “Não há menor dúvida, daria golpe no mesmo dia! Não funciona! E tenho certeza de que pelo menos 90% da população ia fazer festa, ia bater palma, porque não funciona. O Congresso hoje em dia não serve pra nada, só vota o que o presidente quer. Se ele é a pessoa que decide, que manda, que tripudia em cima do Congresso, dê logo o golpe, parte logo para a ditadura”.²⁷

1999 – Entrevista ao Programa Câmara Aberta: “Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, no dia em que partir para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez. Matando uns 30 mil, começando pelo FHC, não deixar ele pra fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente”.²⁸

²⁴ Disponível em: <https://jornalgnn.com.br/eleicoes/bolso/>. Acesso em 10 de março de 2020.

²⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-diz-no-conselho-de-etica-que-coronel-ustra-e-heroi-brasileiro.html>. Acesso em 10 de março de 2020.

²⁶ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>. Acesso em 10 de março de 2020.

²⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/nos-anos-90-bolsonaro-defendeu-no-vo-golpe-militar-e-guerra.shtml>. Acesso em 10 de março de 2020.

²⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/nos-anos-90-bolsonaro-defendeu-no-vo-golpe-militar-e-guerra.shtml>. Acesso em 10 de março de 2020.

Enfim, o que antes eram “besteiras” relegadas a um anedotário ou bestiário político passou a discurso oficial e, para que isso tenha ocorrido, não bastou a sequência normal de um processo democrático, um governante eleito sucedendo a outro também eleito, mas uma ruptura, um golpe de estado, como o de 2016. Não há espaço aqui para aprofundar essa questão, mas é importante deixar bem sublinhado: a extrema direita no Brasil se aproveitou de um golpe de estado do qual foi partícipe, talvez não o principal protagonista, para virar de vez o jogo e a mesa daquela democracia possível inscrita nas práticas e instituições desde o fim da abertura em 1988.

O professor e ativista de esquerda argentino Martín Mosquera, em um dos artigos mais lúcidos sobre o que representava a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018, passado recém o primeiro turno, escreveu:

“Bolsonaro e sua pequena camarilha político-militar têm uma orientação inequivocamente fascista. Se a vitória eleitoral de Bolsonaro não é suficiente para uma baldeação definitiva para o fascismo, seria em qualquer caso um passo decisivo nesse sentido e aceleraria a dinâmica fascistizante em curso. [...] Bolsonaro é nosso maior inimigo. [...] Inclusive se é improvável impedir a vitória de Bolsonaro, é importante evitar um triunfo eleitoral esmagador, para gerar as melhores condições possíveis para os enfrentamentos vindouros. Novamente podemos advertir que, ante a prova dos grandes acontecimentos, as limitações teóricas e estratégicas se convertem em desastres políticos”.²⁹

Nossa capacidade de conceituar é e sempre foi limitada. As ausências e impossibilidades nos caracterizam e marcam. Alguns autores que colocam objeções ao uso de fascismo aplicado a Bolsonaro argumentam que seria importante guardar o termo para seu momento original. Fascismo teria sido o movimento político-social e o posterior regime de Mussolini na Itália do

²⁹ MOSQUERA, MARTÍN. À beira do abismo: Bolsonaro e o retorno do fascismo. *Revista Movimento*, 09/11/2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/11/a-beira-do-abismo-bolsonaro-e-o-retorno-do-fascismo/>. Acesso em: 19 de julho de 2019.

entre-guerras. Outros argumentam que o que passa hoje é muito diferente do que se passava nos anos 1920 e 1930 e governos como os do Brasil, Estados Unidos, Itália, Polônia, Hungria, Turquia e mesmo Rússia, China e Venezuela não podem ser comparados com o fascismo pelas diferenças entre os contextos históricos ou pela ausência de algumas de suas características mais específicas, como, por exemplo, o partido único, a ativação das massas, o corporativismo. As objeções me parecem importantes, mas, como escrevi em outro trabalho, “A dança das bolinhas: notas sobre o Brasil interrompido”, do qual este artigo é em grande parte tributário:

Distinguir [...] uma inspiração ou uma influência não é comparar as situações históricas efetivamente separadas por um abismo importante, mas nomear o bicho que tem rabo de rato, pelo de rato, focinho de rato, bigode de rato, patinhas de rato, de rato. E assim também para aqueles que servem o governo ou o apoiam e que se identificam explicitamente não só com um discurso de inspiração fascista, mas como continuadores do fascismo tupiniquim (GRIJÓ, 2020).

Há alguma dúvida de que, se o governo atual pudesse, mandaria o cabo e o soldado fecharem, depurarem ou expurgarem, não só o STF, mas também o Congresso, os órgãos ambientais, as academias científicas, a mídia, as universidades públicas? Mais solto e à vontade, não cumpriria o vaticínio de “matar uns 30.000”, além de Lula, claro, hoje um alvo muito mais prioritário do que FHC, que, seja como for, pode escapar para Paris e viver tranquilamente? Se estiverem mais “empoderados”, os agentes do governo não perseguiriam toda e qualquer dissidência, cesurariam a internet, a mídia e a produção intelectual e cultural? Não transformariam o país em um estado policial e até mesmo teocrático?

Vijay Prashad me parece ter uma posição interessante a esse respeito. Vinculando o atual fortalecimento da extrema direita a um certo estágio de implementação do neoliberalismo, ele sustenta que:

“o [motivo do] crescimento desses neo-autoritários e neofascistas é que eles não representam o fascismo convencional do século 20. Na verdade, existe uma grande diferença. Eles não precisam

destruir as instituições da democracia, mas simplesmente esvaziá-las. Ainda existem eleições, parlamentos e tudo mais. Eles não precisam de uma ditadura, porque esvaziaram o conceito de democracia. Por vias autoritárias e ideológicas, esvaziam a democracia, a imprensa, a capacidade de discussão das pessoas, e é assim que criam essa perversidade de extrema direita”³⁰.

Claro que ainda não estamos em um regime fascista e Prashad tem razão ao apontar as diferenças entre as situações anteriores e as de hoje, mas não só sinais estão por aí. Até onde pode ir o “esvaziamento da democracia”? Em qual ponto ela murcha de maneira tal que simplesmente deixa de existir?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, 1988, p. 5 a 34.

BOURDIEU, Pierre. Décrire et prescrire: note sur les conditions de possibilité et les limites de l’efficacité politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, maio, 1981.

BOURDIEU, Pierre. Pensar a política. Penser la politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, junho, 1988.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *A dança das bolinhas: notas sobre o Brasil interrompido*. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa, I – Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa, II – Crítica de la razón funcionalista*. Madrid: Taurus, 1992.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo squarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990.

PINTO, Céli Regina J. Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. *Sociologias*, julho/dezembro, 1999, p. 68-99.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

ALBA CRISTINA COUTO DOS SANTOS SALATINO

Técnica em Assuntos Educacionais no IFRS - Campus Restinga. Doutora em História pela Unisinos.

ALESSANDRO BATISTELLA

Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

CARINA MARTINY

Professora no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), campus Alegrete. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

CARLA BRANDALISE

Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em História Política pela Fondation Nationale des Sciences Politiques (FNSP) – Paris.

CESAR AUGUSTO BARCELLOS GUAZZELLI

Professor Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFRGS). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

CHARLES SIDARTA MACHADO DOMINGOS

Professor no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

DIEGO ORGEL DAL BOSCO ALMEIDA

Bolsista PNPd/Capes de Pós-doutorado em Educação (PPGEDu/UNISC). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

DIORGE ALCENO KONRAD

Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

DOUGLAS SOUZA ANGELI

Professor na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Divinópolis (UEMG). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

GÉRSON WASEN FRAGA

Professor Associado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

JÉSSICA RODRIGUES PERES

Mestranda em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

JONAS MOREIRA VARGAS

Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

LETÍCIA SABINA WERMEIER KRILOW

Doutoranda em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS

Professora substituta na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS

Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação de História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente exerce o cargo de Vice-coordenador do GT Nacional de História Política da ANPUH (2019-2020).

LUIZ ALBERTO GRIJÓ

Professor Associado do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

RENÉ E. GERTZ

Professor aposentado nos Departamentos de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Ciência Política pela
Universidade Livre de Berlim-Alemanha.



As historiadoras e os historiadores reunidos aqui compõem um panorama plural sobre a História Política. Estão vinculados a 10 instituições de ensino do Rio Grande do Sul: IFFar, IFRS, IFSul, PUCRS, UFFS, UFPel, UFRGS, UFSM, UNISC e UPF e suas contribuições são abordadas desde os quatro eixos temáticos que constituem o livro: 1) Imprensa: História, posicionamentos e representações; 2) Partidos e associações da sociedade civil; 3) Novas contribuições para a História Política brasileira; e 4) Conceitos e métodos em discussão.

Estes *Capítulos* são a continuidade do esforço sistemático do Grupo de Trabalho em História Política (GTPol) da seção sul-rio-grandense da Associação Nacional de História (ANPUH/RS) em produzir e divulgar pesquisas na área. Trata-se de uma espécie de segundo volume dos *Capítulos de História Política: Fontes, Objetos e Abordagens* lançado em 2018. Esta publicação consolida o trabalho coletivo realizado há alguns anos pelo grupo, bem como reforça seu objetivo de escrever história de qualidade que possa auxiliar na reflexão sobre nosso mundo, contribuindo para levantar alternativas que o transformem em um lugar mais justo e melhor para todos e todas.



ISBN 978-65-86000-26-9



9 786586 000269 >